



Mulheres *em* Foco

**O QUE AS PESQUISAS
REVELAM SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO E
DIREITOS DAS MULHERES**

Volume 3

Organizadora
Liliane Pereira de Souza

**MULHERES EM FOCO: O QUE AS PESQUISAS REVELAM
SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES**



Organizadora
Liliane Pereira de Souza

**MULHERES EM FOCO: O QUE AS PESQUISAS REVELAM
SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES**

Volume 3

MATO GROSSO DO SUL
EDITORA INOVAR
2026

Copyright © dos autores.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons



Editora-chefe: Liliane Pereira de Souza

Diagramação: Editora Inovar

Capa: Juliana Pinheiro de Souza

Revisão de texto: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexsande de Oliveira Franco
Prof. Dra. Aldenora Maria Ximenes Rodrigues
Prof. Dr. Arlindo Costa
Prof. Dra. Care Cristiane Hammes
Prof. Dra. Carla Araújo Bastos Teixeira
Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias
Prof. Dr. Claudio Neves Lopes
Prof. Dra. Dayse Marinho Martins
Prof. Dra. Débora Luana Ribeiro Pessoa
Prof. Dra. Elane da Silva Barbosa
Prof. Dr. Francisco das Chagas de Loiola Sousa
Prof. Dr. Gabriel Mauriz de Moura Rocha
Prof. Dra. Geyanna Dolores Lopes Nunes
Prof. Dr. Guilherme Antônio Lopes de Oliveira

Prof. Dra. Ivonalda Brito de Almeida Moraes
Prof. Dra. Janine Silva Ribeiro Godoy
Prof. Dr. João Vitor Teodoro
Prof. Dra. Juliani Borchardt da Silva
Prof. Dr. Leonardo Jensen Ribeiro
Prof. Dra. Lina Raquel Santos Araujo
Prof. Dr. Márcio Mota Pereira
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Marcus Vinicius Peralva Santos
Prof. Dra. Nayára Bezerra Carvalho
Prof. Dra. Roberta Oliveira Lima
Prof. Dra. Rúbia Kátia Azevedo Montenegro
Prof. Dra. Susana Copertari
Prof. Dra. Susana Schneid Scherer
Prof. Dr. Sílvio César Lopes da Silva

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas ad hoc.

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

M956

1.ed. Mulheres em foco: o que as pesquisas revelam sobre saúde, educação e direitos das mulheres - Volume 3 [livro eletrônico] / Organização de Liliane Pereira de Souza – Campo Grande/MS: Inovar, 2026. 737p. PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-5388-372-7

DOI 10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7

1. Mulheres. 2. Saúde. 3. Educação. 4. Direitos das mulheres. I. Souza, Liliane Pereira de (Organizadora). II. Título.

CDD 305.42

Índice para catálogo sistemático:
I. Saúde da mulher

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra assumem publicamente a responsabilidade pelo seu conteúdo, garantindo que o mesmo é de autoria própria, original e livre de plágio acadêmico. Os autores declaram, ainda, que o conteúdo não infringe nenhum direito de propriedade intelectual de terceiros e que não há nenhuma irregularidade que comprometa a integridade da obra. Os autores assumem integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão do conteúdo desta obra. Esta declaração tem por objetivo garantir a transparência e a ética na produção e divulgação do livro. Cumpre esclarecer que o conteúdo é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da editora, organizadores da obra ou do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

Mulheres em Foco: O que as pesquisas revelam sobre saúde, educação e direitos das mulheres, volume 3, nasce do encontro entre pesquisa, escuta e compromisso social.

Ao reunir 43 estudos sobre temas como maternidade, saúde, violência, representatividade política, educação, envelhecimento, migração, ciência e justiça social, esta obra evidencia que pesquisar sobre mulheres é também investigar as estruturas que organizam a própria sociedade.

Os estudos aqui reunidos dialogam com desafios contemporâneos, revelam trajetórias de resistência e valorizam experiências que, por muito tempo, foram silenciadas. Ler este livro é reconhecer que a ciência também é espaço de memória, de voz e de responsabilidade coletiva.

Publicado em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres, este volume registra nosso agradecimento a todas as autoras e autores que tornaram esta publicação possível.

Que estas páginas inspirem novas pesquisas, novos olhares e caminhos de justiça e transformação social.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	16
A BOÊMIA COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA DE GÊNERO: MULHERES, PODER SIMBÓLICO E A RECONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS TRADICIONALMENTE MASCULINOS	
Débora Lopes Alves Duarte	
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_001	
CAPÍTULO 2	27
A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NA LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES	
Natasha Tozzi	
Guilherme Bittencourt Martins	
Nilo Kazan de Oliveira	
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_002	
CAPÍTULO 3	42
A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PNAISM): DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	
Clebes Iolanda Leodice Alves	
Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad	
Diovane da Rosa Dill	
Maria de Lourdes Bernartt	
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_003	
CAPÍTULO 4	60
A REPRESENTATIVIDADE FEMININA EM RUANDA: ENTRE A TRANSFUSÃO, A TRANSFERÊNCIA E A BRICOLAGEM JURÍDICA NO DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO	
Deyslane Neves Gomes Freitas	
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_004	
CAPÍTULO 5	70
A SEXUALIDADE NA MENOPAUSA: PERSPECTIVAS FÍSICAS, PSÍQUICAS E SOCIOCULTURAIS	
Júlio César Zvirtes dos Santos	
Miria Elisabete Bairos de Camargo	
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_005	

CAPÍTULO 6

87

APRENDER A ESCONDER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AUTISMO FEMININO E CAMUFLAGEM SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Eligividevitam Inajá Merluzia de Lima

Clara Maria Lima e Silva

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_006

CAPÍTULO 7

104

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Virginia Ada Santos Lima

Nayara Alves de Souza

Maria das Neves Martins

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_007

CAPÍTULO 8

128

AUTISMO EM MENINAS E MULHERES: INVISIBILIDADE DIAGNÓSTICA, CAMUFLAGEM SOCIAL E DESAFIOS INTERDISCIPLINARES NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITOS

Cláudio José Alves do Nascimento

Jamila Silva Alves

Laura Ribeiro Iunes

Leonardo Davi Novais Queiroz de Oliveira

Lilian Najara dos Reis Rodrigues

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_008

CAPÍTULO 9

147

CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS DAS MULHERES NO LITORAL PARANAENSE

Danielle Virgolino do Couto

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_009

CAPÍTULO 10

165

COR(PO) E VIVÊNCIA: INTERSECCIONALIDADE EM MULHERES NEGRAS COM DEFICIÊNCIA

Samira Alexandre Fernandes

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_010

CAPÍTULO 11

181

DISCURSO, NEOLOGISMO E MISOGINIA DIGITAL: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA E OS DIREITOS DAS MULHERES

Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_011

CAPÍTULO 12

207

DONA ALCÍDIA DE ILHÉUS: MULHER NEGRA DE RESISTÊNCIA

Larissa de Souza Reis

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_012

CAPÍTULO 13

225

EDUCAÇÃO COMO DIREITO E RESSOCIALIZAÇÃO: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS PRESÍDIOS FEMININOS PERNAMBUCANOS

Lucas Matheus Silva de Jesus

Witalo Brenno Martins Acioli

Elba Ravane Alves Amorim

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_013

CAPÍTULO 14

243

“ENTRE O CUIDAR E O ABRIR MÃO”: OS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA NA MATERNIDADE ATÍPICA - UMA REVISÃO DA LITERATURA

Sabrina Santos Ciriaco

Naiane Rocha Mendes

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_014

CAPÍTULO 15

258

ENTRE SILÊNCIOS E MOVIMENTOS – MULHERES, CORPO, SAÚDE E PERTENCIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Silvilene de Souza Oliveira Nascimento

Jomábia Cristina Gonçalves dos Santos

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_015

CAPÍTULO 16

269

EQUIDADE RACIAL NO SUS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE RACISMO VIVENCIADAS POR MULHERES NEGRAS EM CACHOEIRA, RECÔNCAVO BAIANO

Alessandra Batista Sabino Lopes

Beatriz Alencar Colares

Anyelly de Jesus Dourado Silva

Beatriz Neves Guedes

Steffanny Geovanna da Silva

Daiane Passos dos Santos

Elenilda Farias de Oliveira

Janaina Gonçalves Rios Barros

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_016

CAPÍTULO 17 **301**
ESCUTAR OU NORMALIZAR? MARILYN MONROE E A POLÍTICA DA ESCUTA DO SOFRIMENTO FEMININO

Elizabeth Fátima Teodoro

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_017

CAPÍTULO 18 **317**
GÊNERO, CUIDADO E JUSTIÇA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL EM VARAS DA FAMÍLIA

Viviane de Paula

Thamires Louzada de Souza

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_018

CAPÍTULO 19 **338**
INFLUÊNCIA DE FATORES NA INTEGRIDADE PERINEAL NUMA CASA DE PARTO: UM ESTUDO TRANSVERSAL

Bruna Miguel

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_019

CAPÍTULO 20 **353**
“LEIA MULHERES”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA RESSIGNIFICAÇÃO DA VOZ FEMININA NA LITERATURA

Karen Gabriele Poltronieri

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_020

CAPÍTULO 21 **369**
MÉTODO PAPAGENO APLICADO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: COMUNICAÇÃO RESPONSÁVEL, CONTÁGIO MIDIÁTICO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

Daniele Souza Akamine

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_021

CAPÍTULO 22 **379**
MULHERES EM MOVIMENTO: O QUE OS DADOS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO NOS ENSINAM (2024-2025)

Maria Bernadete de Sousa Carvalho Monte

Dariely de Carvalho Monte Amaral

Edilson de Sousa Fontenele

Palloma Alves de Assis

Christian Cauê de Carvalho Amaral

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_022

CAPÍTULO 23

397

MULHERES EVANGÉLICAS EM FOCO: “A LUTA DAS MULHERES CONTRA O MACHISMO E A MANIPULAÇÃO DA FÉ”

Abraão Vergasta Reis

Cleide Emília Faye Pedrosa

Gabriely da Silva Leite

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_023

CAPÍTULO 24

421

MULHERES INDÍGENAS, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL: ENTRE A PROTEÇÃO NORMATIVA E A INVISIBILIDADE ESTRUTURAL NO ESTADO BRASILEIRO

Lardiele Costa de Oliveira

Anne Kelly Soares Eleotério

Ana Lina da Conceição Andrade

Maria Mirele Martins Costa

Maria Eduarda Duarte Sousa

Juliana Silva Amaral

Ana Beatriz Alves Moraes

Lucélia Keila Bitencourt Gomes

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_024

CAPÍTULO 25

436

MULHERES NA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS FEMINISTAS NO ENSINO MÉDIO

Aline Debossan Velozo

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_025

CAPÍTULO 26

451

MULHERES NA PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS DE PERMANÊNCIA, SAÚDE MENTAL E DESIGUALDADES INSTITUCIONAIS – UMA REVISÃO NARRATIVA

Raquel Passeri de Aguiar

Marcia Cristina Monteiro

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_026

CAPÍTULO 27

471

MULHERES SURDAS EM FOCO: DO CAPACITISMO À VISIBILIDADE COM BASE NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Cleide Emília Faye Pedrosa

Gabriely da Silva Leite

Abraão Vergasta Reis

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_027

CAPÍTULO 28

494

MULHERES TRANSSEXUAIS E TRAVESTIS PÕEM A CARA NO SOL: CALEIDÓSCOPIO DA SEXUALIDADE NO CAMPO

Jufran Alves Tomaz

Alberany Alves Tomaz

Edilson Martins Bezerra

Luiza Marte Ferreira

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_028

CAPÍTULO 29

508

NANOPARTÍCULAS MAGNETOELÉTRICAS NA ONCOLOGIA GINECOLÓGICA: FUNDAMENTOS FÍSICOS, AVANÇOS DA NANOMEDICINA E PERSPECTIVAS PARA O TRATAMENTO DO CÂNCER DE OVÁRIO

Denise Alanis

Luiz Fernando Cotica

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_029

CAPÍTULO 30

523

O ABORTO PATERNO E SOBRECARGA MATERNA: A VIOLÊNCIA INVISÍVEL NA ESTRUTURA FAMILIAR CONTEMPORÂNEA

Juliana Cristina Marcheti

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_030

CAPÍTULO 31

533

PROJETO TCC EM FOCO E A PERMANÊNCIA DE MULHERES 40+ NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO IFMA – CAMPUS SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Líssia Maria Costa Gomes Protázio

Alice Cardoso

Angélica Santos Lima

Elisete Nazario Lima

Erica Silva da Silva

Isabel Rocha de Sousa

Leila Cristina Busaglo Nojosa

Lilian Ramos de Jesus

Maria Luiza Goncalves Morais

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_031

CAPÍTULO 32

547

PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INSERÇÃO FEMININA NAS ÁREAS DE STEM POR MEIO DE JOGOS

Simone Vasconcelos Silva

Ana Carolina Haddad Vieira dos Santos

Victoria Garnique Zapata de Azevedo

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_032

CAPÍTULO 33

564

PSICOLOGIA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA PRISÃO

Maria Vitória Grobe dos Santos

Jaiane Freitas Branco

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_033

CAPÍTULO 34

591

QUANDO A CIÊNCIA TEM ROSTO DE MULHER: UM RECORTE EXTENSIONISTA EM UMA MOSTRA DE PROFISSÕES E A VALORIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES FEMININAS

Maria Aparecida da Conceição dos Santos

Denise Alanis

Maria Eduarda Pedro Angeli

Mônica dos Santos

Orlando Boneto Junior

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_034

CAPÍTULO 35

607

QUANDO O TRABALHO NÃO APARECE NOS PAPÉIS: A INVISIBILIDADE DA MULHER RURAL E A NEGAÇÃO DA APOSENTADORIA

Taís de Souza Alves

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_035

CAPÍTULO 36

619

QUEM PODE SER MÃE NO BRASIL? ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS MATERNIDADES MARGINALIZADAS

Patricia Beretta Costa

Miriam Debieux Rosa

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_036

CAPÍTULO 37

635

SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PROMOÇÃO DA SAÚDE, RASTREAMENTO DE DOENÇAS E PRÁTICAS DE ENFERMAGEM SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E INTERSECCIONAL

Lorena Lima Paiva

Thiago Rodrigo Cruz Farias

Vanessa Melo Tavares

Lory Dawy Oliveira Paiva

Expeditta Stheffany Soares da Silva

Rosângela Araújo Fonseca

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_037

CAPÍTULO 38

651

SAÚDE DA MULHER: ALIMENTOS NATURAIS NO TRATAMENTO DA CANDIDÍASE VULVOVAGINAL

Maria Nayelle de Souza Nascimento

Lucicleide Josefa Bezerra

José Jenivaldo de Melo Irmão

Andrea Gomes Santana de Melo

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_038

CAPÍTULO 39

664

UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A MULHERES MIGRANTES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

Julia Maria Suleiman do Nascimento

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_039

CAPÍTULO 40

674

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POR PARCEIRO ÍNTIMO E TRANSTORNOS NEUROPSIQUIÁTRICOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Géssica Almeida de Freitas

Gabriella Medeiros Silva

Arthur Vinicius Ramos Ribeiro

Antonini Miguel Cavalcante dos Santos

Vinícius Freitas Barbosa da Silva

Karoline de Albuquerque Chacon

Aryuska Aryelle Santos Sousa da Silva

Juliana Monteiro Dantas

Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira

Natanael Antonio dos Santos

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_040

CAPÍTULO 41

690

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, MATERNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA PROTEÇÃO À MULHER E À ESTRUTURA FAMILIAR

Rebecca de Araujo Frois

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_041

CAPÍTULO 42

703

VOZES (IN)VISÍVEIS: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA COMISSÃO DE AGRICULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Priscila Bühler

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_042

CAPÍTULO 43 721
**VOZES QUE TECEM O TEMPO: O MÉTODO AUTOBIOGRÁFICO E A
MEMÓRIA DE PROFESSORAS IDOSAS**

Diovane da Rosa Dill

Maria de Lourdes Bernartt

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-372-7_043

SOBRE A ORGANIZADORA 736

Liliane Pereira de Souza

ÍNDICE REMISSIVO 737

CAPÍTULO 1

A BOÊMIA COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA DE GÊNERO: MULHERES, PODER SIMBÓLICO E A RECONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS TRADICIONALMENTE MASCULINOS

*THE BOHEMIAN SPACE AS A TERRITORY OF GENDER DISPUTE: WOMEN,
SYMBOLIC POWER AND THE RECONFIGURATION OF TRADITIONALLY
MALE SPACES*

Débora Lopes Alves Duarte

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil
E-mail: debora.duarte@canoasedu.rs.gov.br

RESUMO

Este artigo analisa a presença feminina em espaços boêmios tradicionalmente associados ao masculino, a partir de uma perspectiva foucaultiana, compreendendo esses espaços como dispositivos de poder que regulam corpos, comportamentos e moralidades. A presença feminina na boêmia é entendida não apenas como ocupação física, mas como prática de resistência e produção de subjetividades, na medida em que tenciona normas históricas que associam o feminino ao espaço privado, à contenção do desejo e à vigilância moral. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na observação participante, oriunda da experiência recorrente de frequentar um bar como espaço de sociabilidade, diálogo e escuta entre mulheres. As interações observadas, especialmente intervenções masculinas marcadas por estranhamento, interpelação ou erotização, evidenciam mecanismos sutis de controle e normalização dos corpos femininos no espaço público. À luz das contribuições de Michel Foucault, argumenta-se que o corpo feminino constitui-se simultaneamente como superfície de inscrição das relações de poder e como lócus de resistência e reinvenção, produzindo fissuras nos regimes de verdade que regulam gênero, prazer e sociabilidade, e ressignificando o espaço público como território de disputa simbólica e política.

Palavras-chave: Gênero; Espaço público; Poder; Vigilância moral; Subjetividades.

ABSTRACT

This article analyzes women's presence in bohemian spaces traditionally associated with masculinity from a Foucauldian perspective, understanding these spaces as devices of power that regulate bodies, behaviors, and moralities. Women's presence in bohemian settings is not understood merely as physical occupation, but as a practice of resistance and subjectivity production, as it challenges historical norms that associate femininity with the private sphere, desire restraint, and moral surveillance. The study adopts a qualitative approach based on participant observation derived from recurrent experiences of frequenting a bar as a space of sociability, dialogue, and listening among women. The observed interactions, particularly male interventions marked by estrangement, interpellation, or eroticization, reveal subtle mechanisms of control and normalization of female bodies in public spaces. In light of Michel Foucault's contributions, the article argues that the female body operates simultaneously as a surface of power inscription and as a locus of resistance and reinvention, producing fissures in regimes of truth that regulate gender, pleasure, and sociability, and resignifying public space as a territory of symbolic and political dispute.

Keywords: Gender; Public space; Power; Moral surveillance; Subjectivity.

Introdução

Historicamente, os espaços boêmios, bares, cafés, mesas noturnas e rodas de conversa regadas a álcool e filosofia cotidiana, constituíram-se como territórios predominantemente masculinos, marcados por códigos de pertencimento que naturalizaram a presença do homem e vigiaram, quando não interditaram, a presença feminina. À mulher, nesses espaços, foi reservado o lugar da exceção, da suspeita moral ou da companhia, raramente o da sujeito que observa, escuta, fala e permanece. Tal organização não é casual, mas resultado de

dispositivos históricos de poder que regulam corpos, comportamentos e usos do espaço público.

Em diálogo com Michel Foucault, compreende-se que o poder não opera apenas por meio de grandes interdições ou leis explícitas, mas sobretudo por micro práticas, normas implícitas e discursos que produzem verdades sobre o que um corpo pode ou não fazer, onde pode ou não estar. A presença feminina na boêmia, portanto, não pode ser lida como um simples ato de circulação social, mas como um acontecimento político que tenciona regimes de verdade sobre gênero, moralidade e respeitabilidade. Ao ocupar esses espaços, a mulher desestabiliza o olhar disciplinador que historicamente confiou ao espaço privado ou a condicionou à vigilância constante no espaço público.

O corpo feminino que habita a boemia sem se oferecer à lógica da disponibilidade sexual, mas que se afirma pela escuta atenta, pelo sorriso estratégico, pela conversa culta e pela observação silenciosa, revela formas sutis de resistência. Conforme Foucault (1979), onde há poder, há resistência, não como oposição frontal, mas como deslocamento, infiltração e reinvenção dos modos de existir. A mulher que permanece à mesa, que escolhe quando falar e quando calar, que lê o ambiente e os sujeitos ao redor, produz fissuras nos dispositivos que tentam capturá-la em narrativas de inadequação ou desvio.

Nesse sentido, a boemia emerge como um espaço de disputa simbólica, no qual se inscrevem relações de poder que atravessam o gênero. A mulher que transita nesses territórios aprende a decifrar os códigos masculinos, não para assimilá-los, mas para ressignificá-los. Seu corpo deixa de ser objeto de controle e passa a operar como superfície de inscrição de novas possibilidades de subjetivação. Tal movimento dialoga com a noção foucaultiana de que os sujeitos não são dados, mas produzidos historicamente, podendo, entretanto, reinventar-se nos interstícios do poder.

Este artigo propõe analisar a presença feminina nos espaços boêmios como uma prática de resistência cotidiana, na qual mulheres exercem poder simbólico ao romper padrões historicamente impostos sobre seus corpos, desejos e lugares sociais. Ao cruzar os estudos de gênero com a analítica foucaultiana do poder, busca-se compreender

como essas mulheres, ao simplesmente sentarem-se, observarem e permanecerem, produzem deslocamentos nas normas que sustentam a divisão sexual dos espaços e reafirmam o direito de existir, com autonomia, onde antes lhes foi negado pertencimento.

Foucault (1987) aponta que os corpos são historicamente disciplinados por meio de normas que orientam gestos, posturas e comportamentos considerados aceitáveis. No caso das mulheres, tais dispositivos operam de forma ainda mais intensa, produzindo corpos vigiados, moralizados e constantemente avaliados. A presença feminina em espaços boêmios, tradicionalmente associados à liberdade masculina, ao excesso e à transgressão, torna-se, portanto, um ponto sensível da engrenagem do poder. O simples ato de estar nesses locais ativa mecanismos de controle simbólico que tentam enquadrar o corpo feminino em categorias como “desvio”, “risco” ou “impropriedade”.

Guacira Lopes Louro contribui para essa análise ao compreender o gênero como uma construção social e cultural, produzida por práticas educativas, discursos e normas que ensinam, desde cedo, onde homens e mulheres podem ou não estar. Para Louro (1997; 2000), o corpo é um texto socialmente escrito, atravessado por pedagogias sutis que regulam modos de andar, falar, desejar e ocupar o espaço. Essas pedagogias não se limitam à escola, mas se estendem ao cotidiano, aos espaços de lazer, às interações informais e às cenas aparentemente banais, como uma mulher sentada sozinha à mesa de um bar.

Nesse contexto, a boemia pode ser lida como um espaço pedagógico informal, no qual se ensinam e se reforçam normas de gênero. Ao mesmo tempo, é também um lugar de possibilidade, onde tais normas podem ser tensionadas e reinventadas. A mulher que ocupa esse espaço sem se submeter às expectativas tradicionais, seja como acompanhante, objeto de desejo ou figura silenciosa, produz uma ruptura nas pedagogias de gênero que historicamente a afastaram desses territórios. Conforme Louro, essas rupturas não ocorrem sem conflitos, pois desafiam a naturalização dos papéis sociais atribuídos ao feminino.

Judith Butler amplia essa discussão ao propor o conceito de performatividade de gênero, segundo o qual o gênero não é uma essência, mas um conjunto de atos reiterados que produzem a aparência de uma

identidade estável (Butler, 2003). O que se espera de uma mulher em determinados espaços, como recato, passividade ou dependência, são performances aprendidas e socialmente reguladas. Quando uma mulher frequenta a boemia com autonomia, conduz a conversa, observa mais do que fala e escolhe seus movimentos, ela subverte essas performances normativas e revela o caráter construído das identidades de gênero.

A articulação entre Foucault e Butler permite compreender que a subversão não se dá fora do poder, mas em seu interior. A mulher que habita os espaços boêmios reinscreve seu corpo em práticas que escapam às normas tradicionais, ainda que nunca totalmente livres delas. Trata-se de um exercício de liberdade situado, tal como propõe Foucault em seus estudos sobre ética e cuidado de si (Foucault, 1984). Ao escolher estar, permanecer e se reconhecer nesses espaços, a mulher exerce uma prática de si que desafia as formas históricas de sujeição do feminino.

Dessa forma, a presença feminina na boemia pode ser compreendida como uma prática de resistência cotidiana, na qual gênero, corpo e espaço se entrecruzam na produção de novas subjetividades. Ao romper com a lógica que reserva certos territórios ao masculino, essas mulheres afirmam o direito de existir no espaço público sem justificativas, convertendo gestos simples, sentar, sorrir, conversar, observar, em atos políticos que deslocam os regimes de verdade sobre o feminino.

Entre Copos, Olhares e Silêncios: a Mesa de Bar como Dispositivo de Gênero

Ela chega sozinha. Escolhe a mesa, observa o ambiente antes de sentar. Não há pressa em ocupar o espaço, mas há decisão. O corpo se acomoda sem pedir licença, sem alarde. Ao redor, homens falam alto, gargalham, disputam narrativas. Alguns olhares se voltam para ela, curiosos, avaliadores, por vezes desconfiados. Ela percebe, mas não se retrai. Permanece. Esse gesto simples, quase banal, é atravessado

por uma complexa rede de saber-poder que regula quem pode estar ali e sob quais condições.

A cena revela o que Michel Foucault descreve como a operação microscópica do poder. Não há uma proibição explícita que impeça a mulher de estar naquele espaço, mas há normas implícitas que tentam enquadrá-la: a mulher desacompanhada, a mulher que bebe, a mulher que observa mais do que fala. Esses códigos funcionam como dispositivos de vigilância difusa, produzindo julgamentos silenciosos que disciplinam os corpos (Foucault, 1979). O bar, nesse sentido, não é apenas um local de lazer, mas um espaço pedagógico onde se ensina, reiteradamente, quem pertence e quem está fora do lugar.

Ela pede a bebida com naturalidade. Sustenta o olhar do garçom, agradece, sorri. O sorriso, aqui, não é submissão, mas estratégia. Guacira Lopes Louro nos ajuda a compreender que os corpos são educados continuamente, por meio de gestos, posturas e expectativas sociais que moldam o feminino e o masculino (Louro, 1997). À mulher foi historicamente ensinado que certos espaços exigem recato, silêncio ou justificativa. Ao agir com tranquilidade e autonomia, ela rompe com essas pedagogias de gênero e produz um pequeno deslocamento na ordem visível.

A conversa começa quando ela decide falar. Não se impõe, mas também não se diminui. Sua fala é escutada com surpresa, talvez porque não corresponda à performance esperada para aquele corpo naquele lugar. Judith Butler contribui para essa leitura ao afirmar que o gênero é performativo, sustentado pela repetição de atos que naturalizam identidades (Butler, 2003). Quando essa mulher performa o gênero de modo dissidente, sendo boêmia sem ser excessiva, feminina sem ser disponível, presente sem ser submissa, ela evidencia o caráter construído das normas que regulam o feminino.

Entre um gole e outro, ela observa mais do que reage. O silêncio, longe de ser ausência, torna-se potência. Foucault lembra que o poder não se exerce apenas pela fala, mas também pela capacidade de gerir os tempos, os gestos e os olhares. Permanecer em silêncio, escolher quando falar e quando calar, é uma forma de resistência que opera

dentro do próprio campo do poder. Onde se esperava explicação, ela oferece presença; onde se esperava justificativa, ela oferece permanência.

A mesa de bar, assim, transforma-se em um dispositivo de produção de subjetividades. Não se trata apenas de ocupar fisicamente o espaço, mas de reescrevê-lo simbolicamente. A mulher que ali está não reivindica o lugar por meio de discursos grandiosos, mas por meio de práticas cotidianas que desafiam a divisão sexual dos espaços. Seu corpo, atravessado por normas históricas, torna-se também lugar de invenção, revelando que as identidades de gênero não são fixas, mas negociadas a cada cena vivida.

Costurar teoria e cena permite compreender que a resistência feminina nos espaços boêmios não se dá fora das relações de poder, mas em seus interstícios. Ao sentar-se, sorrir, conversar e permanecer, essa mulher exerce uma ética de si, no sentido foucaultiano, reinventando modos de existir no espaço público. A boêmia, então, deixa de ser apenas um território masculino e passa a ser um campo de disputa, onde o feminino se afirma não como exceção, mas como presença legítima.

Transgressão, Moralidade e Feminismo Cotidiano na Experiência Boêmia

A reflexão que fundamenta este estudo não emerge de eventos fortuitos, mas de uma inquietação analítica produzida na articulação entre experiência vivida e pensamento teórico. Parte-se do pressuposto de que vida e estudo não constituem esferas dissociadas, mas dimensões que se atravessam mutuamente na produção do conhecimento. A filosofia, a educação e o pensamento crítico não se restringem aos textos acadêmicos, manifestando-se também nas práticas cotidianas, nas interações sociais e nos espaços ordinários de sociabilidade. Tal compreensão dialoga com Michel Foucault ao afirmar que o saber é inseparável das práticas sociais e das relações de poder que o produz (FOUCAULT, 1979).

Nesse sentido, a boemia é compreendida neste artigo não como espaço de excesso ou desvio moral, mas como território de escuta, troca simbólica e aprendizagem social. Trata-se de um espaço privilegiado para observar discursos, silêncios e gestos que revelam os modos pelos quais normas de gênero são reiteradas, tensionadas ou deslocadas. Sob essa perspectiva, os processos educativos extrapolam os limites institucionais da escola, manifestando-se também nos “corredores da vida”, nos encontros informais e nos intervalos em que o pensamento se elabora fora dos espaços formalmente legitimados.

A análise empírica fundamenta-se em uma situação observada em um bar frequentemente frequentado por duas mulheres, ambas educadoras, ao final de um dia de trabalho particularmente exaustivo. O encontro, ocorrido em uma tarde chuvosa de inverno, em pleno meio de semana, não teve como finalidade a evasão da rotina, mas a elaboração crítica do cotidiano. O espaço apresentava-se quase vazio, ocupado majoritariamente por homens, o que conferia ao ambiente um caráter marcadamente masculino.

Ainda assim, optou-se por sentar à mesa da calçada, prática recorrente naquele local. A conversa, inicialmente voltada às exigências e contradições do trabalho docente, gradativamente assumiu maior densidade reflexiva, abordando temas como educação, formação humana, ética, escuta, cuidado e subjetividade. Referências teóricas emergiram de forma espontânea, evidenciando que o pensamento crítico pode ser vivido e compartilhado no cotidiano, sem a necessidade de um espaço previamente autorizado para sua legitimação.

Tal cena, aparentemente ordinária, passou a provocar estranhamento no ambiente. Olhares recorrentes direcionava-se às duas mulheres, sinalizando a percepção de deslocamento entre o conteúdo da conversa, os corpos que a produziam e o espaço em que ela ocorria. Esse estranhamento tornou-se explícito quando um homem se aproximou da mesa e verbalizou a surpresa ao ouvir uma conversa considerada “intelectual” sendo conduzida por “mulheres bonitas, inteligentes e diretas” em um bar, em um dia chuvoso.

Essa intervenção evidencia o funcionamento de dispositivos de vigilância moral que regulam a presença feminina no espaço público.

Conforme aponta Foucault (1987), a vigilância opera de forma difusa, não apenas por meio de instituições formais, mas através de olhares, julgamentos e discursos cotidianos que produzem sujeitos normalizados. O comentário, ainda que revestido de elogio, revela a expectativa de que determinados corpos, saberes e práticas estejam circunscritos a lugares específicos. O corpo feminino, quando ocupa a boemia de maneira autônoma, é frequentemente lido como exceção ou inadequação.

Ao serem questionadas, as educadoras problematizam, de maneira serena, a suposta incompatibilidade entre pensamento crítico, estudo e presença naquele espaço. A reação do interlocutor, marcada por hesitação e posterior afastamento, evidenciou os limites de uma moralidade que associa o feminino à contenção, à respeitabilidade e ao silenciamento. Não houve confronto direto, mas a afirmação tranquila do direito de estar, conversar e pensar.

Essa dinâmica ilustra o que se compreende como resistência silenciosa. Para Foucault (1979, p. 91), “onde há poder, há resistência, e, no entanto, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Permanecer no espaço, sustentar a presença e não se justificar configuram práticas micropolíticas que tensionam normas de gênero sem recorrer a estratégias de enfrentamento explícito.

Trata-se, portanto, de um feminismo vivido, que se manifesta nas práticas cotidianas e não apenas na formulação teórica. Como afirma bell hooks (2019, p. 23), “o feminismo é uma prática libertadora quando se enraíza na vida cotidiana e nas escolhas que fazemos”. Ao ocupar espaços boêmios como territórios legítimos de pensamento e sociabilidade, mulheres produzem subjetividades que escapam à lógica da docilidade historicamente atribuída ao feminino.

A cena observada revela que a boemia pode constituir-se como espaço de produção de si, onde o feminino se afirma como sujeito de pensamento, desejo e presença. Judith Butler (2019) contribui para essa análise ao compreender o gênero como uma performance reiterada, mas passível de deslocamento. A presença feminina nesses espaços reconfigura o que é socialmente inteligível como “lugar da

mulher”, produzindo fissuras nos regimes de verdade que regulam gênero e moralidade.



fotografia realizada pela autora do artigo
(Débora e sua amiga Elba- centro histórico de Porto Alegre)

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a presença feminina em espaços boêmios tradicionalmente masculinos não se configura como um gesto neutro ou banal, mas como uma prática política cotidiana que tenciona normas de gênero, dispositivos de vigilância moral e regimes de verdade historicamente consolidados. Ao ocupar esses espaços de forma autônoma, mulheres desafiam a lógica que associa o feminino ao espaço privado, à contenção do desejo e à legitimação condicionada da palavra.

À luz da perspectiva foucaultiana, compreende-se que os espaços boêmios operam como dispositivos de poder que regulam corpos, discursos e comportamentos. No entanto, esses mesmos espaços também se constituem como territórios de resistência, nos quais práticas ordinárias, como sentar-se à mesa, conduzir uma conversa e sustentar a presença, produzem deslocamentos simbólicos e novas formas de subjetivação. O poder, longe de ser apenas repressivo, revela-se

produtivo, pois é no interior de suas tramas que emergem possibilidades de resistência (FOUCAULT, 1979).

No campo da educação, essa análise contribui para ampliar a compreensão dos processos formativos para além dos espaços institucionais. A aprendizagem, o pensamento crítico e a formação ética não se restringem às salas de aula, mas se constroem também nos encontros cotidianos, nas experiências de sociabilidade e nos espaços informais onde o diálogo se torna possível. Reconhecer a boemia como espaço de aprendizagem implica reconhecer que educadoras continuam exercendo seu ofício para além dos muros da escola, produzindo saberes situados e politicamente implicados.

Por fim, este estudo reafirma a importância de um feminismo cotidiano, vivido nas práticas ordinárias, capaz de produzir fissuras nas estruturas de poder que regulam o feminino. Ao ressignificar sua presença no espaço público, mulheres não apenas ocupam mesas de bar, mas reivindicam o direito de pensar, falar e existir plenamente em qualquer território que se disponha a acolher o pensamento.

Referências

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NA LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

*THE IMPORTANCE OF THE FEMINIST MOVEMENT IN THE FIGHT FOR WO-
MEN'S RIGHTS*

Natasha Tozzi

Faculdade I9 Educação

Jaú - SP

natytozzi61@gmail.com

Guilherme Bittencourt Martins

USP

Bauru - SP

Prof.guilhermebm@gmail.com

Nilo Kazan de Oliveira

UNESP

Bauru - SP

nilokazan2@gmail.com

RESUMO

O presente artigo aborda os movimentos feministas desde suas origens, tanto internacionais quanto nacionais, destacando as conquistas obtidas através da luta e resistência das mulheres. A metodologia utilizada foi por meio de livros e sites que relatam a história e as vitórias do movimento feminino. O objetivo do texto enfoca a reivindicação de direitos pelas mulheres, incluindo a igualdade de gênero, e uma maior representação feminina na política. O artigo também discute a luta pela igualdade de gênero, destacando que na sociedade atual não há espaço para desigualdade, apesar de influências anti-igualitárias ainda persistirem, especialmente entre os homens. A visão de que as mulheres devem se limitar à vida doméstica e que aquelas que escolhem não constituir família são desrespeitadas, é uma barreira para a plena igualdade. Desse modo, conclui que o caminho para a igualdade ainda está

em construção e a superação da violência e repressão enfrentadas pelas mulheres é crucial para o progresso.

Palavras-chave: movimentos feministas; sociologia; feminismo; mulher.

ABSTRACT

This article addresses feminist movements from their origins, both internationally and nationally, highlighting the achievements obtained through women's struggle and resistance. The methodology used was through books and websites that recount the history and victories of the feminist movement. The text focuses on the demand for women's rights, including gender equality, and greater female representation in politics. The article also discusses the fight for gender equality, highlighting that in current society there is no room for inequality, although anti-egalitarian influences still persist, especially among men. The view that women should be limited to domestic life and that those who choose not to start a family are disrespected is a barrier to full equality. Thus, it concludes that the path to equality is still under construction and overcoming the violence and repression faced by women is crucial for progress.

Keywords: feminist movements; sociology; feminism; woman.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os movimentos feministas desde suas origens, tanto no contexto internacional quanto nacional, com ênfase nas conquistas alcançadas por meio da luta e da resistência das mulheres ao longo da história. Para a construção deste estudo, foram utilizados livros e fontes digitais que abordam a trajetória histórica e as vitórias obtidas pela classe feminina.

O movimento feminista caracteriza-se pela reivindicação de direitos para as mulheres, especialmente no que se refere à igualdade de gênero, à ampliação da participação feminina nos espaços de poder e à representatividade política. Trata-se de um movimento social que busca a superação das desigualdades estruturais historicamente impostas às mulheres.

Os movimentos sociais, de modo geral, configuram-se como ações coletivas organizadas por grupos que lutam em defesa de determinadas causas sociais. Frequentemente, representam manifestações de segmentos que não foram contemplados ou ouvidos nos processos democráticos tradicionais. Ao longo do tempo, esses movimentos passaram por transformações significativas, revelando seu caráter dinâmico e, por vezes, dissociado das teorias clássicas que buscavam explicá-los.

A luta pela igualdade de direitos é uma pauta histórica da humanidade. Em períodos anteriores, a reivindicação dos direitos das mulheres era frequentemente deslegitimada pela sociedade. No contexto contemporâneo, não há mais espaço para a manutenção das desigualdades de gênero, sobretudo em uma sociedade que se fundamenta nos princípios da liberdade, da justiça e da solidariedade.

Entretanto, observa-se que setores da sociedade, predominantemente masculinos, ainda exercem influências contrárias à igualdade de gênero, chegando, em determinados casos, violando os direitos humanos fundamentais. Parte-se do pressuposto de que, historicamente, as mulheres foram socialmente destinadas ao espaço doméstico e, quando optam por não constituir família, muitas vezes são alvo de discriminação e desrespeito.

Dessa forma, evidencia-se que o caminho para a efetivação da igualdade de gênero ainda não foi plenamente alcançado. As diversas formas de violência e repressão enfrentadas cotidianamente pelas mulheres demonstram que esse processo permanece em construção e exige contínua mobilização social e política.

2. OS PRIMEIROS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais consistem em ações coletivas organizadas por grupos da sociedade civil com o objetivo de promover, resistir ou provocar transformações sociais. Tais movimentos direcionam suas demandas a questões como a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a implementação de reformas políticas, econômicas ou institucionais.

A existência dos movimentos sociais justifica-se, em grande medida, pelas desigualdades entre os indivíduos e pela exclusão de determinados grupos dos processos decisórios e das políticas públicas, as quais frequentemente não contemplam as necessidades reais e específicas da diversidade social. Nesse contexto, os movimentos emergem como instrumentos de reivindicação e visibilidade social.

No contexto brasileiro, há diversos movimentos sociais que se destacam, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ambos voltados para o direito pela terra, moradia e justiça social.

Do ponto de vista histórico, alguns estudiosos das áreas de História e Sociologia consideram a Revolução Francesa de 1789 como um dos primeiros grandes movimentos sociais da história moderna, na medida em que mobilizou amplos setores da população com o objetivo de derrubar a monarquia absolutista, contestar os privilégios do clero e da nobreza e reivindicar maior justiça fiscal e política.

3. MOVIMENTOS FEMINISTAS

Os movimentos feministas no Brasil, especialmente nos séculos XIX e XX, tiveram origem principalmente na iniciativa de mulheres das camadas médias, voltando-se à luta pela igualdade de direitos em relação aos homens e ao questionamento das estruturas sociais e políticas que sustentavam a desigualdade de gênero.

De modo geral, os primeiros movimentos sociais buscavam enfrentar desigualdades de classe e problemas políticos e econômicos. Para teóricos como Karl Marx, esses movimentos representavam expressões do conflito social e da transformação estrutural da sociedade, enquanto outros intelectuais, como Gabriel de Tarde, os viam como potenciais ameaças à ordem social, devido ao caráter considerado irracional das massas.

No Brasil, a participação feminina pode ser sintetizada em três momentos centrais: a conquista do direito ao voto em 1932, o fortalecimento do movimento feminista a partir da década de 1970 e a

Constituição Federal de 1988, que consolidou avanços legais nos direitos das mulheres.

3.1 A ORIGEM

Durante as revoluções no século XVIII, surgiu o feminismo, sendo uma resposta às desigualdades estruturais e sociais entre homens e mulheres. No Brasil, ele assentou na luta por igualdade entre gêneros, buscando o reconhecimento social, político e jurídico das mulheres.

Dessa época, uma das maiores representantes feministas foi a escritora Olímpia de Gouges, em 1791, que escreveu um documento que ficou conhecido como “Declaração dos Direitos da Cidadã e da Mulher”. Nessa declaração, a escritora francesa argumentava sobre a igualdade dos direitos sociais, políticos e jurídicos entre homens e mulheres. Sua crítica era contra a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, que implementa os direitos dos homens, mas excluía as mulheres.

No século XIX, o movimento feminista questionava as divergências existentes na sociedade surgida nos ideais liberais e das revoluções industriais, onde colocaram o fim das desigualdades do núcleo familiar e nos locais de trabalho.

Na entrada do século XIX para o século XX, os sindicatos apoiavam os trabalhadores da exploração patronal, com origem nas ideias marxistas, onde induziram toda uma tradição no conceito de movimento social, bem como as ideologias dos movimentos sociais e partidos políticos. Na década de 1960, com as repercussões da Segunda Guerra Mundial e, em sequência, o começo da Guerra Fria, acabaram surgindo novos coletivos, ações e movimentos.

Até o século XIX, a mulher era tida como “sexo frágil”, sendo vista como inferior ao homem, as quais não possuíam os mesmos privilégios que eles, tais como ler, escrever, guerrear, estudar, entre outros. Desse modo, as meninas eram educadas para ajudar as figuras maternas nos trabalhos domésticos, casar e ter filhos. Nesse sentido,

não podiam trabalhar fora, e muito menos ter acesso aos assuntos relacionados com a política ou economia.

Com isso, os movimentos feministas espalhados pelo mundo foram tomando corpo e assim, cada vez mais lutando e conquistando diversos direitos pelas mulheres, tais como o direito à educação, o voto, contrato, propriedade, divórcio, igualdade salarial, aborto, e assim por diante.

Na cultura ocidental, o movimento feminista passou a reivindicar maior visibilidade a partir do século XX, dando oportunidade para figuras femininas poderem atuar em diversos campos como cultura, artes, economia, política, etc.

Na contemporaneidade, observa-se que muitas mulheres optam por não constituir família, nem estabelecer vínculos conjugais ou ter filhos, em razão das experiências históricas de opressão e das estruturas patriarcais consolidadas ao longo do século XIX, marcadas por práticas de dominação, controle e violência contra a mulher.

As mulheres também fizeram movimentos sociais para lutar por seus direitos e assim, buscando a liberdade sexual e o tratamento igualitário entre os gêneros, organizaram-se em torno dos problemas específicos, ligado com a chegada da pílula anticoncepcional, onde a vida sexual das mulheres começou a se modificar, formando indivíduos conscientes que de modo poderiam valorizar a sexualidade como o direito de prazer, sem ter o risco de gravidez não desejada. Com isso, as escolaridades das mulheres se fortaleceram, bem como o mercado de trabalho se desenvolveu.

Simone de Beauvoir foi uma representante dos movimentos feministas, onde escreveu diversos livros sobre o papel da mulher na sociedade. Ela escreveu a famosa frase:

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” e “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”. (Beauvoir, Simone de. 1949)

Ela alega que o sexo é um fator biológico, de modo que difere do gênero que constitui a sociedade, criticando a hierarquia entre homens e mulheres assim como a opressão moral e religiosa.

Em 1985, criou-se a Conferência de Nairóbi, que foi a terceira conferência mundial sobre as mulheres convocada pela Organização das Nações Unidas, sendo que a primeira foi realizada no México, em 1975, e a segunda em Copenhague, em 1980. Participaram 157 países, sendo oficialmente designadas pela ONU. No final, os países concordaram em adotar políticas em favor da igualdade de gênero, saúde, educação e mercado de trabalho.

O III Encontro Feminista Latino-Americano aconteceu em Bertioga, em 1981, para discutir o feminismo e o direito das mulheres. Um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro não havia feito a inscrição no evento e reivindicava a participação, declarando que não tinham recursos para a efetivação do registro, marcando assim o início de reivindicações das mulheres negras pela diversidade do feminismo.

O senador Nelson Carneiro regulamenta a paternidade de crianças nascidas fora do casamento. Conforme a Lei 8.560/1992, os filhos nascidos fora do casamento devem ser irrevogavelmente reconhecidos. A partir de 2009, a lei passa a determinar que seja considerado pai o homem que recusar a fazer o teste de DNA em casos de reconhecimento de paternidade.

“Art. 1º O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I – no registro de nascimento;

II – por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III – por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV – por manifestação expressa e direta perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.” (Lei 8.560/1992)

A II Conferência Mundial de Direitos Humanos, conhecida como Conferência de Viena, realizada pela ONU, reúne 171 chefes de Estado para tratar de resoluções para o desenvolvimento humano, onde definiu metas para os países avançarem na proteção dos direitos humanos.

Houve uma evolução nos direitos trabalhistas, criada uma lei de iniciativa da deputada Benedita da Silva, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

“Art. 2º Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias:

I – a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;

II – a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem;

a) indução ou instigamento à esterilização genética;

b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).” (Lei 9.029/1995)

A Lei 9.278/1996, da deputada Beth Azize, regulamenta a união estável, prevista na Constituição Federal de 1988. Antigamente, o Código Civil de 1916 considerava família legítima apenas a formada pelo casamento civil. Não havendo proteção legal aos direitos do cônjuge e filhos fora do matrimônio. A Constituição de 1988 amplia a definição da família, que passou a incluir a união estável ou famílias monoparentais.

“Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.” (Lei 9.278/1996)

Assim, vimos um grande passo para os movimentos feministas, onde começou a regulamentar a união estável constituída na Constituição. Sendo que, para ser considerável, a união estável necessita da vontade das partes de constituir família, convivência duradoura, pública e contínua, independentemente do gênero.

Desse modo, foram diversas as conquistas do movimento feminista, como o voto, a união estável, a igualdade prevista na Constituição, diversos Congressos nacionais e internacionais, luta contra a violência e outras conquistas.

3.1.1. Trajetória do Feminismo no Brasil

No governo de José Sarney, de 1985 a 1989, houve o feminismo negro, que foi parâmetro da opressão de raça e gênero sofrida por mulheres negras. As publicações abordavam que a mulher negra se encontrava em uma posição inferior aos homens e às mulheres brancas no mercado de trabalho e ainda com uma remuneração menor, sendo diferentes as formas de tratamento na saúde e educação.

No governo de Collor, em 1990, o estupro foi classificado como crime hediondo, tornando-se inafiançável, com pena de 6 a 10 anos em regime fechado. Em 1992, aconteceu o primeiro encontro de mulheres negras da América Latina e do Caribe, que marcou internacionalmente a luta e a resistência da mulher negra em relação à opressão de gênero e etnia.

Na chefia de Itamar Franco, foi reconhecida a paternidade fora do casamento, e houve várias conferências, como a de Viena, em 1993, e a de Cairo, um ano depois, bem como declarações estabelecidas como a da liberdade de mulheres negras e de violência contra as mulheres.

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que voltou à ativa. As práticas discriminatórias da gravidez são proibidas no mercado de trabalho, a realização da Conferência de Pequim, cotas para mulheres em eleições e o Fórum de Mulheres do Mercosul. Um ano após, em 1996, foi implantada a Lei do Planejamento Familiar, a Lei da União Estável e o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher. No ano de 1997, foi criado o programa Viva Mulher, realizadas estratégias de igualdade e o fim da exigência de uso de vestido ou saia no Senado e no STF.

No mesmo governo, foi eleita a primeira mulher ministra do Supremo Tribunal Federal, em 2001. A lei tipifica e penaliza o assédio sexual. No ano de 2002, é aprovado o Novo Código Civil, com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e medida cautelar para violência doméstica.

Em 2003, no governo do Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Bolsa Família, notificação compulsória nos serviços de saúde, assim como a atenção integral à saúde da mulher. Em 2004, foi feita a Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2005, foi realizado o plano de políticas para as mulheres, as gestantes começaram a ser acompanhadas no parto e foi delineado um projeto de descriminalização do aborto. Em 2006, foi estabelecida a Lei Maria da Penha e, em 2007, criado o Estatuto do Nascituro, ou seja, proteção antes mesmo de nascer.

Somente em 2011, foi eleita a primeira presidente no Brasil, Dilma. Em 2012, foi legalizado o aborto de anencéfalos. Em 2013, constituiu-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, visando ampliar e integrar a rede de serviços públicos para mulheres em situação de violência. Foi criado também, no mesmo ano, o PEC das Domésticas, o atendimento obrigatório de mulheres em situação de violência sexual pelo SUS, e dois anos depois, foi criada a Lei do Feminicídio.

Em 2018, no governo do Temer, foi implantada a Lei Marielle Franco, a Lei de Importunação Sexual e a Campanha “Você tem voz”. Em 2020, no ano da pandemia, foi criado pela Promotora de Justiça Gabriela Manssur, um projeto chamado Justicieiras, onde visa suprir a necessidade de canais e sistemas alternativos para combater e prevenir à violência de gênero. O projeto atende mulheres e meninas vítimas de violência doméstica, onde os voluntários possam acolher, apoiar e prestar orientação técnica à distância por meio do atendimento virtual.

Durante a pandemia, o aumento de violência doméstica aumentou durante o isolamento social. Em março de 2020, foram decretadas 2.500 medidas protetivas em caráter de urgência, enquanto em fevereiro foi registrado 1.934.

Assim, é de suma importância conhecer e reconhecer os movimentos feministas, tanto nacionais quanto internacionais, para assim poder ser construída uma nova sociedade sem preconceitos, racismos e desigualdade, sabendo que ninguém é melhor que ninguém, independentemente de sexo, raça, gênero e etnia.

4. CONQUISTAS FEMINISTAS NO BRASIL

No Brasil, a ampliação dos direitos das mulheres ocorreu de forma gradual e marcada por intensas lutas sociais ao longo dos séculos. Em 1827, a legislação passou a permitir o acesso feminino à educação básica, e somente em 1879 as mulheres conquistaram o direito de ingressar no ensino superior. Atualmente, as mulheres constituem a maioria da população com formação universitária no país, evidenciando avanços no campo educacional.

Em 1832, Nísia Floresta publicou a obra *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, considerada um marco inicial do pensamento feminista brasileiro, ao questionar as tradições patriarcais e defender a igualdade intelectual e social entre homens e mulheres. No início do século XX, o Partido Republicano Feminino, fundado em 1910, destacou-se na luta pelo sufrágio feminino, conquistado em 1932 e reconhecido constitucionalmente em 1934.

Durante o período do Estado Novo (1937–1945), a repressão política limitou a atuação dos movimentos sociais e feministas. Com o processo de redemocratização, novas conquistas foram alcançadas, como o Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962, que garantiu maior autonomia civil às mulheres, especialmente no âmbito do trabalho e da vida familiar.

A partir da década de 1960, com a chamada revolução dos costumes, o feminismo passou a se consolidar como um movimento mais organizado e combativo, mesmo diante do contexto autoritário da Ditadura Militar. Na década de 1970, os movimentos feministas ampliaram sua articulação com outros grupos sociais e intensificaram as reivindicações por direitos civis, políticos e sociais.

Nas décadas seguintes, importantes avanços legais foram conquistados, como a Lei do Divórcio (1977), a regulamentação do futebol feminino (1983) e a criação das Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher (1985). A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental ao assegurar a igualdade jurídica entre homens e mulheres, consolidando direitos fundamentais e ampliando a cidadania feminina.

No século XXI, destacam-se a reforma do Código Civil (2002), a promulgação da Lei Maria da Penha (2006), a Lei do Feminicídio (2015), a Lei de Importunação Sexual (2018), a Lei nº 14.443/2022, e as novas mudanças que ocorreram no Código Penal Brasileiro entre os anos de 2025 e 2026, que ampliaram a autonomia das mulheres sobre decisões sociais, políticas, econômicas e jurídicas. Apesar dos significativos avanços normativos, a violência de gênero e o assédio permanecem desafios estruturais, evidenciando a necessidade de políticas públicas efetivas e de contínua mobilização social.

A cantora Elza Soares (1930-2022) foi um ícone de resistência contra a violência doméstica, transformando suas vivências pessoais de abuso físicos e sexuais em denúncia artística, especialmente com o hino “Maria da Vila Matilde”, onde acabou tornando-se voz ativa no combate ao machismo. Em todos os seus shows e entrevistas, a cantora incentivava o uso de Ligue 180, tendo também seus últimos álbuns temas que abordam o empoderamento, racismo e a resistência à violência. Sua arte e sua vida inspiraram a luta contra a violência de gênero no Brasil, utilizando-se da música como ferramenta de denúncia e sobrevivência.

4. Considerações Finais

É evidente que as mulheres demandam um olhar sensível, atento e comprometido por parte do Estado, considerando as desigualdades sociais historicamente arraigadas que as afetam, resultantes de um prolongado período de discriminação, exclusão e retrocessos sociais. Tais desigualdades estruturais reforçam a necessidade de políticas públicas específicas e eficazes, voltadas à promoção da equidade de gênero e à redução das assimetrias sociais que atingem a população feminina.

As políticas públicas direcionadas às mulheres no Brasil são fruto de um processo histórico de emancipação feminina, construído a partir de mobilizações sociais e da atuação dos movimentos feministas. Nesse contexto, a mulher passa a afirmar e ressignificar seu papel na sociedade, ampliando sua participação nos espaços sociais, políticos e

econômicos, e tornando-se pauta central nas discussões relacionadas aos direitos humanos e à cidadania.

A violência de gênero configura-se como uma grave forma de repressão, que compromete diretamente a identidade, a liberdade e a dignidade das mulheres, além de limitar sua plena inserção social. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, homens e mulheres passaram a ter formalmente assegurada a igualdade de direitos e deveres, garantindo-se o pleno exercício da cidadania e a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana. A partir desse marco, o Estado Democrático de Direito passou a orientar suas ações pela promoção do interesse coletivo e pela superação das desigualdades sociais e de gênero.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas à população feminina encontram fundamento jurídico e normativo na Constituição Federal, especialmente nos objetivos fundamentais da República, que visam à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem discriminações de qualquer natureza.

Apesar das conquistas históricas do movimento feminista — como a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a licença-maternidade, a aposentadoria das trabalhadoras rurais, o direito ao voto e a criação de legislações específicas de proteção à mulher — tais avanços ainda se mostram insuficientes para garantir a plena igualdade de gênero. Embora as mulheres representem a maioria da população brasileira, sua valorização social, política e econômica ainda não foi plenamente alcançada, o que evidencia a necessidade de continuidade das ações estatais e da mobilização social.

Referências Bibliográficas

Beauvoir, Simone de. **O Segundo Sexo**. País: França. Editora Nova Fronteira, ano 1949.

BEZERRA, Juliana. **FEMINISMO**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo/>. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

BRASIL. **LEI nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

CRUZ, Natália. **Movimentos sociais: o que são e os movimentos brasileiros.** Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/movimentos-sociais>. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Direitos das mulheres: as lutas dos movimentos feministas desde a redemocratização e seus resultados.** Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/direito-dasmulheres/#:~:text=O%20movimento%20feminista%20nacional%20e,como%20agentes%20do%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel>. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

Justiceiras. Seja voluntária nesse projeto pró-mulher. Disponível em: <https://www.justiceiras.org.br/>. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

KARAM, Maria Lucia. **Os paradoxais desejos punitivos de ativistas e movimentos feministas.**

MOVIMENTO BRASIL POPULAR. **Artigo | Elza Soares: lutadora do povo e construtora do projeto popular para o Brasil.** Disponível em: <https://brasilpopular.org/artigo-elza-soares-lutadora-do-povo-e-construtora-do-projeto-popular-para-o-brasil-2/>. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

NOSSA CAUSA. **Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo.** Disponível em: https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwl4yyBhAgEiwADSEjeOGOW38LY_CnzWYYsQ_cU9Ft41hd3ESaumm7nYkDmj1_6_wRO3FQIRoC5ZIQAvD_BwE. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

OLIVEIRA, de Kamila Pagel. **A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras.** Cidade: Minas Gerais, ano 2014.

PORFIRIO, Francisco. **Movimentos sociais.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

ROCHA, Camila Rodrigues da. **Movimento Feminista: Evoluções e Percalços no Tocante à Efetivação dos Direitos das Mulheres.** Artigo. Acessado em 16 de janeiro de 2026.

ROCHA, Giulia Silvestre. **Feminismo e questões de gênero**. Disponível em: <https://aprovatotal.com.br/movimento-feminista/>. Acessado em 15 de janeiro de 2026.

SILVA, Daniel Neves. **Feminismo no Brasil**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm#:~:text=O%20feminismo%20teve%20sua%20origem,mais%20direitos%20pol%C3%ADticos%20e%20sociais>. Acessado em 14 de janeiro de 2026.

TELES, Amelinha. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PNAISM): DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATEN- ÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Clebes Iolanda Leodice Alves

UFTPR/SMS

Céu Azul/PR

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9843-2834>

Email: clebesiolanda.ceuazul@gmail.com

Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad

UFSM/MIR

Santa Maria/RS

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7676-0976>

Email: profleomourad@gmail.com

Diovane da Rosa Dill

UTFPR/ SEDUC-RS

Triunfo/RS

ORCID <https://orcid.org/0009-0001-4028-5691>

Email: diovanedill@gmail.com

Maria de Lourdes Bernartt

UTFPR

Pato Branco/PR

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8847-5443>

Email: marial@professores.utfpr.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e sua articulação com o SUS, destacando a Atenção Primária à Saúde (APS) como cenário primordial para sua efetivação. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica e documental, integrada à observação direta participante no cotidiano da assistência. O objetivo é discutir a relevância da PNAISM na promoção da saúde

integral, superando o modelo biomédico em favor de uma perspectiva que considere determinantes sociais, gênero e diversidade. Os resultados apontam que a Estratégia Saúde da Família, por seu vínculo territorial, é capaz de operacionalizar metas complexas, como a redução da mortalidade materna e o enfrentamento à violência. Conclui-se que a efetivação da política exige o fortalecimento da APS e a mitigação de impactos das crises ambientais e sobrecarga do cuidado sobre as mulheres vulneráveis.

Palavras-chave: Agenda 2030; Atenção Primária à Saúde; Integralidade; Saúde da Mulher; PNAISM.

ABSTRACT

This article analyzes the National Policy for Integral Attention to Women's Health (PNAISM) and its articulation with the principles of the Unified Health System (SUS), highlighting Primary Health Care (PHC) as the primary setting for its effectiveness. The methodology consists of a bibliographic and documentary review, integrated with direct participant observation of the reality of health care. The objective is to discuss the relevance of PNAISM in promoting integral health, overcoming the biomedical model in favor of a perspective that considers social determinants, gender, and diversity. The results indicate that the Family Health Strategy, through its territorial link, is capable of operationalizing complex goals, such as reducing maternal mortality and tackling violence. It is concluded that the effectiveness of the policy requires the strengthening of PHC and the mitigation of the impacts of environmental crises and care overload on vulnerable women.

Keywords: PNAISM; Primary Health Care; Participant Observation; Women's Health; 2030 Agenda

1 Introdução

A trajetória das políticas públicas voltadas à saúde da mulher no Brasil revela um processo de transformação paradigmática, que deslocou o foco restrito à dimensão materno-infantil para uma abordagem

baseada na integralidade do cuidado. Durante grande parte do século XX, as ações destinadas às mulheres estavam concentradas na proteção da maternidade e na redução da mortalidade infantil, desconsiderando outras necessidades de saúde relacionadas ao ciclo de vida feminino e às desigualdades estruturais de gênero (OSIS, 1998). A partir do movimento da Reforma Sanitária e da promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu a saúde como direito de todos e dever do Estado, consolidou-se um novo modelo de atenção fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade (BRASIL, 1988).

Nesse contexto histórico e político, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), instituída em 2004 pelo Ministério da Saúde, representa um marco na consolidação de uma perspectiva ampliada de cuidado. A política reconhece a mulher como sujeito de direitos e incorpora explicitamente as categorias de gênero, raça, etnia, orientação sexual e ciclo de vida como determinantes sociais que influenciam o processo saúde-doença (BRASIL, 2004). Ao adotar essa abordagem, a PNAISM rompe com o modelo biologicista e reprodutivista predominante em décadas anteriores, propondo ações integrais que abrangem promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação.

A relevância dessa política torna-se ainda mais evidente diante dos dados sociodemográficos atuais. As mulheres representam a maioria da população brasileira e enfrentam desigualdades persistentes relacionadas à renda, inserção no mercado de trabalho, violência de gênero e sobrecarga de trabalho doméstico, fatores que impactam diretamente seus indicadores de saúde (IBGE, 2023). Além disso, relatórios internacionais apontam que a redução das iniquidades de gênero constitui condição essencial para o alcance de melhores resultados sanitários e para a promoção do desenvolvimento sustentável (OMS, 2021).

No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), a PNAISM adquire relevância estratégica, uma vez que é nesse nível de atenção que se estabelece o primeiro contato das mulheres com o sistema de saúde e se constrói o vínculo longitudinal e a continuidade do cuidado. A Estratégia Saúde da Família (ESF), principal modelo organizador da APS no Brasil, possibilita o acompanhamento das mulheres ao longo de todo

o ciclo de vida, favorecendo ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e identificação precoce de situações de vulnerabilidade, como violência doméstica e agravos crônicos (BRASIL, 2017).

Ademais, a implementação da PNAISM na APS dialoga diretamente com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com destaque para o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 5 (Igualdade de Gênero) (ONU, 2015). A redução da mortalidade materna, a ampliação do acesso à saúde sexual e reprodutiva e o enfrentamento das desigualdades de gênero constituem metas globais que encontram respaldo nas diretrizes da política nacional.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos, princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, discutindo sua importância no contexto da Atenção Primária à Saúde e examinando de que maneira suas orientações se materializam no cotidiano da Estratégia Saúde da Família, contribuindo para a promoção da equidade e da integralidade no cuidado às mulheres brasileiras.

Para fundamentar esta análise, utilizou-se uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e documental, recorrendo a fontes do Ministério da Saúde, IBGE e organismos internacionais (OMS/OPAS). Complementarmente, o estudo ampara-se na observação direta participante da realidade assistencial, permitindo confrontar o arcabouço normativo com os desafios práticos vivenciados pelas equipes de saúde no cotidiano da Estratégia Saúde da Família, especialmente no cenário pós-pandemia.

2 Princípios e Diretrizes da PNAISM

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) fundamenta-se nos princípios estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS) — universalidade, equidade e integralidade — conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.080/1990 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990). Entretanto,

a política avança ao incorporar explicitamente o recorte de gênero como determinante social de saúde, reconhecendo que as desigualdades historicamente construídas entre homens e mulheres produzem impactos diretos nos processos de adoecimento, acesso aos serviços e qualidade da atenção prestada (BRASIL, 2004; BRASIL, 2023).

A universalidade assegura que todas as mulheres, independentemente de classe social, raça, orientação sexual, identidade de gênero, território ou condição socioeconômica, tenham direito ao acesso aos serviços de saúde. Contudo, a simples garantia formal do acesso não é suficiente para assegurar justiça social. Nesse sentido, a equidade constitui princípio central da PNAISM, pois orienta a formulação de estratégias diferenciadas para enfrentar desigualdades estruturais que atingem de forma mais intensa determinados grupos femininos, como mulheres negras, indígenas, rurais, periféricas, privadas de liberdade e em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2004).

Dados do Ministério da Saúde evidenciam que mulheres negras apresentam maior risco de morte materna e menor acesso a serviços especializados quando comparadas às mulheres brancas, o que demonstra a necessidade de políticas públicas orientadas por critérios de justiça distributiva (BRASIL, 2022). Essa perspectiva dialoga com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), que reconhece o gênero como determinante estrutural das iniquidades em saúde, influenciando oportunidades de vida, exposição a riscos e acesso a cuidados.

A integralidade, por sua vez, amplia a compreensão da saúde feminina para além da dimensão reprodutiva, contemplando ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação em todas as fases do ciclo de vida — da adolescência ao climatério e envelhecimento (BRASIL, 2004). Esse princípio implica a organização de uma rede articulada de atenção que considere as múltiplas necessidades das mulheres, incluindo saúde mental, doenças crônicas não transmissíveis, violência baseada em gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

Entre as diretrizes específicas da PNAISM, destacam-se a humanização e a qualidade da atenção. A política enfatiza o acolhimento sem julgamentos, o respeito à autonomia feminina e a valorização da escuta qualificada como elementos essenciais para a construção de

vínculos terapêuticos e fortalecimento do protagonismo das mulheres no cuidado à própria saúde (BRASIL, 2004; BRASIL, 2023). A humanização implica reconhecer a mulher como sujeito de direitos, superando práticas assistenciais autoritárias ou medicalizantes que historicamente marcaram a atenção à saúde feminina.

O enfoque de gênero constitui eixo transversal da política, orientando a análise das desigualdades sociais entre homens e mulheres e sua repercussão no processo saúde-doença. As desigualdades de renda, a dupla jornada de trabalho, a violência doméstica e as barreiras culturais impactam diretamente os indicadores de saúde das mulheres, exigindo respostas institucionais sensíveis a essas especificidades (OMS, 2021; OPAS, 2022). A incorporação dessa perspectiva representa um avanço paradigmático, pois desloca a análise exclusivamente biológica para uma abordagem social e política da saúde.

A diretriz da diversidade amplia ainda mais o alcance da política ao reconhecer que as mulheres não constituem um grupo homogêneo. A PNAISM reafirma a necessidade de inclusão de mulheres negras, indígenas, quilombolas, rurais, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, cujas experiências de saúde são atravessadas por múltiplas formas de discriminação e exclusão (BRASIL, 2004; BRASIL, 2023). Essa abordagem interseccional está alinhada às recomendações internacionais da Agenda 2030, especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à redução das desigualdades e à promoção da igualdade de gênero (ONU, 2015).

Dessa forma, os princípios e diretrizes da PNAISM estruturam-se não apenas como orientações técnicas, mas como instrumentos políticos de transformação social, reafirmando a saúde da mulher como direito humano fundamental e responsabilidade do Estado. Ao integrar universalidade, equidade, integralidade, humanização, enfoque de gênero e diversidade, a política consolida um modelo de atenção comprometido com a justiça social e a redução das iniquidades em saúde.

3 Objetivos e Relevância no Cenário Atual

O objetivo central da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) consiste na redução da morbimortalidade feminina por causas evitáveis, mediante a ampliação do acesso a serviços de saúde qualificados, humanizados e organizados em rede (BRASIL, 2004). Essa diretriz está diretamente alinhada aos compromissos assumidos pelo Brasil na Agenda 2030, especialmente no que se refere à redução da mortalidade materna e à promoção da saúde e do bem-estar das mulheres em todas as fases do ciclo de vida (ONU, 2015).

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, os indicadores nacionais demonstram que persistem desafios significativos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) e do Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna do Ministério da Saúde evidenciam que, embora tenha ocorrido redução histórica da razão de mortalidade materna em determinados períodos, o país ainda enfrenta dificuldades para atingir as metas internacionais pactuadas. As crises sanitárias recentes, especialmente a pandemia de COVID-19, impactaram negativamente os serviços de saúde e contribuíram para o agravamento de desigualdades regionais e raciais, com aumento da vulnerabilidade materna em determinados grupos populacionais (BRASIL, 2023). A Organização Mundial da Saúde ressalta que a maioria das mortes maternas é evitável e decorre de falhas no acesso oportuno e na qualidade da assistência pré-natal, ao parto e ao puerpério (OMS, 2023).

Nesse contexto, a PNAISM estrutura-se a partir de frentes estratégicas de atuação que dialogam diretamente com as principais causas de adoecimento e morte entre mulheres brasileiras.

3.1 Saúde sexual e reprodutiva

A garantia dos direitos sexuais e reprodutivos constitui eixo estruturante da política. A PNAISM assegura o acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes, ao planejamento familiar e à assistência qualificada no pré-natal, parto e puerpério, respeitando a autonomia e

a livre decisão das mulheres sobre seus corpos e projetos de vida (BRASIL, 2004). A Atenção Primária à Saúde desempenha papel central nesse processo, pois é o espaço onde se realizam ações educativas, aconselhamento contraceptivo e acompanhamento contínuo da saúde reprodutiva.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) enfatiza que o acesso universal ao planejamento reprodutivo é uma das intervenções mais custo-efetivas para reduzir mortalidade materna e promover equidade de gênero. No Brasil, a ampliação da oferta de métodos contraceptivos no SUS representa não apenas medida de saúde pública, mas instrumento de justiça social, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

3.2 Enfrentamento à violência contra a mulher

Outra frente prioritária da PNAISM é o enfrentamento da violência doméstica e sexual, reconhecida como grave problema de saúde pública e violação de direitos humanos. A política orienta a organização de fluxos de acolhimento, notificação compulsória e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2004).

A Atenção Primária à Saúde constitui porta de entrada privilegiada para identificação precoce dessas situações, uma vez que o vínculo longitudinal estabelecido pelas equipes da Estratégia Saúde da Família possibilita maior proximidade com o contexto social das usuárias. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência física ou sexual, sendo os serviços de saúde fundamentais para romper ciclos de violência e oferecer apoio integral.

O acolhimento qualificado, a escuta sensível e a articulação intersetorial com redes de proteção social e jurídica são elementos essenciais para que a política se materialize de forma efetiva na prática cotidiana da APS.

3.3 Prevenção e controle do câncer de colo do útero e de mama

O câncer de colo do útero e o câncer de mama figuram entre as principais causas de morte por neoplasias na população feminina brasileira. A PNAISM estabelece como prioridade a promoção do rastreamento organizado e sistemático, conforme protocolos clínicos definidos pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), com realização periódica do exame citopatológico do colo do útero (Papanicolau) e mamografia em faixas etárias específicas (INCA, 2023).

A efetividade dessas ações depende diretamente da organização da Atenção Primária, responsável pela captação ativa das mulheres, realização dos exames, acompanhamento dos resultados e encaminhamento oportuno para serviços especializados quando necessário. De acordo com o INCA (2023), o diagnóstico precoce aumenta significativamente as chances de cura e reduz a mortalidade por essas neoplasias, evidenciando a importância de programas de rastreamento bem estruturados.

4 A Efetivação da Política na Atenção Primária

A APS funciona como o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Para que a PNAISM seja efetiva, a atuação deve ir além da coleta de preventivo (Papanicolau) ou consultas de pré-natal.

4.1. O Papel da Estratégia Saúde da Família (ESF)

A busca ativa realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é crucial para alcançar mulheres que não frequentam as unidades. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) enfatiza que sistemas de saúde baseados em uma APS forte são mais equitativos e eficazes na redução de disparidades.

4.2 Convergência com a Agenda 2030

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, Igualdade de Gênero, e o ODS 3, Saúde e Bem-Estar, estão intrinsecamente ligados à PNAISM. A redução da mortalidade materna e o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva são metas que o Brasil se comprometeu a atingir até 2030 (quadro 1).

Quadro 1: Convergência estratégica entre a PNAISM e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

Dimensão de Análise	Metas da PNAISM (Brasil)	Metas Relacionadas (Agenda 2030)	Ações na Atenção Primária à Saúde (Porta de Entrada)
Mortalidade Materna	Reduzir a morbimortalidade por causas evitáveis.	ODS 3.1: Reduzir a taxa de mortalidade materna global.	Pré-natal de qualidade, estratificação de risco e busca ativa de gestantes faltosas.
Direitos Reprodutivos	Garantir o planejamento familiar e a autonomia feminina.	ODS 3.7 & 5.6: Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva.	Oferta de métodos contraceptivos, educação em saúde e aconselhamento reprodutivo.
Enfrentamento à Violência	Implementar a rede de atenção às mulheres em situação de violência.	ODS 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas.	Acolhimento humanizado, notificação compulsória e articulação com a rede intersectorial.
Câncer e Doenças Crônicas	Intensificar o rastreamento do câncer de colo de útero e mama.	ODS 3.4: Reduzir em um terço a mortalidade prematura por DCNT.	Coleta de citopatológico, solicitação de mamografias e grupos de promoção à saúde.

Dimensão de Análise	Metas da PNAISM (Brasil)	Metas Relacionadas (Agenda 2030)	Ações na Atenção Primária à Saúde (Porta de Entrada)
Equidade e Diversidade	Promover a atenção a mulheres negras, indígenas e quilombolas.	ODS 10 & 5.c: Adotar e fortalecer políticas para a promoção da igualdade.	Registro do quesito cor/raça, respeito a partos tradicionais e combate ao racismo institucional.
Saúde Mental	Apoiar a saúde mental feminina considerando a sobrecarga social.	ODS 3.4: Promover a saúde mental e o bem-estar.	Escuta qualificada, redução da medicalização e suporte às cuidadoras familiares.

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2004), ONU (2015) e MS (2023).

A análise do Quadro 1 revela que a convergência entre a PNAISM e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não é apenas temática, mas estrutural. A Atenção Primária à Saúde (APS) transporece como o verdadeiro "braço operacional" dessas diretrizes; sem a capilaridade da Estratégia Saúde da Família e a atuação das Unidades Básicas de Saúde, as normativas da Agenda 2030 permaneceriam como ideais teóricos distantes da realidade social. É no território, sob a gestão das equipes multidisciplinares, que a meta de redução da mortalidade materna (ODS 3.1) se transforma em busca ativa de gestantes e pré-natal qualificado.

A eficácia da PNAISM reside na capacidade da APS de realizar o que a literatura denomina de Vigilância em Saúde. Ao atuar na porta de entrada do SUS, o nível primário funciona como um filtro sensível às iniquidades. Quando uma enfermeira identifica um caso de violência doméstica ou um Agente Comunitário de Saúde percebe a falta de acesso ao planejamento reprodutivo em uma área periférica, eles estão, na prática, materializando o ODS 5. Portanto, a sustentabilidade das metas internacionais no Brasil depende intrinsecamente do fortalecimento do financiamento e da infraestrutura da Atenção Primária.

5 Desafios Para a Implementação

Apesar do arcabouço teórico robusto, a efetivação enfrenta obstáculos com especial destaque a:

- Subfinanciamento: Escassez de recursos para manutenção de insumos e capacitação de equipes.
- Fragmentação do Cuidado: Dificuldade de referência e contrarreferência para exames especializados e cirurgias.
- Persistência do Modelo Biomédico: Foco excessivo na doença em detrimento da prevenção e promoção da saúde mental e social da mulher.

6 Desafios da Prática Coletiva: Entre a Normativa e a Sobrecarga Assistencial

A efetivação da PNAISM na Atenção Primária pressupõe ações que transcendem o atendimento clínico individual. Contudo, a observação direta participante revela que a realidade das equipes é marcada por uma profunda sobrecarga, onde a pressão pelo alcance de indicadores e as rotinas administrativas, intensificadas no cenário pós-pandemia, dificultam a manutenção de espaços coletivos. A efetivação da PNAISM na Atenção Primária não se restringe ao atendimento clínico individual. Experiências exitosas relatadas em revistas como *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* demonstram que a criação de Grupos de Mulheres nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) potencializa a autonomia e o autocuidado. Esses grupos funcionam como espaços de educação em saúde onde temas tabus, como a sexualidade na maturidade e a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), são discutidos de forma horizontal. A literatura aponta que mulheres que participam de atividades coletivas na APS apresentam maior adesão

aos exames de rastreamento de câncer de colo de útero (Papanicolau), uma vez que a barreira do medo e do desconhecimento é mitigada pelo apoio interpares e pela humanização do serviço.

7 Saúde Mental e a Sobrecarga do Cuidado

Um dos aspectos mais críticos na saúde da mulher reside na saúde mental relacionada aos determinantes sociais. O IBGE destaca que as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, quase o dobro do tempo dedicado pelos homens. Esta "jornada tripla" resulta em uma prevalência elevada de transtornos mentais comuns (TMC). Na prática cotidiana da APS, a observação participante revela que a escassez de tempo para atividades coletivas e a pressão assistencial acabam por empurrar o cuidado para a medicalização excessiva, contrariando as diretrizes de humanização do Ministério da Saúde. É fundamental que queixas de cansaço extremo e tristeza sejam tratadas através da escuta qualificada e de Práticas Integrativas e Complementares (PICS), visando fortalecer a rede de apoio social e reduzir a dependência farmacológica.

8 Climatério, Envelhecimento e a Transição Demográfica

Com o aumento da expectativa de vida, o Brasil atravessa um processo acelerado de envelhecimento populacional. Dados da Agenda 2030 reforçam a necessidade de "não deixar ninguém para trás", o que inclui a atenção à mulher no climatério e na terceira idade. Historicamente, a assistência encerrava-se após o período reprodutivo, mas a efetivação da política na APS exige hoje o manejo do climatério (orientação sobre terapia de reposição hormonal e prevenção da osteoporose) e a prevenção de doenças cardiovasculares, que são a principal causa de morte entre mulheres idosas, superando o câncer de mama (OMS, 2021). Além disso, a APS deve abordar a sexualidade na terceira idade, combatendo o preconceito etarista que invisibiliza os riscos de ISTs nessa faixa etária.

9 Interseccionalidade: Mulheres Indígenas e Quilombolas

A integralidade da PNAISM só é plenamente alcançada quando se considera a saúde das mulheres indígenas e quilombolas sob a égide da interculturalidade. Para as mulheres indígenas, o atendimento na APS deve respeitar as práticas tradicionais de cura e o parto institucionalizado deve ser negociado com as lideranças e pajés, garantindo a presença de acompanhantes e tradutores quando necessário (OPAS, 2022).

Já para as comunidades quilombolas, a política enfrenta barreiras geográficas e o racismo institucional que dificulta o acesso ao diagnóstico precoce. A prevalência de doenças genéticas, como a anemia falciforme, e as condições de saneamento básico em territórios remotos são pontos focais que a APS deve gerenciar para reduzir as iniquidades em saúde que penalizam historicamente essas populações.

10 Saúde Ambiental, Gênero e Mudanças Climáticas na APS

Um componente emergente e vital para a Agenda 2030, que deve ser integrado à execução da PNAISM, é a relação entre saúde ambiental e gênero. As mudanças climáticas não afetam a população de forma homogênea; elas atingem desproporcionalmente as mulheres, especialmente aquelas em contextos periféricos e rurais. De acordo com a OPAS (2022), as mulheres são as mais vulneráveis à insegurança hídrica e alimentar, fenômenos que exacerbam doenças infectocontagiosas e negligenciadas.

No contexto rural e em comunidades tradicionais, a escassez de recursos hídricos aumenta a carga de trabalho das mulheres e as expõe a vetores de doenças como arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya),

cujas complicações, como a síndrome congênita do Zika, têm impacto direto na saúde reprodutiva e mental feminina. Na APS, essa realidade exige uma atuação que vá além do consultório, demandando que a equipe de saúde compreenda o território como um ecossistema. A efetivação da política nesse nível de atenção deve incluir a vigilância ambiental e o reconhecimento de que o meio ambiente equilibrado é um pré-requisito para o alcance da integralidade na saúde da mulher.

11 Impacto das Desigualdades Raciais e o Acesso À Saúde

A análise da saúde da mulher é incompleta sem o recorte étnico-racial. Relatórios indicam que mulheres negras enfrentam barreiras institucionais severas, manifestadas desde o menor tempo de consulta até a menor oferta de analgesia. A PNAISM, em consonância com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, estabelece que a APS deve realizar o registro do quesito cor/raça para permitir o planejamento de ações específicas. O enfrentamento ao racismo estrutural no cotidiano das UBS é, portanto, uma diretriz ética e política inalienável para a consolidação do SUS.

12 A Saúde da Mulher em Privação de Liberdade Sob a Égide da PNAISM

A atenção à saúde das mulheres no sistema prisional constitui um dos maiores desafios para a efetivação da integralidade proposta pela PNAISM. A mulher privada de liberdade deve ter seus direitos garantidos sem retrocessos decorrentes da custódia estatal, cabendo à APS um papel crucial através das equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) articuladas com a rede municipal.

A realidade desse público é marcada por trajetórias de vulnerabilidade extrema, com alta prevalência de doenças infectocontagiosas (tuberculose e ISTs) e transtornos mentais severos. É imperativo que a gestão do cuidado assegure não apenas o direito ao pré-natal e ao aleitamento materno, mas também o acesso a diagnósticos precoces de

câncer e ao suporte psicossocial. Efetivar a política nesse contexto significa tratar a saúde como um direito inalienável da cidadania, garantindo que o ambiente de cárcere não impeça o acesso a uma assistência humanizada e integral.

Considerações Finais

A análise da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) revela que sua efetivação na Atenção Primária à Saúde (APS) é o caminho estratégico para superar o modelo fragmentado e biomédico. A integração das diretrizes da PNAISM com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 reforça o compromisso do Estado brasileiro com a equidade, a justiça reprodutiva e o enfrentamento das iniquidades de gênero e raça.

Através da observação direta participante e da revisão documental, evidenciou-se que a Estratégia Saúde da Família (ESF) atua como o principal dispositivo de capilaridade da política, sendo capaz de operacionalizar o cuidado integral no território. Contudo, desafios persistentes como a mortalidade materna, a violência de gênero e a crescente sobrecarga do cuidado imposta às mulheres, agravada por crises ambientais e sanitárias, exigem que a APS receba investimentos contínuos em infraestrutura e qualificação intersetorial.

Conclui-se que a PNAISM deve ser compreendida não apenas como um conjunto de metas técnicas, mas como um compromisso ético-político de garantia de direitos. O fortalecimento da APS, pautado pela escuta sensível e pela visão interseccional, é condição indispensável para que o SUS assegure às mulheres brasileiras uma vida digna, saudável e livre de todas as formas de opressão e invisibilidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico:** mortalidade materna no Brasil. Brasília: MS, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: MS, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** princípios e diretrizes. Brasília: MS, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **Relatório de Monitoramento da Saúde da Mulher 2023.** Brasília: MS, 2023.

IBGE. **Estatísticas de gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 3.** Brasília: IPEA, 2023.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Trends in maternal mortality 2000–2023.** Geneva: WHO, 2023.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Women's health and gender equity.** Geneva: WHO, 2021.

ONU. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde da mulher nas Américas:** panorama regional. Washington, DC: OPAS, 2022.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Atenção Primária à Saúde nas Américas:** lições aprendidas. Washington, DC: OPAS, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: UN, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório sobre a saúde da mulher e desigualdades globais**. Genebra: WHO, 2021.

OSIS, M. J. D. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 25-32, 1998.

CAPÍTULO 4

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA EM RUANDA: ENTRE A TRANSFUSÃO, A TRANSFERÊNCIA E A BRICOLAGEM JURÍ- DICA NO DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO

*FEMALE REPRESENTATION IN RWANDA: BETWEEN TRANSFUSION, TRANS-
FER, AND LEGAL BRICOLAGE IN COMPARATIVE CONSTITUTIONAL LAW*

Deyslane Neves Gomes Freitas

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes /
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP
Montes Claros - MG / Brasília - DF
ORCID <https://orcid.org/0009-0009-8783-1432>
E-mail Deyslane.freitas@unimontes.br

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a representatividade feminina em Ruanda à luz do Direito Constitucional Comparado, problematizando a adoção de cotas de gênero como estratégia de promoção da igualdade e avaliando se tal modelo resultou em representatividade democrática substantiva ou apenas formal. O estudo adota abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, com base na análise documental da Constituição de Ruanda, relatórios internacionais e literatura especializada em Direito Constitucional Comparado. Utilizam-se, como referenciais teóricos, os conceitos de transfusão, transferência e bricolagem jurídica, especialmente a partir das contribuições de Pierre Legend e Günter Frankenberg. Constatou-se que o modelo ruandês de paridade de gênero configura uma combinação entre transfusão normativa e bricolagem institucional, produzindo elevada representação numérica feminina no Parlamento sem correspondência em autonomia política, pluralidade ou efetivo poder deliberativo. A política de cotas mostrou-se instrumentalizada pelo regime como mecanismo de legitimação interna e internacional. O caso de Ruanda evidencia os limites da circulação acrítica de modelos jurídicos, demonstrando que a igualdade formal não garante, por si só, emancipação democrática. A

efetividade das políticas de gênero depende de sua inserção em contextos políticos pluralistas e democráticos.

Palavras-chave: Representatividade feminina; Direito Constitucional Comparado; Cotas de gênero; Bricolagem jurídica; Democracia.

ABSTRACT

The text analyze female representation in Rwanda from a Comparative Constitutional Law perspective, critically examining the adoption of gender quotas as a strategy for promoting equality and assessing whether this model has resulted in substantive democratic representation or merely formal parity. This qualitative, theoretical-analytical study is based on documentary analysis of Rwanda's Constitution, international reports, and specialized literature in Comparative Constitutional Law. The research draws on the concepts of legal transfusion, transfer, and bricolage, particularly grounded in the works of Pierre Legrand and Günter Frankenberg. The findings indicate that Rwanda's gender parity model represents a hybrid between normative transfusion and institutional bricolage, producing high numerical female representation in Parliament without corresponding political autonomy, pluralism, or real deliberative power. Gender quotas have been instrumentalized as a mechanism of internal and external regime legitimation. The Rwandan case highlights the risks of uncritical legal circulation, demonstrating that formal equality alone does not ensure democratic emancipation. The effectiveness of gender policies depends on their integration within genuinely pluralistic and democratic political contexts.

Keywords: Female representation; Comparative Constitutional Law; Gender quotas; Legal bricolage; Democracy.

1. Introdução

A análise da representatividade feminina em Ruanda, país que ocupa o primeiro lugar mundial em número de mulheres no Parlamento, revela um paradoxo que desafia as noções tradicionais de igualdade e participação política. Apesar de sua impressionante composição legislativa, cerca de 63,8% de deputadas eleitas, Ruanda é uma nação

marcada por um passado de extrema violência, centralização do poder e instrumentalização das reformas jurídicas como mecanismos de legitimação política.

Essa contradição torna o caso ruandês um campo fértil para a reflexão no Direito Constitucional Comparado, sobretudo quando observamos como modelos normativos estrangeiros são absorvidos, reinterpretados e reconfigurados em contextos locais. Essa coexistência de paridade formal e limitação democrática torna Ruanda um caso singular e, sobretudo, problemático, tornando o tema uma reflexão necessária sob o aspecto do Direito Constitucional Comparado.

De acordo com o relatório mais recente da Inter-Parliamentary Union (IPU) sobre a presença feminina nos parlamentos nacionais (2024), Ruanda ocupa o primeiro lugar no mundo, com 63,8% de mulheres na Câmara dos Deputados. Em seguida aparecem Cuba (55,7%), Nicarágua (51,7%), México (50,0%), Andorra (50,0%), Emirados Árabes Unidos (50,0%), Islândia (47,6%), Costa Rica (47,4%), Nova Zelândia (46,4%) e Noruega (46,2%). Esses dados indicam uma tendência global de avanço gradual da participação feminina nos espaços legislativos, ainda que com ritmos e contextos políticos muito distintos.

No Brasil, por exemplo, segundo o portal TSE Mulheres, apenas 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados são ocupadas por mulheres, o que revela um cenário de sub-representação persistente em comparação ao panorama internacional.

Neste contexto, ao longo das últimas décadas, a circulação de ideias constitucionais e de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero tornou-se uma marca das democracias contemporâneas. O fenômeno, contudo, não é neutro. Como ensinam Pierre Legrand e Günter Frankenberg, a transposição de modelos jurídicos entre sistemas distintos envolve sempre uma dimensão de poder, cultura e tradução. Nem toda norma importada encontra solo fértil para florescer, e nem toda paridade numérica representa efetivamente autonomia política e emancipação substantiva.

Este ensaio busca compreender por que o modelo ruandês de cotas de gênero, embora juridicamente admirável, não produziu uma representatividade democrática genuína.

Para isso, analisa-se a trajetória histórica do país, a implementação das cotas e os conceitos de transfusão, transferência e bricolagem jurídica, avaliando se Ruanda constitui um exemplo de circulação bem-sucedida ou um caso de replicação disfuncional, onde o direito se converte em vitrine, mas não em libertação.

2. Breve história política e social de Ruanda

Para entendermos melhor essa polêmica, a trajetória histórica do país ajuda a compreender essa complexidade. Desde o período pré-colonial, Ruanda estruturou-se sob uma monarquia patriarcal e hierarquizada, na qual o poder era concentrado na figura do Mwami e nas elites tutsis.

Com a colonização alemã e, posteriormente, belga (1916–1962), a sociedade passou por um processo de etnicização do Estado, em que as distinções sociais entre hutus e tutsis foram convertidas em categorias raciais fixas.

As mulheres, como já era de se esperar, eram excluídas das esferas de decisão e confinadas à vida doméstica, permaneceram invisibilizadas no campo político., sem qualquer autonomia ou capacidade eleitoral.

Após a Revolução Hutu de 1959 e o genocídio de 1994, que dizimou cerca de oitocentas mil pessoas e deixou as mulheres como maioria da população sobrevivente, o país foi reconstruído sob a liderança da Frente Patriótica Ruandesa (RPF).

Nesse contexto, o discurso da igualdade de gênero foi incorporado à nova Constituição de 2003, que previu 30% de cotas obrigatórias e 24 cadeiras parlamentares exclusivas para mulheres, projetando Ruanda como símbolo mundial de paridade política.

Essa reconstrução do país, liderada pela Frente Patriótica Ruandesa (RPF), sob o comando de Paul Kagame, adotou o discurso de

unidade nacional, modernização e igualdade. Foi nesse contexto que a questão de gênero emergiu como símbolo de transformação.

O novo governo percebeu na inclusão feminina uma oportunidade de projetar, interna e externamente, uma imagem de Estado renovado, moralmente reformado e alinhado aos valores democráticos globais.

Contudo, a de se destacar, que esse avanço formal ocorre em um regime fortemente centralizado e de baixa pluralidade política, no qual a presença feminina, embora numericamente expressiva, é condicionada à lógica do partido dominante.

O desafio, portanto, não é apenas compreender o êxito quantitativo de Ruanda, mas questionar qual tipo de representação está sendo efetivamente construída, e em que medida ela expressa uma transformação social genuína, analisando se verdadeiramente se aplica como uma conquista na luta pela paridade e equidade.

3. O surgimento da proposta de cotas e paridade de gênero em Ruanda

Em 2003, a nova Constituição ruandesa estabeleceu um marco histórico ao prever 30% de cotas obrigatórias para mulheres em todos os órgãos de decisão e reservar 24 cadeiras exclusivas no Parlamento. O texto constitucional foi amplamente celebrado por organismos internacionais e pela ONU, que passaram a tratar Ruanda como exemplo de avanço institucional.

Essa política foi, inicialmente, justificada como forma de reconstrução social. Após o genocídio, as mulheres representavam a maioria da população sobrevivente, e sua participação era vista como essencial para o restabelecimento da ordem e da confiança pública.

Entretanto, a adoção das cotas não decorreu de uma demanda popular ou de um movimento feminista autônomo, mas de uma decisão estatal verticalizada, imposta de cima para baixo, como parte de um projeto político de reconstrução e legitimação internacional.

Essa característica é fundamental: as mulheres foram incorporadas à estrutura política não como resultado de uma mobilização social

emancipatória, mas como instrumento simbólico de reconstrução e controle.

A representatividade feminina tornou-se um signo de estabilidade e modernidade, mas dentro de um sistema fortemente hierarquizado, sem oposição política efetiva e com liberdade de expressão limitada.

É nesse ponto que os conceitos de transfusão, transferência e bricolagem jurídica, desenvolvidos por Pierre Legrand e Günter Frankenberg, oferecem um instrumental teórico capaz de desvendar as tensões entre forma jurídica, cultura política e emancipação social, nos levando a refletir sobre os aspectos da política de representatividade política em Ruanda sob o aspecto do Direito Internacional Comparado.

4. O Direito Constitucional Comparado e os conceitos de transfusão, transferência e bricolagem jurídica e sua reflexão no caso ruandês

O Direito Constitucional Comparado tem se consolidado como ferramenta essencial para compreender a circulação e a adaptação de normas e instituições entre diferentes contextos culturais.

Ele permite analisar como modelos jurídicos viajam, são reinterpretados e assumem novos significados. Nesse campo, destacam-se as contribuições de Pierre Legrand e Günter Frankenberg, que problematizam a ideia de que as instituições jurídicas podem ser simplesmente transplantadas.

Para Legrand (2021, p. 87), “todo direito é intraduzível, pois está imerso em uma memória coletiva, em uma linguagem e em uma cultura específicas.” Assim, a tentativa de reproduzir um modelo estrangeiro sem considerar sua base cultural equivale a transfundir uma norma, isto é, importá-la sem adaptação, o que tende a gerar “formas sem alma”.

Já Frankenberg (2018), ao refletir sobre o constitucionalismo comparado, afirma que “os transplantes jurídicos são atos políticos, não apenas técnicos”, e que as normas “não se deslocam sozinhas, mas carregam consigo as relações de poder e os interesses de quem as exporta.” Para ele, compreender a transferência jurídica requer

observar não só o texto da norma, mas o modo como ela é apropriada e ressignificada localmente.

A bricolagem jurídica, por sua vez, é um conceito que expressa um estágio intermediário entre a mera cópia e a criação autêntica. Nela, o Estado receptor combina elementos locais e estrangeiros para formar um arranjo híbrido, dotado de coerência formal, mas nem sempre de legitimidade democrática.

Esse processo pode gerar inovações institucionais como ocorreu, por exemplo, na África do Sul pós-apartheid, cuja Constituição de 1996 incorporou princípios universais de direitos humanos adaptando-os à realidade africana, mas também instrumentalizações políticas, quando a norma é utilizada para legitimar o poder.

Em Ruanda, as políticas de gênero e o modelo constitucional pós-genocídio exemplificam uma bricolagem jurídica — conceito que designa a criação de arranjos institucionais híbridos, formados pela combinação de elementos exógenos (importados) e endógenos (locais).

Após 1994, o país reconstruiu seu ordenamento sob forte influência de organismos internacionais e ONGs globais voltadas aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Inspirou-se em experiências de democracias ocidentais e em recomendações da ONU, mas adaptou-as a um contexto político altamente controlado pela Frente Patriótica Ruandesa.

Assim, a nosso sentir, as cotas parlamentares e a reserva de assentos femininos representam menos uma transferência consciente de valores democráticos e mais uma estratégia de legitimação institucional perante a comunidade internacional — uma bricolagem entre o discurso global de paridade e a prática local de centralização do poder. Essa dinâmica reflete o que Frankenberg denomina de circulação assimétrica de normas, na qual países periféricos absorvem modelos constitucionais ocidentais sem internalizar, necessariamente, os valores que lhes dão sustentação.

O caso ruandês ilustra bem essa assimetria: embora ostente indicadores notáveis de representatividade descritiva, o país mantém índices baixos de liberdade política e de competitividade eleitoral.

A presença feminina, nesse sentido, cumpre uma dupla função simbólica, a de reparação histórica e a de legitimação do regime. A representatividade substantiva, aquela que implica autonomia, deliberação e influência nas políticas públicas, permanece limitada por estruturas patriarcais e autoritárias enraizadas.

Como bem observa Legrand, o transplante de instituições estrangeiras “nunca é neutro, pois o direito se inscreve em uma memória coletiva, em uma gramática cultural específica” (Legrand, 2021, p. 87). Assim, Ruanda não apenas adaptou um modelo jurídico externo, mas o moldou segundo as conveniências de seu projeto político interno.

Nesse cenário, é possível afirmar que a política de igualdade de gênero ruandesa se situa entre a transfusão e a bricolagem: foi transfundida na forma, ao reproduzir estruturas normativas típicas de democracias liberais, mas bricolada na substância, ao reinterpretar tais dispositivos dentro de um regime de controle.

O resultado é um modelo de paridade formal, juridicamente elogiável e institucionalmente consolidado, porém politicamente instrumentalizado. Em vez de expressar uma transferência plena de valores democráticos, o sistema ruandês revela o limite do comparatismo jurídico quando este ignora o peso da cultura, da história e das relações de poder.

O caso de Ruanda, em nossa análise, evidencia um risco comum à circulação global de ideias jurídicas: a sedução da aparência democrática.

Em contextos autoritários, o direito pode ser utilizado como instrumento de marketing político, promovendo reformas que produzem legitimidade externa, mas não transformam a realidade social.

A presença de mulheres nas estruturas de poder, embora valiosa, não garante por si só uma política de gênero emancipatória.

Há um perigo evidente em considerar que toda conquista institucional é, necessariamente, uma conquista social. Em regimes de baixa pluralidade, a adoção de cotas pode servir mais à preservação do poder do que à promoção da igualdade.

O que se apresenta como triunfo pode, na verdade, esconder um novo tipo de submissão política, travestida de inclusão e o desafio

do constitucionalismo contemporâneo é, portanto, distinguir a paridade de fachada da representatividade transformadora.

5. Conclusão

A análise do caso ruandês permite compreender que a representatividade feminina, quando dissociada de um contexto de pluralismo e liberdade, pode converter-se em mero instrumento de legitimidade institucional. A trajetória histórica de Ruanda — marcada por colonialismo, etnicização do poder, genocídio e reconstrução autoritária — explica por que o país alcançou conquistas formais tão expressivas sem romper com as estruturas patriarcais e centralizadoras.

Sob a lente do Direito Constitucional Comparado, percebe-se que as categorias de transfusão, transferência e bricolagem jurídica não são apenas conceitos metodológicos, mas expressões de um fenômeno político mais amplo: a forma como o direito viaja, é reinterpretado e, muitas vezes, apropriado por regimes que buscam modernidade sem democratização.

No plano teórico, o caso de Ruanda confirma as advertências de Legrand (2021) e Frankenberg (2018): o direito não é universal, mas culturalmente situado; e as reformas importadas só se tornam emancipatórias quando dialogam com as experiências e os valores locais. No plano empírico, demonstra que o sucesso estatístico da presença feminina no Parlamento não se traduz automaticamente em empoderamento político real, especialmente quando o ambiente institucional restringe o dissenso e a autonomia.

Assim, o desafio contemporâneo não é apenas copiar modelos de igualdade formal, mas construir circuitos autênticos de transferência democrática, capazes de transformar a cultura política e permitir que a paridade de gênero seja expressão de cidadania, e não vitrine de regime.

Em síntese, Ruanda é um espelho paradoxal da circulação global do direito: um país em que a paridade legislativa convive com a limitação da liberdade política; onde a bricolagem jurídica produz legitimidade, mas não necessariamente democracia. Seu exemplo recorda

que o avanço das mulheres nas instituições depende menos de números e mais da capacidade de traduzir juridicamente a experiência humana, como preconiza o comparatismo crítico, aquele que reconhece, em cada ordenamento, não uma cópia, mas uma narrativa singular de poder, memória e resistência.

Referências Bibliográficas

FRANKENBERG, Günter. Comparative Constitutional Law. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018.

LEGRAND, Pierre. Direito comparado: compreendendo a compreendê-lo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

REPÚBLICA DE RUANDA. Constitution of the Republic of Rwanda. Kigali, 2003 (rev. 2015).

BTI PROJECT. Rwanda Country Report 2024. Bertelsmann Stiftung, 2024.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Thirty Years After Rwanda's Genocide: Where the Country Stands Today. New York, 2024.

UN WOMEN / Inter-Parliamentary Union. Women in Politics: 2024 Map. New York, 2024.

WORLD BANK. Rwanda Country Overview. Washington, 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Women in National Parliaments – World Classification, 2024. Disponível em: <https://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 12/10/2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Portal TSE Mulheres: estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em: 09/10/2025.

CAPÍTULO 5

A SEXUALIDADE NA MENOPAUSA: PERSPECTIVAS FÍSICAS, PSÍQUICAS E SOCIOCULTURAIS

*SEXUALITY DURING MENOPAUSE: PHYSICAL, PSYCHOLOGICAL, AND SO-
CIOCULTURAL PERSPECTIVES*

Júlio César Zvirtes dos Santos

Universidade Luterana do Brasil
Canoas-RS

<https://orcid.org/0009-0002-7390-0096>
juliocesarskt321@gmail.com

Miria Elisabete Bairros de Camargo

Universidade Luterana do Brasil
Canoas-RS

<https://orcid.org/0000-0003-3173-7681>
miriabcamargo@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Investigar a influência da menopausa na sexualidade feminina. **Metodologia:** Revisão integrativa realizada entre setembro e outubro de 2024, nas seguintes bases de dados: LILACS, MEDLINE e BDENF. Foram utilizados os seguintes descritores controlados "sexualidade", "menopausa" e "saúde da mulher" combinados entre si com o operador booleano AND. O recorte temporal abrange o período de 2014 a 2024, com a seleção de 10 artigos pertinentes ao tema. **Resultados:** A redução estrogênica provoca atrofia urogenital, secura vaginal e declínio da libido. No âmbito psicoemocional, observam-se quadros de ansiedade e prejuízo na autoimagem. Tais fatores, somados ao estigma sociocultural que desvaloriza a mulher nesta fase, exacerbam a insatisfação e o comprometimento da função sexual. **Considerações:** É imperativa uma abordagem holística e multidisciplinar para o manejo da sexualidade no climatério. A equipe de saúde, especialmente a enfermagem, desempenha papel essencial ao oferecer suporte clínico e

educativo, combatendo a carência de informações. Intervenções estruturadas são fundamentais para garantir uma vivência sexual satisfatória, promovendo adaptação harmônica às transformações hormonais e preservando a qualidade de vida das mulheres.

Palavras-chave: Sexualidade; Menopausa; Assistência integral à saúde da mulher.

ABSTRACT

Objective: This article aimed to investigate the influence of menopause on female sexuality. **Methodology:** This is an integrative literature review conducted between September and October 2024, using the following databases: LILACS, MEDLINE, and BDENF. The controlled descriptors “sexuality,” “menopause,” and “women’s health” were used, combined with the Boolean operator AND. The time frame covered the period from 2014 to 2024, resulting in the selection of 10 articles relevant to the theme. **Results:** Reduced estrogen levels lead to urogenital atrophy, vaginal dryness, and decreased libido. From a psycho-emotional perspective, anxiety and impaired self-image were observed. These factors, combined with sociocultural stigma that devalues women during this phase, exacerbate dissatisfaction and compromise sexual function. **Considerations:** A holistic and multidisciplinary approach is essential for managing sexuality during the climacteric period. The healthcare team, especially nursing professionals, plays a crucial role by providing clinical and educational support and addressing the lack of information. Structured interventions are fundamental to ensure a satisfying sexual experience, promoting harmonious adaptation to hormonal changes and preserving women’s quality of life. **Keywords:** Sexuality; Menopause; Comprehensive Women’s Health Care.

1. Introdução

A sexualidade feminina é resultado da interação de fatores fisiológicos, psicológicos, relacionais e socioculturais, sendo mais complexa

nas mulheres devido às respostas neuro emocionais, à busca por intimidade e às intensas flutuações hormonais (Scavello, 2019). A menopausa é frequentemente associada à redução do desejo sexual em mulheres acima dos 40 anos; contudo, apesar dessa percepção social, a sexualidade permanece um elemento moderado extremamente importante para mulheres de meia-idade (Scavello, 2019).

Longe de ser um período estático, a meia-idade (40 a 65 anos) representa uma das transições mais dinâmicas do ciclo vital feminino. Caracteriza-se por ser um território de múltiplos desafios, onde a biologia da menopausa se encontra com pressões sociais e reavaliações psicológicas. Compreender esta fase exige um olhar atento para além dos sintomas físicos, reconhecendo-a como um estágio de vulnerabilidades e potências específicas que definem o bem-estar da mulher em longo prazo (THOMAS; MITCHELL; WOODS, 2018).

Observa-se dificuldade na abordagem da sexualidade pela equipe multiprofissional, visto que o cuidado tende a se concentrar na figura do ginecologista, o que evidencia a carência de uma rede estruturada de apoio. O desinteresse sexual pode variar de uma insatisfação transitória a uma disfunção sexual, caracterizada pela incapacidade persistente ou recorrente de vivenciar o ato sexual de forma satisfatória, desde que tal condição resulte em sofrimento inter ou intrapessoal (Scavello, 2019).

Mulheres idosas enfrentam barreiras adicionais no acesso a informações e cuidados relacionados à sexualidade, muitas vezes decorrentes de falhas profissionais, como falta de tempo, conhecimento, preparo, desconforto e estereótipos sobre a sexualidade na velhice, o que dificulta a busca e o recebimento de tratamento adequado (Scavello, 2019).

Considerando o aumento da expectativa de vida, as mulheres passam cerca de um terço da vida no período pós-menopausa, tornando fundamental que a sexualidade seja abordada de forma integral no climatério, por ser um importante marcador da qualidade de vida e da saúde global da mulher (Trento et al., 2021).

Diante dos impactos das disfunções sexuais na qualidade de vida, este estudo teve como objetivo analisar como a menopausa

influencia a sexualidade feminina, considerando aspectos biológicos, emocionais e sociais, bem como identificar fatores determinantes e possíveis intervenções de suporte.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, que visou identificar evidências científicas sobre o tema e apontar lacunas que subsidiem novos estudos. O processo seguiu seis etapas metodológicas: definição do tema e da pergunta norteadora; busca em bases de dados; coleta de dados; classificação e análise dos estudos; discussão dos resultados; e apresentação da síntese crítica dos achados. (CAVALCANTI e OLIVEIRA .2020)

Para a construção da pergunta norteadora, utilizou-se a estratégia **PICO** (População, Intervenção, Comparação e *Outcomes*), onde: **P** refere-se a mulheres na menopausa; **I** aos fatores biopsicossociais e intervenções; e **O** aos impactos na experiência da sexualidade e eficácia do cuidado. Prescindiu-se do elemento **C** (comparação) por tratar-se de uma revisão integrativa de caráter exploratório. Assim, definiu-se a seguinte questão: *“Como os fatores físicos, psicológicos e socioculturais impactam a sexualidade de mulheres na menopausa e quais intervenções de cuidado são eficazes para essa transição?”*

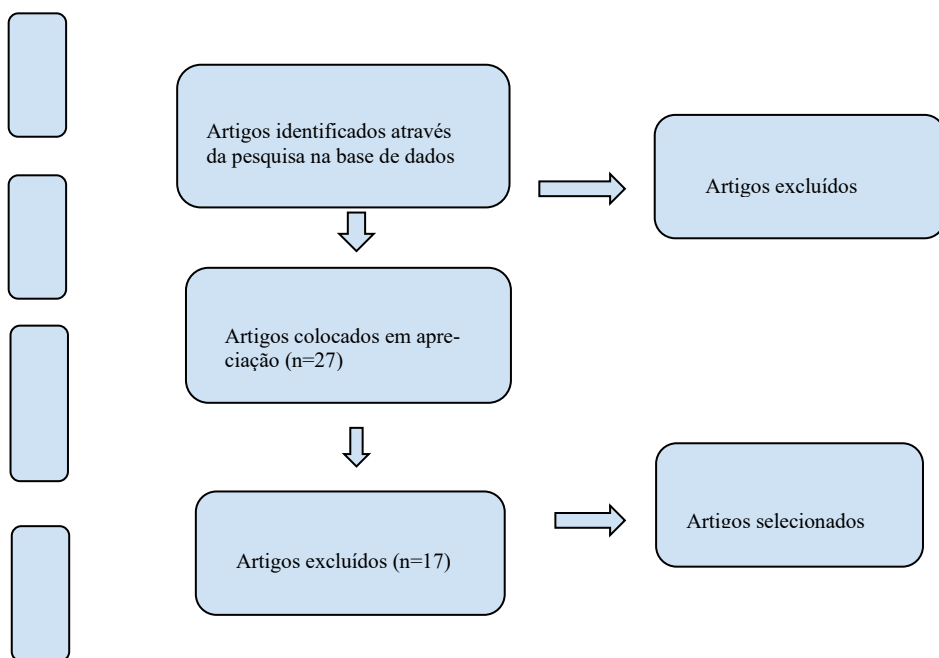
Foram incluídos artigos originais publicados em periódicos nacionais e internacionais, no período de 2014 a 2024, disponíveis em português, inglês e espanhol, que respondessem à pergunta norteadora. Excluíram-se monografias, teses, relatórios de estágio, sites não oficiais, artigos fora do escopo do estudo e duplicatas. A busca foi realizada com filtro de texto completo, considerando publicações entre janeiro de 2014 e setembro de 2024.

Utilizou-se a estratégia de busca avançada com o operador booleano **AND**, combinando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Sexualidade, Menopausa e Saúde da Mulher. A coleta ocorreu entre setembro e outubro de 2024, respeitando os critérios de inclusão estabelecidos. Foram encontrados 27 artigos, sendo nove na LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde),

quinze na MEDLINE (National Library of Medicine) e três na BDENF (Base de Dados em Enfermagem).

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade e leitura na íntegra, foram selecionados 10 artigos para compor a amostra final desta revisão.

Figura 1 - Fluxograma das fases da seleção dos artigos, conforme metodologia PRISMA. Canoas, RS, 2024.



Fonte: <https://www.prisma-statement.org/prisma-2020-flow-diagram>

3. Resultados e Discussão

Após o refinamento e aplicação da pergunta norteadora, 17 artigos foram excluídos, restando 10 para leitura na íntegra. Após a leitura

completa desses artigos e a análise crítica da literatura selecionada foi construído o Quadro 1, para resumir as evidências encontradas. As dimensões de análise incluíram: título, autores, periódico, ano, dados de delineamento metodológico e conclusão.

Quadro 1 – Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa. Brasil, 2024.

Artigo/ Auto- res	Título	Perió- dico/ Ano	Tipo de es- tudo	Conclusão
A1 MO- HAM- MADI, M.; PEY- MAN, N.; HOS- SAINA- BADI, M.; GHA- VAMI, V.; TEHRA NI, H	Effect of sexual health education on sexual function and satisfaction of menopausal migrant women: an application of the theory of planned behavior	BMC Pu- blic Health. 2024	Estudo Quantita- tivo- Experi- mental	Os resultados indicam que a intervenção baseada na teoria do comportamento planejado é eficaz na função sexual e na satisfação com a vida conjugal das mulheres migrantes durante a menopausa. Contudo, para mudanças perenes na função sexual, sugere-se a ampliação do tempo de intervenção e a exploração de outros modelos educativos.

A2 SILVA, M. H. S.; MATOS, M. L.; ARA-GÃO, H. T.; MADI, R. R. VARGAS, M. M.; MELO, C. M.	Sintomas e compreensões de mulheres na menopausa em área metropolitana do Nordeste brasileiro.	Revista saúde e pesquisa -2022	Estudo quanti - qualitativo	É essencial desenvolver estratégias psicossociais na Atenção Primária que abordem os aspectos psicoemocionais e sexuais das mulheres na menopausa. Informações qualificadas são necessárias para ajudar na compreensão e aceitação das mudanças do climatério, evitando percepções negativas do envelhecimento. Essas ações devem promover reflexões e incentivar mudanças no estilo de vida, com foco na melhoria da saúde mental e física e na superação de inibições emocionais e psicológicas relacionadas à sexualidade.
A3 KHANI, S.; AZIZI, M.; ELYASI, F.; KAMALI, M.; MOOSA-ZADEH, M.	The Prevalence of Sexual Dysfunction in the Different Menopausal Stages: A Systematic Review and Meta-Analysis	Journal of women's health 2021	Estudo Revisional e meta-análise	Os resultados indicaram que a prevalência de DS e os domínios da DS em diferentes estudos foram relatados de forma muito ampla. Este estudo pode ser usado como um bom recurso para os obstetras entenderem a alta possibilidade de recorrência da MS e avaliarem a atividade sexual de mulheres na menopausa na clínica de menopausa. No entanto, com base na revisão sistemática, são necessários mais estudos padronizados e de alta qualidade sobre a prevalência de MS nos períodos da menopausa.

A4 CREMA, I. L.; DE TI- LIO, R.	Sexualidade no envelheci- mento: rela- tos de idosos	Fractal: Revista de psico- logia- 2021	Estudo Qualita- tivo explo- ratório	A pesquisa mostrou que a sexualidade no envelhecimento é marcada por desigualdades de gênero, com as mulheres vindo-a de forma mais negativa. Contudo, surgiram ressignificações, como o diálogo e novas formas de prazer. Embora a amostra não represente toda a população idosa, os resultados destacam a importância de explorar interseccionalidades e de realizar mais estudos com perfis diversos de idosos.
A5 SILVA TRENT O, S. R.; MA- DEIRO, A.; RU- FINO, A. C.	Sexual Function and Associated Factors in Postmenopausal Women	Revista brasileira de ginecologia e obstetria-2021	Estudo quantitativo descritivo transversal	Houve prevalência elevada de disfunção sexual, com influência da conjugalidade e dos sintomas climatéricos sobre a função sexual.
A6 AGUN- BIADE, O. M.; GIL- BERT, L.	<i>"The night comes early for a woman": Menopause and sexual activities among urban older Yoruba men and women in Ibadan, Nigeria</i>	Journal of Women & Aging - 2019	Estudo exploratório de método misto, quantitativo e qualitativo	A pesquisa revelou que a menopausa e o envelhecimento influenciam significativamente as percepções e comportamentos sexuais das mulheres, a sexualidade é frequentemente desvalorizada. As normas culturais reforçam essa desvalorização, restringindo a expressão sexual feminina na velhice. As relações sexuais na velhice são moldadas por fatores biopsicossociais, destacando a necessidade de uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais e individuais sobre a sexualidade.

A7 BO-TELL, M. L.	Aspectos éticos y sociales de la sexualidad de la mujer en el climaterio y la posmenopausia	Revista cubana de obstetricia y ginecologia -2019	Estudo quantitativo descritivo transversal	A maioria dos pacientes têm dúvidas, bem como sintomas relacionados à sexualidade e não consulta por esses motivos. O aspecto ético é de grande importância nessas mulheres, por isso é recomendável orientá-las sobre sexualidade quando comparecerem à consulta, independentemente do motivo pelo qual comparecerem.
A8 THOMAS, H. N.; HAMM, M.; BORRERO, S.; HESS, R.; THURSTON, R. C	Body Image, Attractiveness, and Sexual Satisfaction Among Midlife Women: A Qualitative Study	Journal of women's health-2019	Estudo Qualitativo	Sentir-se atraente é importante para a satisfação sexual em mulheres de meia-idade. Alterações corporais, especialmente ganho de peso, são comuns durante a meia-idade. Enquanto muitas mulheres são autoconscientes sobre sua aparência, algumas mulheres desenvolvem maior autoaceitação. Apoiar a imagem corporal positiva pode ajudar as mulheres de meia-idade a manter a satisfação sexual com o envelhecimento.
A9 NAZARPOUR, S.; SIMBAR, M.; TEHRANI, F. R.	Factors affecting sexual function in menopause: A review article	Taiwanese journal of obstetrics and gynecology-2016	Estudo revisional sistemático	O estudo revelou que fatores físicos, mentais e sociais influenciam a função sexual das mulheres durante a menopausa, incluindo idade, deficiência de estrogênio, depressão e qualidade do relacionamento. No entanto, houve resultados conflitantes em relação a andrógenos, terapia hormonal e alguns fatores sociais, como escolaridade e nível socioeconômico, destacando a complexidade desse tema.

A10 RO- CHA, A. W. NASCI- MENTO , E. G.; PES- SOA, J. M. Jr.; ALCHI- ERI, J. C..	As incertezas de mulheres em vivenciar a sexualidade no cli- matério	Revista de enfer- magem UFPE Online - 2014	Estudo descritivo e explora- tório de aborda- gem qua- litativa	A maioria das mulheres vê o cli- matério como uma fase de mu- danças físicas e emocionais, com medo de perda da juventude e se- xualidade. Relatam desconforto nas relações e diminuição do de- sejo. A assistência à saúde é vista como insuficiente, focando no cli- nico e negligenciando a valoriza- ção da autoestima e qualidade de vida.

Fonte: Elaborado pelo autor- 2024

Os dez artigos incluídos foram publicados entre 2014 e 2024, com maior concentração nos anos de 2019 e 2021. Quanto ao idioma, seis estudos foram publicados em inglês, três em português e um em espanhol. Em relação à metodologia, identificaram-se três estudos qua-
litativos, dois quali-quantitativos, três quantitativos e duas revisões sis-
temáticas.

A análise integrativa permitiu a síntese das evidências científicas em categorias temáticas que refletem a complexidade da sexualidade feminina durante a transição menopausal, integrando as dimensões bi-
ológicas, psicossociais e a prática assistencial.

Categoria I: O Corpo em Mudança – Impactos Fisiológicos e Hormonais

A menopausa é marcada pela redução da função ovariana e pela queda dos níveis de estrogênio, progesterona e testosterona, hormô-
nios fundamentais para a resposta sexual feminina (AGUNBIADE; GIL-
BERT, 2019; THOMAS et al., 2019). Essas alterações resultam em atro-
fia vaginal, diminuição da lubrificação, secura e dispareunia, caracteri-
zando a síndrome geniturinária da menopausa, o que compromete a
experiência sexual e reduz o desejo.

Além disso, as alterações hormonais afetam o sistema nervoso central, contribuindo para sintomas como ansiedade, depressão, irritabilidade, fadiga e distúrbios do sono, que impactam negativamente a libido. A redução da testosterona também está associada à diminuição do interesse sexual e da excitação (THOMAS *et al.*, 2019). As mudanças corporais e o simbolismo do fim da fertilidade afetam a autoimagem e a autoestima, influenciando diretamente a vivência da sexualidade nesse período (AGUNBIADE, 2019).

A terapia de reposição hormonal (TRH) apresenta efeitos variáveis sobre o desejo sexual. Embora não haja consenso quanto ao aumento direto da libido, a TRH contribui para o alívio dos sintomas vasomotores, melhora do sono e preservação do tecido vaginal, reduzindo a dispareunia e favorecendo a qualidade da vida sexual (NAZARPOUR *et al.*, 2016).

Categoria II: Dimensões Psicossociais – Subjetividade e Relações Afetivas

A menopausa envolve uma interação complexa entre fatores emocionais, psicológicos, sociais e culturais, exigindo uma abordagem profissional empática e ética, com atenção à autoimagem e ao suporte psicológico (THOMAS *et al.*, 2019).

a) Impactos na Autoimagem e Autoestima: As transformações corporais e o envelhecimento podem comprometer a autoestima e a percepção da atratividade sexual. A terapia hormonal pode contribuir para uma melhora da autoimagem, favorecendo maior disposição para a atividade sexual (THOMAS *et al.*, 2022).

b) Fatores Emocionais e Psicológicos : Sintomas como ansiedade, depressão, irritabilidade e labilidade emocional são frequentes e estão relacionados à queda do estrogênio, afetando diretamente o desejo sexual e podendo gerar sentimento de perda associados ao fim da capacidade reprodutiva (SILVA, 2022).

c) Transformações nas Relações Afetivas: A diminuição do desejo sexual pode gerar tensões conjugais, especialmente na ausência de diálogo. O apoio do parceiro e a comunicação aberta são fatores protetores importantes, enquanto a TRH pode contribuir positivamente quando melhora a qualidade da vida sexual do casal (ROCHA *et al.*, 2014).

d) Expectativas Socioculturais: Aspectos culturais frequentemente associam a sexualidade feminina à juventude e à fertilidade, estigmatizando a menopausa e reprimindo o desejo sexual das mulheres nessa fase (CREMA; DE TILIO, 2021).

e) Rede de Apoio Social : Uma rede de apoio sólida favorece uma vivência mais positiva da menopausa, enquanto a desinformação e o estigma dificultam o enfrentamento das mudanças psicossociais (CREMA; DE TILIO, 2021).

f) Bem-Estar Psicológico e Sexualidade : O equilíbrio emocional, a aceitação das mudanças e o acesso à informação qualificada são fundamentais para uma sexualidade satisfatória. A TRH pode auxiliar na redução de sintomas emocionais, favorecendo a intimidade e a expressão afetiva (AGUNBIADE *et al.*, 2019; NAZARPOUR *et al.*, 2016).

Categoria III: Estigmas e Autonomia – A Sexualidade na Velhice

A sexualidade na pós-menopausa é frequentemente atravessada por tabus culturais, que associam o envelhecimento feminino à perda da feminilidade e do desejo sexual, invisibilizando essa dimensão da vida (AGUNBIADE, 2019).

a) Construtos Culturais e Invisibilidade Sexual: A valorização da juventude como ideal sexual reforça o mito da assexualidade feminina na velhice. A TRH e abordagens educativas podem contribuir para uma visão mais positiva e inclusiva da sexualidade, desde que acompanhadas de uma postura ética, empática e respeitosa dos profissionais de saúde (AGUNBIADE *et al.*, 2019).

b) Impactos nas Relações Afetivo-Sexuais : A invisibilidade sexual impacta negativamente as relações íntimas, agravada pela falta de diálogo e pelo silenciamento cultural sobre o desejo feminino na pós-menopausa (ROCHA *et al.*, 2014).

c) Romper com os Tabus: Redefinições Possíveis Apesar dos desafios, muitas mulheres ressignificam sua sexualidade ao questionar estigmas e reafirmar sua autonomia. O acesso à informação e o apoio profissional são essenciais para compreender a menopausa como uma nova etapa de possibilidades, e não como o fim da sexualidade (AGUNBIADE, 2019).

d) Autonomia Sexual e Empoderamento Feminino: A sexualidade na velhice pode representar um processo de reconquista da autonomia sexual, no qual muitas mulheres passam a priorizar seus próprios desejos e necessidades, desvinculando-se de padrões sociais ligados à reprodução e à juventude (THOMAS *et al.*, 2019). O envelhecimento possibilita uma reconfiguração da sexualidade, menos centrada no desempenho físico e mais voltada ao afeto, à conexão emocional e à cumplicidade, permitindo a ressignificação do prazer e do desejo.

A assistência à sexualidade na menopausa deve adotar uma abordagem integral, ética e holística, contemplando saúde física, emocional e mental. O empoderamento feminino está diretamente ligado ao respeito à autonomia na tomada de decisões, especialmente quanto ao uso de terapias hormonais. Para isso, é imprescindível o acesso a informações claras sobre riscos, benefícios e alternativas, assegurando o consentimento informado livre e esclarecido (THOMAS *et al.*, 2019).

Categoria IV: Equidade, Acesso e o Papel da Equipe de Saúde

A equidade no acesso aos cuidados relacionados à menopausa é fundamental para garantir justiça e igualdade, independentemente das condições socioeconômicas. Todas as mulheres devem ter acesso

a informações qualificadas e intervenções terapêuticas que permitam escolhas conscientes sobre sua saúde sexual.

Os profissionais de saúde devem adotar uma abordagem personalizada, considerando fatores culturais, religiosos e individuais. A atuação de uma equipe multidisciplinar é essencial para uma avaliação holística da mulher na menopausa, envolvendo ginecologistas, profissionais de saúde mental, nutricionistas e fisioterapeutas, cada um contribuindo conforme sua área de atuação.

A educação em saúde deve ser contínua, por meio de orientações, eventos educativos e materiais informativos, promovendo o autocuidado, o entendimento das mudanças corporais e a vivência saudável da sexualidade durante a menopausa.

a) Manejo de Sintomas e Terapias :O manejo dos sintomas deve ocorrer de forma integrada e ética, com comunicação clara sobre riscos e benefícios das terapias, incluindo a reposição hormonal quando indicada. Abordagens complementares, como exercícios físicos, fisioterapia e técnicas de relaxamento, devem ser integradas ao cuidado (ROCHA *et al.*, 2014).

b) Considerações Culturais e Individuais :A atenção à menopausa deve respeitar crenças, valores culturais e necessidades individuais, adaptando intervenções terapêuticas e educativas para garantir um cuidado personalizado e respeitoso (AGUNBIADÉ *et al.*, 2019).

c) Papel da Equipe de Enfermagem :A enfermagem desempenha papel central no acompanhamento contínuo das mulheres na menopausa, incluindo monitoramento de sintomas, educação em saúde, apoio emocional, incentivo ao autocuidado, adesão terapêutica e articulação da equipe multiprofissional. Também é responsabilidade da enfermagem identificar sinais de sofrimento psíquico e encaminhar para atendimento especializado quando necessário (BOTELL *et al.*, 2019).

Por fim, o acesso e a equidade no cuidado se concretizam quando o plano terapêutico é avaliado e ajustado continuamente, considerando a resposta ao tratamento e as necessidades da paciente,

com incentivo ao *feedback* ativo e à participação no processo de cuidado.

4.Considerações Finais

A análise da sexualidade feminina no período da menopausa evidencia um fenômeno complexo e multifatorial, no qual as dimensões biológica, psicológica, emocional e sociocultural se articulam e influenciam diretamente a subjetividade da mulher. A redução dos níveis estrogênicos não desencadeia apenas alterações fisiológicas, como a síndrome geniturinária e o declínio da libido, mas repercute severamente na saúde mental, na autoimagem e na autoestima feminina.

As flutuações hormonais inerentes ao climatério ampliam a vulnerabilidade a quadros de ansiedade e depressão, intensificando sentimentos de inadequação e a percepção de perda da juventude. Tais aspectos, somados a construções socioculturais que estigmatizam a menopausa como um período de declínio e invisibilidade, reforçam o impacto negativo sobre a qualidade de vida.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem holística e multidisciplinar que transcenda a centralidade do modelo biomédico. A atuação integrada de médicos, psicólogos e enfermeiros é fundamental para oferecer um cuidado sensível e individualizado. Destaca-se o papel estratégico da enfermagem, que atua no manejo clínico, no suporte emocional e na educação em saúde. O(a) enfermeiro(a) é essencial na desmistificação da terapia de reposição hormonal e na criação de espaços de escuta qualificada, favorecendo o diálogo sobre questões íntimas.

Por fim, reconhecer a sexualidade como componente central da saúde integral é indispensável para o bem-estar feminino. Ao implementar intervenções éticas e baseadas no cuidado integral, a equipe multiprofissional contribui decisivamente para que as mulheres vivenciem essa fase com dignidade, autonomia e preservação de sua qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

AGUNBIADE, O. M.; GILBERT, L. "The night comes early for a woman": Menopause and sexual activities among urban older Yoruba men and women in Ibadan, Nigeria. **Journal of Women & Aging**, v. 31, n. 6, p. 493-512, 2019.

BOTELL, M. L. Aspectos éticos y sociales de la sexualidad de la mujer en el climaterio y la posmenopausia. **Revista Cubana de Obstetricia y Ginecología**, v. 45, n. 2, 2019.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2025.

CREMA, I. L.; DE TILIO, R. Sexualidade no envelhecimento: relatos de idosos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 33, p. 116-126, 2021.

MOHAMMADI, M. *et al.* Effect of sexual health education on sexual function and satisfaction of menopausal migrant women: an application of the theory of planned behavior. **BMC Public Health**, v. 24, n. 1, 2024.

NAZARPOUR, S.; SIMBAR, M.; TEHRANI, F. R. Factors affecting sexual function in menopause: a review article. **Taiwanese Journal of Obstetrics and Gynecology**, v. 55, n. 4, p. 480-487, 2016.

ROCHA, A. W. *et al.* As incertezas de mulheres em vivenciar a sexualidade no climatério. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 8, n. 1, p. 114-121, 2014.

SCAVELLO, A. **A sexualidade feminina e a menopausa: fatores que influenciam o desejo sexual.** [S. l.: s. n.], 2019.

SILVA, M. H. S. *et al.* Sintomas e compreensões de mulheres na menopausa em área metropolitana do Nordeste brasileiro: estudo quanti-qualitativo. **Saúde e Pesquisa**, v. 15, n. 2, 2022.

SILVA TRENTO, S. R.; MADEIRO, A.; RUFINO, A. C. Sexual function and associated factors in postmenopausal women. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 43, n. 5, p. 345-352, 2021.

THOMAS, A. J.; MITCHELL, E. S.; WOODS, N. F. The challenges of midlife women: themes from the Seattle Midlife Women's Health Study.

Women's Midlife Health, [s. l.], v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40695-018-0039-9>. Acesso em: 28 dez. 2025.

THOMAS, H. N. *et al.* Body image, attractiveness, and sexual satisfaction among midlife women: a qualitative study. **Journal of Women's Health**, v. 28, n. 11, p. 1540-1546, 2019.

CAPÍTULO 6

APRENDER A ESCONDER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AUTISMO FEMININO E CAMUFLAGEM SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

***LEARNING TO HIDE: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW ON FEMALE AUTISM AND
SOCIAL CAMOUFLAGING IN THE SCHOOL CONTEXT***

Eligividevitam Inajá Merluzia de Lima

Mestranda

Word Ecumenical University,
Natal, RN, Brasil.

E-mail: inajaprofa@gmail.com

Clara Maria Lima e Silva

Mestre

Université Bordeaux Montaigne, França.

E-mail: claramarialima@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o *masking* (camuflagem social) em mulheres autistas, com foco em suas implicações para a saúde mental e o contexto educacional. A literatura indica que critérios diagnósticos baseados em padrões masculinos contribuem para o subdiagnóstico feminino, favorecendo a adoção precoce de estratégias de camuflagem, especialmente no ambiente escolar. Embora o *masking* possa facilitar a adaptação social, está associado a ansiedade, exaustão e depressão. A pesquisa analisou publicações entre 2021 e 2025, identificadas no Google Scholar, por meio de abordagem quantitativa e qualitativa. Os resultados evidenciam crescimento da produção científica, com predominância de autorias femininas, e apontam a escassa atenção às práticas pedagógicas. Conclui-se que o *masking* é um fenômeno social e institucional, demandando respostas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: autismo feminino; masking; educação; saúde mental.

ABSTRACT

This article presents a literature review on *masking* (social camouflaging) in autistic women, focusing on its mental health and educational implications. Research shows that male-based diagnostic criteria contribute to the underdiagnosis of females, encouraging early masking strategies, particularly in school settings. While masking may support social adaptation, it is associated with anxiety, exhaustion, and depression. Publications from 2021 to 2025 indexed in Google Scholar were analyzed using quantitative and qualitative methods. The findings indicate a growing body of research, predominantly authored by women, and reveal limited attention to educational practices. The study concludes that masking is a social and institutional phenomenon requiring inclusive educational responses.

Keywords: female autism; masking; education; mental health.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades persistentes na comunicação e interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, cujas manifestações variam em intensidade e forma. O termo “espectro” expressa essa heterogeneidade clínica, decorrente de configurações neurológicas não uniformes, o que torna o diagnóstico e o acompanhamento mais complexos, especialmente diante de influências sociais, culturais e educacionais (Mendonça, 2019).

Nas últimas décadas, houve ampliação da produção científica sobre o TEA; entretanto, muitos estudos basearam-se predominantemente em amostras masculinas, consolidando critérios diagnósticos centrados em comportamentos externalizantes e socialmente considerados “desafiadores” (Green et al., 2019). Como resultado, meninas e mulheres permanecem sub-representadas, tendo suas experiências frequentemente invisibilizadas ou interpretadas por parâmetros pouco sensíveis às suas especificidades.

Nesse contexto, destaca-se o fenômeno do *masking* ou camuflagem social, entendido como estratégias conscientes ou

inconscientes de ocultação de traços autísticos para adequação às normas sociais, mais recorrentes entre mulheres (Freire; Peres, 2022). Embora possa favorecer aceitação social e desempenho acadêmico aparente, a literatura associa essa prática a custos emocionais significativos, como exaustão, ansiedade, depressão e atraso de diagnóstico, com impactos ao longo da trajetória escolar.

A escola ocupa papel central nesse processo por exigir padrões de comportamento, comunicação e aprendizagem que podem estimular a camuflagem e, simultaneamente, invisibilizar necessidades educacionais específicas. Esse quadro é agravado em países de baixa e média renda, como o Brasil, onde limitações no acesso a diagnóstico, serviços especializados e formação docente ampliam desigualdades no reconhecimento do TEA em mulheres (Vasconcelos, 2022).

Diante dessas lacunas, este artigo objetiva realizar uma revisão bibliográfica de produções publicadas entre 2021 e 2025 sobre *masking* em mulheres autistas, com foco nas repercussões para a saúde mental e o contexto educacional. Foram analisados estudos que articulam diagnóstico tardio, sofrimento psíquico e práticas escolares, excluindo pesquisas estritamente biomédicas sem interface social ou educacional.

A investigação orienta-se pelas seguintes questões: como o *masking* se manifesta no contexto educacional? Quais seus impactos na saúde mental e na trajetória escolar? De que modo o diagnóstico tardio contribui para a invisibilização dessas estudantes? E quais estratégias escolares podem reduzir a necessidade de camuflagem e promover inclusão?

Para responder a essas questões, adotou-se revisão bibliográfica, procedimento que possibilita sistematizar criticamente a produção acadêmica, identificar tendências, lacunas e subsidiar intervenções no campo da educação inclusiva.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O autismo e a busca pelo desempenho escolar

Antes de sua consolidação como Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos manuais diagnósticos a partir da década de 1980, o autismo era compreendido majoritariamente sob uma perspectiva psicodinâmica, frequentemente associado a quadros psicóticos infantis (Schmidt, 2017). Diversas manifestações atualmente integradas ao espectro eram então classificadas como transtornos distintos, como a síndrome de Asperger, a síndrome de Rett e o Transtorno Desintegrativo da Infância. A noção de espectro, incorporada progressivamente até o DSM-5-TR (APA, 2023), buscou unificar essas variações diagnósticas, sem, contudo, eliminar as dificuldades de identificação clínica, especialmente entre mulheres.

Na definição contemporânea, o DSM-5-TR (APA, 2023) descreve o TEA a partir de dois domínios centrais: déficits na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento. No entanto, esses critérios foram historicamente construídos com base em amostras predominantemente masculinas, o que contribuiu para uma compreensão do autismo ancorada em padrões comportamentais observados em meninos e homens (Pereira & Souto, 2019). A própria simbologia associada ao TEA, como a cor azul, reflete essa assimetria histórica de gênero.

Essa limitação passa a ser reconhecida de forma mais explícita pela Associação Americana de Psiquiatria no DSM-5-TR, ao incluir a seção “Questões diagnósticas relativas ao sexo e ao gênero”. Diferentemente do DSM-5 (APA, 2014), que apenas mencionava a maior prevalência diagnóstica em meninos, a versão revisada de 2023 destaca que mulheres autistas tendem a apresentar maior capacidade de camuflagem social, o que dificulta o reconhecimento clínico e contribui para o subdiagnóstico.

A dificuldade diagnóstica, contudo, não pode ser compreendida de forma dissociada das construções socioculturais de gênero. Desde o século XIX, expectativas associadas à feminilidade — como docilidade, empatia e adaptação relacional — moldam comportamentos socialmente esperados de meninas e mulheres (Davis, 2016). Conforme argumenta Beauvoir (2009), o feminino é uma construção social, o que permite compreender como tais expectativas podem ocultar

manifestações do autismo, tornando-as menos visíveis aos profissionais da saúde e da educação.

No contexto escolar, essas dinâmicas tornam-se particularmente evidentes. O bom desempenho acadêmico e o comportamento considerado adequado frequentemente funcionam como indicadores de normalidade, contribuindo para a invisibilização das dificuldades vivenciadas por alunas autistas. Meninas que apresentam rendimento satisfatório e poucas manifestações externalizantes raramente são encaminhadas para avaliação diagnóstica, permanecendo sem adaptações pedagógicas ou suporte emocional, apesar do sofrimento subjetivo.

Estudos apontam que diferenças de gênero na apresentação do TEA influenciam diretamente a percepção educacional e clínica. Hiller et al. (2014) observaram que meninas autistas tendem a empregar com maior eficácia estratégias comunicativas e de interação social, o que reduz a identificação de sinais tradicionalmente associados ao transtorno. De modo semelhante, Dean et al. (2017) demonstraram que, em contextos escolares informais, a organização mais fluida dos grupos femininos favorece estratégias de camuflagem, diminuindo a visibilidade do isolamento social.

Dessa forma, a busca pelo desempenho escolar considerado adequado — acadêmico e comportamental — atua como mecanismo de invisibilização do autismo feminino, deslocando a responsabilidade da adaptação para o indivíduo e retardando o reconhecimento institucional das diferenças. Esse cenário cria condições propícias para o desenvolvimento do *masking* como estratégia de sobrevivência social, temática que será aprofundada na seção seguinte.

2.2 Masking como estratégia de sobrevivência social

O termo *masking*, ou camuflagem social, refere-se ao conjunto de estratégias utilizadas por pessoas autistas para ocultar ou compensar características associadas ao Transtorno do Espectro Autista, por meio da imitação de comportamentos socialmente valorizados e da supressão de manifestações consideradas desviantes das normas vigentes (APA, 2023). Essas estratégias incluem a reprodução de condutas

de pares, o controle consciente de expressões faciais e corporais, a adaptação forçada da linguagem e a ocultação de interesses restritos. Embora o *masking* seja observado em diferentes gêneros, a literatura aponta sua ocorrência mais frequente e intensa entre mulheres autistas.

Estudos indicam que fatores sociais e culturais desempenham papel central no desenvolvimento dessas estratégias em meninas e mulheres no espectro (Zener, 2019; Costa, 2020; Brunetto; Vargas, 2023). Desde a infância, meninas são submetidas a processos mais intensos de correção comportamental e estímulo à adequação social, o que favorece a internalização de normas de conduta e o aprendizado de respostas socialmente aceitáveis, ainda que dissociadas da experiência subjetiva da pessoa autista (Mendonça, 2019). Nesse contexto, dificuldades sociocomunicativas tendem a ser reinterpretadas como timidez ou ingenuidade — atributos culturalmente associados à feminilidade — e não como possíveis indicadores de neurodivergência.

A expectativa cultural de maior autocontrole emocional e competência social em meninas contribui para o subdiagnóstico do TEA, uma vez que suas dificuldades sociocomunicativas costumam se manifestar de forma menos estereotipada e menos disruptiva quando comparadas às observadas em meninos (Ruigrok et al., 2017). Evidências empíricas reforçam essa diferença de gênero: Hull et al. (2020), por meio do *Camouflaging Autistic Traits Questionnaire* (CAT-Q), demonstraram que mulheres autistas apresentam níveis significativamente mais elevados de camuflagem em comparação aos homens, empregando um repertório mais amplo de estratégias e vivenciando maiores pressões sociais para adaptação interpessoal.

A camuflagem manifesta-se, entre outros aspectos, pela supressão de estereotípias, manutenção forçada do contato visual, imitação de padrões conversacionais e ocultação de interesses restritos (David, 2023). Em meninas, tais comportamentos frequentemente levam à interpretação das dificuldades sociocomunicativas como ansiedade ou timidez, contribuindo para a subnotificação do TEA e para diagnósticos alternativos que não contemplam a totalidade da experiência autista (Lucena; Oliveira, 2023).

O DSM-5-TR reconhece que mulheres autistas sem deficiência intelectual associada ou sem prejuízos evidentes na linguagem verbal tendem a passar despercebidas nos processos diagnósticos (APA, 2023). Estudos indicam, inclusive, que mulheres frequentemente precisam apresentar sinais mais severos de comprometimento para obter um diagnóstico, o que reduz a identificação daquelas situadas em níveis considerados mais funcionais do espectro (Mendonça, 2019).

Como consequência, muitas mulheres autistas recorrem ao *masking* de forma consciente ou inconsciente como estratégia de aceitação social (Zener, 2019, apud Lai et al., 2017). Embora possa facilitar a adaptação momentânea a contextos normativos, essa prática frequentemente resulta em diagnósticos incompletos ou equivocados, como ansiedade ou depressão, retardando o acesso a suporte adequado e contribuindo para o agravamento do sofrimento psíquico ao longo do tempo.

2.3 Custos físicos e emocionais da camuflagem

Embora o *masking* possa facilitar a adaptação temporária em contextos sociais normativos, a literatura aponta que seu uso contínuo está associado a elevados custos físicos e emocionais, especialmente entre mulheres autistas. Estudos indicam que a pressão constante para parecer neurotípica pode desencadear ou intensificar quadros de ansiedade, depressão e exaustão emocional, comprometendo significativamente a saúde mental e o bem-estar dessas mulheres (Cumin et al., 2022). Relatos de mulheres autistas, tanto adultas quanto crianças, destacam o elevado dispêndio de energia necessário para sustentar comportamentos socialmente aceitáveis, bem como o impacto desse esforço prolongado sobre sua qualidade de vida.

O desgaste associado à camuflagem manifesta-se não apenas no plano emocional, mas também em sintomas físicos, como fadiga crônica, alterações no sono e sobrecarga sensorial. A necessidade permanente de monitorar gestos, expressões faciais, entonação da voz e respostas sociais pode gerar um estado de hipervigilância, contribuindo para o esgotamento psicológico. Nesse sentido, o *masking* deixa de ser

uma estratégia adaptativa e passa a configurar um fator de risco para o adoecimento, sobretudo quando realizado de forma contínua e sem suporte adequado.

As repercussões desse processo tornam-se particularmente evidentes nas transições para a vida adulta, como a inserção no mercado de trabalho. Zener (2019) aponta que mulheres autistas conseguem destacar-se em processos seletivos; entretanto, enfrentam dificuldades para manter o emprego ao longo do tempo, apesar de serem qualificadas e competentes. Esse cenário evidencia os limites do masking como estratégia de adaptação sustentável.

Entre os fatores que contribuem para essas dificuldades estão os desafios relacionados às habilidades sociais, ao funcionamento executivo e à sensibilidade sensorial. Dificuldades na interpretação de nuances comunicativas, como tom de voz e normas implícitas do ambiente profissional, aliadas a contextos frequentemente ruidosos ou socialmente exigentes, podem intensificar a ansiedade e comprometer o desempenho laboral. Além disso, a exigência de interações sociais constantes pode levar à percepção de que essas mulheres não seriam “amigáveis” ou suficientemente engajadas, reforçando estigmas e sentimentos de inadequação (Zener, 2019).

Essas experiências repetidas de fracasso ou desgaste contribuem para o desenvolvimento de baixa autoestima, insegurança e dificuldades em estabelecer expectativas realistas sobre si mesmas e sobre o futuro. Segundo Zener (2019), déficits no funcionamento executivo, associados à ansiedade e à falta de confiança, podem limitar o progresso pessoal e profissional, afetando diretamente a autonomia durante os processos de transição para a vida adulta.

Nesse contexto, a busca por diagnóstico surge, muitas vezes, como uma tentativa de compreender retrospectivamente experiências marcadas por sofrimento e inadequação, bem como de acessar suporte especializado. Entretanto, a complexidade do diagnóstico do TEA em mulheres, associada à camuflagem prolongada e à ausência de sinais considerados típicos, contribui para atrasos significativos na identificação do transtorno. Essa demora impacta negativamente o acesso a

intervenções adequadas, comprometendo a qualidade de vida e o desenvolvimento global dessas mulheres ao longo do ciclo vital.

2.4 Falta de diagnóstico e ausência de adaptações pedagógicas

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os sinais do Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem ser identificados ainda na primeira infância, possibilitando o diagnóstico, em geral, entre os dois e três anos de idade. O diagnóstico precoce é considerado fundamental por permitir o acesso antecipado a intervenções e apoios, favorecendo o desenvolvimento global e a qualidade de vida. Em contrapartida, diagnósticos realizados apenas na adolescência ou na vida adulta são considerados tardios e costumam estar associados a prejuízos acumulados ao longo do desenvolvimento.

A Classificação Internacional de Doenças (CID-11) introduziu avanços importantes ao unificar subcategorias do autismo e incluir níveis de suporte mais leves, como o TEA sem deficiência intelectual e com preservação da linguagem funcional. Apesar disso, estudos indicam que o diagnóstico em mulheres ocorre, majoritariamente, em idades mais avançadas, uma vez que os critérios diagnósticos tradicionais nem sempre contemplam adequadamente as formas de manifestação do transtorno nesse grupo (Brunetto; Vargas, 2023).

A limitação dos instrumentos diagnósticos, aliada à formação insuficiente de profissionais da saúde e da educação, contribui para a subidentificação de mulheres autistas, especialmente daquelas com inteligência média ou acima da média (Lin et al., 2021). Torna-se, portanto, imprescindível o aprimoramento dos critérios diagnósticos e a capacitação profissional voltada ao reconhecimento das especificidades do TEA no sexo feminino (Arcos; Pereira, 2021).

O atraso ou a ausência de diagnóstico produz impactos significativos no desenvolvimento emocional, social e educacional dessas mulheres. Zener (2019) destaca relatos frequentes de invalidação por parte de profissionais, que desconsideram o TEA pelo fato de essas mulheres “não parecerem autistas”. Antes do diagnóstico, são comuns sentimentos persistentes de inadequação, confusão e sobrecarga,

decorrentes da necessidade constante de adaptação social sem o suporte adequado.

Nesse contexto, muitas mulheres buscam ajuda profissional apenas quando já apresentam quadros de sofrimento psíquico significativo. A vigilância comportamental contínua e o esforço de adaptação social podem desencadear ansiedade e depressão, frequentemente tratadas como condições primárias, enquanto o TEA permanece não reconhecido (Mendonça, 2019). Assim, diagnósticos equivocados ou parciais — como transtornos de ansiedade, depressão ou TDAH — são recorrentes (Zener, 2019; Haruvi-Lamdan et al., 2018).

Entre as condições frequentemente associadas e subdiagnosticadas em mulheres autistas, destaca-se a alexitimia, caracterizada pela dificuldade de identificar e expressar emoções, o que pode dificultar a comunicação do sofrimento durante avaliações clínicas (Ketelaars et al., 2016). Estudos também apontam altas taxas de depressão em adultos autistas com inteligência acima da média, associadas à autoconsciência das dificuldades sociocomunicativas, ao bullying, à exclusão social e ao esforço prolongado de camuflagem (Rai et al., 2018; Hollocks et al., 2019; Oliveira; Maia, 2022).

No âmbito educacional, a ausência de diagnóstico repercute diretamente na falta de adaptações pedagógicas e de reconhecimento institucional. Dados do INEP indicam que, em 2016, apenas 546 estudantes com TEA estavam identificados no ensino superior brasileiro, número que aumentou para 754 em 2018, em um universo de quase 40 mil matrículas de estudantes com deficiência, com predominância masculina (Olivati; Leite, 2019). Esses dados evidenciam tanto a subnotificação quanto desigualdades de gênero no acesso ao diagnóstico.

Embora políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei nº 12.764/2012 garantam direitos educacionais às pessoas com TEA, sua efetividade depende do reconhecimento institucional do estudante, o que pressupõe a existência de diagnóstico. Persistem, assim, barreiras sociais, culturais e pedagógicas que limitam a inclusão.

Nesse sentido, a prática pedagógica, compreendida como práxis, exige sensibilidade às singularidades dos sujeitos e abertura à

transformação das concepções normalizadoras ainda presentes no cotidiano escolar (Caldeira; Zaidan, 2010; Franco, 2015). A falta de diagnóstico do TEA em meninas e mulheres compromete não apenas o acesso a cuidados em saúde, mas também a implementação de adaptações pedagógicas, perpetuando trajetórias de invisibilidade e sofrimento. A conscientização sobre as diferenças de gênero no espectro autista mostra-se, portanto, essencial para promover diagnósticos mais precoces e práticas educacionais efetivamente inclusivas.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, com análise quantitativa e qualitativa descritiva, voltada ao mapeamento de estudos recentes sobre mulheres autistas, *masking*, saúde mental e educação. O objetivo foi identificar tendências temáticas e lacunas, especialmente relacionadas ao papel da escola na produção e manutenção do *masking*.

A busca foi realizada na plataforma Google Scholar, considerando publicações de 2021 a 2025, utilizando combinações de descritores em português e inglês: transtorno do espectro autista, mulheres autistas, gênero, *masking* ou camuflagem social, saúde mental e educação. Foram incluídos artigos, dissertações e teses que abordassem explicitamente mulheres autistas e *masking* em contextos sociais, educacionais ou de saúde mental. Foram excluídos estudos exclusivamente biomédicos, sem recorte de gênero ou sem relação com educação ou contexto social.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica, categorizando autor, ano, área do conhecimento, foco principal (diagnóstico, saúde mental, escola, políticas), menção ao contexto escolar (sim/não) e presença de propostas educacionais (sim/não). Essa sistematização permitiu a análise das tendências e lacunas na literatura, evidenciando a predominância de abordagens clínicas e psicológicas em detrimento do olhar educacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrada das quatro seções da revisão literária – (1) o autismo e a busca pelo desempenho escolar “adequado”, (2) *masking* como estratégia de sobrevivência social, (3) custos físicos e emocionais da camuflagem e (4) falta de diagnóstico e ausência de adaptações pedagógicas – combinada com os dados quantitativos das publicações de 2021 a 2025, evidencia um padrão consistente na produção científica sobre autismo feminino.

Os estudos indicam que meninas e mulheres autistas frequentemente buscam apresentar desempenho escolar considerado “adequado”, o que contribui para a invisibilização de suas dificuldades e para a adoção de estratégias de *masking* (seção 1 e 2). Essas estratégias sociais, embora funcionais para a adaptação, geram custos físicos e emocionais significativos, incluindo ansiedade, depressão e exaustão, afetando tanto a saúde mental quanto o desenvolvimento acadêmico e profissional (seção 3). Ademais, a literatura aponta que a detecção tardia ou ausente do TEA em mulheres, combinada à ausência de adaptações pedagógicas, perpetua a necessidade de camuflagem e limita o acesso a suporte institucional (seção 4).

Os dados quantitativos corroboram e ampliam esses achados. Entre 2021 e 2025, identificou-se um crescimento expressivo na produção científica sobre autismo feminino, passando de apenas um artigo em 2021 para 34 publicações em 2025, totalizando 91 trabalhos. Observa-se um forte protagonismo feminino na autoria: aproximadamente 72% dos estudos foram conduzidos exclusivamente por mulheres, enquanto 8% por homens e 20% por autorias mistas. Essa predominância sugere que a tematização do autismo feminino e do *masking* tem sido impulsionada por pesquisadoras, refletindo perspectivas de gênero que valorizam a experiência subjetiva das mulheres autistas.

A análise temática revela que, embora o número de publicações tenha aumentado, as abordagens educacionais permanecem sub-representadas. Entre os estudos analisados, predominam perspectivas psicológicas, socioculturais e clínicas, com apenas 15–20% enfocando a educação, geralmente centradas na permanência acadêmica em

nível superior, e raramente abordando a prevenção do *masking* ou intervenções pedagógicas precoces. Mesmo nos trabalhos educacionais, a discussão tende a priorizar a adaptação individual das alunas, sem problematizar a responsabilidade institucional da escola na produção da camuflagem social.

Tabela 1 – Distribuição das publicações por ano, autoria e área temática.

Ano	Nº de artigos	Autoria feminina	Autoria masculina	Autoria mista	Principais áreas identificadas
2021	1	100%	0%	0%	Psicossocial, gênero
2022	8	75%	0%	25%	Psicossocial, educacional, identidade, saúde mental
2023	16	81%	6%	13%	Psicológica, sociológica, educacional, saúde pública
2024	32	69%	9%	22%	Psicológica, psiquiátrica, educacional, neurodiversidade, gênero
2025	34	65%	12%	23%	Psicossocial, educacional, clínica, trabalho,
Total	91	≈72%	≈8%	≈20%	—

Fonte: elaboração própria (2025).

Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que articulem autismo, gênero e educação básica, deslocando o foco do indivíduo para o ambiente institucional. O padrão observado sugere que, embora o conhecimento sobre os impactos do *masking* e do diagnóstico tardio esteja consolidado em campos psicológicos e sociais, ainda há espaço para intervenções pedagógicas estruturadas que promovam

reconhecimento precoce, adaptações curriculares e suporte emocional, reduzindo o desgaste físico e mental associado à camuflagem.

Em síntese, a convergência entre os resultados da revisão literária e os dados quantitativos fortalece a argumentação de que o *masking* é um fenômeno social e educacional, e que a produção científica sobre autismo feminino ainda carece de estudos que enfoquem o papel ativo da escola e das políticas educacionais na prevenção da camuflagem e na promoção de inclusão efetiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia que o autismo feminino permanece sub-representado na literatura, especialmente no que se refere ao papel da escola na produção e manutenção do *masking*. Meninas e mulheres autistas frequentemente buscam desempenho escolar “adequado”, camuflando suas dificuldades, o que contribui para diagnósticos tardios e ausência de adaptações pedagógicas.

O *masking* aparece como estratégia social adaptativa, mas gera custos significativos à saúde mental, como ansiedade, depressão e exaustão, afetando a vida acadêmica, social e profissional. A revisão quantitativa mostrou crescimento da produção científica entre 2021 e 2025, predominante por autoras mulheres, mas com escassa atenção ao contexto educacional.

Conclui-se que é fundamental ampliar pesquisas e práticas que articulem gênero, autismo e educação, promovendo diagnóstico precoce, intervenções pedagógicas inclusivas e suporte emocional. Pesquisas futuras devem investigar longitudinalmente a experiência de meninas autistas e a eficácia de estratégias educativas para reduzir o impacto do *masking*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BRUNETTO, Daniela; VARGAS, Gabriela. Meninas e mulheres autistas: completar o espectro é uma questão de gênero. Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 258–275, 2023.

COSTA, Flávia Lomba. Representações sociais de mulheres com o nível 1 do Transtorno do Espectro Autista sobre “ser normal” em seu passado escolar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.22.v7.n20.p207-221>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CUMIN, Julie; PELAEZ, Stéphanie; MOTTRON, Laurent. Positive and differential diagnosis of autism in verbal women of typical intelligence: a Delphi study. Autism, v. 26, n. 5, p. 1153–1164, 2022.

DAVID, R. S. D. Transtorno do Espectro Autista: relato de um caso feminino. Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica, v. 2, n. 4, 2023.

DAVIS, Angela. Mulheres, classe e raça. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, Michelle; HARWOOD, Robin; KASARI, Connie. The art of camouflage: gender differences in the social behaviors of girls and boys with autism spectrum disorder. Autism, v. 21, n. 6, p. 678–689, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. Educação e Pesquisa, v. 41, p. 601–614, 2015.

GREEN, Rebecca M. et al. Women and autism spectrum disorder: diagnosis and implications for treatment of adolescents and adults. Current Psychiatry Reports, v. 21, art. 22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11920-019-1006-3>. Acesso em: 10 jan. 2026.

HILLER, Rachel M.; YOUNG, Robyn L.; WEBER, Nick. Sex differences in autism spectrum disorder based on DSM-5 criteria: evidence from clinician and teacher reporting. Journal of Abnormal Child Psychology, v. 42, n. 8, p. 1381–1393, 2014.

HOLLOCKS, Matthew J. et al. Anxiety and depression in adults with autism spectrum disorder: a systematic review and meta-analysis.

Psychological Medicine, v. 49, n. 4, p. 559–572, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0033291718002283>. Acesso em: 10 jan. 2026.

HULL, Laura; PETRIDES, K. V.; MANDY, William. The female autism phenotype and camouflaging: a narrative review. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 7, n. 4, p. 306–317, 2020.

HULL, Laura et al. Gender differences in self-reported camouflaging in autistic and non-autistic adults. *Autism*, v. 24, n. 2, p. 352–363, 2020.

KETELAARS, Marlies et al. Emotion recognition and alexithymia in high functioning females with autism spectrum disorder. *Research in Autism Spectrum Disorders*, v. 21, p. 51–60, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2015.09.006>. Acesso em: 10 jan. 2026.

LIN, Jing et al. Transtorno do Espectro Autista em meninas: características clínicas e dificuldades diagnósticas. *Boletim do Curso de Medicina da UFSC*, v. 8, n. 2, 2021.

LUCENA, Luana Cristina de; OLIVEIRA, Iara Costa Guimarães de. O transtorno do espectro autista e as experiências narrativas de mulheres no Instagram. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220305>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MENDONÇA, Vitor. *Neurodivergentes: autismo na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais, 2019.

OLIVEIRA, Larissa Garcez; MAIA, Juliana Leal Freitas. Depressão e suicídio em adultos com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37265>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PEREIRA, Amanda K. M.; SOUTO, Vanessa T. A. A cor do autismo e sua relevância na representação simbólica de mulheres. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESIGN DA INFORMAÇÃO*, 9., 2019. Anais [...]. 2019.

RAI, Dheeraj et al. Association between autism spectrum disorders with or without intellectual disability and depression in young adulthood. *JAMA Network Open*, v. 1, n. 4, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2018.1465>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ROSA, Nathalia Aline Lemos da. Mulheres autistas e diagnóstico tardio: um estudo sobre juventudes de mulheres autistas e ocorrências de

subdiagnósticos. Revista Contraponto, v. 11, p. e143784, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/143784>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos. Psicologia em Estudo, v. 22, n. 2, p. 221–230, 2017.

TEIXEIRA, Ana Paula da Silva. Impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista em mulheres. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2023.

VASCONCELOS, Valéria Cristina. Meninas e mulheres com transtorno do espectro do autismo: diagnósticos, reconhecimentos e vivências. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/15923>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ZENER, Dori. Journey to diagnosis for women with autism. Advances in Autism, v. 5, n. 1, p. 2–13, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AIA-10-2018-0041>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAPÍTULO 7

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

***NURSING PERFORMANCE IN WELCOME TO WOMEN VICTIMS OF
SEXUAL VIOLENCE***

Virginia Ada Santos Lima

Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí – FACISA
Unaí – Minas Gerais
virginiaadalima@gmail.com

Nayara Alves de Souza

Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí - FACISA
Unaí – Minas Gerais
Nayara.souza@facisaunai.edu.br

Maria das Neves Martins

Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí - FACISA
Unaí – Minas Gerais
maria.martins@facisaunai.edu.br

RESUMO

A violência sexual contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos e um problema relevante de saúde pública. Este estudo tem como objetivo principal discutir a atuação da enfermagem no acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual, destacando suas ações, a aplicação de protocolos assistenciais e os desafios enfrentados na prática profissional. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e descritiva, com base em revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações e dados oficiais publicados entre 2021 e 2025. Os resultados apontam que os profissionais de enfermagem, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), exercem papel estratégico no primeiro atendimento às vítimas, sendo fundamentais para o acolhimento humanizado, a escuta qualificada e o

encaminhamento adequado, porém devido à falta de capacitação adequada, muitos não sabem prestar um atendimento adequado. Considera-se, portanto, que apesar dos avanços legais e institucionais, a atuação da enfermagem diante da violência sexual ainda demanda fortalecimento da formação ética, técnica e emocional dos profissionais, além da articulação intersetorial e do desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. A escuta empática e o cuidado humanizado são essenciais para romper o ciclo de violência e garantir às mulheres vítimas um atendimento digno, sigiloso e resolutivo.

Palavras-chave: Violência sexual; Enfermagem; Atenção Primária; Acolhimento.

ABSTRACT

Sexual violence against women is a serious violation of human rights and a significant public health problem. This study aims to discuss the role of nursing in assisting women victims of sexual violence, highlighting their actions, the application of care protocols, and the challenges faced in professional practice. This is a narrative literature review, with a qualitative and descriptive approach, based on a bibliographic review of scientific articles, legislation, and official data published between 2021 and 2025. The results indicate that nursing professionals, especially in Primary Health Care (PHC), play a strategic role in the initial care of victims, being fundamental for humanized reception, qualified listening, and appropriate referral; however, due to a lack of adequate training, many do not know how to provide adequate care. It is therefore considered that, despite legal and institutional advances, the role of nursing in addressing sexual violence still requires strengthening the ethical, technical, and emotional training of professionals, as well as intersectoral articulation and the development of more effective public policies. Empathetic listening and humane care are essential to breaking the cycle of violence and ensuring that women victims receive dignified, confidential, and effective care.

Keywords: Sexual violence; Nursing; Primary care; Reception.

1. Introdução

A violência pode ser compreendida como o uso da força contra si mesmo ou contra outras pessoas, manifestando-se de forma física, psicológica ou por meio do abuso de poder. Suas consequências incluem lesões, traumas emocionais, privações, deficiências e, em casos extremos, a morte. Esse fenômeno impacta diversas áreas da sociedade, gerando conflitos familiares e deixando marcas físicas e/ou emocionais nas vítimas, influenciando diretamente seu estado de saúde e bem-estar (DELMORO *et al.*, 2022).

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde tem se destacado no combate a essa forma de violência, atuando de maneira integrada entre diferentes setores e em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dentro do escopo do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Com isso, a violência sexual passa a ser reconhecida não apenas como uma grave violação dos direitos humanos, mas também como um importante problema de saúde pública, em conformidade com tratados internacionais ratificados pelo Brasil (BRASIL, 2025).

As consequências da violência sexual incluem lesões físicas, incapacidades, maior propensão a transtornos depressivos, ansiedade, estresse pós-traumático, tentativas de suicídio, risco elevado de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez indesejada e, em casos extremos, a morte. Diante disso, muitas mulheres em situação de violência recorrem aos serviços de saúde, tornando os profissionais de enfermagem figuras-chave no enfrentamento desse problema. No entanto, é comum que apenas a queixa imediata seja atendida, sem investigação das causas, o que leva à recorrência dos atendimentos por problemas físicos ou psicológicos não resolvidos (CASTRO, 2025).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como o principal ponto de acesso para o acolhimento de mulheres em situação de violência, sendo responsável por identificar casos suspeitos e confirmados. Por estar próxima da comunidade, a APS torna-se um ambiente estratégico para reconhecer essas situações. Essa proximidade

fortalece os vínculos entre profissionais e usuárias, permitindo a criação de confiança e facilitando intervenções voltadas à promoção da saúde, prevenção e cuidado das consequências da violência contra a mulher (SILVA, *et al.*, 2021).

Compreender e se solidarizar com os sentimentos das vítimas é fundamental para garantir um ambiente seguro e acolhedor. Essa postura empática por parte do enfermeiro pode encorajar as mulheres a relatarem suas experiências de violência, muitas vezes marcadas por medo e vergonha. Um espaço de escuta sensível e sem julgamentos, permite a construção de vínculos/paciente/profissional e contribui para que ela confie no atendimento e aceite o cuidado necessário. A empatia também torna a abordagem mais humanizada, respeitosa e centrada nas necessidades de cada mulher, favorecendo o acolhimento e a recuperação (CASTRO, 2025).

Nesse cenário, os profissionais de enfermagem exercem um papel essencial no cuidado a mulheres em situação de violência sexual, já que frequentemente são os primeiros a acolhê-las nos serviços de saúde. O estabelecimento de vínculos entre profissionais e usuárias, desponta como evidência tanto quanto necessária é capacitação adequada para o enfrentamento dessas situações. No entanto, enfrentar e fazer diminuir casos de violência sexual contra a mulher ainda representa um grande desafio. Apesar de ser um problema recorrente, a identificação e notificação dos casos ainda são limitadas, o que contribui para ocultar a real dimensão da violência sexual e dificulta sua abordagem efetiva pelos serviços de saúde.

Diante deste contexto, tendo em vista as suas dimensões consequentes é que se deu a seguinte questão norteadora: como se dá a atuação da enfermagem no acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual?

O estudo tem como objetivo geral: dialogar a atuação da enfermagem no acolhimentos de mulheres vítimas de violência sexual e, objetivos específicos: descrever as principais ações realizadas pelos profissionais de enfermagem no acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual, explanar como os protocolos e diretrizes assistenciais são aplicados na prática da enfermagem diante das vítimas de violência

sexual e pontuar os desafios enfrentados pela equipe de enfermagem no atendimento às vítimas, considerando aspectos éticos, legais e emocionais.

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e descritiva, por meio de uma pesquisa acerca da atuação da enfermagem no acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual de forma sistemática e ordenada, contribuindo assim, para a compreensão do assunto em questão, no período de agosto a outubro de 2025.

2. Revisão de Literatura

2.1. AÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NO ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL.

Definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência sexual é o uso intencional de força física e de poder, real, ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, grupo ou comunidade que resulte em possibilidades de lesões, danos psicológicos, deficiência de desenvolvimento ou privação, ou morte. É qualquer acometimento e tentativa sexual designado contra a sexualidade de uma pessoa por meio de impor sua vontade e desejos que não dependem de ter uma relação com a vítima, acontece com a penetração física (vulva ou ânus) com objetos ou alguma parte do corpo (SILVA, 2021).

O impacto do ato libidinoso violento e sem consentimento pode gerar diversos traumas e mudar totalmente a vida da vítima. A violência sexual afeta o físico como também o psíquico, alterando o comportamento da mulher e limitando a liberdade, colocando – a em um momento de insegurança que ocasionam graves danos à sua saúde, com o impacto do acontecimento muito dessas vítimas acabam silenciando – as pois, a situação a constrangem. O profissional de enfermagem

deve nesse momento acolher a vítima e promover condutas que não a constriam devido ao momento delicado (DA SILVA *et al.*, 2021).

De acordo com a Lei nº12.845, art 1º, de 1º de agosto de 2013, hospitais devem dispor de atendimento emergencial, integral e multidisciplinar a vítimas de violência sexual, objetivando o controle e tratamento de agravos psíquicos e físico, e se for o caso encaminhamento aos serviços de assistência social. A lei foi complementada pela Lei nº 13.931/2019 que se tornou obrigatória a notificação de casos de violência sexual às autoridades em até 24 horas.

De janeiro a julho de 2025, o **Ligue 180** registrou um total de **594.118 atendimentos**, dos quais **86.025** corresponderam a denúncias de violência contra mulheres em todo o território nacional. As solicitações de atendimento ocorreram majoritariamente por ligação telefônica 84,2%, seguidas por e-mail 13,5%, WhatsApp 2,3% e videochamada em Libras menos de 1%. Comparativamente ao mesmo período de 2024, houve um aumento de **2,9%** nas denúncias, que passaram de 83.589 para 86.025 casos (BRASIL, 2025).

O perfil das vítimas indica que a maioria se identifica como heterossexual, com **49.674 denúncias 57,7%**, e negra, com **38.068 denúncias 44,3%**. Quanto aos suspeitos, a maioria também é heterossexual **42.320 casos 49,2%** e negra **35.586 casos 41,4%**, demonstrando a interseção entre violência de gênero e desigualdades raciais. Em quase metade dos registros **40.933 casos 47,6%**, os suspeitos geralmente eram cônjuges, namorados, atuais ou antigos ex. No que se refere aos tipos de violência, destacam-se **35.665 casos de violência física 41,4%**, **24.021 de violência psicológica 27,9%** e **3.085 de violência sexual 3,6%**, todos ocorridos em contextos domésticos ou de relações íntimas de afeto (BRASIL, 2025).

O cenário de ocorrência, em grande parte das denúncias são de **35.063 – 40,7%** refere-se a episódios dentro da residência da vítima, enquanto **24.238 casos 28,2%** aconteceram em domicílios compartilhados entre vítima e suspeito, e **4.722 registros 5,5%** ocorreram na casa do suspeito (BRASIL, 2025).

O **Ligue 180** é um canal oficial do Governo Federal para acolhimento, orientação e registro de denúncias de violência contra mulheres.

O serviço é gratuito, sigiloso e funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo feriados, oferecendo atendimento em quatro línguas português, inglês, espanhol e Libras (BRASIL, 2025).

Santos *et al.* (2021), afirmam que durante a pandemia da Covid-19, houve crescente no número de casos de violência sexual contra a mulher devido à adoção da política do 'fica em casa' onde, foi registrada na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, na média diária de ligações recebidas pelo canal, 3.045 ligações e 829 denúncias entre os dias 1 e 16 de março de 2020, e durante o mesmo mês nos dias 17 e 25 foram registrados 3.303 ligações e 978 denúncias. Nesse contexto, é relevante que profissionais de enfermagem conheçam a rede de apoio à vítima de violência sexual para referências e orientações.

Por constituir uma agressão que compromete tanto a integridade física quanto o estado emocional da mulher, a violência sexual não se configura como um evento de fácil enfrentamento no âmbito dos serviços de saúde (MOREIRA, *et al.*, 2021).

Diante disso, as ações da enfermagem no acolhimento de vítimas de violência sexual possuem grande relevância na assistência em saúde. O enfermeiro, como profissional responsável pela acolhida e cuidado integral, deve oferecer suporte clínico, emocional e social, levada em conta a dignidade e a vulnerabilidade da mulher neste contexto (SANTOS; PEREIRA, 2022).

As etapas para o atendimento da vítima consistem em identificar qual o tipo de violência, realizar medicação, verificar e tratar os problemas decorridos do ato, e acompanhar a paciente durante seis meses da ocorrência. No diagnóstico da violência sexual, são realizados exames laboratoriais e forenses, com a coleta de culturas, materiais swab de cavidades vaginal, oral e retal, testes de sorologia para sífilis, hepatites, HIV. Devem ser coletados amostras de sangue, células epiteliais, sêmen que são colocadas em papel filtro esterilizados e colocadas em envelopes de papel e enviar sob ofício para o Instituto Médico Legal (IML) (CASTRO *et al.*, 2022).

O vínculo paciente/profissional é deveras importante, pois é daí que se estabelece a confiança é o momento de prestar total apoio à

paciente em seu quadro de vulnerabilidade. A vítima chega à unidade para ser acolhida, receber um atendimento digno e respeitoso. É importante trabalhar a autoestima, autoconfiança, encorajá-la, buscar alternativas de melhorias (DE SOUZA, 2023).

Um campo de atuação para identificação de provas para violência de abuso sexual é o campo forense. O enfermeiro forense é baseado na busca de resposta de problemas de saúde, que decorre de toda e qualquer forma de violência, não é restringido apenas as práticas clínicas, mas também na procura de lesões sugestivas, documentação, recolhimento, preservação das evidências. O enfermeiro forense tem como objetivo capacitar outros enfermeiros para a identificação de lesões físicas e psíquicas, a fim de evitar que as vítimas sejam desprezadas, ignoradas ou que passem despercebidas pelas unidades de saúde (AGULHÓ; CARRASCO; LAZARI, 2025).

As vítimas geralmente movidas pelo sentimento de vergonha, humilhação, ou até medo de alguma retaliação, tendem a se afastarem e silenciarem sobre o assunto, o que acaba prejudicando e tornando mais invisível o problema. Por isso, diante desse contexto de ações de enfermagem no acolhimento as vítimas são essenciais no atendimento integral da vítima para que ocorram um atendimento humanizado, colaborando para identificação, coleta e preservação de vestígios indicativos desse tipo de violência.

A equipe de enfermagem em sua maioria é o que presta o primeiro contato com pessoas que recorrem aos serviços de saúde, devido a isso devem estar atentos aos procedimentos que devem realizar, para que não ocorram perda de vestígios, não cometam erro irreparáveis (BARROS, 2021).

2.2 PROTOCOLOS E DIRETRIZES ASSISTENCIAIS NA PRÁTICA DA ENFERMAGEM DIANTE DO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA SEXUAL.

A violência sexual é vista como um problema de saúde pública, é um ato grotesco que atinge milhares de pessoas no Brasil e principalmente mulheres. Em sua maioria, os casos não são notificados o que agrava ainda mais o problema já que os serviços de saúde não

conseguem dimensionar a real extensão. A magnitude desse ato exige ações efetivas para o enfrentamento, o que inclui organização de uma rede de atenção que possa articular diferentes ações e dispositivos nas áreas da saúde, segurança pública fomentando ações de prevenção e enfrentamento (BRANCO, 2021).

Nesse sentido, é importante compreender que a violência sexual contra a mulher está enraizada em um contexto histórico e cultural, no qual, por séculos a figura feminina foi subjugada e privada de direitos. Foi a partir das lutas dos movimentos feministas que emergiram discussões mais amplas sobre igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento das diversas formas de violência, incluindo a sexual. Esses avanços contribuíram para a criação de leis e políticas públicas que hoje fundamentam protocolos e diretrizes assistenciais no cuidado às vítimas (MAFFACCIOLLI, 2024).

A violência sexual historicamente foi tratada de forma invisível, estando profundamente associada a fatores sociais e culturais que ao longo do desenvolvimento da sociedade e da organização da família, se estabeleceram e foram influenciadas pelo modelo patriarcal e sua concepção machistas, onde as mulheres e crianças são propriedade do homem, que é considerado o provedor da família (RESENDE, 2022).

O gênero do sexo masculino ao longo da história sempre foi considerado o soberano, imposto como o provisor, chefe, defensor e quem trazia o sustento ao lar. É colocado exclusivamente como uma característica masculina, a potência ou força física, e para a mulher, ser subalterna e inapta que não tinha possibilidade de ter suas características evidenciadas ou de vivenciar outras oportunidades para crescer, pois já eram estabelecidas pela sociedade majoritariamente machista e heteronormativa. Às mulheres eram cotidianamente impostas a ter o seu lugar como esposa e mãe dedicada, sendo obrigadas a deixarem seus estudos e profissão de lado e quando tentavam outro caminho eram impedidas ou encontravam mais dificuldades do que os homens (RIBEIRO; PEREIRA; LIMA, 2022).

No Brasil, a desigualdade de gênero também se refletiu na educação, onde as mulheres eram muitas vezes impedidas de aprender a ler e escrever. Nesse contexto, a escritora Nísia Floresta destacou-se

como uma das primeiras brasileiras a defender a educação feminina, afirmando que as mulheres não eram apenas objetos, mas seres com capacidade intelectual equivalente à dos homens. As primeiras manifestações feministas provocaram resistência de parte da sociedade masculina, temerosa de perder privilégios e o controle sobre o espaço doméstico, tradicionalmente dominado pelos homens (SOUZA, 2023).

No contexto atual, instrumentos legais como a Lei Maria da Penha e políticas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM estabelecem diretrizes fundamentais para orientar a atuação da enfermagem no atendimento a vítimas de violência sexual. A Lei Maria da Penha promulgada no dia 22 de setembro de 2006, Lei nº 11.340 tem a finalidade de prevenir, punir e erradicar a violência em razão do gênero no Brasil, atua diretamente contra a violência doméstica e outras formas. É aplicada em todo território nacional, a todas as mulheres independente da raça, orientação sexual, classe social e idade (SANTOS, 2023).

A nomenclatura da Lei foi dada para homenagear a Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima durante 23 anos de violência doméstica. Ela foi negligenciada pelo estado brasileiro e procurou apoio nas cortes internacionais para que reconhecessem o direito contra violência doméstica, diante disso a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Unidos (OEA), no nº54 de seu informe, responsabilizou o Estado brasileiro de omissão, tolerância e negligência nas relações de violência contra mulheres (INSTITUTO MARIA DA PENHA).

A PNAISM criada em 2004 pelo Ministério da Saúde, visando garantir para que a saúde da mulher fosse vista de forma mais ampla e integral e não apenas limitada ao ciclo reprodutivo. Os principais objetivos do PNAISM é a ampliação a saúde da mulher, onde não incluem apenas o pré-natal e o parto, também a inclusão de saúde mental, doenças crônicas, envelhecimento, medidas preventivas de câncer, atenção à violência, reduzir desigualdade de gênero no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, como também incorporar perspectiva de direitos humanos atendimento às mulheres (BRASIL, 2021).

Para a assistência no atendimento à mulher vítima de violência sexual o PNAISM se torna fundamental devido ao seu reforço de que o atendimento a vítima deve ser humanizado, sigiloso e acolhedor, define a rede de atenção que deve persistir entre a saúde, segurança pública e a assistência social, além de respaldar os protocolos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde mediante as profilaxias de IST, contracepções de emergência e acolhimento psicológico.

O enfermeiro tem papel relevante tanto nos atos da acolhida, quanto no prosseguimento da atenção às vítimas, com a realização de avaliações físicas, seguindo protocolos institucionais estabelecidos (REIS, 2024).

O autor acima citado observa ainda que o ato da violência sexual pode resultar em diversos problemas tanto físicos quanto mentais, sociais e em casos ainda mais complexos, até a morte, ressaltando-se a necessidade de um atendimento de enfermagem treinados de forma cuidadosa e atenciosa às vítimas (REIS, 2024).

Mediante tal situação, é requerida a atenção de profissionais capacitados para receberem as mulheres de forma humanizada, orientando-as e auxiliando-as no acesso aos serviços de saúde de referência. A equipe de enfermagem deve ter um comportamento ao abordar as vítimas de maneira a manter a descrição, preservar a dignidade da mulher, gerando segurança e conforto no seu acolhimento e orientando e protegendo as mulheres (BORBA *et al.*, 2021).

Neste contexto, Castro *et al.* (2023), apontam que as vítimas não procuram protocolos e sim um atendimento humanizado e assim, receberem um cuidado digno e respeitoso com respostas que possam proteger de possíveis novos danos. É o suporte emocional, autoestima e motivação que as vítimas necessitam do enfermeiro para que possam dar os seguintes passos rumo à superação de todas as formas de violência sexual.

Os autores acima citados apontam que o atendimento prestado a vítima se dá da seguinte forma: são disponibilizados os testes rápidos para identificação de HIV, sífilis, hepatite B e C, ela é encaminhada a obstetrícia e realizado o teste de gravidez. Assim é acionada a equipe multidisciplinar, e por conseguinte, a de apoio psicossocial e a paciente

é conduzida a salas reservadas, onde é atendida de forma digna, estimulada a relatar aos profissionais o caso da violência sofrida

Em casos de gestação decorrida de estupro, são propostas opções como: abortamento legalmente assistido, continuar com a gestação, adoção ou seguir cuidando da criança pós parto. Independente da opção escolhida ela é assistida durante seis meses recebendo apoio psicossocial necessário a cada caso (DE OLIVEIRA, 2024).

2.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL.

O cuidado de enfermagem à mulher vítima de violência sexual vai além da técnica, exigindo uma atenção individualizada e sensível. A violência contra a mulher representa um dos principais problemas sociais do país, resultado de uma cultura patriarcal e conservadora que, historicamente, subjugou a mulher, negando-lhe autonomia e submetendo-a aos padrões impostos pelo domínio masculino (Silva, 2021).

Silva et al. (2022) apontaram que muitos profissionais relatam não estar emocionalmente preparados para atender mulheres vítimas de violência sexual. O equilíbrio emocional é essencial nesse momento, pois o estado psicológico da paciente costuma ser extremamente abalado. A ausência de acolhimento adequado pode agravar ainda mais o sofrimento dessas mulheres. Por isso, a capacitação dos profissionais de enfermagem é indispensável, já que seu atendimento tem impacto direto no processo de recuperação da vítima.

Observa-se que a violência sexual contra mulheres representa um desafio amplo e persistente, agravado pelos altos índices de subnotificação, que ocultam a real dimensão do problema. Muitos casos ainda deixam de ser reportados, o que dificulta ações eficazes de enfrentamento. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental da equipe de enfermagem, especialmente dos enfermeiros, cujo cuidado deve se basear nas competências desenvolvidas durante sua

formação, aliando conhecimento técnico à sensibilidade necessária para acolher e assistir as vítimas de forma humanizada e eficaz (SICSU, 2024).

Lidar com os desafios relacionados ao atendimento de vítimas de violência sexual é uma tarefa complexa, mas essencial para assegurar a integridade física, emocional e psicológica dessas pessoas. Nesse cenário, os profissionais de enfermagem têm um papel crucial, oferecendo cuidados especializados e apoio emocional (SILVA *et al.*, 2023).

Assim, os autores acima citados chamam a atenção no sentido de que, conforme estudos na área da saúde, os enfermeiros da Estratégia Saúde da Família (ESF) enfrentam diversos obstáculos nesse tipo de atendimento, como o receio das vítimas em relatar e admitir a violência sofrida, além do próprio medo dos profissionais em lidar com a exposição gerada por esses casos e o temor de acionar a equipe multiprofissional. Vale destacar que o cuidado às vítimas de violência sexual exige uma atuação conjunta, envolvendo não apenas enfermeiros, mas também médicos, psicólogos, assistentes sociais e a polícia civil especializada. Essa articulação interdisciplinar é fundamental para proporcionar um atendimento eficaz, integral e humanizado.

A atenção primária desempenha um papel essencial na coordenação do cuidado às vítimas de violência sexual, sendo responsável pelo encaminhamento e acompanhamento dos casos, com base no princípio da integralidade. Contudo, a sobrecarga das equipes de saúde se destaca como um dos principais obstáculos enfrentados nesse contexto. O volume de demandas, aliado à necessidade de ações integradas entre diferentes setores, tende a comprometer a qualidade do atendimento, exigindo maior articulação e suporte para garantir uma resposta eficaz e humanizada às mulheres em situação de violência sexual (TEIXEIRA, 2024).

É fundamental ressaltar que o cuidado oferecido às pessoas que sobreviveram à violência sexual não depende apenas do profissional de saúde, mas também da participação ativa e consciente da própria vítima. No entanto, essa colaboração nem sempre acontece, devido a barreiras emocionais e psicológicas que podem ser impostas por ela, o

que afeta diretamente a forma como a abordagem, o tratamento e a recuperação são conduzidos (BARBOSA *et al.*, 2022).

Quanto ao desempenho da assistência prestada e à percepção dos profissionais, observa-se que o atendimento frequentemente é limitado por dificuldades estruturais, como a inadequação dos espaços físicos de acolhimento e a escassez de recursos humanos. Essas limitações comprometem a efetividade dos procedimentos realizados e resultam em variações nas condutas adotadas pelos serviços de saúde (CANNON *et al.*, 2021).

Os profissionais de enfermagem são responsáveis pelo primeiro atendimento a mulheres em situação de violência sexual, oferecendo acolhimento e apoio à recuperação. No entanto, ainda há falhas na assistência que podem causar nova exposição ao sofrimento. No atendimento de urgência, a alta demanda muitas vezes limita o cuidado às lesões físicas, dificultando uma abordagem mais completa. Isso evidencia a necessidade de protocolos que orientem um atendimento qualificado, humanizado e integral (SILVA *et al.*, 2023).

Um dos desafios enfrentados pela equipe de enfermagem é a incorporação incompleta do preenchimento das fichas nos serviços de saúde, o que é preocupante, pois esses registros são fundamentais para o acompanhamento eficaz das mulheres vítimas de violência sexual (AGULHÓ; CARRASCO E LAZARI, 2025).

Alguns profissionais evitam se envolver em casos de violência por medo de processos judiciais ou de retaliações por parte dos agressores e seus familiares. No entanto, é essencial que os serviços de saúde orientem e ofereçam condições para uma atuação segura. A divisão de responsabilidades entre quem atende e quem realiza a notificação ajuda a proteger o profissional. Vale ressaltar que a notificação não encerra o cuidado o enfermeiro deve continuar acompanhando a vítima. O Código de Ética da Enfermagem estabelece que é dever do profissional agir em situações graves, sendo a omissão na comunicação de violência considerada falta grave (CASTRO *et al.*, 2022).

Durante o período de 2019 a 2022, a equipe de enfermagem enfrentou desafios significativos decorrentes de mudanças na legislação federal. A lei nº 13.931/2019 estabeleceu a obrigatoriedade de

notificação compulsória e comunicação à autoridade policial em até 24 horas, sempre que houver suspeita ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Embora essa medida vise a proteção das vítimas, muitos profissionais consideraram esse procedimento um fator que pode dificultar o acolhimento, pois pode gerar desconforto e desconfiança nas mulheres que buscam ajuda, complicando o trabalho da enfermagem na criação de um ambiente seguro e de confiança (MENDES *et al.*, 2024).

Apesar da obrigatoriedade legal, a notificação de casos de violência ainda é pouco efetiva na rotina dos profissionais de saúde, permanecendo muitas vezes invisível. A subnotificação está diretamente relacionada à falta de conhecimento técnico e científico sobre o tema. Além disso, outros fatores dificultam esse processo, como a ausência de proteção legal aos profissionais responsáveis pela notificação, preocupações com a quebra do sigilo profissional e a inexistência de diretrizes claras que garantam respaldo técnico aos procedimentos adotados (JESUS *et al.*, 2022).

Em alguns serviços de emergência, a responsabilidade pela identificação de casos de violência contra a mulher é atribuída exclusivamente a profissionais do serviço social ou da psicologia, o que revela uma organização fragmentada e desarticulada do processo de trabalho. No entanto, observa-se que muitas mulheres em situação de violência sexual por parceiro íntimo procuram repetidamente os serviços de emergência antes de desfechos mais graves, como o feminicídio. Isso reforça a importância de a equipe de enfermagem estar preparada para reconhecer precocemente os sinais de violência, atuando de forma integrada para prevenir consequências mais severas (FRANCO *et al.*, 2022).

A violência sexual contra a mulher impõe grandes desafios aos profissionais de enfermagem, especialmente na atenção básica e nos serviços de urgência e emergência. Muitas vítimas, ao buscarem apoio na rede de saúde, se deparam com profissionais não suficientemente instrumentalizados o que pode gerar sentimentos de desamparo e resultar em revitimização. A ausência de um atendimento acolhedor e qualificado pode levá-las a desistir da busca por ajuda, perpetuando a

situação de violência e, em casos mais graves, contribuindo para o agravamento de traumas físicos e emocionais (CIVIDINI *et al.*, 2021).

Diversos desafios dificultam a identificação e o registro de casos de violência sexual contra mulheres no Brasil, conforme apontado na literatura. Entre esses obstáculos estão a vulnerabilidade social, o receio de retaliações, o silêncio das vítimas, a relação com o tráfico e uso abusivo de substâncias psicoativas, bem como a vigilância exercida pelo parceiro ou agressor (PEREIRA *et al.*, 2022).

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e descritiva, com a finalidade de reunir e sintetizar assuntos acerca da atuação da enfermagem no acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual de forma sistemática e ordenada, contribuindo assim, para a compreensão do assunto em questão.

A pesquisa de revisão de literatura, segundo De Sousa, De Oliveira e Alves (2021), se dá a partir de material já publicado, que sejam livros, manuais, artigos científicos, revistas, jornais, bem como por meio da internet, com a intenção de situar e aprofundar as pesquisadoras nos materiais já existentes de acordo com a temática.

De acordo com Gil (2021), estudo com abordagem qualitativa traz consigo diferentes concepções filosóficas que é apropriada para quem procura clareza no entendimento de fenômenos específicos, tanto em profundidade, quanto de natureza social e cultural. Ressalta ainda que estudo descritivo é aquele que busca descrever um fenômeno diante de um estudo realizado com determinado tempo.

A revisão foi realizada entre os meses de agosto a outubro de 2025 e para o levantamento bibliográfico, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) do Ministério da Saúde (Brasil) e google acadêmico, nos períodos de 2020 a 2025, no idioma português e inglês, combinados com as palavras-chaves: violência sexual, enfermagem, Atenção Primária, Acolhimento.

Como critério de inclusão, foram incluídos no estudo, artigos alusivos à temática proposta, artigos completos e os gratuitos, Manuais e livros. Já como critério de exclusão, foram excluídos do estudo os artigos antigos, os pagos e os que não atendiam a temática. Ao final da busca, foram selecionados 44 artigos, todos considerados pertinentes e utilizados integralmente na construção deste estudo.

Acerca dos aspectos éticos, o estudo com caráter de revisão narrativa da literatura assegura os aspectos éticos, sendo garantida a autoria dos artigos científicos pesquisados no uso de citações e referências dos autores conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Resultados e Discussões

Mediante as obras alcançadas no intervalo compreendido entre 2020 a 2025, este estudo busca dialogar acerca da atuação da enfermagem no acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual em uma perspectiva acolhedora e humanizada.

Os achados neste estudo reforçam que a violência sexual permanece como grave problema de saúde pública, marcado por altos índices de subnotificação, conforme já evidenciado por Branco *et al.* (2022), que apontam que a baixa notificação distorce a real dimensão do problema. Apesar do aumento dos registros, especialmente de estupro mais de 83 mil casos no último ano, os dados ainda não traduzem a totalidade da realidade.

Estudos de Da Silva *et al.* (2024), apontaram que a predominância de vítimas do sexo feminino corrobora o que destacam ao analisar a violência sexual como uma prática de gênero, perpetuada por estruturas sociais desiguais. Isso demonstra que, além da resposta em saúde, é necessária uma articulação com políticas de educação e proteção social.

A literatura mostra que a enfermagem tem papel estratégico na identificação e no acolhimento das vítimas. Estudos de Santos *et al.*

(2021) ressaltam que a criação de vínculo é fundamental para encorajar a mulher a relatar a violência, muitas vezes silenciada por medo ou vergonha.

De Jesus *et al.* (2022) em seus estudos apontaram que a prática assistencial frequentemente se restringe à demanda imediata, sem aprofundamento das causas, e que há fragmentação no cuidado. Nesse sentido, recursos como a visita domiciliar e a escuta empática podem se tornar instrumentos relevantes para o fortalecimento de uma assistência mais humanizada e resolutiva.

Os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde (2015) orientam condutas fundamentais, como profilaxias, exames, anticoncepção de emergência e apoio psicológico. No entanto, os resultados apontam que a aplicação desses protocolos tem sido irregular.

Dos Santos (2022) em seus estudos destacam que a ausência de capacitação e as limitações estruturais tendem a comprometer a efetividade das ações, dificultando tanto a preservação da saúde da vítima quanto a responsabilização do agressor. A carência de coleta adequada de vestígios e a insuficiência de registros técnicos reforçam o que Ribeiro; Pereira e Lima (2022), já apontavam da necessidade de investir em treinamento contínuo da equipe de enfermagem.

Ainda dos estudos dos mesmos autores acima, a consideração de que entre os desafios, destaca-se a sobrecarga de trabalho, que reduz o tempo disponível para um atendimento aprofundado, demonstra que essa sobrecarga, somada à falta de capacitação, tende a gerar insegurança nos profissionais diante da complexidade do tema.

Estudos de Dos Santos e Passos (2021) evidenciaram que muitos enfermeiros se sentem despreparados para lidar com o sofrimento das vítimas, o que pode comprometer o acolhimento. Além disso, entraves como o medo de represálias, dúvidas sobre o sigilo e notificações obrigatórias foram relatados, confirmando os achados de que associam essas barreiras a uma assistência fragmentada e vulnerável.

Estudos de Pereira *et al.* (2022) evidenciaram que os resultados demonstram que, apesar dos avanços legais e políticos, ainda existem lacunas significativas no enfrentamento da violência sexual. O fortalecimento da prática de enfermagem exige tanto o domínio técnico quanto

a sensibilidade para acolher as vítimas de forma ética e humanizada, em consonância com os princípios do SUS.

Como defendem Agulhó; Carrasco e De Lazari (2025) e Barros e Luz (2021) reportam que o cuidado integral depende da articulação intersetorial e da valorização da formação continuada. Assim, os dados analisados confirmam que apenas com investimentos em infraestrutura, capacitação permanente e redes de apoio fortalecidas será possível garantir atendimento digno e contribuir para a redução desse grave problema social.

4. Considerações Finais

A abordagem dessa temática vai além dos aspectos específicos da assistência em saúde. Embora os enfermeiros, na maioria das vezes, reconheçam a importância e a relevância de seu papel nesse contexto, é fundamental que consigam se desvincular de questões pessoais ou subjetivas que possam comprometer a qualidade do acolhimento às mulheres vítimas de violência sexual (BARBOSA *et al.*, 2022).

A pesquisa evidenciou que a violência sexual contra mulheres permanece como um grave problema de saúde pública, marcado pela subnotificação e pela dificuldade de enfrentamento nos serviços de saúde. Constatou-se que a enfermagem desempenha papel essencial no acolhimento e acompanhamento das vítimas, embora encontre desafios como sobrecarga de trabalho, falta de capacitação específica e limitações estruturais. Apesar da existência de protocolos assistenciais, sua aplicação ainda é desigual, o que fragiliza o cuidado integral.

Considera-se, portanto, que o fortalecimento da prática da enfermagem depende de investimentos em formação continuada, infraestrutura e redes intersetoriais, de modo a garantir atendimento digno, humanizado e resolutivo às mulheres em situação de violência sexual.

Este estudo se deu de maneira modesta sem a pretensão de esgotá-lo no seu todo, ficando patente que, por se tratar de uma temática dinâmica, novas abordagens por certo trarão novas contribuições.

Referências Bibliográficas

AGULHÓ, Leidiane Maria; CARRASCO, Mirian Bruna Pilan; DE LAZARI, Alan Henrique. Atuação do enfermeiro forense frente ao atendimento de mulheres vítimas de violência sexual. **SaBios-Revista de Saúde e Biologia**, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2025.

BARROS, Lara Vitória Nascimento; BARROS, Layanny Nascimento; ALVES, Larissa Luz. Enfermagem forense: atuação do enfermeiro à mulher vítima de violência sexual. **Health of Humans**, v. 3, n. 2, p. 12-20, 2021. Disponível em: <<https://sapientiae.com.br/index.php/healthofhumans/article/view/CBPC2674-6506.2021.002.0002>>. Acesso em: 09 out. 2025.

BORBA, Clara Santos *et al.* Assistência de enfermagem na Atenção Básica de Saúde à mulher vítima de violência sexual. **Estação Científica**, v. 15, n. JUL./DEZ., 2021. Disponível em: <<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2435>>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRANCO, July Grassiely de Oliveira *et al.* Fragilidades no processo de trabalho na Atenção à Saúde à Mulher em situação de violência sexual. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 1877-1886, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. **Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2 ago. 2013**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. **Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 dez. 2019**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13931.htm>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Governo Federal lança painel de dados do Ligue 180 e reforça transparência no enfrentamento à violência contra mulheres**. Brasília, DF, 07 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/governo-federal-lanca-painel-de-dados-do-ligue-180-e-reforca-transparencia-no-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes*. 1. ed., 2. reimpr. **Brasília: Editora do Ministério da Saúde**, 2011. 82 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência sexual**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-sexual-e-reprodutiva/violencia-sexual>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CANNON, L. M. et al. Understanding the healthcare provider response to sexual violence in Ghana: A situational analysis. **PLoS one**, v. 15, n. 4, 2021. <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0231644>>.

CASTRO, Ellen Caroline Lima et al. Assistência do profissional de enfermagem na identificação e no acompanhamento da mulher vítima de violência sexual. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, 2023.

CASTRO, Mikaele Assis Moreira et al. Assistência de enfermagem as vítimas de violência sexual. **Research, society and development**, v. 11, n. 2, p. e38011225817-e38011225817, 2022.

CIVIDINI, Fátima Regina et al. **Contribuições da enfermagem forense no atendimento à mulher em situação de violência em região de triplíce fronteira** (Brasil-Paraguai-Argentina). 2021. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/5951>>.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Violência contra a mulher cresce e MMM chama atenção para urgência de ações de combate. **Agência CNM de Notícias**, 11 jun. 2025. Disponível em: <<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/violencia-contr-a-mulher-cresce-e-mmm-chama-atencao-para-urgencia-de-aco-es-de-combate>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DA SILVA, Leandra Galdino et al. Assistência de enfermagem a mulheres vítimas de violência doméstica: análise das limitações do sistema de saúde na atenção primária. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 2060-2075, 2025.

DA SILVA LIMA, Erica Camila et al. Condutas do enfermeiro diante da mulher vítima de violência sexual. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 2225-2238, 2021.

DA SILVA TEIXEIRA, Fabricia Voietta et al. **Desafios no atendimento às mulheres vítimas de violência na Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa de literatura**. 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/72264>>.

DE JESUS, Andressa dos Santos et al. Os desafios do enfermeiro emergencista na assistência prestada as mulheres em vivência de violência doméstica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 5, 2022.

DE LIMA DELMORO, Isabela de Cássia; DE CARVALHO VILELA, Sueli. Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 38, 2022.

DE OLIVEIRA SICSU, Itamara; BOAS, Tamires da Cruz Vilas; DA SILVA PEREIRA, Pabloena. Enfermagem na assistência frente à violência sexual contra a mulher: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 4, p. 2297-2310, 2024.

DE PAULA SILVA, Natália et al. O papel do enfermeiro no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual no serviço de emergência. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, 2023.

DE SOUSA BARBOSA, Samara et al. O enfermeiro frente a atenção à saúde de mulheres vítimas de violência sexual: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, 2022.

DE SOUZA SILVA, Edna Aparecida et al. Violência sexual contra mulheres: assistência de enfermagem nas unidades de saúde. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 8, 2023.

FLOR, Tainá de Oliveira et al. Revisões de literatura como métodos de pesquisa: aproximações e divergências. Plataforma Espaço Digital. **Anais do VI CONAPESC. Campina Grande: Realize Editora**. Publicado em, v. 24, 2021.

DOS SANTOS, Francisca Maria Gonçalves; PEREIRA, Mayara Cândida. O papel do enfermeiro no atendimento à mulher vítima de violência sexual. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 12, 2022.

DOS SANTOS, Jhéssica Aparecida de Jesus; PASSOS, Sandra Godoi. Conhecimento dos profissionais de enfermagem acerca da ficha de notificação compulsória em relação à violência contra a mulher. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 4, n. 9, 2021.

DOS SANTOS SILVA, Lucas; DOS SANTOS SILVA, Thays; LIMA, Ronaldo Nunes. A importância da atuação do enfermeiro às vítimas de violência sexual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 9, 2022.

FRANCO, Juliana Machado; LOURENÇO, Rafaela Gessner. Assistência de enfermagem prestada às mulheres em situação de violência em serviços de emergência. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 24, 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MAFFACCIOLLI, Rosana et al. Reflexões sobre as estratégias para mitigar vulnerabilidades das mulheres à violência íntima na pandemia de covid-19. **Saúde e Sociedade**, v. 33, 2024.

MENDES, Milene Arlinda de Lima; MACHADO, Michael Ferreira. Educação Permanente em Saúde na rede de atenção às vítimas de violência sexual de Alagoas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, p. e02702250, 2024.

MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio et al. Manifestações de violência institucional no contexto da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual. **Saúde e Sociedade**, v. 29, 2021.

PEREIRA, Rozane Rodrigues et al. O papel do enfermeiro na assistência à mulher vítima de violência sexual no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, 2022.

REIS, Damires Guajajara Silva. **A atuação do Enfermeiro na assistência humanizada a mulheres vítimas de violência sexual**. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

RESENDE, Gabrielly Rodrigues. **Agressão psicológica à mulher: violência silenciosa e inicialmente sutil no meio conjugal**. 2022.

RIBEIRO, Patrícia Kecianne Costa; PEREIRA, Lucélia Maria Sobral; LIMA, Louise Verônica Costa. Violência contra a mulher no século XXI: descortinando a história. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, 2022.

SANTOS, Davydson Gouveia et al. Assistência de enfermagem às mulheres em situação de violência durante a pandemia da Covid-19. **Enferm. Foco**, v. 12, n. 6, p. 1106-1112, 2021.

SANTOS, Mariana Isabela Silva; SILVA, Marina Cristina Sousa; PINTO, Gilberto Andrade. As medidas protetivas no contexto da Lei Maria da Penha: análise dos mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, 2023.

SILVA, Ione Botelho Farias da; LOPES, Juliana Souza; NETA, Maria Vitorina dos Santos. **Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência sexual**. Orientador: Virgínia Rozendo de Brito, 2021.

SILVA, Lorena et al. Percepção das mulheres em situação de abortamento frente ao cuidado de enfermagem. **Revista Ciência Plural**, v. 6, n. 1, p. 44-55, 2021.

SILVA, Viviane Graciele da; RIBEIRO, Patrícia Mônica. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 4, 2021.

SOUZA, Welda Rodrigues. Violência contra a mulher: vulnerabilidades e interseccionalidades. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 47, 2023.

CAPÍTULO 8

AUTISMO EM MENINAS E MULHERES: INVISIBILIDADE DIAGNÓSTICA, CAMUFLAGEM SOCIAL E DESAFIOS INTERDISCIPLINARES NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITOS

AUTISM IN GIRLS AND WOMEN: DIAGNOSTIC INVISIBILITY, SOCIAL CAMOUFLAGING, AND INTERDISCIPLINARY CHALLENGES IN HEALTH, EDUCATION, AND RIGHTS

Cláudio José Alves do Nascimento

Clínica Escola de Neurologia Infantil
Tianguá-CE

ORCID: 0009-0005-8654-4256
doutoradocsunisul@gmail.com

Jamila Silva Alves

Clínica Escola de Neurologia Infantil
Tianguá-CE
cjjc28@gmail.com

Laura Ribeiro Iunes

Clínica GastroNeuro
BARREIRAS-BA
ORCID: 0009-0003-8367-7075
lauraiuness@gmail.com

Leonardo Davi Novais Queiroz de Oliveira

Faculdade Sulamérica
São Paulo - SP
ORCID:0009-0000-6547-2402
nivaisdavi69@gmail.com

Lilian Najara dos Reis Rodrigues

Clínica Escola de Neurologia Infantil
Tianguá-CE
lilian_najara@hotmail.com

RESUMO

Objetivo: Analisar criticamente o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em meninas e mulheres, com ênfase nos vieses de gênero presentes na produção científica, nos processos diagnósticos e nas práticas institucionais, bem como em seus impactos na saúde mental, nos percursos educacionais e no acesso a direitos. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo ensaio teórico-reflexivo, fundamentado em revisão narrativa e análise crítica da literatura científica nacional e internacional publicada entre 2011 e 2024. Foram analisados estudos que abordam autismo feminino, camuflagem social, diagnóstico tardio, educação inclusiva e direitos das pessoas com deficiência. **Resultados:** A literatura evidencia consenso quanto à existência de invisibilidade diagnóstica em meninas e mulheres autistas, associada a critérios diagnósticos historicamente baseados em manifestações masculinas. A camuflagem social emerge como estratégia adaptativa frequente, porém relacionada a elevado custo emocional, incluindo ansiedade, depressão e exaustão. Observam-se impactos significativos nos contextos educacional e institucional, com restrição ao acesso a suportes e políticas públicas. **Conclusão:** O autismo feminino deve ser compreendido como fenômeno atravessado por desigualdades estruturais de gênero. O reconhecimento dessas especificidades é fundamental para o aprimoramento das práticas clínicas, educacionais e institucionais, bem como para a promoção da equidade e da efetivação de direitos.

Palavras-chave: Autismo feminino; Gênero; Camuflagem social; Diagnóstico tardio; Direitos das mulheres.

ABSTRACT

Objective: To critically analyze Autism Spectrum Disorder (ASD) in girls and women, focusing on gender biases in scientific production, diagnostic processes, and institutional practices, as well as their impacts on mental health, educational trajectories, and access to rights. **Methodology:** This qualitative study is a theoretical-reflective essay based on a narrative review and critical analysis of national and international scientific literature published between 2011 and 2024. Studies addressing female autism, social camouflaging, late diagnosis, inclusive education,

and disability rights were analyzed. Results: The literature shows a clear consensus regarding diagnostic invisibility in autistic girls and women, linked to diagnostic criteria historically grounded in male-based presentations. Social camouflaging emerges as a frequent adaptive strategy, although associated with significant emotional costs, including anxiety, depression, and exhaustion. Relevant impacts are identified in educational and institutional contexts, limiting access to support and public policies. Conclusion: Female autism should be understood as a phenomenon shaped by structural gender inequalities. Recognizing these specificities is essential to improve clinical, educational, and institutional practices and to promote equity and the effective realization of rights.

Keywords: Female autism; Gender; Social camouflaging; Late diagnosis; Women's rights.

1. Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações persistentes na comunicação e na interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, com início precoce no desenvolvimento e impacto variável ao longo do ciclo vital (APA, 2022; OMS, 2019). Trata-se de um espectro reconhecidamente heterogêneo, no qual manifestações clínicas, funcionais e psicossociais apresentam ampla variabilidade. Apesar dessa diversidade, a construção histórica do conhecimento científico sobre o autismo foi, por décadas, orientada por modelos teóricos, clínicos e diagnósticos baseados predominantemente em observações realizadas em meninos, especialmente aqueles com apresentações mais externalizantes e compatíveis com estereótipos clássicos do transtorno.

Essa centralidade masculina na produção científica resultou em critérios diagnósticos, instrumentos de avaliação e práticas clínicas pouco sensíveis às manifestações do autismo em meninas e mulheres. Como consequência, observa-se um processo sistemático de subdiagnóstico, diagnóstico tardio e enquadramentos psicopatológicos equivocados no público feminino, frequentemente direcionados a transtornos

de ansiedade, depressão, transtornos alimentares ou transtornos de personalidade (Bargiela, Steward & Mandy, 2016; Gould & Ashton-Smith, 2011). Assim, a invisibilidade do autismo feminino não pode ser compreendida como um fenômeno ocasional, mas como resultado direto de vieses epistemológicos, normas sociais de gênero e práticas institucionais que historicamente silenciaram experiências neurodivergentes femininas.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta o presente estudo consiste em compreender como os vieses de gênero presentes na produção científica, nos processos diagnósticos e nas práticas institucionais contribuem para a invisibilidade do autismo em meninas e mulheres, bem como quais são os impactos desse processo na saúde mental, nos percursos educacionais e no acesso a direitos das mulheres no espectro autista. Tal problemática exige uma abordagem que ultrapasse o campo estritamente biomédico, incorporando dimensões sociais, educacionais e jurídicas para uma compreensão mais ampla do fenômeno.

No contexto feminino, o TEA frequentemente se manifesta por meio de maior internalização dos sintomas, interesses específicos socialmente aceitos, habilidades linguísticas aparentemente preservadas e uso intenso de estratégias de adaptação social. Esse conjunto de estratégias é amplamente descrito na literatura como camuflagem social (*masking*), compreendida como o esforço consciente ou inconsciente para ocultar características autísticas, imitar comportamentos socialmente esperados e reduzir a percepção de diferença (Hull et al., 2017; Cook et al., 2021). Embora a camuflagem possa favorecer aceitação social temporária e desempenho adaptativo em ambientes escolares e profissionais, evidências consistentes apontam que ela está associada a elevado custo emocional e psicológico, incluindo ansiedade, depressão, exaustão emocional, burnout autista e redução da qualidade de vida (Cage & Troxell-Whitman, 2019; Remnélius et al., 2024).

Nesse cenário, o objetivo geral deste estudo é analisar criticamente o autismo feminino a partir de uma perspectiva interdisciplinar, articulando os campos da saúde, da educação e do direito. De forma específica, busca-se: (i) examinar a construção histórica do

conhecimento científico sobre o TEA sob a ótica de gênero; (ii) analisar as especificidades clínicas e psicossociais do autismo em meninas e mulheres, com ênfase no fenômeno da camuflagem social; (iii) discutir os impactos do diagnóstico tardio na saúde mental e nos percursos educacionais femininos; e (iv) refletir sobre os desafios estruturais para a efetivação dos direitos das mulheres no espectro autista.

A relevância deste estudo fundamenta-se nas lacunas persistentes da literatura científica acerca do autismo feminino, especialmente no que se refere à integração entre gênero, saúde, educação e direitos humanos. Embora pesquisas recentes tenham avançado na identificação de características específicas do TEA em mulheres, ainda predominam abordagens fragmentadas, centradas no campo biomédico e pouco sensíveis às dimensões institucionais e sociais que produzem invisibilidade diagnóstica. No contexto brasileiro, tais lacunas são ainda mais evidentes, dada a escassez de estudos que abordem de forma sistemática o diagnóstico tardio em mulheres e suas consequências psicossociais e jurídicas. Assim, ao integrar-se à proposta editorial da obra *Mulheres em Foco*, este capítulo contribui para ampliar o debate acadêmico sobre a saúde e os direitos das mulheres, oferecendo subsídios teóricos para práticas clínicas, educacionais e políticas públicas mais equitativas.

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, caracterizado como ensaio teórico-reflexivo, fundamentado em revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional. Foram analisadas produções recentes que abordam autismo feminino, gênero, camuflagem social, diagnóstico tardio, saúde mental, educação inclusiva e direitos das pessoas com deficiência. A análise foi conduzida de forma crítica e interpretativa, compreendendo o conhecimento científico como uma prática social situada, capaz tanto de reproduzir quanto de enfrentar desigualdades estruturais de gênero.

Dessa forma, este artigo se insere no esforço contemporâneo de repensar o autismo a partir de uma perspectiva de gênero, reconhecendo-o não apenas como uma condição clínica, mas como um fenômeno atravessado por desigualdades históricas e institucionais. Em consonância com a proposta da obra *Mulheres em Foco*, o texto

reafirma o papel da ciência como instrumento de visibilidade, equidade e justiça social, contribuindo para o fortalecimento de práticas mais sensíveis às experiências das mulheres no espectro autista.

2. Revisão de Literatura

A revisão de literatura apresentada nesta seção tem como objetivo sistematizar o estado atual do conhecimento científico sobre o autismo feminino, considerando produções nacionais e internacionais relevantes, bem como explicitar consensos, controvérsias e lacunas que fundamentam a necessidade de estudos interdisciplinares que articulem saúde, educação e direitos das mulheres. A organização da revisão em subseções temáticas justifica-se pela complexidade do campo e pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas presentes na literatura.

2.1 Construção histórica do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista e vieses de gênero

A construção do conhecimento científico sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) esteve, desde suas primeiras descrições, fortemente marcada por um viés de gênero. As formulações iniciais do autismo, bem como os estudos que fundamentaram os principais sistemas classificatórios contemporâneos, basearam-se majoritariamente em amostras masculinas, especialmente em meninos que apresentavam manifestações mais externalizantes, déficits sociais evidentes e padrões restritos de comportamento facilmente observáveis em contextos clínicos e educacionais (Lai et al., 2015; Mandy et al., 2018).

Esse enquadramento histórico contribuiu para a consolidação de um modelo descritivo do autismo associado a um “perfil típico” masculino, que passou a orientar a elaboração dos critérios diagnósticos, o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação e a formação dos profissionais de saúde e educação. Como consequência, meninas e

mulheres cujas manifestações não correspondiam a esse modelo foram sistematicamente invisibilizadas ou interpretadas a partir de outras categorias psicopatológicas (Gould & Ashton-Smith, 2011).

Meta-análises e revisões sistemáticas recentes questionam a interpretação tradicional de maior prevalência do TEA em indivíduos do sexo masculino. Loomes, Hull e Mandy (2017), ao analisarem dados populacionais, demonstram que a razão homem:mulher é significativamente menor do que a historicamente aceita, aproximando-se de 3:1. Esses achados sustentam a hipótese de que diferenças nas taxas diagnósticas refletem, em grande medida, **viés de identificação**, e não necessariamente diferenças reais de prevalência.

Estudos quantitativos reforçam essa interpretação ao demonstrar que meninas frequentemente precisam apresentar maior comprometimento funcional ou maior carga de comorbidades para que o diagnóstico de TEA seja considerado clinicamente, quando comparadas a meninos com níveis semelhantes de traços autísticos (Ratto et al., 2018). Dessa forma, consolida-se na literatura o entendimento de que a invisibilidade do autismo feminino é produzida por modelos científicos e institucionais historicamente insensíveis às manifestações do espectro em mulheres.

2.2 Fenótipo feminino do autismo: contribuições, limites e controvérsias conceituais

A partir do reconhecimento do subdiagnóstico em meninas e mulheres, a literatura passou a empregar o conceito de fenótipo feminino do autismo para descrever padrões de apresentação mais frequentemente observados no sexo feminino. Estudos qualitativos com mulheres diagnosticadas tardiamente descrevem manifestações caracterizadas por dificuldades sociais mais sutis, interesses específicos socialmente aceitos, habilidades linguísticas aparentemente preservadas e maior capacidade de adaptação comportamental (Bargiela, Steward & Mandy, 2016).

Essas trajetórias são frequentemente marcadas por sofrimento psíquico cumulativo, sensação persistente de inadequação social e

histórico de diagnósticos equivocados, como transtornos de ansiedade, depressão ou transtornos de personalidade, especialmente o transtorno de personalidade borderline (Gould & Ashton-Smith, 2011). Para muitas mulheres, o diagnóstico tardio representa um marco de reorganização subjetiva, permitindo a ressignificação de experiências vividas ao longo da infância, adolescência e vida adulta (Bargiela et al., 2016).

Apesar dessas contribuições, o conceito de fenótipo feminino permanece objeto de intenso debate. Mandy et al. (2018) e Hull et al. (2020) alertam para o risco de essencialização das diferenças de gênero, argumentando que muitas características atribuídas ao autismo feminino podem refletir processos de socialização, expectativas culturais e normas de gênero, e não diferenças neurobiológicas intrínsecas ao TEA. Assim, a literatura contemporânea aponta para a necessidade de compreender o fenótipo feminino de forma crítica e contextualizada, considerando a interação entre fatores biológicos, psicológicos e socioculturais.

2.3 Camuflagem social: conceito central, mensuração e impactos psicossociais

Entre os avanços mais significativos da literatura recente sobre autismo feminino destaca-se a consolidação do conceito de camuflagem social (*masking* ou *camouflaging*). Hull et al. (2017) definem a camuflagem como o conjunto de estratégias conscientes ou inconscientes utilizadas por pessoas autistas para ocultar características do espectro, imitar comportamentos socialmente esperados e minimizar a percepção de diferença em interações sociais.

Estudos qualitativos descrevem a camuflagem como um esforço contínuo e exaustivo, frequentemente iniciado ainda na infância, intensificado na adolescência e mantido ao longo da vida adulta, especialmente em contextos escolares e profissionais (Hull et al., 2017; Gould & Ashton-Smith, 2011). Embora essa estratégia possa favorecer aceitação social temporária, a literatura converge ao apontar que ela impõe elevado custo emocional e psicológico.

Revisões sistemáticas indicam associação consistente entre altos níveis de camuflagem e desfechos negativos em saúde mental, incluindo ansiedade, depressão, exaustão emocional, burnout autista e redução da qualidade de vida (Cook et al., 2021). Estudos quantitativos recentes reforçam essa associação, demonstrando que a camuflagem está relacionada a pior qualidade de vida subjetiva e maior sofrimento psíquico em mulheres autistas (Remnélius et al., 2024).

O desenvolvimento do *Camouflaging Autistic Traits Questionnaire* (CAT-Q) representou um marco metodológico ao possibilitar a mensuração empírica da camuflagem em adultos autistas (Hull et al., 2019). Apesar desse avanço, persistem controvérsias quanto à especificidade do fenômeno, uma vez que estratégias de adaptação social também são utilizadas por mulheres neurotípicas em resposta a normas sociais de gênero, exigindo cautela na interpretação dos achados.

1.4 Vieses nos instrumentos diagnósticos e implicações clínicas e educacionais

Outro eixo amplamente discutido na literatura refere-se aos vieses presentes nos instrumentos diagnósticos do TEA. Ratto et al. (2018) demonstram que meninas com maior quociente intelectual e boa competência linguística apresentam menor probabilidade de atingir critérios diagnósticos em instrumentos considerados padrão-ouro, como o ADI-R, apesar de apresentarem prejuízos funcionais clinicamente relevantes.

Esses achados sugerem que os instrumentos de avaliação foram calibrados a partir de padrões masculinos de manifestação do TEA, favorecendo a identificação de apresentações mais estereotipadas e externalizantes. Consequentemente, meninas e mulheres com apresentações mais sutis permanecem subidentificadas, especialmente em contextos educacionais, onde a “boa adaptação” pode mascarar sofrimento psíquico significativo (Ratto et al., 2018; Mandy et al., 2018).

A literatura aponta, portanto, para a necessidade de revisão crítica dos protocolos diagnósticos e de maior sensibilização clínica e educacional para aspectos como camuflagem social, fadiga emocional e

sofrimento internalizante, frequentemente negligenciados nos processos avaliativos tradicionais.

2.5 Produção científica brasileira sobre autismo feminino

No Brasil, a produção científica sobre autismo feminino tem crescido nos últimos anos, ainda que de forma incipiente. Revisões narrativas e integrativas nacionais convergem com a literatura internacional ao destacar o subdiagnóstico em meninas, o papel central da camuflagem social e o impacto negativo da invisibilidade diagnóstica na saúde mental das mulheres autistas (Loureiro et al., 2024; Garcia et al., 2025).

Estudos qualitativos brasileiros enfatizam as repercussões institucionais do diagnóstico tardio, incluindo dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação inclusiva e políticas públicas, evidenciando a dimensão estrutural do problema no contexto nacional. Entretanto, persistem lacunas relevantes, como a escassez de estudos longitudinais, a limitada abordagem interseccional e a insuficiente articulação entre evidências científicas e políticas públicas voltadas especificamente às mulheres no espectro autista.

2.6 Síntese crítica e conclusão da revisão de literatura

A análise integrada da literatura nacional e internacional evidencia consenso científico quanto à existência de vieses diagnósticos de gênero no TEA, à frequência da camuflagem social em mulheres autistas e ao impacto negativo dessas dinâmicas na saúde mental e na qualidade de vida. As principais controvérsias concentram-se na delimitação conceitual do fenótipo feminino e na natureza causal da relação entre camuflagem e sofrimento psíquico, uma vez que a maior parte dos estudos disponíveis apresenta delineamento transversal.

As lacunas identificadas incluem a necessidade de pesquisas longitudinais, estudos interseccionais que considerem gênero, raça, classe social e território, bem como investigações que articulem de forma mais sistemática os campos da saúde, da educação e dos

direitos humanos. Essas lacunas justificam a relevância de abordagens teórico-reflexivas interdisciplinares, como a adotada neste capítulo.

Dessa forma, a revisão de literatura sustenta a premissa de que compreender o autismo em meninas e mulheres exige repensar os modelos históricos de produção do conhecimento científico, os critérios diagnósticos e as práticas institucionais. Em consonância com a proposta da obra *Mulheres em Foco*, esta revisão reafirma que a visibilidade do autismo feminino constitui não apenas uma questão clínica, mas um imperativo científico, ético e social, diretamente relacionado à promoção da equidade de gênero e da justiça social.

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

3.1 Procedimentos Metodológicos

3.1.1 Desenho da pesquisa

O presente capítulo consiste em um estudo de natureza qualitativa, caracterizado como ensaio teórico-reflexivo, fundamentado em revisão narrativa e análise crítica da literatura científica nacional e internacional sobre o autismo feminino. A escolha desse delineamento metodológico justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado, que envolve dimensões clínicas, educacionais, sociais e jurídicas, não passíveis de apreensão adequada por delineamentos exclusivamente quantitativos.

O ensaio teórico-reflexivo permite integrar diferentes tradições teóricas, analisar criticamente a produção científica existente e evidenciar lacunas epistemológicas e institucionais, sendo especialmente indicado para temas emergentes, interdisciplinares e marcados por desigualdades estruturais, como é o caso do autismo em meninas e mulheres.

3.1.2 Fontes de dados e estratégia de busca

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico sistematizado, contemplando artigos científicos, revisões sistemáticas, meta-análises, estudos qualitativos, instrumentos psicométricos e produções teóricas relevantes. As buscas foram conduzidas nas bases de dados PubMed, PsycINFO, SciELO e Google Scholar, reconhecidas pela abrangência e qualidade de suas publicações nas áreas da saúde, psicologia, educação e ciências sociais.

Foram utilizados descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos, incluindo: autism, autism spectrum disorder, women, girls, gender, female phenotype, camouflaging, masking, late diagnosis, autismo, mulheres, gênero e camuflagem social. A seleção priorizou estudos publicados entre 2011 e 2024, com ênfase em produções mais recentes (2021–2024), sem excluir trabalhos clássicos considerados fundamentais para a compreensão histórica do tema.

3.1.3 Critérios de seleção e organização dos estudos

Os critérios de inclusão abrangeram:

- (a) estudos que abordassem explicitamente o TEA em meninas e/ou mulheres;
- (b) produções que discutissem vieses diagnósticos de gênero, camuflagem social, diagnóstico tardio ou impactos psicossociais;
- (c) artigos com consistência metodológica e relevância teórica.

Foram excluídos estudos que tratavam exclusivamente do TEA em populações masculinas ou que não apresentavam relação direta com a temática de gênero. Os estudos selecionados foram organizados em tabelas analíticas, contemplando autor, ano, objetivo, método, principais resultados e avaliação crítica.

3.1.4 Técnicas de análise de dados

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, interpretativa e comparativa, inspirada na análise temática e na síntese narrativa. Os estudos foram examinados de forma transversal, buscando identificar padrões recorrentes, convergências teóricas, controversas conceituais e lacunas científicas.

A escolha dessa técnica analítica justifica-se pela heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos, permitindo a integração crítica de evidências quantitativas e qualitativas, sem a pretensão de generalização estatística, mas com foco na profundidade interpretativa e na coerência teórica.

3.1.5 Considerações éticas

Por tratar-se de um estudo baseado exclusivamente em fontes secundárias de domínio público, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados princípios éticos fundamentais, como a fidelidade às fontes originais, a adequada citação dos autores e o respeito à integridade científica. O estudo alinha-se às diretrizes éticas para pesquisa em ciências humanas e sociais, conforme preconizado pelas normativas nacionais e internacionais.

3.2 Resultados

3.2.1 Apresentação dos resultados

A análise da literatura permitiu identificar três eixos centrais de resultados, recorrentes nos estudos nacionais e internacionais analisados:

1. Invisibilidade diagnóstica e viés de gênero no TEA;
2. Camuflagem social como estratégia adaptativa e fator de risco psicossocial;

3. Impactos educacionais, psicossociais e institucionais do diagnóstico tardio em mulheres autistas.

Esses eixos emergiram de forma consistente nos diferentes delineamentos metodológicos analisados, incluindo estudos qualitativos, revisões sistemáticas, meta-análises e investigações psicométricas.

3.2.2 Interpretação dos resultados

Os resultados indicam que meninas e mulheres no espectro autista apresentam maior risco de subdiagnóstico e diagnóstico tardio, fenômeno associado à construção histórica dos critérios diagnósticos e à calibragem dos instrumentos de avaliação com base em padrões predominantemente masculinos. Esse viés resulta em trajetórias diagnósticas fragmentadas e atraso no acesso a suporte clínico e educacional.

A camuflagem social emerge como resultado transversal, descrita como estratégia amplamente utilizada por mulheres autistas para atender às expectativas sociais. Embora possa favorecer aceitação social temporária, os estudos indicam associação consistente entre camuflagem e pior saúde mental, incluindo ansiedade, depressão, exaustão emocional e burnout autista.

No campo educacional e institucional, os resultados evidenciam que a invisibilidade diagnóstica compromete a identificação de necessidades específicas, limitando a implementação de práticas inclusivas e o acesso a políticas públicas e direitos assegurados às pessoas com deficiência.

3.3 Discussão

3.3.1 Comparação com a literatura existente

Os resultados obtidos confirmam e ampliam achados de estudos internacionais e nacionais que apontam vieses de gênero no diagnóstico do TEA (Lai et al., 2015; Loomes et al., 2017; Ratto et al., 2018). A centralidade da camuflagem social observada neste capítulo está em

consonância com revisões sistemáticas e estudos qualitativos que descrevem esse fenômeno como mecanismo de adaptação de alto custo emocional (Hull et al., 2017; Cook et al., 2021).

Ao mesmo tempo, o presente estudo amplia a literatura ao integrar essas evidências a uma análise interdisciplinar que articula saúde, educação e direitos, dimensão ainda pouco explorada de forma sistemática, especialmente no contexto brasileiro.

3.3.2 Implicações teóricas e práticas

Do ponto de vista teórico, os resultados reforçam a necessidade de revisão crítica dos modelos diagnósticos do TEA, incorporando uma perspectiva de gênero sensível às manifestações menos estereotipadas do espectro. Do ponto de vista prático, evidenciam a urgência de formação de profissionais da saúde e da educação para reconhecimento da camuflagem social e de sinais internalizantes frequentemente presentes em meninas e mulheres autistas.

No campo dos direitos, os achados sustentam a compreensão de que o diagnóstico tardio constitui uma barreira estrutural ao acesso a políticas públicas, serviços e adaptações educacionais, reforçando desigualdades de gênero.

3.3.3 Limitações do estudo

Entre as limitações do estudo, destaca-se a natureza teórico-reflexiva do delineamento, que não permite inferências causais nem generalizações empíricas. Além disso, a heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos e a predominância de delineamentos transversais na literatura limitam conclusões sobre relações de causalidade entre camuflagem, sofrimento psíquico e diagnóstico tardio.

3.3.4 Sugestões para pesquisas futuras

Com base nos resultados e nas limitações identificadas, recomenda-se o desenvolvimento de estudos longitudinais, pesquisas interseccionais que considerem gênero, raça, classe social e território, bem como investigações aplicadas que avaliem protocolos diagnósticos e práticas educacionais sensíveis ao gênero. Também se destaca a necessidade de pesquisas que articulem evidências científicas à formulação de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres no espectro autista.

4. Considerações Finais

O presente capítulo teve como objetivo analisar criticamente o Transtorno do Espectro Autista em meninas e mulheres, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articulasse saúde, educação e direitos, considerando os vieses de gênero presentes na produção científica, nos processos diagnósticos e nas práticas institucionais. A partir da revisão de literatura e da análise crítica dos estudos nacionais e internacionais, foi possível responder ao problema de pesquisa proposto, evidenciando que a invisibilidade do autismo feminino constitui um fenômeno estrutural, e não circunstancial.

Os resultados discutidos ao longo do capítulo indicam que meninas e mulheres no espectro autista apresentam maior risco de subdiagnóstico e diagnóstico tardio, fenômeno associado à construção histórica de critérios diagnósticos baseados predominantemente em manifestações masculinas do TEA. Essa assimetria epistemológica repercute diretamente nas trajetórias clínicas e educacionais femininas, contribuindo para atraso no acesso a suporte especializado e para o agravamento do sofrimento psíquico ao longo do ciclo vital.

Outro achado central refere-se ao papel da camuflagem social como estratégia amplamente utilizada por mulheres autistas para atender às expectativas sociais de gênero. Embora a camuflagem possa favorecer adaptação social temporária, a literatura analisada demonstra de forma consistente sua associação com elevados níveis de

ansiedade, depressão, exaustão emocional e pior qualidade de vida. Assim, a camuflagem deve ser compreendida não como indicador de bom funcionamento, mas como mecanismo de sobrevivência em contextos pouco inclusivos.

No campo educacional, as evidências discutidas revelam que a invisibilidade diagnóstica contribui para trajetórias escolares marcadas por dificuldades silenciosas, frequentemente não reconhecidas pelas instituições de ensino. A ausência de diagnóstico ou o diagnóstico tardio não implica ausência de necessidade de suporte, mas, ao contrário, limita a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e compromete o direito à educação de qualidade. Esses achados reforçam a necessidade de formação continuada de profissionais da educação para o reconhecimento de manifestações menos estereotipadas do TEA em meninas.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, o capítulo evidencia que o diagnóstico tardio ou inexistente constitui uma barreira significativa ao acesso a políticas públicas, serviços de saúde e adaptações educacionais legalmente asseguradas às pessoas com deficiência. Para as mulheres, essa barreira é agravada por desigualdades de gênero historicamente presentes nos sistemas institucionais, o que reforça a urgência de abordagens interseccionais e sensíveis ao gênero na formulação de políticas públicas.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o avanço do conhecimento ao integrar diferentes campos disciplinares e ao problematizar conceitos amplamente utilizados na literatura, como o fenótipo feminino do autismo e a camuflagem social, destacando consensos, controvérsias e lacunas. Do ponto de vista prático, os achados reforçam a necessidade de revisão crítica dos protocolos diagnósticos, de maior sensibilização clínica e educacional e de práticas institucionais mais inclusivas e equitativas.

Entre as limitações do estudo, destaca-se sua natureza teórico-reflexiva, que não permite inferências empíricas diretas nem generalizações causais. Além disso, a própria literatura analisada apresenta limitações metodológicas, como predominância de delineamentos transversais e escassez de estudos interseccionais e longitudinais, o que

restringe conclusões sobre causalidade e desenvolvimento ao longo do tempo.

Com base nas lacunas identificadas, recomenda-se que pesquisas futuras invistam em estudos longitudinais que acompanhem meninas e mulheres autistas ao longo do ciclo vital, bem como em investigações que considerem de forma mais sistemática as interseccionalidades entre gênero, raça, classe social e território. Sugere-se, ainda, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que avaliem a eficácia de instrumentos diagnósticos sensíveis ao gênero e de práticas educacionais e políticas públicas voltadas especificamente às mulheres no espectro autista.

Em consonância com a proposta da obra *Mulheres em Foco*, este capítulo reafirma que a visibilidade do autismo feminino constitui um imperativo científico, ético e social. Reconhecer as especificidades das experiências de meninas e mulheres no espectro autista é condição fundamental para a promoção da equidade de gênero, para a efetivação de direitos e para a construção de práticas mais justas e inclusivas nos campos da saúde, da educação e da sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5-TR*. 5. ed. texto rev. Washington, DC: APA Publishing, 2022.

BARGIELA, S.; STEWARD, R.; MANDY, W. The experiences of late-diagnosed women with autism spectrum conditions: an investigation of the female autism phenotype. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, New York, v. 46, n. 10, p. 3281–3294, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CAGE, E.; TROXELL-WHITMAN, Z. Understanding the reasons, contexts and costs of camouflaging for autistic adults. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, New York, v. 49, n. 5, p. 1899–1911, 2019.

COOK, J. et al. Camouflaging in autism: a systematic review. *Autism*, London, v. 25, n. 8, p. 2194–2212, 2021.

GOULD, J.; ASHTON-SMITH, J. Missed diagnosis or misdiagnosis? Girls and women on the autism spectrum. *Good Autism Practice*, Birmingham, v. 12, n. 1, p. 34–41, 2011.

HULL, L. et al. “Putting on my best normal”: social camouflaging in adults with autism spectrum conditions. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, New York, v. 47, n. 8, p. 2519–2534, 2017.

HULL, L. et al. Development and validation of the Camouflaging Autistic Traits Questionnaire (CAT-Q). *Journal of Autism and Developmental Disorders*, New York, v. 49, n. 3, p. 819–833, 2019.

HULL, L. et al. Gender differences in self-reported camouflaging in autistic and non-autistic adults. *Autism*, London, v. 24, n. 2, p. 352–363, 2020.

LAI, M.-C. et al. Sex/gender differences and autism: setting the scene for future research. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, New York, v. 54, n. 1, p. 11–24, 2015.

LOOMES, R.; HULL, L.; MANDY, W. P. L. What is the male-to-female ratio in autism spectrum disorder? A systematic review and meta-analysis. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, New York, v. 56, n. 6, p. 466–474, 2017.

LOUREIRO, C. M. et al. Autismo em meninas e mulheres: gênero, invisibilidade diagnóstica e desafios institucionais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 30, e024012, 2024.

MANDY, W. et al. The role of camouflaging in the presentation of autistic girls and women. *Autism*, London, v. 22, n. 6, p. 681–693, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-11*. Genebra: OMS, 2019.

RATTO, A. B. et al. What about the girls? Sex-based differences in autistic traits and adaptive skills. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, New York, v. 48, n. 5, p. 1698–1711, 2018.

REMÉNLIUS, K. et al. Camouflaging and quality of life in autistic adults. *Autism*, London, v. 28, n. 2, p. 345–357, 2024.

CAPÍTULO 9

CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS DAS MULHERES NO LITORAL PARANAENSE

Danielle Virgolino do Couto
Universidade Federal do Paraná
Curitiba-PR
Email: daniellecouto@ufpr.br

RESUMO

A participação social nas decisões relacionadas a políticas públicas no Brasil tem avançado por meio de instituições participativas, com diferentes desenhos institucionais. Esse movimento busca uma gestão descentralizada e mais justa socialmente, alinhavada aos ideais do Estado Social e Democrático de Direito. O presente estudo retrata a evolução da criação e implementação dos conselhos municipais de direitos das mulheres no Litoral do Paraná, cujo objetivo é fortalecer as políticas públicas em uma abordagem “bottom up”, com foco nos direitos das meninas e mulheres. A metodologia incluiu a pesquisa qualitativa, com base na análise documental e bibliográfica. Constatou-se um avanço na institucionalização na última década, evidenciando maior engajamento social.

Palavras-chave: mulheres; conselhos municipais; democracia participativa; conselhos municipais.

1. INTRODUÇÃO

O período de busca pela redemocratização insurgiu a necessidade de legitimar propostas que visassem a participação popular com novos formatos institucionais, na medida em que, com o advento da Constituição Cidadã de 1988, se introduz no ordenamento pátrio um arcabouço que permite um olhar à luz da democracia participativa

preceituando a participação cidadã, com vistas a estabelecer a possibilidade de inovações democráticas de políticas públicas.

Nos países de democracia avançada, Gaventa (2004, p. 7) explica que “os cidadãos estão se distanciando das instituições representativas tradicionais, à medida que grupos de interesse ganham controle sobre instâncias e que a participação passa a ser impulsionada mais pela lógica do consumo do que uma postura ativa de cidadania”.

Compreende-se que a democracia participativa pode ser exercida através das inovações institucionais, sendo que no Brasil os principais instrumentos são os conselhos gestores de políticas públicas, as conferências públicas e os orçamentos participativos. Os conselhos municipais visam salvaguardar direitos difusos e coletivos, sendo espaços coletivos de lutas por implementação de políticas públicas e controle social, fortalecendo a democracia e o tecido social, com pluralidade de atores e o constante diálogo.

O Litoral do Estado do Paraná é um território composto por sete Municípios: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2022), possui abrangência territorial de 6.338,190 km² e população estimada fixa de 302.504 pessoas fixas, uma vez que o número populacional é abruptamente elevado dada a temporada de verão.

O presente artigo busca analisar a historicidade da criação e implementação de conselhos municipais de direitos inerentes a políticas públicas relacionadas a meninas e mulheres, com vistas a compreender o ciclo de políticas públicas no território.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, voltada à análise documental e bibliográfica. Utilizou-se como fontes primárias as legislações municipais que instituíram os Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres dos sete municípios do litoral paranaense, além de documentos institucionais, dentre os quais as atas e o

site oficial das prefeituras municipais). No tocante as fontes secundárias, foram utilizados dados disponíveis em órgãos oficiais (IPARDES).

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com objetivo primordial a descrição de características de fenômeno. De acordo com Gil (2010), uma das características mais significativas da modalidade é a utilização de técnicas de dados padronizadas, dentre as quais a observação sistemática e o questionário. Algumas pesquisas de cunho descritivo podem ir além da identificação de variáveis, descrevendo a natureza da relação, ocasião em que se tem uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Ambas, são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (Gil, 2010).

Foram utilizadas as seguintes abordagens metodológicas para a elaboração deste trabalho:

1. Análise documental: a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, por isso é considerada um fim em si mesma, com objetivos específicos, podendo exigir a consulta de diversas fontes, como arquivos públicos e particulares, consubstanciando-se em diversos formatos, dentre os quais fichas, documentos pessoais, entre outros (Gil, 2002);

2. Pesquisa bibliográfica: a pesquisa bibliográfica costuma ser desenvolvida com parte de uma pesquisa mais ampla, com vistas a identificar o conhecimento disponível sobre um assunto. No tocante ao material utilizado poderá ter o formato de livros e revistas impressas ou veiculados em meios eletrônicos. A escolha do tema e a definição do enfoque não é o suficiente para iniciar uma pesquisa bibliográfica, sendo necessário que o tema seja problematizado, quer seja colocado em termos de um problema a ser solucionado (Gil, 2002).

Sendo assim, se elaborou um mapeamento dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres operantes no litoral do Estado do Paraná, bem como fora realizado um levantamento das legislações municipais que contemplam a criação dos mesmos. Outrossim, houve a apreciação parcial de documentos oriundos dos conselhos populares e do Fórum Permanente dos Coletivos e Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres do Litoral do Estado do Paraná, dentre os quais: i) atas de reuniões ordinárias; ii) leis, decretos e regimento interno. Foram

criadas categorias para a análise das atas, utilizando-se da classificação por suporte (digitais, físicos e híbridos) e por assunto (dentre os quais o referente à composição dos conselhos entre outros).

Os documentos foram acessados nos sites das Prefeituras Municipais, onde encontravam-se parcialmente publicadas as leis, atas e resoluções dos Conselhos Municipais. Para acesso aos materiais não disponíveis, se fez necessário solicitá-los diretamente às responsáveis legais, as quais encaminharam e-mail disponibilizando parcialmente o acesso referenciado.

3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS COMO INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Com as rupturas históricas e sob a égide de um novo olhar democrático, a eficácia da Constituição Federal de 1988 irradia-se, trazendo consigo outros corolários, dentre os quais a democracia, internacionalizada através do diploma constitucional vigente, que determina que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988, art. 1).

A democracia, em sua forma participativa, vem na esteira de salvaguardar a voz das minorias e tutelar direitos difusos e coletivos essenciais a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, preceito este elencado como objetivo da Carta Magna (Brasil, 1988, art. 3). Assim, ela é compreendida como forma de emancipação política, na medida em que possibilita ao cidadão a participação na tomada de decisões, integrando-o e incluindo pessoas que não participariam do processo (Santos, 2004).

O autor Bonavides (2008, p. 110) assevera que:

Não há democracia sem participação. De sorte que a participação aponta para as forças sociais que vitalizam a democracia e lhe assinam o grau de eficácia e legitimidade no quadro social das relações de poder, bem como a extensão e abrangência desse fenômeno político numa sociedade

repartida em classes ou em distintas esferas e categorias de interesses.

Compreender a democracia de forma participativa, como uma constante de lutas e resistências, ao alcance da igualdade substancial (material) é essencial, sendo a mesma antagônica aos aspectos neoliberais que primam pela manutenção do poder (Bonavides, 2008). A democracia participativa é medida essencial para reduzir a concentração do poder. É por intermédio desta que se inclui no processo decisório pautas minoritárias, promovendo a justiça social. E, nessa nova perspectiva, urgem as instituições participativas, espaços formais criados para que haja a inclusão de cidadãos e da sociedade civil, e que podem ser compreendidas como formas de aprofundamento da democracia ao promover a participação direta dos indivíduos na deliberação sobre políticas públicas.

O fortalecimento do tecido social necessita urgentemente que se traga à lume pautas consideradas até então periféricas, mas que são centrais para o avanço social, ocasião em que se vislumbra os conselhos municipais como protagonistas nos mecanismos para a construção de políticas públicas que preceituem uma visão *bottom up*. Podemos citar três maneiras pelas quais as políticas públicas são construídas: a primeira são aquelas consideradas de baixo para cima (*bottom up*); a segunda é por meio de um processo de partilha de poder, ou seja, através da constituição de uma instituição na qual os atores sociais e atores da sociedade civil participam simultaneamente, a terceira é aquela em que se estabelece um processo de ratificação pública (Avritzer, 2008).

No tocante as políticas públicas relacionadas as meninas e mulheres, há de ser considerado que a discriminação desse grupo minoritário é um problema de ordem estrutural, o qual infelizmente encontra-se na base das sociedades latino-americanas e se traduzem em diversas formas, dentre as quais a violência física, moral, psicológica entre outras. Assim, é essencial trazer a interseccionalidade e as lentes de gênero para a criação e implementação dessa parcela de vulneráveis.

A interseccionalidade pode ser compreendida como uma teoria onde “as categorias sociais e culturais se entrelaçam. As relações entre gênero, raça, etnia, deficiência, sexualidade, classe e nacionalidade

são examinadas em vários níveis, com o intuito de explicar as diversas desigualdades que existem na sociedade” (Knudsen, 2006, p. 61). De acordo com Brugué, Canal e Paya (2015), há uma crescente complexidade e das temáticas relacionadas as políticas públicas, não se aceitando apenas uma solução. Akotirene (2020), por sua vez, compreende a interseccionalidade como um conjunto de opressões, que envolvem questões de raça, gênero e classe, dentre outras.

4. CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS DAS MULHERES DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

A luta pelos direitos das mulheres ainda é pauta periférica e marginalizada no Estado Social e Democrático de Direito, sendo que apenas a partir de 1970, movimentos feministas buscam instrumentos que possibilitem a cidadania feminina “de modo a qualificar a experiência participativa das mulheres” (Prá, Epping, 2012, p. 34), onde se percebe que nas relações de poder, se carregam discursos que permeiam o âmbito jurídico, político e econômico (Butler, 1990; Prá; Epping, 2012).

Muitas propostas recentes defendem maior inclusão política nos processos democráticos cujas medidas propiciem maior representação dos grupos sub-representados. Discorre-se que a ideia e a prática de promover a representação específica de minorias é controversa, sendo que vem se discutindo esquemas de representação de grupos sociais específicos, na forma de conselhos corporativos, cadeiras parlamentares reservadas, regras para listas etc. O compromisso com a igualdade implica que as instituições e práticas democráticas tomem medidas explícitas para incluir a representação de grupos sociais cujas perspectivas provavelmente seriam excluídas das discussões, na ausência daquelas medidas colocando-se a questão de como essa representação específica deve ser efetivada, definir qual seria a melhor forma depende da situação política, da natureza das clivagens estruturais da sociedade, arranjos e permutas (Young, 2006).

De outro vértice, há um quadro inversamente proporcional, no que se refere a presença de mulheres em conselhos municipais, onde a escolha dos representantes é mediada por organizações da

sociedade civil, sendo o crivo realizado dentre indivíduos que se encontram inseridos no mesmo campo de participação política (Lüchmann, 2010).

No Brasil, os movimentos protagonistas e embrionários no tocante aos Conselhos Municipais, advieram da área da saúde, os quais propuseram um programa de instituição democrática e de descentralização (Abers; Keck, 2008). Desde então, os conselhos municipais vêm se consolidando como mecanismos importantes de transformação social, oportunizando o diálogo e o debate contínuo, em prol de implementação de políticas públicas.

Questiona-se como ocorreu o processo de construção e implementação dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres no Litoral do Estado do Paraná. Abaixo passaremos a individualizar as principais características inerentes aos Municípios que ocupam o território, bem como aspectos relativos aos seus respectivos Conselhos:

Antonina

Antonina possui uma área territorial de 890,392 km², com população estimada de 18.223 habitantes (IPARDES, 2025).

O Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Antonina foi instituído em 1996, através da Lei n. 41/1996, com objetivo de “assegurar a participação e integração da presença feminina no desenvolvimento econômico, social, político e cultural de Antonina e obter melhores condições para a mulher exercer plenamente direitos” (art.1º). Mas, foi através da Lei n. 055/2023, que se reedita o Conselho e se cria o Fundo Municipal dos Direitos das Mulher, “com competência fiscalizadora e deliberativa nas questões de gênero deste Município e com a finalidade de promover o Plano Municipal, em harmonia com as diretrizes traçadas pelo Governo Estadual e Federal, políticas destinadas a assegurar à mulher, participação e conhecimento de seus direitos como cidadã.

Guaratuba

O território de Guaratuba é de 1.326,795 km², com população estimada de 44.323 habitantes. A cidade possui uma população majoritariamente feminina, com 21.322 habitantes (IPARDES, 2025).

O Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Guaratuba – CMDM e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher restou criado em 01 de abril de 2016, possuindo natureza consultiva, deliberativa, propositiva e fiscalizadora no âmbito de suas competências, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social – SMBES – com a finalidade de possibilitar a participação popular, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração municipal, formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero (Lei 1.668/2016).

Guaraqueçaba

Guaraqueçaba possui 7.434 habitantes, sendo sua população predominantemente masculina.

Em que pese a mobilização popular para a criação do conselho municipal na cidade, o Município segue sem o espaço.

Morretes

No ano de 2021, através da Lei Municipal n. 661/2021, se instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher da cidade. O Conselho Municipal é vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social - órgão responsável pela execução da Política dos Direitos da Mulher, cabendo-lhe à prestação dos serviços de apoio e o suporte administrativo necessários para o seu funcionamento.

O CMDM é composto por 16 (dezesesseis) integrantes, sendo 8 (oito) membros titulares e 8 (oito) membros suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada, respeitando a paridade na representação.

Paranaguá

A cidade de Paranaguá possui a extensão territorial de 809,525 km², sendo sua população estimada em 157.378 habitantes. A população parnanguara é compreendida em sua maioria por mulheres (IPARDES, 2024).

Através da lei 3232, de 16 de dezembro de 2011 é criado o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Paranaguá, sendo constituído por dez membros titulares, sendo a composição: cinco representando o Poder Público Municipal e cinco a sociedade civil de movimento feminino, organizações ou grupos de mulheres cuja razão de associação seja a luta em prol dos direitos da mulher.

O Poder Executivo terá como membros do conselho representantes do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral e da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes das entidades e movimentos organizados serão escolhidos em Conferência convocada para esse fim, promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Pontal do Paraná

O Município de Pontal do Paraná foi desmembrado da cidade de Paranaguá apenas no ano de 1997, possuindo área territorial de 201,382 km. Sua população é estimada em 28.529 habitantes, sendo predominante o sexo feminino (IPARDES, 2024).

O Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Pontal do Paraná foi criado através da lei municipal n. 1822 de 2018, com vistas a

possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero. De acordo com a legislação municipal, se trata de um órgão gestor da Assistência Social, de caráter consultivo e deliberativo, com a competência propositiva, fiscalizadora, normativa e deliberativa no tocante às matérias pertinentes aos direitos da mulher para o pleno exercício de sua participação no desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade.

Após um período onde o colegiado se manteve inerte, as reuniões do Conselho retornam suas atividades em 05 de novembro de 2021, onde se têm o registro quanto a sinergia de esforços para a eleição de nova mesa diretiva, bem como da publicação de edital para o chamamento público de novas entidades.

Matinhos

Consoante dados oriundos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2024), o Município de Matinhos possui área territorial de 117,600 km, com população estimada de 35.705 habitantes, compreendendo sua formação majoritariamente por mulheres.

O Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Matinhos é fruto da lei municipal n. 2092/2019, cuja ementa “autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, bem como o fundo municipal dos direitos da mulher, e dá outras providências”, e possui como finalidade “possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Município de Matinhos PR”.

O quadro abaixo sintetiza as informações referenciadas acima:

Quadro I – Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres no Litoral do Estado

Município	Lei Municipal
Antonina	Lei n. 41/1996 Lei Municipal n. 55/2023
Guaratuba	Lei Municipal n. 1.668/2016
Guaraqueçaba	Sem conselho municipal de direitos das mulheres
Morretes	Lei municipal n. 661 de 25 de novembro de 2021
Paranaguá	Lei Municipal nº 3.232, de 16 de dezembro de 2011
Pontal do Paraná	Lei Municipal nº 1.822, de 29 de junho de 2018
Matinhos	Lei Municipal n. 2092/2019

Fonte: Elaboração própria (2025)

É notória a necessidade de fortalecimento de políticas públicas essenciais, sendo certo que no tocante a salvaguardar a tutela de direitos fundamentais a grupos minoritários um olhar urgente merece guarida. É preciso avançar na proteção a vulneráveis neste território, com destaque aos povos tradicionais, comunidades pesqueiras, LGBTQIA+, bem como mulheres.

Neste sentido, o índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM), indica a situação dos Municípios do Estado do Paraná à luz das dimensões de renda, emprego e produção agropecuária, saúde e educação, cujos estratos de desempenho denotam que a média calculada

é de <0,6 a <0,8, ao passo que a média baixa se dá no patamar de <0,4 a <0,6 (IPARDES, 2024).

O quadro abaixo retrata o índice nas cidades litorâneas para o ano de 2021.

Quadro II - IPDM dos sete municípios litorâneos

Município	Índice	Estrato de desempenho
Antonina	0,5896	Médio baixo
Guaratuba	0,6883	Médio
Guaraqueçaba	0,5790	Médio baixo
Morretes	0,611	Médio
Paranaguá	0,7177	Médio
Pontal do Paraná	0,5896	Médio baixo
Matinhos	0,6518	Médio

Fonte: Elaboração própria (2025) a partir de IPARDES (2024).

Conforme observado, se verifica que das sete cidades litorâneas, três cidades possuem o desempenho médio baixo, ao passo que quatro são consideradas de cunho médio, sendo conclusivo, portanto, a necessidade de se avançar na construção e implementação de políticas públicas sobretudo para aqueles que mais precisam.

As referidas limitações também são encontradas nos conselhos municipais. Em que pese tenham sido transferidos recursos financeiros específicos para o fortalecimento de políticas públicas para mulheres advindos do Estado do Paraná (2023 e 2024), estes ainda se demonstram como espaços fragilizados. De acordo com Gonh (2011), muitos

gestores ainda veem os conselhos como instâncias meramente burocráticas e não como espaços estratégicos de construção coletiva, o que acaba por limitar a sua efetividade política.

No caso concreto, à luz das premissas declinadas por Smith (2019), os bens democráticos da transparência e do julgamento ponderado encontram-se prejudicados, eis que evidenciamos a limitação do acesso a documentos que deveriam possuir caráter público (exemplo: atas de reuniões, publicação de convocação e listas de presença) e a ausência de capacitação dos (as) conselheiros (as).

Denota-se ainda que, consoante dados apresentados no bojo do segundo II Fórum Permanente de Coletivos e Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres do Litoral do Paraná, realizado em novembro/2024, a maioria dos representantes municipais fez referência acerca da realização de eventos pontuais como corolário da realização de políticas públicas, inexistindo a apresentação de plano municipal e/ou de qualquer outro documento que registrasse a adoção de parâmetros relativos ao ciclo de políticas públicas, o que demonstra dificuldade para mensuração do impacto social perquirido e/ou alcançado (Secchi, 2012).

Nesta esteira, o Quadro abaixo sintetiza os principais aspectos abordados pelos representantes municipais, sendo: a rede de proteção/fluxo de atendimento, inexistência de conselho, realização de eventos e equipamento público.

Quadro III - Conteúdo dos debates:

Município	Objeto
Antonina	Rede de proteção e fluxo de atendimento
Guaraqueçaba	Inexistência de Conselho Municipal
Guaratuba	Realização de eventos

Paranaguá	Rede de Proteção e equipamento público novo
Pontal do Paraná	Realização de eventos e projetos em curso
Matinhos	Estrutura deficitária do equipamento público
Morretes	Realização de eventos

Fonte: Autoria própria (2024)

Evidencia-se que a falta de compreensão conceitual dos próprios gestores vem a dificultar o processo de construção e manutenção de políticas públicas, o que somado a carga estrutural relacionada ao patriarcado onera em demasia o progresso social. Assim, as referidas lacunas de cidadania vêm a prejudicar os grupos excluídos e vulnerabilizados, mantendo-se a violação aos fundamentais (Fachin, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças políticas que advieram com a Constituição de 1988 passam a incorporar a participação social como um dos princípios da gestão de políticas públicas, com ênfase em diversos mecanismos de interação entre a sociedade civil organizada e o Estado.

Contemporaneamente se compreende que a democracia participativa pode ser exercida através das inovações institucionais, sendo que no Brasil os principais instrumentos são os conselhos gestores de políticas públicas, as conferências públicas e os orçamentos participativos entre outros.

Compreende-se que os conselhos municipais se traduzem como instrumentos da democracia participativa, eis que tutelam direitos difusos e coletivos, sendo espaços coletivos de lutas por implementação de políticas públicas e controle, fortalecendo a democracia e o tecido

social, com pluralidade de atores sociais e diálogo para grupos minoritários e em territórios diversos.

Nos últimos anos, em que pese tenhamos vivenciado uma série de retrocessos no campo da participação institucionalizada, vê-se que as instâncias participativas têm potencial inclusivo. O trabalho nelas realizadas produz encaminhamentos e desdobramentos acerca de políticas públicas a partir da percepção de ao menos parte do público-alvo, ajudando a aprimorar a formulação e implementação de ações no campo.

Assim, os conselhos de direitos vêm se demonstrando espaços de aprendizado da democracia, possibilitando a participação cidadã no desenho e implementação de políticas públicas, dado o seu caráter multifacetado e atores sociais advindos das mais variadas esferas. Os conselhos de políticas públicas são espaços que proporcionam o bom debate e transformam o meio social, na medida em que possibilitam que os mais diversos atores sociais analisem o problema de forma mais ampla, a partir de suas próprias lentes.

Ordinariamente, se evidencia que inúmeros são as problemáticas relativas a vulnerabilidades sociais, sendo que, por vezes, certas temáticas sequer adentram na formação da agenda decisória, se mantendo marginais a planos governamentais ou servindo apenas em época eleitoral para discursos políticos e meramente eleitoreiros. Urgentemente, necessita-se olhar para pautas sensíveis e proporcionar voz aos invisibilizados, bem como mecanismos de proteção aos seus anseios, com fim de assegurar as bases principiológicas da dignidade da pessoa humana, utilizando-se para tanto de políticas públicas interseccionais.

O litoral do Estado do Paraná se trata de território que merece atenção as políticas públicas diversas e plurais, sendo que de acordo com os índices oficiais, suas cidades encontram-se com desempenho municipal considerado 'médio baixo' ou 'médio', se utilizando das dimensões de renda, emprego e produção agropecuária, saúde e educação.

Contudo, a última década fora decisiva para criação e ampliação desses espaços democráticos, ainda que existam sérias limitações

estruturantes, o que se evidencia pela dificuldade do acesso a documentos essenciais e inexistência de planejamento de ações, estudos e pesquisas relativas a políticas públicas.

O estudo apresentado caminha para novas investigações e práticas, reafirmando a relevância de ações colaborativas para tutela e efetivação dos direitos fundamentais, construindo uma sociedade mais justa e igualitária, onde espaços democráticos sejam fortalecidos e os direitos não se limitem à letra morta, mas que estruturem verdadeiramente o Estado Social e Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ANTONINA (Município). **Lei n. 41, de 1996**. Institui o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Antonina.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BERAS, C. A democracia nos diferentes períodos históricos: desenvolvimento de diferentes concepções normativas. In: Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. (org). **Democracia, Cidadania e sociedade civil**. Curitiba/PR: IBPEX, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa.

BRUGUÉ, Quim; CANAL, Ramón; PAYA, Palmira. “¿Inteligencia administrativa para abordar ‘problemas malditos’? El caso de las comisiones interdepartamentales”. *Gestión y política pública*, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015.

BONATO, M.; FACHIN, M. G.; BARBOZA, E. M. Q. Constitucionalismo feminista: para ler e interpretar o direito (constitucional) com as lentes de gênero. **Revista CNJ**, Brasília, v. 6, p. 213-224, 2022.

BONAVIDES, P. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**. 3. ed. São Paulo/SP: Malheiros Editores, 2008.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Apresentação**. Disponível em: <https://www.conselhodamulher.pr.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2025, às 17h23.

FACHIN, M. G. **Direitos Humanos e Fundamentais**: do Discurso Teórico a Prática Efetiva. Porto Alegre/RS: Nuria Fabris, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo/SP: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GAVENTA, J. Prefácio. In: COELHO, V.; NOBRE, M. (orgs.) **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo/SP: Editora 34, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUARATUBA (Município). **Lei n. 1.668, de 2016**. Cria o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Guaratuba e dá outras providências.

IPARDES. **Índice Iparades de Desempenho Municipal**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal>. Acesso em: 30 jun. 2024.

IPARDES. **Índice Iparades de Desempenho Municipal**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal>. Acesso em: 06 jun. 2025.

KNUDSEN, S. Intersectionality: a theoretical inspiration in the analysis of minority cultures and identities in text books. In: BRUILLARD, E. et al. (Ed.). **Caught in the web or lost in the textbook?** Caen: Iartem, 2006. p. 61-76.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Katálysis**, 13, n. 1, p. 86-94, 2010.

MANEGON, C. **A colonialidade e o pensamento feminista latino-americano**: desafios e perspectivas dos feminismos nas nações “periféricas”. Dissertação (mestrado em Direito) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí. Ijuí, 2016.

MORRETES (Município). **Lei n. 661, de 25 de novembro de 2021**. Institui o Conselho Municipal de Direitos da Mulher e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher de Morretes.

ONU - **Organização das Nações Unidas. AGENDA 2030**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 18 de set. 2024.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 33-51, 2012.

PRIORE, M. Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo/SP: Contexto, 2000.

SANTOS, B. de S. Epistemologia do Sul. Entrevistador: Cleyton Andrade. São Paulo: **Boletim Dobradiça**, 2020. Não paginado. Disponível em: <https://www.ebp.org.br/epistemologias-do-sul/>. Acesso em: 30 set. 2021.

SANTOS, O. A. JR.; RIBEIRO, L. C.; AZEVEDO, S. **Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. In SANTOS, O. A.; RIBEIRO, L. C., 2004.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SMITH, G. **Democratic Innovations**: Design ing Institutions for Citizen Participation (Theorie of Institutional Design). Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006.

CAPÍTULO 10

COR(PO) E VIVÊNCIA: INTERSECCIONALIDADE EM MULHERES NEGRAS COM DEFICIÊNCIA

*BODY AND LIVED EXPERIENCES: INTERSECTIONALITY IN BLACK WOMEN
WITH DISABILITIES*

Samira Alexandre Fernandes

Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNIRN
Natal - RN

<https://orcid.org/0009-0003-1613-3190>
psi.samirafernandes@gmail.com

RESUMO

No contexto capitalista, em que a capacidade é associada à produtividade, mulheres negras com deficiência ocupam uma posição de invisibilidade e vulnerabilidade, sendo vistas como não produtivas e, portanto, descartáveis. Essa sobreposição de opressões reflete a lógica histórica de desumanização que atinge corpos negros deficientes, demandando uma leitura interseccional sobre como essas construções atravessam suas experiências e subjetividades. O objetivo desta pesquisa é investigar, a partir da perspectiva histórico-cultural, como os marcadores de raça, gênero e deficiência se entrelaçam na dinâmica capitalista para concepção capacitista de mulheres negras com deficiência. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com caráter qualitativo e explicativo. Os resultados mostraram que a deficiência é socialmente constituída como sinônimo de incapacidade, improdutividade e dependência, o que, aliado à racialização e ao sexismo, posiciona essas mulheres em um lugar de duplo apagamento: como “não-mulheres” e como “corpos improdutivos”. Alinhada à perspectiva histórico-cultural, compreende-se que a deficiência não é um dado biológico isolado, mas uma concepção mediada pelo cultural e social que constrói subjetividades e modos de existir. Assim, o discurso neoliberal, ao associar valor à performance e à produtividade, contribui para a construção simbólica desses corpos como desviantes e descartáveis,

perpetuando uma política de exclusão.

Palavras-chave: Capacitismo; Mulheres; Pessoas com Deficiência; Pessoas Negras.

ABSTRACT

In the capitalist context, where capacity is associated with productivity, Black women with disabilities occupy a position of invisibility and vulnerability, being perceived as unproductive and, therefore, disposable. This oppressions of oppressions reflects a historical idealism of dehumanization that affects disabled Black bodies. Therefore, an intersectional reading of how these constructions shape their experiences and subjectivities is needed. The aim of this study is to investigate how the markers of race, gender, and disability are associated within capitalist dynamics to produce an ableist conception of Black women with disabilities, from a historical-cultural perspective. This is an integrative literature review with a qualitative and explanatory approach. The analysis of the study revealed that disability is socially constituted as synonymous with incapacity, unproductivity, and dependence, which combined with racialization and sexism, places these women in a position of double invisibility: as “non-women” and as “unproductive bodies.” From the historical-cultural perspective disability is understood not only as an isolated biological condition, but as a concept, which is mediated by cultural and social processes shaping subjectivities and modes of existence. Finally, the neoliberal concept that associate value with performance and productivity, contributes to the symbolic construction of these bodies as deviant and disposable, which reflect in a politic of exclusion.

Keywords: Ableism; Women; Persons with Disabilities; Black People.

1. Introdução

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima que mais da metade da população com deficiência são mulheres, pretas e pardas, que residem na região Nordeste do país. Esses dados

demonstram uma relação restrita entre gênero, raça e deficiência. A estrutura social que exclui sistematicamente mulheres negras é a mesma estrutura que carrega a responsabilidade de tornar esses corpos deficientes. Assim como gênero, a deficiência é uma narrativa culturalmente fabricada do corpo e, em função disso, perpassa todos os aspectos culturais, ela estrutura instituições, produz subjetividades, práticas culturais, comunidades históricas e posicionamentos políticos (Rosemarie GARLAND-THOMSON, 2002).

Os estudos sobre deficiência começaram a se consolidar na década de 1970, marcando uma mudança importante na forma como a deficiência era compreendida. Ao invés de ser vista unicamente como uma tragédia individual, passou a ser entendida como uma questão ligada à justiça social e aos direitos humanos (Oliver, 1990). Essas questões ultrapassam diretamente a visão do modelo biomédico, que dita os padrões considerados normais, assim a narrativa, ao penetrar na formação da cultura, cria corpos desviantes e legitima as distribuições não equitativas de recursos, *status* e poder (Débora DINIZ, 2007; Marivete GESSER; Adriano NUERNBERG; Maria Juraci TONELI, 2012).

É necessário estabelecer a relação entre gênero, raça e deficiência pelo fato de pertencermos a contextos sociais que estabelecem padrões de normalidade em relação ao desenvolvimento humano considerado típico. A deficiência, nesse contexto, é percebida como um marcador social das diferenças que engendram distanciamento e negação dos direitos fundamentais para as pessoas que a possuem. A intersecção de gênero e deficiência coloca mulheres deficientes em um lugar de “não-mulheres”, bell hooks (2020) discute como a vida da mulher negra desde a escravidão se distancia da vida da mulheridade branca, visto que, eram obrigadas a trabalhar no campo como os homens negros, eram destituídas da proteção e do provento masculino, além de assumir uma posição de importância dentro dos seus lares. Campell (2001) ao correlacionar os estudos de deficiência e estudos sobre questões raciais, explicita mecanismos subjetivos de pertencimento semelhantes entre pessoas com deficiência e pessoas negras. As experiências das mulheres negras as distanciam da performance do “ser mulher” e das pautas levantadas pelo feminismo branco. Assim

como as mulheres negras, mulheres com deficiência se distanciam dessa performance, sendo percebidas como não-mulheres e tornando-se alvos de política do descarte, da exclusão e do extermínio.

No texto *“Por um feminismo afro-latino-americano”*, publicado originalmente em 1988 e incluído na coletânea *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, Gonzalez (2020) faz uma crítica contundente ao processo de classificação e hierarquização social presente na América Latina, que reforça estruturas raciais destinadas a manter a supremacia do grupo branco como dominante (GONZALEZ, 1988). Esse sistema, ainda vigente, contribui para a exclusão de mulheres negras com deficiência, consideradas como corpos com natureza incapaz e não produtora dentro da lógica capitalista, o que as submete a condições extremas de invisibilidade e vulnerabilidade.

A capacidade é, no capitalismo, sinônimo de produtividade, e a deficiência é o seu oposto, conforme apontado por Mello (2019). Sendo assim, torna-se imprescindível questionar como as construções capitalistas influenciam na concepção capacitista de mulheres negras com deficiência. As gramáticas sociais capacitistas associam a deficiência com a ideia de incapacidade, incompletude, desvio, doença e falta, concebendo corpos como um estado diminuído do ser.

O objetivo desta pesquisa é investigar, a partir de uma perspectiva histórico-cultural, como os marcadores de raça, gênero e deficiência se entrelaçam na dinâmica capitalista para concepção capacitista de mulheres negras com deficiência. Para isso, busca-se compreender o conceito de capacitismo a partir de uma perspectiva crítica e histórica e examinar as relações entre a lógica da produtividade e a invisibilidade de mulheres com deficiência.

O trabalho em questão trata-se de uma revisão integrativa de literatura, possui caráter qualitativo e explicativo. A seleção do material bibliográfico foi feita a partir de uma busca na base de dados SciELO, utilizando os descritores “mulheres AND deficiência” e “deficiência AND feminismo”. Como requisito de inclusão foi utilizado artigos publicados nos últimos 5 anos (2020-2025) e nos idiomas português, inglês e espanhol. Os critérios de exclusão persistiram em artigos fora do período delimitado ou que não apresentassem relação direta com objeto de

estudo. Foram encontrados um total de 26 artigos, desses, foram selecionados 6 artigos nos idiomas português e espanhol com base em sua relevância temática e teórica com objeto de estudo.

Quadro I – Caracterização do método de revisão integrativa

Etapa	Descrição
Tipo de pesquisa	Revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa e caráter explicativo.
Base de dados utilizada	SciELO (Scientific Electronic Library Online).
Descritores de busca	“mulheres AND deficiência” e “deficiência AND feminismo”.
Período de publicação	2020 a 2025.
Idiomas considerados	Português, inglês e espanhol.
Crítérios de inclusão	Artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis nos idiomas selecionados e que abordassem a temática de mulheres com deficiência sob perspectiva teórica relevante.
Crítérios de exclusão	Artigos fora do período delimitado ou que não apresentassem relação direta com o objeto de estudo.
Total de artigos encontrados	26 artigos.
Total de artigos selecionados	6 artigos (em português e espanhol) considerados mais pertinentes ao tema e aos objetivos da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Além dos artigos científicos, para melhor aprofundamento teórico, foram incluídas outras fontes bibliográficas relevantes, sendo os livros *Problemas da defectologia*, de Lev Vigotski, e *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, da autora bell hooks. Também foi considerado o documento técnico do Conselho Federal de Psicologia,

intitulado *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento de mulheres em situação de violência* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021), que contribui para o embasamento ético e profissional da discussão proposta.

2. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

A análise dos conteúdos expostos se deu por meio da leitura crítica e da sistematização do conteúdo dos textos selecionados através de fichamentos, buscando evidenciar a formação da subjetividade na interseccionalidade entre gênero, raça e deficiência. A articulação entre os referenciais teóricos permitiu uma leitura crítica das estruturas de opressão provenientes dos contextos sociais e culturais que afetam mulheres negras com deficiência dentro do sistema capitalista. Desse modo, a leitura da problemática se deu por um viés decolonial a partir da perspectiva Histórico-Cultural.

Diante da leitura dos materiais selecionados, foi possível separar os resultados em dois eixos de análise: 1) A teia invisível: como o capitalismo fabrica corpos incapazes; 2) A interseccionalidade da (re)existência: vivências e subversão da norma.

2.1 A teia invisível: como o capitalismo fabrica corpos incapazes

As teorias críticas, incluindo os estudos feministas da deficiência, enfatizam que a deficiência não é apenas uma característica individual, mas uma experiência de opressão causada pela estrutura social e pela imposição de normas corporais. Neste ponto, é crucial entender o impacto do modelo produtivo capitalista para originar a categoria deficiência, porque ela só pode ser entendida no âmbito das relações de produção atreladas às formas sociais de organização do trabalho na sociedade ocidental. Ou seja, a capacidade é sinônimo de produtividade, eficácia, eficiência, e a deficiência, seu contrário (FERRARI, 2020, p. 126).

Esse processo de fabricação e hierarquização dos corpos será aprofundado nos tópicos seguintes, que abordam: a genealogia do capacitismo na sociedade colonial (3.1.1), a capacidade como material de exploração capitalista (3.1.2) e a colonialidade da capacidade como princípio de hierarquização corporal (3.1.3).

2.1.1 Genealogia do capacitismo na sociedade colonial

Compreender o capacitismo a partir de sua genealogia histórica implica reconhecê-lo como um sistema estrutural de opressão interseccional e colonial, constituído paralelamente ao racismo e ao sexismo no processo de consolidação da sociedade ocidental. Tal como esses sistemas, o capacitismo emerge sustentando-se nas mesmas bases colonizadoras que definiram quais corpos seriam reconhecidos como produtivos e dignos de existência social. Desse modo, a colonialidade, por sua vez, "produz pessoas racializadas, empobrecidas e sexualizadas, e nós acrescentamos patologizadas e 'deficientizadas'" (CURIEL, 2020).

A colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade, pois sustenta as estruturas de poder, saber e organização da sociedade ocidental moderna (MIGNOLO, 2003, p. 30). Essa concepção permite compreender que a produção da deficiência está inserida no mesmo projeto histórico que institui hierarquias raciais, de gênero e de classe, sendo um projeto que legitima a exploração de corpos e subjetividades consideradas desviantes, ineficientes ou improdutivas.

A noção de capacidade portanto é utilizada como base para justificar a dominação de mulheres e pessoas racializadas, o que evidencia a estreita relação entre capacitismo e modernidade, sendo esta última dependente da colonialidade para existir. Raça, gênero, classe e deficiência estão profundamente imbricadas, uma vez que pessoas racializadas, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência são posicionadas como menos capazes de reproduzir e sustentar o sistema capitalista neoliberal (TAYLOR, 2017).

2.1.2 A capacidade como material de exploração capitalista

A análise da capacidade no contexto da deficiência não pode ser dissociada das formas históricas de produção que estruturam a sociedade ocidental. Marcela Ferrari (2020) sustenta que a categoria deficiência só ganha sentido pleno quando inserida no quadro das relações capitalistas de trabalho, que a instituem como o oposto direto do ideal econômico de desempenho, eficiência e produtividade. Nesse sentido, os valores racionalistas do iluminismo e o avanço da industrialização no século XVIII inauguram um modelo de corpo útil e produtivo que se fortalece no século XIX com o darwinismo social, consolidando a deficiência como desvio, insuficiência e improdutividade.

Ferrari (2020) argumenta, porém, que essa leitura não se limita à economia: ela é parte de um projeto mais amplo do sistema moderno-colonial, que desarticula formas sociais anteriores ou exteriores à modernidade ocidental. O que a autora denomina **colonialidade da capacidade** trata-se de um sistema que aniquila a reciprocidade comunitária (típica dos povos originários) para impor o individualismo produtivo. Essas formas de organização são substituídas por lógicas de autossuficiência, produtividade e eficiência, instaurando o indivíduo como unidade única e responsável por suas “capacidades”. Dessa forma, a deficiência passa a ser significada como falta individual, e não como variação humana produzida e moldada pelas formas de organização social.

Esse deslocamento é intensificado no neoliberalismo, que, como afirma Hernández (2020), promete a autossuficiência como ideal normativo. Nessa lógica, possuir ou adquirir capacidades rentáveis torna-se uma exigência moral, medida de valor social e condição de pertencimento. O corpo que não corresponde à expectativa produtivista é responsabilizado por sua própria exclusão, reforçando o caráter culpabilizante e da deficiência.

Dessa forma, ao compreender a capacidade como um dos eixos estruturantes da exploração capitalista, evidencia-se que ela opera não apenas como critério econômico, mas como um princípio de organização social que define quais vidas são reconhecidas como plenamente humanas, úteis e normativas. Ou seja, a capacidade deixa de ser

apenas medida de produtividade e passa a funcionar como marcador ontológico e moral, hierarquizando corpos, subjetividades e saberes.

2.1.3 Hierarquização corporal e colonialidade da capacidade

A modernidade se instituiu através de um padrão universal de humanidade baseado no sujeito eurocentrado (masculino, branco, racional e produtivo) que se tornou a “medida” a partir da qual todos os demais corpos seriam comparados, classificados e hierarquizados. Esse processo instaurou um regime de corpo-normatividade que define quem é plenamente humano e quem ocupa posições de desvio ou inadequação. Como apontam Gesser, Moraes e Vale (2024), o pensamento moderno “classifica e hierarquiza corpos e mentes com base no ideal de sujeito eurocentrado”, naturalizando a superioridade daqueles que mais se aproximam desse padrão. A partir dessa lógica, o capacitismo opera como “a tirania dos corpos capazes, hábeis e perfeitos em detrimento dos corpos deficientes, aleijados, deformados, desviantes” (MELLO, 2019), reafirmando a norma corporal como regime de verdade e organizando a vida social a partir do valor atribuído à capacidade. A hegemonia desse paradigma moderno/colonial reduz a multiplicidade de existências possíveis à validação de “uma única e isolada forma de compreender” o humano (FERRARI, 2020, p. 124), produzindo apagamentos na ontogênese e microgênese dos indivíduos.

A hierarquização corporal que estrutura a colonialidade da capacidade tem como consequência direta a desumanização daqueles que não correspondem ao ideal moderno. No projeto colonial, esses grupos são interpretados como entraves ao sistema, pois seriam “um obstáculo para a cristianização e para a modernização” (CURIEL, 2020, p. 127). Essa lógica legítima não apenas a inferiorização, mas também a possibilidade de descarte, inscrevendo pessoas com deficiência no campo das “vidas matáveis”, conforme a noção agambeniana retomada por Gesser, Moraes e Vale (2024). Nessa perspectiva, a deficiência é produzida como abjeção, não como uma forma legítima de diferença, mas como algo a ser eliminado, corrigido ou normalizado, processo historicamente perpetuado pela ciência moderna, que funciona como

dispositivo de objetificação e patologização de populações subalternizadas (CURIÉL, 2020). Assim, a colonialidade não apenas cria categorias hierárquicas, mas determina quem pode existir plenamente e quem permanece alvo ao abandono e à violência estrutural.

A relação entre modernidade e colonialidade produz processos de classificação e hierarquização que desumanizam não somente mulheres e pessoas racializadas, mas também corpos com deficiência (ainda que este último grupo tenha sido pouco abordado pelas autoras do feminismo decolonial). Os conhecimentos que sustentam e determinam o que é um corpo capaz são produzidos por uma matriz de conhecimento moderno-colonial que classifica e hierarquiza corpos, posicionando-os como inferiores para, dessa forma, permitir sua exploração e, caso não sejam considerados úteis às demandas do sistema capitalista neoliberal, o seu apagamento (GESSER; MORAES; VALE, 2024).

2.2 A Interseccionalidade da re(existência): vivências e subversão da norma

Este eixo busca compreender a deficiência a partir de uma perspectiva situada, que reconhece a centralidade das vivências e das práticas cotidianas de resistência na produção de conhecimento. Ao privilegiar narrativas e vivências localizadas, o objetivo é analisar como os corpos subalternizados constroem estratégias de sobrevivência, que desafiam a "tirania dos corpos capazes" imposta pelo capitalismo colonial. Nesse sentido, compreender a deficiência como lugar de projeção de narrativas permite evidenciar outras epistemologias, produzidas "desde a periferia do mundo", que não apenas denunciam o capacitismo estrutural, mas também afirmam modos de existir que ampliam os horizontes da crítica feminista e decolonial. Os estudos feministas da deficiência, ao partirem da premissa de que o pessoal é político, sustentam que a experiência subjugada das mulheres com deficiência precisa deixar de ser objeto e se tornar sujeito da produção de conhecimentos. Tal giro implica um desafio ético-político de "latinizar" os estudos da deficiência, valorizando as narrativas insurgentes,

insubordinadas que se tecem cotidianamente nas lutas e nos movimentos deficiências da América Latina.

A análise desta (re)existência será desenvolvida em três tópicos articulados, partindo da crítica teórica à agência política e às vivências concretas. Os tópicos abordados são: Interseccionalidade, agência e a categoria faltante (3.2.1), crítica à autonomia compulsória e a ética da interdependência (3.2.2) e vivências, violações e a luta por justiça reprodutiva (3.2.3).

2.2.1 Interseccionalidade, agência e a categoria faltante

A deficiência deve ser entendida como uma categoria de análise indissociável de outros marcadores sociais, como raça, gênero e classe, forjados pelo sistema moderno colonial. Na América Latina, a análise da deficiência sob a ótica interseccional é crucial, pois as relações sociopolíticas com as pessoas com deficiência são atravessadas pelo processo histórico de colonialidade. Nesse sentido, o capacitismo, assim como o racismo e o sexismo, é um sistema opressivo que tem raízes coloniais (GESSER; MORAES; VALE, 2024).

Recolocar a capacidade como categoria central implica revisar criticamente epistemologias feministas eurocentradas, movimento que Ochy Curiel (2020) identifica como a necessidade de romper com a cisão moderna entre teoria e ativismo. Nesse sentido, o conhecimento não deve emergir apenas das estruturas teóricas hegemônicas, mas das práticas políticas e insurgentes dos grupos historicamente subalternizados, para os quais a experiência vivida é fonte legítima de produção epistemológica.

Essa agência se manifesta no ativismo teórico conhecido como Teoria *Crip* (McRuer, 2006). Esse ativismo propõe "aleijar" o feminismo decolonial, o que significa descolonizar, mutilar, deformar e confundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, acesso e inclusão, provocando-lhe fissuras (MELLO et al., 2020). Assim, o termo *crip* (aleijado) é utilizado com uma conotação abertamente agressiva, depreciativa e subversiva, favorecendo a emergência de fissuras no capacitismo e de coalizões. Nessa direção, a produção de conhecimento situado na

América Latina torna-se estratégia fundamental para confrontar o epistemicídio (GROSFOGUEL, 2016) que historicamente invisibiliza os saberes latino-americanos e suas contribuições para os estudos da deficiência.

2.2.2 Crítica à autonomia compulsória e a ética da interdependência

A autossuficiência, concebida pela lógica liberal e intensificada pelo neoliberalismo, opera como ideal regulatório que define quais corpos são legitimados como produtivos e plenamente humanos. No marco da colonialidade da capacidade, a independência é apresentada como virtude moral e econômica, enquanto a dependência é convertida em falta, defeito ou incapacidade. Campbell (2009) descreve essa dinâmica como prática estruturante do capacitismo, e McRuer (2006; 2017) identifica nela a imposição da “integridade corporal obrigatória”, um regime que determina quais corpos são considerados adequados e quais devem ser corrigidos. Assim, a autossuficiência não é uma condição biológica, mas um dispositivo de poder que hierarquiza, normaliza e exclui, especialmente aqueles que não se enquadram no modelo neoliberal do sujeito masculino, independente e autogerido (BUTLER, 2018).

Em contraposição a essa ficção moderna da autonomia absoluta, os estudos feministas da deficiência afirmam que a dependência e a interdependência constituem a verdadeira condição humana. Kittay (2015) demonstra que a independência só é possível através da mediação contínua do cuidado, trabalho historicamente invisibilizado, feminizado e racializado. A ética do cuidado, formulada por diferentes autoras feministas, desestabiliza o ideal liberal de cidadania ao evidenciar que ninguém existe fora de redes de sustentação e que precisar de cuidados não é sinal de subalternidade, mas uma experiência universal. Ao deslocar a dependência da esfera da vergonha, essa perspectiva reposiciona o cuidado como relação social constitutiva e reivindica a interdependência como base para negociações justas de direitos,

escolhas e autonomia, especialmente no caso das mulheres com deficiência.

Portanto, a fragilidade surge como uma potência política e contra-capacitista. Diana Vite Hernández (2020) demonstra que assumir a fragilidade, em vez de negá-la e desafiá-la, constitui um gesto de insubordinação que questiona a demanda normativa da autossuficiência e recusa a necessidade colonial de "provar nossa capacidade de autossuficiência". A fragilidade, ao ser reconhecida como uma condição ontológica e corporal compartilhada, torna-se fonte de agência, resistência e criação de outros modos de vida que não se orientam pela produtividade ou pela força, mas sim pela conexão e pelo cuidado. Nesse sentido, a acessibilidade ultrapassa a dimensão técnica e passa a ser reivindicada como direito à interdependência (MINGUS, citado em MORAIS; MOREIRA; COSTA, 2024), afirmando a possibilidade de construir redes de sustentação onde a autonomia não é uma imposição compulsória, mas uma relação negociada dentro de éticas de cuidado mútuo.

2.2.3 Vivências, violações e a luta por justiça reprodutiva

As vivências das mulheres com deficiência na esfera reprodutiva evidenciam como a hierarquização capacitista opera pela infantilização, desumanização e controle biopolítico de seus corpos, partindo da suposição de que não possuem plena capacidade de decisão. Esse processo, frequentemente descrito como "superproteção", reforça a ideia de inadequação para exercer maternidade ou sexualidade, deslegitimando sua autonomia e abrindo espaço para intervenções coercitivas (como esterilizações e abortos forçados) que deixam marcas profundas de sofrimento e configuram tecnologias de poder utilizadas para regular direitos, especialmente entre aquelas classificadas como "de risco". No campo da saúde, esse controle se expressa no fenômeno denominado capacitismo obstétrico, entendido como um duplo da violência obstétrica que atinge especificamente mulheres com deficiência e se manifesta tanto em práticas de descuido e olhares que negam sua presença nos serviços, quanto em recomendações eugênicas que tratam a

deficiência como “falha, falta, defeito”. Além disso, barreiras ambientais e a recusa de partos humanizados reforçam a ideia de risco obstétrico mesmo quando não há justificativa clínica, enquanto o medo constante da perda da guarda e a presunção de que a gestação decorre de violência sexual operam como mecanismos de vigilância e disciplinamento. Assim, a maternidade dessas mulheres é continuamente regulada, descredibilizada e tratada como ameaça ou anomalia social. (CUNHA; MOREIRA, 2021; MORAIS; MOREIRA; COSTA, 2024).

Diante dessas violações e do sistema de controle biopolítico, politizar a maternidade implica denunciar as estruturas patriarcais e capacitistas que restringem a autonomia corporal e reprodutiva, reconhecendo o desejo de engravidar como uma expressão de reivindicação da feminilidade, força, sonho pessoal, capacidade ou mesmo de confronto social (CLÍMACO, 2020). A *Disability Justice* (Justiça Defiça) amplia esse horizonte ao ser um dos conhecimentos contra-hegemônicos bastante importantes para decolonizar a capacidade (GESSER; MORAES; VALE, 2024), e ao propor uma ética da interdependência. Nessa perspectiva, a acessibilidade ultrapassa a dimensão técnica, sendo reivindicada como o direito à interdependência, articulando-se à justiça social e ao reconhecimento das necessidades como relações humanas (MORAIS; MOREIRA; COSTA, 2024; MINGUS, citado em MORAIS; MOREIRA; COSTA, 2024). Assim, o objetivo é a ampliação da compreensão corporificada das maternidades possíveis, consolidando o reconhecimento dessas vivências no plano dos direitos (CLÍMACO, 2020).

3. Considerações Finais

A presente revisão permitiu reconhecer que as vivências de mulheres negras com deficiência revelam a ação conjunta do racismo, do sexismo e do capacitismo provenientes da sociabilidade capitalista na manutenção de processos históricos de exclusão e silenciamento. A partir da perspectiva histórico-cultural, compreende-se que essas opressões são construções sociais que sustentam uma lógica que associa valor à produtividade, à branquitude e à normatividade corporal. Essa lógica se concentra na genealogia do capacitismo, impondo o

ideal do sujeito eurocentrado, posicionando corpos deficientes como inferiores e perpetuando seu apagamento.

No plano de ação, foi possível reconhecer respostas a essas opressões através da justiça reprodutiva e da *Disability Justice* (Justiça Defiça). A luta pelo direito da maternidade e a escolha reprodutiva das mulheres com deficiência, continuamente descredibilizadas pelo capacitismo obstétrico, devem ser reafirmadas como um ato político, transformando a fragilidade em resistência contrapacitista, trocando a demanda de autossuficiência pela ética da interdependência. Desse modo, a acessibilidade passa a ser compreendida, não apenas como logística, mas como "direito à interdependência" e como um mecanismo de justiça social.

A incorporação das mulheres com deficiência como sujeitos de pesquisa e de práticas políticas emancipatórias é crucial para romper com as narrativas de tragédia e déficit, garantindo que as políticas de cuidado se baseiem em uma visão inclusiva, dialógica e anticapitista. Embora existam avanços nos estudos feministas da deficiência, a produção científica ainda carece de abordagens que incluam as especificidades dessas mulheres. Portanto, é imprescindível ampliar o debate e fomentar práticas psicológicas e sociais que promovam equidade, reconhecimento e valorização das diferenças como expressões legítimas da vivência dessas mulheres.

Referências Bibliográficas

CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting legal fictions: 'Disability's' date with ontology and the ableist body of the law. **Griffith Law Review**, v. 10, n. 1, p. 42–62, 2001.

CLÍMACO, Júlia Campos. Análise Das Construções Possíveis De Maternidades Nos Estudos Feministas E Da Deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no atendimento às mulheres em situação de violência (2a edição)** -CFP. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao->

de-psicologas-no-atendimento-as-mulheres-em-situacao-de-violencia-2a-edicao/>.

FERRARI, Marcela Beatriz. Feminismos descoloniales y discapacidad: hacia una conceptualización de la colonialidad de la capacidad. **Nómad****as**, n. 52, p. 115–131, 2020.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia Oliveira; MARIA. Decolonizar a capacidade, latinizar os estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 3, 2024.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. [s.l.: s.n.], 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MELLO, Anahí Guedes de; GESSER, Marivete; DINIZ, Debora. Diálogos feministas sobre a deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 3, 2024.

RODRIGUES, Fernanda; CRISTINA, Martha; DE, Marília. Mulheres com deficiência e a experiência da maternidade: revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 5, 2024.

VITE HERNÁNDEZ, Diana. La fragilidad como resistencia contracapacitista: de agencia y experiencia situada. **Nómad****as**, n. 52, p. 13–27, 2020.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas de Vygotski - VI**. [s.l.]: Antonio Machado Libros, 2018.

CAPÍTULO 11

DISCURSO, NEOLOGISMO E MISOGINIA DIGITAL: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E OS DIREITOS DAS MULHERES

*DISCOURSE, NEOLOGISM AND DIGITAL MISOGYNY:
IMPLICATIONS FOR LINGUISTIC EDUCATION AND WOMEN'S RIGHTS*

Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS)
Núcleo de Estudos de Línguas e Discurso (NELD/CNPq)
Recife – PE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7899-308X>

E-mail: marcela.regina@ufpe.br

RESUMO

Objetivo: Analisar como neologismos misóginos empregados na rede social X (Twitter) funcionam como estratégias discursivas de deslegitimação e silenciamento de mulheres, discutindo implicações para a educação linguística e para os direitos das mulheres. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa de natureza interpretativista, fundamentada na Análise Dialógica do Discurso, com *corpus* constituído por tuítes públicos coletados entre 2025 e 2026. Foram identificados e analisados onze neologismos, a partir de critérios lexicográficos e discursivos. **Resultados:** Observaram-se a predominância de cruzamentos vocabulares e o uso estratégico de sufixos avaliativos, que operam como mecanismos de rotulação, estigmatização e silenciamento simbólico das mulheres, além de um neologismo semântico que desqualifica a atuação profissional feminina. **Conclusão:** Conclui-se que esses neologismos integram um regime discursivo misógeno que afeta a participação feminina no espaço público digital, demandando práticas pedagógicas de letramento crítico voltadas à problematização dos usos da linguagem e à promoção dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: misoginia digital; neologismos; discurso; educação linguística; direitos das mulheres.

ABSTRACT

Objective: To analyze how misogynistic neologisms used on the social network X (Twitter) operate as discursive strategies of delegitimization and silencing of women, discussing implications for linguistic education and women's rights. **Methodology:** Qualitative interpretative research based on Dialogical Discourse Analysis, with a *corpus* of public tweets collected between 2025 and 2026. Eleven neologisms were identified and analyzed using lexicographic and discursive criteria. **Results:** The findings show a predominance of lexical blends and evaluative suffixes functioning as mechanisms of labeling, stigmatization, and symbolic silencing of women, as well as one semantic neologism aimed at professional disqualification. **Conclusion:** These neologisms are part of a misogynistic discursive regime that negatively affects women's participation in the digital public sphere, highlighting the need for critical literacy practices in language education to promote women's rights.

Keywords: digital misogyny; neologisms; discourse; linguistic education; women's rights.

1. Introdução

A intensificação do uso das redes sociais digitais como espaços privilegiados de debate público tem produzido transformações profundas nas práticas discursivas contemporâneas. Tais ambientes, uma vez que favorecem a circulação acelerada de enunciados e a emergência de novas formas linguísticas, constituem terreno fértil para a criação de neologismos e para a reconfiguração de sentidos socialmente estabilizados. Nesse contexto, observa-se a emergência de uma pluralidade de discursos, entre os quais se encontram aqueles marcados pela hostilidade dirigida a grupos específicos, especialmente às mulheres.

A misoginia digital configura-se como um fenômeno complexo, atravessado por disputas ideológicas, políticas e culturais, visto que o

ambiente virtual potencializa tanto a visibilidade das pautas feministas quanto a reação contrária a elas. Não raras vezes, tal reação se materializa por meio da linguagem, sobretudo através da criação de termos depreciativos que condensam julgamentos morais, estereótipos de gênero e tentativas de desqualificação simbólica.

A literatura recente sobre discurso de ódio, violência simbólica e gênero tem demonstrado que a linguagem não atua apenas como meio de comunicação, mas como instrumento de produção e manutenção de hierarquias sociais (Butler, 2018; Bakhtin, 2011). Os neologismos misóginos, ao serem reiteradamente empregados em interações digitais, passam a integrar o repertório lexical de determinados grupos, naturalizando processos de exclusão e silenciamento.

No campo educacional, tais práticas impõem desafios significativos. A escola e, particularmente, o ensino de língua portuguesa são convocados a lidar com textos oriundos das redes sociais, incorporados ao cotidiano discente. Ignorar esse fenômeno significa renunciar à possibilidade de problematizar discursos que violam direitos fundamentais, porquanto perpetuam desigualdades e legitimam formas sutis de violência.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar neologismos misóginos em circulação na rede social X (antigo *Twitter*), investigando seus efeitos discursivos e suas implicações para a educação linguística e para os direitos das mulheres. Busca-se responder às seguintes questões de pesquisa: (a) de que modo esses neologismos operam na construção de representações depreciativas sobre mulheres? (b) quais relações podem ser estabelecidas entre tais práticas discursivas e a violação simbólica de direitos? (c) como o ensino de língua pode promover o letramento crítico frente a esses fenômenos?

Justifica-se a pesquisa pela necessidade de compreender o papel da linguagem na sustentação de estruturas discriminatórias no ambiente digital e de oferecer subsídios teórico-metodológicos para a atuação docente.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, de cunho documental, com análise de tuítes públicos, conforme detalhado adiante.

2. Revisão da Literatura

A concepção de linguagem adotada neste estudo fundamenta-se na perspectiva dialógica, segundo a qual todo enunciado é produzido em resposta a outros enunciados e antecipa novas réplicas (Bakhtin, 2011). A palavra, nesse sentido, é sempre atravessada por valores sociais e ideológicos, refletindo e refratando relações de poder.

Butler (2018) argumenta que os discursos não apenas descrevem a realidade social, mas a produzem performativamente, instituindo categorias de inteligibilidade e exclusão. Nascimento (2022, p. 61), por sua vez, enfatiza:

[...] é fundamental refletir acerca de enunciados que, em seu tom valorativo, legitimam e ratificam a violência contra a mulher, já que os posicionamentos axiológicos construídos nos discursos e incorporados ao senso comum podem impactar nas relações estabelecidas no cotidiano (...), reverberando diretamente na saúde, na segurança e no bem-estar das mulheres. Afinal, os discursos não são meras formas de falar sobre o mundo, são formas de agir, de naturalizar relações e construir valores que repercutem no comportamento humano.

Assim, quando determinados grupos são reiteradamente nomeados por termos depreciativos, consolida-se um regime discursivo que limita sua agência e sua participação social, além de **naturalizar a atribuição de características negativas e estigmatizantes**, como se tais traços fossem intrínsecos a esses sujeitos. Esse processo de naturalização atua de modo particularmente insidioso, uma vez que transforma construções históricas e ideológicas em evidências supostamente “naturais”, que deixam de ser percebidas como produto de relações de poder e, por isso mesmo, raramente são questionadas. Desse modo, o que é socialmente construído passa a ser interpretado como dado, legítimo e inevitável, contribuindo para a reprodução de hierarquias simbólicas e para a manutenção de práticas discriminatórias no tecido social.

Nessa perspectiva, torna-se evidente que os processos discursivos que sustentam a desqualificação simbólica de determinados

grupos não se configuram como eventos isolados ou meramente episódicos, mas como práticas reiteradas numa cadeia enunciativa que perpetua a valoração depreciativa. Entre tais práticas, destacam-se aquelas que incidem de modo particularmente sistemático sobre as mulheres, mobilizando repertórios linguísticos e valorativos que atualizam desigualdades de gênero e reforçam posições assimétricas no espaço social. É nesse horizonte que se inscreve a discussão sobre a misoginia, entendida aqui como uma matriz discursiva que organiza, legitima e difunde modos específicos de significar o feminino, tema que será aprofundado no tópico seguinte.

2.1. Misoginia digital e discurso de ódio

A misoginia, do grego *misogynia* (em que *miseó* significa “ódio” e *gyné* se traduz como “mulher”), pode ser compreendida como um sistema de crenças e práticas que se manifesta de diversas formas (discriminação, objetificação do corpo feminino, violência física, verbal, psicológica, patrimonial e sexual) e se sustenta à base do ódio ou aversão às mulheres. A palavra foi dicionarizada pela primeira vez em 1656, quando apareceu no Oxford English Dictionary, o que ratifica a ideia de que a misoginia não é um fenômeno social recente, longe disso: é uma forma persistente de hostilidade dirigida às mulheres, que atravessa a história humana e assume configurações distintas conforme os contextos socioculturais e discursivos.

Holland (2010) mostra como esse fenômeno se manifesta na história humana desde o plano filosófico mais elevado, nas obras de pensadores da Grécia Antiga que contribuíram para moldar o pensamento ocidental, passando pelas ruas de Londres do século XIX e pelas rodovias de Los Angeles no século XX, marcadas por crimes seriados contra mulheres, até práticas institucionalizadas de controle e punição, como o ascetismo cristão do século III, a caça às bruxas no final da Idade Média (quando centenas de milhares de mulheres foram perseguidas e executadas) e os regimes fundamentalistas contemporâneos, como o do Talibã no Afeganistão. Em todos esses cenários, observa-se

a recorrência de um mesmo traço estruturante: a canalização da ira social contra os corpos, os comportamentos e a sexualidade feminina.

Na contemporaneidade, embora reconfigurada por novas materialidades semióticas, essa lógica não se dissipa; ao contrário, atualiza-se e se amplia, manifestando-se tanto em produtos culturais legitimados quanto em expressões vulgares da indústria pornográfica e, mais recentemente, nos ambientes digitais, onde, potencializadas pelo anonimato relativo e pela cultura da viralização, passa a operar por meio de práticas discursivas específicas, marcadas pela circulação acelerada, pela amplificação algorítmica e pela aparente diluição da responsabilidade enunciativa.

Pesquisas sobre discurso de ódio em ambientes virtuais¹ apontam que a agressão verbal frequentemente se materializa por meio de rótulos e categorias linguísticas simplificadoras, que reduzem sujeitos complexos a estereótipos negativos. Tais estratégias favorecem a desumanização do outro e o enfraquecimento do debate democrático.

É precisamente nesse ponto que se insere o recorte adotado nesta investigação. Partindo da compreensão de que a agressão verbal em ambientes digitais se materializa, não raras vezes, por meio desses rótulos e categorias linguísticas simplificadoras que produzem e estabilizam estereótipos negativos, este estudo volta-se para a análise de um subconjunto específico dessas formas discursivas: as formações neológicas empregadas na nomeação depreciativa de mulheres. Tal escolha justifica-se visto que os neologismos, ao condensarem avaliações axiológicas em unidades lexicais aparentemente efêmeras, operam como mecanismos particularmente eficazes de difusão e naturalização de sentidos misóginos.

¹ Como exemplo, podemos citar a pesquisa “Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook” (Silva, Luiz Rogério Lopes *et al*, 2021) em que os pesquisadores analisam como o discurso de ódio na fanpage de Jair Messias Bolsonaro se manifesta por meio de palavras e expressões que desqualificam o outro, reforçando estereótipos e intolerância.

2.2. Neologismos e disputas de sentido

Os neologismos constituem um mecanismo produtivo das línguas naturais, respondendo a demandas comunicativas emergentes. As unidades lexicais constituem o meio pelo qual os itens da realidade são nomeados, bem como o meio pelo qual se expressa o conhecimento construído acerca do mundo. Dado o caráter dinâmico da realidade, é compreensível que haja mudanças, as quais se traduzem no léxico das línguas através do surgimento de novas unidades lexicais e da redução no uso de palavras outrora muito conhecidas. Afinal, todas as línguas vivas se caracterizam pela mudança linguística, um dos traços universais da linguagem humana.

Essa mudança afeta todos os componentes do sistema linguístico: o morfológico, o sintático, o fonológico, o semântico e o pragmático, revelando-se de forma mais evidente no plano lexical, quando novas unidades são incorporadas e outras, mais antigas, caem em desuso. Nesse movimento contínuo de renovação do léxico, as unidades que deixam de integrar a consciência linguística dos falantes, seja por mudanças socioculturais, tecnológicas ou discursivas, passam a ser designadas como **arcaísmos**. Em contrapartida, as formas lexicais que emergem para nomear novas realidades, práticas, valores ou posicionamentos sociais são denominadas **neologismos**. Estes correspondem, portanto, a criações ou ressignificações lexicais percebidas como novas pela comunidade linguística em determinado momento histórico, evidenciando a relação intrínseca entre língua, sociedade e experiência social.

Segundo Correia e Almeida (2012, p. 23, grifo das autoras),

neologismo é uma unidade lexical cuja forma significativa ou cuja relação significado-significante, caracterizada por um funcionamento efetivo num determinado modelo de comunicação, não se tinha realizado no estágio imediatamente anterior do código da língua.

Constata-se, portanto, que o conceito de neologismo está intrinsecamente relacionado à época em que emerge e à relação que estabelece com o período imediatamente anterior da língua, pois se consideram (1) a (in)existência anterior da forma linguística e (2) a atualização do significado em função de novos contextos. Em decorrência, um neologismo se constitui como uma forma lexical reconhecida como novidade por uma comunidade linguística em um dado recorte temporal, seja porque se apresenta como uma forma não atestada no estágio anterior da língua (uma palavra formalmente nova), seja porque se configura como uma nova associação estabelecida entre significante e significado (uma palavra já existente assumindo uma nova acepção).

Consequentemente, as formações neológicas podem expressar ao menos dois tipos de novidade. Quando a inovação incide sobre a própria materialidade da unidade lexical, configurando uma forma inexistente nos registros anteriores da língua, tem-se o chamado **neologismo formal**. Já quando a novidade recai sobre o plano do sentido, de modo que unidades lexicais previamente estabilizadas passam a circular nas práticas socioculturais com valores semânticos renovados, em função de mudanças nos contextos de uso e nas condições discursivas, trata-se de um **neologismo semântico**.

Ainda que os neologismos, sejam eles formais ou semânticos, possam emergir como respostas legítimas a necessidades comunicativas e cognitivas, sua criação e circulação não se dão à margem das relações sociais e dos embates ideológicos que atravessam a linguagem. Ao contrário, uma vez que o léxico constitui um espaço privilegiado de inscrição de valores, as inovações lexicais tendem a incorporar avaliações axiológicas que refletem posições sociais, crenças e hierarquias simbólicas. Nesse sentido, a novidade linguística não implica neutralidade semântica, pois novos termos podem funcionar como instrumentos de categorização social, veiculando avaliações explícitas ou implícitas sobre os sujeitos a que se referem.

Na contemporaneidade, marcada por transformações aceleradas nos modos de vida, nas formas de interação social e nos regimes de produção de sentido, observa-se uma intensificação significativa dos processos de inovação lexical. A ampliação dos espaços de circulação

discursiva, a diversidade de práticas sociocomunicativas e a emergência constante de novos objetos, experiências e posicionamentos sociais contribuem para a criação e a difusão de neologismos, que passam a responder não apenas a demandas nomeadoras, mas também a necessidades de avaliação, posicionamento e disputa simbólica. Esse movimento, já perceptível em diferentes esferas da vida social, torna-se ainda mais acentuado nos ambientes digitais, nos quais a linguagem passa a operar sob condições específicas de produção e circulação.

No contexto das redes sociais, a rapidez da circulação textual contribui para a consolidação de neologismos de caráter pejorativo, que passam a operar como marcadores identitários e ideológicos. Esses vocábulos condensam narrativas simplificadas sobre grupos sociais, reforçando fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”.

Nesse cenário, a linguagem pode não apenas veicular a hostilidade, mas também se constituir como um de seus principais instrumentos de operacionalização simbólica. Entre os recursos mobilizados, destacam-se os neologismos, que passam a funcionar como dispositivos estratégicos de nomeação, classificação e desqualificação social. Ao condensarem julgamentos de valor em formas linguísticas aparentemente banais ou humorísticas, tais criações lexicais contribuem para a estabilização de sentidos depreciativos e para a circulação rápida de enquadramentos estigmatizantes, que se naturalizam no uso cotidiano das plataformas digitais.

Assim, os neologismos não se configuram como simples inovações vocabulares, mas como lugares privilegiados de disputa semântica e ideológica, nos quais se confrontam projetos de significação antagônicos sobre sujeitos, identidades e posições sociais. É a partir dessa compreensão que se torna pertinente examinar como essas formas linguísticas emergentes participam ativamente das disputas de sentido que atravessam os discursos misóginos contemporâneos. Ao investigar os processos linguísticos e discursivos por meio dos quais essas formas são criadas, circulam e se estabilizam, busca-se compreender como a inovação lexical se converte em instrumento de categorização social e de reforço de hierarquias simbólicas.

2.3. Educação linguística e letramento crítico

A educação linguística contemporânea compreende o ensino de língua como formação para a participação social crítica. Nessa perspectiva, parte-se do entendimento de que a língua não se configura como um instrumento neutro ou transparente de comunicação, mas como uma prática social historicamente situada, atravessada por valores culturais, ideológicos e relações de poder. Por ser dinâmica e sensível aos contextos em que circula, a linguagem produz sentidos que extrapolam o nível estritamente linguístico, incidindo diretamente sobre a construção de visões de mundo e de posições sociais.

Assim, o trabalho com textos em sala de aula demanda a consideração de seus condicionamentos históricos e culturais, de modo a possibilitar que os sujeitos identifiquem e problematizem as implicações sociais, simbólicas e políticas das mensagens que veiculam nos diferentes espaços de circulação discursiva.

À luz dessa compreensão, o ensino de leitura passa a ser concebido como uma prática formativa que extrapola a decodificação e a compreensão literal dos textos, orientando-se para a problematização dos sentidos que circulam socialmente. Ler, nesse enquadramento, implica interrogar os discursos, identificar posicionamentos axiológicos, reconhecer silenciamentos e compreender como determinados sentidos se estabilizam em detrimento de outros. O trabalho pedagógico com a leitura, portanto, deve favorecer a construção de uma postura investigativa diante dos textos, estimulando os estudantes a analisar quem fala, a partir de quais lugares sociais, em benefício de quais interesses e com quais efeitos sobre os sujeitos e as coletividades. Ao promover esse tipo de leitura reflexiva, a escola contribui para o desenvolvimento de sujeitos capazes de questionar discursos naturalizados e de reconhecer a linguagem como espaço de disputa simbólica.

É nesse horizonte que se inscreve o conceito de letramento crítico, o qual enfatiza a necessidade de analisar textos considerando seus contextos de produção, circulação e recepção, bem como seus

efeitos de poder. O letramento crítico, portanto, não se configura como habilidade técnica de leitura/escrita, mas como prática que articula indissolivelmente compreensão crítica e ação transformadora. Compreende-se, dessa forma, por que, de acordo com Duboc (2016, p. 61), o letramento crítico pode ser definido “como um exercício de questionamentos das práticas discursivas e como o reconhecimento da relação entre cultura, poder e dominação com vistas à justiça social, igualdade, emancipação e empoderamento”.

Nesse sentido, torna-se necessário ampliar o olhar pedagógico para além dos gêneros tradicionalmente escolarizados, incorporando textos que circulam nos espaços digitais contemporâneos. Uma vez que esses textos participam ativamente da produção e da circulação de sentidos na vida social, sua análise em sala de aula permite evidenciar como discursos, valores e relações de poder se materializam linguisticamente em contextos concretos de interação. Desse modo, trabalhar com textos oriundos das redes sociais implica problematizar as ideologias que os atravessam e discutir as consequências éticas de determinados usos da linguagem. O professor assume papel central nesse processo, pois deve criar condições para que os estudantes reconheçam práticas discursivas discriminatórias e desenvolvam posicionamentos responsáveis frente a elas.

3. Procedimentos metodológicos

3.1. Desenho da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativista, ancorada na Análise Dialógica do Discurso. Tal abordagem permite compreender os enunciados como produtos históricos e sociais, articulados a valores, conflitos e relações de poder.

3.2. Constituição do *corpus*

O *corpus* foi constituído a partir da coleta de tuítes públicos na rede social X (antigo *Twitter*), no período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026. Para a constituição do *corpus* de extração, utilizaram-se buscas por palavras-chave associadas a *feminismo*, *feminista*, *mulher* e *famosa*, o que permitiu a seleção de trinta (30) tuítes. Nesses enunciados, com base no critério do sentimento de novidade, foram reconhecidas catorze (14) unidades lexicais distintas como potenciais neologismos. A partir desse levantamento inicial, adotou-se a *metodologia de trabalho com neologismos* proposta por Correia e Almeida (2012), procedendo-se à constituição de um *corpus* de exclusão para a verificação do caráter neológico das unidades selecionadas. Foram definidos como *corpus* de exclusão: (1) o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP), (2) o *Dicionário da Porto Editora* e (3) o *Dicionário Online de Português* (Dicio). Com base no critério lexicográfico, procedeu-se à confirmação da (in)existência das formações neológicas nos referidos repertórios, resultando na validação de onze (11) neologismos, os quais passaram a compor o *corpus* analítico desta pesquisa.

3.3. Procedimentos de análise

A análise foi realizada em dois níveis complementares:

a) Microcontextual:	exame linguístico-discursivo dos enunciados, considerando o emprego de neologismos e o processo de formação neológica que lhes deu origem;
b) Macrocontextual:	interpretação das condições sociais de produção e

circulação dos enunciados, relacionando-os a debates públicos sobre gênero, política e direitos das mulheres.

3.4. Considerações éticas

Foram utilizados exclusivamente tuítes públicos. Os nomes de usuários foram omitidos na análise, preservando-se a privacidade dos sujeitos, conforme recomendações éticas para pesquisas em ambientes digitais.

4. Resultados

A análise dos dados obtidos revelou, no plano microestrutural, a existência de 11 (onze) neologismos distintos nos *posts* analisados, nos quais predominam processos não concatenativos. Tais processos se caracterizam pela ausência de encadeamento linear, de tal modo que a sucessão dos elementos morfológicos se realiza por meio de reduções, intercalações, fusões, repetições ou outras operações que articulam elementos morfológicos de forma não sequencial, **de maneira que uma determinada informação morfológica não necessariamente se inicia no ponto em que outra se encerra, mas pode sobrepor-se, mesclar-se ou redistribuir-se ao longo da unidade lexical**. Gonçalves (2016) aponta a reduplicação, a hipocorização, a siglagem, o cruzamento vocabular e o truncamento como os principais processos não concatenativos de formação de palavras no português contemporâneo.

De certo modo, foi surpreendente constatar que os processos aglutinativos, os quais englobam processos como a composição, a prefixação e a sufixação, foram menos produtivos no *corpus* analisado, visto que há tendências universais no emprego de recursos morfológicos presentes em todas as línguas naturais (e com o português não seria diferente) que demonstram a ampla difusão da linearidade na

formação de itens lexicais, com destaque para o processo de sufixação. Embora presente nos dados coletados, a formação neológica por meio do emprego de sufixos derivacionais correspondeu a apenas 27% dos neologismos validados.

No conjunto analisado, foi identificado apenas um (1) neologismo de natureza semântica, cuja inovação não decorre de alterações formais, mas do deslocamento de sentido atribuído a uma unidade já existente no léxico da língua.

O processo não concatenativo encontrado nos demais neologismos foi o cruzamento vocabular (CV), também denominado, na literatura da área, como *blends* lexicais (Gonçalves, 2005), palavras-valise (Alves, 1990) e FUVES² (Basílio, 2010). Consiste em **um processo de formação lexical que envolve a fusão parcial ou total de duas bases lexicais distintas, resultando em uma nova unidade que condensa, simultaneamente, aspectos formais e semânticos das palavras de origem**. Nesse tipo de formação, as bases não se justapõem de maneira linear e integral; ao contrário, **há sobreposição, truncamento ou interposição de segmentos**, de modo que o novo item lexical emerge da mescla estrutural e semântica das unidades-fonte. Por esse motivo, é definido por Gonçalves (2016, p. 76, grifos do autor) como

um processo de formação de palavras que consiste na fusão de duas bases, como em *mautorista* (junção de *mau* com *motorista* = 'motorista sem perícia') e *craquético* (mistura de *craque* com *caquético* = 'craque com péssima aparência física, em geral ocasionada pelo consumo de drogas, sobretudo *crack*).

O CV foi, portanto, o processo mais produtivo, com 7 unidades neológicas averiguadas, a saber: *feminazi*, *femilixo*, *femilouca*, *militonta*, *femimimi*, *femichata*, *vitimimimi*. Gonçalves (2006), há vinte anos, já alertava para o fato de que este fenômeno é bastante produtivo no português contemporâneo, todavia não tem sido devidamente estudado:

² FUVES – Fusões vocabulares expressivas

apesar da relevância do fenômeno tanto para a análise de questões fonológicas quanto para a descrição de fenômenos semânticos, o CV tem recebido pouca atenção nos estudos morfológicos contemporâneos, merecendo não mais que menções em notas de rodapé (Gonçalves, 2006, p. 170).

Gonçalves e Almeida (2004, 2007) distribuíram os cruzamentos vocabulares em três grandes grupos:

- (1) *entranhamento lexical*, que consiste na fusão de duas palavras por meio da inserção de uma na outra. Nesses casos, há sobreposição de segmentos fônicos, o que resulta no compartilhamento parcial ou total de material fonológico. O grau dessa sobreposição varia conforme a proximidade fônica entre as bases. Para ilustrar esse funcionamento, os autores recorrem ao exemplo *burrocracia*, em que a menor forma (*burro*) é integralmente incorporada à palavra *burocracia*;
- (2) *combinação truncada*, que se assemelha mais à composição e não demanda obrigatoriamente o compartilhamento de material fonológico. Nesse processo, uma das bases sofre redução formal antes da junção, podendo a outra permanecer intacta ou igualmente truncada. Os autores exemplificam esse padrão com a forma *portunhol*, resultante do encurtamento de *português* e *espanhol*, bem como com *batatalhau*, em que apenas uma das bases (*bacalhau*) passa por truncamento;
- (3) *substituição sublexical*, que eleva à condição de base uma sequência fonológica interna a uma palavra, de maneira que a sequência é reinterpretada como unidade significativa autônoma, em virtude de sua semelhança com uma forma livre da língua. Essa reinterpretação possibilita que a sequência originalmente integrada ao item lexical seja substituída por outra formalmente equivalente. Como exemplo, os autores mencionam a unidade *boadrasta*, construída por analogia a *madrasta*, em que a sequência *ma-* é associada ao adjetivo *má* e substituída por *boa*.

À luz das regularidades morfológicas e semântico-discursivas identificadas, torna-se necessário sistematizar os dados de modo a explicitar tanto os processos de formação envolvidos quanto os valores axiológicos que atravessam as unidades analisadas. Com esse objetivo, os neologismos validados foram organizados em três quadros, conforme o tipo de processo neológico que lhes deu origem: cruzamento vocabular, sufixação (ambos processos de neologia formal) e neologismo semântico. Essa disposição permite visualizar, de forma integrada, a distribuição dos itens, sua frequência de ocorrência e seus significados no contexto de uso, oferecendo uma visão panorâmica do funcionamento dos neologismos no *corpus*.

O **Quadro 1, apresentado a seguir**, reúne os neologismos formados por cruzamento vocabular, processo que se mostrou o mais produtivo no conjunto analisado, com sete ocorrências distintas. A organização desse quadro evidencia não apenas os tipos de cruzamento mobilizados (combinação truncada e entranhamento lexical), mas também a recorrência de bases relacionadas a *feminismo*, *militância* e *vitimismo*, o que indica a forte imbricação entre os processos morfológicos e os posicionamentos ideológicos que estruturam os enunciados.

QUADRO 1 – NEOLOGISMOS FORMADOS POR CRUZAMENTO VOCABULAR

Neologismo	Ocorrência (s)	Tipo de CV	Significado	Contexto
Feminazi	12	Combinação truncada: feminista + nazista	Feminista associada a autoritarismo e intolerância	“Sempre uma feminazi drogada.”
Femilixo	10	Combinação truncada: feminista + lixo	Feminista tratada como socialmente desprezível	“Não dou palco para v*ad,9 e femilixo”
Femilouca	6	Combinação truncada: feminista + louca	Feminista caracterizada como irracional	“O choro é livre femilouca!”

Femimimi	5	Combinação truncada: feminista + mi-mimi	Feminista vista como chorona, exagerada, que reclama de tudo sem motivo	“Ele não é uma femimimi frustrada por causa de gostosa 2D para ter pai ausente então ele está de boas kkkkkkkkk”
Militonta	5	Entranhamento lexical: militante – tonta	Militante retratada como intelectualmente inferior	“Nossa a militonta ficou braba”
Femichata	3	Combinação truncada: feminista + chata	Feminista irritante, insistente em suas opiniões, que causa aborrecimento	“Hoje as femichata surta”
Vitimimimi	1	Combinação truncada: vitimista + mi-mimi	Pessoa acusada de vitimismo exagerado	“Foi bom a Sarah ter voltado para o BBB, foi um tapa na cara das pessoas que depois que a Juliette ganhou, começaram a julgar ela chamando ela de vitimimimi kkkkkk a Sarah lembrando vcs o pq a Juliette ganhou”

Fonte: A Autora

O **Quadro 2** apresenta os neologismos formados por sufixação, processo linear que, embora menos frequente no corpus (27% dos casos), também contribui para a produção de efeitos avaliativos e pejorativos. Nesses casos, os sufixos operam como marcadores de julgamento, produzindo sentidos de ridicularização, desqualificação ou diminuição simbólica das mulheres e de seus posicionamentos políticos.

QUADRO 2 – NEOLOGISMOS FORMADOS POR SUFIXAÇÃO

Neologismo	Ocorrência(s)	Processo de sufixação	Significado	Contexto
Lacradora	6	Lacr(ar) + dor(a)	Mulher vista como excessivamente combativa, performática e inconveniente no debate político	“A lacradora só provoca vergonha alheia... que jornalista de quinta categoria.”
Feministinha	4	Feminist(a) + inh(a)	Feminista tratada como infantil, irrelevante ou sem autoridade	“É isso que acontece com a feministinha depois de décadas fumando feminismo? Hã?”
Esquerdete	2	Esquerd(a) + et(e)	Mulher de esquerda apresentada como seguidora acrítica e ridícula	“Seria melhor ficar calada, esquerdete!”

Fonte: A Autora

Já o **Quadro 3** apresenta o único neologismo semântico identificado: *jornaleira*. Diferentemente dos demais itens, a inovação aqui não reside na forma, mas na ressignificação depreciativa de uma palavra já existente, cujo valor semântico é deslocado para produzir um enquadramento deslegitimador da figura da jornalista mulher.

QUADRO 3 – NEOLOGISMO SEMÂNTICO

Neologismo	Ocorrência(s)	Significado dicionarizado	Significado atualizado no contexto	Contexto

Jornaleira	1	Jornaleiro (<i>jor.na.lei.ro</i>) <i>adj.</i> 1. Que trabalha vendendo ou entregando jornal. 2. Que dura um dia: trabalho jornalero. * <i>s.m.</i> 3. Aquele que vende ou entrega jornais.	Jornalista incompetente, desqualificada, sem prestígio.	“A lacradora só provoca vergonha alheia... que jornaleira de quinta categoria.”

Fonte: A Autora

No plano macrocontextual, os neologismos analisados não podem ser compreendidos como simples criações lexicais isoladas, mas como manifestações discursivas situadas em um ambiente sociopolítico marcado por intensas disputas em torno de gênero, feminismo, mídia e participação feminina no espaço público. Os dados revelam que as formações neológicas operam como **tecnologias simbólicas de desqualificação**, porquanto condensam, em unidades lexicais aparentemente lúdicas ou irônicas, narrativas ideológicas que visam a desacreditar mulheres feministas.

No caso dos cruzamentos vocabulares, observa-se que as bases mobilizadas (*feminista, militante, vitimista, nazista, lixo, louca*) não são aleatórias, mas remetem a campos semânticos fortemente marcados por polarização política e por estereótipos de gênero. Ao fundir essas bases, os usuários produzem rótulos compactos que funcionam como **atalhos semânticos**, simplificando sujeitos complexos em identidades negativas facilmente compartilháveis, como *feminazi* ou *militonta*. Esses vocábulos não apenas nomeiam, mas **classificam e julgam**, atuando como instrumentos de exclusão simbólica.

De modo semelhante, os neologismos por sufixação e o neologismo semântico reforçam a lógica de deslegitimação, uma vez que produzem efeitos de infantilização (*feministinha*), ridicularização (*lacradora, esquerdete*) ou incompetência profissional (*jornaleira*), atingindo diretamente a credibilidade, a autoridade e a legitimidade das mulheres no espaço público digital.

Assim, no conjunto, os neologismos do *corpus* revelam-se parte integrante de um regime discursivo misógino que, ao naturalizar formas linguísticas de ataque, contribui para a normalização da violência simbólica contra as mulheres nas redes sociais. Ao circularem de modo reiterado e viral, essas formas passam a compor o repertório lexical de determinados grupos, reforçando hierarquias de gênero e delimitando quem pode ou não falar, e de que modo, nos debates públicos contemporâneos.

5. Discussão

Os resultados obtidos nesta investigação evidenciam que os neologismos misóginos em circulação na rede social X não constituem fenômenos linguísticos fortuitos nem simples manifestações de criatividade lexical desprovida de implicações sociais. Ao contrário, conforme revelado pela análise microestrutural e macrocontextual, tais formas emergem como dispositivos discursivos altamente funcionais, orientados para a produção de efeitos de deslegitimação, estigmatização e **silenciamento simbólico** de mulheres no espaço público digital. Como mostram os exemplos apresentados nas figuras que acompanham esta seção, os rótulos neológicos frequentemente aparecem articulados a enunciados que ordenam, explícita ou implicitamente, que as mulheres “calem a boca”, desqualificando sua fala e interditando sua participação no debate público.

MULHERES EM FOCO: O QUE AS PESQUISAS REVELAM SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES

Figura 1 – Tuíte 1



Figura 2 – Tuíte 2



Figura 3 – Tuíte 3



Figura 4 – Tuíte 4



Fonte: Rede social X

A predominância dos cruzamentos vocabulares no *corpus*, responsável por mais de dois terços das unidades neológicas identificadas, confirma o caráter estratégico desse tipo de formação no contexto da misoginia digital. Conforme discutido por Gonçalves (2016), o cruzamento vocabular apresenta grande potencial expressivo e avaliativo, uma vez que permite condensar, em uma única forma lexical, dois campos semânticos distintos. No *corpus* analisado, esse mecanismo é explorado de modo sistemático para articular, por exemplo, a identidade feminista a valores socialmente negativados (como *nazista*, *lixo*, *louca*, *tonta* ou *vitimista*), produzindo rótulos como *feminazi*, *femilixo*,

femilouca e *militonta*. Tais unidades não apenas nomeiam, mas enquadram e julgam, instituindo categorias discursivas que reduzem sujeitos complexos a estereótipos depreciativos e funcionam, simultaneamente, como formas de desautorização da palavra feminina.

Do ponto de vista da Análise Dialógica do Discurso, esses neologismos podem ser compreendidos como enunciados responsivos que se inserem em cadeias polêmicas mais amplas sobre feminismo, gênero e política. Eles respondem a discursos feministas, à ampliação da presença feminina no espaço público e à reivindicação de direitos, ao mesmo tempo que antecipam réplicas e adesões por parte de comunidades discursivas alinhadas a posições conservadoras ou antifeministas. A circulação reiterada dessas formas contribui para estabilizar sentidos hostis, transformando construções ideológicas em categorias linguísticas aparentemente naturais, que passam a legitimar a exclusão simbólica das mulheres do espaço de fala.

Essa naturalização é particularmente visível no caso do único neologismo semântico identificado (*jornaleira*), no qual uma palavra já existente é ressignificada para produzir um efeito de desqualificação profissional da mulher jornalista. Aqui, observa-se com clareza o que Butler (2018) descreve como o poder performativo da linguagem: ao nomear uma mulher como *jornaleira* (no sentido atualizado de modo pejorativo), o enunciador não apenas a descreve, mas a posiciona simbolicamente em um lugar de incompetência, marginalidade e desprestígio, afetando sua inteligibilidade social e, por conseguinte, sua possibilidade de ser ouvida e reconhecida como sujeito legítimo do discurso.

Os neologismos por sufixação (*lacradora*, *feministinha* e *esquerdete*) também desempenham papel relevante nesse regime discursivo. O sufixo *-inh(a)*, por exemplo, produz um efeito de diminuição simbólica que infantiliza e desautoriza, enquanto *-dor(a)*, em *lacradora*, cristaliza uma identidade caricatural, frequentemente associada à mulher vista como excessivamente combativa ou inconveniente no debate público. Já o sufixo *-et(e)*, em *esquerdete*, mobiliza um campo semântico ligado à ideia de *tiete* (a figura do fã incondicional e acrítico), funcionando como um operador de ridicularização do engajamento político feminino, ao sugerir adesão cega, imaturidade ideológica e ausência de reflexão.

Esses mecanismos morfológicos, portanto, operam como recursos de avaliação negativa que, não raras vezes, se articulam a estratégias explícitas de silenciamento, como os imperativos para que as mulheres se calem ou se retirem do debate.

No plano macrocontextual, tais práticas linguísticas se articulam a um cenário sociopolítico marcado pela polarização ideológica, pelo avanço de discursos antifeministas e pela contestação da presença feminina em espaços de poder e visibilidade. As redes sociais, potencializadas por dinâmicas algorítmicas de engajamento e viralização, funcionam como amplificadores desses discursos, permitindo que rótulos misóginos e comandos de silenciamento se disseminem rapidamente e se convertam em formas estabilizadas de regulação da participação feminina.

Nesse sentido, os resultados corroboram as discussões de Curcino, Sargentini e Piovezani (2019) acerca da circulação de discursos de ódio na contemporaneidade, nos quais a simplificação categorial e a rotulação funcionam como mecanismos centrais de desumanização. Ao reduzir mulheres a etiquetas pejorativas e, simultaneamente, lhes negar o direito à palavra, os neologismos analisados produzem efeitos concretos sobre sua participação social, minando sua credibilidade, sua autoridade discursiva e sua legitimidade para intervir no espaço público.

Do ponto de vista dos direitos das mulheres, tais práticas configuram formas de violência simbólica que, embora não físicas, produzem impactos reais sobre o bem-estar, a segurança e a permanência feminina nos ambientes digitais. Como assinala Nascimento (2022), os discursos que naturalizam a desqualificação reverberam diretamente nas relações sociais e podem desencadear ou legitimar outras formas de violência.

No campo educacional, esses achados reforçam a urgência de práticas pedagógicas orientadas pelo letramento crítico. Uma vez que os estudantes estão imersos nesses ambientes discursivos, o ensino de língua portuguesa não pode limitar-se à análise formal dos textos, mas deve problematizar seus efeitos de poder, suas ideologias subjacentes e suas consequências sociais. Trabalhar com neologismos misóginos em sala de aula, por exemplo, permite evidenciar como a

linguagem pode ser mobilizada para produzir exclusão e silenciamento, ao mesmo tempo em que oferece aos estudantes instrumentos para reconhecer, questionar e resistir a esses enquadramentos.

Assim, a discussão dos dados confirma que os neologismos misóginos não são meras curiosidades lexicais, mas peças centrais de um regime discursivo que sustenta desigualdades de gênero e regula quem pode falar, como pode falar e a partir de quais lugares sociais. Compreendê-los, analisá-los e desnaturalizá-los constitui não apenas uma tarefa linguística, mas também um compromisso ético, político e educacional.

6. Considerações finais

Os resultados desta pesquisa permitiram evidenciar que os neologismos misóginos em circulação na rede social X constituem práticas discursivas profundamente implicadas na produção e na manutenção de desigualdades de gênero. Longe de se configurarem como meras inovações lexicais ou manifestações isoladas de criatividade linguística, essas formas operam como instrumentos simbólicos de deslegitimação, estigmatização e silenciamento das mulheres no espaço público digital.

A análise microestrutural revelou a predominância de processos não concatenativos, especialmente os cruzamentos vocabulares, que condensam avaliações negativas em unidades lexicais de alta potência expressiva. Ao articular bases como *feminista*, *militante*, *vitimista* a campos semânticos depreciativos (*nazista*, *lixo*, *louca*, *tonta*), tais neologismos produzem rótulos que reduzem sujeitos complexos a identidades estigmatizadas. No plano macrocontextual, observou-se que essas formas se inserem em um cenário de polarização política e reação antifeminista, no qual a linguagem passa a operar como tecnologia de exclusão e regulação da participação feminina.

A presença de comandos de silenciamento associados aos neologismos, como “cale a boca”, reforça que essas formas não apenas classificam, mas também disciplinam e interditam a fala das mulheres,

afetando diretamente sua autoridade discursiva e sua permanência nos ambientes digitais. Assim, os dados confirmam que a violência simbólica veiculada pela linguagem produz efeitos concretos sobre os direitos das mulheres, ao minar sua credibilidade, visibilidade e legitimidade social.

No campo educacional, os achados deste estudo reforçam a necessidade de práticas pedagógicas orientadas pelo letramento crítico. Ao analisar neologismos misóginos em sala de aula, o ensino de língua portuguesa pode contribuir para a formação de leitores capazes de reconhecer os efeitos ideológicos da linguagem, questionar processos de naturalização da violência simbólica e construir posicionamentos éticos frente aos discursos de ódio. Desse modo, compreender e problematizar os neologismos misóginos torna-se não apenas uma tarefa linguística, mas também um compromisso com a promoção da justiça social e da igualdade de gênero.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia em português**. São paulo: Parábola Editorial, 2012.

CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

DUBOC, Ana Paula .M. A avaliação da aprendizagem de línguas e o letramento crítico: uma proposta. In: JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize (Org.). **Práticas de Multiletramentos e Letramento Crítico: outros sentidos para a sala de aula de línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.(Coleção Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, 47).

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

HOLLAND, Jack. **Una breve historia de la misoginia**: el prejuicio mas antiguo del mundo. México: Editora Oceano, 2010, p. 442, 443.

KLEIMAN, Ângela. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. Revista Signo, v. 32, n. 53, 2007.

NASCIMENTO, Marcela Regina Vasconcelos da Silva. Representações da mulher no discurso acerca da violência doméstica: uma análise das relações axio(dia)lógicas em comentários no Instagram sobre o caso Pâmella Holanda e Dj Ivis. In: NASCIMENTO, Marcela Regina Vasconcelos da Silva; XYPAS, Rosiane; GOMES, Jaciara (Orgs.). **Mulher, identidade e discurso**: visões plurais. v. 1. Tutóia, MA: Diálogos, 2022. p. 50-70.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. A ambimorfemia de cruzamentos vocabularies: uma abordagem por *ranking* de restrições. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, p. 169-183, dez. 2006.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SILVA, Thaís Jorge *et al.* **Discurso de ódio nas redes sociais digitais**: desafios contemporâneos. São Paulo: Educ, 2020.

CAPÍTULO 12

DONA ALCÍDIA DE ILHÉUS: MULHER NEGRA DE RESISTÊNCIA

DONA ALCÍDIA FROM ILHÉUS: A BLACK RESISTANCE WOMAN

Larissa de Souza Reis¹

Doutora em Educação pela Universidade do Estado da Bahia -
UNEB

Salvador - BA

<https://orcid.org/0000-0003-4401-006X>

larissahreis555@gmail.com

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa acadêmica sobre Alcídia Reis: mulher negra, afro-baiana, ex-empregada doméstica. Nascida em 1931, em Santo Antônio de Jesus (BA), sua história foi marcada pelo processo diaspórico e pelas desigualdades sociais que atingem a população negra da zona rural. **Objetivo:** compreender de que maneira o ciclo do cacau afetou a trajetória de vida de Alcídia Reis, especialmente no que se refere ao seu processo migratório. **Metodologia:** a investigação, de natureza qualitativa, seguiu o caminho da escrevivência (Evaristo, 2020) como princípio metodológico, tendo como instrumentos de produção de dados: conversas informais, entrevistas semiestruturadas, gravador de áudio, diário de bordo e um blog. **Resultados:** o quadro de pobreza que marcou a família de Alcídia no campo, reflexo da colonização no Brasil, impactou diretamente sua migração, intensificada pela época áurea do cacau. **Conclusão:** o trabalho possui relevância por valorizar a escrevivência desta mulher negra, permitindo concluir que sua caminhada evidenciou a superação das opressões provenientes do racismo, das desigualdades sociais e do sexismo.

¹ Doutora em Educação e pedagoga formada pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília - UnB.

Palavras-chave: mulher negra; *escrevivência*; racismo; interseccionalidade.

ABSTRACT

This article is the result of an academic research focused on the life path of Alcídia Reis; Black woman, Afro-Brazilian from Bahia, former house cleaner. Born in 1931 at Santo Antonio de Jesus (BA), with a history marked by the diasporic process and the social inequality that still affects the Black populations in rural areas. **Goal:** to comprehend how the cocoa cycle affected the life ways of Alcídia Reis, especially regarding her migration process. **Methodology:** the research qualitative character follows the ways of the *escrevivência* (Evaristo, 2020), as a methodological principle, and for the data producing instruments: informal conversations, semi structured interviews, audio recording device, logbook and a blog. **Results:** the generational poverty which marked Alcídia's family in the countryside, Brasil's colonization process consequence, this directly influenced her migration, deeply intensified by the golden age of cocoa. **Implication:** the paper relevance is the validation of the *escrevivência* of this Black woman allowing the conclusion that her path demonstrate the overcome of the oppression stemming from racism, social inequality and sexism.

Keywords: black woman; *escrevivência*; racism; intersectionality.

1. Introdução

Era a caçula de muitos irmãos (6), quando sua família a enviou para morar com outra família com melhores condições financeiras (...) em Ilhéus (informação verbal)²

Este artigo descreve o percurso investigativo que tratou da história de Alcídia Reis (1931-2022), uma matriarca referência de poder feminino negro ancestral. O trabalho foi delimitado no contexto histórico do auge do ciclo do cacau no sul da Bahia, especialmente durante as

² Depoimento de Dirceu Reis (neto de Alcídia), em entrevista concedida a Larissa Reis, em 2011.

décadas de 1930 a 1950. A pergunta de partida foi: de que maneira o ciclo do cacau afetou a trajetória de vida de Alcídia Reis?

O objetivo geral da pesquisa foi compreender de que maneira o ciclo do cacau afetou a trajetória de vida de Alcídia Reis, especialmente no que se refere ao seu processo migratório; e os específicos foram: 1 - investigar um recorte do contexto histórico do Brasil e da Bahia, nas décadas de 1930 a 1950, mais notadamente em Santo Antônio de Jesus (BA) e Ilhéus (BA); 2 - identificar como o ciclo do cacau do sul da Bahia impactou essas localidades; 3 - coletar e avaliar registros da trajetória de vida de Dona Alcídia Reis, por meio dos depoimentos obtidos nas entrevistas; e 4 - difundir o processo da investigação em um blog, de modo a valorizar e compartilhar escrevivências de uma mulher negra ancestral.

A investigação partiu de uma lacuna acadêmica relacionada à escrevivência de corpos negros na história, com ênfase na valorização de narrativas negras autorais. Vale ressaltar o quadro de desigualdades vivenciado pela população afro-baiana, especialmente no que se refere aos direitos historicamente negados, como o acesso à moradia, ao trabalho, à saúde e à educação.

Este movimento me revelou uma oportunidade de autoconhecimento enquanto mulher negra, considerando a identificação com minha *arkhé* (Luz, 1992). A esse respeito, Calvino (1994) reflete que a busca pelo conhecimento do outro perpassa pela procura experiencial de si mesmo. Acredito que a base familiar apresentada é vista como fonte e alicerce de pertencimento.

Chimamanda Adichie (2019) critica a história única que tem sido direcionada aos afrodescendentes, ao enfatizar que as narrativas contadas pelos colonizadores trazem relatos baseados em aspectos negativos e distorcidos, com o intuito de desvalorizar as experiências de pessoas negras, desmerecendo seus processos formativos. A autora denuncia que esse tipo de abordagem “[...] cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história [...]” (Adichie, 2019, p. 26).

Dona Alcídia Reis³ foi uma mulher afro-baiana que experienciou movimentos diaspóricos na infância, ocasionados pela condição de pobreza no campo, os quais repercutiram na migração de Santo Antônio de Jesus para Ilhéus, ambas cidades baianas. Reconheço a importância de ressaltar essa personalidade negra por seu elo familiar, tendo em conta que ela gerou vínculos de memória e pertencimento ancestral.

Valorizo as escrevivências dela como um caminho para homenageá-la, tendo em vista o reconhecimento da sua história de luta enquanto mulher negra, além da sua personalidade autêntica, suas sabedorias e seus dotes culinários, respeitados e valorizados pelos(as) seus/suas demais descendentes. Conceição Evaristo (2020) ressalta que:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana (Evaristo, 2020, p. 30).

O percurso metodológico envolveu: recortes do contexto histórico relacionado ao processo diaspórico e à permanência de Dona Alcídia em Ilhéus, além das suas memórias e das entrevistas realizadas com a protagonista e alguns dos(as) seus/suas parentes. O blog⁴ “A Dona Alcídia de Ilhéus” contribuiu para divulgar e valorizar as memórias dela, de modo a fortalecer sua trajetória de resistência enquanto mulher negra diaspórica, descendente de africanos no Brasil.

O texto está organizado em quatro momentos: 1 - introdução; 2 - referencial teórico; 3 - procedimentos metodológicos, resultados e discussão; e 4 - considerações finais. Inicialmente, apresento a problemática da pesquisa, os objetivos, a justificativa e suas bases teóricas centrais; seguidamente, aponto um recorte do contexto histórico e relatos

³ Em memória de Dona Alcídia de Ilhéus – matriarca Alcídia Santos Reis (1931-2022), cuja vida, resistência e legado ecoam, inspirando nossas escrevivências (Evaristo, 2020) e este trabalho científico

⁴ O blog “A Dona Alcídia de Ilhéus” está acessível em: <https://alcidiailheusbahia.blogspot.com/>.

sobre o caminho vivenciado pela protagonista dessa história, enaltecendo sua escrevivência. Logo após, compartilho o percurso metodológico e por fim, a conclusão acerca da investigação.

2. Referencial Teórico

Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia (Ribeiro, 2017, p. 92).

Compreendo que acessar algumas páginas da trajetória de uma mulher negra ancestral que vivenciou os contextos abordados é, sobretudo, quebrar barreiras de silenciamento que tentaram apagar o protagonismo dela. Pondero sobre as orientações de Djamila Ribeiro (2017) e sigo adiante, em um movimento antirracista, iniciado pela prática de luta em defesa do lugar de fala de mulheres negras enquanto princípio político.

O enredo desta história começa quando, no primeiro dia de outubro de 1931, nasceu Alcídia de Jesus Santos, natural de Santo Antônio de Jesus, localizado na Bahia. Filha de Marciana Santos de Jesus e Martim Bispo dos Santos, Alcídia viveu na zona rural e teve uma infância rodeada de cinco irmãos, juntamente com as adversidades da vida no campo delineado pelo quadro de pobreza e invisibilidade sofrida pelo povo negro na década de 30. Segundo o depoimento de Alcídia Reis, as memórias da sua infância revelaram que próximo à sua primeira residência, em Santo Antônio de Jesus, havia uma igreja. Seus pais eram trabalhadores rurais e em suas lembranças infantis, ela memorizou que gostava muito de brincar de correr.

Reflico que a diáspora África-Brasil, demarcada na história por meio da ocorrência da escravização sofrida pelo povo africano e afro-brasileiro, não foi o único fator que atravessou a raiz ancestral de Alcídia. Isso porque, aos seis anos de idade, Alcídia vivenciou processos de angústia – resultantes do afastamento da sua família nuclear –, para viver em outra cidade. A criança foi morar com outra família, residente na cidade de Ilhéus. O motivo da migração foi o quadro de pobreza sofrida pelos seus genitores que, devido às condições de desigualdade

social ocasionadas pela exploração dos barões do cacau, buscaram alternativas para garantir a sobrevivência de seus filhos.

Nesse contexto, pondero sobre as denúncias registradas por Carolina Maria de Jesus (1963), ao retratar o cenário da pobreza enfrentada pelas populações menos favorecidas, não atendidas pelas políticas públicas, além da consequente vulnerabilidade deste público devido à proximidade da linha angustiante que separa o conforto e a fome. A autora discute o perigo corrosivo que o povo pobre encara ao viver a miséria decorrente da fome, sendo esta a “[...] dinamite do corpo humano” (Jesus, 1963, p. 29).

O novo lar era localizado no centro de Ilhéus, na rua D. Pedro II. Em entrevista, Dona Alcídia recordou que os arredores da sua morada eram movimentados, de modo que ela lembra da existência de uma padaria e uma farmácia próximas. A entrevistada enfatizou também que apreciava muito conversar com pessoas de mais idade, os idosos. A ambiência que ela mais gostava de frequentar, nessa segunda fase de sua vida, era a igreja, conforme verifiquei em uma de suas falas: *“Eu morei perto da igreja e isso era muito bom. Eu ia para as orações e eventos que ocorriam nela. Gosto da igreja porque me traz harmonia, paz e conforto”* (informação verbal)⁵ Nesse sentido, compreendo que o afastamento da sua raiz familiar pode ter sido acalentado com a fé que ela encontrou na religião católica, provavelmente influenciada pelos moradores do novo lar que ela habitava.

A infância em Ilhéus certamente foi diferente do que ela sonhava em Santo Antônio de Jesus. Maria José Reis relatou um episódio das vivências de sua mãe:

É uma história muito emocionante. Aos seis anos saí de Santo Antônio de Jesus para ser criada nas cozinhas das famílias tradicionais de Ilhéus. Sofreu muito por sair do seio da família e sei que até hoje isso incomoda. Aprendeu a conviver e a viver o que a vida reservou pra ela. Tomava conta de meninos da sua idade, mas era também muito sapeca e

⁵ Depoimento de Alcídia Reis, em entrevista concedida a Larissa Reis, em 2011.

fala que gostava muito de cantar e dançar (informação verbal)⁶.

O racismo e o sexismo têm gerado consequências drásticas para a referida população tratada neste trabalho, a exemplo do processo de adultização sofrido por meninas negras, constatado no depoimento de Maria José. Ela descreveu que Alcídia assumia a responsabilidade pelo cuidado de crianças da mesma faixa etária. Nessa circunstância, enfatizo dois tipos de ataques dirigidos a este corpo: 1 – a prática de cuidar, imposta pela sociedade machista que estabelece que zelar pelos outros é uma prática de responsabilidade exclusiva do feminino; e 2 – o do racismo, que propaga a ideia extensiva de que os descendentes de africanos devem seguir o legado de violência imposto aos seus ancestrais durante o processo de escravização, devendo por isso assumir o cuidado e o serviço aos filhos dos colonizadores.

Lélia Gonzales (1984) sinalizou que a identidade da mãe da sociedade brasileira escravocrata era negra porque essa mulher já era mãe, normalmente, duas vezes: dos seus filhos sanguíneos e das crianças das sinhás. As circunstâncias sofridas por Alcídia enquanto mulher negra foram impostas a ela desde a sua infância, tendo em vista que a atribuição de cuidar era destinada a essas mulheres, afinal “[...] que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então [...]” (Gonzales, 1984, p. 235).

A história relatada neste texto envolve o enredo de uma mulher negra que teve uma infância dividida entre sonhos de criança e o amadurecimento precoce. Ela cresceu, aprendendo sobretudo que o seu lugar era somente na cozinha, prestando serviços domésticos. Noto um retrato de naturalização do racismo, conforme denuncia Gonzales (1984), ao alertar que a sociedade racista tende a defender a condição de miserabilidade sofrida pelo povo negro como um aspecto aceitável, natural.

⁶ Depoimento de Maria José Reis (filha de Alcídia), em entrevista concedida a Larissa Reis, em 2011.

O relato desta experiência contraria a ideia de romantização das dificuldades enfrentadas por mulheres negras. A negação das dores vivenciadas por essa protagonista seria como “[...] naturalizar essas violências e usá-las como exemplos que justifiquem estruturas desiguais” (Ribeiro, 2019, p. 18). O olhar em torno dos obstáculos enfrentados por ela serve como ponte analítica dos entrelaçamentos interseccionais que ela vivenciou enquanto mulher negra, violentada pelo racismo e sexismo, desde a infância.

A busca pelo trabalho manual como sistema de ganho foi uma prática bastante exercida por mulheres africanas e afro-brasileiras na diáspora. Cecília Soares (1996) destaca a trajetória histórica de mulheres negras em Salvador, conhecidas como ganhadeiras, sinalizando que esse “[...] tipo de atividade não era estranho às negras importadas pelo tráfico negreiro, pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica [...]” (Soares, 1996, p. 60). Salvador, capital da Bahia, já possuía forte influência sobre as demais cidades do Estado e nesse sentido, acredito que essa rotina trabalhista pode ter impactado a região ilheense.

Véra Lopes (2008) já alertou sobre os efeitos que a discriminação racial causa nas vítimas, por fortalecer a ideia de poder por parte dos dominadores, ao passo que “[...] desenvolve no discriminado o sentimento de menos-valia” (Lopes, 2008, p. 184). Alcídia não teve acesso à educação escolar, sendo arrastada para as estatísticas do quadro de analfabetismo no Brasil. À dona deste enredo foi oferecido apenas o lugar da cozinha, como a única possibilidade de ocupação para a sobrevivência, de modo a servir a uma família de classe média de Ilhéus. Contudo, o desfecho desta trajetória não foi encerrado na cozinha, sob o ponto de vista do colonizador. Isto porque o problema não era somente o espaço, mas a condição e finalidade oferecida a ela naquele contexto. As mudanças alcançadas por ela representaram um movimento de contornar e transcender as barreiras do processo de escravidão histórica sofrida pelos afrodescendentes do Brasil. Ela conquistou, transformou e gerou muitas vidas e com elas, novas histórias a partir do encontro iniciado em um relacionamento de casal.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada em 2019, a maior taxa de analfabetismo do país estava concentrada na região nordeste, considerando a faixa etária de pessoas a partir de 15 anos de idade. O estudo apontou ainda que segundo a categoria gênero, apesar do número de homens desempregados ter sido mais alto do que o das mulheres, quando o levantamento inclui a questão racial, a análise fica mais violenta para a população negra. Isso porque os dados revelaram que pessoas pretas ou pardas têm sofrido quase o triplo de obstáculos para alcançar oportunidades de emprego (IBGE Educa, 2020).

Segundo indicadores educacionais de 2024, o Brasil ainda enfrenta o analfabetismo, apesar de uma queda considerável para 5,4% no ano indicado. A região Nordeste tem sido uma das mais afetadas no país, apresentando a maior concentração do índice de analfabetismo (IBGE, 2025).

Isso reforça a persistência de uma desigualdade que atinge grupos específicos, como pessoas negras, considerando que, no ano de "[...] 2024, 3,1% das pessoas de cor branca com 15 anos ou mais de idade eram analfabetas, enquanto entre pessoas pretas ou pardas do mesmo grupo de idade, a taxa foi de 6,9%" (IBGE, 2025, p. 3). Nessa perspectiva, noto que, apesar dos avanços educacionais ocorridos, o Brasil ainda enfrenta muitas adversidades oriundas dos processos civilizatórios anteriores.

O olhar para as mulheres negras, do ponto de vista do cuidado na análise de gênero, vem sendo debatido pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), concebendo que o quadro de racismo sofrido por este público foi reproduzido de uma forma específica. A autora sinaliza também o entrecruzamento de dois ou mais eixos que colocam essas mulheres na condição desigual de subordinação, a exemplo do próprio racismo quando vem, normalmente, acompanhado do machismo decorrente do patriarcalismo, além das opressões de classe.

Aos dezessete anos de idade, Alcídia conheceu José Macedônio dos Reis (1923 - 2010), com quem teve um relacionamento amoroso. José era mestre de obras e morava com a família no centro da cidade. Trabalhador, ele ajudava no sustento familiar. De acordo com Maria

José Reis, o parentesco dele não aprovava o namoro. Entretanto, a primeira dificuldade não interrompeu a união deles, resultando na mudança da morada para um bairro mais pobre da cidade. Segundo a entrevistada, eles: *“[...] fizeram nome, ela pela sua personalidade forte e ele pelo seu excelente trabalho como Mestre. Começou sendo pedreiro desde moleque...e o restante você já sabe”* (informação verbal)⁷.

Mulheres negras têm sido alvos de violência na sociedade brasileira. Vale destacar o preconceito social vivido por este público, somado ao racismo e ao sexismo que dificultam as oportunidades de ascensão e a busca de mais espaços, conforme identificado na fala de seu neto: *“[...] foi apontada por não ter estudos e por não pertencer a uma família reconhecida, o que acontecia com meu avô: sua família não tinha grande relevância, porém, carregavam tal conceito, oriundo da formação anterior de seus pais e avós”* (informação verbal)⁸.

Alcídia teve o seu primeiro filho com José aos dezoito anos. O casamento, oficializado em 2006, resultou na formação da família dos Santos Reis, composta por onze filhos. O sustento do parentesco foi mantido pela força laboral do casal, exercida por meio da atuação dele como mestre de obras e dela, como ganhadeira que, além de ser dona de casa: *“[...] já foi lavadeira. Tomava conta dos filhos. Cozinhava, lavava e passava as roupas, deixando-as cheirosas e engomadinhas. Sempre foi uma mulher muito batalhadora e determinada”* (informação verbal)⁹.

Os dotes culinários de Dona Alcídia foram elogiados por seus filhos e demais descendentes. Dentre os pratos elaborados em família, o cozido, a feijoada, o caruru e o doce de jenipapo foram citados pelos familiares participantes das entrevistas. Acrescento o doce de banana e o bolinho de carne, inesquecíveis para mim. Considero que, apesar

⁷ Depoimento de Maria José Reis, em entrevista concedida a Larissa Reis, em 2011.

⁸ Depoimento de Dirceu Reis, em entrevista concedida a Larissa Reis, em 2011.

⁹ Depoimento de Maria José Reis, em entrevista concedida a Larissa Reis, em 2011.

de toda a adversidade enfrentada por ela, os caminhos estavam abertos aos ensinamentos ancestrais. A esse respeito, vale ressaltar a origem da feijoada, resultado da reunião das partes do porco que eram descartadas pelos brancos colonizadores.

Acredito que o recorte apresentado teve influência do episódio histórico vivido pelo povo negro, sendo este diretamente atingido pela colonização europeizante no Brasil. Como reflexo ainda contemporâneo, a mulher negra tem se esforçado cotidianamente em busca do acesso e da permanência nos espaços sociais, sendo estes mais acessíveis para pessoas brancas. Vale destacar que as oportunidades e condições para a ascensão de pessoas negras e não-negras têm sido desiguais. A luta da mulher negra pelos espaços de poder tem envolvido superação e empoderamento (Vila Nova; Santos, 2013).

Considerando os depoimentos e bases teóricas abordadas, no tópico seguinte trago um aprofundamento do percurso metodológico realizado neste trabalho científico.

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

A memória, notadamente a memória familiar, é sobretudo uma história. É o modo pelo qual o indivíduo mobiliza seu passado e atribui a este um sentido. A memória é o resultado do trabalho de reapropriação e de negociação que toda pessoa faz em relação ao passado fundador de sua identidade, ou de sua ilusão identitária. Mas a memória é também uma espécie de antecâmara da alteridade onde cada um constrói sua própria história e se confronta com a história dos outros membros da família [...] (Lins, 2000, p. 9).

O registro da memória familiar foi concretizado como resultado de uma busca que culminou na criação do blog “A Dona Alcídia de Ilhéus”. Isso ocorreu por meio do viés qualitativo, tendo como instrumentos de produção de dados: conversas informais, entrevistas semi-estruturadas e diário de bordo da pesquisadora. O recorte do contexto histórico da formação de Santo Antônio de Jesus e de Ilhéus foi fundamental para a compreensão e análise de vivências de Alcídia Reis.

O estudo sobre o panorama histórico que configurou o pano de fundo dessa narrativa de vida teve como ponto de partida o movimento diaspórico realizado por Alcídia em 1936, com a sua chegada em Ilhéus. Questionei-me de que maneira ocorreu esse deslocamento e suas mudanças, considerando as tensões diante do acolhimento familiar interrompido, ocasionando a reconstituição complexa de um novo capítulo da vida de Alcídia, longe da terra natal e do seu núcleo de pertencimento familiar. Ressalto também os posicionamentos da mesma diante da geração e formação da família “dos Santos Reis”.

O município de São Jorge dos Ilhéus está situado no litoral sul da Bahia e passou pelo sistema das capitanias hereditárias por meio do governo português. André Ribeiro (2001) destaca que:

[...] com a introdução e implementação comercial da lavoura cacaueteira, a partir da primeira metade do século XIX, o município de São Jorge dos Ilhéus passou por uma radical transformação sócioeconômica, consolidando-se como o maior produtor mundial de cacau (Ribeiro, 2001, p. 14).

Pesquisei sobre os contextos históricos do mundo, do Brasil e da Bahia, de modo a tecer breves passagens das décadas de 30 a 50. A respeito dos anos 30, vale enfatizar o período mundial da depressão econômica ocasionada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, acrescido do avanço do nazifascismo e da eclosão da Segunda Guerra Mundial; no Brasil, a Era Vargas foi instalada – e seus reflexos na Bahia – e o cenário rumo ao Estado Novo; e seguidamente, na Bahia, ocorreu uma fase marcada pelo desenvolvimento da reurbanização e remodelamento da cidade de Salvador, como reflexo do crescimento da população.

Os anos 40 foram marcados pela censura do governo Vargas, gerando controle em diversos aspectos, a exemplo das instituições de comunicação e refletindo nos veículos informacionais do Estado da Bahia. Outrossim, esse período teve o destaque do nacionalismo e do populismo. Por fim, os anos 50 destacaram o crescimento do processo migratório da zona rural a Salvador, bem como do voto popular e do início das transmissões de televisão no país.

Seguidamente, busquei relatos sobre vivências da protagonista. Realizei conversas informais e entrevistas semiestruturadas com Dona Alcídia Reis, dois de seus filhos e um de seus netos. Identifiquei aspectos relacionados: ao seu contexto social familiar; a sua atuação na chegada em Ilhéus e sua relação com a fé religiosa e com os pontos atrativos da cidade; seus dotes culinários e o vínculo com a família que ela constituiu juntamente com José Macedônio dos Reis (*in memoriam*).

Defendo o uso do blog enquanto recurso tecnológico para a difusão do conhecimento ancestral, visando a preservação da memória e o enaltecimento das escrevivências de uma mulher negra. Vani Kenski (2007, p. 122) conceitua blog como: “[...] uma espécie de diário na forma de página web [...]”. O uso do diário de bordo, potencializado com o blog, possibilitou a organização dos experienciamentos coletados do ponto de vista do local vivido e também contemporâneo, levando em conta as recordações tecidas colaborativamente com os sujeitos envolvidos.

A pertinência socioeducativa da atividade realizada foi caracterizada seguindo as bases de acolhimento e de pertencimento familiar da investigadora junto às suas origens e, sobretudo, com a identificação e satisfação da protagonista da história em virtude do trabalho desempenhado. A socialização do blog ocorreu em uma reunião familiar, na residência de Alcídia Reis, tendo a participação de alguns dos seus filhos que, por sua vez, realizaram a leitura oral dele de modo que ela pudesse acompanhar a leitura. O acesso aos estudos – arrancado do caminho de privilégios negados a Alcídia – não impediu que ela ofertasse o incentivo na educação dos filhos dela, propagando essa resistência ancestral aos seus netos e bisnetos.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que o contexto histórico envolvendo o cultivo do cacau no século XX ocasionou o deslocamento de Dona Alcídia de Santo Antônio de Jesus (BA) para Ilhéus (BA). Tal movimento refletiu a continuidade da diáspora de povos africanos no Brasil e seus impactos sobre os descendentes afro-brasileiros, que, diante da precariedade das oportunidades de ascensão social, muitas vezes foram compelidos a buscar alternativas de sobrevivência.

A este respeito, o olhar analítico em torno das discriminações sofridas por ela ao longo da sua história de vida também foi delineado. Vale ressaltar que a ocorrência e a divulgação dos dados das entrevistas e conversas informais realizadas foram devidamente autorizadas pelos(as) participantes da pesquisa.

Durante o processo investigativo, o acesso aos referenciais teóricos sobre mulher negra, racismo e interseccionalidade foram fundamentais para o processo reflexivo e analítico acerca das pesquisas e estudos realizados. Optei pelo caminho da escrevivência como ponte de articulação do percurso desenvolvido, para além do viés teórico, de modo a reconhecer suas potencialidades na prática da escrita sobre vidas afrodiaspóricas. A este respeito, vale sinalizar as orientações fundamentais de Evaristo (2021):

Eu venho trabalhando com esse termo desde 1994, 1995, quando eu faço a minha dissertação de mestrado, e aí eu começo a fazer um jogo entre escrever-viver, escrever-se-ver, escrever-se-vendo, escrevendo-se, até chegar ao termo escrevivência. Mas o ponto de nascimento dessa ideia traz um fundamento histórico, que é esse processo de escravidão dos povos africanos e eu estou pensando muito nas mulheres africanas e suas descendentes escravizadas. E por isso que eu digo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2021, p. 7).

Considerando as entrevistas realizadas com Dona Alcídia, dois de seus filhos e seu neto, valorizo a trajetória dela enquanto baiana do século XX que sobreviveu ao período mais devastador da zona rural, o da pobreza do povo do campo, evidenciando resultados e discussões da pesquisa. Nesta perspectiva, os dados apontaram que o novo local onde ela se estabeleceu, Ilhéus, foi marcado pela época áurea do cacau, indicando que seu deslocamento esteve diretamente relacionado à economia cacaueira.

4. Considerações Finais

[...] o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar

consciência de uma nova possibilidade de existir [...] (Fanon, 2008, p. 95).

O objetivo deste trabalho foi compreender como o ciclo do cacau afetou a trajetória de vida de Alcídia Reis, especialmente seu processo migratório. Os movimentos de ida e volta possibilitaram a sobrevivência e (re)existência de corpos negros em diáspora, buscando melhores oportunidades e o acesso a direitos essenciais.

Com este artigo, apresentei trechos de vivências de uma mulher negra, ex-trabalhadora doméstica, que carregava uma experiência de vida marcada pela superação de barreiras traçadas pelos eixos raciais e de gênero, diante da minha análise sobre a sua luta em prol da sobrevivência em uma realidade delimitada pela pobreza da população negra da zona rural. Dona Alcídia Reis foi um exemplo de personalidade negra invisibilizada no Brasil, que enfrentou dificuldades e se tornou um símbolo de sabedoria e de poder feminino negro para os seus filhos, netos, bisnetos e demais parentes. A contribuição deste trabalho enfatiza o quanto a referida matriarca transcendeu a zona de batalha frente ao racismo e resistiu, mesmo diante da negação de oportunidades promovida pelo próprio sistema que produz a desigualdade social.

A ancestral apresentada influenciou os processos educativos de seus descendentes. Para pesquisas futuras, acredito que as trajetórias migratórias de mulheres negras necessitam de mais atenção e aprofundamento por parte da sociedade. Compreendo que a história de Alcídia Reis revela um fruto germinal dos episódios civilizatórios ocorridos no Brasil, a partir da diáspora negra no país, provocada pela invasão colonial e escravocrata. A protagonista dessa narrativa foi uma anciã que carregou muitos aprendizados que seguiram orientando e orgulhando o elo familiar. Contudo, ressalto as diversas formas de violência sofridas por ela. O racismo imposto no país persiste, corroborando para a ocorrência das desigualdades sociais.

Concluo que a trajetória de Dona Alcídia Reis foi demarcada pela interseccionalidade e seus consequentes atravessamentos, tendo em vista a ocorrência do racismo, do sexismo e das desigualdades sociais, o que impactou no percurso dessa mulher perante o desejo de transformar a sua realidade e de fortalecer as bases de (re)existência da sua

parentela descendente. Assim, enquanto pesquisadora inserida neste contexto, ressalto a homenagem à mulher negra estudada, cuja vida e legado ecoam e inspiram nossas escritivências e este trabalho científico.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CALVINO, Ítalo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jul. 2020.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2026.

EVARISTO, Conceição. A escritivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. Entrevista concedida à Morgani Guzzo. **Geledes - Instituto da Mulher Negra**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/>. Acesso em 19 jan. 2026.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES__L%c3%a9lia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

IBGE. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência IBGE Notícias**, 13 jun. 2025. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 10 jan. 2026.

IBGE EDUCA. Conheça o Brasil. **Ibge Educa**, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**. São Paulo: [s. n.], 1963.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LINS, Daniel. Memória, Esquecimento e Perdão (Per-Dom). In: LEMOS, Maria Tereza Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (org.). **Memória e Construções de Identidades**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 9-16.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2008. p. 185-204. Disponível em: https://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/9_Munanga_K_org_Superando%20o%20racismo%20na%20escola.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. Do Monopólio da Fala sobre Educação à Poesia Mítica Africano-Brasileira. **Revista da FAEBA**: Educação e Contemporaneidade. Salvador: UNEB. V. 1, n.1, jan./jun., 1992.

REIS, Alcídia. **Entrevista concedida a Larissa Reis**. Ilhéus, 15 ago. 2011.

REIS, Dirceu. **Entrevista concedida a Larissa Reis**. Salvador, 7. set. 2011.

REIS, Larissa. Blog A Dona Alcídia de Ilhéus. **Blogger**. 2011. Disponível em: <https://alcidiailheusbahia.blogspot.com/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

REIS, Maria José. **Entrevista concedida a Larissa Reis**. Salvador, 27 set. 2011.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, Poder e Mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Grupo Companhia das Letras, Editora Schwarcz, 2019.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Revista Afro-Ásia**. Salvador: UFBA, n. 17, 1996. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20856/13456>. Acesso em: 20 mai. 2020.

VILA NOVA, Adeildo; SANTOS, Edjan Alves dos. **Mulheres Negras**: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2013.

CAPÍTULO 13

EDUCAÇÃO COMO DIREITO E RESSOCIALIZAÇÃO: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS PRESÍDIOS FEMININOS PERNAMBUCANOS

EDUCATION AS A RIGHT AND RESOCIALIZATION: THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES IN WOMEN'S PRISONS IN PERNAMBUCO

Lucas Matheus Silva de Jesus

Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)
Caruaru - PE
<https://orcid.org/0009-0004-5859-5526>
2021101241@app.asc.es.edu.br

Witalo Brenno Martins Acioli

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Caruaru - PE
<https://orcid.org/0000-0002-9903-2285>
witalo.acioli@ufpe.br

Elba Ravane Alves Amorim

Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)
Caruaru - PE
<https://orcid.org/0000-0001-8541-4293>
elbaamorim@asc.es.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisa a educação como direito fundamental e instrumento de ressocialização no sistema prisional feminino, com recorte nas unidades prisionais do estado de Pernambuco. O estudo tem como objetivo examinar a efetividade das políticas públicas educacionais voltadas às mulheres privadas de liberdade, considerando as especificidades de gênero, raça e classe. Metodologicamente, trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise da legislação vigente, de dados oficiais e de produções acadêmicas recentes sobre o tema. Os resultados indicam que, embora a educação esteja formalmente assegurada no ordenamento jurídico brasileiro, sua implementação no cárcere feminino ocorre de

forma limitada e desigual, com baixa cobertura e ausência de abordagem interseccional. Conclui-se que a efetivação do direito à educação nos presídios femininos pernambucanos demanda políticas públicas estruturadas, investimentos contínuos e compromisso institucional com os direitos humanos, de modo a potencializar a educação como instrumento de ressocialização e redução da reincidência criminal.

Palavras-chave: Educação. Ressocialização. Mulheres. Políticas Públicas. Pernambuco.

ABSTRACT

This article analyzes education as a fundamental right and as an instrument of resocialization within the female prison system, focusing on prison units in the state of Pernambuco, Brazil. The study aims to examine the effectiveness of public educational policies directed at women deprived of liberty, taking into account the specificities of gender, race, and class. Methodologically, this is a qualitative study of a bibliographic and documentary nature, based on the analysis of current legislation, official data, and recent academic publications on the subject. The results indicate that, although education is formally guaranteed within the Brazilian legal system, its implementation in the female prison context remains limited and unequal, characterized by low coverage and the absence of an intersectional approach. It is concluded that the effective realization of the right to education in female prisons in Pernambuco requires structured public policies, continuous investment, and institutional commitment to human rights, in order to strengthen education as a tool for resocialization and the reduction of criminal recidivism.

Keywords: Education. Resocialization. Women. Public Policies. Pernambuco.

1. Introdução

O sistema prisional brasileiro é historicamente marcado por violações de direitos humanos e por condições estruturais precárias que pouco contribuem para a efetiva reinserção social das pessoas privadas de liberdade. Nesse cenário, o encarceramento feminino tem assumido

maior relevância nas últimas décadas, sobretudo em razão das especificidades de gênero que atravessam a experiência prisional das mulheres, as quais frequentemente enfrentam dupla penalização: pelo crime cometido e pela ruptura com papéis sociais historicamente atribuídos ao feminino.

Atualmente, o Brasil conta com aproximadamente 941 mil pessoas em cumprimento de pena, das quais cerca de 52.908 são mulheres. No estado de Pernambuco, conforme dados do Sistema Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN, 2025, *online*), 1.846 mulheres encontram-se em situação prisional, sendo 988 custodiadas em celas físicas e as demais estão regime de prisão domiciliar. Embora se observe uma leve redução numérica da população carcerária feminina nos últimos anos, tal dado não se reflete, necessariamente, na superação das desigualdades estruturais que permeiam o sistema prisional.

Apesar de a educação ser reconhecida como direito fundamental e como um dos principais instrumentos de ressocialização, sua efetivação no contexto prisional feminino ainda ocorre de forma limitada e fragmentada. Evidencia-se persistência de entraves relacionados à insuficiência de políticas públicas específicas, à precariedade da infraestrutura educacional, à escassez de profissionais qualificados e à ausência de uma abordagem interseccional que considere gênero, raça e classe. Essas lacunas comprometem o potencial transformador da educação e reforçam a vulnerabilidade social das mulheres encarceradas.

Nesse contexto, identifica-se uma lacuna na produção acadêmica quanto à análise sistematizada da efetividade das políticas públicas educacionais voltadas especificamente às mulheres privadas de liberdade no estado de Pernambuco. Embora existam estudos sobre educação prisional de forma geral, ainda são escassas as investigações que articulem gênero, ressocialização e políticas públicas em âmbito estadual, especialmente sob a perspectiva dos direitos fundamentais.

Segundo Elba Ravane Amorim (2015) é preciso pensar os problemas atrelados as mulheres como uma necessidade pública, que demanda a formulação de políticas especializadas e estruturadas, para ter eficácia na realidade fática, e não apenas garantir a dignidade

feminina no plano formal. Para a autora: “manter no campo privado, onde foi aprisionada a mulher por séculos, é invisibilizar a questão, o que, por sua vez, inviabiliza sua superação através de políticas públicas” (Amorim, 2015 p. 26).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como problema de pesquisa investigar em que medida a educação tem sido efetivamente assegurada como direito fundamental e instrumento de ressocialização no sistema prisional feminino pernambucano. Assim, questiona-se: em que medida as políticas públicas educacionais implementadas nos presídios femininos de Pernambuco contribuem para o processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a efetividade da educação como instrumento de ressocialização nos presídios femininos do estado de Pernambuco. Como objetivos específicos, busca-se: a) realizar uma revisão sistemática da produção acadêmica e documental relacionada às políticas públicas de educação no sistema prisional feminino pernambucano; b) identificar os principais desafios enfrentados na implementação dessas políticas, com base na análise de dados oficiais e estudos existentes; e c) examinar propostas de intervenção apontadas na literatura, visando ao aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas às mulheres em situação de privação de liberdade.

Justifica-se a relevância deste estudo tanto no plano teórico quanto no político. Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre educação prisional sob a perspectiva de gênero e direitos fundamentais, preenchendo lacunas identificadas na literatura. No plano político, busca oferecer subsídios para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas mais eficazes, capazes de promover a ressocialização e reduzir a reincidência criminal feminina.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise da legislação vigente, de dados estatísticos oficiais e de estudos acadêmicos sobre o tema, conforme será detalhado na seção de Procedimentos Metodológicos.

2. Referencial Teórico

De acordo com dados do SENAPPEN (2025, *online*), no segundo semestre de 2025, o Brasil contabilizava aproximadamente 20.194 mil mulheres encarceradas que se identificam como pretas ou pardas, o que corresponde a cerca de 63,24% da população carcerária feminina custodiada em celas físicas. Em Pernambuco, esse número era de 858 mulheres negras, representando expressivos 86,84% das mulheres presas no estado. Esses dados evidenciam, de forma contundente, os efeitos estruturais da desigualdade racial e social no sistema penal brasileiro, ao revelarem uma acentuada seletividade penal que recai, de maneira desproporcional, sobre mulheres negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Amâncio; Rosetti, 2025, *online*).

Além disso, o perfil predominante dessas mulheres aponta para uma população majoritariamente jovem, com baixa escolaridade, mães solas e envolvidas em delitos não violentos e em especial, o tráfico de drogas, seja na forma de transporte ou armazenamento de pequenas quantidades. Esse cenário reforça a compreensão de que o sistema penal brasileiro opera de modo seletivo e punitivista, voltando-se de maneira mais rigorosa contra os segmentos mais vulneráveis da sociedade (Conjur, 2017, *online*).

No estado de Pernambuco, embora a população feminina em privação de liberdade alocada em celas físicas não ultrapasse mil mulheres (SENAPPEN, 2025, *online*), essa minoria numérica enfrenta desafios específicos frequentemente ignorados pelas políticas públicas. Questões relacionadas ao gênero, à maternidade e à invisibilidade institucional agravam ainda mais o quadro de violações de direitos, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação e a condições dignas de cumprimento da pena.

O perfil da mulher encarcerada demanda que o debate sobre ressocialização vá além da lógica punitiva, incorporando uma perspectiva crítica de gênero. Isso porque a condição feminina é atravessada por construções sociais que impõem padrões de comportamento e moralidade que, quando transgredidos, fazem com que a mulher presa

seja duplamente punida: pelo sistema de justiça criminal e pela moral social.

Nesse sentido, o tratamento reservado às mulheres privadas de liberdade é frequentemente mais estigmatizante do que aquele direcionado aos homens, uma vez que recai sobre elas o peso de expectativas sociais baseadas no ideal da “boa mãe”, da “mulher decente” e da submissão feminina. Para Cunha (2010), a ressocialização de mulheres privadas de liberdade deve levar em conta os processos culturais e sociais que moldam a imagem da mulher:

Quando nos referimos às mulheres apenadas, a estigmatização sofrida pelo fato de já possuírem passagem pela prisão se associa ao sexismo e seus estereótipos, contribuindo para que o domínio do poder masculino prevaleça sobre as relações e reafirmando o sentimento de inferioridade e submissão feminina.

(...)

Diante do processo de perda de identidade do sujeito e do individualismo exacerbado que o sistema capitalista de produção tem causado, esse processo de estigmatização vivenciado pela mulher infratora poderá levar à sua autoculpabilização pelo fracasso nos papéis sociais previamente definidos e atribuídos culturalmente.

Nesse processo, ela é incapaz de perceber todas as implicações sociais que contribuíram para colocá-la nesta condição. O processo de ressocialização deve abranger, necessariamente, os aspectos que envolvem a construção da imagem da mulher, concreta e subjetiva, o papel da educação, da qualificação e do trabalho no cárcere (Cunha, 2010, p. 163).

Com isso, a autora destaca que a política pública educacional precisa enfrentar, de maneira crítica, os reflexos das relações patriarcais no encarceramento feminino. A educação no cárcere não deve se limitar à oferta de conteúdos técnicos e neutros, descolados das experiências de vida das mulheres presas. Pelo contrário, deve dialogar com suas vivências, subjetividades e trajetórias interrompidas, promovendo um espaço de escuta, reconstrução identitária e emancipação.

Para que isso se concretize, é fundamental que a educação prisional seja integrada a políticas de qualificação profissional e acesso ao

trabalho digno dentro das unidades prisionais. As atividades educacionais e laborais não devem ser reduzidas a mecanismos de remição de pena, mas encaradas como ferramentas efetivas de reconstrução da autonomia, dignidade e cidadania. Desse modo, destacando a ação educativa deve fazer parte de um projeto de transformação social (Cunha, 2010, p. 175-176).

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

3.1 Procedimentos Metodológicos

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, seguindo a lógica de Creswell (2007), por compreender que a análise da efetividade das políticas públicas educacionais no sistema prisional feminino demanda a interpretação crítica de normas jurídicas, documentos institucionais e produções acadêmicas, não se restringindo à mensuração numérica dos dados. Tal perspectiva permite apreender os significados sociais, jurídicos e políticos atribuídos à educação enquanto direito fundamental e instrumento de ressocialização, especialmente quando atravessada por marcadores de gênero, raça e classe.

O estudo também é de natureza bibliográfica e documental, para André Cellard (2008, p. 295) “[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais.” A pesquisa tem caráter descritivo-analítico, buscando compreender a educação como direito fundamental e instrumento de ressocialização no sistema prisional feminino, com recorte específico nas unidades prisionais do estado de Pernambuco.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e teses que tratam do encarceramento feminino, da educação no cárcere, das políticas públicas educacionais e das perspectivas de gênero, raça e classe no sistema penal brasileiro. Foram priorizadas produções acadêmicas das áreas do Direito,

Sociologia, Educação e Políticas Públicas, com destaque para autores que adotam uma abordagem crítica e interseccional.

Paralelamente, desenvolveu-se uma pesquisa documental, com base em dados oficiais disponibilizados por órgãos públicos, tais como o Serviço Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), legislações nacionais (Constituição Federal de 1988 e Lei de Execução Penal) e relatórios institucionais relacionados à educação prisional. Esses documentos permitiram a análise do perfil da mulher encarcerada, da estrutura educacional disponível e do alcance das políticas públicas no contexto pernambucano. Na análise documental consideramos as lições de Peter Spink (2013, p. 103) para o qual os documentos públicos:

São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. São públicos porque não são privados. Sua presença reflete o 31 [...] processo que tem como seu foco recente a própria construção social do espaço público.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), em sua vertente temática, buscando identificar categorias centrais relacionadas ao direito à educação, à ressocialização, às desigualdades de gênero e às limitações estruturais do sistema prisional feminino. A escolha dessa técnica justifica-se por possibilitar a interpretação crítica dos dados, articulando-os ao referencial teórico adotado.

No que se refere às considerações éticas, destaca-se que a pesquisa não envolveu diretamente seres humanos, utilizando-se exclusivamente de fontes bibliográficas e documentais de acesso público. Ainda assim, foram observados os princípios éticos da pesquisa científica, especialmente quanto à fidelidade às fontes, à adequada citação dos autores e à responsabilidade na interpretação dos dados.

3.2 Resultados e Discussão

3.2.1 O direito à educação no sistema prisional

A educação é um direito social assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e tem como princípios, conforme o artigo 206, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender e o pluralismo de ideias (Brasil, 1988, *online*).

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), por sua vez, garante em seu artigo 17 que "a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado". Em seu artigo 18, a LEP estabelece que o ensino de primeiro grau é obrigatório nos estabelecimentos penais e que o ensino profissional será implementado de acordo com as possibilidades do sistema. Destaca-se, ainda, o parágrafo único do artigo 19, que contempla a especificidade de gênero ao estabelecer que "a mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição." (Brasil, 1984, *online*).

Apesar da previsão legal, os dados revelam um cenário de incompatibilidade entre o que é garantido em norma e o que é efetivamente praticado nas unidades prisionais brasileiras. Em 2023, segundo o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), apenas 16,5% das pessoas privadas de liberdade participavam de atividades educacionais (Brasil, 2025, *online*). No mesmo período, cerca de 31,5% dos estabelecimentos prisionais não contavam com salas de aula, o que representa um entrave à implementação efetiva dessas políticas (Xavier, 2025, *online*).

Nos últimos anos, o governo federal e os estados brasileiros têm desenvolvido políticas públicas voltadas à educação no cárcere, como o Plano Nacional de Educação em Prisões e o incentivo à participação dos apenados no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e no ENEM PPL (Pessoas Privadas de Liberdade). No entanto, a realidade do cárcere feminino reflete a precariedade dos serviços penitenciários estaduais, com limitações significativas quanto ao acesso à saúde, à assistência jurídica e, em especial, à educação. A ausência de políticas públicas efetivas voltadas ao público feminino no sistema prisional contribui para a reprodução e o aprofundamento das desigualdades historicamente construídas.

Desse modo, deve-se ressaltar que a educação no cárcere não deve ser compreendida unicamente como uma ferramenta técnica

voltada à capacitação para o mercado de trabalho e sim como um instrumento de emancipação crítica, de reconstrução de subjetividades e de afirmação da dignidade humana. Nessa perspectiva, a educação deve promover não apenas a reintegração social, mas também possibilitar o resgate da cidadania e o fortalecimento da autonomia das pessoas privadas de liberdade:

O acesso ao direito à educação é um fator que pode promover a proteção e a redução de vulnerabilidades sociais no retorno à vida em sociedade, marcada por disputas e desigualdades na busca e direito por trabalho e renda. No contexto da prisão, a adesão das pessoas privadas de liberdade às atividades educacionais, notadamente as escolares, ainda é muito relacionada à ocupação do tempo livre ou à redução de parte da pena, por meio da remição. Infelizmente, ela não se encontra relacionada ao exercício de um direito ou ao acesso ao conhecimento e aumento da escolaridade (Siqueira; Andreoli, 2019, p. 75)

Nessa perspectiva, a educação surge como um cuidado ético e político, capaz de reconhecer a pessoa encarcerada como sujeito de direitos. Trata-se, portanto, de garantir mais do que acesso ao ensino formal, mas a possibilidade de reconstrução identitária e social. Cunha (2010, p. 167) também problematiza essa dimensão ao questionar: “Quais as possibilidades que esta mesma educação pode oferecer às mulheres que vivenciam esse processo de aprisionamento?”

Mais do que reduzir índices de reincidência, a educação tem o potencial de romper com ciclos históricos de violência, exclusão e invisibilidade social, especialmente no caso das mulheres, que, além da privação de liberdade, enfrentam diversas camadas de opressão, seja de gênero, raça, classe ou maternidade.

No estado de Pernambuco, os dados reforçam a necessidade de ampliação e qualificação das políticas educacionais dentro das unidades prisionais. Ao analisar as atividades de educação escolar por sexo, verifica-se um número significativamente inferior de mulheres beneficiadas: enquanto 5.778 homens estão inseridos em atividades educacionais, apenas 469 mulheres participam dessas ações. Entre os dados, a maior parte está matriculada no ensino fundamental, seguida pelo ensino médio, além de 128 mulheres estão simultaneamente

trabalhando e estudando, o que evidencia um esforço de reinserção social, embora ainda limitado (SENAPPEN, 2025, *online*).

Além disso, os dados educacionais mostram um cenário preocupante no que se refere ao grau de instrução da população prisional, conforme verifica-se na tabela a seguir.

Tabela 1 – Escolaridade das mulheres privadas de liberdade no estado de Pernambuco.

Nível de Escolaridade	Quantidade
Ensino fundamental incompleto	469
Ensino médio incompleto	170
Ensino fundamental completo	39
Ensino médio completo	136
Alfabetizadas, sem ter cursado ensino formal	61
Analfabetas	36
Não informado	14

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN (2025, *online*).

Dados que indicam que mulheres em situação de prisão tiveram o acesso à educação negado na idade certa e tal violação pode ter contribuído para o seu ingresso na criminalidade. Diante disso, o Estado deve assumir o compromisso de garantir o direito à educação, assegurando que, ao saírem da prisão, elas possam trilhar caminhos de liberdade e empregabilidade.

Ainda em Pernambuco, dentro da população total privada de liberdade, o sistema prisional dispõe de capacidade para atender 5.250 alunos. Atualmente, estão disponíveis 18 bibliotecas e 131 salas de informática nos estabelecimentos penais do estado (SENAPPEN, 2025,

online). Tais dados evidenciam que, embora existam iniciativas educacionais dentro do sistema prisional, o alcance das políticas públicas ainda é limitado e desigual, principalmente para as mulheres, que continuam sendo minoria nas atividades de escolarização e enfrentam uma realidade marcada pela invisibilidade institucional. Nesse cenário, reforça-se a urgência de ampliar investimentos em educação prisional com recorte de gênero, garantindo a efetividade do direito à educação como ferramenta de transformação social e ressocialização.

Além do mais, deve ressaltar que sistema penal brasileiro foi historicamente concebido a partir de uma lógica masculina, branca e heteronormativa. Quando aplicado às mulheres, ele falha em reconhecer suas especificidades, especialmente no que tange às questões de gênero, maternidade, saúde sexual e reprodutiva (Paiva, 2016, p. 45-46).

A interseccionalidade, enquanto ferramenta teórica e prática, permite compreender como diferentes formas de opressão, como racismo, machismo e classismo, se entrelaçam na vida das mulheres encarceradas. A maioria delas não teve acesso à educação formal adequada antes da prisão, o que reforça a urgência de políticas educacionais dentro das unidades prisionais.

Por conseguinte, é necessário reconhecer que a simples existência de salas de aula ou bibliotecas não garante, por si só, a efetividade do direito à educação no cárcere. Desse modo, a qualidade do ensino ofertado, a formação pedagógica dos profissionais envolvidos e a adequação dos materiais didáticos à realidade das mulheres presas são elementos indispensáveis para um processo educacional transformador. A ausência de escuta ativa sobre os interesses, experiências e necessidades dessas mulheres contribui para a manutenção de uma lógica excludente, em que a educação assume caráter meramente formal e desprovida de sentido emancipatório.

Os resultados da pesquisa evidenciam que o perfil da mulher encarcerada no Brasil e, de forma ainda mais acentuada, no estado de Pernambuco, é marcado por profundas desigualdades sociais, raciais e educacionais. Os dados analisados demonstram que a maioria das mulheres privadas de liberdade é negra, jovem, com baixa escolaridade e oriunda de contextos de vulnerabilidade socioeconômica, estando

majoritariamente envolvida em delitos não violentos, especialmente aqueles relacionados ao tráfico de drogas. Esse cenário revela que o encarceramento feminino está intimamente associado a trajetórias de exclusão social e à negação histórica de direitos fundamentais.

No que se refere ao direito à educação, os resultados indicam uma expressiva discrepância entre o arcabouço normativo vigente e a realidade prática do sistema prisional. Embora a legislação brasileira reconheça a educação como direito fundamental da pessoa privada de liberdade, observa-se que apenas uma parcela reduzida das mulheres encarceradas tem acesso efetivo às atividades educacionais, situação que se mostra particularmente crítica no contexto pernambucano.

A análise dos dados do SENAPPEN (2025) reforça essa constatação ao revelar que o número de mulheres inseridas em atividades educacionais é significativamente inferior ao dos homens, mesmo quando consideradas as diferenças quantitativas entre as populações carcerárias. Ademais, verifica-se que a maioria das mulheres matriculadas concentra-se nos níveis mais básicos de escolarização, o que evidencia trajetórias educacionais interrompidas e confirma que a violação do direito à educação antecede, em muitos casos, o próprio encarceramento.

Nesse contexto, os achados da pesquisa dialogam com a literatura crítica ao demonstrar que o sistema penal não apenas falha em cumprir sua função ressocializadora, como também reproduz e aprofunda desigualdades sociais preexistentes. Conforme assinala Cunha (2010), a ausência de políticas educacionais sensíveis às especificidades femininas contribui para a manutenção de processos de estigmatização e autoculpabilização das mulheres privadas de liberdade, reforçando sua marginalização social.

Outro resultado relevante refere-se à persistente invisibilidade institucional do cárcere feminino, uma vez que as políticas educacionais existentes tendem a ser formuladas a partir de uma lógica predominantemente masculina. Tal perspectiva desconsidera aspectos centrais da experiência das mulheres encarceradas, como a maternidade, a saúde mental, a vivência de violências de gênero e as responsabilidades familiares que historicamente lhes são atribuídas.

Sob a perspectiva de gênero, os resultados evidenciam que a educação no cárcere feminino é atravessada por estruturas institucionais construídas a partir de parâmetros masculinos, o que resulta na desatenção sistemática às demandas específicas das mulheres privadas de liberdade. Essa constatação evidencia que o sistema penal opera como instrumento de controle social seletivo, submetendo as mulheres a uma dupla penalização: jurídica, pelo delito, e moral, pela ruptura com os papéis sociais tradicionalmente atribuídos ao feminino.

4. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a efetividade da educação como direito fundamental e instrumento de ressocialização no sistema prisional feminino do estado de Pernambuco. A análise da legislação vigente, dos dados oficiais e da produção acadêmica recente permitiu constatar que, embora a educação esteja formalmente assegurada no ordenamento jurídico brasileiro, sua concretização no cárcere feminino ainda ocorre de maneira limitada, fragmentada e desigual.

Os resultados evidenciaram que o perfil das mulheres privadas de liberdade é atravessado por múltiplas vulnerabilidades relacionadas a gênero, raça e classe social, o que reforça a seletividade do sistema penal. A baixa escolaridade predominante e as trajetórias educacionais interrompidas indicam que a negação do direito à educação antecede o encarceramento, evidenciando a necessidade de políticas públicas que atuem não apenas de forma reparadora, mas também preventiva, no enfrentamento das desigualdades estruturais.

No contexto pernambucano, verificou-se que as políticas educacionais implementadas nas unidades prisionais femininas alcançam um número reduzido de mulheres e, em geral, não incorporam uma abordagem interseccional capaz de reconhecer suas especificidades. Quando limitada à função de remição de pena ou mera ocupação do tempo, a educação perde seu potencial emancipatório, comprometendo sua finalidade ressocializadora.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o debate sobre educação prisional a partir da perspectiva dos direitos humanos e das relações de gênero, ao evidenciar a necessidade de superação de uma lógica punitivista historicamente construída com base em parâmetros masculinos e excludentes.

Sob o aspecto prático, os achados reforçam a urgência de investimentos contínuos em políticas públicas educacionais estruturadas, que articulem educação formal, qualificação profissional e trabalho digno como estratégias efetivas de reintegração social.

Como limitação do estudo, destaca-se a ausência de investigação empírica direta com mulheres encarceradas ou profissionais do sistema prisional, o que restringe a análise às fontes bibliográficas e documentais. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a temática por meio de estudos de campo, entrevistas e análises comparativas entre unidades prisionais, ampliando a compreensão sobre os impactos concretos da educação no processo de ressocialização feminina.

Por fim, retoma-se a reflexão de Braunstein (2007) ao problematizar a lógica tradicional da punição, ressaltando que a educação no cárcere deve ser compreendida como expressão do cuidado ético e político do Estado. A efetivação do direito à educação nos presídios femininos de Pernambuco exige mais do que previsão normativa: demanda compromisso institucional, vontade política e a implementação de políticas públicas capazes de transformar a prisão em espaço de reconstrução de trajetórias, dignidade e cidadania.

Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, Adriana; ROSETTI, Mariana. **Mulheres no cárcere: 12 mil detentas trabalham sem direitos básicos**. São Paulo, SP: Reporter Brasil, 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/03/mulheres-carcere-detentas-trabalham-sem-direitos/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20carcer%C3%A1ria%20feminina%20vem,%2C%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Justi%C3%A7a>. Acesso em: 20 jul. 2025.

AMORIM, Elba Ravane. **Casa-Abrigo Para as Mulheres Em Situação De Violência Doméstica Em Pernambuco: Sob A Ótica Das Mulheres Pós abrigadas**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BARROS FILHO, A. D. **Políticas de educação em prisões: conquistas e desafios no estado de Pernambuco**. 1. ed. Maceió (AL): Editora Olyver, 2020, 270 f.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, Martins Fontes, 2011.

BEZERRA, D. V.; NUNES JUNIOR, F. M. A. BRASIL: Panorama das Mulheres Encarceradas e Educação em 2022. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 10, p. e6330, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n10-001. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6330>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Brasil sem Misoginia**. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2023/brasil-sem-misoginia>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilao.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Educação no Sistema Penitenciário**. Brasília, DF: Observa DH. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/54febd2948d54d68a1a462581f89d920/page/PPL---Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Sistema-Penitenci%C3%A1rio>. Acesso em: 23 de jul. 2025.

BRASIL. **Incitação à violência contra a vida na internet lidera violações de direitos humanos com mais de 76 mil casos em cinco anos**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/incitacao-a-violencia-contra-a-vida-na-internet-lidera-violacoes-de-direitos-humanos-com-mais-de-76-mil-casos-em-cinco-anos-aponta-observadh>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 23 de jul. 2025.

BRASIL. Observatório Nacional dos Direitos Humanos disponibiliza dados sobre o sistema prisional brasileiro. Brasília, DF: ObservaDH. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/observatorio-nacional-dos-direitos-humanos-disponibiliza-dados-sobre-o-sistema-prisional-brasileiro#:~:text=Medi-das%20de%20enfrentamento,a%20atendimentos%20m%C3%A9dicos%20e%20psicol%C3%B3gicos>. Acesso em: 23 de jul. 2025.

BRAUNSTEIN, H.R. Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. 2007. 174p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trd. Luciana de Oliveira Rocha. 2º ed. Porto Alegre, Artmed. 2007, p. 923.

CONJUR. 75% das mulheres soltas em audiência de custódia no RJ têm filhos de até 12 anos. São Paulo, SP: CONJUR, 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-23/75-mulheres-soltas-custodia-rj-filhos-12-anos/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CUNHA, E. L. DA. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. Cadernos CEDES, v. 30, n. 81, p. 157–178, maio 2010.

MEDEIROS, Adrya. Manual para elaboração de projetos. Caruaru, PE: Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico, 2019, *e-book*.

PAIVA, Juliana Medeiros. Postulados e Princípios para a Política Nacional de Diversidades no Sistema Penal. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2015. *E-book*.

SENAPPEN. Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 23 de jan. 2026.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ANDRECIOLI, Sabrina Medina. A Vulnerabilidade das Mulheres Encarceradas e a Justiça Social: o importante papel da educação na efetividade no processo de ressocialização. Revista Direito em Debate, [S. l.], v. 28, n. 51, p. 61–77, 2019. DOI:

10.21527/2176-6622.2019.51.61-77. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/8946>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SPINK, Peter. **Análise de documentos de domínio público**. In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Edição online. Disponível em: <https://www.centroedelstein.org.br>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

XAVIER, Cezar. **850 mil sofrem com superlotação, violência e precariedade do sistema prisional**. São Paulo, SP: Vermelho, 2025. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2025/02/04/850-mil-sofrem-com-superlotacao-violencia-e-precariedade-do-sistema-prisional/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CAPÍTULO 14

“ENTRE O CUIDAR E O ABRIR MÃO”: OS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA NA MATERNIDADE ATÍPICA - UMA REVISÃO DA LITERATURA

“BETWEEN CARING AND LETTING GO”: THE IMPACTS ON QUALITY OF LIFE IN ATYPICAL MATERNITY - A LITERATURE REVIEW

Sabrina Santos Ciriaco

Universidade do Estado da Bahia
Jacobina- BA
ciriaco1704@gmail.com

Naiane Rocha Mendes

Universidade do Estado da Bahia
Jacobina- BA
naianerocham@gmail.com

RESUMO

A maternidade atípica refere-se à experiência de mães de crianças com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras condições que exigem cuidados especiais e contínuos. Ser mãe é, para muitas mulheres, sinônimo de amor, entrega e cuidado. No entanto, quando esse cuidado ultrapassa os limites do esperado e se transforma em uma rotina intensa, marcada por lutas silenciosas, passa a se configurar como um desafio multifacetado. Nessas circunstâncias, as mães não apenas enfrentam os desafios inerentes à maternidade, mas também lidam com as dificuldades impostas do cuidado com seus filhos, tornando-se fundamental reconhecer que cuidar de quem cuida também é um dever social. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar a qualidade de vida dessas mães, suas vivências cotidianas, os desafios enfrentados, as estratégias de cuidado e o impacto das políticas públicas em seu bem-estar. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão de literatura, com busca de produções nas bases de dados SciELO e CAPES, considerando o período de 2015 a 2025 como marco temporal. Os resultados da análise da literatura revelaram aspectos

preocupantes, como a escassez de estudos sobre a temática e a invisibilidade da mulher no contexto da maternidade atípica, ressaltando a necessidade urgente de ampliar as pesquisas e promover maior visibilidade a essa realidade.

Palavras-chave: Maternidade Atípica; Qualidade de Vida; Cuidado; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Atypical motherhood refers to the experience of mothers of children with disabilities, Autism Spectrum Disorder (ASD), or other conditions that require special and continuous care. For many women, being a mother is synonymous with love, dedication, and care. However, when this care goes beyond the limits of what is expected and becomes an intense routine, marked by silent struggles, it becomes a multifaceted challenge. In these circumstances, mothers not only face the challenges inherent to motherhood, but also deal with the difficulties imposed by caring for their children, making it essential to recognize that caring for those who care is also a social duty. Thus, this study aims to analyze the quality of life of these mothers, their daily experiences, the challenges faced, care strategies, and the impact of public policies on their well-being. The research was conducted through a literature review, with a search for productions in the SciELO and CAPES databases, considering the period from 2015 to 2025 as a time frame. The results of the literature review revealed worrying aspects, such as the scarcity of studies on the subject and the invisibility of women in the context of atypical motherhood, highlighting the urgent need to expand research and promote greater visibility of this reality.

Keywords: Atypical Motherhood; Quality of Life; Care; Public Policies.

Introdução: “quem cuida de quem cuida?”

A maternidade, em sua concepção tradicional, é associada à ideia de cuidado, um instinto natural da mulher que a conecta aos filhos. Essa visão simplificada não reflete a complexidade da maternidade vivida por muitas mulheres, especialmente aquelas que lidam com a

maternidade atípica. A maternidade atípica refere-se à experiência de mães de crianças com deficiências, transtornos do espectro autista (TEA), ou outras condições que exigem cuidados especiais e contínuos, tornando o papel materno ainda mais desafiador e multifacetado. Nesse contexto, questões de saúde física e mental das mães, sobrecarga emocional, e o impacto na qualidade de vida emergem como questões centrais para a compreensão dessa experiência. O conceito de cuidado, ao longo da história, sempre esteve associado à figura feminina, sendo visto como um papel intrínseco à maternagem. Tal entendimento é reforçado por uma lógica de gênero que idealiza a mulher como a cuidadora por excelência, responsável não apenas pelo bem-estar dos filhos, mas também pela manutenção do ambiente familiar e social. Essa perspectiva, muitas vezes baseada em normas culturais e sociais, implica um modelo de cuidado que, embora naturalizado, não é livre de desafios. No caso das mães de crianças com necessidades especiais, a sobrecarga desse cuidado, aliado à falta de apoio institucional e social, cria um quadro complexo que afeta tanto a saúde física quanto a saúde mental dessas mulheres. O conceito de cuidado em maternagem tem sido amplamente discutido em diversas áreas do saber, como a sociologia, psicologia e saúde pública. O cuidado, conforme definido por Tronto (1993), é um processo que envolve quatro fases: atender às necessidades, assumir a responsabilidade, cuidar e garantir que o cuidado seja contínuo e adequado. Nesse sentido, o cuidado na maternagem atípica não se restringe apenas ao aspecto físico, mas envolve uma dedicação emocional e psicológica constante, além de um enfrentamento diário das dificuldades impostas pela condição dos filhos. No entanto, as implicações desse cuidado para as mães, muitas vezes invisibilizado e desconsiderado pela sociedade, geram consequências profundas para a saúde física e mental delas, muitas vezes resultando em um declínio na sua qualidade de vida. De acordo com um estudo realizado por Scavone (2001), a sobrecarga das mães está intimamente ligada à falta de apoio social e institucional, o que faz com que muitas delas assumam sozinhas a responsabilidade pelos cuidados dos filhos, sem espaço para cuidar de si mesmas.

A maternidade atípica, nesse sentido, não pode ser vista apenas como um desafio individual, mas como um reflexo de questões estruturais mais amplas, que envolvem desigualdade de gênero, falta de apoio institucional e políticas públicas deficitárias. Em termos de saúde física, as mães de crianças com TEA ou outras deficiências podem experimentar uma série de condições relacionadas ao estresse crônico, como doenças cardiovasculares, problemas musculoesqueléticos e distúrbios do sono. Esses problemas são frequentemente exacerbados pela falta de tempo para o autocuidado, já que as mães dedicam grande parte de sua rotina ao cuidado exclusivo de seus filhos. De acordo com Scavone (2001), muitas mães acabam internalizando a culpa pela condição de seus filhos, o que pode levar ao desenvolvimento de quadros depressivos, ansiedade generalizada e estresse pós-traumático. A pressão constante para garantir o bem-estar do filho, sem o devido suporte, cria um ciclo de exaustão que afeta diretamente a capacidade das mães de exercerem outras funções, como o trabalho, a socialização e o cuidado de si mesmas. A maternidade atípica, ao invés de ser vista apenas como uma experiência de cuidado, precisa ser entendida em sua totalidade, envolvendo aspectos sociais, culturais, psicológicos e físicos. O cuidado que a mãe dedica ao filho é multifacetado e constante, mas não deve ser visto como uma responsabilidade exclusiva ou uma obrigação imposta pela sociedade. É fundamental que as políticas públicas e a sociedade como um todo reconheçam a necessidade de apoio contínuo a essas mães, tanto em termos de suporte emocional quanto de políticas de saúde, educação e bem-estar.

Metodologia: abordagem qualitativa no estudo da maternidade atípica:

Esta seção tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo sobre a maternidade atípica, com ênfase na qualidade de vida e na saúde física e mental. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, que visa compreender, por meio de uma análise da literatura existente, as experiências dessas mães, suas vivências cotidianas, os desafios enfrentados,

as estratégias de cuidado e o impacto das políticas públicas no seu bem-estar. A escolha por essa abordagem fundamenta-se na necessidade de explorar as realidades vividas por essas mães, com foco nas suas vivências e experiências, aspectos que frequentemente não são passíveis de quantificação.

Os desafios das políticas públicas para a maternidade atípica:

O desafio das políticas públicas para a maternidade atípica reside na dificuldade de abordagem das especificidades que envolvem o cuidado de crianças com deficiência. Embora existam diretrizes e programas destinados ao apoio das crianças com necessidades especiais, as políticas voltadas para as mães, especialmente aquelas que enfrentam uma dupla ou tripla jornada de trabalho, carecem de um reconhecimento adequado. Essas mães, frequentemente responsáveis pela gestão de terapias, tratamentos médicos e outras necessidades diárias de seus filhos, enfrentam uma sobrecarga significativa que impacta diretamente sua saúde física e mental. As políticas públicas ainda não têm sido suficientes para lidar com as demandas complexas desse cuidado, o que resulta em um descompasso entre o apoio institucional oferecido e as reais necessidades das mães, perpetuando um ciclo de invisibilidade e desgaste. Além disso, a falta de uma abordagem integrada entre os diferentes setores de saúde, educação e assistência social cria barreiras adicionais para as famílias, tornando ainda mais difícil para as mães encontrarem o suporte necessário para lidar com a maternidade atípica.

Entre os emaranhados do ser mulher: cuidado e maternagem atípica em perspectiva histórica:

O papel social da mulher ao longo da história esteve fortemente associado à reprodução, à maternagem e ao cuidado do lar, sendo essas funções vistas como obrigatórias e essenciais, sustentadas por valores religiosos e culturais tidos como padrão. Essa imposição tornou a

manutenção da família uma exigência para a vida da mulher, inibindo sua atuação em outras esferas da sociedade e marcando sua posição desigual na estrutura de gênero, que a manteve afastada de espaços de poder, educação e economia. De acordo com Leal (2012), o papel da mulher no período medieval, retratado por meio da Igreja Católica, idealizava a figura feminina sempre em condição de submissão. O casamento era considerado o momento mais importante de sua vida, e a maternidade, o papel de excelência e o auge de sua existência. Dessa forma, sua imagem era moldada a partir dos ideais de matrimônio e maternidade. Durante o século XIX, ocorreu uma redefinição do modelo social entre homens e mulheres. A mulher passou a ser vista como a guardiã do lar e da moral, enquanto ao homem cabia o papel de provedor — resultado da consolidação do modelo burguês, reforçado e naturalizado por discursos religiosos, médicos, jurídicos e patriarcais. A maternidade passou a ser considerada a essência da feminilidade, algo natural e inquestionável: uma 'boa mulher' deveria ser mãe. Scavone (2001) demonstra que esse século foi marcado pela ideologia de exaltação do papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe obrigações e deveres limitados à criação dos filhos, reduzindo a função feminina à prática da maternagem.

Todavia, embora os séculos tenham passado, as mulheres ainda convivem com heranças estruturais que as mantêm como principais responsáveis pelos cuidados com os filhos. Elas apresentam maiores índices de condições associadas ao seu papel reprodutivo e sofrem intensa pressão social, o que as torna o grupo mais afetado pela sobrecarga do cuidado. Essa realidade torna-se ainda mais complexa quando se trata da maternidade atípica, vivenciada por mães de crianças atípicas. Apesar dos avanços tecnológicos e da maior visibilidade dada aos temas relacionados à inclusão, muitas dessas mulheres continuam a enfrentar jornadas duplas ou triplas, frequentemente invisibilizadas, marcadas por sobrecarga, culpa, isolamento e pela ausência de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, as mães de crianças atípicas tornam-se a base essencial no cuidado e no desenvolvimento de seus filhos, o que perpetua um modelo tradicional de gênero, mesmo em um cenário contemporâneo que defende a igualdade. Elas não

apenas enfrentam o impacto do diagnóstico e os desafios diários do desenvolvimento infantil, mas também precisam lidar com a burocracia para acessar terapias, escolas inclusivas e serviços especializados. Assim, a responsabilidade pelos cuidados recai predominantemente sobre as mães, resultando em uma sobrecarga que não se limita ao cansaço físico, mas também provoca um desgaste mental, prejudicando a qualidade de vida e muitas vezes levando à exaustão. A maternidade, especialmente no contexto da maternidade atípica, envolve uma série de desafios que transcendem as responsabilidades biológicas e afetivas do cuidado, refletindo desigualdades culturais e estruturais ainda enraizadas na sociedade. O papel tradicional da mulher como cuidadora, frequentemente invisibilizado, tem um impacto direto em sua saúde física e mental, gerando uma sobrecarga que compromete sua autonomia e qualidade de vida. Nesse cenário, a maternidade atípica emerge como um espaço de resistência, mas também de solidão e exaustão. No capítulo seguinte, será realizada uma revisão da literatura que explora os estudos sobre a maternidade atípica e suas implicações na vida das mulheres.

Revisão da literatura e o apagamento no maternar atípico:

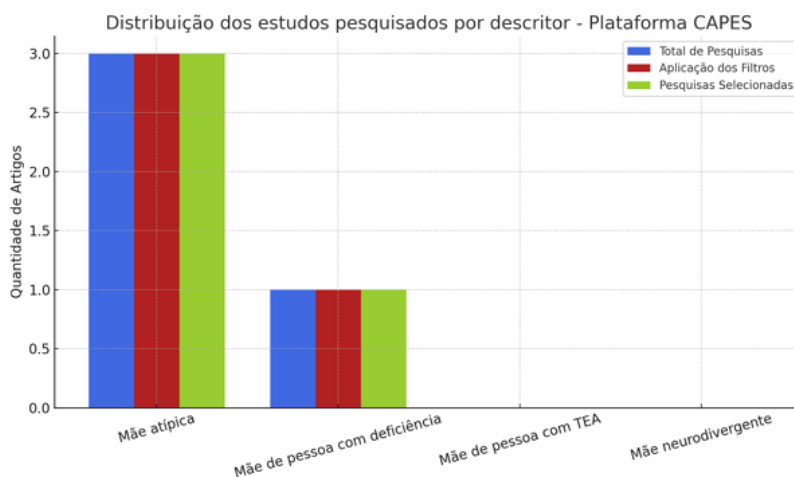
O referido estudo se deu através dos periódicos Scientific Electronic Library Online (scielo) e Portal de Periódicos da CAPES, o período de análise abrange o marco temporal de dez anos, entre 2015 a 2025, utilizando os descritores “mãe atípica”, “mãe de pessoa com deficiência”, “mãe de pessoa com TEA”, “mãe neurodivergente”, inicialmente, os termos de busca foram aplicados individualmente em cada base de dados. Em seguida, utilizou-se o método de busca booleana, por meio do operador (AND), com o propósito de combinar os descritores e refinar os resultados dentro da própria base consultada, promovendo maior precisão na seleção dos estudos relevantes. Os critérios de inclusão abrangeram: (a) artigos publicados no período entre 2015 e 2025; (b) textos disponíveis em português e inglês; (c) estudos que abordassem diretamente a qualidade de vida de mães atípicas, incluindo aspectos físicos, emocionais, sociais e psicológicos; e (d)

publicações com acesso gratuito ao texto completo. Por outro lado, os critérios de exclusão envolveram: (a) estudos que tratassem exclusivamente da qualidade de vida das crianças atípica, sem enfoque nas mães; (b) pesquisas duplicadas entre as bases consultadas; (c) artigos de opinião, editoriais ou revisões sem fundamentação teórica/metodológica; e (d) trabalhos que não disponibilizavam o texto completo ou apresentavam limitações metodológicas relevantes.

Resultados e análise:

A partir dos procedimentos metodológicos descritos, foi possível selecionar estudos que atendem aos critérios estabelecidos e contribuem para a compreensão da temática proposta. Os resultados obtidos por meio dessa análise serão apresentados a seguir, organizados de forma a evidenciar os principais achados relacionados à qualidade de vida de mães atípicas.

Gráfico 1 – Distribuição dos estudos pesquisados de cada descritor



O gráfico acima apresenta os resultados obtidos a partir da busca realizada na plataforma da CAPES, utilizando os descritores: “mãe atípica”, “mãe de pessoa com deficiência”, “mãe de pessoa com TEA” e “mãe neurodivergente”. Verifica-se uma predominância inicial

de produções associadas ao descritor “mãe atípica”, totalizando três publicações. No entanto, após a leitura integral dos artigos, constatou-se que nenhum deles atendia aos critérios de inclusão previamente estabelecidos nesta pesquisa, sendo, portanto, desconsiderados na análise final. Em relação ao descritor “mãe de pessoa com deficiência”, foi identificado um artigo que se mostrou pertinente e foi incluído na etapa de análise dos dados. Já o termo “mãe de pessoa com TEA” resultou em duas produções, das quais apenas uma foi selecionada para compor o corpo da pesquisa, por estar alinhada aos objetivos propostos e atender aos critérios metodológicos definidos. Por fim, o descritor “mãe neurodivergente” não retornou resultados relevantes ou que se encaixassem nas exigências de inclusão da pesquisa, sendo, portanto, descartado.

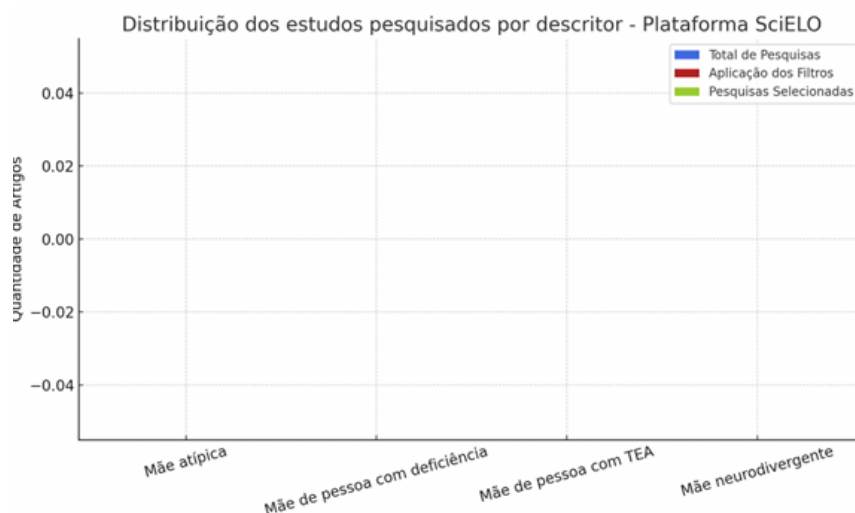
Gráfico 2 – Distribuição dos estudos pesquisados por cruzamento dos descritores (AND)



Ao utilizar o operador booleano AND para o cruzamento dos descritores selecionados, constatou-se a inexistência de resultados em todas as combinações realizadas. Termos como “Mãe AND Autismo”, “Mãe AND TEA” e “Mãe atípica AND Qualidade de Vida” não aparecem nas publicações na base de dados da Plataforma CAPES. Esse resultado evidencia a escassez de produções científicas voltadas

especificamente a essa temática, indicando um campo de estudo ainda incipiente e pouco explorado. Tal ausência reforça a necessidade de pesquisas mais aprofundadas que contemplem as vivências e os desafios enfrentados por mães atípicas, além de destacar a importância do incentivo à produção acadêmica voltada para esse público.

Gráfico 3 – Distribuição dos estudos pesquisados de cada descritor plataforma Scielo



Fonte: Elaboração da autora e da orientadora.

O gráfico acima representa os resultados obtidos a partir das buscas realizadas na plataforma SciELO, utilizando os mesmos descritores aplicados na base da CAPES, a saber: “mãe atípica”, “mãe de pessoa com deficiência”, “mãe de pessoa com TEA” e “mãe neurodivergente”. No entanto, diferentemente do que foi observado na plataforma da CAPES, nenhum artigo relacionado a esses descritores foi encontrado na SciELO. Esse dado reforça a escassez de produções científicas voltadas para essa área temática, indicando a urgência de pesquisas, principalmente de cunho nacional, que abordem as vivências, desafios e demandas da maternidade atípica. Adicionalmente, foi realizada uma segunda etapa de busca na mesma plataforma,

utilizando o operador booleano AND para o cruzamento entre os termos “mãe AND autismo”, “mãe AND TEA” e “mãe atípica AND qualidade de vida”. Assim como constatado na base da CAPES, nenhum resultado foi encontrado, o que evidencia uma lacuna significativa na produção acadêmica relacionada à qualidade de vida de mães atípicas. Esse cenário ressalta, mais uma vez, a importância de fomentar investigações científicas que deem visibilidade a esse público, cujas experiências permanecem, em grande medida, marginalizadas no meio acadêmico.

Discussão:

Levando em consideração os resultados obtidos, observa-se uma escassez significativa de produções científicas que abordem a qualidade de vida na maternidade atípica, nas bases de dados pesquisadas — SciELO e Portal de Periódicos da CAPES. Embora alguns artigos inicialmente tenham sido associados ao descritor “mãe atípica”, após a leitura integral e a aplicação dos critérios de inclusão, constatou-se que nenhum deles se adequava aos objetivos desta pesquisa. Apenas um artigo relacionado ao descritor “mãe de pessoa com deficiência” foi considerado, enquanto os descritores “mãe de pessoa com TEA” e “mãe neurodivergente” não retornaram resultados relevantes. O artigo encontrado na base CAPES, intitulado “Significados de ser mãe de pessoa com deficiência: dificuldades e desafios enfrentados”, evidenciou que a rotina de uma mãe atípica está imersa no padrão socialmente imposto da “mãe perfeita”, o que leva essas mulheres a abdicar de seus desejos e sonhos para dedicar-se integralmente aos filhos. Essa maternidade atípica configura-se como um espaço de solidão, marcado por diversas dificuldades cotidianas. Apesar dos desafios relatados, o amor e o desejo pelo desenvolvimento dos filhos fortalecem essas mães a desempenharem seus papéis mesmo diante do cansaço e do impacto negativo na saúde psicológica, física e social, o que afeta diretamente sua qualidade de vida. Ao utilizar o operador booleano AND para o cruzamento dos descritores — “mãe AND autismo”, “mãe AND TEA” e “mãe atípica AND qualidade de vida” — não foram encontrados artigos em nenhuma das bases consultadas. Essa ausência evidencia a

carência de estudos e a existência de uma lacuna significativa no campo científico acerca da articulação da maternidade atípica. Diante desses fatos e dos resultados da revisão da literatura, destaca-se a importância da continuidade de estudos relacionados a essa temática, com o objetivo de sensibilizar novos pesquisadores, uma vez que a literatura, principalmente a nacional, permanece escassa. Assim, este estudo reforça a urgência de promover investigações interdisciplinares que considerem a complexidade das experiências maternas vinculadas à neurodiversidade, contribuindo para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento de intervenções na perspectiva do afeto, cuidado e respeito.

Conclusão:

A análise da literatura produzida sobre a temática revelou aspectos preocupantes, evidenciando a escassez de estudos nacionais que abordem de forma integrada a maternidade atípica e a qualidade de vida de mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As buscas nas bases de dados CAPES e SciELO demonstraram uma ausência significativa de produções científicas, indicando uma lacuna acadêmica nesse campo. Esse cenário reforça a necessidade de ampliar as investigações que envolvam as múltiplas dimensões da vida dessas mulheres, cujas experiências frequentemente se tornam complexas e excludentes. O papel materno, muitas vezes, é marcado por uma exigência social de excelência, tornando essas mães cuidadoras em tempo integral de seus filhos, o que impacta negativamente sua saúde física, mental e social. A carência de estudos e a falta de políticas públicas direcionadas ao suporte e acolhimento dessas mulheres evidenciam a invisibilidade social enfrentada por elas. A efetivação de políticas públicas deve estabelecer um elo entre a criança e a mãe, garantindo assistência e fortalecimento do apoio, elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. A maternidade atípica, portanto, deve ser reconhecida como uma questão de saúde pública e justiça social, e o incentivo à produção científica nesta área não deve ser apenas desejável, mas indispensável. É urgente, portanto,

um olhar humanizado e atento às demandas dessas mulheres, que frequentemente colocam o cuidado do outro acima do autocuidado. Os desafios relacionados ao bem-estar físico, emocional e social das mães se manifestam em sobrecarga, isolamento e negligência quanto às políticas públicas e serviços de apoio. Tal realidade reforça um fenômeno social de invisibilização, que pode ser combatido por meio de pesquisas que aprofundem as vivências, experiências e desafios dessas mulheres, além de desenvolver indicadores capazes de avaliar a qualidade de vida de forma sistemática e objetiva. Diante dos fatos e dos resultados da revisão da literatura, salienta-se a importância da continuidade de pesquisas sobre essa temática, a fim de enriquecer cada vez mais a produção científica e promover o reconhecimento da maternidade atípica como um fenômeno social relevante, que merece atenção, respeito e valorização. O aumento das pesquisas nessa área contribuirá para dar voz a essas mães, desatando os nós da invisibilidade em reconhecimento e transformando dificuldades em possibilidades de bem-estar e desenvolvimento pessoal. Finalizo esta pesquisa destacando a urgência de pesquisas que sejam bases estruturais para estudos futuros, podendo ser ampliada em um projeto de mestrado. O aprofundamento nesse tema permitirá o desenvolvimento de abordagens mais abrangentes e interventivas, promovendo a qualidade de vida e a visibilidade das mães no contexto da maternidade atípica.

Referências:

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário da União: Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saudebasica>. Acesso em: 26 abr. 2025.

DOS SANTOS, Luciano; BOERY, Eduardo Nagib. Significados de ser mãe de pessoa com deficiência: dificuldades e desafios enfrentados: Meanings of being a mother of a person with a disability: difficulties and challenges faced. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 12, p. 79983-79991, 2022.

DOS SANTOS, Maria Cristina Silva et al. "Quem pariu Mateus que o balance?": um estudo sobre as experiências do cuidado nas maternagens de mães negras de crianças com transtorno do espectro do autismo. 2024.

GUTIERREZ, A.; SILVA, M.; LIMA, P. Maternidade atípica: desafios e cuidado na experiência das mães de crianças com deficiência. *Revista de Psicologia e Saúde*, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2024.

GUTIERREZ, Denise Machado Duran; DA ROCHA, Kelly Lara Santos; DOS SANTOS, Letícia Souza. Vivências atípicas: experiências de mães de crianças com autismo (Brasil). *Revista Educação e Humanidades*, v. 5, n. 01, p. 138-157, 2024.

GUTIERREZ, Silvia et al. A sobrecarga emocional e física das mães de crianças com TEA: impactos e desafios no contexto da maternidade atípica. Editora Y, 2024.

LEAL, Larissa do Socorro Martins. As várias faces da mulher no medievo. *WEB Revista Linguagem, Educação e Memória*, v. 3, n. 3, p. 23-44, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Helena de. O impacto da maternidade atípica na qualidade de vida das mulheres: análise das políticas públicas brasileiras. Editora Z, 2022.

SCAVONE, L. O cuidado materno na sociedade contemporânea: uma perspectiva de gênero e desigualdade. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 112-127, 2001.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 5, p. 47-59, 2001.

SCAVONE, Lúcia. A maternidade e suas implicações sociais no século XIX. Editora X, 2001. SILVA, Letícia Vitória Rodrigues da. Desempenho

ocupacional e nível de sobrecarga de mães de crianças no transtorno do espectro autista.2024.

TRONTO, Joan C. Moral boundaries: a political argument for an ethic of care. New York: Routledge, 1993.

CAPÍTULO 15

ENTRE SILÊNCIOS E MOVIMENTOS – MULHERES, CORPO, SAÚDE E PERTENCIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*BETWEEN SILENCES AND MOVEMENTS – WOMEN'S EXPERIENCES WITH
BODY, HEALTH, AND BELONGING*

Silvilene de Souza Oliveira Nascimento

Faculdade Uninassau Maracanaú

Maracanaú - Ceará

ORCID <https://orcid.org/0009-0007-9322-7288>

E-mail: silvileneenascimento@gmail.com

Jomábia Cristina Gonçalves dos Santos

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza - Ceará

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8175-6018>

E-mail: jomabia.santos@aluno.uece.br,

RESUMO

Objetivo: Relatar a experiência de uma ação de escuta, diálogo e experimentação de práticas corporais como estratégias de cuidado em saúde mental e bem-estar, com base na Psicologia do Esporte, em um território socialmente invisibilizado de Maracanaú-CE. **Metodologia:** A ação foi realizada com participação de mulheres residentes no território atendido pela instituição, utilizando rodas de conversa, respiração diafragmática e prática de *mindfulness* guiada. A intervenção teve duração de uma hora e trinta minutos, foi supervisionada por Psicóloga da instituição e não envolveu coleta sistematizada de dados. **Resultados:** A experiência evidenciou a necessidade de práticas corporais acessíveis, reconexão com o corpo, fortalecimento de vínculos entre participantes e percepção de pertencimento. Observou-se engajamento, melhora no estado emocional e interesse em dar continuidade às práticas. **Conclusão:** Considera-se relevante ressaltar a importância da atuação interdisciplinar e integrada entre Psicologia do Esporte, serviço social,

saúde coletiva e políticas sociais para a promoção efetiva do cuidado em territórios vulnerabilizados.

Palavras-chave: Psicologia do Esporte; Saúde da Mulher; Promoção da Saúde.

ABSTRACT

Objective: To report the experience of an action involving listening, dialogue, and experimentation with body practices as strategies for mental health and well-being care, based on Sports Psychology, in a socially marginalized area of Maracanaú-CE. **Methodology:** The action was carried out with the participation of women residing in the area served by the institution, using conversation circles, diaphragmatic breathing, and guided *mindfulness* practice. The intervention lasted one hour and thirty minutes, was supervised by a psychologist from the institution, and did not involve systematized data collection. **Results:** The experience highlighted the need for accessible body practices, reconnection with the body, strengthening of bonds between participants, and a sense of belonging. Engagement, improvement in emotional state, and interest in continuing the practices were observed. **Conclusion:** It is considered relevant to emphasize the importance of interdisciplinary and integrated action between Sports Psychology, social work, public health, and social policies for the effective promotion of care in vulnerable areas.

Keywords: Sport Psychology; Women's Health; Health Promotion.

1. Introdução

A Psicologia do Esporte é uma área de estudo e atuação que articula-se à Antropologia, Filosofia e Sociologia do esporte, integrando as denominadas Ciências do Esporte. Inicialmente vinculada a aspectos mais biológicos, atualmente, investiga e intervém em contextos relacionados à motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo e bem-estar dos atletas, configurando-se como um campo no qual as perspectivas social, educacional e clínica se complementam (Rubio, 2000).

No Brasil a atuação do Psicólogo do Esporte tem ampliado seu campo para além dos contextos de alto rendimento e da performance atlética, passando a dialogar com demandas relacionadas à saúde pública, às desigualdades sociais e aos processos de exclusão. Em territórios marcados pela invisibilidade social, o corpo frequentemente se constitui como o primeiro espaço em que se inscrevem as marcas dessas desigualdades, mas também pode configurar-se como território de resistência, cuidado e produção de subjetividade.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo relatar a experiência de uma ação supervisionada, fundamentada na Psicologia do Esporte, desenvolvida em uma instituição social situada no município de Maracanaú (CE), voltada à promoção de saúde mental, bem-estar e reconexão corporal de mulheres residentes em território socialmente vulnerabilizado.

A proposta ancora-se em uma perspectiva social e territorial da Psicologia do Esporte, em consonância com autoras como Rubio (2006), que destaca o potencial educativo, inclusivo e formativo do esporte, e Seda (2019), ao enfatizar a centralidade da escuta e da sensibilidade ao contexto nas intervenções corporais. No campo das discussões de gênero, Magalhães (2021) contribui ao evidenciar a importância da atuação de mulheres na área como estratégia de visibilização de corpos, trajetórias e experiências historicamente silenciadas.

Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência orientado pelos pressupostos da pesquisa-ação, envolvendo roda de conversa e práticas corporais guiadas como estratégias de cuidado coletivo em saúde. A experiência buscou explorar possibilidades de aplicação da Psicologia do Esporte para além da lógica performática, enfatizando sua interface com a saúde da mulher e com políticas públicas de promoção do bem-estar em contextos comunitários.

2. Metodologia

A metodologia adotada foi de pesquisa-ação, entendido como uma abordagem sistemática voltada ao alcance de objetivos específicos por meio da participação ativa dos sujeitos envolvidos.

Fundamentada nos pressupostos de Thiollent (2011), essa abordagem articula ação prática e reflexão crítica em contextos sociais, buscando transformação a partir do engajamento direto com a realidade local.

A intervenção foi realizada no mês de abril de 2025, em uma instituição situada no município de Maracanaú, Ceará. O território caracteriza-se por marcadores de vulnerabilidade social, com demandas relacionadas ao acesso a políticas públicas, cuidado em saúde e fortalecimento de vínculos comunitários, configurando-se como espaço estratégico para ações de promoção de bem-estar e saúde mental.

A definição do tema partiu de demanda institucional previamente identificada, como estratégia central, utilizou-se a roda de conversa, considerando seu potencial de favorecer escuta qualificada, diálogo e troca de experiências. Complementarmente, foram aplicadas duas práticas corporais: respiração diafragmática e exercício de *mindfulness* corporal guiado, selecionados por sua viabilidade em contextos comunitários e por favorecerem percepção corporal, relaxamento e presentificação.

A intervenção, fundamentada nos referenciais da Psicologia do Esporte em interface com a Saúde Coletiva, teve duração aproximada de uma hora e trinta minutos, sendo realizada em ambiente institucional, sob supervisão da Psicóloga responsável pelo serviço e com anuência da coordenação local.

Participaram da ação 25 mulheres, com idade entre 45 e 80 anos, residentes no território de abrangência do serviço e já vinculadas às atividades institucionais. O convite foi realizado pela própria instituição, considerando critérios de participação previamente estabelecidos em suas ações comunitárias. A ausência de políticas efetivas, somada à estigmatização social, contribui para a exclusão de grupos como mulheres chefes de famílias, crianças, adolescentes e idosos, reforçando desigualdades e tornando urgente a promoção de espaços de cuidado e reconhecimento (Fleury, 2000).

Por se tratar de um relato de experiência de caráter educativo e institucional, não houve coleta sistematizada de dados ou análise com fins científicos. Tal prática encontra respaldo no Código de Ética Profissional do Psicólogo, que prevê a possibilidade de intervenções

educativas e grupais, sob supervisão, desde que assegurados os princípios de autonomia, confidencialidade e respeito à dignidade dos participantes (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

3. Resultados e Discussão

Os achados corroboram perspectivas que ampliam o escopo da Psicologia do Esporte para além do rendimento atlético, situando-a como campo de promoção de saúde, bem-estar e inclusão social (Rubio, 2006; Seda, 2019). A experiência evidenciou que a inserção de práticas corporais acessíveis, mesmo em caráter introdutório, produz impactos emocionais, psicológicos e relacionais significativos, inclusive entre mulheres sem histórico prévio de participação esportiva formal, reafirmando o corpo em sua dimensão subjetiva e social como dispositivo de cuidado e produção de sentidos.

A roda de conversa revelou marcas de invisibilização social e corporal, expressas na ausência de vivências em atividade física, associada a barreiras de acesso, vergonha do corpo e ausência de incentivo ao longo da vida. Tal fenômeno não se configura como condição individual, mas como expressão de desigualdades estruturais de gênero e acesso. Magalhães (2021) destaca que mulheres foram historicamente afastadas dos espaços esportivos por atravessamentos culturais, morais e institucionais que produziram apagamentos de seus corpos e potências, quadro intensificado em territórios socialmente vulnerabilizados pela sobreposição entre desigualdade de gênero e socioeconômica.

Desejos de reconexão com o corpo, autocuidado e pertencimento emergiram de forma homogênea. A prática de respiração promoveu relaxamento imediato, enquanto o exercício de *mindfulness* corporal possibilitou silêncio, introspecção e escuta interna. Entende-se *mindfulness* como a capacidade de direcionar a atenção, de modo intencional e não julgadora, à experiência presente, envolvendo percepções corporais, emoções e pensamentos (Kabat-Zinn, 2003). No campo da Psicologia do Esporte e da Saúde, tais práticas associam-se à redução de estresse, melhora da regulação emocional, ampliação da

consciência corporal e promoção de bem-estar, configurando estratégia viável em intervenções grupais de cuidado integral.

A condução das práticas reforçou o corpo como território de cuidado, presença e expressão da subjetividade, promovendo experiências de movimento desvinculadas de cobrança ou julgamento. Durante a roda de conversa, os relatos evidenciaram que, especialmente na maturidade, muitas participantes não haviam acessado práticas corporais, seja por recomendação em saúde, seja por lazer, revelando lacunas históricas de inserção no movimento.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) indicam menor participação de mulheres em situação de vulnerabilidade em atividades físicas, cenário atravessado por desigualdade de renda, baixa escolarização, trabalho informal e precariedade de equipamentos públicos. Somam-se marcadores de gênero que associam o corpo feminino à produtividade doméstica, e não ao lazer ou ao esporte, naturalizando o esforço do lar como substituto do cuidado corporal (Saffioti, 2015).

Nesse contexto, o esforço físico doméstico passa a ser percebido como substituto suficiente de atividade física, invisibilizando a necessidade de movimento voltado ao bem-estar.

Foi sugerida então a iniciação esportiva por meio de práticas em dupla ou em ambientes naturais, como praças e parques, explorando tanto elementos de motivação extrínseca, companhia e apoio, quanto intrínseca, autonomia, prazer e desafio.

Observar a dificuldade das participantes em desacelerar e se fazerem presentes no aqui e agora trouxe a pauta do reflexo das condições sociais em que vivem e da sobrecarga de trabalho relacionada ao cuidado do lar, uma realidade que frequentemente reduz suas vivências e necessidades, tendo em vista que a população que frequenta a instituição vive em condições de vulnerabilidade social e econômica, e são beneficiárias de projetos como Bolsa Família, todas com cadastro ativo, no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS (Brasil, 2023).

Esse contexto suscitou reflexões sobre estratégias para lidar com a aceleração cotidiana e os efeitos do autocuidado negado. A ação promoveu mais do que escuta e troca, despertou a sensação de

pertencimento e ampliou o entendimento de cuidado em saúde como prática integral e promotora de equidade (Brasil, 2015).

No campo das políticas públicas, destacam-se dispositivos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) que podem potencializar o cuidado com o corpo e a prática de atividade física em contextos de vulnerabilidades, dentre eles destaca-se a Atenção Primária à Saúde (APS) que desempenha um papel fundamental na promoção da atividade física e no cuidado integral, por meio da atuação das equipes multiprofissionais (Brasil, 2017).

No modelo da APS, profissionais como médicos, enfermeiros, educadores físicos, psicólogos, fisioterapeutas e agentes comunitários de saúde atuam de forma integrada, permitindo uma abordagem holística do indivíduo (Brasil, 2017). Eles podem identificar demandas, orientar práticas corporais adequadas e estruturar espaços coletivos de autocuidado, inserindo a atividade física como eixo transversal da promoção de saúde, reabilitação e manejo de condições crônicas. Essa atuação se consolida como uma estratégia de promoção da saúde, indo além do modelo curativo.

A experiência evidenciou a importância de conhecer a realidade social, cultural e ambiental da comunidade, para a construção de ações contextualizadas e sustentáveis, como de grupos de caminhada, ginástica comunitária, oficinas sobre corpo e movimento, e articular parcerias com equipamentos públicos como praças e academias ao ar livre, tornando a prática corporal acessível, segura e contínua, com foco na prevenção e redução de agravos e na melhoria da qualidade de vida.

A articulação entre técnicas da Psicologia do Esporte e metodologias participativas mostrou-se eficaz para despertar o interesse por práticas corporais mesmo em mulheres sem histórico prévio de envolvimento com a atividade física. O grupo demonstrou engajamento, melhora no estado emocional e expressou o desejo de continuidade. Como impacto emergente, observou-se também o fortalecimento dos vínculos entre elas, potencializando o sentido de comunidade e apoio mútuo. Com vistas a ampliar a discussão teórica dos achados e explicitar suas contribuições para políticas públicas e práticas em saúde da mulher, apresenta-se a síntese analítico-teórica a seguir.

Quadro 1- Síntese analítico-teórica dos achados e implicações para políticas públicas e práticas em saúde da mulher

Eixo analítico	Achados da experiência	Ampliação da discussão teórica	Contribuições para políticas públicas e práticas
Corpo como território de cuidado	Reconexão corporal, relaxamento, desaceleração e escuta interna	Corpo para além da performance, como espaço de subjetividade e produção de sentidos (Rubio, 2006; Seda, 2019)	Inserção de práticas corporais e contemplativas em grupos da APS e do SUAS
Invisibilização corporal feminina	Ausência histórica de práticas físicas e vergonha do corpo	Afastamento das mulheres dos espaços esportivos por atravessamentos de gênero (Magalhães, 2021; Saffioti, 2015)	Políticas de incentivo à atividade física com recorte de gênero
Barreiras estruturais de acesso	Sobrecarga doméstica, falta de tempo e de equipamentos	Desigualdades sociais limitam acesso ao esporte e lazer (IBGE, 2021; Fleury, 2000)	Expansão de equipamentos públicos e grupos comunitários
Práticas corporais acessíveis	Boa adesão mesmo sem histórico esportivo	Práticas simples favorecem regulação emocional e bem-estar (Kabat-Zinn, 2003)	Protocolos breves em serviços de saúde e assistência
Fortalecimento de vínculos	Ampliação do pertencimento e apoio mútuo	Práticas coletivas produzem laços e subjetividade (Seda, 2019)	Grupos corporais como dispositivos de prevenção em saúde mental
Psicologia do Esporte em interface social	Ampliação do campo para além do rendimento	Perspectiva social e educativa da área (Rubio, 2006; Ângelo, 2024)	Inserção em políticas de promoção da saúde
Interdisciplinaridade	Necessidade de atuação integrada	Cuidado integral multiprofissional (Brasil, 2017)	Ações conjuntas na APS
Territorialização	Importância do contexto local	Intervenções sensíveis ao território (Thiollent, 2011)	Planejamento participativo comunitário

Eixo analítico	Achados da experiência	Ampliação da discussão teórica	Contribuições para políticas públicas e práticas
Promoção de equidade	Demanda por autocuidado feminino	Promoção da saúde como direito ampliado (Brasil, 2015)	Programas específicos para saúde da mulher
Replicabilidade	Interesse em continuidade	Experiências locais como modelos sociais (Ângelo, 2024)	Projetos permanentes em territórios vulneráveis

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4. Considerações finais

A Psicologia do Esporte, enquanto campo interdisciplinar, configura-se como importante ferramenta para a promoção de políticas públicas de saúde, sobretudo em territórios socialmente vulnerabilizados e historicamente invisibilizados. A experiência desenvolvida evidenciou que a inserção de práticas corporais mediadas pela área, quando territorializada e sensível às condições de vida locais, amplia possibilidades de cuidado integral, promoção de bem-estar e fortalecimento comunitário.

Os achados indicam que intervenções grupais, mesmo de curta duração, quando culturalmente situadas e orientadas à vivência corporal, favorecem processos de reconexão com o corpo, ampliação do repertório de autocuidado e fortalecimento de vínculos sociais. Nesse contexto, o corpo deixa de ser compreendido apenas sob a lógica da performance e passa a ser reconhecido como território de subjetividade, memória, presença e cuidado, constituindo-se como dispositivo potente de produção de saúde e sentidos.

No que se refere às especificidades de gênero, o protagonismo feminino tanto na condução quanto na participação da ação fortalece uma Psicologia do Esporte comprometida com a visibilização de corpos historicamente silenciados. As práticas corporais operam, assim, como

estratégias de enfrentamento das desigualdades que atravessam a experiência feminina, especialmente aquelas relacionadas à sobrecarga de cuidado, à restrição de tempo para si e à fragilidade das redes de apoio.

A relevância observada, mesmo em uma intervenção pontual, sinaliza potencial de replicabilidade em equipamentos públicos e socioassistenciais, particularmente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Atenção Primária à Saúde (APS), reforçando a importância da articulação intersetorial entre Psicologia, Saúde Coletiva e Políticas Sociais.

Conforme Ângelo (2024), a consolidação de uma Psicologia do Esporte socialmente comprometida exige continuidade, inserção territorial crítica e engajamento ético-político por parte dos profissionais, implicando o desenvolvimento de práticas alinhadas à escuta, à presença e à promoção de equidade.

Conclui-se que ações dessa natureza podem integrar estratégias ampliadas de promoção da saúde da mulher, prevenção de adoecimentos psíquicos e fortalecimento comunitário, reafirmando a intersectorialidade como eixo estruturante do cuidado integral e a necessidade de expansão de políticas públicas que incorporem práticas corporais acessíveis como dispositivos permanentes de inclusão, saúde e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGELO, G. ***Psicologia do esporte no Brasil: por uma prática crítica e comprometida com o social***. Recife: Editora Universitária UFPE, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Política Nacional de Promoção da Saúde***. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017***. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/codigo-de-etica-profissional-do-psicologo>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FLEURY, S. **Políticas sociais: desafios para a gestão e a equidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

MAGALHÃES, M. Mulheres e psicologia do esporte: da invisibilidade ao protagonismo. In: LAMAS, T. (org.). **Gênero, corporeidade e esporte**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 89–106.

RUBIO, K. C. R. **Psicologia do esporte: interfaces, intervenções e pesquisas**. Barueri: Manole, 2006.

RUBIO, Katia. **Psicologia do esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SEDA, D. **Corpo, esporte e subjetividade: práticas e discursos nas intervenções da psicologia do esporte**. São Paulo: Appris, 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KABAT-ZINN, J. **Mindfulness-based interventions in context: past, present, and future**. *Clinical Psychology: Science and Practice*, v. 10, n. 2, p. 144-156, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Práticas de esporte e atividade física: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

SAFFIOTI, **Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAPÍTULO 16

EQUIDADE RACIAL NO SUS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE RACISMO VIVENCIADAS POR MULHERES NEGRAS EM CACHOEIRA, RECÔNCAVO BAIANO

*RACIAL EQUITY IN THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS): NA
EXPLORATORY STUDY ON EXPERIENCES OF RACISM LIVED BY BLACK
WOMEN IN CACHOEIRA, RECÔNCAVO BAIANO*

Alessandra Batista Sabino Lopes

Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
Cachoeira - BA
ORCID: 0009-0005-7550-0282
Alessandraenfelopes@gmail.com

Beatriz Alencar Colares

Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
Parintins - AM
ORCID: 0009-0001-4978-6177
bcollares05@gmail.com

Anyelly de Jesus Dourado Silva

Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
Cachoeira - BA
ORCID: 0009-0007-2854-7824
anyellydourado123@gmail.com

Beatriz Neves Guedes

Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
Cachoeira - BA
ORCID: 0009-0001-7191-5641
beatriznevesguedes@gmail.com

Steffanny Geovanna da Silva

Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE)
Conceição da Feira - BA
ORCID: 0009-0008-3405-0969
steffannygeovanna06@gmail.com

Daiane Passos dos Santos

Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste
Cachoeira - BA
Daipassos4@gmail.com

Elenilda Farias de Oliveira

Doutora pela UFBA e Enfermeira na Secretaria Municipal de Saúde
de Salvador
ORCID: 0000-0001-8544-5161
Cachoeira – BA
Elenilda.farias@adventista.edu.br

Janaina Gonçalves Rios Barros

Mestre e Docente Centro Universitário Adventista de Ensino do Nor-
deste (UNIAENE)
Orcid: 0000-0001-7132-5652
Cachoeira- BA
janaina.rios@adventista.edu.br

RESUMO

Objetivo: Identificar as percepções, vivências e experiências de racismo sofridas por profissionais negros da saúde atuantes no Sistema Único de Saúde (SUS) no Recôncavo Baiano. **Metodologia:** Estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, realizado na Bahia com 19 profissionais negros da saúde, sendo 16 mulheres cisgênero e 3 homens cisgênero. A coleta contemplou relatos vivenciados diretamente pelos participantes e observados em terceiros, além da análise do papel do PET-Equidade. **Resultados:** Os achados evidenciaram a persistência de práticas racistas institucionais e interpessoais, com impactos na saúde mental, no desempenho profissional e no sentimento de pertencimento. Emergiram temas relacionados ao percurso de vida, experiências de racismo na infância, vida adulta e profissional, letramento racial, estratégias de superação e construção social. **Conclusão:** Conclui-se que o racismo atravessa as trajetórias pessoais e profissionais desses trabalhadores, reforçando a necessidade de políticas afirmativas, espaços formativos

e fortalecimento da rede institucional como estratégias de enfrentamento e promoção da equidade.

Palavras-chave: Racismo; Discriminação Racial; Profissionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Equidade em Saúde.

ABSTRACT

Objective: To identify perceptions, lived experiences, and manifestations of racism among Black healthcare professionals working in Brazil's Unified Health System (SUS) in the Recôncavo region of Bahia. **Methodology:** This exploratory-descriptive qualitative study was approved by a Research Ethics Committee and conducted in Bahia with 19 Black healthcare professionals, including 16 cisgender women and 3 cisgender men. Data collection included experiences directly reported by participants and those observed in third parties, as well as analysis of the role of PET-Equity. **Results:** The findings revealed persistent institutional and interpersonal racist practices, negatively affecting mental health, professional performance, and workers' sense of belonging. Emergent themes included life trajectories, experiences of racism during childhood, adulthood, and professional life, racial literacy, coping strategies, and social construction. **Conclusion:** Racism permeates the personal and professional trajectories of Black healthcare workers, highlighting the need for strengthened affirmative policies, educational spaces, and institutional support networks as strategies to promote equity and collective empowerment.

Keywords: Racism; Racial Discrimination; Health Personnel; Unified Health System; Health Equity

1. INTRODUÇÃO

O racismo está presente na sociedade brasileira marcando as desigualdades sociais, fruto do sistema colonial de trabalho forçado. Esse contexto contribui para a continuidade de políticas racistas, assim como para reforçar o racismo nas relações sociais e autodiscriminação

racial (Santos *et al*, 2022). Dessa forma, o racismo é um dos grandes elementos para a violação de direitos e produção de injustiças para com a população negra (Gaudenzi; Castro; Chagas, 2023). A discriminação surge na vida das pessoas de forma explícita e disfarçada. Quando ocorre uma situação indireta de discriminação, as pessoas se tornam vulneráveis. Essa sensação de vulnerabilidade é semelhante à de uma agressão física, pois as vítimas não sabem a quem recorrer e nem têm acesso aos recursos necessários para se protegerem (Kalckmann *et al*, 2007; Lopes, 2003).

O processo histórico que constitui a formação da sociedade brasileira foi marcado pela violência do período colonial, no qual o domínio dos países europeus na ‘conquista’ de novos territórios resultou em processo de extermínio e exploração de outros povos, causando a morte da maioria dos povos originários, assim como com a escravização dos povos africanos. Para a população negra brasileira as marcas da escravização persistem até a atualidade, pois fazem parte das instituições e estruturam a realidade social na qual ser negro ou ser branco pode determinar as trajetórias de vida e acesso a bens, direitos e cidadania no país. Apesar da escravização ser apontada como a origem dos problemas sociais que negras(os) enfrentam até a atualidade, não se pode reduzir a essa explicação a justificativa da existência da desigualdade, sem implicar a continuidade do racismo na estrutura social e seus benefícios para a população branca em detrimento às demais populações constituintes da sociedade brasileira. Corre-se o risco de estar perpetuando o mito da democracia racial e ignorar que no Brasil a desigualdade é racial, resistindo a toda tentativa de tornar explícitas as formas pelas quais o racismo se manifesta nos âmbitos individual, das instituições e na estrutura social (Santos, 2025).

Com isso, a população negra vem sendo marginalizada nos serviços de saúde, seja como usuário ou profissional. Assim, ao se analisar o ambiente de trabalho, percebe-se que profissões ou cargos são considerados adequados a determinada raça e etnia, enquanto outras são desvalorizadas por sua cor, mesmo que o profissional seja de excelência. Logo, não se pode negar que a experiência da discriminação racial afeta de forma considerável a formação das identidades e na

constituição das pessoas, impactando, consequentemente sua saúde (Miranda, 2015; Kalckmann *et al*, 2007).

A experiência de ser alvo de discriminação ou preconceito no local de trabalho pode levar o trabalhador ou a trabalhadora a uma série de consequências graves à saúde que afetam o bem-estar emocional e psicológico [...]. Muitas vezes, as mulheres não alcançam o cargo de liderança apenas por ser mulher mesmo tendo boa qualificação. Já os negros, em sua maioria, ocupam cargos inferiores e de baixa remuneração (Brasil 2022).

No seu trabalho, Santos (2024) sobre as “Repercussões do racismo no trabalho e na saúde de enfermeiras e técnicas de enfermagem negras: uma revisão de escopo”, observa-se que profissionais femininas negras da saúde utilizam do silêncio com interesses distintos. Seja para não perderem seus benefícios dentro da instituição, uma vez que falar abertamente sobre racismo e suas continuções pode colocar em risco seus espaços de poder, ou mantêm o silêncio como estratégia para continuar em seus empregos, pois nem sempre essas mulheres são acolhidas ao relatar o racismo, principalmente em locais onde a maioria das pessoas é branca, o que pode levar à invalidação das vivências de racismo. Diante desse contexto o objetivo do presente trabalho foi identificar as percepções, vivências e experiências de racismo sofrido por profissionais negros da saúde que atuavam no Sistema Único de Saúde (SUS) no Recôncavo Baiano.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, desenvolvido com intuito de alcançar o objetivo proposto. A pesquisa foi aprovada sob parecer nº 7.417.165 e CAAE: 79863924.6.0000.0004.

Esse estudo foi realizado na cidade de Cachoeira – BA, localizada no Recôncavo Baiano, a 118 km da capital Salvador. As entrevistas foram conduzidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) urbanas e rurais do município, no período de março a abril de 2025. O estudo teve como público-alvo profissionais negros da saúde atuantes no SUS

de Cachoeira, em nível técnico e superior, como técnicos de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos, médicos, técnicos em saúde bucal, agentes de saúde, agentes de endemia e agentes comunitários de saúde. O estudo contou com a participação de 19 profissionais da saúde, sendo 16 mulheres cisgênero e 3 homens cis gênero, conforme autodeclaração. A pesquisa evidencia majoritariamente as experiências de mulheres negras profissionais de saúde, que continuam a maior parte da amostra investigada. A participação desses profissionais possibilitou analisar e compreender as experiências vivenciadas durante o processo de formação acadêmica, suas percepções sobre o racismo, interseccionalidade, desafios e se houve letramento racial na formação. Além disso, buscou-se entender como essas variáveis impactam a assistência em saúde na atualidade, bem como o papel do PET-Equidade na promoção de estudos e no fomento ao debate sobre esses temas.

Os critérios de inclusão adotados foram: profissionais da saúde que se autodeclararam negros, trabalhadores do SUS da cidade de Cachoeira, com experiência laboral mínima de dois anos. O critério de exclusão estabelecido foi: profissionais que não estavam no exercício profissional.

COLETA DE DADOS

O estudo analisou, especificamente por meio de gravações de voz, as percepções e vivências dos profissionais de saúde negros em relação ao ambiente de trabalho, práticas de saúde e relacionamento com colegas e pacientes. A coleta foi conduzida por meio de questionários e entrevistas direcionadas a vinte colaboradores autodeclarados negros que trabalhavam nas unidades de saúde.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando que estavam informados sobre os objetivos da pesquisa, as condições de participação e os direitos de confidencialidade. Medidas de proteção foram implementadas para garantir o anonimato dos participantes e prevenir riscos relacionados à quebra de sigilo ou desconforto durante a participação. Os dados

coletados foram armazenados de forma segura e permanecerão guardados por cinco anos. Além disso, os participantes foram informados de que poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A pesquisa também ofereceu suporte psicológico em casos de desconforto, em conformidade com os princípios de beneficência e não maleficência.

ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), entendida como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas voltadas à interpretação das comunicações e de seus indicadores de produção e recepção. Essa técnica compreende três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, realizou-se a organização do corpus, iniciando pela leitura flutuante, definição dos objetivos, hipóteses e indicadores, além da seleção, transcrição e sistematização dos documentos. A exploração do material envolveu a codificação, classificação temática e categorização dos dados, com refinamento contínuo das categorias conforme os objetivos do estudo e referenciais teóricos. Por fim, o tratamento dos resultados consistiu na interpretação e inferência dos dados, buscando compreender padrões, causas e efeitos, indo além do conteúdo explícito. Ressalta-se que o processo pode variar de acordo com o objeto de estudo e as unidades de análise.

3. RESULTADOS

CATEGORIA: AUSÊNCIA DA TEMÁTICA NA FORMAÇÃO X FALTA DE PERCEPÇÃO E PREJUÍZOS

A falta de percepção ainda constitui-se em uma grande problemática para lidar com a temática do racismo, pois muitos invalidam o racismo por não perceberem ou não haver correto letramento racial. A

categoria Seguir apresenta algumas falas que reforçam o racismo, já que algumas pessoas o invalidam por não perceberem em nenhum momento, por falas como “*nunca sofri*”, “*nunca senti necessidade*” ou por nunca sentirem necessidade de falar ou expor tal tema.

“Não, até o momento, não houve a necessidade de abordar questões raciais, considerando a forma como o curso foi ofertado.” (Agapanto)

“Na minha época não foi apresentado em momento algum um canal sobre racismo”. (Hibiscus)

“Não, na verdade eu não percebi essa questão, nem na época que estudava e nem atualmente no ambiente de trabalho”. (Protea)

“Não, eu nunca sofri preconceito”. (Acácia)

“Eu nunca me senti rejeitada pela cor. Então, se teve, eu não percebi”. (Strelitzia Reginae)

DESCONHECIMENTO E CONFUSÃO CONCEITUAL

O desconhecimento e a escassez de debates e estudos sobre o racismo e suas diversas manifestações, gera desinformação sobre as políticas públicas que promovem a equidade, como as cotas raciais, tornando-se uma barreira na percepção de como ele se expressa no próprio território de atuação e moradia, perpetuando o preconceito.

[...] Não deveria existir cotas, deveria existir inteligência. Se conseguiu, passou e ganhou a vaga. Mas diversas vezes tem indivíduos que não estudam, e conseqüentemente não passam. E por fim ganha a vaga sem saber o motivo de estar naquele setor [...]” (Tilo africano)

“Aqui é uma área que tem miscigenações, não existem muitas barreiras relacionadas a formação de profissionais negros.” (Agapanto)

“Algumas pessoas têm preconceito em relação à forma de se vestir, às condições financeiras, mas não em relação à minha cor ou à minha raça”. (Acácia)

PREJUÍZOS DEVIDO A FALTA DE ABORDAGEM E LETRAMENTO RACIAL

Os relatos a seguir evidenciam que a falta de abordagem e letramento racial gera prejuízos que ultrapassam o não reconhecimento do racismo. Essa ausência limita o acesso a oportunidades, enfraquece o sentimento de pertencimento e leva ao retraimento diante dos espaços sociais e profissionais. Os participantes relatam que, se tivessem recebido esse conhecimento anteriormente, poderiam ter ocupado mais espaços e reconhecido tanto o próprio sofrimento quanto o do outro.

“Caso as questões raciais tivessem sido abordadas a nossa postura seria outra. Atualmente estivéssemos nos inseridos de forma mais consistente no mercado de trabalho. [...] Dedicaremos mais tempo nos estudos. Porém com o tempo acabamos nos acomodando, e nos retraído. Entre os colegas da minha turma da escola, nenhum se tornou um grande empresário, ou a trabalhar em uma grande instituição. Recordo apenas de um menino que trabalha em uma empresa melhor”. (Lírio africano)

“Não falaram sobre racismo, sequer a professora tocou nesse ponto. Considero até que seria interessante, e deveria ter sido explicado, Porque trabalhamos com pessoas, e portanto, deveríamos ter esse conhecimento.” (Baobá)

[...] Às vezes, a pessoa preta não consegue reconhecer o próprio sofrimento dentro da sociedade enquanto sujeito negro, acaba acreditando que a responsabilidade não está na estrutura ou na instituição, que é racista. A pessoa entende que o problema está nela.” (Ficus Lyrara)

“Pelo fato de não ser tão apresentado e ser abordado poucas vezes sobre o racismo, as pessoas acabam entendendo que não se trata de um assunto relevante e deixam a questão passar despercebida.” (Frésia)

CATEGORIA: EXPERIÊNCIAS E SENTIMENTOS NEGATIVOS

REJEIÇÃO

Segundo os participantes, experiências de julgamentos e preconceito ainda permeiam o cotidiano profissional, interferindo no tratamento, no atendimento e na relação com colegas e pacientes. São percebidas nessas situações dificuldades enfrentadas na prática diária.

“[...] durante meu período de estágio na UPA, vivenciei muitas situações de preconceito. Algumas pessoas eram indiscretas, deixando explícito o que pensavam. Houveram momentos em que as pessoas percebiam que eu era estagiária, e diziam: ‘É ela quem vai aplicar a injeção? não tenho coragem. Tem certeza de que ela está fazendo o procedimento de forma certa?’” (Frésia)

“Sim, existe uma diferença quando atuo em campo. Ainda há situações de preconceito, em que algumas pessoas tratam de forma inadequada e não recebem bem durante as visitas dos agentes de saúde às residências, o que torna difícil conversar sobre alguns assuntos. Esse tipo de situação ainda é muito frequente.” (Sete Copas)

“Algumas pessoas com a cor de pele clara mais clara que a nossa, às vezes não queriam receber a visita do agente de endemias. Em determinada situação de visita, batemos à porta de uma família, percebemos pela janela, que haviam pessoas dentro de casa, porém não fomos recebidos. Algumas pessoas agem assim.” (Gerânio)

FALTA DE REPRESENTAÇÃO

É perceptível que a formação acadêmica e a prática profissional ainda refletem a presença de poucos negros, o que expressa uma representatividade limitada. Mesmo quando houver professores negros, isso nem sempre é representativo, e em muitos casos não há nenhuma representatividade, reforçando a percepção de lacunas e dificuldades na construção de identidade e pertencimento.

“Naquela época, haviam poucos professores negros. Quando cursei o técnico de enfermagem, era preciso que os professores fossem enfermeiros. Na minha turma, recordo que tinha apenas uma enfermeira que era negra; todas as demais eram de pele clara [...]” (Tília de interiores)

“Foi muito importante ter profissionais negros. É bom, mas tem poucos, têm áreas que não tem tanta representatividade [...] por exemplo, em Cachoeira, quantos médicos negros podem ser identificados? Muito poucos. Até hoje, vi apenas uma médica negra; a maioria possui pele clara. Atualmente percebe-se que os números aumentaram, mas a representatividade ainda é reduzida”. (Sete copas)

“Embora eu tenha tido alguns professores negros, a representatividade deles não foi significativo para nós” (Lírio africano)

“Na verdade, eu não tive professores negros durante um minha graduação. Nenhuma representatividade. (Gardênia)”

AUTOCOBRAÇA EXCESSIVA

Segundo os participantes, a trajetória acadêmica e profissional exige esforço contínuo e valorização do próprio mérito. Muitos se sentem privados, precisam demonstrar que são capazes e dar o seu melhor, enfrentando longas horas acordados e buscando o nível superior, revelando a intensidade da autocobrança.

“Mas hoje no Brasil é assim. Ou estuda para conseguir, por mérito próprio, ou ter amizade, ou uma cor de pele mais clara para conseguir uma vaga.[...] Precisei estudar muito, para estar hoje aqui. Nunca tive um padrinho. [...] Se não estudar, não vai conquistar um bom lugar.” (Calla)

“Me cobrava muito, pensava que tinha que mostrar que sou capaz, me desgastei bastante nesse período que trabalhava [...] foi bem cansativo esse esforço, pra conseguir ser reconhecido.” (Ficus Lyrara)

“Sim, influenciou! A todo momento parece que estamos sendo testados. Frequentemente tenho que demonstrar minhas competências e justificar o motivo de estar nesse espaço.” (Lírio africano)

“Eu passava horas acordada. Já tinha dois empregos, era concursada nos dois, então, li muitos livros. Na época da minha monografia, não dormia muito. Bebia muito café e energético, amanhecia o dia estudando, porque eu tinha que dar o meu melhor [...] eu tive que mostrar que o negro tem valor, e temos o mesmo coeficiente de inteligência”. (Begônia)

“Aquele profissional que tem o nível superior é bem mais visto, não só pelo usuário, mas também por alguns profissionais.” (Gerânio)

CATEGORIA: RACISMO EM DIVERSOS PERÍODOS E CONTEXTO

Os relatos evidenciam como o preconceito se manifesta em experiências de terceiros, afetando colegas e familiares, e em racismo no trabalho, com constrangimentos e diferenciações no atendimento. Também aparecem casos de racismo velado, racismo na infância e segregação, mostrando como desigualdades e isolamento social se reproduzem desde cedo. As narrativas apontam, ainda, a necessidade de espaços de reflexão e formação contínua para reduzir a desigualdade.

EXPERIÊNCIAS DE TERCEIROS

Segundo os participantes, observar situações de outras pessoas evidencia o racismo e o preconceito. Os relatos evidenciam que alguns resistem a padrões impostos, afirmando que não vão cortar, enquanto outros enfrentam julgamentos sobre o cabelo. Esses episódios funcionam como exemplo do impacto de atitudes discriminatórias na vida de terceiros.

“Eu tinha um colega que usava o cabelo no estilo rastafáre, e o chefe insistia que ele deveria cortar o cabelo. No entanto, havia outro colega, loiro e de cabelos compridos, que não recebia a mesma cobrança. O colega de cabelos rastafári sempre dizia: ‘não vou cortar’. E, mesmo quando a questão foi levada a instâncias superiores, a postura em relação a ele foi diferente: afirmavam que era simpático, bonito e o

estilo de cabelo lhe caia bem, até porque ele também era negro.” (Babá)

“Minha sobrinha sofreu dentro da escola por causa do cabelo. [...] Um grupo se uniu para falar mal do cabelo dela. Então, foi um tipo de racismo. Ela sempre disse que não iria alisar o cabelo pela opinião deles [...].” (Hibiscus)

“No posto havia duas enfermeiras negras: uma mantinha o cabelo sempre alisado, enquanto a outra variava, usando black, lace ou mesmo liso. No entanto, era esta última que frequentemente recebia olhares e comentários preconceituosos[...] inclusive vindos da própria comunidade [...] Ouvi diversas vezes falas como ‘que cabelo feio! Para que esse cabelo todo? Por que esse negócio tão bichado? está feio.’” (Ficus Lyrara)

“Sim, acredito que há diferença no tratamento entre os profissionais de saúde. Aqui temos um grande exemplo: alguns pacientes, ao chegarem para atendimento com a dentista, se direcionam à auxiliar, que tem a pele mais clara, e perguntam: “você que é a dentista?”. Isso mostra que ainda existe muito preconceito por parte da nossa população, [...] Hoje, alguns usuários já se acostumaram com a dentista [...].” (Aloe vera)

RACISMO NO TRABALHO

Os relatos mostram que o racismo ainda permanece no cotidiano profissional, seja por atitudes de desdém ou por episódios de discriminação que colegas passaram por isso. Alguns participantes afirmam que no próprio ambiente de trabalho existe isso, evidenciando a persistência de discriminação mesmo nas interações diárias com pacientes e colegas.

“Chegou um paciente para pegar medicação. Ele é funcionário da prefeitura, alto, pele clara, mas ao me ver, olhou com desdém e perguntou: [...] ‘Só tem você pra me despachar?’ Eu respondi que, no momento, sim, mas que era uma opção dele retornar no outro dia, quando minha colega estaria presente.” (Lirio africano)

“Não vivenciei racismo, mas já ouvi alguns relatos. Não só de pessoas brancas com os negros, mas também existe entre os próprios negros. Minhas colegas passaram por isso [...]” (Hibiscus)

“Sim. Com certeza, no meu próprio ambiente existe racismo.” (Tilo africano)

RACISMO VELADO

Os relatos revelam que o racismo pode se manifestar de forma disfarçada, muitas vezes passando despercebido. Experiências como não podíamos reclamar, assédio por ser negra, observo preconceito e episódios de constrangimento, que mostram a discriminação persiste em transporte, estágio e atendimento profissional.

“Na época da escola, em relação ao transporte para nos deslocarmos até Cachoeira, enfrentávamos muitas dificuldades e diversas vezes, éramos maltratados pelo motorista [...] Mas não podíamos reclamar. [...] Hoje entendemos que era racismo, embora não tivéssemos naquele período, o conhecimento que temos hoje.” (Aloe vera)

“Certamente, sofri discriminação por ser negra, por pertencer a uma família de baixa renda e por estar cursando uma faculdade particular. Nessas circunstâncias, as pessoas me olhavam de forma diferente.” (Begônia).

“Hoje por trabalhar, com público majoritariamente negro, ob-servo que não tive tratamento diferenciado. Porém, a minha auxiliar, que é de pele branca. Geralmente quando eles chegam para o atendimento, é direcionado a ela como uma dentista.” (Gardênia)

“É um preconceito velado. Dizem que não é preconceito, mas é, e já aconteceu, Tentam colocar como se não fosse.” (Sete copas)

“A colega da farmácia comentou: ‘Ah não, ele é muito educado, ele é uma pessoa cordial, ele fica conversando comigo...’ Isso evidenciou que o comportamento dele parecia direcionado a mim especificamente [...] Conversei depois com a enfermeira e as colegas e combinamos que, nas próximas vezes, outra pessoa o atenderia, para evitar novos episódios de constrangimento.” (Lírio africano)

RACISMO NA INFÂNCIA

Os relatos evidenciam que experiências de racismo podem começar ainda na infância, influenciando a percepção sobre a própria aparência e o sentimento de pertencimento. Questões relacionadas ao cabelo e situações de grupos discriminados mostram como essas vivências impactam a construção da identidade desde cedo.

“O racismo é algo que eu vivencio há muito tempo, desde a infância para ser mais precisa, [...] eu não sou tão retinta, mas, pelo fato de eu ter o cabelo bem crespo, [...] sentia esse racismo. Durante parte da adolescência, por volta dos 14 ou 15 anos, cheguei a desejar alisar o cabelo.” (Fícus Lyara)

“Quando eu era adolescente, viajamos para conhecer um projeto em Valença. Ficamos três dias no local e os quartos precisaram ser divididos em trios ou quartetos. Éramos entre nove ou oito meninas que sofriam discriminação por parte de colegas da turma, e disseram que deveríamos ficar juntas em um mesmo quarto. [...] Alguns professores perceberam a situação e, por fim, tentaram intervir, mas nós dissemos que não era necessário.” (Lírio africano)

SEGREGAÇÃO

Os participantes relataram que a segregação ainda se manifesta em diferentes contextos. Os relatos indicam uma separação perceptível entre indivíduos da mesma raça, daqueles da periferia, além de mostrar a exclusividade dos grupos compostos por pessoas negras, além de evidenciar que quem tem maior influência recebe tratamento diferenciado.

“Há famílias que acabam transmitindo aos filhos a ideia de que não devem se relacionar com pessoas da nosssa raça”. (Agapanto)

“Na sala de aula sempre existiram grupos, as chamadas ‘panela’. E nesses grupos, fazia-se questão de incluir aquela menina de pele mais clara, de olhos mais claros, [...] Assim, formava-se uma divisão nítida: parecia haver dois lados, lado A e lado B. Nós acabávamos

permanecendo em um grupo composto apenas por pessoas negras.”
(Lírio africano).

“Até mesmo no ambiente de trabalho percebi que o tratamento não é igualitário. Aqueles que possuem influência ou vínculo de amizade com algum profissional, recebem um tratamento diferenciado, enquanto os demais não encontram a mesma facilidade.” (Protéa)

PERCEPÇÃO DAS SITUAÇÕES DE DESIGUALDADE

Segundo os relatos, a desigualdade se manifesta em diferentes contextos: na percepção de igualdade, nas condições financeiras, no acesso à informação ou nas dificuldades de inserção em ambientes acadêmicos e profissionais.

“É uma sensação muito ruim, porque às vezes me sinto desprezado. Em alguns ambientes, argumentam que existe uma igualdade, mas na verdade não existe. [...] Tanto no Ambiente acadêmico, quanto profissional”. (Sete copas)

“Sim, houve momentos em que precisei me esforçar mais do que outras pessoas para ter acesso a determinadas oportunidades, não precisamente pelo tom de pele. Mas em razão das condições financeiras, do aspecto social e até mesmo pela forma de me vestir. Isso ocorreu em diversas situações, tanto na escola, quanto na faculdade ou em outros ambientes”. (Acácia)

“No meu caso, por atuar na periferia, percebo diferenças claras. A população da área central da cidade tem maior acesso à informação, e costuma colaborar de forma mais ágil. Já na periferia, há mais resistência às visitas dos agentes comunitários de saúde, talvez em razão da própria demanda de trabalho, pois muitas vezes, quando chegamos as pessoas ainda não estão em casa.” (Baobá)

“A estrutura da sociedade [...] torna muito difícil nossa inserção no meio acadêmico, seja pela falta de recursos necessários, seja porque muitos não possuem uma base familiar que incentive a buscar uma graduação. Em geral, os jovens aqui na cidade concluem o ensino médio quase de forma forçada. Terminam os estudos, mas não recebem estímulo para dar continuidade a uma trajetória acadêmica.” (Gardênia)

CATEGORIA: BARREIRAS NO ACESSO AO CONHECIMENTO

Segundo os relatos, os participantes enfrentam obstáculos diversos que dificultam a trajetória acadêmica. Questões financeiras, econômicas, limitações da instituição marcadas pelo racismo, menos oportunidades, desafios da faculdade e das despesas pessoais se destacam como principais barreiras.

“A maior barreira é a financeira. [...] Hoje conseguimos ter uma qualidade de vida um pouco melhor, [...] mas ainda há muitos que não possuem condições, sobretudo por serem negros e não terem as oportunidades de acesso à educação. Não se dispõem do suficiente para investir [...] A questão financeira continua sendo a que mais dificulta”. (Strelitzia)

“Sabemos que a instituição é racista e que os negros possuem menos oportunidades de estudo. Consequentemente, isso impacta diretamente na vida profissional. Muitas vezes, a única função que conseguem é limpar o chão, justamente por não terem tido oportunidade de estudar [...] pois precisaram trabalhar [...] Para ajudar no sustento da família [...], o que acabou dificultando a conclusão escolar. É uma grande luta conseguir concluir o ensino médio.” (Ficus Lyara)

“A principal barreira é a econômica, pois, atualmente, existe a possibilidade de ingressar na faculdade pública por meio do ENEM; caso contrário, é preciso se esforçar bastante, e abdicar de muitas coisas para pagar um ensino em uma instituição particular”. (Hibiscus)

“Gostaria de cursar uma faculdade, mas me questiono: Como? Se não for pública, de que forma seria possível pagar uma particular? Pois ganhamos tão pouco. [...] São muitas lutas, [...] além do trabalho, tenho um filho e diversas despesas. E, no fim, não sobra dinheiro o suficiente.” (Hibiscus)

CATEGORIA: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTOS

A categoria seguinte aborda as estratégias e formas de enfrentamento ao racismo e à discriminação. Entre os participantes, foi

possível identificar que há um aprofundamento, ainda que parcial, desses temas ao longo da formação, o que se manifesta em narrativas de empoderamento individual e coletivo. Destaca-se que a representatividade e a presença de pessoas negras como educadores e preenchendo espaços de poder e decisão contribuem significativamente para esse processo, pois funcionam como referências positivas. Observa-se também que iniciativas voltadas para a equidade têm ampliado a frequência e a visibilidade desses debates, favorecendo a partilha de experiências e vivências. Esse movimento, por sua vez, constitui uma forma de resistência e enfrentamento, possibilitando a superação das barreiras impostas pelo racismo estrutural e pela discriminação persistente.

APROFUNDANDO A TEMÁTICA NA FORMAÇÃO

A subcategoria Aprofundando a temática na formação evidencia que a discussão sobre o racismo ocorre tanto no ambiente acadêmico quanto no familiar. As participantes relatam a presença frequente de debates na faculdade, especialmente sobre racismo estrutural, além da influência da orientação familiar na construção do entendimento sobre o tema. Esses espaços formativos contribuem para ampliar a consciência crítica e fortalecer o processo educativo em torno das questões raciais.

“Na faculdade em que estudo, sempre há discussões sobre racismo. Eles debatem muito sobre o tema.”(cacto).

“Na minha família, a minha avó e a minha mãe sempre me explicaram sobre racismo. Por isso, até hoje, não me faltou orientação a respeito desse tema.”(Hibiscus)

“Os debates em relação ao racismo estrutural foram bem abordados!” (Acácia)

EMPODERAMENTO

As narrativas evidenciam o fortalecimento da capacidade e da autoconfiança como elementos do empoderamento. O conhecimento e a determinação em vencer desafios são destacados como ferramentas para agir e valorizar a própria identidade.

“Hoje, ergo minhas mãos para o alto e declaro a Deus: Eu sou capaz de realizar qualquer coisa.” (Aloe vera)

“Viajei para São Paulo, participei de congressos e trouxe mais de dois mil reais em livros. Para mim, adquirir conhecimento é algo que amo profundamente. Pois estudar é uma das minhas maiores paixões”. (Begônia)

“[...] precisamos vencer as dificuldades e seguir em frente.” (Hibiscus)

Eu sou o que sou. Minha capacidade, meu modo de agir e minha forma de demonstrar meu valor. Por isso, não me deixo abalar pela questão do racismo.” (Tilo africano)

REPRESENTATIVIDADE

As falas a seguir evidenciam sentimentos de pertencimento, especialmente quando há referências positivas no ambiente acadêmico. Professores em posições de destaque, monitores e profissionais envolvidos em pesquisa, mesmo enfrentando dificuldades, tornam-se exemplos concretos de superação e conquista. A presença dessas figuras em espaços de prestígio, seja na universidade ou em instituições científicas, contribui para que estudantes em formação acadêmica ou em início de carreira reconheçam a possibilidade de ocupar lugares de representatividade no poder e na produção de conhecimento.

“Ter professores negros, ajudou a diminuir esses preconceitos. Até porque eles se destacam. Muitos enfrentam inúmeras dificuldades para alcançar a posição que estão, e por isso, conseguem se colocar em nosso lugar, impor respeito. [...] Nos sentimos representados”. (Strelitzia)

“Meu monitor no estágio me ajudou bastante. Ele era negro e homossexual. Uma pessoa maravilhosa. Um negro ensinando outro negro, pra mim foi algo muito importante.” (Frésia)

“Tenho algumas referências negras, inclusive cientistas baianos que atuam na Fiocruz e no Instituto Butantan. Então, tenho referência. [...] a minha primeira coordenadora do meu curso era negra, tinha uma tonalidade de pele mais clara que a minha, mas excelente cientista da Fiocruz, então foi minha referência, com certeza.” (Begônia)

“Então, existiu representantes. Tanto negros, quanto pardos, branco.[...] professores pretos que carregam sangue negro, vindos de família negras, descendentes de pessoas negras[...] Na verdade, na época que estudei a maioria dos meus professores eram negros.” (Hibiscus)

ACOLHIMENTO

As falas ressaltam experiências de reconhecimento e cuidado, em que os profissionais se sentem bem vistos, encontram abertura para serem abraçados, valorizam os projetos voltados ao coletivo e reforçam o comprometimento e o acolhimento e informações da pessoa negra em diversos espaços da sociedade.

“Não, não tenho muita dificuldade durante o serviço, no setor aqui graças a Deus somos bem vistos, até mesmo porque procuramos fazer o trabalho para o qual nos dedicamos.” (Gerânio)

“Sempre tive acesso ao diretor da faculdade e lembro-me dele com muito carinho, assim como dos coordenadores. Havia um canal específico para denúncias naquele período, e se fôssemos até eles, com certeza nos acolheram”. (Begônia)

“Alguns projetos sempre acontecem aqui em Cachoeira, por parte da prefeitura, da Secretaria de Saúde sempre tem projetos e coisas eventos voltados à questões sobre racismo e preconceito.” (Protea)

“Trabalhamos interagindo com diversas pessoas, muitas das quais se sentem inferiorizadas e excluídas. Além de fornecer informações sobre saúde, também buscamos exercer um papel de apoio psicológico para eles.” (Gloriosa)

ENFRENTAMENTOS

Os participantes relatam diferentes formas de se posicionar frente às dificuldades, destacando a importância de não ficar calada e aprender a lidar com as situações e de lutar por reconhecimento e respeito.

“Algumas vezes, devido a minha forma de agir, certas pessoas não me procuram[...] Podem até falar com outras, mas não comigo, [...] pois não consigo permanecer calada; quem me dirigir algo certamente ouvirá minha resposta.” (Ficus Lyrara)

“No começo me sentia mal devido a discriminação que sofria, mas atualmente consigo lidar melhor com a situação. Imponho-me e afirmo: Não é ela, sou eu a dentista.” (Gardênia)

“Não é necessário impor a própria presença para ser aceita. Isso é algo que já ocorre há muito tempo. Pensava: ‘não vou conseguir consertar’, não vou ficar, sou coitadinha, não podemos’. Mas podemos lutar de outra forma. [...] Em uma ocasião, o mesmo paciente de antes, ao me ver, jogou a receita pela janela. Respirei fundo e disse: ‘Meu Deus, isso não é nada’. Abaixei-me, recolhi a receita e cumprimentei-o: ‘Bom dia, tudo bem? O senhor vai querer medicação hoje? [...] Tenho obrigação de atendê-lo como paciente e como pessoa, e o senhor tem obrigação de me respeitar.” (Lírio africano)

PET-EQUIDADE

O projeto PET-Equidade é um projeto que mostra uma iniciativa relevante, ampliando o conhecimento, fortalecendo a compreensão sobre direitos e promovendo a igualdade, mantendo os participantes mais informado sobre como atuar na prática profissional, sobre racismo e discriminação e fluxos de denúncias. O projeto vem sendo desenvolvido há quase dois anos na cidade de Cachoeira, promovendo a valorização e debates importantes especificamente para trabalhadoras do SUS.

“Vocês têm buscado compreender a realidade dos profissionais [...]; trata-se de uma iniciativa bastante produtiva para profissionais da saúde.” (Protea)

“Gosto da forma que vocês como vocês apresentam os temas, a abordagem utilizada e ao conhecimento transmitido, especialmente sobre nossos direitos, o que considero extremamente interessante.” (Apaganto)

“As temáticas relacionadas a gênero são bem abordadas [...]. Conseguimos acessar conhecimentos que antes desconhecíamos. Agora estamos cientes de nossos direitos e podemos orientar melhor nossos pacientes.” (Aloe vera)

“Conheci o PET por meio de vocês. Ainda não possuo muito conhecimento, mas acredito que essa iniciativa é fundamental na luta pela igualdade de gênero e no combate ao racismo. Considero que foi extremamente relevante e reconheço que vocês estão realizando um excelente trabalho.” (Gardênia)

“No projeto, os alunos informam a respeito como tratar as pessoas, [...] e como as pessoas devem ser tratadas.” (Calla)

SUPERAÇÃO

Segundo os relatos, os participantes relatam como enfrentam desafios, valorizando o próprio esforço, a necessidade de vencer, a alegria nas conquistas e a dedicação ao longo do tempo, como estar formada há anos.

“Trabalho no SUS, atendendo as pessoas de condição bastante humilde que frequenta são bem humildes. Como profissional negro, esforço-me ao máximo para oferecer o melhor atendimento e o paciente perceber o meu esforço, de prestar um serviço de excelência”. (Begônia)

“Na minha época, foram cinco anos de faculdade. Já tenho 13 de formada”. (Begônia)

“Tenho um grande Deus em minha vida. Ele me coloca de pé, me dá alegria, e me tira de situações tão difíceis [...]”. (Lírio africano)

4. DISCUSSÃO

Esta pesquisa identificou evidências de práticas de racismo com profissionais de saúde de distintas categorias, como técnico de enfermagem, enfermeiras, técnico em agente de saúde, técnico em saúde bucal, agente de endemias, agentes comunitários de saúde, cirurgião-dentista. Estudos prévios do nosso grupo de pesquisa Grupo de Estudos da Saúde da População Negra (GESPON) já haviam evidenciado resultados semelhantes nos relatos de discriminação e racismo com profissionais enfermeiras. Foi possível observar como a desigualdade racial é perceptível e influencia a trajetória formativa e profissional das enfermeiras negras. O estudo realizado com 12 enfermeiras do recôncavo baiano, trouxe à luz diversas oportunidades de atuação e deu voz a profissionais que compartilharam suas vivências. Por meio dele, identificaram-se desafios como o desconhecimento sobre o racismo, as tensões nas relações inter-raciais e as consequências emocionais das discriminações, muitas vezes veladas, entre outros obstáculos enfrentados no cotidiano desses profissionais.

O presente trabalho visou ampliar a experiência e a amostra do estudo anterior, com o objetivo de dar ainda mais visibilidade a outras categorias profissionais que também enfrentam, diariamente, o racismo e a discriminação em seus ambientes de trabalho e em suas vidas de modo geral, sendo também identificadas práticas de racismo no ambiente laboral. Assim como no estudo anterior, esta pesquisa também analisou a falta de percepção e distinção entre o racismo e a discriminação. Muitos entrevistados relataram não perceber ou não saber identificar se haviam sido vítimas de racismo, bullying ou outras formas de preconceito. Para muitos, apenas manifestações explícitas e diretas de racismo são consideradas como tal (Sousa & Corrêa, 2024).

Essa dificuldade também foi evidenciada em um estudo realizado no Canadá, publicado em 2024, no qual alguns participantes demonstraram a mesma incerteza em reconhecer o racismo na área da saúde. O estudo qualitativo, de caráter descritivo, realizado com 32 participantes, sendo 59% mulheres, com idades entre 22 e 79 anos, aborda que os participantes relataram ter dificuldade em identificar situações

de discriminação racial no sistema de saúde. Algumas pessoas não conseguem reconhecer quando foram alvo de tais práticas, nem compreender plenamente a própria percepção sobre a temática. Alguns participantes relataram que vivenciaram situações de discriminação apenas quando eram mais jovens e que, atualmente, não se deparam mais com expressões flagrantes desse tipo em seu cotidiano. Outros mencionaram ter dificuldade em compreender ou identificar determinadas situações como racismo, o que evidencia a complexidade do reconhecimento dessas experiências no contexto social e de saúde. Alguns imigrantes relataram que, por terem vindo de cidades ou países onde o racismo era mais evidente, acabam não percebendo ou até mesmo se recusando a acreditar que situações semelhantes possam ocorrer em seu atual país de residência (Williams, 2024).

A exemplo das percepções destacadas sobre o impacto emocional causados pela negação e invisibilização do racismo, outros estudos apontam que tais ações geram sentimentos de rejeição, falta de representação e autocobrança excessiva. Esses achados são evidenciados em um estudo qualitativo realizado com três médicas negras da Atenção Primária à Saúde no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, revelou como o racismo estrutural e institucional atravessa as trajetórias formativas e profissionais dessas trabalhadoras. Foi relatado que a formação médica permanece alheia às questões étnico-raciais, ignorando as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e reproduzindo uma visão universalista e excludente do cuidado. Essa ausência de conteúdos antirracistas resulta em sentimentos de isolamento, sobrecarga e necessidade constante de resistência, pois muitas vezes são as próprias médicas negras que criam espaços de discussão e enfrentamento, como o coletivo NegreX. Além disso, o estudo aponta que o racismo institucional se manifesta nas relações interpessoais e nas práticas cotidianas de cuidado, expressando-se em situações de desigualdade de acesso, violência obstétrica e desvalorização profissional. Essas experiências geram adoecimento emocional e desgaste psicológico, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade social, revelando que o racismo, além de estruturar o trabalho em saúde,

compromete o bem-estar e a permanência das profissionais negras no SUS (Silva *et al*, 2024).

Da mesma forma, um estudo de abordagem qualitativa- descritiva realizado no Território do Sisal, aproximadamente 200 km da capital da Bahia, Brasil. Foram entrevistadas 6 mulheres negras integrantes do Movimento de Mulheres Dandara do Sisal (MMNDS), que investigou os impactos do racismo na saúde mental das participantes. Foi compartilhado experiências de rejeição, ausência de representatividade e autocobrança excessiva em diferentes contextos sociais, como família, escolas, universidades, mercado de trabalho e serviços de saúde. Essas vivências de discriminação e preconceito geraram sofrimento psicológico, comprometendo autoestima, subjetividade e bem-estar emocional. Ao mesmo tempo, a participação ativa no movimento funcionou como um espaço de acolhimento e fortalecimento, oferecendo estratégias de enfrentamento e resiliência diante das adversidades (Santos & Dias, 2025).

Paralelamente, uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, realizada nos Estados Unidos (EUA), por meio de um questionário online elaborado na plataforma Qualtrics, sendo assim, de abrangência nacional, participaram 69 mulheres negras profissionais da área da saúde, evidenciou que, embora algumas mulheres relatam vivências positivas em ambientes de trabalho majoritariamente compostos por pessoas negras, a maioria descreveu uma realidade marcada pela falta de reconhecimento, rejeição e sentimento de invisibilidade. Esses relatos apontam que o espaço laboral, que deveria ser um ambiente de cuidado e valorização, muitas vezes se transforma em um local de desgaste emocional e de reprodução do racismo estrutural, manifestado na forma de sobrecarga, desvalorização e ausência de apoio institucional. Foi bastante mencionada a presença de cobranças desiguais, além de esperarem delas um engajamento espontâneo em ações de diversidade e inclusão, sem a devida compensação ou reconhecimento profissional. Tal expectativa reforça estereótipos como o da “mulher negra forte”, que naturaliza a resistência e ignora a vulnerabilidade dessas trabalhadoras. Essa lógica produz um sentimento de insegurança e desamparo,

levando algumas participantes, inclusive, a repensarem suas carreiras (Cupid & Borges, 2023).

Os participantes compartilharam vivências diretas e indiretas de racismo, abrangendo contextos laborais, acadêmicos e pessoais, além de experiências na infância. Um estudo qualitativo, recorte de um estudo multicêntrico realizado em cinco cidades do Brasil, contendo dados de 16 entrevistas e de um grupo focal com adolescentes negras entre 15 a 19 anos, que evidenciou o racismo vivenciado por essas jovens em Cabula-Beiru, um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. Os achados do texto demonstram a segregação, tanto em relação à raça/cor quanto ao local de moradia. O estudo revela a exclusão social a que elas estão expostas, sendo constantemente julgadas e ofendidas. Tais experiências geram uma sensação de não pertencimento e as expõem frequentemente a estereótipos raciais, por exemplo, são rotuladas como "faveladas" ou "cabelo duro". Esse cenário impacta diretamente a saúde mental e, consequentemente, compromete o bem-estar e o desenvolvimento social das adolescentes, o que pode levar ao enfraquecimento do reconhecimento da identidade negra (Lima *et al*, 2025).

Da mesma forma, sobre as experiências de pessoas negras, outros estudos reforçam a segregação, racismo no trabalho edesvalorização dos profissionais da saúde negros no ambiente de trabalho. Uma pesquisa de pós-doutorado, realizado com 14 entrevistas de 14 mulheres auto-negras, incluindo duas médicas, quatro enfermeiras, duas técnicas em enfermagem, três assistentes sociais, duas psicólogas, e uma agente comunitária de saúde, com idades entre 30 e 64 anos, que trabalharam na linha de frente da pandemia de COVID19 em Pernambuco, Brasil. O presente artigo demonstra a hierarquização racial na área da saúde, além disso os profissionais negros com alto cargo constantemente são avaliados, e frequentemente há dificuldade de aceitação por colegas, seja eles brancos ou até mesmo negros. Em constância os profissionais negros são confundidos como profissionais que trabalham na limpeza, mas com estratégia de combater essa percepção social uma enfermeira relata usar salto alto em tentativa de combater essa percepção. Ademais, os participantes reclamam existir condições

desiguais na área de trabalho entre profissionais, ou seja, uma divisão racial no trabalho privilegiando os profissionais brancos que estão na grande maioria em cargos mais valorizados (Silva & Lemos, 2024).

As desigualdades manifestam-se de forma concreta no acesso ao conhecimento, evidenciadas pelas barreiras enfrentadas por pessoas negras e outros grupos minoritários. Estudos indicam que limitações estruturais e sociais influenciam a formação acadêmica e a aquisição de habilidades essenciais, comprometendo as oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional. A condição socioeconômica familiar afeta diretamente os indivíduos em sociedade, que enfrentam dificuldades para conquistar oportunidades devido às diversas barreiras existentes. Em contrapartida, famílias com condições socioeconômicas mais estáveis dispõem de meios mais acessíveis para alcançar níveis mais elevados de conhecimento (Assari & Zare, 2025). Ademais, as desigualdades educacionais impactam significativamente a vida futura dos indivíduos, especialmente das pessoas negras, quando comparadas às brancas, que possuem melhores condições em diversos aspectos (Assari & Zare, 2024).

Como tem prevalecido na sociedade, indivíduos negros encontram-se frequentemente excluídos do sistema, especialmente do educacional, em razão da forte predominância da exclusão social. Esse fator, por sua vez, pode acarretar consequências graves, como a morte precoce, uma vez que essas pessoas acabam inseridas em trabalhos mais vulneráveis como forma de garantir a própria sobrevivência (Bartle-Haring & Whiting, 2022).

Diante das experiências de racismo e das barreiras enfrentadas no contexto da formação em saúde, os participantes destacaram estratégias de enfrentamento que incluem o fortalecimento da formação crítica, o empoderamento, a representatividade, o acolhimento e o papel transformador de programas como o PET-Saúde. Essas dimensões aparecem como fundamentais para a construção de ambientes acadêmicos e profissionais mais equitativos e inclusivos (Musse *et al.*, 2021).

A formação em saúde é compreendida como espaço de construção de saberes, mas também de disputas simbólicas e estruturais. Nesse sentido, estudos como o de Musse *et al.* (2021) e Diniz, Paula e

Villela (2024) destacam a extensão universitária e o PET-Saúde Interprofissionalidade como potentes estratégias de enfrentamento às desigualdades, por possibilitarem vivências interprofissionais, dialógicas e de valorização da diversidade. Tais experiências promovem a reflexão crítica sobre as relações de poder e as desigualdades raciais, contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis às realidades sociais e culturais dos usuários do sistema de saúde (Diniz; Paula; Villela, 2024).

O empoderamento surge como outra estratégia central. Segundo Boatright *et al.* (2023), ações que promovem diversidade, equidade e inclusão nos programas de formação fortalecem o sentimento de pertencimento entre estudantes de grupos historicamente marginalizados. Esse processo amplia as oportunidades de liderança e estimula a construção de identidades profissionais pautadas na autoconfiança e na resistência frente às estruturas racistas e excludentes. Assim, o empoderamento vai além do campo individual, assumindo caráter coletivo e político na luta por reconhecimento e equidade (Boatright *et al.*, 2023).

A representatividade também é apontada como um elemento de enfrentamento simbólico e estrutural. A presença de docentes, preceptores e profissionais negros em espaços de decisão e formação tem impacto direto na quebra de estereótipos e na criação de referências positivas. Como apontam Magnago *et al.* (2025) e Toledo *et al.* (2023), o convívio interprofissional e a atuação colaborativa ampliam as possibilidades de escuta, diálogo e valorização das múltiplas identidades dentro do campo da saúde, reforçando a importância da representatividade como ferramenta pedagógica e política (Magnago *et al.*, 2025; Toledo *et al.*, 2023).

No mesmo sentido, o acolhimento é destacado como estratégia essencial para reduzir o impacto das vivências de racismo e exclusão no percurso formativo. Espaços de escuta ativa, apoio emocional e reconhecimento das trajetórias individuais e coletivas são fundamentais para sustentar a permanência estudantil e o bem-estar psicossocial. O PET-Saúde, conforme Musse *et al.* (2021) e Diniz *et al.* (2024), se apresenta como um importante dispositivo de acolhimento e integração, articulando ensino, serviço e comunidade, e favorecendo práticas de

cuidado pautadas no respeito às diversidades e na corresponsabilidade (Musse *et al*, 2021; Diniz *et al*, 2024).

Por fim, o enfrentamento dessas barreiras exige o compromisso institucional com políticas e práticas antirracistas, bem como o incentivo a projetos que consolidam a equidade como princípio formativo. O conjunto dos estudos analisados reforça que a interprofissionalidade, o empoderamento e a representatividade são dimensões complementares e indissociáveis de um processo formativo comprometido com a transformação social e com a promoção da justiça racial e de gênero nos espaços acadêmicos e assistenciais (Magnago *et al*, 2025; Toledo *et al*, 2023; Musse *et al*, 2021).

5. CONCLUSÃO

Esse estudo possibilitou identificar as percepções, vivências e experiências de racismo de profissionais negros do SUS em cachoeira-BA, evidenciando impactos significativos em suas trajetórias pessoais e profissionais. Foi perceptível que ainda temos um longo percurso na luta pela igualdade racial, notando-se como a falta de disciplinas e rodas de conversa sobre esses temas, desde a infância até a graduação ou cursos técnicos, impactou a vida profissional no debate e letramento racial. Mais espaços de referência poderiam ser ocupados por profissionais negros, caso fossem encorajados desde cedo. Diante de todas as adversidades contra essa estrutura racista e opressora, ainda vemos a busca por enfrentamento ao racismo como um brado de resistência e luta diários.

Nesse aspecto, o PET-Equidade com suas reuniões semanais se torna um espaço de troca e aprendizado continuado para tratar dessa temática. Como limitação, destaca-se a dificuldade em encontrar trabalhos de referência com essa temática durante a construção deste estudo, o que reforça a necessidade de maior visibilidade. Como diz a filósofa e ativista norte-americana Angela Davis: Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É preciso ser antirracista. (DAVIS, 2016)

REFERÊNCIAS

- ASSARI, S.; ZARE, H. High socioeconomic status Black adolescents attend worse schools than Whites. *Open Journal of Educational Research*, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2025.
- ASSARI, S.; ZARE, H. Racial gap in household income explains Black-White disparities in the intergenerational transmission of educational attainment. *Open Journal of Educational Research*, v. 4, n. 3, 2024.
- BARTLE-HARING, S.; WHITING, R. Structural racism and the education gradient for early all-cause mortality. *SSM – Population Health*, mar. 2022.
- BOATRRIGHT, D. *et al.* Estratégias e melhores práticas para melhorar a diversidade, equidade e inclusão entre os programas de educação médica de pós-graduação dos EUA. *JAMA Network Open*, v. 6, 2023. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2022.55110.
- CUPID, Sherella; BOGUES, Kneaira. “Sem filtros necessários...”: um estudo qualitativo sobre os círculos de irmandade e as mensagens no local de trabalho para mulheres negras profissionais da saúde durante a dupla pandemia. *Women’s Health*, v. 19, p. 1-9, 2023.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESTRATÉGIAS educativas para a interprofissionalidade PET-Saúde no Sudoeste Goiano, Brasil: uma abordagem qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 8, e06422024, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024298.06422024en.
- GAUDENZI, P.; CASTRO, A. M.; CHAGAS, A. Reconhecer o racismo para construir um cuidado efetivamente integral, equânime e universal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 9, 2023.
- KALCKMANN, S. *et al.* Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007.
- LIMA, G. M. B. *et al.* Raça/cor, gênero e classe nas relações sociais e afetivas de jovens negras: uma abordagem interseccional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 41, n. 8, e00200424, 2025. DOI: 10.1590/0102-311XPT200424.

LOPES, F. Raça, saúde e vulnerabilidades. *Boletim do Instituto de Saúde – BIS*, São Paulo, n. 31, p. 7–11, 2003.

MAGNAGO, C. *et al.* Os efeitos do PET-Saúde Interprofissionalidade na atenção primária à saúde: um olhar dos preceptores. *Medicina (Ribeirão Preto)*, 2025. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2024.223390.

MIRANDA, R. S. Racismo no contexto da saúde: um estudo psicossociológico. 2015. 194 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MUSSE, J. *et al.* Extensão universitária e formação em saúde: experiências de um grupo tutorial do PET-Saúde Interprofissionalidade. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 2021. DOI: 10.36661/2358-0399.2021v12i01.11637.

SANTOS, G. P. Repercussões do racismo no trabalho e na saúde de enfermeiras e técnicas de enfermagem negras: uma revisão de escopo. 2024. 116 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) — Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, G. S. R. *et al.* Política pública, saúde e racismo: revisão integrativa da literatura. *Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva*, Salvador, v. 3, n. e14537, p. 1-15, 2022.

SANTOS, K. B. M. *et al.* Access to diabetes diagnosis in Brazil based on recent testing and consultation: the Brazilian national health survey, 2013 and 2019. *Frontiers in Endocrinology*, Lausanne, v. 14, artigo 1122164, 2023.

SANTOS, Vitória Carmo dos; DIAS, Acácia Batista. Os efeitos do racismo na saúde mental das militantes negras do MMNDS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 45, e220065, 2025.

SILVA, A. C. R.; LEMOS, A. C. S. “Raça e saúde”: mulheres negras profissionais de saúde no contexto da pandemia da Covid-19. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 33, n. 3, e240356, 2024. DOI: 10.1590/S0104-12902024240356pt.

SILVA, L. B. *et al.* “Mesmo que a gente seja a mão que cuida”: médicas negras e racismo estrutural no contexto da atenção primária à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 3, p. e07622023, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024293.07622023. Acesso em: 30 out. 2025.

SILVA, N. N. *et al.* Access of the black population to health services: integrative review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 73, n. 4, e20180834, 2020.

TOLEDO, B. *et al.* Educação interprofissional e trabalho colaborativo em saúde: compreensões e vivências de docentes e preceptores. *Revista de Enfermagem Referência*, 2023. DOI: 10.12707/rvi23.57.31042.

WILLIAMS, K. K. A.; BAIDOOBONSO, S.; LOFTERS, A. *et al.* Racismo anti-negro no sistema de saúde canadense: um estudo qualitativo das diversas percepções de racismo e discriminação racial entre adultos negros em Montreal, Quebec. *BMC Public Health*, v. 24, p. 3152, 2024.

CAPÍTULO 17

ESCUTAR OU NORMALIZAR? MARILYN MONROE E A POLÍTICA DA ESCUTA DO SOFRIMENTO FEMININO

*LISTENING OR NORMALIZING? MARILYN MONROE AND THE POLITICS
OF LISTENING TO FEMALE SUFFERING*

Elizabeth Fátima Teodoro

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

São João del-Rei - MG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0977-7265>

E-mail: elektraliz@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo analisa a trajetória clínica de Marilyn Monroe como caso paradigmático dos dispositivos de cuidado enquanto tecnologias de silenciamento. A partir de *Marilyn: últimas sessões*, de Michel Schneider, propõe-se uma leitura política da clínica, evidenciando a tensão entre escuta e normalização, orientadas pela norma, pelo diagnóstico e pelo desejo do Outro. Em diálogo com a psicanálise e os estudos de gênero, problematiza-se a medicalização do sofrimento feminino, concebendo Marilyn como corpo-sintoma que revela os limites de uma clínica centrada na performance, em detrimento da escuta ética.

Palavras-chave: silenciamento clínico; sofrimento feminino; normalização do cuidado; política da escuta; ética da escuta.

ABSTRACT

This article analyzes Marilyn Monroe's clinical trajectory as a paradigmatic case of care dispositifs functioning as technologies of silencing. Drawing on Michel Schneider's *Marilyn: Last Sessions*, it proposes a political reading of the clinic, highlighting the tension between listening and normalization shaped by norms, diagnosis, and the desire of the Other. In dialogue with psychoanalysis and gender studies, the article problematizes the medicalization of female suffering, conceiving Marilyn

as a symptom-body that exposes the limits of a performance-centered clinic over ethical listening.

Keywords: clinical silencing; female suffering; normalization of care; politics of listening; ethics of listening.

“Há sempre dois lados numa história.” – Marilyn Monroe
(SCHNEIDER, 2008, s.p)

Introdução: o que ninguém quis ouvir de Marilyn

Entre a lenda e a mulher, Marilyn Monroe foi amplamente interpretada, diagnosticada e admirada, mas raramente escutada. Sob o nome do cuidado, sua dor foi traduzida, corrigida e normalizada, não por ausência de atenção clínica, mas porque não se deixava inscrever nos regimes dominantes de inteligibilidade do sofrimento. Aquilo que escapava à norma diagnóstica foi convertido em excesso, ruído ou desvio. Sua imagem atravessou o século como ícone de beleza e tragédia, enquanto seu sofrimento permaneceu à margem da escuta. É desse ponto de falha que este texto parte, interrogando o que significa, eticamente, não ter sido escutada.

O ponto de partida da análise é a obra *Marilyn: últimas sessões*, de Michel Schneider, que articula romance biográfico e ensaio psicanalítico ao reconstruir os últimos anos da vida de Marilyn a partir de seus atendimentos com Ralph Greenson. Por meio de cenas clínicas, fragmentos de diálogos, registros históricos e reflexões sobre a própria psicanálise, Schneider não apenas narra um percurso, mas expõe, com crueza e beleza, os limites de uma clínica que tentou salvar sem sustentar a escuta e interpretar sem reconhecer o resto que não se organiza em discurso.

A metodologia adotada é qualitativa e interpretativa, baseada na análise de fragmentos da obra de Schneider (2008), articulados com referencial teórico da psicanálise lacaniana e estudos contemporâneos

sobre gênero, cuidado e saúde mental. Parte-se da compreensão da clínica como um campo atravessado por uma política da escuta, capaz de definir quais sofrimentos são reconhecidos como legítimos e quais são relegados à condição de excesso ou desvio. Neste texto, “dispositivo” designa o arranjo de práticas, saberes e normas que organizam o que pode ser reconhecido, dito e tratado como sofrimento na clínica.

A hipótese que nos orienta é que Marilyn Monroe não foi apenas atravessada por uma tragédia pessoal, mas por uma falha institucional e simbólica de escuta. Sua dor não encontrou lugar na clínica porque aquilo que se expressava – inclusive fora das palavras – não era reconhecido como legítimo. Essa hipótese conduz a uma questão central: a clínica contemporânea é capaz de escutar o sofrimento feminino quando ele não se deixa capturar por diagnóstico, prognóstico ou interpretação?

Justifica-se este estudo pela necessidade de desmontar formas sutis de silenciamento que ainda operam sob o nome de cuidado. Marilyn é tomada aqui não como exceção biográfica, mas como operador conceitual capaz de tornar visíveis os limites éticos e políticos de uma clínica orientada pela normalização do sofrimento. Seu percurso permite interrogar práticas que tendem a tratar mulheres em sofrimento como instáveis, incoerentes ou excessivas, oferecendo protocolos de contenção travestidos de escuta.

Propõe-se, assim, uma releitura da clínica a partir de uma escuta que não busca normalizar o excesso, mas sustentar o que escapa. Ao analisar cenas narrativas de Schneider, não se trata de julgar personagens, mas de tensionar dispositivos clínico-históricos que, atravessados por ideais de cura, prestígio institucional e normas de inteligibilidade, podem produzir silenciamento sob o nome de cuidado. O texto é, por fim, um convite a pensar outras formas de escuta e cuidado que não comecem pela pergunta “o que você tem?”, mas pela decisão ética de permanecer diante daquilo que não se compreende.

Quando o cuidado se torna captura: Greenson, vigilância e excesso de zelo

Ralph R. Greenson (1911-1979), psiquiatra e psicanalista norte-americano associado à ortodoxia freudiana e atuante em Hollywood, foi o último analista de Marilyn Monroe. Recomendado por Anna Freud, iniciou o acompanhamento de Marilyn em janeiro de 1960, mantendo sessões regulares até poucos dias antes de sua morte, em agosto de 1962 (SCHNEIDER, 2008). Sua posição institucional e simbólica inscreve a prática clínica em um contexto no qual a escuta já se encontrava atravessada por ideais de normalização, prestígio e eficácia terapêutica.

Greenson atuava no auge da chamada “época de ouro” da psicanálise nos Estados Unidos, período em que o método freudiano era promovido como uma via privilegiada de cura psíquica. Nesse cenário, a admissão da falha clínica colocava em risco o próprio capital simbólico do discurso psicanalítico (ALMEIDA, 2018). É nesse arranjo que o analista passa a operar como ponto de condensação de funções clínicas, institucionais e normativas: regula rotinas, interfere em decisões profissionais, participa da gestão medicamentosa. O cuidado desloca-se da escuta para a administração, inaugurando uma forma de normalização travestida de amparo.

Como observa Schneider (2008), “Greenson perseguia o brilho artificial das grandes imagens fixas e das identidades vacilantes” (p. 35), convertendo progressivamente a clínica em cena dirigida. Em vez de sustentar a posição de não saber, tenta reparar o impasse da escuta com excesso de presença, zelo e direção. A clínica deixa, assim, de se organizar como espaço de abertura ao indizível e passa a operar como tecnologia de contenção do excesso.

Essa lógica se explicita em seus escritos. Em *Técnica e prática da psicanálise*, Greenson compara a sessão analítica a uma cena fílmica, na qual o analista se torna “o diretor da situação – uma engrenagem importante da peça, sem dela ser o ator” (SCHNEIDER, 2008, p. 36). A metáfora revela um equívoco estrutural: imaginar ser possível dirigir sem se implicar, sustentar neutralidade e autoridade

simultaneamente, operar o inconsciente como quem administra uma cena. Aqui, a escuta é subordinada à direção, e o não saber é substituído pela função de comando.

Em “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”, Lacan (1958/1998) adverte que o analista não opera a partir do saber, mas da sustentação de um vazio que permite a emergência do desejo. A intervenção analítica, nesse registro, não conduz nem dirige: sustenta. A clínica orientada pela normalização, ao contrário, tenta preencher esse vazio, eliminando a opacidade constitutiva do sujeito.

Ao ocupar o lugar de diretor da cena analítica, o analista assume a posição de mestre: aquele que interpreta antes de escutar, que protege antes de sustentar, que responde no ponto em que deveria tolerar a opacidade. O cuidado se converte em vigilância, e a vigilância em captura: da fala, do corpo, da rotina e do silêncio. A escuta deixa de operar como gesto ético e passa a funcionar como instrumento de regulação.

O excesso de zelo – expresso em almoços diários, telefonemas frequentes, inserção na vida familiar e na rotina cotidiana – ultrapassa o campo do cuidado e instaura um regime de controle, no qual a ética da escuta cede lugar à apropriação da experiência do outro. O cuidado, ao tentar evitar o real da dor, transforma-se em forma sofisticada de silenciamento.

Nesse arranjo, a clínica organiza-se menos pela sustentação do sintoma e mais por sua eliminação. O objetivo não é fazer laço com o inominável, mas devolver o sujeito à norma por meio de ajustes, correções e adaptações. A escuta torna-se operante apenas enquanto o sofrimento permanece legível; quando o sentido escapa, ela recua.

O que essa clínica revela não é o fracasso de um analista isolado, mas o funcionamento recorrente de um dispositivo clínico-histórico que privilegia a inteligibilidade em detrimento da escuta. Marilyn, ao encarnar um excesso que não se deixa simbolizar, ameaça essa moldura e expõe seus limites éticos.

Tal como a histeria nos primórdios da psicanálise, Marilyn aparece como um corpo que fala demais, sente demais e incomoda por não caber no regime dominante de significação. Se a histeria forçou Freud

a inventar a escuta psicanalítica, Marilyn convoca a clínica contemporânea a rever seus parâmetros. Sua dor não pedia tradução, mas a sustentação de um lugar capaz de suportar o não entendimento. Aqui, a oposição entre escutar e normalizar se explicita como impasse ético fundamental da clínica.

O feminino como resto: o que a clínica não quer escutar

A clínica tradicional, orientada por uma lógica normativa e totalizante, tende a escutar apenas aquilo que pode ser traduzido em sentido, estabilizado em categorias e capturado por diagnósticos. Privilegia-se a inteligibilidade e a adaptação, em detrimento da abertura ao sujeito, de modo que a escuta passa a operar como dispositivo de normalização do sofrimento. Nesse regime, o feminino emerge como aquilo que escapa – não por uma alteridade essencial, mas por não se conformar à lógica do um, do todo e do significante central.

No seminário *Encore*, Lacan (1972-1973/2010) formula o conceito de não-todo para designar a posição do feminino frente à lógica fálica. O não-todo não indica falta ou marginalidade, mas uma lógica que resiste à universalização e à totalização. O feminino, nesse sentido, não se organiza como categoria estável, escapando ao saber que sustenta grande parte da escuta clínica. Quando Lacan (1973–1974/2016) afirma que “A mulher não existe”, aponta para essa impossibilidade estrutural de dizer o feminino como totalidade, introduzindo uma fratura entre saber e escuta.

Aquilo que não se deixa totalizar aparece, na clínica normativa, como excesso, ambivalência ou ruído – frequentemente tratados como disfunção a ser corrigida. O que escapa à lógica do todo é lido como erro, e não como expressão legítima de uma outra forma de existência psíquica. Como observa Butler (2015), são justamente esses modos de vida que denunciam os limites do discurso dominante: certas experiências permanecem fora da inteligibilidade e, por isso, são desautorizadas como vidas reconhecíveis. A política da escuta se revela, assim, como política de reconhecimento ou de exclusão.

Irigaray (2017) critica o regime do um e a supremacia do falo como organizador simbólico, afirmando que o feminino opera por multiplicidade, desvio e deslocamento. Cixous (2022), ao propor uma escrita do corpo, indica um modo de enunciação que não se ancora no sentido estabilizado, mas na intensidade e na borda. Ambas convergem na defesa de uma escuta que renuncie à pretensão de totalização e se deixe atravessar pelo que não se encaixa nos códigos dominantes da clínica.

Nessa perspectiva, o feminino pode ser compreendido como resto — não como sobra ou resíduo inútil, mas como aquilo que resiste à captura. Resto como insistência do real diante das tentativas de normalização, e não como falha a ser eliminada. Como formula Teodoro (2025), trata-se de um feminino que “não pede tradução, mas presença”, exigindo do analista a renúncia à promessa de sentido pleno. A escuta define-se, então, menos pela interpretação e mais pela sustentação do que não se resolve.

No caso de Marilyn Monroe, esse feminino irrompe de modo radical: chora em cena, desorganiza tempos, colapsa onde se esperava desempenho, interrompe a linearidade da narrativa clínica (SCHNEIDER, 2008). Sua dor não se oferece como sujeito dócil à nomeação. O fracasso da escuta, aqui, não é técnico, mas ético: tenta-se ajustar o excesso em vez de sustentá-lo, compreender o que exigia apenas ser escutado. A oposição entre escutar e normalizar reaparece, assim, como impasse central da clínica.

O feminino como resto convoca, portanto, outra ética da escuta: uma clínica que não se apresse em nomear, que não pretenda compreender tudo, mas que possa permanecer diante do que não se fecha em sentido. Uma clínica capaz de reconhecer que há sofrimentos que não pedem correção, mas lugar. Como escreve Cixous (2022), há um saber que só se alcança quando se desiste de saber.

A clínica que nomeia demais e escuta de menos

No percurso clínico de Marilyn Monroe, não faltaram nomes. Borderline, histérica, suicida, paranoica, manipuladora. A proliferação de significantes colados a seu corpo operou menos como abertura à

escuta e mais como tentativa de contenção do que não se estabilizava. A multiplicação diagnóstica, longe de ampliar a compreensão do sofrimento, denuncia a dificuldade da clínica em sustentar aquilo que resiste à categorização. Greenson, ao aventar diagnósticos como paranoia, depressão e esquizofrenia (SCHNEIDER, 2008), inscreve-se numa escalada classificatória que revela mais a urgência de estabilizar o excesso do que uma precisão clínica efetiva.

A nomeação, nesse contexto, não funciona como gesto de leitura, mas como tecnologia de silenciamento. Nomear não é escutar: é conter. O diagnóstico passa a operar como instrumento de normalização, reduzindo o excesso à inteligibilidade normativa e organizando a dor segundo protocolos institucionais. A clínica se ancora no significativo como quem se agarra a uma garantia diante do que não compreende. Mas o que se apresentava não pedia um nome – pedia escuta, a sustentação de uma presença capaz de suportar o que não se resolve.

Como observa Butler (2015), determinadas formas de sofrimento tornam-se ininteligíveis nos quadros clínicos hegemônicos por escaparem às normas de reconhecimento. O diagnóstico participa, assim, de uma política silenciosa de exclusão: o que não se enquadra não é reconhecido como legítimo, e o que não é reconhecido não tem direito à escuta. A política da nomeação revela-se inseparável de uma política da escuta que define quem pode falar e sob quais condições.

Quando o uso do significativo se torna excessivo, o sujeito é reduzido ao sintoma. O diagnóstico deixa de operar como ferramenta provisória e passa a funcionar como identidade. Como formula Teodoro (2025), a pressa em nomear dissolve o enigma antes que ele possa falar. O sofrimento converte-se em problema, e o problema em patologia. Nessa lógica, o feminino – marcado por falhas, excessos e ambiguidades – é imediatamente convertido em desvio. A escuta cede lugar à classificação, e o cuidado, à correção.

A falha da escuta não decorre de ausência, mas de excesso de intenção. Ouve-se o manual, não o corpo; espera-se o sentido, não a presença. Marilyn é tratada como equação a ser resolvida, quando insistia em se apresentar como ruído. Um ruído que desorganiza a clínica

justamente por não se deixar normalizar e que exige outro gesto: não o de compreender, mas o de sustentar o incompreensível.

Enquanto lógica do não-todo, o feminino desafia a gramática da clínica tradicional. Ele não se deixa capturar por categorias diagnósticas nem por funções universais. Não exige nome, mas lugar. Escutar o feminino implica reconhecer a insuficiência do saber e a falha constitutiva da nomeação. A clínica que nomeia demais escuta de menos porque já decidiu, de antemão, o que pode ser ouvido. E, ao fazê-lo, não apenas falha eticamente: produz ferida – no que tenta dizer, no que ainda não pode ser dito e no que não precisa ser dito, mas apenas sustentado.

Fragmentos de uma dor sem tradução: cenas da falha clínica

A clínica não falha apenas por ausência, mas também por excesso: de presença, de zelo, de saber. Quando orientado pela norma, o cuidado pode substituir a escuta e converter-se em tecnologia de normalização. A trajetória final de Marilyn Monroe com Ralph Greenson evidencia como o excesso de proteção, travestido de cuidado, pode operar como forma sofisticada de silenciamento. Não foi a falta de atenção que marcou essa análise, mas a presença invasiva que sufoca aquilo que não se deixa regular.

O episódio em que Greenson decide levar Marilyn para morar em sua casa, sob o argumento de garantir cuidados constantes (SCHNEIDER, 2008), rompe não apenas o enquadre analítico, mas a própria possibilidade de escuta. O gesto instaura uma lógica de captura total – do corpo, da rotina e do silêncio. O cuidado deixa de sustentar o vazio necessário à escuta e passa a ocupar integralmente o espaço do outro. A análise cede lugar a um panoptismo íntimo, no qual a vigilância se apresenta como proteção. Como observa Foucault (2021), não é preciso punir para governar: basta vigiar. A clínica, assim, desloca-se da escuta para a regulação.

Esse excesso de direção reaparece nos rituais cotidianos do cuidado: prescrições de hábitos, ligações frequentes, rotinas emocionais impostas (SCHNEIDER, 2008). A escuta do sujeito é substituída pela gestão dos afetos. O sofrimento passa a ser tratado como falha de

autocontrole, como se a dor pudesse ser estabilizada por disciplina e organização. A clínica se alinha, então, à lógica do gerenciamento emocional, transformando o mal-estar em déficit de conduta.

Essa racionalidade não pertence apenas ao passado. Ela reaparece, sob novas roupagens, naquilo que Cabanas e Illouz (2022) denominam “happycracia contemporânea”, regime em que o sofrimento é tratado como falha individual a ser corrigida por intervenções rápidas, normativas e adaptativas. O que não se adequa é corrigido; o que não performa é patologizado. A política da escuta cede lugar à pedagogia da adequação, e o cuidado se aproxima perigosamente do treino para a performance subjetiva.

Byung-Chul Han (2015) descreve esse cenário como próprio da sociedade do desempenho, na qual a exigência de produtividade, felicidade e funcionalidade opera como forma de violência positiva. O sofrimento deixa de ser escutado e passa a ser vivido como fracasso moral. A escuta cede ao protocolo; o cuidado, à normatização.

Essa lógica se manifesta de modo exemplar quando Greenson pressiona Marilyn a retornar às filmagens “a qualquer preço” (SCHNEIDER, 2008). O desejo da indústria infiltra-se na análise, e a escuta se subordina à produtividade e à performance. A clínica deixa de ser espaço de sustentação do sofrimento e passa a funcionar como bastidor da cena pública, exigindo que o sujeito esteja pronto – mesmo em ruína.

A mesma operação aparece nos ensaios fotográficos realizados por Bert Stern (2011), poucas semanas antes da morte da atriz. Mesmo em estado de fragilidade extrema, Marilyn continua performando uma imagem que não a restitui como sujeito. Ao propor ser fotografada sem maquiagem e, em seguida, recuar, ela explicita a negociação permanente com o olhar do outro. A nudez não escapa à lógica do espetáculo; o corpo exposto permanece moldado para o desejo alheio.

Ainda assim, há resistência. Ao revisar as fotografias, Marilyn rejeita grande parte delas, riscando e perfurando os negativos com um grampo de cabelo (STERN, 2011). Gestos mínimos, quase imperceptíveis, mas que operam como atos de recusa. Tentativas de romper a captura e de inscrever um “não” diante do dispositivo que a queria

apenas como imagem. O corpo que todos veem é, ao mesmo tempo, o corpo que ninguém escuta.

A lógica do apagamento reaparece quando a cicatriz de uma cirurgia recente é tratada como defeito a ser retocado (STERN, 2011). A dor precisa ser apagada para que a imagem permaneça intacta. Como analisa Bordo (2022), o corpo feminino é constantemente moldado por ideais que recusam as marcas do real. Na economia da visibilidade, como lembra Preciado (2020), o corpo não pode falhar – deve performar. Mesmo em colapso, deve estar pronto para a cena.

O apagamento de Marilyn não foi episódico, mas processual. Seu sofrimento foi progressivamente convertido em espetáculo, sua imagem em mercadoria, sua presença em estatística. Ao ironizar seu próprio epitáfio – “Marilyn Monroe: loura, 94-53-89” (SCHNEIDER, 2008, p. 184) –, ela nomeia a própria dessubjetivação. Seu corpo torna-se medida; sua dor, ruído.

Como lembra Butler (2015), há vidas que não são reconhecidas como vivíveis e mortes que não são reconhecidas como perdas. No caso de Marilyn, o que se esvazia é a possibilidade mesma de ser escutada como sujeito. Sua dor é lida como falha de performance; sua morte, como narrativa consumível.

Ainda assim, algo insiste. O grampo, a cicatriz, a recusa, a ironia. Gestos ínfimos que fazem do corpo linguagem. Como sugere Agamben (2003), há momentos em que o corpo escapa à linguagem porque se torna linguagem. Marilyn, ao riscar sua própria imagem, transforma o corpo-imagem em corpo-sintoma, tentando restaurar a possibilidade de existir para além do olhar do outro.

Marilyn não interessa aqui como figura biográfica, mas como operador conceitual. Seu percurso torna visíveis os limites de uma clínica orientada pela norma, pela direção e pelo excesso de sentido. O que se revela não é uma tragédia individual, mas o funcionamento recorrente de dispositivos clínicos e simbólicos que seguem produzindo silenciamento quando o sofrimento não se apresenta de forma inteligível, coerente ou adaptável.

Este trabalho não tem por objetivo reconstituir historicamente a clínica de Marilyn Monroe, mas analisar, a partir da narrativa de

Schneider, os efeitos de certos dispositivos de cuidado e nomeação quando orientados pela norma. Trata-se, portanto, de uma leitura interpretativa que toma a figura Marilyn como operador conceitual, interrogando a política da escuta em contextos clínicos atravessados por regimes de inteligibilidade do sofrimento.

Por uma clínica das intensidades

Se o caso de Marilyn Monroe evidencia os limites de uma clínica que vigia, nomeia e dirige, ele também convoca outra possibilidade: a de uma clínica capaz de sustentar o vazio, o excesso e a ambiguidade – uma clínica das intensidades. Trata-se de uma posição que se opõe à lógica da normalização e da adaptação, recolocando a escuta como gesto ético e político. Como propõe Teodoro (2025), essa clínica não se ancora em modelos normativos de compreensão, mas em uma ética da presença: estar com o outro sem reduzi-lo ao já sabido. Escutar, aqui, não é compreender, mas deixar-se atravessar.

A clínica das intensidades parte do reconhecimento de que nem todo sofrimento é traduzível em linguagem clara ou resolvível por protocolos. Há experiências que resistem à inteligibilidade e que, justamente por isso, exigem uma escuta que não antecipe sentido. Em vez de buscar o retorno a um eu adaptado, essa clínica reconhece que há dores que não pedem cura, mas lugar – permanência diante do que não se resolve.

Essa perspectiva dialoga com Green (2013), para quem certos impasses clínicos não decorrem da impossibilidade do sujeito, mas das ilusões do próprio trabalho analítico quando este se apoia em fórmulas interpretativas rígidas. Quando a clínica substitui o atravessamento pelo excesso de sentido, instala-se a repetição estéril da cena, e não o ato. A clínica das intensidades propõe interromper essa repetição ao sustentar o risco do não saber.

No percurso de Marilyn, a relação analítica permaneceu presa à lógica do espelhamento e da idealização, não operando como atravessamento do desejo. A transferência foi reduzida à performance, e o cuidado, à manutenção da cena. A escuta cedeu lugar à gestão da

imagem, prolongando a lógica do Outro – da indústria, da mídia, da normatividade.

Essa falha não é apenas técnica ou epistêmica, mas política. Como indicam Irigaray (2017), Preciado (2020) e Butler (2015), a escuta clínica ainda se organiza majoritariamente segundo uma gramática fálica, que reconhece como legítimos apenas os sofrimentos que se apresentam de forma coerente, produtiva e traduzível. O que escapa a essa moldura – o choro sem causa, o silêncio insistente, a ambivalência irreduzível – é rapidamente convertido em desvio ou patologia.

Escutar o feminino, nesse registro, implica escutar o que excede o discurso dominante: corpos desautorizados, afetos desregulados, desejos que não pedem permissão. Implica reconhecer que há sofrimentos que não podem ser normalizados sem violência. A clínica das intensidades não se oferece como técnica, mas como posição ética: aquela que reconhece o limite do saber e sustenta o encontro com o que não se resolve. Seu gesto fundamental talvez seja este – não recuar diante do que não se entende.

Sustentar essa posição de não saber como condição da escuta implica resistir à urgência interpretativa que captura o sofrimento no momento em que ele ainda se apresenta como excesso. Nessa perspectiva, o diagnóstico não opera como identidade, mas como ferramenta provisória, cuja função não é estabilizar o sujeito, mas evitar que a clínica se transforme em dispositivo de normalização. Reconhecer, por fim, que há sofrimentos que não pedem adaptação performática, mas lugar e permanência, desloca o cuidado do campo da correção para o da sustentação ética do que insiste e não se resolve.

Considerações finais: o que ainda grita no silêncio

Marilyn Monroe não morreu apenas de uma tragédia pessoal, mas de uma falha reiterada de escuta. Morreu da impossibilidade de ser reconhecida como sujeito por uma clínica que já chegava munida de nomes, interpretações e intenções. Uma clínica que confundiu cuidado com normalização, presença com vigilância e escuta com direção.

Morreu do excesso de sentido imposto, da medicalização travestida de amparo e da performance exigida mesmo na dor.

Seu corpo, moldado para o desejo do Outro, deixou marcas que insistem: o grampo que risca o negativo, a cicatriz que deveria ser apagada, a recusa silenciosa que diz “isso não”. Esses gestos não foram escutados como linguagem, mas tratados como falhas a serem corrigidas. O excesso foi traduzido em diagnóstico, e o sofrimento, devolvido à norma. No entanto, como se evidenciou ao longo deste trabalho, há dores que não pedem salvação, mas escuta; não pedem correção, mas sustentação; não pedem roteiro, mas espaço.

O que a trajetória de Marilyn denuncia não é o fracasso de um analista isolado, mas os limites éticos e políticos de uma clínica ainda orientada pela normatividade, pelo controle e pela primazia do saber. Trata-se de uma política da escuta que reconhece apenas o sofrimento que se deixa nomear, regular e adaptar, silenciando aquilo que escapa. É nesse ponto que a clínica das intensidades se apresenta como deslocamento necessário: não para oferecer respostas melhores, mas para sustentar perguntas que ainda não puderam ser formuladas.

Escutar Marilyn é escutar tantas outras que permanecem no entrelugar do excesso e da incompreensão. É reconhecer que, muitas vezes, o cuidado falha não por ausência, mas por excesso – de direção, de interpretação, de invasão. É admitir que o feminino, enquanto resto, fenda e falha, continua a perturbar os dispositivos de escuta e a desafiar a gramática do tratamento. Esse resto, contudo, não é déficit, mas potência crítica, pois torna visíveis os limites dos dispositivos que tentam normalizar o sofrimento.

A pergunta que permanece não é “por que Marilyn morreu?”, mas quantas ainda morrem, cotidianamente, de silêncio. Quantas são escutadas apenas quando gritam – e, ainda assim, desautorizadas. Quantas têm sua dor reconhecida somente quando já se tornou espetáculo ou ruína.

Que este texto não se feche como conclusão, mas se mantenha como abertura. Que insista na necessidade de uma escuta que não normalize o que escapa. E que reafirme que há presenças que não pedem salvação, mas escuta – uma escuta que não traduz, não corrige e

não apaga, mas permanece. Talvez seja essa, afinal, a única forma ética possível de cuidado.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *A formação psicanalítica e o mundo*. 2018. Disponível em https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/1_2018_Por-55-68.pdf. Acesso em: 30 jan. 2026.

BORDO, Susan. *O peso do corpo: feminismo, cultura e o corpo feminino*. Tradução de Ana Carolina Mesquita. São Paulo: Elefante, 2022.

BUTLER, Judith. *Desfazendo o gênero*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. *Happycracia: como a ciência da felicidade controla nossas vidas*. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

CIXOUS, Hélène. *O riso da Medusa*. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2022.

FABRIS, Annateresa. Uma “magnífica presa”: representações visuais de Marilyn Monroe. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 11–28, jan./jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 44. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

GREEN, André. *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*. Paris: Odile Jacob, 2013.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

IRIGARAY, Luce. *Este sexo que não é um sexo: sexualidade e status social da mulher*. São Paulo: Senac, 2017.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 591-652.

LACAN, Jacques. *Encore: o seminário, livro 20* (1972-1973). Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2010.

LACAN, Jacques. *Os não-tolos vagueiam* (1973-1974). Espaço Moebius Psicanálise. (Publicação não comercial). 2016.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da transição*. Tradução de Jéssica Cardin. São Paulo: n-1 edições, 2020.

SCHNEIDER, Michel. *Marilyn: últimas sessões*. Tradução Vera lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

STERN, Bert. *Marilyn Monroe – A Última Sessão = The Last Sitting*. Lisboa: Quetzal Editores, 2011.

TEODORO, Elizabeth Fátima. *Não-toda escrita: cartografias para escrever o feminino*. Tese (doutorado em psicologia) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2025.

CAPÍTULO 18

GÊNERO, CUIDADO E JUSTIÇA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL EM VARAS DA FAMÍLIA

***GENDER, CARE, AND JUSTICE: A SYSTEMATIZATION OF SOCIAL WORK
PRACTICE IN FAMILY COURTS***

Viviane de Paula

Tribunal de Justiça de São Paulo
São Paulo

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4964-972X>

E-mail: viviane.canada@hotmail.com

Thamires Louzada de Souza

Tribunal de Justiça de São Paulo
São Paulo

ORCID <https://orcid.org/0009-0002-7577-7140>

E-mail: thamires.desouza@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar os impactos da ruptura conjugal na vida das mulheres e os desafios da reorganização da parentalidade, sob a ótica da perícia em Serviço Social nas Varas da Família e Sucessões. Estudo de natureza qualitativa pautado na sistematização da experiência profissional em perícia em Serviço Social, articulada a uma revisão teórica sobre relações de gênero, trabalho do cuidado e configurações familiares contemporâneas. A análise revela que o divórcio exacerba assimetrias de gênero, evidenciando a invisibilidade do trabalho doméstico e a persistente responsabilização feminina pelo cuidado, muitas vezes, utilizada como mecanismo de controle no pós-divórcio. A atuação crítica do assistente social é essencial para desnaturalizar estereótipos de gênero e fomentar a coparentalidade, garantindo que o sistema de justiça reconheça as complexidades das organizações familiares contemporâneas.

Palavras-chave: Gênero; Serviço Social; Perícia Social; Trabalho do Cuidado; Parentalidade.

ABSTRACT

The presente study aims to analyze the impacts of marital breakdown on women's lives and the challenges of reorganizing parenting, from the perspective of Social Work expertise in Family and Succession Courts. A qualitative study based on the systematization of professional experience in Social Work expertise, linked to a theoretical review on gender relations, care work, and contemporary family configurations. The analysis reveals that divorce exacerbates gender asymmetries, highlighting the invisibility of domestic work and the persistent female responsibility for care, often used as a control mechanism in the post-divorce period. The critical performance of social workers is essential to denaturalize gender stereotypes and foster co-parenting, ensuring that the justice system recognizes the complexities of contemporary family organizations.

Keywords: Gender; Social Work; Social Expertise; Care Work; Parenting.

Introdução

A trajetória histórica das mulheres na esfera familiar é marcada por uma herança de subordinação e reificação, na qual a sexualidade e o corpo feminino foram instrumentalizados para fins procriativos e de controle social. Sob a vigilância de instituições como o Estado e a religião, a vida doméstica e a castidade feminina foram elevadas a símbolos da honra masculina, consolidando relações desiguais de poder que incidem tanto sobre a autonomia da mulher quanto sobre sua descendência. Na Idade Moderna, esse cenário foi reforçado pelo mito do amor materno instintivo, que confinou o cuidado ao âmbito privado e o naturalizou como uma "função social" intrinsecamente feminina.

Embora o século XX tenha trazido transformações decisivas como a urbanização, o acesso à educação e a entrada no mercado de trabalho, a estrutura da divisão sexual do trabalho não foi rompida, mas

reconfigurada em novos termos. Atualmente, vive-se um período de transição contraditório: se, por um lado, a maternidade tornou-se uma escolha mediada, por outro, a gestão cotidiana da vida e o suporte à prole continuam sendo atribuídos prioritariamente às mulheres, inclusive em novos formatos familiares.

Essa desigualdade material é frequentemente obscurecida por discursos institucionais que, ao tomarem a família nuclear patriarcal como parâmetro normativo, interpretam a diversidade das configurações contemporâneas como uma "crise". Tal leitura moralizante ignora as determinações estruturais da sociedade e acaba por fomentar a culpabilização feminina nos contextos de dissolução conjugal e de reorganização da parentalidade.

No cenário das Varas da Família e Sucessões, essas assimetrias de gênero tornam-se particularmente evidentes durante o processo de divórcio. O trabalho do cuidado, sistematicamente desvalorizado por não ser reconhecido como socialmente produtivo, muitas vezes é convertido em punição material para a mulher no momento da separação conjugal. A continuidade da parentalidade, atravessada por conflitos e pela necessidade de estabelecer a coparentalidade, exige que o sistema de justiça e seus profissionais compreendam a família como uma categoria histórica e relacional, o que Kehl (2003) denomina como "famílias tentaculares".

Nesse contexto, a atuação do assistente social perito torna-se estratégica. A perícia em Serviço Social não deve se restringir à descrição de dados, mas sim produzir conhecimento técnico capaz de desnaturalizar estereótipos e desvelar manifestações de violência de gênero que se exacerbam na ruptura conjugal. Justifica-se este estudo pela necessidade de dar visibilidade à sobrecarga e à invisibilidade do trabalho doméstico feminino, bem como pela urgência de repensar as práticas institucionais que ainda operam sob parâmetros normativos de gênero.

O objetivo deste artigo é analisar os impactos da ruptura conjugal na trajetória de vida das mulheres e os desafios da reorganização da parentalidade no âmbito judiciário. Busca-se compreender como a escuta qualificada e a perícia social podem contribuir para o

reconhecimento das assimetrias de gênero e para a promoção de arranjos familiares mais equitativos. Para tal, a abordagem metodológica fundamenta-se na sistematização da experiência profissional em Varas da Família, articulada a uma revisão bibliográfica crítica sobre gênero e perícia em Serviço Social.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho caracteriza-se como estudo de natureza qualitativa, fundamentado na sistematização da experiência profissional do assistente social no âmbito das Varas da Família e Sucessões. Parte-se da reflexão crítica sobre a prática sociojurídica, compreendida como espaço de produção de conhecimento técnico capaz de apreender as múltiplas determinações da questão social que atravessam os conflitos familiares judicializados.

O percurso metodológico organizou-se a partir de três eixos articulados: (a) a sistematização da prática profissional, com base na escuta qualificada e no acompanhamento de mulheres envolvidas em processos de divórcio, guarda, regulamentação de convivência e alimentos, visando compreender as repercussões das trajetórias conjugais e maternas no contexto judicial; (b) a reflexão oriunda da produção pericial em Serviço Social, especialmente laudos e pareceres, entendidos como mediações centrais entre a realidade social vivenciada pelas famílias e o processo decisório, com atenção à forma como categorias como “competências parentais” e “vínculos” são mobilizadas institucionalmente; e (c) a articulação teórico-crítica dos achados empíricos às categorias de gênero, divisão sexual do trabalho e ambivalência materna, à luz de autoras como Badinter, Saffioti, Kehl e Donath, permitindo a interpretação das reconfigurações familiares e das resistências à corresponsabilidade parental.

As considerações éticas orientaram-se pelo sigilo profissional e pelo compromisso ético-político do Serviço Social, assegurando a preservação da identidade das famílias e a centralidade do interesse superior da criança e do adolescente na análise desenvolvida.

1. Gênero e família: categorias em movimento

Historicamente, a construção social da sexualidade esteve associada à coisificação e à reificação das mulheres, conformando um tipo de feminilidade centrado na instrumentalização de seus corpos para a procriação. A subordinação feminina na esfera da sexualidade articula-se à subordinação das mulheres nos processos de reprodução social da vida, expressando relações desiguais de poder que incidem tanto sobre seus corpos quanto sobre sua descendência. Nesse sentido, a apropriação e a instrumentalização da prole constituem desdobramentos da mesma lógica de dominação que incide sobre as mulheres, especialmente no interior das relações familiares.

Ao longo da história, a sexualidade feminina foi submetida a intenso controle por parte da religião, do Estado e da sociedade, sendo a castidade e a virgindade, sobretudo das meninas, convertidas em símbolos de honra masculina, vinculados à autoridade paterna e conjugal (LANDINI, 2005; LOWENKRON, 2012). No desenvolvimento do sistema capitalista, tais processos se intensificam, uma vez que a reprodução social da vida passa a ser atravessada por formas cada vez mais complexas de mediação social e por processos de alienação que conformam representações ideológicas específicas do ser feminino.

É nesse movimento que parentesco, família, maternidade, casamento e regulação da sexualidade das mulheres se consolidam como instituições centrais na produção de formas de sociabilidade e representações sociais que atendem à desejabilidade masculina e contribuem para a manutenção das relações de poder de gênero (BOZON, 2004; MACKINNON, 2016). Na Idade Moderna, a emergência de representações que associam a conjugalidade à ideia de amor institui esse espaço como lócus legítimo do exercício da sexualidade, relegando a família ao âmbito da intimidade e da vida privada, supostamente imune à intervenção estatal (BADINTER, 1985; FOUCAULT, 2017; SCAVONE, 2001).

Nesse mesmo período, consolida-se o mito do amor materno instintivo e universal que, articulado à maternidade enquanto função

social da mulher, fundamenta a feminilização do cuidado e o confinamento das mulheres, especialmente brancas e burguesas, ao espaço doméstico e à responsabilidade quase exclusiva pela prole (BADINTER, 1985; SCAVONE, 2001).

As transformações nas relações de gênero, especialmente ao longo do século XX, produziram impactos decisivos na organização da família e nas formas de vivenciar a maternidade, deslocando-a de um destino naturalizado para o âmbito da escolha socialmente mediada. Conforme analisa Scavone (2001), industrialização, urbanização e maior acesso das mulheres à educação formal e ao trabalho assalariado tensionaram o modelo tradicional de família, sem, contudo, romper a responsabilização feminina pela criação da prole.

Nesse movimento contraditório, a maternidade passa a ser vivida como escolha reflexiva, favorecida pelas tecnologias contraceptivas, mas profundamente marcada por desigualdades de classe, raça/etnia e gênero, evidenciando que a ampliação da autonomia feminina não se converte automaticamente em equidade na responsabilidade parental. Assim, as mudanças observadas na família contemporânea não significam a superação das hierarquias de gênero, mas sua reconfiguração em novos arranjos familiares.

Ao mesmo tempo em que emergem novos modelos de sexualidade, conjugalidade e parentalidade, persiste um padrão no qual o cuidado com os filhos e a gestão da vida cotidiana seguem sendo atribuídos prioritariamente às mulheres, inclusive nos contextos de separação e divórcio. Scavone (2001) aponta que, apesar de transformações importantes como a redução do número de filhos, o aumento de mulheres chefes de família e a maior presença feminina no espaço público, a divisão sexual do trabalho no interior da família permanece desigual, expressando limites estruturais à concretização do ideal de corresponsabilidade parental. Trata-se de um período de transição, marcado por avanços normativos e simbólicos e, simultaneamente, por impasses materiais e institucionais, nos quais as mulheres seguem sendo convocadas a sustentar, de forma individualizada, os efeitos das transformações familiares.

Nesse ponto, é fundamental problematizar a leitura recorrente que associa tais transformações à ideia de “crise” ou “desagregação” da família. Como adverte Kehl (2003), a afirmação de que “a família não é mais a mesma” remete a um modelo idealizado de família nuclear, patriarcal e burguesa, historicamente situado e elevado à condição de parâmetro normativo fora da história. A pluralidade das configurações familiares contemporâneas tende, assim, a ser avaliada a partir de um ideal que já não corresponde às condições sociais vigentes, produzindo discursos institucionais que responsabilizam a dissolução da conjugalidade como fenômenos desencadeadores da violência, desorientação juvenil e degradação social. Essa leitura moralizante obscurece as determinações estruturais das transformações familiares e contribui para a culpabilização das mulheres, especialmente nos contextos de divórcio e reorganização da parentalidade.

1.1 Maternidade, ambivalência e trabalho do cuidado

É justamente o conjunto de estereótipos que sacraliza a maternidade e a inscreve como destino natural das mulheres que Orna Donath busca desconstruir em *“Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade”*, publicado no Brasil em 2017. Ao questionar a incapacidade social de tratar a maternidade como uma relação humana atravessada por conflitos, ambivalências e limites e não como papel moralmente idealizado, a autora tensiona os fundamentos simbólicos que sustentam a maternidade como reino de sacralidade (DONATH, 2017). Seus achados evidenciam que o arrependimento materno não se confunde com ausência de afeto pelos filhos: em muitos casos, trata-se da rejeição à experiência social da maternidade, marcada por sobrecarga, renúncias e expectativas normativas.

Ao articular maternidade e capitalismo, a autora desloca essa experiência do âmbito estritamente privado para situá-la como fenômeno profundamente público, regulado por expectativas sociais, econômicas e morais. Enquadrar a maternidade como papel a ser desempenhado produz um modelo único centrado na figura da “mãe perfeita”, aproximando-a da lógica da “funcionária ideal”, orientada por metas,

desempenho e resultados. Nesse enquadramento, a maternidade se converte em projeto produtivista, no qual as crianças aparecem como “tábuas rasas” sobre as quais as mães inscrevem vitórias ou fracassos (DONATH, 2017). Em contraposição, compreender a maternidade como relação, e não como função, permite reconhecer múltiplos cenários maternais, conferindo complexidade às experiências das mulheres e evidenciando seu caráter dinâmico e historicamente situado.

Essa leitura dialoga diretamente com a crítica feminista ao trabalho não remunerado do cuidado, cujos efeitos são centrais na reprodução social da vida. Conforme analisam Melo e Morandi (2020), o trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente realizado pelas mulheres, é sistematicamente desvalorizado por não ser reconhecido como trabalho socialmente produtivo, apesar de sustentar as condições materiais e simbólicas para a reprodução da força de trabalho. No interior das relações conjugais, esse trabalho viabiliza que homens invistam em escolarização, desenvolvam carreiras e alcancem melhores níveis de renda e status social, enquanto às mulheres é atribuída a manutenção do lar, o cuidado com a prole e a gestão das necessidades cotidianas. Não raro, após alguns anos de casamento, essas mulheres se inserem no mercado de trabalho de forma precarizada, intermitente e com rendimentos inferiores, acumulando jornadas múltiplas.

Em situações de divórcio, tais assimetrias tendem a se expressar de forma particularmente violenta. O trabalho do cuidado, historicamente realizado pelas mulheres, é apagado enquanto contribuição constitutiva do patrimônio familiar, convertendo-se em punição material no momento da dissolução conjugal. Muitas mulheres passam a enfrentar o divórcio sem renda própria, com trajetórias profissionais interrompidas ou fragilizadas e dependentes do apoio da rede familiar extensa para garantir condições mínimas de sobrevivência e proteção social. Mesmo aquelas que lograram inserção no mercado de trabalho não escapam à penalização moral e institucional, sendo frequentemente rechaçadas por delegarem o cuidado da prole a terceiros. Nos territórios periféricos, é comum que vizinhas desempenhem, de forma informal, o cuidado das crianças em horários não cobertos pelos centros de educação infantil, diante da insuficiência de vagas, da ausência de

atendimento em período integral ou no contraturno escolar. Tais arranjos, longe de expressarem negligência materna, evidenciam estratégias de sobrevivência diante da precariedade das políticas públicas e da persistente responsabilização feminina pelo cuidado (OLIVEIRA, 2020).

Nesse cenário, a deslegitimação do trabalho do cuidado e da maternidade por parte do ex-cônjuge aparece como vetor recorrente de violência de gênero no pós-divórcio. A mobilização de recursos econômicos e estratégias jurídicas para prolongar o conflito, por meio da redução de alimentos, da disputa de guarda e da judicialização exaustiva, atua como mecanismo de controle e desgaste, repondo desigualdades construídas ao longo da vida conjugal.

Como observa Kehl (2003), a persistência do ideal de família nuclear como parâmetro normativo contribui para a leitura do divórcio como falência moral, obscurecendo o fato de que a família não se dissolve, mas se reorganiza em novas configurações. A conjugalidade desfeita tem de ser articular dialeticamente a continuidade da parentalidade, com responsabilidades partilhadas, apoio material e emocional a fim de constituir a coparentalidade fundamental para o melhor interesse da prole. Como nos lembra Kehl (2003, p.3, *grifo nosso*),

A família tentacular contemporânea, menos endogâmica e mais arejada que a família estável no padrão oitocentista, traz em seu desenho irregular as marcas de sonhos frustrados, projetos abandonados e retomados, esperanças de felicidade das quais os filhos, se tiverem sorte, continuam a ser portadores. **Pois cada filho de um casal separado é a memória viva do momento em que aquele amor fazia sentido**, em que aquele par apostou, na falta de um padrão que corresponda às novas composições familiares, na construção de um futuro o mais parecido possível com os ideais da família do passado. Ideal que não deixará de orientar, desde o lugar das fantasias inconscientes, os projetos de felicidade conjugal das crianças e adolescentes de hoje. Ideal que, se não for superado, pode funcionar como impedimento à legitimação da experiência viva dessas famílias misturadas, engraçadas, esquisitas, improvisadas e mantidas com afeto, esperança e desilusão, na medida do possível.

Deste modo, paternidade e maternidade são reconfiguradas a partir das exigências da coparentalidade, onde as requisições deixam (ou deveriam deixar) de ser de caráter individual e passam a ser de

reciprocidade. Pois a coparentalidade é o trabalho árduo e contínuo do casal parental. Casal este que vinga diante do fim da conjugalidade.

1.2 Perícia em Serviço Social e o desvelamento das hierarquias de gênero

Nesse contexto, a atuação do assistente social nas Varas da Família e Sucessões não se restringe à coleta ou descrição de dados sociais, mas implica a produção de conhecimento técnico especializado, orientado por fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos próprios da profissão. A Perícia em Serviço Social, materializada por meio do laudo e do parecer em Serviço Social, constitui mediação central entre a realidade social vivenciada pelas famílias e o processo decisório judicial, incidindo diretamente sobre guarda, convivência, alimentos, partilha de bens e responsabilização parental (FRANCO; FÁVERO; OLIVEIRA, 2021).

Todavia, o assistente social perito¹ atua em um espaço institucional atravessado por concepções normativas de família, maternidade e papéis de gênero. Demandas dirigidas aos setores técnicos tendem a privilegiar avaliações centradas em “competências parentais”, “vínculos” e “capacidades de cuidado”, o que pode, se não problematizado, reproduzir expectativas naturalizadas sobre o lugar das mulheres na família. Em processos de divórcio, a maternidade pode ser tomada como parâmetro moral e não como relação social, enquanto o trabalho do cuidado realizado ao longo da vida conjugal permanece, muitas vezes, sem reconhecimento histórico e estrutural.

Compreender a família como categoria histórica e relacional, tal como propõe Kehl (2003) ao analisar as chamadas famílias “tentaculares”, é condição para uma atuação pericial crítica na área sociojurídica. A perícia em Serviço Social é chamada a apreender as formas

¹ A função de perito está regulamentada no Código de Processo Civil Lei 13.105, de 16/03/2015, artigos 156-158 e os artigos 464-480 regulamentam a prova pericial. Lei de Regulamentação n.8.662, de 07 de junho de 1993. “Art. 5º IV “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”.

concretas de reorganização da parentalidade e do cuidado para além da ruptura conjugal, reconhecendo vínculos, responsabilidades e assimetrias que se produzem em arranjos familiares não lineares. Ao incorporar essa perspectiva, o Serviço Social contribui para desnaturalizar hierarquias de gênero e explicitar manifestações de violência que se exacerbam justamente quando a conjugalidade se encerra, mas a parentalidade permanece como relação social a ser reorganizada.

2 Ruptura conjugal, mulheres e judicialização da vida familiar

No atendimento às famílias, o Serviço Social possibilita o acompanhamento de um momento particularmente significativo da trajetória de vida das mulheres que, no espaço de atuação na esfera do judiciário demarcado por região administrativa judiciária (RAJ), situada na comarca da capital, são majoritariamente cisgênero, heterossexuais e mães. Trata-se de um período marcado por intensas transformações subjetivas, sociais e materiais, atravessado simultaneamente por afetos, reflexões e redefinições, no qual a decisão pela separação conjugal pode ter sido tomada em distintos contextos, dentre eles: de forma consensual entre os cônjuges; como iniciativa da mulher após longas tentativas de reconciliação e de manutenção da relação; ou ainda após anos de tolerâncias, por preocupações com o futuro dos filhos, muitas vezes ainda pequenos (GÓIS; OLIVEIRA, 2019).

No exercício profissional, assistentes sociais têm o privilégio de escutar histórias e fazer aproximações sucessivas à realidade social das famílias em reconfiguração. Mais do que isso, à luz do dever ético possibilitar reflexões conjuntas sobre possibilidades concretas de reorganização da vida, acolhendo trajetórias singulares, fazendo as mediações frente as múltiplas expectativas que incidem sobre a ruptura conjugal, algo ainda vivo e pulsante no tempo presente, mesmo em um contexto de pluralização dos arranjos familiares, uma vez que as relações sociais permanecem fortemente apoiadas em padrões normativos de gênero que reproduzem qual seja a “função” da mulher na sociedade e na família (OLIVEIRA, 2020).

Do ponto de vista do objetivo da Perícia Social, interessa compreender como essas mulheres vivenciaram a relação conjugal e como esse percurso reverbera no contexto judicial, especialmente no que se refere à definição de acordos relativos aos filhos, crianças e adolescentes, sujeitos de direitos prioritários nas Varas da Família. Os relatos apresentados nos atendimentos extrapolam o plano prático-racional, uma vez que são permeados de singularidades e estão subscritos na totalidade da vida social. Ademais, grande parte das separações acompanhadas é relativamente recente, situando-se, em geral, no período de até três anos. Assim, essa escuta qualificada permite apreender as decisões tomadas ao longo da vida conjugal e suas repercussões nas diferentes fases daquela relação, desde o início até a dissolução (GÓIS; OLIVEIRA, 2019).

Sob a perspectiva de gênero, num primeiro momento, compreende-se que a ruptura da união constituída tende a inaugurar um processo particularmente complexo para as mulheres, exigindo tempo para a elaboração do fim do vínculo e para a ressignificação do afeto, seja no reconhecimento de seu esgotamento, seja na busca pela reconstrução em novos termos.

Tal elaboração se torna ainda mais desafiadora quando se considera que o ex-companheiro, embora deixe de ocupar o lugar de parceiro amoroso, permanece como pai dos filhos. Nesse sentido, emergem questões centrais: como se dará a relação com o ex-cônjuge a partir de então? Como reorganizar o exercício da parentalidade nesse novo arranjo? Quais as possibilidades de exercício da coparentalidade e seus limiares entre a reciprocidade e a continuidade do controle da vida da mulher pelo ex-companheiro? De que modo essa mulher dará continuidade à sua trajetória pessoal e profissional? Há rede de apoio? Há histórico de situações de violência doméstica e familiar? Quais os impactos socioeconômicos para a reorganização desta mulher?

Tais indagações evidenciam que a ruptura conjugal, longe de se limitar ao término do vínculo afetivo, inaugura um campo de disputas materiais, simbólicas e relacionais profundamente atravessado pelas desigualdades de gênero, no qual a reorganização da parentalidade pode tanto abrir possibilidades de autonomia quanto atualizar

mecanismos de controle, dependência e violência, exigindo do sistema de justiça e das equipes técnicas uma leitura crítica e situada dessas trajetórias.

2.1 Impactos socioeconômicos da reorganização familiar sobre as mulheres

Com a abertura da ação judicial, muitas vezes decorrente de tentativas frustradas de acordo extrajudicial, a mulher se vê diante da necessidade de uma reorganização que, embora já estivesse em curso, passa a ser permeada pelas dinâmicas processuais. Ao longo do processo, soma-se um desgaste adicional decorrente da imprevisibilidade das disputas que podem ser mobilizadas pelo ex-cônjuge nos autos, bem como da exposição de aspectos da vida familiar, tradicionalmente compreendidos como pertencentes ao âmbito privado, à esfera pública e institucional, sob avaliação de profissionais de diferentes áreas e com a implicação direta dos filhos (GÓIS; OLIVEIRA, 2019). Tal compreensão vai na contramão do interesse da própria mulher, uma vez que a privatização das necessidades sociais ao âmbito familiar, expressada pelo familismo, desloca a responsabilidade coletiva pela proteção social, por meio da retração do Estado, para os indivíduos e suas famílias (MIOTO et al., 2018).

Um aspecto recorrente nos relatos das mulheres refere-se à invisibilidade histórica do trabalho doméstico e de cuidado (SAFFIOTI, 1979). É frequente que, ao exporem suas dores, elas apontem a percepção de diminuição do padrão ou da qualidade de vida após a separação, o que comumente se configura como um dos primeiros grandes obstáculos a serem enfrentados. Reconhecer a importância, ainda que com limitações, do suporte anteriormente oferecido pelo ex-cônjuge ou por sua rede familiar, ao mesmo tempo em que se mantinha a responsabilidade central pela gestão da casa e do cuidado, constitui um passo significativo. A constatação de que o conforto material próprio e o dos filhos pode diminuir, ao menos no período inicial de reorganização, e se prolongar além do desejado, impõe-se como realidade a ser enfrentada, sobretudo diante da ausência de nova rede de apoio consolidada.

A partir disso, impõe-se então a questão da inserção, reinserção ou permanência no mercado de trabalho, agora sob a condição de acúmulo explícito do trabalho produtivo e reprodutivo. Nos casos em que a mulher já exercia atividade profissional ao longo da parentalidade, agora ela passa a assumir, individualmente, a gestão financeira familiar, as decisões logísticas, além dos cuidados com os filhos, que majoritariamente já lhe eram atribuídos. Já a reinserção no mercado de trabalho apresenta entraves ainda mais expressivos, frequentemente associados à escolaridade, à qualificação profissional e à necessidade de atualização. Não raramente, torna-se necessário à mulher aceitar postos de trabalho menos remunerados ou retomar os estudos como estratégia para, futuramente, acessar melhores oportunidades (MELO; MORANDI, 2020).

Diante dessa cadeia de novos eventos e demandas, mostra-se evidente que a saúde das mulheres em rompimento de uma relação conjugal é afetada e demanda atenção e cuidado, tanto no âmbito físico quanto mental. A adaptação a uma nova rotina, a assunção de responsabilidades ampliadas e a ausência ou construção de rede de apoio configuram fatores de risco que exigem proteção social. As novas e diversas atribuições, somadas a um repertório cultural persistente de exigências sociais, tende a intensificar esse momento, contribuindo para o sofrimento psíquico e o adoecimento da mulher conforme aponta o estudo de Freitas e Paquiela (2025).

2.2 Maternidade sob disputa: cuidado, controle e judicialização

Dessa forma, às demandas materiais decorrentes da reorganização familiar somam-se pressões externas que impactam a condição de mãe, podendo manifestar-se de maneira sutil ou explícita. Elas emergem de diversos atores: familiares, vizinhos, amiga(o)s, colegas de trabalho, pessoas recentemente aproximadas à rede de relações dessas mulheres e novos parceiro(a)s afetivos. Destaca-se, ainda, a atuação de familiares do ex-cônjuge que, mesmo sem intenção deliberada de provocação, reproduzem concepções patriarcais e moralizantes no sentido de que a mulher deve tudo suportar “em nome do amor,

dos filhos e da família”. Tais manifestações, por vezes ocorrendo na presença das crianças e dos adolescentes, pelos quais a mãe toma conhecimento do que está sendo proferido a seu respeito, contribuem para a culpabilização materna e questionamentos sobre como proceder.

O exercício da parentalidade materna após o divórcio configura-se como uma experiência culturalmente estigmatizada e socialmente desafiadora (OLIVEIRA, 2020). Mulheres relatam a sensação de ocupar um “não-lugar”, sobretudo ao tentarem habitar espaços que antes eram compartilhados no contexto anterior à separação conjugal. Mais profundamente, essa experiência evidencia as contradições típicas de um período de transição nos modos de compreender a família e a maternidade (SCAVONE, 2001).

Esse novo contexto repercute diretamente na vida dos filhos, que, além de frequentemente se verem imbricados nos litígios conjugais, passam a vivenciar uma espécie de fragmentação em suas rotinas. Eventos significativos, como aniversários e atividades escolares, começam a ocorrer alternadamente entre o lar materno e o paterno, ou concentram-se com um dos genitores, em muitos casos, com a mãe. Observa-se ainda que, alguns homens, quando detentores da guarda dos filhos, ressentidos com a separação decidida pela mulher, buscam se distanciar da ex-companheira, limitando a participação materna na vida dos filhos e, frequentemente, contrariando o desejo das próprias crianças e adolescentes.

Essa reação masculina não pode ser compreendida apenas como expressão de conflitos interpessoais decorrentes do término conjugal, mas deve ser analisada como manifestação de relações de poder historicamente construídas. Sob a perspectiva patriarcal, a iniciativa feminina pela ruptura conjugal pode ser percebida pelo homem como uma afronta à sua posição de dominação, conforme nos lembra Saffioti (2015, p. 65):

Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade.

Para além dessas atitudes, sobressai do discurso de alguns pais a desqualificação do exercício da maternidade da ex-companheira, mobilizada como estratégia para questionar a guarda e enfraquecer a posição materna, sendo frequentemente, na verdade, uma tentativa de suspensão ou redução das responsabilidades financeiras paternas. Não raramente, a mulher é acusada por esses ex-companheiros e, por vezes, também por outras mulheres do contexto familiar, de ser emocionalmente desequilibrada ou incapaz de exercer a parentalidade. É importante considerar que, mesmo quando essa narrativa carece de sustentação concreta, ela pode ganhar centralidade no processo judicial, especialmente na ausência da necessária leitura de gênero.

Tais elementos refletem a construção de novos arranjos familiares, em grande parte marcados por intensos litígios conjugais, que somente se consolidam a partir da decisão judicial. Ainda assim, há processos em que é possível observar esforços de alguns pais para estabelecer formas de convivência mais equilibradas.

Outro aspecto relevante é que a reorganização da convivência exige adaptações de todos os envolvidos, especialmente das crianças e adolescentes, cujas necessidades devem ser consideradas prioritariamente. Nesse contexto, a figura materna assume, de maneira mais explícita, a responsabilidade pela imposição de limites e regras que anteriormente poderiam ser atribuídas ao pai, enquanto a convivência paterna, frequentemente definida em finais de semana alternados, tende a ser equivocadamente percebida como momento exclusivo de lazer, não sendo reconhecida como componente constitutivo da responsabilidade parental (OLIVEIRA, 2020).

Além disso, são recorrentes as preocupações maternas quanto à convivência dos filhos com novos(as) parceiros(as) do ex-cônjuge, assim como questionamentos sobre a necessidade de contato e mediação com essas figuras. Tais dúvidas revelam inquietações legítimas, orientadas pelo interesse e pela proteção dos filhos.

Oposto a isso é o cenário em que a não aceitação de novos vínculos afetivos, seja por parte do pai, seja da mãe, associa-se a conflitos mal elaborados relativos ao fim da conjugalidade, prejudicando a confiança e a segurança de que os filhos necessitam. Nesses casos, o

prejuízo não decorre da ruptura do modelo familiar tradicional, mas da ausência de estabilidade e previsibilidade nas relações parentais. Sobreretudo, das dificuldades concretas para o exercício da coparentalidade e a inserção mediada de madrastas, padrastos e toda uma cadeia de novos parentes que vão surgindo a partir dos novos projetos de conjugalidade e, conseqüentemente, dos formatos familiares, engendrando seus tentáculos e repercussões para a família em totalidade.

É também em nome da proteção dos filhos que muitas mães acabam aceitando acordos desvantajosos ou renunciando a direitos, como estratégia de sobrevivência e de minimização de conflitos. Tal dinâmica se intensifica entre mulheres que vivenciaram relações marcadas por violência doméstica, permanecendo por longos períodos no vínculo conjugal.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça a violência doméstica e familiar como elemento central para a definição de medidas protetivas e para a salvaguarda da convivência e da guarda dos filhos, inclusive com a possibilidade de restrição ou afastamento do genitor agressor², no cotidiano das Varas da Família a efetivação dessa diretriz ainda se apresenta como um processo em construção. Persistem leituras que dissociam a violência sofrida pela mulher do exercício da parentalidade, tratando-a como conflito conjugal pretérito, o que frequentemente resulta na manutenção de vínculos obrigatórios com o ex-companheiro, por vezes o próprio agressor, em nome de uma suposta neutralidade decisória.

É nesse ponto que a incorporação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (2021), assume papel estratégico: ao reconhecer as assimetrias estruturais de gênero e os impactos da violência doméstica na reorganização familiar, o Protocolo orienta uma leitura que não confunde imparcialidade com indiferença às desigualdades, reafirmando que considerar o contexto de violência não configura favorecimento jurídico,

² A principal legislação que garante proteção imediata à mulher em casos de violência doméstica, permitindo que ela aguarde o desenrolar do processo em segurança, é a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), especialmente com as atualizações trazidas pela Lei nº 14.550/2023.

mas condição para a produção de decisões efetivamente protetivas, coerentes com a realidade social e com o princípio da proteção integral de mulheres, crianças e adolescentes.

Considerações finais

A análise empreendida confirma que a ruptura da conjugalidade não encerra a família, mas a reconfigura em modelos “tentaculares”, nos quais a parentalidade deve ser reorganizada por meio da coparentalidade e da reciprocidade. Entretanto, essa transição é profundamente marcada por assimetrias de gênero, nas quais a invisibilidade histórica do trabalho do cuidado e a permanência do mito do amor materno instintivo continuam a sobrecarregar as mulheres, especialmente no contexto da judicialização das relações familiares.

A discussão evidencia que, nos processos de divórcio, o cuidado deixa de ser reconhecido como contribuição constitutiva do patrimônio familiar e passa a operar como punição material e moral dirigida às mulheres. Mesmo quando inseridas no trabalho produtivo, elas acumulam múltiplas jornadas: trabalho remunerado, cuidado com a prole, gestão da vida doméstica e enfrentamento dos conflitos judiciais decorrentes da separação. Suas estratégias de sobrevivência e de organização do cuidado parental são frequentemente atravessadas por julgamentos morais e institucionais, que desconsideram as condições concretas de vida e reforçam expectativas normativas sobre maternidade e disponibilidade feminina. Nesses termos, a judicialização da vida privada tende a culpabilizar as mulheres e a reafirmar estereótipos patriarcais, obscurecendo as determinações estruturais da divisão sexual do trabalho e aprofundando desigualdades preexistentes.

Nesse contexto, a perícia em Serviço Social nas Varas da Família afirma-se como instrumento estratégico para desvelar as expressões da questão social e as manifestações da violência de gênero que se intensificam na continuidade da parentalidade após a separação conjugal. Ao compreender a família como categoria histórica e relacional, o assistente social perito, em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, contribui para desnaturalizar hierarquias de gênero,

apoiar processos de reorganização familiar mais equitativos e visibilizar o trabalho reprodutivo como elemento constitutivo da vida familiar. A incorporação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, qualifica essa atuação ao orientar a consideração das desigualdades estruturais de gênero na análise dos conflitos familiares, reafirmando que tal perspectiva não configura parcialidade jurídica, mas condição para a produção de decisões materialmente justas e comprometidas com a equidade e a justiça social.

Ao concluir, reafirma-se que o fortalecimento da justiça social para as mulheres no âmbito do Judiciário exige a superação de parâmetros normativos herdados de modelos familiares idealizados, em favor da legitimação das experiências concretas, diversas e historicamente situadas das famílias contemporâneas. Nessa direção, a atuação do Serviço Social, orientada por seu Projeto Ético-Político e articulada a instrumentos institucionais como o Protocolo de Gênero, revela-se fundamental para a construção de práticas judiciais comprometidas com a equidade, a proteção integral e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 1 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 jun. 1993.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (*Lei Maria da Penha*), para dispor sobre a concessão de medidas protetivas de urgência à mulher em situação de violência doméstica e familiar. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 20 abr. 2023.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero*. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero-cnj-24-03-2022.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2026.

DONATH, O. *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. v. 1. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, B. de A.; PAQUIELA, L. C. K. dos S. O impacto do divórcio na saúde mental da mulher: uma revisão de literatura. *Contemporânea: Contemporary Journal*, v. 5, n. 11, p. 1–24, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N11-132.

FRANCO, A. A. de P.; FÁVERO, E. T.; OLIVEIRA, R. C. *Perícia em serviço social: estante fundamental do sociojurídico*. Campinas: Papel Social, 2021.

GOIS, D. de A.; OLIVEIRA, R. C. *Serviço social na justiça de família: demandas contemporâneas do exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2019.

KEHL, M. R. *Em defesa da família tentacular*. Fronteiras do Pensamento, São Paulo, 1 dez. 2003. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acesso em: 1 fev. 2026.

LANDINI, T. S. *Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LOWENKRON, L. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MACKINNON, C. A. *Sex equality*. 3. ed. New York: Foundation Press, 2016. ISBN 978-1-60930-456-0.

MELO, H. P. de; MORANDI, L. *Os cuidados no Brasil: conquistas, legislação e políticas públicas*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348818307_Cuidados_no_Brasil_conquistas_legislacao_e_politicas_publicas. Acesso em: 1 fev. 2026.

MIOTO, R. C. T.; NUNES, R.; MORAES, P. M.; HORST, C. H. M. O familismo na política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. *Anais... v. 1, n. 1, 2018* (publicado em 21 maio 2019). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22530>. Acesso em: 1 fev. 2026.

OLIVEIRA, R. C. S. Perícia social nas disputas judiciais de guarda: contribuições das relações sociais de gênero sobre igualdade parental. In: **FÁVERO, E. T. et al. (org.).** *Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização*. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 91–112. Disponível em: https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/741/Fam%C3%ADlias%20na%20cena%20contempor%C3%A2nea_%28des%29prote%C3%A7%C3%A3o%20social%2C%20%28des%29igualdades%20e%20judicializa%C3%A7%C3%A3o%20-%202020.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 fev. 2026.

SAFFIOTI, H. *Emprego doméstico e capitalismo*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, jul. 2015.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47–60, 2001.

CAPÍTULO 19

INFLUÊNCIA DE FATORES NA INTEGRIDADE PERINEAL NUMA CASA DE PARTO: UM ESTUDO TRANSVERSAL

*INFLUENCE OF FACTORS ON PERINEAL INTEGRITY IN A BIRTH CENTER:
A CROSS-SECTIONAL STUDY*

Bruna Miguel

Superintendência de Atenção Primária à Saúde
Secretaria Estadual de Saúde (SAPS/SES-RJ)

Rio de Janeiro - RJ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5398-7182>

E-mail: brunamiguel_enfa@hotmail.com

RESUMO

Objetivo: Analisar os cuidados que contribuíram para a manutenção da integridade perineal numa Casa de Parto. **Metodologia:** Estudo epidemiológico transversal, com amostra de 1.015 prontuários. Analisaram-se as variáveis: características sociodemográficas; dados obstétricos; assistência ao período de trabalho de parto e parto; e dados do recém-nascido. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram o Excel e o Software R, e a análise estatística ocorreu de forma descritiva e o desfecho avaliado por regressão logística. **Resultados:** 84% das mulheres apresentaram laceração sendo a de 1º grau mais evidente. 22,5% receberam proteção perineal e 33,2%, óleo. As adolescentes apresentaram prevalência de integridade perineal. **Conclusão:** O grupo que recebeu proteção perineal não apresentou diferença significativa, e em relação ao uso do óleo, o grupo que não o utilizou apresentou 68% de chance de integridade perineal.

Palavras-chave: Parto humanizado; Enfermagem obstétrica; Períneo; Episiotomia; Cuidados de enfermagem.

ABSTRACT

Objective: To analyze the care practices that contributed to the maintenance of perineal integrity in a Birth Center. **Methodology:** A cross-sectional epidemiological study with a sample of 1,015 medical records. The following variables were analyzed: sociodemographic characteristics; obstetric data; care during labor and delivery; and newborn data. The research instruments used were Excel and the R software, and statistical analysis was performed descriptively, with the outcome assessed using logistic regression. **Results:** Eighty-four percent of women experienced perineal lacerations, with first-degree lacerations being the most prevalent. Perineal protection was provided to 22.5% of women, and 33.2% received oil application. Adolescents showed a higher prevalence of perineal integrity. **Conclusion:** The group that received perineal protection showed no significant difference, and regarding oil use, the group that did not use oil had a 68% higher chance of maintaining perineal integrity.

Keywords: Humanized childbirth; Obstetric nursing; Perineum; Episiotomy; Nursing care.

1. Introdução

O padrão obstétrico brasileiro vivencia constantes mudanças devido às intervenções obstétricas cada vez mais frequentes elevando assim as taxas de morbimortalidade materna e neonatal. E devido a isto, cada vez mais vem sendo estimuladas práticas obstétricas baseadas em evidências científicas, com profissionais capacitados e com a atuação cada vez mais frequente da enfermagem obstétrica, a fim de oferecer uma assistência humanizada e qualificada (ROCHA; ZAMBERLAN, 2018).

O períneo ganhou visibilidade quando as mulheres abandonaram o parto domiciliar e passaram a utilizar o ambiente hospitalar, e com essa medicalização do parto, a prática da episiotomia se tornou uma intervenção fundamental para melhores resultados materno e

neonatal devida a sua suposta ameaça ao feto e à mãe (GUIMARÃES et al., 2018).

Esta prática foi inserida na assistência obstétrica de forma rotineira, sem que houvesse nenhum estudo que demonstrasse seus benefícios e eficácia. Pesquisas demonstram uma frequência ainda alta no uso da episiotomia nos partos a termo e a nuliparidade se tornou um fator que aumenta a probabilidade de realização da mesma (RUBIO-ROMERO, 2018).

No Brasil, segundo dados da pesquisa Nascer no Brasil, a episiotomia foi constatada em quase 75% das primíparas e em mais de 50% das mulheres que participaram do estudo. Porém, quando se compara estes resultados com estudos avaliativos (Rede Cegonha e projeto Parto Adequado), nota-se que o uso de práticas prejudiciais foi reduzido concluindo assim que políticas públicas bem direcionadas podem modificar este cenário de atenção ao parto e nascimento (LEAL et al., 2019).

Mediante a isto, uma das estratégias do Ministério da Saúde (MS) para tentar reduzir as constantes intervenções no períneo, foi inserir enfermeiros obstétricos na assistência para incentivar o parto vaginal baseado em evidências científicas (BRANDT et al., 2018).

Além disto, o MS instituiu os Centros de Parto Normal (CPN) através da Portaria 985 de 05/08/99, redefinida pela Portaria 11 de 07/01/15, importante ação para impulsionar as transformações no cenário obstétrico brasileiro.

As Casas de Parto são modelos de CPN, assim como a Casa de Parto David Capistrano Filho, criada pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ) na zona oeste da cidade em 2004, através a Resolução nº. 1041/2004, com assistência materna e neonatal realizada por enfermeiros obstétricos (LÖWY, 2018).

Evidencia-se que manter a integridade perineal é fundamental para a qualidade de vida da mulher, e alguns estudos mostram algumas práticas realizadas com o intuito de prevenir um trauma perineal no parto vaginal. Dentre essas práticas destacam-se a massagem perineal, compressa morna, posição materna no parto, uso restrito de

puxos dirigidos, manobra de Ritgen (*hands on vs. hands off*), e técnica de flexão (ZUKOFF, 2018).

Os resultados deste estudo poderão desmistificar muitas dúvidas e questionamentos que existem a respeito da Casa de Parto, além de estarem disponibilizados para a sociedade científica, profissionais de saúde e para a população, a fim de conscientizá-los sobre o assunto.

A inovação da assistência obstétrica no município do Rio de Janeiro se deu com a criação da Casa de Parto em março de 2004. Este evento significou um ganho para os defensores do paradigma humanístico de assistência e para o movimento feminista. Além de demonstrar uma grande importância, pois oferece às mulheres uma assistência mais personalizada que valoriza os aspectos sociais e afetivos do nascimento, ao mesmo tempo em que se mostra efetiva e segura.

Sendo assim, o presente estudo se justifica, pois através dele será permitido verificar a mudança do modelo de assistência obstétrica utilizado pela Casa de Parto, através das análises aqui realizadas. Visto que as práticas utilizadas são embasadas em evidências científicas que consideram a cidadania das mulheres, promovendo assim o bem-estar materno e neonatal, semelhantes a achados internacionais em Centros de Parto Normal.

Mediante isso, o presente estudo seguiu a problemática de analisar os cuidados que prometem manter a integridade perineal durante o parto vaginal na Casa de Parto David Capistrano Filho. E com isto, o objetivo principal da pesquisa foi analisar os cuidados que contribuíram para a manutenção da integridade perineal numa Casa de Parto.

2. Procedimentos Metodológicos

Estudo epidemiológico transversal, com análise do banco de dados de prontuários da Casa de Parto David Capistrano Filho do município do Rio de Janeiro, além de artigos científicos disponíveis nas bases de dados. Nesta pesquisa, foram revisados prontuários de mulheres que pariram na instituição durante o período de 2004 até dezembro de 2013. Estes documentos encontram-se arquivados na própria instituição.

O presente estudo compõe outra pesquisa que realiza análise das boas práticas, intervenções e resultados dos partos que foram acompanhados na Casa de Parto no período de 2004 a 12/2013, denominado “Resultados perinatais, boas práticas e intervenções do modelo de parto adotado na Casa de Parto David Capistrano Filho-RJ.” totalizando 1988 prontuários.

Para a presente pesquisa, a amostra selecionada foi composta por 1.015 prontuários, após aplicar o critério de inclusão: primíparas que tiveram partos na Casa de Parto, e o critério de exclusão: primíparas que sofreram episiotomia.

Foi realizado um recorte temporal entre os anos de 2004 a 2013 para análise dos prontuários. A coleta se deu através do banco de dados da Casa de Parto David Capistrano Filho, disponível no Programa Excel, da Microsoft Office, que ficará disponível para a direção da unidade.

Analisaram-se as seguintes variáveis: características sociodemográficas; dados obstétricos; assistência ao período de trabalho de parto e parto; e dados do recém-nascido.

Exploraram-se ainda os cuidados relacionados com a integridade perineal como: uso de óleo no períneo, proteção perineal, as duas técnicas juntas e não usar nada (*hands-off*).

Posteriormente foram comparados os seus resultados, para avaliar quais foram os desfechos na mulher (integridade perineal ou laceração e seus graus).

Os dados coletados foram organizados e tabulados através do Programa Excel 2010, e sucessivamente, foram analisados no software R, versão 4.0.3 (R CORE TEAM, 2020). A análise estatística do estudo ocorreu de forma descritiva para estimar a prevalência e posteriormente, analisou-se a relação entre as variáveis selecionadas e o desfecho primário (integridade perineal) através de técnicas de análise bivariada, estratificação e modelos de regressão logística. O estudo foi organizado com base nos critérios propostos pela iniciativa STROBE.

Tanto a igualdade das variâncias de grupos foi relacionada, como os testes estatísticos foram aplicados de acordo com a distribuição dos dados. E para isto, utilizou-se o teste do Qui quadrado para

verificar as diferenças entre as proporções, considerando-se um intervalo de confiança de 95% (IC95%) e p valor de 5% (p valor-0,05).

Foram consideradas como intervenções durante o trabalho de parto: uso de cateter venoso, uso de ocitocina para aceleração do trabalho de parto, amniotomia; e como intervenções durante o parto: posição de litotomia, e manobra de Kristeller. Os dados foram ajustados de acordo com os valores significativos das tabelas 3 e 4 (IC<0,05): escolaridade, número de consultas de pré-natal, prática de respiração no trabalho de parto, uso de ocitocina e posição de parto. Para verificar os cuidados recebidos e os desfechos associados, foi realizada uma regressão logística uni e multivariada, e as variáveis do estudo foram categorizadas e dispostas conforme a tabela I.

Tabela I - Variáveis e categorias de acordo com as mulheres que pariram na Casa de Parto. Rio de Janeiro/RJ – Brasil. 2004 – 2013

Variável	Categoria	Observações
Desfecho primário	Integridade perineal	Sim, não
Desfecho secundário	Graus de laceração	1º; 2º; 3º; não especificado
Dados sociodemográficos	Escolaridade 8 anos ou +	Sim ou não
	Com companheiro	Sim ou não
	Idade materna	Adol; 20 a 34; 35 ou +
Dados obstétricos	Cor	Branca; Não branca
	Gestação anterior	Sim ou não
	Fez 7 ou + consultas	Sim ou não
	Idade gestacional em TP	< 37; 37 a 41; >41
	Peso do RN ao nascer	<2.500; 2.500 a 3,999; 4 kg ou +
	Bolsa rota na internação	Sim ou não
	Dilatação > = 4 cm na internação	Sim ou não
Cuidados	Óleo perineal	Sim ou não

	Mão no períneo	
	Proteção perineal	
Posição no parto	Litotomia	Sim ou não
	Lateral	
	Vertical	
	Água	
	De Quatro	
Boas práticas e	Água	Sim ou não
intervenções	Respiração	
	Bola	
	Ocitocina	

*Elaboração própria.

Posteriormente foi realizada análise bivariada, sendo geradas quatro tabelas com as variáveis explicativas segundo o desfecho manutenção da integridade perineal, com estatística de teste (Qui Quadrado de Person) para avaliar a independência ou alguma relação entre as variáveis que compõem a tabela de contingência.

Foi considerado um nível de 95% de confiança, portanto um p-valor < 0,05 informa que as variáveis possuem alguma relação. A seguir foi realizada análise pela regressão logística múltipla, para entender os efeitos das variáveis explicativas sobre o desfecho e reduzir o viés.

Para realizar a seleção das variáveis explicativas que deveriam ser incluídas no modelo, foram selecionadas as variáveis que apresentaram significância estatística pelo teste do qui quadrado nas tabelas 4 e 5.

Conforme a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e nº 510/16, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sendo esta vinculada à Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UERJ. Também foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro sendo aprovado pelos dois comitês respectivamente: 3.316.926 e 3.450.662.

3. Resultados

Analisando a tabela II foi possível observar que 16% das mulheres da pesquisa apresentaram períneo íntegro, e o grau de laceração mais evidente foi de 1º grau com 52,2%. Das mulheres que receberam proteção perineal, 22,5% apresentaram este grau de laceração, e 33,2% que receberam óleo também possuíram laceração de 1º grau. Observou-se ainda que 97,7% das mulheres que tiveram laceração de 1º grau receberam sutura posteriormente.

Tabela II: Características de laceração e sutura das mulheres que pariram na CPDCF segundo a presença das variáveis: proteção perineal e uso de óleo. Rio de Janeiro/RJ – Brasil. 2004 – 2013

Variáveis	Graus de laceração					Total	P value
	Íntegro	1º Grau	2º Grau	3º Grau	Sim, sem especificação		
Total	163 (16)	530 (52,2)	201 (19,8)	2 (0,1)	119 (11,7)	1015 (100)	-
Proteção perineal	-	-	-	-	-	-	0,024
Sim	28 (17,2)	119 (22,5)	40 (19,9)	0 (0)	39 (32,8)	226 (22,3)	-
Não	135 (82,8)	411 (77,5)	161 (80,1)	2 (100)	80 (67,2)	789 (77,7)	-
Óleo perineal	-	-	-	-	-	-	0,017
Sim	32 (19,6)	176 (33,2)	58 (28,9)	0 (0)	34 (28,6)	300 (29,6)	-
Não	131 (80,4)	354 (66,8)	143 (71,1)	2 (100)	85 (71,4)	715 (70,4)	-
Sutura	-	-	-	-	-	-	< 0,001

Sim	0 (0)	518 (97,7)	198 (98,5)	2 (100)	113 (95)	831 (81,9)	-
Não	163 (100)	12 (2,3)	3 (1,5)	0 (0)	6 (5)	184 (18,1)	-

*p-valor dos testes qui-quadrado de comparação entre os graus de laceração com as variáveis e a presença de sutura

Conforme a tabela III, sobre a idade materna relacionada à integridade perineal, observou-se que entre as adolescentes até 19 anos houve maior prevalência de integridade com 46,6%. Em relação à variável cor, 53,4% das mulheres consideradas como não brancas apresentaram garantia de integridade perineal e 46,6% das mulheres brancas apresentaram a mesma característica. Ao analisar a presença de laceração nesta variável, observou-se 51,1% nas mulheres não brancas e 48,9% nas mulheres brancas.

Tabela III: Características sociodemográficas e obstétricas de mulheres que pariram na CPDCF segundo a presença de integridade perineal. Rio de Janeiro/RJ – Brasil. 2004 – 2013

		Integridade Perineal		P value*
Variáveis	Subitens	Sim N=163 (16,5)	Não N=852 (83,9)	
Faixa etária	Adolescentes	76 (46,6)	320 (37,6)	0,046
	20 a 34 anos	59 (36,2)	323 (37,9)	-
	35 ou mais	28 (17,2)	209 (24,5)	-
Escolaridade	8 anos ou mais	125 (76,7)	709 (83,2)	0,046
	Menos de 8 anos	38 (23,3)	143 (16,8)	-
Estado conjugal	Com companheiro	35 (21,5)	238 (27,9)	0,088
	Sem companheiro	128 (78,5)	614 (72,1)	-
Cor	Branca	76 (46,6)	417 (48,9)	0,587
	Não branca	87 (53,4)	435 (51,1)	-
Consultas	7 ou mais	109 (66,9)	654 (76,8)	0,007
	Menos de 7	54 (33,1)	198 (23,2)	-
Idade gestacional		2 (1,2)	7 (0,8)	0,14

	< 37			
	37 a 41	161 (98,8)	826 (96,9)	-
	>41	0 (0)	19 (2,2)	-
Bolsa rota na internação	Sim	54 (33,1)	315 (37)	0,35
	Não	109 (66,9)	537 (63)	-
Dilatação 4 cm ou mais	Sim	144 (88,3)	725 (85,1)	0,279
	Não	19 (11,7)	127 (14,9)	-

*p-valor dos testes qui-quadrado de comparação entre características sociodemográficas e obstétricas com a presença de laceração

Na tabela IV analisou-se o uso da água, respiração controlada e bola suíça, além do uso da ocitocina endovenosa onde 75,5% das mulheres sem o uso desta intervenção apresentaram períneo íntegro. Constatou-se também que as posições de parto com maiores prevalências (40,5%) foram a lateral e vertical.

Tabela IV: Boas práticas e intervenções durante o trabalho de parto. Rio de Janeiro/RJ – Brasil. 2004 – 2013

		Integridade Perineal		P value*
Variáveis	Subitens	Sim	Não	
		N=163 (16)	N=852 (83,9)	
Água	Sim	113 (69,3)	611 (71,7)	0,537
	Não	50 (30,7)	241 (28,3)	-
Respiração	Sim	130 (79,8)	760 (89,2)	< 0.001
	Não	33 (20,2)	92 (10,8)	-
Bola	Sim	37 (22,7)	221 (25,9)	0,384
	Não	126 (77,3)	631 (74,1)	-
Ocitocina	Sim	40 (24,5)	313 (36,7)	0,003
	Não	123 (75,5)	539 (63,3)	-
Posição de parto	Litotomia	4 (2,5)	29 (3,4)	0,026
	Lateral	66 (40,5)	249 (29,2)	-
	Vertical	66 (40,5)	455 (53,4)	

Kristeller	Água	24 (14,7)	107 (12,6)	-
	Quatro	3 (1,8)	12 (1,4)	-
	Sim	0 (0)	7 (0,8)	0,246
	Não	163 (100)	845 (99,2)	-
Peso RN	<2500g	7 (4,3)	20 (2,3)	0,111
	2500g a 3999g	154 (94,5)	801 (94)	-
	4000 ou mais	2 (1,2)	31 (3,6)	-

*p-valor dos testes qui-quadrado de comparação entre o uso de boas práticas e intervenções com a presença de laceração

A tabela V irá apresentar os desfechos além de incluir as OR (Odds Ratio ou Razão de Chances) e IC (Intervalo de Confiança). Após o ajuste da comparação entre as variáveis, o grupo que recebeu proteção perineal não apresentou diferença significativa entre o uso ou não uso do mesmo. Já em relação ao uso do óleo perineal, o grupo que não utilizou o mesmo apresentou 68% de chance de não lacerar.

Tabela V: Características dos dados relacionados com proteção perineal e uso do óleo, segundo a integridade perineal e a razão de chance (odds ratio/razão de chances com intervalo de confiança – 95%). Rio de Janeiro/RJ – Brasil. 2004 – 2013

Integridade Perineal				
Variáveis	-	Sim	Não	OR* (IC – 95%)
Proteção perineal	Sim	28 (17,2)	198 (23,2)	-
	Não	135 (82,8)	654 (76,8)	1.03 (0.63-1.73)
Óleo	Sim	32 (19,6)	268 (31,5)	-
	Não	131 (80,4)	584 (68,5)	1.68 (1.06-2.72)

4. Discussão

O grupo de mulheres que recebeu proteção perineal não apresentou diferença significativa entre o uso ou não uso do mesmo, e alguns achados semelhantes a este se encontram em algumas pesquisas (MACIEL et al., 2020); (PIERCE-WILLIAMS; SACCONI; BERGHELLA, 2019), porém observou-se que existe certa escassez de evidências de

publicações acerca de técnicas de proteção perineal objetivando a integridade perineal.

Um estudo controlado demonstrou que o contraste estatístico entre os resultados dos grupos *hands-on* e *hands-off* foi baixo, ou seja, não houve diferença estatística significativa entre os resultados dos grupos. Concluíram que o uso da técnica *hands-on* talvez ajudasse na prevenção de lesões em determinados casos específicos, porém a mesma se torna prejudicial em outros casos, como no parto de múltíparas (LIMA et al., 2020).

Um estudo finlandês reforça em seus resultados, apesar de reconhecerem diversas limitações, que a técnica garante a integridade perineal durante o parto quando se faz uso de luvas de medição com sensores (KALIS et al., 2020); (KLEPRLIKOVA et al., 2019). Porém, ressaltamos com os presentes resultados, que esta prática não apresenta embasamento científico que comprove sua eficácia e benefício.

Quando observado o uso do óleo perineal, notou-se que as mulheres que não fizeram uso do mesmo, apresentaram 68% maior chances de integridade perineal, demonstrando assim que o óleo no períneo aumentou as chances de laceração nas parturientes.

Um ensaio clínico randomizado apresentou como resultado, a ocorrência semelhante de laceração nos grupos estudados, comprovando assim que o uso da vaselina líquida não ofereceu proteção na região perineal desencadeando em traumas (MACIEL et al., 2020); (ROMINA et al., 2020); (AQUINO et al., 2018).

A presente pesquisa constatou ainda nos resultados que as adolescentes até 19 anos apresentaram prevalência de integridade perineal. Na literatura é possível identificar diversas discussões acerca da assistência obstétrica realizada no Brasil no que se refere às adolescentes gestantes primigestas. Estudos confirmam ser uma realidade pautada em intervenções sobre processo do nascimento sem evidências justificáveis. O discurso de que o parto vaginal é danoso, principalmente neste grupo específico a que estamos tratando, se estende entre os profissionais, gestantes e seus familiares (MEDEIROS et al., 2020); (BIONDI et al., 2019).

Refletindo com os achados da presente pesquisa, pressupõe-se que a orientação e capacitação das adolescentes que pariram na Casa de Parto David Capistrano Filho, foi fundamental para que elas participassem das tomadas de decisões obstétricas, mostrando ainda que um bom nascimento independe do número abusivo de intervenções.

Quanto às limitações desta pesquisa, estas incluem a utilização de dados secundários, o que acarretou em eventuais perdas de dados em resultância do preenchimento falho dos prontuários. Semelhantemente, houve perdas nas coletas dos dados primários, porém estas foram menores do que 10% o que não comprometeu a análise estatística. Quanto às implicações para o avanço do conhecimento científico, a pesquisa obteve respostas satisfatórias dos prontuários analisados, o que permite refletir sobre a importância de reduzir as morbidades relacionadas a estas técnicas.

5. Considerações Finais

Novos estudos com qualidade metodológica se fazem necessários para que seja possível avaliar a prática de proteção perineal, porém, com os resultados da presente pesquisa, já ressaltamos a importância da não realização de uma prática que apresenta resultados estatisticamente sem significância.

Faz-se necessária a reflexão sobre a importância de reduzir as morbidades relacionadas ao trauma perineal após o parto através de técnicas que não possuem eficácia e não oferecem benefícios para a mulher. Manter a integridade perineal é um grande desafio para os profissionais que prestam assistência à parturiente e mais estudos semelhantes a este são indispensáveis para que este objetivo seja alcançado.

Referências Bibliográficas

ROCHA, B. D.; ZAMBERLAN, C. Prevenção de lacerações perineais e episiotomia: evidências para a prática clínica. **Revista de Enfermagem**

UFPE on line, Recife, v. 12, n. 2, p. 489–498, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i2a230478p489-498-2018>.

GUIMARÃES, N. N. A. et al. Análise de fatores associados à prática da episiotomia. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 12, n. 4, p. 1046–1053, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a231010p1046-1053-2018>.

RUBIO-ROMERO, J. A. Episiotomy in nulliparous women: an entrenched habit? **Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología**, Bogotá, v. 69, n. 2, p. 85–87, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18597/rcog.3211>.

LEAL, M. C. et al. Avanços na assistência ao parto no Brasil: resultados preliminares de dois estudos avaliativos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 7, e00223018, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00223018>.

BRANDT, G. P. et al. Violência obstétrica: a verdadeira dor do parto. **Revista Gestão & Saúde**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 19–37, 2018. Disponível em: <http://www.herrero.com.br/files/revista/file2a3ed78d60260c2a5bedb38362615527.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

LÖWY, I. A casa de parto como local de nascimento: contextualizando a casa de parto do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manuais**, Rio de Janeiro, p. 1161–1169, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702018000500014>.

ZUKOFF, M. K. A. **A promoção da integridade do períneo no cuidado à mulher no parto**. 2018. 134 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12825. Acesso em: 26 out. 2020.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2020. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 30 set. 2020.

MACIEL, C. T. et al. Intervenções obstétricas realizadas no período expulsivo: um destaque para episiotomia. **Revista Brasileira de Saúde**, v. 3, n. 4, p. 10583–10599, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n4-320>.

PIERCE-WILLIAMS, R. A. M.; SACCONI, G.; BERGHELLA, V. Hands-on versus hands-off techniques for the prevention of perineal trauma

during vaginal delivery: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. **American Journal of Obstetrics & Gynecology** **MFM**, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14767058.2019.1619686>.

LIMA, E. N. et al. Hands-on durante o período expulsivo: herói ou vilão? **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 346–354, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v10i2.2810>.

KALIS, V. et al. Metrics of perineal support (MOPS) study. **BMC Pregnancy and Childbirth**, Londres, v. 20, p. 361, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12884-020-03042-3>.

KLEPRLIKOVA, H. et al. Manual perineal protection: the know-how and the know-why. **Acta Obstetrica et Gynecologica Scandinavica**, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/aogs.13781>.

ROMINA, S. et al. Effect of perineal massage with ostrich oil on the episiotomy and lacerations in nulliparous women: a randomized controlled clinical trial. **Iranian Journal of Nursing and Midwifery Research**, v. 25, p. 134–138, 2020. Disponível em: <https://www.ijnmrjournal.net/text.asp?2020/25/2/134/278987>. Acesso em: 30 out. 2020.

AQUINO, C. I. et al. Use of lubricant gel to shorten the second stage of labor during vaginal delivery. **The Journal of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/14767058.2018.1482271>.

MEDEIROS, A. S. S. et al. Reflections on invasive procedures and interventions in care of birth and birth assistance. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e7869109063, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9063>.

BIONDI, H. S. et al. Relações interpessoais durante o parto: percepções de adolescentes. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, p. 1–21, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769231202>.

CAPÍTULO 20

“LEIA MULHERES”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA RESSIGNIFICAÇÃO DA VOZ FEMININA NA LITERATURA

“READ WOMEN”: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE RE-SIGNIFICATION OF THE FEMININE VOICE IN LITERATURE

Karen Gabriele Poltronieri

Universidade de São Paulo

Ribeirão Preto – SP

<https://orcid.org/0000-0001-8114-2091>

karengpoltronieri@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma análise discursiva do projeto Leia Mulheres, um clube de leitura dedicado à difusão e discussão de obras literárias escritas por mulheres. Partindo do reconhecimento da histórica desigualdade de gênero no campo literário e editorial, o estudo investiga como tal iniciativa configura uma prática discursiva de ressignificação da voz feminina e de contestação ao silenciamento secular imposto às mulheres. A fundamentação teórica ancora-se na Análise do Discurso de linha francesa, com ênfase nos conceitos de sujeito, ideologia e memória discursiva, para compreender os deslocamentos de sentido promovidos pelo projeto. Metodologicamente, analisamos materiais visuais e publicações da rede social *Instagram* do Leia Mulheres, observando como seus gestos de divulgação performatizam um ato simbólico de dar voz e visibilidade.

Palavras-chave: Leia Mulheres; Análise do Discurso; Sujeito Mulher; Literatura e Gênero.

ABSTRACT

This article proposes a discursive analysis of the *Leia Mulheres* (Read Women) project, a book club dedicated to the dissemination and discussion of literary works written by women. Starting from the recognition of

the historical gender inequality in the literary and publishing fields, the study investigates how such an initiative constitutes a discursive practice of re-signifying the feminine voice and contesting the secular silencing imposed upon women. The theoretical framework is anchored in French Discourse Analysis, with emphasis on the concepts of subject, ideology, and discursive memory, to understand the shifts in meaning promoted by the project. Methodologically, we analyse visual materials and publications from the *Leia Mulheres* Instagram social network, observing how its dissemination gestures perform a symbolic act of giving voice and visibility.

Keywords: Read Women; Discourse Analysis; Female Subject; Literature and Gender.

1. Dizeres iniciais

A despeito de pensar os desdobramentos do movimento feminista em nossa conjuntura atual, os questionamentos ao redor do papel da mulher na sociedade nos levam a olhar para diversos âmbitos sociais. A desigualdade e a inferioridade estão sendo discutidas com mais afinco nos últimos anos e é um movimento muito positivo para os moldes da configuração do feminismo hoje, pois não são só palavras, mas também há ações sendo feitas para mudar esta realidade de séculos de silenciamento da mulher.

Um espaço que iremos focalizar neste trabalho é analisar criticamente o contexto literário e editorial entre autoras mulheres e autores homens que mostra uma enorme desigualdade de gênero presente em sua historicidade. E não precisamos ir longe para entender que essa desigualdade está presente em nossa literatura, nacional e mundial, e produz efeitos nos sentidos de pensar a inferioridade de mulher escritora e por consequência da mulher intelectual, em que por muitos anos lhe foi negado este direito.

Nosso objeto de estudo se consolida em explorar e explicitar uma iniciativa social que vai de encontro a pensar essa desigualdade

feminina na literatura. Estudaremos o clube de leitura Leia Mulheres, em que o próprio nome já nos remete a uma ação, uma ação que pode ser feminista e acima de tudo que prioriza e enfatiza o sujeito mulher como protagonista deste movimento.

Nossa justificativa se pauta na dificuldade de encontrar informação materializada sobre este projeto e ainda que na área da Análise do Discurso francesa apresentou-se dificuldades em encontrar trabalhos semelhantes sendo este talvez um dos pioneiros para pensar a ação social feminista aos olhos dos escritos de Michel Pêcheux e analisarmos discursivamente os efeitos de sentidos produzidos por essa iniciativa.

2. Pelos fios teóricos

Para iniciarmos nossa discussão traremos aqui nosso aporte teórico a Análise do Discurso de linha francesa. A partir dos conceitos da AD será possível entendermos a discursividade do projeto Leia Mulheres diante do sujeito mulher que, envolta pelas conquistas e justiça que os movimentos feministas possibilitaram, ainda se vê sem voz em algumas conjunturas sociais e oprimida de maneiras diferentes a cada dia. Dessa forma então, nos utilizaremos de uma Memória Discursiva e do que configura Sujeito para Pêcheux para entendermos e refletirmos sobre essas questões tão fortemente presentes hoje em diversos espaços, mas que contraditoriamente ainda apresentam defasagens e injustiças nas relações da mulher para com a sociedade e na própria concepção de ser mulher.

Para a AD, o conceito de sujeito está ligado não à pessoa física, mas a pensarmos em posições que os sujeitos assumem para significarem diante de uma conjunção ideológica. Assim, é possível fazermos uma analogia com uma onda de significação que atravessa quilômetros carregando consigo os resquícios de sujeições, de atravessamento de ideias do ser. Um compilado de tornar-se um ser a partir do seu assujeitamento. A ideologia se configura como as rochas intrínsecas ao mar, o sal da onda que se fixa no ser passa a estar intrincado neste sujeito

que parece, mas não é pedra, mas é um constante movimento a partir do olhar de uma luneta.

Dessa maneira podemos olhar para a movimentação dessas posições sujeito em que ser mulher não é apenas uma forma de ser, mas há muitas maneiras de ser mulher e muitas mulheres nessa definição de “ser”. “O sujeito é sempre e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e do inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (Henry, 1992, p. 188-189).

É aí que tudo vira sentido e desvira de novo, o sujeito fala daquela pedra, daquele lugar, mas quando pousa em outro se permite assujeitar-se novamente e já é outro, já é movimento de sentido, já é efeito outro. Assim se configura o sujeito mulher, a posição de palavra assujeitada a partir de quem fala e de onde fala determina o ser e a produção dos sentidos entrelaçados a ele.

Pensar a ideologia nesse nosso contexto é entender que ela

[...] fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 2014, p. 146).

E desse modo podemos analisar diante do que se entende por ser mulher e o que se entendeu desde sempre baseado numa historicidade de uma sociedade que construiu um papel feminino e masculino, e assim a ideologia de um projeto valorizando as vozes dessas autoras nos faz pensar no rompimento dessa forma de pensar, no arrebentar das cordas que prenderam o sujeito mulher diante muitas imposições e muitos “nãos” pela História.

A partir dessas mobilizações teóricas é possível pensarmos então a maneira que o sujeito e o discurso são afetados pela memória, nunca da mesma forma, mas também em constante movimentação. Ao colocarmos que os dizeres não estão petrificados e seus sentidos não são eternamente os mesmos podemos abrir um leque de interpretações no qual olhamos para o resgatar da memória que constituiu

determinados sentidos e como eles passam a significar de uma outra forma e de um outro lugar, pautados também a partir de quem fala e de onde fala.

Assim, o que podemos dizer dessa memória discursiva que afeta e desloca sentidos é que

[...] o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2007, p. 31).

Olhar para os sentidos produzidos em relação ao sujeito mulher historicamente e nos últimos anos nos coloca justamente nessa posição de interpretação ao observar os deslocamentos de sentidos já produzidos, tanto pelo sujeito mulher quanto pelo movimento feminista que estão em algum nível interligados. A evolução das conquistas dos direitos das mulheres permitiu que estivéssemos aqui hoje escrevendo essas palavras e da mesma forma, as autoras de muitos livros literários aos quais daremos maior enfoque mais adiante.

Ao pensarmos nesses pontos é evidente que movimentações em prol dos direitos das mulheres continuassem anos a fio e expandisse cada vez mais essa gama de conquistas através das lutas. Mas devemos lembrar que nada para a Análise do Discurso é óbvio, e por mais que vemos e estamos aqui trabalhando com um projeto que traz essa ideologia intrincada, ainda estamos discutindo os direitos e as vozes das mulheres justamente por não ser óbvio e pelos sujeitos não estarem apenas assujeitados a uma determinada ideologia. Os deslocamentos desses sentidos nos mostram que a interpretação que trabalhamos aqui é nos miúdos, é nos resquícios e nas bordas das significações e permite que analisemos criticamente o sujeito que fala, de onde ele fala e qual a significação que está sendo produzida a partir do olhar daquele fragmento.

Dessa forma, construímos essa linha de interpretação, pois fora da obviedade, nos movimentamos pelas frestas do que é ser mulher e das significações produzidas por esse questionamento. E mais ainda, na movimentação necessária em reafirmar uma voz roubada pela

historicidade feminina e que mesmo com a conjuntura mais liberta ainda é ilusória e retoma significações dos tempos das amarras e dos espartilhos apertados sufocando-as. Assim, entender a valorização feita à voz da mulher escritora, que escreve a história e a vida, é necessariamente mais um ato de rompimento e ressignificação de uma memória perpetuada entre as composições do sujeito mulher.

3. Um pouco de história

Em detrimento de pensar ações e movimentações que se fazem em prol feminista, teóricos classificam como uma explosão das discussões do tema a primavera de 2015, em que recebeu o título de “Primavera Feminista” e despontou com maior afinco os questionamentos sobre o sujeito mulher na conjuntura social atual e configurou um novo caráter ao movimento feminista que ganhou uma nova vertente digital pelas redes virtuais ao redor do mundo.

Do mesmo modo, o momento no calendário não deixou de olhar para todos os lados em que as mulheres até hoje estão sendo inferiorizadas e questionar o porquê em todos os contextos a mulher é tida como sujeito inferior ao homem seja pela ascensão econômica, por títulos ou papéis sociais. E no enquadramento da literatura não foi diferente. No final de 2014, a escritora Johanna Walsh propôs o projeto #readwomen2014 (#leiamulheres2014), após uma pesquisa feita que mostrou que o mercado editorial é majoritariamente dominado por escritores homens e que os livros escritos por mulheres eram mais lidos por mulheres e considerados apenas como “literatura feminina” (Leia Mulheres, 2015).

Assim, o projeto Leia Mulheres foi configurado como um clube de leitura presente em diversos países com este objetivo de ler mais autoras mulheres e consequentemente valorizar as suas obras dando essa visibilidade que vai de encontro aos princípios do movimento feminista de dar voz e justiça ao sujeito mulher inferiorizado há tanto. No Brasil a ideia se consolidou em 2015 com a proposta de encontros

literários para discutir livros de escritoras mulheres, sejam eles clássicos ou contemporâneos (Leia Mulheres, 2015).

Podemos apontar a importância desse movimento para que, como dissemos mais acima, o papel da ressignificação de uma memória constituída tão fortemente possa continuar produzindo novos sentidos e rompendo cada vez mais barreiras diante do pensar sobre o que é e o que será o sujeito mulher nesses aspectos. Portanto, pensar em como um clube de leitura pode ser capaz de produzir esses determinados efeitos é não olha para a leitura somente como um ato passivo ou individual, mas pensar nesse caráter coletivo e,

dar à leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores. Em seguida, pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas, e de protocolos de leitura depositados no objeto lido [...]. (Charrier, 2011, p. 78).

Presenciamos alguns encontros e discussões de alguns livros na cidade de Ribeirão Preto – SP, em que percebemos uma dinâmica interessante no desenvolvimento da atividade e na condução dos encontros. A história do nascimento do projeto é contada sempre ao início de cada encontro que se configura mensalmente com um livro diferente escolhido (ou votado) previamente pelas mediadoras e participantes. São também explicadas as regras que os clubes de leitura adotaram aqui no Brasil, em que todos que quiserem participar são muito bem-vindos, mas o livro a ser discutido deve sempre ter sido escrito por uma mulher e o grupo de mediadoras (que na cidade são quatro atualmente) devem ser somente composto por mulheres.

É perceptível essa intenção da valorização do sujeito mulher enquanto escritora e enquanto sujeito de direitos que foram negados e proibidos durante muito tempo historicamente. Os encontros literários são sempre direcionados a discutir a história do livro escolhido naquele mês, mas as conversas sempre se voltam para a questão da mulher na sociedade, seja para discutir os sentidos de gênero, raça, classe etc. A

ressignificação do sentido de sentar-se em roda e debater narrativas se configura em criar uma nova narrativa histórica em que a produção de literatura seja clássica ou atual ganha um novo espaço para ter sua voz e seu reconhecimento.

“A mulher sempre foi tema da literatura, mas nunca foi considerada escritora” (Santos, 2019, p. 386). Por isso, a ressignificação pausada sobre o projeto consiste em não somente abarcar as narrativas protagonizadas por mulheres, mas suas criadoras e a intenção delas de trazerem esses questionamentos à uma esfera de discussão e deslocamento dos sentidos fincados. Alguns desses podemos observar por escritos de Virginia Woolf que lá em 1929 já dizia “O mundo não dizia a ela, como dizia a eles: ‘Escreva se quiser, não faz diferença para mim’. O mundo dizia, gargalhando: ‘Escrever? O que há de bom na sua escrita?’” (Woolf, 2014, p. 78).

Uma justiça social se faz diante de ter um espaço de voz em que autoras que muitas vezes tiveram que usar pseudônimos ou nomes masculinos de maridos e parentes para chegarem a serem publicadas, elas se tornam destaque e ganham essa conotação de protagonistas, sendo assim como uma parte da luta feminista que buscam uma equidade social e moral que foi proibida durante muito tempo e nos traz os reflexos até hoje.

[...] a mulher, se expressa enquanto ser social ativo e inovador pelo ato criativo, por contestar inclusive a si mesma. E hoje, ela busca alternativas, instrumentos, que lhe propiciem a diferença como sua base de constituição social, papel anteriormente atribuído à igualdade (Amorim, 2011, p. 4).

Assim, a luta feminista se mostra incansável por uma busca de igualdade e equidade, isso poderíamos atribuir à uma masculinização que se tornou autorizada nessa busca por igualdade, ou seja, só tem valor se for algo relacionado ao homem (Amorim, 2011). E com isso podemos ver os objetivos do projeto Leia Mulheres rompendo com essas barreiras, quando quebramos com o discurso de que existiria uma literatura feminina e essas seriam as obras escritas por mulheres, ressignificamos um discurso imposto indiretamente pelas concepções sociais criadas para sobressair um gênero ao outro.

4. Gestos de análise

Nesta última parte daremos voz ao corpus do texto, e o jogo de palavras com “dar voz” já inicia nossa primeira imagem analítica que traz consigo uma memória discursiva do texto e da palavra, de um significante e um outro significado que convergem entre si formando sentidos que aqui para nós formam a concepção da voz feminina. Como já dito, o projeto Leia Mulheres surgiu diante da necessidade da valorização de autoras mulheres, de uma sociedade perceber que a desigualdade e inferiorização da mulher não cabe mais sem ser discutida ou questionada.

Nossos materiais de análise foram recolhidos da rede social *Instagram*, da conta oficial do projeto no Brasil, onde são publicadas diversas imagens divulgando os encontros dos clubes de leitura por todo o Brasil. E para além, encontramos algumas imagens que nos ajudarão a refletir as concepções que foram trabalhadas acima. Na imagem abaixo vemos uma imagem montada em forma de publicação para divulgação do intuito do projeto Leia Mulheres e sua relevância no Mês da Mulher. A imagem foi “repostada”¹ da página do projeto Leia Mulheres em Cascavel, uma das cidades em que acontece mensalmente os encontros do clube de leitura.

¹ Ato de postar novamente, publicar novamente uma imagem que já foi publicada anteriormente em outra página ou rede social.

Figura 1 – Mês da mulher



Fonte: https://www.instagram.com/_leiamulheres/

No post podemos ver a imagem de uma mulher, possível mediadora dos encontros e com ela movimentos de estar falando ou gritando. Ainda na imagem é possível perceber uma colagem em formato de um megafone, ou algum instrumento que possibilitaria o aumento da voz para um público grande. Podemos observar a historicidade e a memória incluídas nesse processo em que faz ressignificar um ato de fala em que muitos contextos a mulher foi proibida ou calada. Ao pensar que a criação do projeto Leia Mulheres se deu com o intuito de mostrar que mulheres estão escrevendo e devem ser lidas, passa a contrariar séculos de silenciamento e proibição de estudo, aprendizado, escrita,

trabalho e direitos da mulher por todo o mundo. E ainda encontramos até hoje se pensarmos na história de Malala Yousafzai².

O ato simbólico de falar, gritar, clamar por seus direitos remete à necessidade incessante da luta feminista atuar ainda nos dias de hoje, mesmo tendo início há mais um século atrás, ainda vemos reproduzidos discursos que trazem o sentido do calar, o sentido de manter a mulher como simples função de cuidadora do lar, seja em casa com o marido e filhos ou na Casa Grande com uma família que não é sua.

Pensar em outra significação e ressignificação do papel que o clube de leitura traz aos sujeitos mulheres é quando olhamos para a mulher indígena. Se ainda a mulher em si já é o Outro do homem, a mulher negra é o “Outro do Outro” (Ribeiro, 2018)³. Ou seja, é mais subjugada pela sua condição de sujeito mulher e negra. Sendo assim, então onde nessa categorização entraria a mulher indígena? Seria mais um apagamento diante dos muitos. Mas aqui, a ideologia concernente com o projeto busca reparar os sentidos dados há muito e procura dar essa voz que vem sendo apagada desde os anos 1500.

² “Malala Yousafzai (1997) é uma militante dos direitos das crianças, uma jovem paquistanesa que foi vítima de um atentado por defender o direito das meninas de ir à escola. Com 17 anos, foi a mais jovem ganhadora do Prêmio Nobel da Paz” (Frazão, 2020).

³ “Para Beauvoir (1980), a mulher é vista como o Outro, pois é alvo de uma objetificação. Kilomba(2017) agrava a percepção da mulher negra na sociedade, dizendo que ela é o ‘Outro do Outro’. Isso, pois a mulher negra encontra-se numa situação de carência dupla, pois não é nem branca e nem homem” (Brito; Souza, 2019).

Figura 2 – Livro “Ser mulher indígena”



Fonte: https://www.instagram.com/_leiamulheres/

Além de, não só trazer à luz, mas um devido reconhecimento, o projeto ainda retoma os sentidos das tradições orais quando coloca uma legenda enfatizando a leitura “em voz alta” de uma obra de uma mulher indígena. Ler em voz alta para gritar e desconstruir séculos de silenciamento e retomar um significante histórico tão importante de um povo e uma cultura apagada ideologicamente.

Outra ressignificação que podemos observar vai de encontro novamente com o propósito inicial de ler mais mulheres e com isso

conhecer escritoras novas e suas obras. Mesmo trazendo a importância de valorizar autoras ao longo da História e suas narrativas, para que possam ser lidas com um significante que não seja direcionada somente para sujeitos femininos, a iniciativa propõe conhecer nomes novos e novas autoras que farão parte desta luta em uma nova configuração do movimento feminista e formará uma nova geração de leitores, além de ressignificar os conceitos de outros.

Figura 3 – Autora 1



Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheres/>

Figura 4 – Autora 2



Fonte: https://www.instagram.com/_leiamulheres/

Quando vemos a divulgação de “saiba quem é”, trazemos à tona a visibilidade e o protagonismo feminino diante da criação de narrativas e publicação delas para um público de leitores que estão presenciando essa nova gama de sentidos que são produzidos por um pensamento ideológico diferente daquele que inicialmente não permitia que mulheres pudessem ser escritoras, estudantes, ou de um modo geral aquilo que elas quisessem ser.

5. Considerações finais

“É um passo, é uma ponte, é um sapo, é uma rã
É um resto de mato na luz da manhã
São as águas de março fechando o verão
É a promessa de vida no teu coração.”

Pensar o sujeito mulher cada vez mais ressignificando e rompendo as barreiras do espaço mínimo há tanto imposto nos coloca diante de uma nova conjuntura histórica e social que produz novos efeitos de sentido a todo momento. São nessas entrelinhas de valorização da leitura, da leitura de mulheres e do trabalho feito por mulheres é que vemos a movimentação de uma realidade bruta e violenta com o sujeito feminino consolidada por muitos e muitos anos.

Assim como nos deparamos com ideologias educacionais que valorizam a leitura literária e a leitura de um modo geral, incorporar essa realidade de uma sociedade banhada por conceitos não violentos e igualitários nos colocará em movimento para a produção de novos efeitos sociais e novas formas de produzir sentidos justos pensando não só em gênero, mas em um coletivo social.

Referências

AMORIM, Linamar Teixeira de. Gênero: uma construção do movimento feminista? **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

BRITO, Robson Figueiredo.; SOUZA, Matheus Henrique de. Ribeiro, Djamila. O que é lugar de fala? **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 4, n. 6, p. 338-345, 2019.

CHARTIER, R. (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

FRAZÃO, Dilva. **Malala Yousafzai**: militante dos direitos das crianças. 2020. Disponível em: < <https://www.ebiografia.com/malala/> >. Acesso em: 20 jan. 2026.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita:** língua, sujeito e discurso. Campinas: Unicamp, 1992.

LEIA MULHERES. **Sobre nós.** 2015. Disponível em: <<https://leiamulheres.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 7. Ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 5. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2018.

SANTOS, Jeniffer Geraldine Pinho. Leia Mulheres: Leitura literária e resignificação da subjetividade feminina. **XVIII Seminário Internacional Mulher e Literatura.** 2019.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** São Paulo: Tordesilhas, 2014.

CAPÍTULO 21

MÉTODO PAPAGENO APLICADO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: COMUNICAÇÃO RESPONSÁVEL, CONTÁGIO MIDIÁTICO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

*PAPAGENO METHOD APPLIED TO VIOLENCE AGAINST WOMEN:
RESPONSIBLE COMMUNICATION, MEDIA CONTAGION AND
INSTITUTIONAL RESPONSIBILITY*

Daniele Souza Akamine
Universidade São Judas Tadeu
São Paulo – SP
E-mail: danielle@akamines.com.br

RESUMO

Objetivo: Analisar de que forma a comunicação midiática sobre a violência contra a mulher pode atuar como fator de risco ou de proteção, a partir da aplicação do Método Papageno ao contexto brasileiro, considerando evidências empíricas, diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e os princípios da Lei Maria da Penha. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, de caráter analítico-descritivo, fundamentada na **Análise de Conteúdo de Bardin**. O *corpus* documental foi constituído por peças jornalísticas de casos emblemáticos entre 1976 e 2023, selecionados pelo critério de saturação mediática e impacto legislativo. A análise foi estruturada em três eixos categoriais: (I) **Vieses de Linguagem** (presença de termos passionais vs. técnicos); (II) **Enquadramento do Agressor** (valoração ou humanização de condutas criminosas); e (III) **Eficiência Informativa** (presença ou ausência de canais de denúncia). Esta sistematização permitiu converter observações qualitativas em padrões comportamentais da mídia, reduzindo inferências subjetivas. **Resultados:** Identificaram-se padrões recorrentes de legitimação simbólica, espetacularização da violência e revitimização institucional, associados a riscos de contágio social, dessensibilização coletiva e falhas na função preventiva da comunicação. **Conclusão:** Conclui-se

que a comunicação constitui dimensão estrutural da violência contra a mulher e que o Método Papageno representa instrumento técnico legítimo para orientar práticas comunicacionais responsáveis, sem configurar censura, mas sim dever de cuidado e prevenção.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Comunicação responsável; Efeito Werther; Método Papageno; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Objective: To analyze how media communication about violence against women can function as a risk or protective factor, applying the Papageno Method to the Brazilian context, based on empirical evidence, World Health Organization guidelines, and the principles of the Maria da Penha Law. **Methodology:** Qualitative research of an analytical-descriptive nature, grounded in Bardin's Content Analysis. The documentary corpus consisted of journalistic materials from emblematic cases between 1976 and 2023, selected based on criteria of media saturation and legislative impact. The analysis was structured around three categorical axes: (I) Language Biases (presence of emotive or "crime of passion" terminology versus technical language); (II) Framing of the Perpetrator (valorization or humanization of criminal conduct); and (III) Informational Effectiveness (presence or absence of reporting and support channels). This systematization enabled the conversion of qualitative observations into identifiable media behavioral patterns, reducing subjective inference. **Results:** Recurring patterns of symbolic legitimization, violence spectacularization, and institutional revictimization were identified, associated with risks of social contagion, collective desensitization, and failures in the preventive role of communication. **Conclusion:** The study concludes that communication is a structural dimension of violence against women and that the Papageno Method constitutes a legitimate technical instrument to guide responsible communication practices without constituting censorship, but rather a duty of care and prevention.

Keywords: Violence against women; Responsible communication; Werther effect; Papageno method; Human rights.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher permanece como uma das mais graves e persistentes violações de direitos humanos no Brasil, manifestando-se de forma estrutural, contínua e transversal. Embora frequentemente tratada como questão estritamente criminal, essa violência é também produzida e reproduzida por práticas simbólicas, institucionais e comunicacionais que moldam percepções sociais, legitimam discursos e influenciam comportamentos.

A forma como a mídia noticia casos de feminicídio e outras violências extremas não é neutra. A comunicação social exerce papel central na construção de sentidos, na legitimação de discursos e na modelagem de comportamentos coletivos. Estudos no campo da saúde pública e da comunicação indicam que a exposição reiterada, emocionalizada e detalhada de atos violentos pode atuar como fator de risco, ampliando comportamentos imitativos e contribuindo para a normalização da violência.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) estabelece como eixos estruturantes a dignidade da mulher, a prevenção e a não revitimização. Contudo, observa-se que práticas comunicacionais recorrentes violam esses princípios, produzindo formas indiretas de violência institucional, ainda pouco problematizadas no campo jurídico e das políticas públicas.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a aplicação do Método Papageno à comunicação sobre violência contra a mulher, evidenciando padrões históricos de cobertura midiática, seus impactos sociais e a legitimidade da adoção de parâmetros técnicos de comunicação responsável como estratégia de prevenção.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Comunicação, violência simbólica e construção social do sentido

A comunicação constitui prática social fundamental na produção de sentidos e na organização da vida coletiva. No contexto da violência contra a mulher, a linguagem, os enquadramentos narrativos e a escolha de imagens não apenas informam, mas produzem significados que podem reforçar estigmas, naturalizar agressões e deslocar responsabilidades.

A violência simbólica, conceito amplamente debatido nas ciências sociais, manifesta-se quando práticas discursivas legitimam desigualdades e normalizam relações de dominação. Na cobertura midiática da violência de gênero, isso ocorre, por exemplo, quando a narrativa enfatiza comportamentos da vítima, relativiza a conduta do agressor ou enquadra o crime como evento isolado, desvinculado de estruturas sociais mais amplas.

2.2 Efeito Werther, contágio social e violência de gênero

O efeito Werther descreve o aumento da probabilidade de comportamentos semelhantes após a exposição intensa a narrativas de violência, especialmente quando estas são apresentadas de forma sensacionalista e repetitiva. Embora amplamente estudado no campo do suicídio, pesquisas indicam que seus mecanismos podem ser observados em outros contextos de violência, incluindo a violência contra a mulher.

A repetição de imagens, a serialização de casos e a centralidade narrativa do agressor contribuem para processos de aprendizado social negativo, dessensibilização coletiva e redução das barreiras simbólicas à violência. Esses elementos reforçam a necessidade de tratar a comunicação como dimensão estratégica da prevenção.

2.3 O Modelo Papageno e as diretrizes internacionais

Como contraponto ao efeito Werther, a Organização Mundial da Saúde desenvolveu o Modelo Papageno, que propõe diretrizes comunicacionais baseadas na redução de riscos, na promoção de

alternativas e na proteção da dignidade das vítimas. O modelo enfatiza a importância de evitar detalhamentos desnecessários, reduzir o foco no agressor e incluir informações de apoio e prevenção.

Apesar de sua consolidação no campo da saúde pública, observa-se uma lacuna significativa na aplicação do Modelo Papageno à comunicação sobre violência contra a mulher, especialmente no contexto brasileiro

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo, adequada à análise de práticas discursivas, padrões narrativos e processos simbólicos. Foram selecionados casos de violência contra a mulher com ampla repercussão midiática ocorridos entre 1976 e 2023, abrangendo diferentes décadas, regiões do país, contextos sociais e perfis de vítimas.

Entre os casos analisados estão Ângela Diniz (1976), Daniella Perez (1992), Eloá Pimentel (2008), Eliza Samudio (2010), Tatiane Spitzner (2018), Mariana Ferrer (2020) e Erika Satelis (2023). A seleção considerou a diversidade de contextos e a relevância dos casos para a compreensão dos padrões comunicacionais.

A análise concentrou-se em manchetes, chamadas principais, uso de imagens e vídeos, linguagem empregada, centralidade narrativa, repetição e serialização dos conteúdos, bem como na presença ou ausência de informações preventivas. Reconhece-se como limitação do estudo o uso de materiais públicos e secundários, o que, contudo, não compromete a identificação de padrões estruturais.

4. RESULTADOS

Os resultados indicam padrões históricos consistentes de cobertura midiática da violência contra a mulher no Brasil. Observou-se a legitimação simbólica do crime em narrativas que deslocam a responsabilidade do agressor para a vítima, bem como a espetacularização da

violência por meio da repetição, da serialização e do uso reiterado de imagens violentas.

A centralidade do agressor, frequentemente transformado em personagem narrativo, contribui para a dessensibilização social e para o aprendizado simbólico negativo. Além disso, identificou-se a ausência recorrente de informações preventivas e de contextualização da violência como fenômeno estrutural, o que compromete a função social da comunicação.

A análise de dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) aponta padrão temporal recorrente de aumento dos registros de feminicídio no mês de abril em relação a março, ao longo da última década, sugerindo possível efeito defasado de hipervisibilidade midiática.

5. DISCUSSÃO

Os achados confirmam que a comunicação atua como componente estrutural da violência contra a mulher. Práticas midiáticas que legitimam, espetacularizam ou silenciam de forma desigual contribuem para a normalização do dano e para a revitimização institucional.

A aplicação do Método Papageno ao contexto da violência contra a mulher demonstra que é possível comunicar sem produzir dano previsível, preservando a liberdade de imprensa e, simultaneamente, cumprindo o dever de cuidado. Essa abordagem dialoga diretamente com os princípios da Lei Maria da Penha e com a lógica da saúde pública.

5.1 Implicações para políticas públicas e práticas institucionais

A adoção de parâmetros técnicos de comunicação responsável pode contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. O Estado, a imprensa e as plataformas digitais desempenham papel central na prevenção, devendo

assumir responsabilidade institucional sobre os efeitos previsíveis de suas práticas comunicacionais

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher não pode ser compreendida apenas como evento isolado, restrito ao âmbito privado ou à esfera penal. Trata-se de um fenômeno complexo, estrutural e multifacetado, atravessado por dimensões sociais, culturais, institucionais e simbólicas. Nesse contexto, a comunicação ocupa lugar central, não apenas como meio de informação, mas como prática social capaz de produzir sentidos, influenciar comportamentos e impactar diretamente a dinâmica da violência.

Ao longo deste artigo, demonstrou-se que a forma como a violência contra a mulher é comunicada pode atuar tanto como fator de risco quanto como elemento de proteção. Práticas midiáticas baseadas na espetacularização, na repetição excessiva e na centralidade do agressor contribuem para a naturalização da violência, para a dessensibilização social e para processos de aprendizado simbólico negativo. Esses efeitos extrapolam o campo da comunicação e se convertem em problemas de saúde pública, de direitos humanos e de responsabilidade institucional.

6.1 Comunicação como dimensão estrutural da violência contra a mulher

A análise realizada evidencia que a comunicação não é elemento acessório no enfrentamento da violência contra a mulher. Ao contrário, ela integra o próprio ciclo da violência, podendo reforçar padrões de dominação, revitimização e silenciamento. Quando a mídia ignora o contexto estrutural da violência, desloca o foco para aspectos individuais da vítima ou transforma o crime em produto de consumo narrativo, contribui para a manutenção das desigualdades de gênero e para a fragilização das estratégias de prevenção.

Nesse sentido, a omissão ou a inadequação comunicacional pode ser compreendida como forma indireta de violência institucional, na medida em que viola princípios fundamentais da Lei Maria da Penha, como a dignidade da mulher, a não revitimização e a prevenção. Reconhecer a comunicação como dimensão estrutural da violência é passo essencial para a construção de políticas públicas mais eficazes e integradas.

6.2 O Método Papageno como instrumento técnico de prevenção

O Método Papageno, ao ser aplicado à comunicação sobre violência contra a mulher, revela-se instrumento técnico legítimo e necessário para a redução de riscos sociais. Diferentemente de propostas de censura ou controle editorial, o método se fundamenta em evidências científicas e diretrizes internacionais consolidadas, especialmente no campo da saúde pública.

Sua adoção permite a construção de práticas comunicacionais responsáveis, que evitam o detalhamento excessivo da violência, reduzem a centralidade do agressor, preservam a dignidade da vítima e incorporam informações de apoio e prevenção. Trata-se de abordagem compatível com o Estado Democrático de Direito, com a liberdade de imprensa e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no enfrentamento à violência de gênero.

6.3 Limitações do estudo e desafios institucionais

Como toda pesquisa de natureza qualitativa e documental, este estudo apresenta limitações. A análise concentrou-se em materiais públicos e em casos de ampla repercussão midiática, não abrangendo a totalidade das práticas comunicacionais existentes no país. Além disso, a ausência de dados primários limita a possibilidade de mensuração direta dos impactos individuais da exposição midiática.

No entanto, tais limitações não comprometem a identificação de padrões estruturais e recorrentes, que se mantêm ao longo de décadas

e em diferentes contextos sociais. O principal desafio identificado não reside na ausência de normativas ou diretrizes, mas na dificuldade de incorporá-las de forma sistemática às práticas institucionais da imprensa, do Estado e das plataformas digitais.

6.4 Contribuições para a pesquisa e para as políticas públicas

Este artigo contribui para o campo de estudos sobre violência contra a mulher ao evidenciar a comunicação como dimensão central da prevenção e ao propor a aplicação do Método Papageno como estratégia concreta de enfrentamento. Ao articular comunicação, saúde pública e direito, amplia-se o debate acadêmico e reforça-se a necessidade de abordagens interdisciplinares.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados indicam a urgência de incorporar parâmetros de comunicação responsável às estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher, seja por meio de protocolos institucionais, capacitação de profissionais ou diretrizes para a cobertura midiática. Comunicar com critério, responsabilidade e base científica não é apenas informar: é proteger, prevenir e salvar vidas.

REFERÊNCIAS (ABNT)

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Dados Nacionais de Segurança Pública.** Brasília, DF: MJSP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Sinesp — Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.** Brasília, DF: MJSP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/>

perguntas-frequentes/seguranca_publica/sinesp. Acesso em: 28 jan. 2026.

NIEDERKROTENTHALER, Thomas; VORACEK, Martin; HERBERTH, Arno; et al. **Role of media reports in completed and prevented suicide: Werther v. Papageno effects**. *The British Journal of Psychiatry*, Cambridge, 2010. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/the-british-journal-of-psychiatry/article/role-of-media-reports-in-completed-and-prevented-suicide-werther-v-papageno-effects/DFF62CAE7A44147EE9CAB4DFB50B49F0>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PHILLIPS, David P. **The Influence of Suggestion on Suicide: Substantive and Theoretical Implications of the Werther Effect**. *American Sociological Review*, v. 39, n. 3, p. 340–354, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2094294>. Acesso em: 28 jan. 2026.

STACK, Steven. **Suicide in the Media: A Quantitative Review of Studies Based on Nonfictional Stories**. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 2005. Disponível em: <https://europepmc.org/article/MED/15843330>. Acesso em: 28 jan. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a resource for media professionals**. Geneva: WHO, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43954/9789241597074_eng.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR SUICIDE PREVENTION. **Preventing suicide: a resource for media professionals (update 2017)**. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-MSD-MER-17.5>. Acesso em: 28 jan. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a resource for media professionals (update 2023)**. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240076846>. Acesso em: 28 jan. 2026.

NIEDERKROTENTHALER, Thomas; et al. **Association between suicide reporting in the media and suicide: systematic review and meta-analysis**. *BMJ*, London, v. 368, 2020. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/368/bmj.m575.full.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CAPÍTULO 22

MULHERES EM MOVIMENTO: O QUE OS DADOS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO NOS ENSINAM (2024-2025)

*WOMEN IN MOTION: WHAT HEALTH AND EDUCATION DATA TEACH US
(2024-2025)*

Maria Bernadete de Sousa Carvalho Monte

Faculdade Unida de Vitória (FUV)
Vitória/ES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8496-9593>

E-mail: mariabernadetemonte@hotmail.com

Dariely de Carvalho Monte Amaral

Fundação Pedro Leopoldo (FPL)
Piripiri/PI

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3824-5869>

E-mail: darielypiripiri@gmail.com

Edilson de Sousa Fontenele

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Piripiri/PI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5187-752X>

E-mail: esfontenele@gmail.com

Palloma Alves de Assis

Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)
Teresina/PI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6820-7190>

E-mail: pallomassis@gmail.com

Christian Cauê de Carvalho Amaral

Christus Faculdade do Piauí (CHRISFAPÍ).
Piripiri/PI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5121-6989>

E-mail: christiancaueamaral@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa as intersecções entre saúde e educação de mulheres e meninas no Brasil no biênio 2024–2025, examinando como a sobrecarga de trabalho, as desigualdades educacionais e as barreiras de acesso à saúde afetam suas trajetórias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, orientada pela seguinte questão: em que medida a discrepância entre a elevada escolaridade feminina e a persistência do trabalho não remunerado atua como determinante da saúde mental, da mortalidade e da evasão escolar ou profissional, restringindo a mobilidade social das mulheres? De abordagem interdisciplinar, o estudo articula os campos da Saúde, da Educação e do Direito. Com base em dados do RASEAM 2025, do CNJ e do IBGE, identificam-se o protagonismo feminino na educação e o avanço em posições de liderança na área da saúde, ao mesmo tempo em que persistem desafios estruturais, como os elevados índices de feminicídio e a reprodução de desigualdades de gênero e raça. Conclui-se que a atuação articulada em rede é fundamental para a proteção da vida e a efetivação de direitos.

Palavras-chave: Mulheres em Movimento; 2024-2025; Saúde; Educação; Interdisciplinar.

ABSTRACT

This study examines the intersections between health and education indicators for women and girls in Brazil from 2024 to 2025. It investigates how work overload, educational inequality, and barriers to healthcare access impact female life paths and well-being, proposing guidelines for equitable public policies. As a qualitative, exploratory, and bibliographic study, it asks: to what extent does the gap between women's high educational attainment and the persistence of unpaid care work contribute to mental health issues, mortality, and school or professional dropout, limiting social mobility? Drawing from Health, Education, and Law, the research uses data from RASEAM 2025, CNJ, and IBGE to highlight women's protagonism in education (78.8% of teachers) and increasing leadership in medicine and public health. Despite progress, the data reveal persistent challenges, including a high femicide rate (1,450 in 2024)

and the urgent need to confront structural machismo and racism. The study concludes that coordinated action is key to protecting lives and advancing rights.

Keywords: Women in Movement; 2024–2025; Health; Education; Inter-disciplinary.

1 INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro de 2024-2025, a trajetória feminina é marcada por um paradoxo estrutural: enquanto mulheres atingem níveis educacionais superiores aos dos homens, persistem disparidades no mercado de trabalho e na divisão das responsabilidades domésticas. A pesquisa *Sem Parar 2025* evidencia que a sobrecarga de cuidados e afazeres domésticos, ampliada no pós-pandemia, segue central na vida das brasileiras, com oito em cada dez enfrentando dupla jornada. Esse cenário não é apenas uma questão de tempo, mas também um determinante social de saúde e um limitador da mobilidade social.

Os dados preliminares de 2024-2025 apontam alerta: o esgotamento crônico se reflete no aumento de quase 70% nos afastamentos por transtornos mentais, com destaque para ansiedade e burnout, sobretudo entre mulheres. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) estima alta incidência de câncer de mama e de colo do útero, agravada por sedentarismo e falta de rastreamento precoce. No campo educacional, apesar da presença feminina, conciliar trabalho invisível com estudos fomenta a evasão, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Diante desse contexto, o artigo investiga em que medida a disparidade entre a elevada escolaridade feminina e a persistente sobrecarga com cuidados e trabalho não remunerado atua como determinante da saúde mental, da mortalidade e da evasão escolar e profissional, limitando a mobilidade social das mulheres no biênio 2024–2025.

Compreender essa dinâmica é fundamental para o planejamento de políticas que promovam autonomia e cidadania plena, sobretudo para mulheres negras, periféricas e mães atípicas, que enfrentam

jornadas múltiplas, com impactos diretos sobre a saúde e a permanência nos espaços educacionais e profissionais.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as conexões entre saúde e educação de mulheres e meninas no Brasil, orientando diretrizes para políticas públicas equitativas. Especificamente, busca-se mapear dados de mortalidade (câncer de mama e de colo do útero) e saúde mental (burnout e ansiedade), examinar evasão escolar e acesso ao ensino superior, investigar os efeitos do cuidado doméstico sobre o adoecimento psíquico e propor intervenções alinhadas à Política Nacional de Cuidados e à valorização da educação básica. Ao final, são discutidos os achados e apresentadas recomendações com base nos dados de 2024–2025.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, de abordagem descritiva e analítica, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. A coleta de dados ocorreu entre março de 2025 e janeiro de 2026, com foco em produções acadêmicas e documentos oficiais publicados no biênio 2024–2025. O objetivo metodológico foi compreender as intersecções entre os indicadores de saúde e educação de mulheres e meninas no Brasil, com base em fontes institucionais atualizadas e confiáveis.

Foram utilizados relatórios como o RASEAM 2025, o Painel de Violência contra a Mulher (CNJ), o Censo Demográfico (IBGE 2022), documentos da ONU Mulheres, do Ministério da Saúde, da PNAD Contínua e de organizações como Think Olga e Movimento Mulher 360. A análise foi organizada em dois eixos: saúde da mulher, com ênfase em mortalidade evitável, saúde mental e violência; e educação, com foco em qualificação, evasão e inserção no mercado de trabalho.

Os critérios de seleção consideraram atualidade, relevância e contribuição para o entendimento das desigualdades de gênero nas áreas analisadas. A interpretação dos dados seguiu categorias como sobrecarga de cuidados, feminização do trabalho, saúde mental e políticas públicas, permitindo uma leitura crítica orientada à formulação de diretrizes equitativas.

3 O QUE OS DADOS DA SAÚDE ENSINAM (2024-2025)

Entre 2024 e 2025, o movimento de mulheres no Brasil consolidou-se como pauta de sobrevivência, ultrapassando a luta por igualdade. Dados da saúde e da segurança pública, articulados à análise da violência de gênero, revelam um cenário de grave vulnerabilidade.

Em 2024, foram registrados 1.450 feminicídios, quase quatro mulheres mortas por dia por motivação de gênero. Segundo o *Anuário Brasileiro da Educação Básica* (2024), os casos concentram-se em estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, demonstrando que, mesmo sob a vigência da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, a proteção no ambiente doméstico continua falha.

Tais dados evidenciam a insuficiência de medidas preventivas frente à misoginia estrutural. A violência de gênero, contínua e frequentemente silenciada, manteve índices elevados em 2025, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher* (RASEAM 2025) confirma altos números de homicídios dolosos e lesões corporais seguidas de morte (Ministério da Mulher, 2025).

Esse contexto impulsiona a mobilização feminina pela proteção à vida. A violência de gênero adquire dimensão epidemiológica, afeta a saúde mental e física das mulheres e sobrecarrega o SUS. Assim, torna-se urgente que a política de saúde avance para além da assistência curativa, priorizando a detecção precoce de abusos e a integração entre delegacias especializadas, Disque 180 e atenção primária (Brasil, SUS).

Em paralelo, observam-se avanços na saúde integral da mulher. O Ministério da Saúde (2025) aponta ampliação do acesso ao Papanicolau, à mamografia e à vacinação contra o HPV. Campanhas como o Outubro Rosa reforçaram a importância do rastreamento para mulheres entre 25 e 64 anos. Segundo o INCA (2022), a elevada incidência de câncer de colo do útero torna esse exame indispensável.

Em 2025, o país intensificou a vacinação contra o HPV entre meninas e meninos de 9 a 14 anos, alinhando-se às metas da OMS (Brasil, 2025). No mesmo ano, foram atualizadas as diretrizes para

rastreamento do câncer de mama, incluindo o acesso gratuito à mamografia pelo SUS a partir dos 40 anos (Agência Brasil, 2025).

Apesar dos avanços, persistem desigualdades regionais no acesso aos exames, exigindo descentralização da assistência e promoção da equidade. Os altos índices de feminicídio também estimularam, em 2025, a aprovação de novas legislações impulsionadas por mobilizações feministas, voltadas à ampliação da rede de proteção e ao fortalecimento da autonomia feminina (FBSP, 2025; DataSenado, 2025):

(...) A Lei nº 15.284/2025 (ou PL 499/2025, a depender da publicação definitiva no D.O.U.), aprovada em novembro de 2025, garantiu a mamografia gratuita pelo SUS para mulheres a partir dos 40 anos, reconhecida como avanço na prevenção pelo Ministério da Saúde e Sociedade Brasileira de Mastologia (Brasil. 2025).

Essa decisão é reconhecida pela Sociedade Brasileira de Mastologia como fundamental, uma vez que cerca de 40% das mulheres diagnosticadas com câncer de mama no Brasil têm menos de 50 anos, faixa etária em que os tumores costumam apresentar maior agressividade. Em 2025, o Presidente da República sancionou a Lei nº 15.280, que aprimora a legislação ao ampliar a proteção às vítimas de crimes contra a dignidade sexual.

No mesmo ano, foi aprovada a adoção de cotas para mulheres em conselhos de administração de empresas estatais, medida estratégica para ampliar a representatividade feminina em espaços decisórios. Essa iniciativa resultou na Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025 (Brasil, 2025), voltada ao enfrentamento do teto de vidro nas estruturas corporativas e à incorporação de perspectivas de gênero nas decisões de Estado.

Em um contexto de elevados índices de feminicídio, a saúde pública respondeu com a ampliação das estratégias de prevenção, como a intensificação da vacinação contra o HPV, a inclusão do teste de DNA HPV nos exames diagnósticos e a antecipação da mamografia pelo SUS. Essas medidas reforçam ações voltadas à proteção da integridade física e à ampliação da autonomia das mulheres no Brasil.

4 O QUE OS DADOS DA EDUCAÇÃO ENSINAM (2024-2025)

Os dados consolidados entre 2024 e o início de 2025 evidenciam que a educação brasileira possui presença predominantemente feminina, fenômeno conhecido como feminização da docência. Trata-se de um processo estrutural, que influencia as relações de poder, a dinâmica pedagógica e as demandas por políticas públicas no ambiente escolar.

Paralelamente, as estatísticas indicam que as mulheres brasileiras consolidaram vantagem na qualificação acadêmica e profissional, superando os homens nas taxas de ingresso e conclusão do ensino superior (INEP, 2025; CNN Brasil, 2025). Esse avanço, contudo, convive com a persistência da desigualdade salarial, inclusive no setor educacional.

Segundo o Censo Escolar 2024, as mulheres representam 78,8% da docência na rede pública brasileira, proporção ainda maior na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, onde ultrapassa 95%. Esse cenário reflete construções históricas que associam o cuidado, elemento central do processo pedagógico, ao papel socialmente atribuído ao gênero feminino (Silva, 2024, p. 10).

Pesquisas do GESTRADO indicam que, embora a docência tenha sido uma via de inserção profissional para as mulheres, também contribuiu para a manutenção da sobrecarga de trabalho (Oliveira et al., 2021). As professoras enfrentam condições adversas, com longas jornadas que se acumulam às responsabilidades domésticas e de cuidado, configurando jornadas duplas ou triplas.

Relatos de docentes mostram que, em 2024, a maior visibilidade da profissão foi acompanhada por aumento de responsabilidades (Silva, 2024). Além da sala de aula, as mulheres assumem funções de gestão cotidiana, acolhimento discente e manutenção da rotina escolar, frequentemente sem reconhecimento institucional proporcional ou acesso a cargos de liderança.

Relatórios do Ministério das Mulheres (2025) e dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2024) apontam que as mulheres representam cerca de 60% das matrículas em diversos níveis educacionais, além de apresentarem taxas de conclusão superiores às dos homens.

Ainda assim, essa escolaridade não se converte automaticamente em igualdade no mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2024), as mulheres receberam, em média, 20,9% a menos que os homens, disparidade que persiste no setor educacional.

Dados do RASEAM 2024 reforçam que a educação constitui o principal vetor de emancipação feminina no Brasil, embora ainda exista distância entre altos níveis de escolarização e o acesso a cargos de gestão, liderança e remuneração equitativa.

Quadro 1 – O que os dados ensinam para 2025 e anos seguintes

Eixo analisado	Aprendizado identificado
A política de cuidado como nova política de valorização (2025–2030)	A valorização docente não se limita a aumentos salariais. Para 2025, os planos de cargos e salários devem incorporar o cuidado com quem cuida, oferecendo suporte psicológico e flexibilização de jornada para acomodar as demandas domésticas e familiares.
A dupla jornada como risco de colapso educacional	A sobrecarga mental e física vivida por professoras, associada à dupla ou tripla jornada, leva ao aumento de adoecimentos, readaptações e afastamentos. Sem políticas de cuidado, o sistema educacional pode sofrer com a escassez de profissionais qualificados.
Profissionalização da gestão da saúde mental	A partir de 2025, escolas e redes de ensino precisam instituir protocolos claros de acolhimento emocional, combate à Síndrome de Burnout e criação de espaços de escuta, tornando essas práticas tão centrais quanto a formação pedagógica.
Flexibilização como ferramenta de retenção	Reconhecer a necessidade de horários flexíveis e garantir suporte administrativo às mulheres docentes contribui para a redução da rotatividade e melhora do clima escolar, fortalecendo a permanência e o bem-estar das profissionais.

Fonte: Produzido pelos(as) autores(as)

O quadro 1 traz como aprendizado Mulheres em movimento, no contexto educacional de 2024-2025, significam uma força de trabalho altamente qualificada, predominante na base, mas que luta para ocupar posições de topo com igualdade salarial reflete um cenário complexo, de avanços educacionais contrastando com barreiras estruturais no mercado de trabalho e na gestão educacional brasileira.

5 A INTERSECÇÃO: SOBRECARGA, TRABALHO E SAÚDE MENTAL (2024-2025)

O contexto socioeconômico brasileiro de 2024–2025 evidencia uma realidade paradoxal para as mulheres: embora tenham alcançado os maiores níveis educacionais da história e ampliado sua participação no mercado de trabalho, o esgotamento físico e mental tornou-se recorrente (Brasil, 2025). A progressão profissional ocorre simultaneamente à intensificação das jornadas, resultante da articulação entre trabalho remunerado e responsabilidades de cuidado.

Dados do IBGE (2025) indicam que o aumento da escolaridade e da inserção no mercado formal não reduziu a carga doméstica feminina. As mulheres dedicam, em média, sete horas e meia a mais por semana às tarefas do lar e 83% enfrentam dupla ou tripla jornada. Esse cenário contribui para a elevada incidência de burnout no país, que ocupa a segunda posição mundial, com maior prevalência entre mulheres (Consumidor Moderno, 2024). Reconhecida como doença ocupacional crônica pela OMS (2019), a síndrome decorre de estresse prolongado e mal gerenciado.

Em 2024, 45% das mulheres relataram ausência de rede de apoio, fator associado ao agravamento de ansiedade e depressão. A pesquisa *Esgotadas*, da Think Olga (2023/2024), confirma a presença de sintomas de transtornos mentais em 45% das brasileiras. Em 2025, registrou-se número recorde de afastamentos por saúde mental, afetando de forma desproporcional as mulheres (Brasil, 2025). Apesar da maior escolaridade feminina, persistem barreiras estruturais, como o teto de vidro, que limita o acesso aos cargos de maior prestígio.

Quadro 2 – Pontos-chave da Desigualdade Salarial (2024-2025)

Dimensão	Observações principais
Disparidade salarial	Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2024/2025, as mulheres receberam entre 20% e 21% a menos que os homens exercendo a mesma função.
Setor privado	Em empresas com 100 ou mais funcionários, a desigualdade salarial persiste e se acentua no recorte racial, com mulheres negras recebendo menos que mulheres brancas e homens não negros.

Sub-representação na liderança	A composição étnico-racial da alta gestão permanece homogênea. Cerca de 89% dos cargos de vice-presidência e diretoria são ocupados por mulheres brancas, revelando exclusão interseccional de mulheres negras e indígenas.
Frustração e insegurança	A disparidade salarial e a estagnação na carreira geram frustração profissional, insegurança financeira e desvalorização do esforço educacional. Essa frustração compõe um ciclo de adoecimento, no qual a mulher se sente insuficiente em casa e no trabalho, contribuindo para o agravamento da síndrome de burnout.

Fonte: Produzido pelos(as) autores(as)

O quadro 2 nos remete os dados de 2024-2025 traz que a educação e a qualificação técnica, embora fundamentais, não foram suficientes para quebrar as barreiras culturais de gênero. O movimento das mulheres para a esfera pública de trabalho não foi acompanhado pelo movimento equivalente dos homens para a esfera privada (doméstica).

Para reverter o quadro, o cenário de 2024-2025, embasado pelo IBGE, Movimento Mulher 360 e nova legislação, foca em três pilares.

Quadro 3 – Três pilares para enfrentar as desigualdades de gênero no trabalho (2024–2025)

Pilar	Contexto	Ação proposta
Políticas de cuidado	Milhões de mulheres deixaram o mercado de trabalho para assumir responsabilidades domésticas e familiares.	Ampliação de creches e serviços de cuidado para garantir permanência das mulheres no trabalho.
Transparência salarial	Persistência da desigualdade salarial entre homens e mulheres, mesmo em funções equivalentes.	Exigência de relatórios salariais e planos corretivos para garantir isonomia de gênero.
Segurança mental corporativa	A dupla ou tripla jornada intensifica o adoecimento mental das mulheres.	Promoção de ambientes de trabalho saudáveis, com flexibilidade e apoio psicológico.

Fonte: Produzido pelos(as) autores(as)

O Quadro 3 evidencia que enfrentar as desigualdades de gênero no trabalho exige ações estruturais e integradas. As políticas de cuidado, frequentemente negligenciadas, são essenciais para a

permanência das mulheres no mercado, considerando a sobrecarga doméstica que afeta suas trajetórias profissionais. A transparência salarial, respaldada por marcos legais recentes, é um avanço, mas sua eficácia depende de monitoramento e responsabilização institucional. A valorização da saúde mental nos ambientes corporativos rompe com a lógica produtivista e reconhece a carga emocional resultante da conciliação entre trabalho e cuidado. Esses três eixos, articulados, respondem às demandas do biênio 2024–2025 e apontam caminhos para um futuro do trabalho mais equitativo.

6 PRINCIPAIS ACHADOS: O QUE OS DADOS DE 2024-2025 NOS ENSINAM

Com base nos dados levantados para o biênio 2024–2025 (Brasil, 2025), os principais achados revelam um cenário de profunda dualidade: de um lado, o avanço da representatividade feminina em setores estratégicos da sociedade; de outro, o agravamento da violência de gênero como fator persistente de vulnerabilidade e adoecimento. As mulheres se firmam como agentes de transformação, ainda que enfrentem um contexto de precarização e sobrecarga.

Quadro 4 – Principais achados do cenário de dualidade: protagonismo feminino e agravamento da violência de gênero (2024–2025)

Eixo temático	Destaques e implicações
1. Violência como determinante de saúde (o desafio da sobrevivência)	A violência de gênero se consolida como uma crise estrutural de saúde pública. Em 2024, o Brasil registrou 1.450 feminicídios. O número de processos por feminicídio julgados aumentou 225% em quatro anos (CNJ).
2. Protagonismo na educação e saúde (agentes de mudança)	Apesar do contexto de violência, as mulheres ocupam posições centrais na estrutura social. Representam 78,8% da docência na rede pública de ensino e constituem 51% da categoria médica no país, promovendo mudanças nos modelos de cuidado e práticas mais humanizadas.
3. Movimento de mudança institucional (cuidado humanizado)	Projetos como o ApiceON vêm transformando o atendimento à saúde reprodutiva, promovendo o parto humanizado e reduzindo intervenções desnecessárias.

4. Desafios econômicos e de saúde (risco de vulnerabilidade)	Mulheres seguem expostas à pobreza extrema e ao agravamento de doenças crônicas. Em 2025, 31,7% relataram insônia e sintomas relacionados à saúde mental. A violência de gênero não apresentou redução no período, mantendo-se em níveis críticos.

Fonte: Produzido pelos(as) autores(as)

O quadro 4 remete ao biênio 2024–2025, evidenciou uma contradição central: enquanto mulheres sustentam áreas estratégicas como saúde e educação, seguem expostas à violência e ao adoecimento. O protagonismo feminino convive com ameaças constantes à integridade física e psíquica, o que evidencia a urgência de políticas públicas integradas voltadas à proteção e à dignidade.

Embora o aumento da presença feminina em cargos de liderança, especialmente em 2025, indique avanços, esse movimento contrasta com os elevados índices de feminicídio registrados em 2024. A ascensão profissional, portanto, não tem sido suficiente para enfrentar a violência estrutural de gênero, exigindo respostas estatais mais firmes e contínuas.

7 INTERVENÇÕES PROPOSTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS (2024-2025)

Esta seção apresenta o conjunto de intervenções e políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero no Brasil, com foco no biênio 2024–2025. As medidas priorizam o empoderamento feminino por meio da **Agenda Transversal Mulheres** inserida no **Plano Plurianual (PPA) 2024–2027**, articulando ações de autonomia econômica, segurança e saúde (Brasil, 2024).

Quadro 5 – O plano alinha ações educativas, de cuidado e de segurança para garantir a autonomia econômica, a saúde e a integridade física das mulheres

Eixo de intervenção	Objetivos principais	Ações previstas
1. Educação para a igualdade	Reduzir estereótipos de gênero e ampliar a participação feminina	Projetos pedagógicos com perspectiva de gênero; fortalecimento do programa

e fomento às áreas STEM	em ciência e tecnologia.	<i>STEM para Elas</i> ; inserção de direitos humanos e Lei Maria da Penha no currículo.
2. Redes de apoio à saúde e cuidado (economia do cuidado)	Permitir que as mulheres ingressem ou permaneçam no mercado com saúde e autonomia.	Expansão de creches integrais; serviços de cuidado a idosos; ampliação do atendimento domiciliar pelo SUS; reconhecimento do cuidado como responsabilidade compartilhada.
3. Justiça e proteção (enfrentamento ao feminicídio)	Reduzir os índices de violência contra a mulher e fortalecer a rede de atendimento.	• Ampliação das Patrulhas Maria da Penha e CRAMs; fortalecimento de casas-abrigo; atendimento jurídico e psicológico; aplicação da legislação sobre feminicídio e crimes sexuais.

Fonte: Produzido pelos(as) autores(as)

O quadro 5 descreve as intervenções propostas para o biênio 2024–2025 evidenciam uma abordagem integrada, que articula educação, cuidado e proteção como eixos centrais para a promoção da igualdade de gênero. Ao combinar ações educativas voltadas à superação de estereótipos, políticas de cuidado que garantam condições materiais para a permanência das mulheres no trabalho e estratégias de enfrentamento à violência de gênero, o plano reconhece que a equidade depende de respostas estruturais e intersetoriais. Essas medidas reforçam a necessidade de um Estado ativo, capaz de articular políticas públicas que promovam autonomia econômica, saúde integral e proteção à vida das mulheres.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados de 2024–2025 evidencia avanços na inserção das mulheres em áreas estratégicas como educação, saúde e gestão pública, ao mesmo tempo em que revela a persistência de barreiras estruturais. Informações do RASEAM, IBGE e SINAN/MS indicam o fortalecimento do protagonismo feminino, especialmente na docência e na formação superior, ainda que de forma desigual entre mulheres negras, periféricas e mães atípicas, cujas trajetórias seguem marcadas por múltiplas vulnerabilidades.

Apesar da predominância feminina nos níveis educacionais e nas profissões de cuidado, mantêm-se desigualdades salariais e a

sobrecarga do trabalho doméstico, que limita a inserção e a progressão no mercado formal. Soma-se a isso a necessidade de uma abordagem ampliada da saúde da mulher, que incorpore saúde mental, enfrentamento da violência e prevenção de agravos, diante dos elevados índices de feminicídio.

As políticas recentes, como o Plano Nacional de Cuidados, iniciativas para ampliação da presença feminina nas áreas STEM e legislações de proteção e igualdade salarial, representam avanços institucionais, embora insuficientes frente à complexidade do problema. Conclui-se que a superação das desigualdades exige políticas públicas intersetoriais e contínuas, capazes de enfrentar as estruturas patriarcais, o racismo institucional e a informalidade, assegurando condições efetivas de vida, dignidade e equidade para as mulheres.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Ministério da Saúde passa a recomendar mamografia a partir dos 40 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 23 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-09/ministerio-da-saude-passa-recomendar-mamografia-partir-dos-40-anos>. Acesso em: 30 jan. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil deve chegar a 635,7 mil médicos em 2025; mulheres são maioria**. Abril 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-04/brasil-deve-chegar-6357-mil-medicos-em-2025-mulheres-sao-maioria>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.284, de 18 de dezembro de 2025. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 anos de idade o direito à realização do exame de mamografia conforme diretrizes do Ministério da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER. **Pesquisa Sem Parar 2025**: revela sobrecarga de trabalho e cuidado. Brasília, DF: Ministério da Mulher, 2025. Disponível em: <https://mulher.istoe.com.br/pesquisa-sem-parar-2025-revela-sobrecarga-de-trabalho-e-cuidado>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2025. Brasília: Ministério das Mulheres, mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher** — RASEAM 2025. Brasília: Ministério das Mulheres, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério das Mulheres; ONU Mulheres. **Agenda Transversal Mulheres** – Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Relatório de Agenda Transversal, Brasília, DF, 04 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/as-suntos/planejamento/plano-plurianual/arquivos/relatorios-planejamento-nacional/agenda-transversal-mulheres-en.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2024.pdf. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>. Disponível em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Plano Nacional de Saúde 2024-2027**: diretrizes e metas de fortalecimento da saúde integral. Brasília: Ministério da Saúde, 2024/2025. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/plano-nacional-de-saude-2024-2027](#). Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instituto Nacional de Câncer (INCA)**. Estimativa 2023-2025: Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Brasil bate recorde de afastamentos por saúde mental em 2025:** mais de 546 mil licenças por ansiedade e depressão. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento/pns/plano-nacional-de-saude-pns-2024-2027.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vacinação contra HPV reduz casos de câncer do colo do útero em até 58%, aponta **estudo da Fiocruz**. Secretaria de Comunicação Social, Brasília, DF, 7 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/vacinacao-contrahpv-reduz-casos-de-cancer-do-colo-do-utero-em-ate-58-aponta-estudo-da-fiocruz>. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Instituto de Pesquisa DataSenado**. Pesquisa Nacional sobre Violência contra a Mulher. Brasília: DataSenado, 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025**. Ementa: Estabelece reserva mínima de 30% (trinta por cento) das vagas de membros titulares para mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15177.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. **LEI 14.831/2024**. Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental, de 2024. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.

CONSUMIDOR MODERNO. **Burnout:** Brasil é 2º país com maior incidência da síndrome. 2024. Disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/ranking-burnout-brasil/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Política de Participação Feminina - Portal CNJ**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/politica-de-participacao-feminina/>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **19ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: forumseguranca.org.br. (Os dados de 2024

apontaram recorde de 1.492 feminicídios, com aumento de 19% em relação ao ano anterior).

FREUDENBERGER, Herbert J. Staff burn-out. **Journal of Social Issues**, v. 30, n. 1, p. 159-165, 1974.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2023-notas-estatisticas>. Acesso em: 30 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD Contínua): Afazeres domésticos e cuidados de pessoas, 2024-2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 30 jan. 2026.

LAB THINK OLGA. **Esgotadas: o empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres**. São Paulo: Think Olga, 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

MOVIMENTO MULHER 360. **Global Gender Gap 2025**: A educação sozinha não garante igualdade. São Paulo: MM360, 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmílson; CLEMENTINO, Ana Maria. **Trabalho docente e sobrecarga de trabalho**. Belo Horizonte: GESTRADO/UFGM, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Internacional de Doenças para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade (**CID-11**). Genebra: OMS, 2019. Disponível em: icd.who.int. Acesso em: 31 jan. 2026.

SILVA, Maria. **A Feminização do Cuidado na Educação Infantil**. São Paulo: Editora Educacional, 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024/2025**. Disponível em: anuario.todospelaeducacao.org.br. Acesso em: 29 jan. 2026.

CAPÍTULO 23

MULHERES EVANGÉLICAS EM FOCO: “A LUTA DAS MULHERES CONTRA O MACHISMO E A MANIPULAÇÃO DA FÉ”¹

EVANGELICAL WOMEN IN FOCUS: “WOMEN’S STRUGGLE AGAINST MACHISMO AND THE MANIPULATION OF FAITH”

Abraão Vergasta Reis

Instituto Universitario Adventista de Venezuela- IUNAV
Nirgua – Yacucy -Venezuela
Orcid.org/0009-0000-0420-587X

Cleide Emília Faye Pedrosa

Universidade Federal de Sergipe
Aracaju – Sergipe - Brasil
Orcid.org/0000-0003-4021-8189

Gabriely da Silva Leite

Universidade Federal de Sergipe
Aracaju – Sergipe - Brasil
Orcid.org/0009-0004-4160-0931

RESUMO

Este capítulo resulta de um plano de estudo de pós-doutoramento intitulado A violência contra a mulher e o discurso religioso: combate ao silenciamento e às relações abusivas à luz da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe, entre 2 de setembro de 2024 e 1º de setembro de 2025. Diante de todos os abusos que as mulheres sofreram ao longo da história, fez-se necessário o surgimento da epistemologia feminista, com o objetivo de dar visibilidade às mulheres, promover a equidade de gênero e combater as injustiças e discriminações por elas sofridas. A violência contra a mulher é compreendida como “ato ou conduta baseada

¹ O subtítulo está entre aspas porque faz parte do título de um livro e um livreto ainda inédito.

Nota: os três coautores são evangélicos. Este pertencimento reforça o “lugar de fala”.

no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada” (Brasil, 1996, art. 1º). O fato absurdo que demonstraremos neste texto é a perpetuação da violência no interior do meio evangélico. Nesse contexto, nosso objetivo apresenta-se assim formulado: denunciar as violências sofridas por mulheres evangélicas com o respaldo de líderes religiosos. Fundamentaremos o estudo a partir da epistemologia feminista e da hermenêutica bíblica. O percurso metodológico terá como base as metodologias qualitativa-interpretativista e sociocrítica. O corpus analisado foi constituído a partir de comentários extraídos do perfil do Instagram leonardobarros.oficial, pertencente ao pastor Leonardo Barros, no qual são abordados diversos temas, entre eles a violência de gênero. Foram selecionadas duas postagens que geraram numerosos comentários de seus seguidores, os quais evidenciam situações de violência contra a mulher. Por fim, traçaremos algumas reflexões com o intuito de nos posicionarmos criticamente em relação à pesquisa desenvolvida.

Palavras-chave: Epistemologia feminista; Hermenêutica bíblica; Violência de gênero.

ABSTRACT

This chapter results from a postdoctoral research plan entitled *Violence Against Women and Religious Discourse: Combating Silencing and Abusive Relationships in Light of the Sociological and Communicational Approach to Discourse*, developed at the Federal University of Sergipe between September 2, 2024, and September 1, 2025. In view of the many abuses women have suffered throughout history, the emergence of feminist epistemology became necessary, with the aim of giving visibility to women, promoting gender equity, and combating the injustices and discrimination they have endured. Violence against women is understood as an “act or conduct based on gender that causes death, physical, sexual, or psychological harm or suffering to women, whether in the public or private sphere” (Brazil, 1996, art. 1). The disturbing fact addressed in this text is the perpetuation of violence within evangelical contexts. In this scenario, our objective is formulated as follows: to

denounce the violence suffered by evangelical women with the backing of religious leaders. The study is grounded in feminist epistemology and biblical hermeneutics. The methodological approach is based on qualitative-interpretivist and socio-critical methodologies. The corpus analyzed was composed of comments extracted from the Instagram profile *leonardobarros.official*, belonging to Pastor Leonardo Barros, where several themes are addressed, including gender-based violence. Two posts that generated a large number of comments from followers were selected, as they reveal situations of violence against women. Finally, we present some reflections in order to take a critical stance regarding the research conducted.

Keywords: Feminist epistemology; Biblical hermeneutics; Gender-based violence.

1. Introdução

A luta pela equidade entre homens e mulheres é contínua e exige o compromisso de todas e todos. “Somente por meio de uma abordagem abrangente, que combine medidas legislativas, políticas públicas e transformação cultural, poderemos avançar na garantia de uma sociedade justa, igualitária e livre da violência de gênero”, é o que defendem Godoi e Santos (2023, p. 13).

Dados confirmam que a maioria dos fiéis (evangélicos e católicos) no Brasil é composta por mulheres. Pesquisa realizada pelo Datafolha (2020) indica que as mulheres representam 58% dos evangélicos e 51% dos católicos no país. De acordo com a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM), 40% das denúncias de violência contra as mulheres registradas em órgãos especializados são realizadas por mulheres evangélicas (Brasil, 2024).

Essa realidade decorre de diversos fatores, entre os quais se destaca a má interpretação bíblica, que tem produzido uma cultura histórica de submissão, geradora de múltiplos transtornos para a sociedade como um todo. Tal perspectiva é frequentemente reforçada pela passagem bíblica “Mulheres, sede submissas a seus maridos”,

constantemente evocada por homens evangélicos – e também por outros não evangélicos.

Asseguramos que é indiscutível a necessidade de promover um ambiente de acolhimento e suporte às mulheres, proporcionando-lhes os recursos e as informações necessárias para que possam romper o ciclo de violência. Organizações não governamentais, grupos de apoio comunitário e iniciativas governamentais devem atuar de forma articulada, oferecendo orientação psicológica, jurídica e social às mulheres vítimas de violência (Guerra, 2023).

Ademais, é fundamental que as pesquisas acadêmicas ofereçam respostas a essas questões sociais e assumam um compromisso social com o enfrentamento do problema do feminicídio em nosso país. Vejamos os dados apresentados em uma matéria publicada em janeiro de 2026:

No cenário nacional, o Brasil atingiu um novo recorde em 2025, com ao menos 1.470 feminicídios registrados de janeiro a dezembro. O total supera os 1.464 casos de 2024, que até então representavam a maior marca da série histórica. Mesmo sem a consolidação completa dos dados de dezembro em quatro estados, os números indicam uma média de quatro mulheres assassinadas por dia em contextos de violência doméstica, familiar ou motivados por discriminação de gênero.²

A educação e a sensibilização nos espaços sociais e religiosos constituem passos determinantes para a promoção da igualdade de gênero e do respeito mútuo (Costa, 2015). É necessário que as pesquisas ultrapassem os muros das universidades e alcancem as cidadãs que padecem em silêncio.

Para o desenvolvimento deste capítulo, apresentaremos exemplos que evidenciam a agressividade contra as mulheres a partir dos discursos presentes nos comentários obtidos no perfil do Instagram

² Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/pais-registra-recorde-de-feminicidios. Acesso em: 26 jan. 2026. Matéria publicada por joel Cavalcanti em 21 de janeiro de 2026.

leonardobarros.official, pertencente ao pastor Leonardo Barros³, o qual atualmente conta com um milhão de seguidores e aborda diversos temas, entre eles a violência de gênero. Foram selecionadas duas postagens que geraram inúmeros comentários de seus seguidores, os quais ressaltam a violência contra a mulher.

No delineamento deste texto, apresentamos, inicialmente, esta introdução; em seguida, exporemos, de forma histórica, a epistemologia feminista; na sequência, descreveremos o percurso metodológico; e, na seção destinada às análises dos exemplos, estes serão respaldados pela hermenêutica bíblica. Por fim, traçaremos algumas reflexões com o intuito de nos posicionarmos criticamente em relação à pesquisa desenvolvida. Com esse percurso, objetivamos denunciar as violências sofridas por mulheres evangélicas com o respaldo de líderes religiosos.

2. Epistemologia feminista: enfrentamentos em ondas revoltosas

No amplo campo do conhecimento, existem diversas epistemologias, entre elas a epistemologia feminista, que desempenha um papel crucial no âmbito da filosofia. A epistemologia feminista, desse modo, constitui um campo de estudo que examina como o gênero influencia nossas concepções de conhecimento, nossas práticas de investigação e até mesmo a justificativa das crenças. As epistemólogas feministas argumentam que a ciência e o conhecimento tradicionalmente foram dominados por perspectivas masculinas, o que pode gerar vieses e exclusões significativas (Lima; Arouche; Nunes, 2022).

O cerne dessa crítica reside no conceito de “objetividade forte”, defendido por Sandra Harding (1991), segundo o qual o conhecimento é sempre “situado” e a ciência deve ser analisada a partir das experiências das mulheres e de outros grupos marginalizados, a fim de revelar e corrigir tais vieses.

³ Pastor presidente e fundador da Igreja Batista Univida. Formado em Psicologia e pós-graduado em Psicanálise. Pregador do Evangelho há 24 anos, natural de Belo Horizonte/MG.

Essa epistemologia conduz à compreensão da importância de dar voz – ou, mais precisamente, dar ouvidos – às experiências marginalizadas, sendo o reconhecimento da interseccionalidade (Hirata, 2014) das identidades central para a construção de uma epistemologia mais equitativa.

De acordo com Lima, Arouche e Nunes (2022, p. 226), “[...] a epistemologia feminista emergiu para ‘tornar públicos’ os saberes e a autoridade epistêmica das mulheres, possibilitando realinhar a ciência a partir do conhecimento situado no ponto de vista feminino”. Além disso, é fundamental fomentar espaços de diálogo e colaboração nos quais mulheres de diferentes origens e áreas do conhecimento possam compartilhar suas experiências e contribuições (Lino; Mayorga, 2017). Ao fazê-lo, não apenas se enriquece o campo científico, como também se promove uma sociedade mais justa (Maffía, 2002).

Portanto, analisaremos a temática proposta à luz da epistemologia feminista (Grayling, 2002; Ketzer, 2017), buscando compreender o que deve ser feito para evidenciar e valorizar as perspectivas femininas, promovendo uma visão mais inclusiva e democrática. Assim, neste trabalho investigativo, refletiremos sobre como as questões de gênero impactam nossas concepções de conhecimento, as pesquisas e as produções científicas (Ketzer, 2017).

A epistemologia feminista desafia a neutralidade científica percebida, ao propor que a ciência, quando praticada predominantemente por um grupo específico – homens brancos de classe alta –, inevitavelmente incorpora seus valores e exclui metodologias e objetos de estudo relevantes para as mulheres, conforme debatido por Donna Haraway em seu conceito de “conhecimentos situados” (1988).

Na sequência, procederemos à historicização das ondas feministas que emergiram ao longo dos séculos, cada uma delas introduzindo novas perspectivas e uma série de demandas sociais, políticas e econômicas.

As primeiras organizações feministas surgiram entre os séculos XVIII e XX. Em 1928, por exemplo, foi criado o primeiro organismo de proteção aos direitos das mulheres, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). Esse período é caracterizado como a primeira onda

feminista, conhecida como “sufragista”, na qual se reivindicavam a formação profissional, a representação política, o acesso à educação formal, o trabalho remunerado e o direito ao voto (Bittencourt, 2015).

Nas décadas de 1960 e 1980, a segunda onda feminista concentrou-se em pautas como igualdade salarial, direitos reprodutivos e o combate à violência doméstica. O ano de 1975 ficou conhecido como o Ano Internacional da Mulher, e, em 1979, foi realizada a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (Tavares; Campos, 2018). Esse foi um período de intensa mobilização e conscientização, que resultou em importantes conquistas legislativas e sociais. Ademais, nesse contexto, os conceitos de patriarcado, gênero e sexo ganharam destaque. O feminismo da segunda onda articulou-se ao feminismo negro, que lutava por direitos iguais aos das pessoas brancas (Souza, 2019). A conhecida afirmação “o pessoal é político”, que marcou essa onda, deslocou o foco da opressão do espaço público para o espaço privado (Hanisch, 1969), evidenciando a violência e a desigualdade no âmbito doméstico.

A terceira onda teve início nos anos 1990, quando o movimento adotou uma abordagem mais inclusiva e interseccional, reconhecendo que as experiências das mulheres não são homogêneas e que diferentes formas de opressão, como racismo, classismo e homofobia, estão interligadas. Essa onda, também conhecida como pós-estruturalista, compreendia que “[...] tanto gênero quanto categorias biológicas, por exemplo, seriam construções sociais, frutos de ciências desenvolvidas pela perspectiva masculina” (Souza, 2019, p. 12).

Nessa década, diversas conferências e convenções internacionais continuaram a fortalecer a luta pelos direitos das mulheres, como a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995 (ONU, 1995), da qual resultou a Plataforma de Ação de Pequim, marco na agenda global de empoderamento feminino. Judith Butler (1990) configura-se como uma teórica central dessa fase, ao problematizar a própria categoria “mulher” e introduzir o conceito de performatividade de gênero, conduzindo o movimento ao reconhecimento da fluidez das identidades.

Atualmente, alguns autores defendem que o feminismo se encontra em sua quarta onda, caracterizada pelo uso das redes sociais como instrumento de amplificação de vozes e de mobilização social. Campanhas como #NãoÉNão!, #MeToo e #NiUnaMenos têm exposto a gravidade do assédio e da violência contra as mulheres, promovendo mudanças significativas tanto na percepção pública quanto nas políticas institucionais (Perez; Ricoldi, 2019). Essa fase é marcada pelo ativismo digital e pela cultura do call-out, com foco na justiça social e na denúncia da misoginia sistêmica em tempo real, articulando a teoria da interseccionalidade à prática da mobilização de massa (Munro, 2013).

Com o objetivo de compreender o que deve ser feito para evidenciar e ampliar a valorização das perspectivas femininas e promover uma visão mais inclusiva e democrática, faz-se necessário tornar públicos os saberes e a autoridade epistêmica das mulheres, possibilitando o realinhamento da ciência a partir do conhecimento situado no ponto de vista feminino (Lima; Arouche; Nunes, 2022). Isso permitirá que novas perspectivas sejam incorporadas, desafiando as estruturas tradicionais e hierárquicas que frequentemente marginalizam vozes femininas.

3. Metodologia: que caminho escolher?

Os caminhos metodológicos desta investigação seguirão, principalmente, a trajetória da metodologia qualitativo-interpretativista, do paradigma sociocrítico e da Teoria Crítica.

Os pesquisadores que trabalham com discurso, de modo geral, priorizam a metodologia qualitativo-interpretativista (Magalhães; Martins; Resende, 2017; Pedrosa, 2018). Por meio dessa escolha metodológica, damos ênfase aos aspectos das subjetividades do sujeito discursivo e a como os processos sociais, respaldados por instituições – como as religiosas –, perpetuam discursos que legitimam suas pautas ideológicas. Daí a necessidade de utilizar modelos interpretativos para buscar a ressignificação discursiva da representação dos fatos (Paiva, 2019). Ao fazermos uso dessa metodologia, demonstramos nosso compromisso com variadas práticas interpretativas, todas respaldadas por

teorias e métodos que sustentam a compreensão, a descrição e a interpretação (Alves, 2024).

O paradigma sociocrítico visa à transformação social por meio da explicitação da ideologia e da autorreflexão. Ticona (2025) defende que o investigador deve ser um sujeito comprometido, assumindo, simultaneamente, uma posição objetiva e subjetiva em relação ao objeto de estudo. Esse pesquisador deve questionar a si mesmo, aos sujeitos da pesquisa e também às estruturas sociais nas quais está inserido, a fim de conduzir um processo investigativo crítico e autorreflexivo. Somente assim poderá analisar as transformações sociais e os problemas que delas decorrem ou que lhes deram origem.

Na sequência, abordaremos o paradigma da Teoria Crítica e como este pode contribuir para as análises dos discursos que realizaremos. Tal paradigma vincula-se à Escola de Frankfurt. Um de seus princípios fundamentais consiste na impossibilidade de isolar o sujeito da realidade em que está inserido, uma vez que todo conhecimento produzido se relaciona com práticas e experiências situadas historicamente. Assim, as ciências e a sistematização dos conhecimentos devem acompanhar as mudanças temporais que ocorrem na vida social.

Para nós e para esta pesquisa, essas escolhas metodológicas assumem importância ímpar, considerando que trabalharemos com discursos que relatam violência contra a mulher em pleno século XXI, fundamentados em leituras lineares da Bíblia, cuja escrita foi finalizada antes do primeiro século depois de Cristo.

4. “A luta das mulheres contra o machismo e a manipulação da fé”: o que aconselham os líderes religiosos?

Contextualizaremos algumas informações antes de apresentar os discursos que servirão como exemplos. Pesquisa do IBGE (2022) mostrou que a proporção de mulheres evangélicas, em relação ao total de fiéis, é de 55,4%. Esse número é superior ao percentual de mulheres

na população brasileira, que corresponde a 51,8%⁴. Em matéria publicada na revista Carta Capital (2025)⁵, destaca-se a preocupação de assistentes sociais e psicólogas em desenvolver ações de acolhimento voltadas a mulheres evangélicas na Zona Leste de São Paulo. Da referida matéria, escrita por Simony dos Anjos e publicada em 2 de julho de 2025, salientamos o seguinte:

Nada mais equivocado pensar que Jesus aprovaria um casamento em que o corpo das mulheres, templo do Espírito Santo, seja blasfemado.

E ainda:

As crianças também são vítimas desse modelo de família, que confere todo poder ao homem e submete toda a família às vontades do “pai”. Além da violência psicológica de presenciar cenas de agressão psicológica e física contra suas mães, muitas crianças também são violentadas dentro de casa.

Simony dos Anjos apresenta dados do relatório Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, que, por sua vez, tem como fonte pesquisas conduzidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Datafolha. Segundo o relatório, “6% das mulheres que sofreram violência grave procuraram a Igreja como rede de apoio e acolhimento, e, se as lideranças religiosas não forem responsabilizadas por não encaminharem as denúncias, muitas outras violências ocorrerão”. Trata-se de uma situação grave, uma vez que a Igreja deveria ser um espaço de acolhimento às mulheres agredidas, e não de encobrimento do agressor.

O referido relatório revela ainda dados que deveriam causar constrangimento ao meio evangélico: “[...] dentre as entrevistadas, 42,7% das mulheres que se identificaram como evangélicas sofreram violência ao longo da vida, contra 35% das que se identificaram como

⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-06/jovens-e-mulheres-puxam-aumento-de-evangelicos-no-pais-revela-ibge>. Acesso em: 21 nov. 2025.

⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/familia-territorio-de-risco-para-mulheres-evangelicas/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

católicas”. No Brasil, “[...] as mulheres evangélicas são as mais atingidas pela violência doméstica”⁶.

Por meio das narrativas selecionadas, analisaremos o papel criminoso das instituições religiosas e de seus líderes na perpetuação da condição de violência contra a mulher. Questionamos, nesse contexto, quais leituras têm sido feitas da passagem “mulheres, sede submissas a seus maridos” e quais leituras deveriam ser realizadas. Vejamos, a seguir, os posicionamentos de líderes religiosos. A seguir, com grifos nossos, alguns exemplos:

- 1- Eu sofria agressão de todas as formas, passava necessidade em casa, O abençoado ia ministrar Santa ceia na igreja e me deixava chorando em casa com o coração sangrando, quando. E separei, **os Pastores ficaram bravos e colocaram o dedo no meu nariz dizendo q eu era amaldiçoada e ia pro inferno.**
- 2- Alguns crentes se acham tão esperto espiritualmente né? Mas o diabo faz deles de bobos e eles nem percebem... **ele age no marido da irmã pra bater nela e ainda consegue fazer o pastor dizer que é Deus.** Cadê o discernimento que tanto dizem ter? Cadê o olhar espiritual que tanto dizem ter? Conseguem ver o diabo em tudo, menos onde ele realmente está!
- 3- AQUI EM MANAUS **UM PASTOR MANDOU A MULHER RECONCILIAR E FOI PROS 7 PALMOS A FAMÍLIA TAVA ATRÁS DO PASTOR.**
- 4- Pastor sofreu violência doméstica sou toda quebrada hoje estou com câncer **meu pastor disse que o câncer e por causa da separação.**
- 5- É o crime de feminicídio crescendo. Conheço alguns casamentos que nasceram no berçário evangélico casaram com evangélicos e estão casados há 10/20 anos. É vivem repito vivem em casamentos destruídos, violentos, abusivos, maquiados.

⁶ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/familia-territorio-de-risco-para-mulheres-evangelicas/>. Acesso em: 21 nov. 2025. Vale destacar que um bom percentual de mulheres evangélicas é casada com não evangélicos. Não identificamos dados no Brasil que apontam para o casamento inter-religioso, contudo somos conhecedores por experiência. “Maioria na Igreja: Mulheres compõem a maioria da base das igrejas evangélicas no Brasil. Em algumas denominações neopentecostais, essa participação chega a 69%”; e “Conflito de Religião: Embora o ideal evangélico seja o casamento com o mesmo credo, a realidade das uniões desiguais ocorre, frequentemente gerando tensões sobre a criação de filhos e participação nas atividades da igreja” (IA, acesso em: 28 jan. 2026).

Tudo pra manter o bom costumes (Que crente não separa) Deussss me livre sou desta geração dessa família citada mais me recuso a morrer espiritual, emocional, psicologicamente .**Pra agradar sacerdotes patriacas narcizista** .Ñ Jesus Cristo ele é vida e quem vive no relacionamento deste já morreu a muito tempo ..Meu esposo sabe que eu ã aceito isso, tocou em mim é Maria da Penha .Pra ele tocar em mim, sé for pra fazer Amorrre com as labaredas de fogo ,fogo de Amor prontooo fale!!!!

6- Da raiva desse povo, Deus que me perdoe, que ao invés de ler a bíblia e procurar entendimento com Deus, procura é pastor. Amados acordem procura ler a a bíblia pra te saber se o que o pastor da tua igreja tá pregando é o certo. Deus não quer que você sofra não. Casamento é benção de Deus. Se não é benção então tá casada errado. Pelo amor de Deus acordem. VAO LER A BIBLIA PRA PARAREM DE SEREM ENGANADOS. Hoje em dia qualquer **um é pastor sem um pingão de entendimento bíblico e discernimento. Mtos pastores e os que se dizem cristão de beira de rua** estão levando o verdadeiro evangelho por água a baixo. Acordem povo de Deus.

7- A primeira vez que meu ex marido me bateu **minha pastora disse que foi que eu fiz pra ele me bater**, sai dessa igreja e hoje estou na batista, separei e hj muito mais feliz!!

8- Minha querida é por conta desses religiosos, que o índice de FEMINICIDIO tem aumentado tanto!!!! **DENUNCIE seu marido e o pastor**, AGRESSÃO chame POLÍCIA!!!

Iniciemos nossa interpretação e visão crítica com a denúncia a seguir:

6- Da raiva desse povo, Deus que me perdoe, que ao invés de ler a bíblia e procurar entendimento com Deus, procura é pastor. Amados acordem procura ler a a bíblia pra te saber se o que o pastor da tua igreja tá pregando é o certo. Deus não quer que você sofra não. Casamento é benção de Deus. Se não é benção então tá casada errado. Pelo amor de Deus acordem. VAO LER A BIBLIA PRA PARAREM DE SEREM ENGANADOS. **Hoje em dia qualquer um é pastor sem um pingão de entendimento bíblico e discernimento. Mtos pastores e os que se dizem cristão de beira de rua** estão levando o verdadeiro evangelho por água a baixo. Acordem povo de Deus.

Verifica-se, com facilidade, que a pessoa que escreveu o texto acima demonstra bom grau de letramento e escolaridade. Trata-se de

um sujeito reflexivo, que distingue a instituição religiosa dos ensinamentos bíblicos. Expressões como “Da raiva desse povo” referem-se àqueles que, segundo o autor, gostam de ser enganados por pastores que “estão levando o verdadeiro evangelho por água a baixo”. Há, ainda, uma convocação ao casamento como “benção de Deus”.

A esse discurso, podemos associar o apresentado no exemplo número 8: “Minha querida é por conta desses religiosos, que o índice de FEMINICÍDIO tem aumentado tanto!!!! **DENUNCIE seu marido e o pastor, AGRESSÃO chame POLÍCIA!!!**”. A percepção dessas mulheres ultrapassa os ensinamentos passivos recebidos no espaço religioso; elas demonstram letramentos acerca das conquistas legais das mulheres e acompanham a gravidade dos índices de feminicídio no Brasil e no mundo.

Na introdução deste capítulo, pontuamos dados alarmantes referentes ao ano de 2025. O número de feminicídios registrados foi de 1.470, mesmo sem a consolidação dos dados de quatro estados, entre eles São Paulo. O que se observa no Brasil é uma média de quatro mulheres assassinadas por dia.

O discurso de denúncia (6) também evidencia que muitos pastores não possuem formação teológica: “Hoje em dia, qualquer um é pastor sem um pinga de entendimento bíblico e discernimento”. Em matéria publicada em 2017, escrita pelo doutor em Teologia Jorge Henrique Barros⁷, reconhecido como avaliador do MEC, são apresentados dados alarmantes que corroboram o que foi expresso no referido exemplo:

Durante o último século, o número de cristãos evangélicos cresceu de forma explosiva em todo o mundo. Estima-se que 75% deles vivem na África, Ásia ou na América do Sul e, embora seja impossível saber com certeza, estima-se que existam cerca de 2,2 milhões de igrejas evangélicas em todo

⁷ Jorge Henrique Barros é Doutor em Teologia pelo Fuller Theological Seminary (EUA), diretor do Departamento de Desenvolvimento Institucional (DDI) da Faculdade Teológica Sul Americana e avaliador do MEC para Teologia.

o mundo. No entanto, 85% deles são liderados por pastores com pouco ou nenhuma formação teológica.⁸

Identificamos que esse percentual é extremamente elevado: cerca de 85% não possuem a formação necessária para atuar como líderes religiosos e interpretar de modo coerente os ensinamentos bíblicos. Consequentemente, também não dominam os textos nas línguas originais (hebraico, aramaico e grego), tampouco o contexto das civilizações da época em que foram escritos, o que os induz a realizar interpretações literais de passagens que apresentam, como conteúdo, a submissão das mulheres.

Podemos destacar, neste ponto da discussão, alguns “textos bíblicos que descrevem a subordinação feminina (sem prescrevê-la)”. Determinadas leituras tornam-se particularmente complexas quando os textos são retirados de seus contextos históricos, sobretudo no caso dos textos bíblicos, escritos em outras línguas e em épocas distintas. Ressaltamos, ainda, que descrever algo, isto é, relatar um fato ou uma situação, difere substancialmente de prescrever, que implica ordenar ou determinar como algo deve ser realizado.

Abordaremos, a seguir, a complexidade das leituras literais de textos que **prescrevem** comportamentos a serem seguidos e daqueles que apenas os **descrevem**.

Após a queda no Jardim do Éden, as palavras de Deus dirigidas a Eva foram (conforme tradução para a língua portuguesa): “O teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (Gênesis 3:16). Essa passagem passou a assumir, em muitos contextos eclesiais, um papel associado a uma visão sexista; no entanto, uma leitura crítica deve estar fundamentada nos contextos culturais e situacionais do texto, bem como em comparações com outros textos que evocam conteúdos similares.

Em Gênesis 2:18 – “E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele” –, a expressão “ajudadora idônea” indica, na leitura em língua portuguesa, um

⁸ Disponível em: <https://ftsa.edu.br/maioria-das-igrejas-sao-lideradas-por-pastores-sem-formacao-teologica/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

lugar de companheirismo. O verbo hebraico *ozet* (auxiliadora, ajudadora) possui uso genérico no texto original, podendo significar superioridade, inferioridade ou igualdade. Diante disso, questiona-se por que, em uma sociedade machista, torna-se mais conveniente empregar tal termo com sentido de inferioridade quando referido à mulher.

Ao aprofundarmos a interpretação bíblica acerca da criação da mulher, observa-se que o termo hebraico *tse/a*, traduzido como “ao lado” do homem, indica igualdade. Assim, “auxiliadora” (*ozet*) e “ao lado” (*tse/a*) contribuem para uma interpretação hermenêutica que teólogos ou estudiosos com domínio das línguas bíblicas originais poderiam mobilizar para refutar as falácias das interpretações patriarcais (Trible, 1978; Lemos, 2013). Tal perspectiva é evocada pela narrativa (6): “[...] Hoje em dia qualquer um é pastor sem um pingote de entendimento bíblico e discernimento. Muitos pastores e os que se dizem cristão de beira de rua estão levando o verdadeiro evangelho por água abaixo. Acordem povo de Deus”.

Barros, em matéria publicada em 2015, pontua que “O pouco acesso à educação formal afeta a compreensão das verdades básicas da Bíblia. O grande número de analfabetos e a pouca disponibilidade em alguns países complica ainda mais o processo de formação”⁹. O autor afirma ainda que há muitas regiões “teologicamente desnutridas”: com base nos dados apresentados, existe apenas um pastor com formação teológica para cada 450 mil habitantes. Em escala global, há cerca de 2,2 milhões de igrejas evangélicas, porém apenas 15% são dirigidas por pastores com formação teológica. A denúncia presente na narrativa (6) evidencia essa realidade: “Hoje em dia qualquer um é pastor sem um pingote de entendimento bíblico e discernimento”.

Como observado nos exemplos anteriormente apresentados, há um reforço da subserviência feminina e uma orientação ao silenciamento das mulheres diante da agressão, com o objetivo de não expor as instituições religiosas. Nessas diretrizes, evidencia-se uma religião

⁹ Disponível em: <https://ftsa.edu.br/maioria-das-igrejas-sao-lideradas-por-pastores-sem-formacao-teologica/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

que prioriza a preservação da fachada institucional – “não sujar o nome da igreja” – em detrimento da vida de suas “ovelhas”. Leiamos, a seguir:

5- É o crime de feminicídio crescendo. Conheço alguns casamentos que nasceram no berçário evangélico casaram com evangélicos e estão casados há 10/20 anos .É vivem repito vivem em casamentos destruídos ,violentos,abusivos,maquiados . Tudo pra manter o bom costumes (Que crente não separa) Deussss me livre sou desta geração desfa familia citada mais me recuso a morrer espiritual,emocional, psicologicamente .Pra agradar sacerdotes patriacas narcizista .Ñ Jesus Cristo ele é vida e quem vive no relacionamento deste já morreu a muito tempo ..Meu esposo sabe que eu ñ aceito isso, tocou em mim é Maria da Penha .Pra ele tocar em mim, sé for pra fazer Amorrre com as labaredas de fogo ,fogo de Amor prontooo falei!!!

Ressaltaremos adiante alguns tópicos do comentário anterior que comprovam o que estamos discutindo:

[...] Conheço alguns casamentos que nasceram no berçário evangélico casaram com evangélicos e estão casados há 10/20 anos. É vivem repito vivem em casamentos destruídos, violentos,abusivos,maquiados . Tudo pra manter o bom costumes (Que crente não separa) [...] Pra agradar sacerdotes patriacas narcizista [...].

Observa-se a perpetuação de um discurso que atende aos interesses de uma sociedade machista. Constata-se como o termo “berçário”, associado à vida, adquire uma conotação negativa, uma vez que, segundo os discursos analisados, nele se originaram casamentos destruidores, violentos e abusivos. Há um reforço constante de avaliações negativas, nas quais o “berçário” evangélico passa a ser associado à produção de uma vida marcada pela dor. A própria instituição do “casamento” também é avaliada negativamente.

Essas avaliações contribuem para a compreensão das emoções suscitadas em mulheres que vivenciam ou presenciam casamentos abusivos, os quais, de forma lamentável, são defendidos por determinadas igrejas. Nos trechos analisados, emergem ainda expressões profundamente negativas, como “sacerdotes patriarcas narcisistas”.

Cargnelutti e Alós (2019, p. 2) destacam a necessidade de nos empenharmos em “[...] compreender os mecanismos discursivos, institucionais, culturais e históricos que envolvem as relações de gênero”.

É esse o esforço empreendido neste texto, ao evidenciar como discursos institucionais religiosos impõem suas ideologias e contribuem para a perpetuação do *status quo* masculino. Causa ainda maior espanto o fato de que o discurso de violência contra a mulher seja, por vezes, legitimado por uma liderança feminina, conforme exemplificado a seguir na narrativa (7): “A primeira vez que meu ex marido me bateu **minha pastora** disse que foi que eu fiz pra ele me bater, sai dessa igreja e hoje estou na batista, separei e hj muito mais feliz!!”.

Grünnage, professor da área de Letras na Alemanha, entrevistou Bernardo Ajzenberg, tradutor, jornalista e escritor brasileiro, em 2015. Acompanhemos uma das perguntas:

Na sua opinião: Que importância tem ainda o machismo no Brasil atual?

“Predominante. No Brasil mesmo as mulheres são machistas, grande parte delas. Existe a ideia do predomínio masculino em praticamente todos os campos. Acho que há um atraso muito grande no Brasil em relação a isso, com algumas exceções em grandes centros urbanos”¹⁰.

Incomodadas/os com essa resposta e, especificamente, com o fragmento “No Brasil, mesmo as mulheres são machistas”, decidimos averiguar a questão de forma mais aprofundada. Identificamos, em nossa busca, material relevante publicado, em 2021, pelo portal UOL. A jornalista Nathália Geraldo¹¹, especializada em pautas sociais, especialmente aquelas relacionadas às questões de gênero, apresenta o questionamento: “Existe mulher machista? Especialistas em gênero afirmam que não”.

¹⁰ Grünnage, Christian. “No Brasil, mesmo as mulheres são machistas”: entrevista com Bernardo Ajzenberg. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, v. 45, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/gppSzyDXXDfWnTVTs68wz5p/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

¹¹ Nathália Geraldo de Universa, especializada em pautas sociais, culturais e das mulheres. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/20/existe-mulher-machista-especialistas-explicam-uso-do-termo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Para as especialistas consultadas, Viviana Santiago¹² e Priscila Vieira¹³, há consenso de que não, considerando que a compreensão do que seja machismo no cotidiano é complexa. Essa dificuldade se intensifica quando observamos mulheres agredindo outras mulheres. Segundo Viviana Santiago, não existe mulher machista; contudo, em razão da sociedade em que vivemos, na qual os direitos dos homens são garantidos e os das mulheres negados, as mulheres podem reproduzir práticas machistas, uma vez que somos socializadas sob estruturas marcadamente machistas.

Da professora Priscila Vieira, a jornalista Nathália Geraldo registra a seguinte afirmação: “Somos educadas nesse sentido. E, às vezes, reproduzimos o machismo entre nós quando, por exemplo, dizemos, em um ambiente de trabalho, que as mulheres falam demais ou se perdem na apresentação diante de homens”.

Desse modo, as três autoras convergem no entendimento de que o chamado machismo das mulheres revela, em princípio, “mais sobre a estrutura social em que vivemos do que sobre a culpa que elas teriam ao reproduzir essas ideias e comportamentos”. Colocamos, assim, em pauta a urgência de que as mulheres rompam com esse machismo estrutural.

5. Reflexões finais

Destacamos que a sociedade patriarcal reproduzida na cultura evangélica, a partir dos exemplos analisados, revela-se de uma força cruel, configurando-se como abuso do poder masculino. O medo de

¹² Professora, ativista, feminista, colunista do *@portal_lunetas* e da *@revistaazmina* e diretora executiva da *@oxfambrasil*.

¹³ Professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua na área de História, com ênfase em Teoria da História e História Contemporânea. Licenciada (2004), Bacharel (2005), Mestre (2008) e Doutora (2013) em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Foi bolsista da CAPES pelo Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), em Paris, entre 2010 e 2011. De 2014 a 2015, realizou um estudo de Pós-Doutorado em História Cultural pelo IFCH/UNICAMP. Suas áreas de interesse são: estudos foucaultianos, feministas, de gênero e queer. (Texto recortado de <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/>. Acesso em: 26 nov. 2025).

destituir o homem da posição de “sacerdote do lar”, mesmo quando este é agressivo, mostra-se mais forte do que as próprias leis do país e, além disso, reproduz um rebaixamento interpretativo da Palavra de Deus no que se refere ao amor e ao cuidado que o esposo deve dispensar à esposa – “Vós, maridos, amai a vossas esposas e não vos irriteis contra elas” (Colossenses 3:19). O texto bíblico é enfático ao afirmar que os maridos não devem sequer se irritar contra suas esposas. Diante disso, questiona-se como se justifica a agressão física, verbal e emocional contra a mulher, bem como o silêncio da Igreja diante dessas práticas.

Infelizmente, a força do discurso evangélico recai quase exclusivamente sobre a mulher: edificar o lar, ser prudente, cuidar zelosamente dos filhos e do marido. Tais expressões tornaram-se jargões que sustentam a violência doméstica, especialmente quando as mulheres não desempenham esses papéis conforme as expectativas impostas.

Simony dos Anjos, já referenciada neste trabalho, por conviver nesse contexto, apresenta um olhar perscrutador sobre a temática e aponta alguns sinais que merecem atenção como possíveis indícios de que a mulher sofre violência no lar. Vejamos, literalmente:

- 1- desaparecer dos cultos e voltar 20 dias ou 1 mês – pode ser sinal de que esta mulher está esperando as marcas de violência sumirem para poder voltar ao convívio social;
- 2- não fazer nada sem a permissão do marido e, ficar angustiada ou ir embora antes se alguma atividade da igreja dura um pouco mais;
- 3- dificilmente aceitar a realização de algum culto ou visita em sua casa;
- 4- não falar de seus maridos nos encontros de mulheres ou em reuniões de oração. Quando falam, muitas pedem oração afirmando que seus maridos são difíceis, mas nunca dizem o que de fato acontece nos seus lares;
- 5- se o marido exercer liderança na igreja, demonstrar extrema submissão e não manifestar opinião. (Anjos, 2022)

Consideramos apropriado articular também um aconselhamento defendido por Simony dos Anjos (2022): “É imperativo que lideranças JAMAIS peçam para uma mulher que vive um relacionamento abusivo

orar mais. Isso trará maior sentimento de culpa para essa mulher, como se a falta de fé fosse o motivo de ela sofrer violência” (letras garrafais da autora, negrito nosso). Evidentemente, a autora refere-se à orientação de “orar mais” em contextos de violência, pois tal recomendação sugere que a mulher sofre agressões por não estar orando o suficiente diante da provação vivida.

Outro aspecto ressaltado pela articulista é que “infelizmente, mulheres que denunciam maridos violentos ou abusivos acabam sendo isoladas nas comunidades, malvistas e, muitas vezes, deixam de participar das expressões de comunhão”.

Já apontamos, neste capítulo, que a Bíblia foi tanto escrita quanto interpretada em contextos marcados por uma cultura patriarcal e que a maioria das denominações evangélicas possui líderes sem formação em Teologia. Isso faz com que as leituras dos textos bíblicos sejam, frequentemente, literais e acríticas. Faz-se necessário o domínio das línguas originais, bem como a compreensão dos contextos históricos e sociais das diferentes épocas, uma vez que a Bíblia levou pouco mais de um milênio para ser escrita. O Antigo Testamento foi redigido ao longo de aproximadamente 1.100 anos, enquanto o Novo Testamento foi escrito em cerca de seis décadas, aproximadamente 60 anos.

Esse recorte temporal abrange múltiplas transformações culturais e históricas, além de contatos entre diferentes povos, que influenciaram crenças, ideologias e valores, tais como os gregos, os romanos, os egípcios e os babilônios, entre outros.

Dáí, mais uma vez, a necessidade de um olhar fundamentado em uma perspectiva crítica e reflexiva sobre o texto bíblico, distinguindo o que era prescrito como norma do que era apenas descritivo das sociedades da época. Recorremos, novamente, à análise crítica dos textos e discursos, mobilizando as contribuições do pesquisador crítico português Gouveia, que nos esclarece acerca desse tipo de leitura crítica:

Entendo por análise crítica do discurso um tipo de análise equacionada para o desvendar os elos de causalidade e determinação existentes entre eventos e práticas discursivas, por um lado, e estruturas e **processos socioculturais** mais vastos, por outro, e para a investigação de como tais práticas são **formadas ideologicamente por relações de poder**,

por lutas pelo poder e pela manutenção da hegemonia.
(Gouveia, 1998, p. 263, grifos nossos).

Esse posicionamento de Gouveia (1998) nos auxilia a compreender a complexidade envolvida na leitura bíblica nos dias atuais. O autor chama a atenção para o modo como as estruturas e os processos socioculturais devem orientar nossas leituras e interpretações, uma vez que é necessário considerar tanto os vínculos de causalidade quanto os de determinação entre os eventos e as práticas discursivas de uma sociedade. Deve-se reconhecer, ainda, que nenhuma sociedade é isolada e que, internamente, ela é sustentada ideologicamente por relações de abuso de poder (Van Dijk, 2008) e pela busca de manutenção da hegemonia – no caso dos exemplos analisados, a hegemonia do patriarcado, de modo a impedir que o homem perca seu “trono”.

Referências

ALVES, J. B. **Narrativas do eu**: construção identitária de atores sociais surdos sob as lentes da abordagem sociológica e comunicacional do discurso. 2024. 262 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/21431>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ANJOS, S. dos. Família: território de risco para mulheres evangélicas. **Carta Capital**, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/familia-territorio-de-risco-para-mulheres-evangelicas/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

BARROS, J. H. Maioria das igrejas são lideradas por pastores sem formação teológica. **Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA)**, 2017. Disponível em: <https://ftsa.edu.br/maioria-das-igrejas-sao-lideradas-por-pastores-sem-formacao-teologica/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BITTENCOURT, C. A. M. As três ondas do feminismo e suas contribuições para a educação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 58, p. 841-860, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024.

BRASIL. [Lei Maria da Penha]. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CARGNELUTTI, C. M.; ALÓS, A. P. A Mulher como o outro: Uma História de deslegitimação e silenciamento. **Linguagens & Cidadania**, v. 21, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/38791>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CAVALCANTI, J. País registra recorde de feminicídios. **A União**, Paraíba, 21 jan. 2026. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/pais-registra-recorde-de-feminicidios. Acesso em: 26 jan. 2026.

COSTA, J. B. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2026.

DATAFOLHA. Evangélicos são 31% do país e católicos, 50%, diz Datafolha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-sao-31-do-pais-e-catolicos-50-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2026.

EIBEL, K. D. **Desconstrução da cultura machista como pressuposto para efetivar a prevenção da violência contra a mulher:** um olhar da rede de enfrentamento de Lajeado/RS. 2020. TCC (Graduação em Direito) - Universidade do Vale do Taquari (Univates), Lajeado, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. **Visível e Invisível:** a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: FBSP, 2025.

GODOI, M. R.; SANTOS, F. E. **A importância dos direitos humanos e da igualdade de gênero na prevenção e combate à violência contra a mulher.** TCC (Graduação em Direito) – Centro Universitário Docum, 2023.

GRAYLING, A. C. **Introduction to Philosophy:** A Contemporary Inquiry. [S. l.]: Blackwell Publishers, 1996.

GUERRA, K. M. P. P. Análise da violência doméstica e familiar e a religião. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 8, n. 8, p. 147-160, 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/domestica-e-familiar-e-a-religiao>. Acesso em: 27 jan. 2026.

HANISCH, S. The Personal Is Political. In: SARACHILD, K. et al. **Notes from the Second Year: Women's Liberation**. New York: Radical Feminism, 1970.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência no feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1988. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 27 jan. 2026.

HARDING, S. **Whose Science? Whose Knowledge?** Thinking from Women's Lives. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhN-LNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2026.

KETZER, P. Epistemologia feminista. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1435-1437, 2017.

LE MOS, C. T. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, v. 11, n. 2, p. 201-217, 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795/1709>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LIMA, A. O.; AROUCHE, R. B.; NUNES, J. O. A epistemologia feminista no campo das ciências. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 19, n. 41, p. 223-247, 2022.

LINO, M. R. M. C.; MAYORGA, C. O feminismo é para todos? Um debate sobre o feminismo, a democracia e as diferenças. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 2, p. 119-130, 2017.

MAFFÍA, D. H. Epistemologia Feminista: a revolução do saber. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 13-44, 2002.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MUNRO, E. Feminism: A Fourth Wave? **Political Studies Review**, v. 11, n. 2, p. 217-229, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/2041-9066.12021>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** (Convenção de Belém do Pará). 1994.

PAIVA, R. **Modelos interpretativos na pesquisa social**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2019.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso no PPGL: pesquisas e contribuições sociais. In: RAMALHO, C. B.; LIMA, G. O. S. (Orgs.). **Estudos Linguísticos e Literários**. Aracaju: Criação, 2018. p. 153-178.

PÉREZ, R. M.; RICOLDI, A. M. Feminismo e redes sociais: a quarta onda e a luta contra o assédio. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019.

SOUZA, E. A. O. O Feminismo Negro e a Interseccionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, 2019.

TAVARES, B. P. S.; CAMPOS, C. D. O papel da CEDAW na garantia dos direitos das mulheres. **Revista Direito UNIFACS**, n. 216, 2018.

TICONA, J. E. B. **Diseño metodológico de la investigación científica para posgrado**. Editor: José Edsson Barrerro Ticona. La Paz: Bolívia: QFOX – IMPRESORES, 2025.

TICONA, J. E. B. O paradigma sociocrítico e a transformação social. **Revista de Pesquisa Qualitativa**, v. 13, n. 1, 2025.

TRIBLE, P. **God and the Rhetoric of Sexuality**. Philadelphia: Fortress Press, 1978.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. Tradução de Judith Hoffmann et al. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAPÍTULO 24

MULHERES INDÍGENAS, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL: ENTRE A PROTEÇÃO NORMATIVA E A INVISIBILIDADE ESTRUTURAL NO ESTADO BRASILEIRO

*INDIGENOUS WOMEN, HUMAN RIGHTS AND SOCIAL JUSTICE: BETWEEN
NORMATIVE PROTECTION AND STRUCTURAL INVISIBILITY IN THE BRAZILIAN STATE*

Lardiele Costa de Oliveira

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Piripiri-PI
<https://orcid.org/0009-0002-3774-605>
dralardieleoliveira@gmail.com

Anne Kelly Soares Eleotério

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Piripiri-PI
<https://orcid.org/0009-0005-4999-1241>
eanne2712@gmail.com

Ana Lina da Conceição Andrade

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Piripiri-PI
<https://orcid.org/0009-0007-0961-0816>
anaandradeacademicadedireito@gmail.com

Maria Mirele Martins Costa

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Piripiri-PI
<https://orcid.org/0009-0002-9020-0569>
mirelemartins01@gmail.com

Maria Eduarda Duarte Sousa

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Piripiri - Piauí
<https://orcid.org/0009-0002-4508-9427>
mariadudasousa69@gmail.com

Juliana Silva Amaral

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Piripiri-PI

<https://orcid.org/0009-0008-5856-9917>
drajulianasilvaamaral@gmail.com

Ana Beatriz Alves Moraes

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Piripiri – PI

<https://orcid.org/0009-0000-1042-5844>
beatriz321987@hotmail.com

Lucélia Keila Bitencourt Gomes

Centro Universitário Christus do Piauí - UNICHRISFAPI
Docente (UNICHRISFAPI)

Piripiri-PI
<https://orcid.org/0000-0001-5528-9858>
luceliakeila@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a efetividade dos direitos humanos das mulheres indígenas no Brasil, à luz da justiça social, diante da distância entre a proteção normativa e a invisibilidade estrutural persistente. A pesquisa adota metodologia qualitativa, de natureza teórica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise crítica da Constituição Federal de 1988, de tratados internacionais de direitos humanos e de produções acadêmicas sobre gênero, pluralismo jurídico e interculturalidade. Os resultados evidenciam que, embora exista um arcabouço normativo que reconhece a dignidade da pessoa humana, a diversidade cultural e os direitos dos povos indígenas, a aplicação concreta dessas garantias permanece limitada. Constatou-se que as mulheres indígenas continuam submetidas a múltiplas formas de discriminação, enfrentando barreiras institucionais, culturais e estruturais no acesso à justiça e às políticas públicas. A análise demonstra que o formalismo jurídico, aliado ao legado colonial e patriarcal, contribui para o silenciamento e a marginalização dessas mulheres no sistema jurídico brasileiro. Conclui-se que a efetivação dos direitos

humanos das mulheres indígenas exige a superação de uma abordagem meramente normativa, demandando políticas públicas interculturais, diálogo institucional com os povos indígenas e compromisso estatal com a justiça social, a igualdade de gênero e o reconhecimento da pluralidade jurídica.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Direitos humanos; Justiça social; Invisibilidade estrutural; Pluralismo jurídico.

ABSTRACT

This article analyzes the effectiveness of the human rights of indigenous women in Brazil, in light of social justice, considering the gap between normative protection and persistent structural invisibility. The research adopts a qualitative methodology, of a theoretical nature, developed through bibliographic and documentary research, with a critical analysis of the 1988 Federal Constitution, international human rights treaties, and academic productions on gender, legal pluralism, and interculturality. The results show that, although a normative framework exists that recognizes the dignity of the human person, cultural diversity, and the rights of indigenous peoples, the concrete application of these guarantees remains limited. It was found that indigenous women continue to be subjected to multiple forms of discrimination, facing institutional, cultural, and structural barriers in accessing justice and public policies. The analysis demonstrates that legal formalism, combined with the colonial and patriarchal legacy, contributes to the silencing and marginalization of these women in the Brazilian legal system. It is concluded that the realization of the human rights of indigenous women requires overcoming a merely normative approach, demanding intercultural public policies, institutional dialogue with indigenous peoples, and a state commitment to social justice, gender equality, and the recognition of legal plurality.

Keywords: Indigenous women; Human rights; Social justice; Structural invisibility; Legal pluralism.

1. Introdução

A construção histórica do Brasil está profundamente marcada pela colonização, pelo genocídio e pela exploração dos povos indígenas, processos que produziram séculos de silenciamento, violência e tentativas de apagamento cultural. Nesse contexto, as mulheres indígenas foram historicamente submetidas a múltiplas formas de opressão, resultantes do colonialismo, patriarcado e racismo estrutural. Ainda assim, essas mulheres vêm, de maneira contínua, reivindicando seu lugar na história, buscando reconhecimento, autonomia e o fortalecimento de suas vozes nos espaços sociais e políticos.

Apesar das adversidades impostas por estruturas herdadas do projeto colonial, as mulheres indígenas têm demonstrado notável resiliência e capacidade de resistência, organizando-se em movimentos sociais e políticos para a reivindicação de direitos e para a ampliação da visibilidade de suas realidades (CASTILHO et al., 2008 apud NUNES; BEZERRA; FREITAS, 2024).

Ao longo do processo de colonização, a mulher indígena foi frequentemente reduzida a estereótipos, associados ao cuidado do lar, da família e da comunidade, ao mesmo tempo em que sua contribuição social, política e cultural foi sistematicamente invisibilizada. Paralelamente, o imaginário colonial construiu a figura da mulher indígena como objeto de sexualização e fetichização, apagando sua centralidade na preservação da cultura, da língua, da ancestralidade, dos saberes tradicionais e das práticas de medicina indígena, bem como seu papel fundamental na mediação entre diferentes povos e territórios. Contudo, esse cenário vem sendo tensionado nas últimas décadas, à medida que mulheres indígenas passam a ocupar espaços de liderança e protagonismo político. Exemplo disso é a escolha de Kokoti Xikrin, em fevereiro de 2021, como cacica de sua comunidade, evidenciando o fortalecimento da atuação feminina indígena na condução de seus povos e na afirmação de suas identidades coletivas (RÁDIOAGÊNCIA, 2021)

No sistema jurídico, a Constituição Federal de 1988 traz em seu texto constitucional a proteção dos direitos humanos e dos direitos das

mulheres indígenas, bem como o reconhecimento da ancestralidade, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições dos povos indígenas. Além disso, no âmbito internacional, documentos como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) reforçam a obrigação do Estado de promover a igualdade de gênero e o respeito às especificidades culturais. Mesmo com esses avanços normativos, a aplicação concreta dessas normas ainda falha, uma vez que persistem violações de direitos e dificuldades no cumprimento das garantias previstas, especialmente no que se refere à atuação efetiva do Estado.

O presente artigo tem por objetivo analisar a efetividade dos direitos humanos das mulheres indígenas no Brasil, à luz do princípio da justiça social, identificando os limites da proteção jurídica estatal e os desafios para a concretização do acesso à justiça em contextos interculturais. Para tanto, busca-se examinar o tratamento jurídico conferido às mulheres indígenas na Constituição Federal de 1988, investigar as barreiras estruturais, culturais e institucionais que dificultam o acesso à justiça, discutir a justiça social como fundamento para a formulação de políticas públicas interculturais, analisar a aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos voltados às mulheres indígenas e evidenciar a persistente invisibilidade das mulheres indígenas nas decisões judiciais e nas políticas estatais.

Apesar dos avanços normativos no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e das mulheres, observa-se uma distância significativa entre a previsão legal e a realidade vivenciada pelas mulheres indígenas no Brasil. A persistência da invisibilidade Estatal e das dificuldades de acesso à justiça evidencia limites na atuação da normativa e na efetivação dos direitos humanos em contextos interculturais. Diante disso, surge uma questão central: de que forma o Estado brasileiro reconhece e protege os direitos das mulheres indígenas e por que, apesar da proteção normativa existente, persiste a invisibilidade estrutural dessas mulheres?

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os limites da efetivação dos direitos humanos das mulheres

indígenas no Brasil. Embora exista um arcabouço normativo que reconhece os direitos dos povos indígenas e das mulheres, especialmente no que se refere ao acesso à justiça em contextos interculturais, persistem desafios na aplicação concreta dessas garantias. A pesquisa contribui para o debate jurídico sobre justiça social e políticas públicas inclusivas, além de ampliar a visibilidade das mulheres indígenas como sujeitas de direitos no sistema jurídico e institucional brasileiro, bem como para compreender a necessidade de respostas jurídicas à diversidade cultural e à dignidade humana.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise crítica de normas jurídicas e produções acadêmicas relacionadas aos direitos humanos das mulheres indígena.

2. Mulheres indígenas, direitos humanos e justiça social

Ao abordar a questão das mulheres indígenas no Brasil, é essencial entender a interseção entre os direitos humanos, a justiça social e a proteção normativa, especialmente considerando a histórica marginalização e vulnerabilidade a que essas mulheres são submetidas. A persistente invisibilidade das mulheres indígenas no Estado brasileiro, apesar da existência de marcos normativos que buscam garantir seus direitos, revela lacunas problemáticas. Nesse sentido, este tópico apresenta um referencial teórico sobre as mulheres indígenas, os Direitos Humanos e a justiça social no contexto brasileiro.

2.1 A Convenção Nº 169 da OIT e a realidade vivenciada pelos povos indígenas

A convenção 169 da OIT (Organização Internacional de Trabalho) trata-se de um tratado internacional que consta os direitos e princípios dos povos indígenas e tribais em seus países independentes. No Brasil foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, em 20 de julho de 2002 e Promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. A

referida Convenção tem como finalidade assegurar o respeito à identidade cultural, às tradições, aos costumes e às formas próprias de organização social desses povos, reconhecendo sua condição de sujeitos de direitos.

Um dos aspectos centrais da Convenção nº 169 é o direito à consulta prévia, livre e informada, que determina que os povos indígenas devem ser consultados antes da adoção de medidas administrativas ou legislativas que possam afetar diretamente seus territórios e modos de vida que em alguns casos são ignorados. Esse direito busca garantir a participação efetiva dessas comunidades nos processos decisórios do Estado, promovendo maior inclusão social e respeito à diversidade cultural.

Entretanto, a realidade vivenciada pelos povos indígenas no Brasil demonstra que há um distanciamento entre o que está previsto na norma e sua aplicação prática. Segundo Wapichana (2018), mesmo com o reconhecimento formal dos direitos indígenas, especialmente no campo dos Direitos Humanos, ainda persistem práticas institucionais que invisibilizam essas populações, em especial as mulheres indígenas, que enfrentam dupla marginalização: por gênero e por pertencimento étnico.

Nesse mesmo sentido, Guajajara (2019) aponta que a ausência de efetiva participação indígena nas decisões políticas revela uma fragilidade na implementação dos direitos garantidos pela Convenção nº 169. Muitas consultas são realizadas apenas para cumprir exigências legais, sem garantir informação adequada ou respeito às formas tradicionais de organização dos povos consultados. Tal cenário demonstra que interesses econômicos e políticos frequentemente se sobrepõem à proteção dos direitos indígenas.

Apesar dessas limitações, a Convenção nº 169 da OIT representa um avanço significativo ao fornecer base jurídica para reivindicações e fortalecimento da luta dos povos indígenas no Brasil. Contudo, sua efetividade depende do compromisso do Estado em garantir que os direitos nela previstos sejam respeitados não apenas no plano normativo, mas também na realidade cotidiana dessas populações.

2.2 Violência contra mulheres indígenas e a necessidade de abordagens contextualmente sensíveis

A violência contra mulheres indígenas tem sido objeto de crescente atenção no âmbito do direito internacional dos Direitos Humanos, especialmente diante da constatação de que os mecanismos normativos tradicionais são insuficientes para responder às especificidades vivenciadas por esses grupos. Nesse sentido, Sieder (2021) destaca que as abordagens jurídicas internacionais sobre a violência contra mulheres, embora fundamentadas em parâmetros universais de Direitos Humanos, tendem a desconsiderar os contextos históricos, culturais e políticos que moldam as experiências das mulheres indígenas.

De acordo com a autora, a violência sofrida por mulheres indígenas não pode ser compreendida apenas sob a ótica da violência de gênero em sentido estrito, pois está intrinsecamente relacionada a processos históricos de colonização, marginalização social, expropriação territorial e racismo estrutural (SIEDER, 2021). Assim, a análise antropológica contribui para evidenciar que tais violências assumem formas específicas, muitas vezes invisibilizadas pelos sistemas jurídicos estatais e internacionais.

Sieder (2021) argumenta ainda que a aplicação de categorias jurídicas universais, sem a devida contextualização, pode gerar respostas inadequadas ou até mesmo reproduzir formas de opressão. Isso ocorre quando políticas públicas e instrumentos legais ignoram os sistemas normativos próprios das comunidades indígenas, bem como as estratégias coletivas de resolução de conflitos e busca por justiça. Dessa forma, a autora defende a adoção de uma abordagem intercultural, capaz de articular os direitos humanos com os saberes, práticas e demandas das próprias mulheres indígenas.

Essa perspectiva revela a tensão existente entre a proteção normativa formal e a persistente invisibilidade estrutural das mulheres indígenas, demonstrando que a efetividade dos direitos humanos depende do reconhecimento das múltiplas dimensões da violência e das desigualdades que afetam esses sujeitos.

2.3 Direitos Humanos sob a perspectiva das mulheres indígenas

Complementando essa análise, Marcos (2010) propõe uma reflexão crítica sobre os direitos humanos a partir das perspectivas das mulheres indígenas, ressaltando que essas mulheres não apenas reivindicam direitos, mas também reelaboram o próprio conceito de direitos humanos. Segundo a autora, os discursos e práticas das mulheres indígenas desafiam a concepção ocidental e individualista de direitos, ao enfatizarem dimensões coletivas, espirituais e comunitárias.

Marcos (2010) demonstra que, para as mulheres indígenas, a luta por direitos humanos está diretamente vinculada à defesa do território, da cultura, da autonomia dos povos e da preservação das relações comunitárias. Nesse contexto, gênero, etnia, raça e coletividade constituem elementos indissociáveis, o que evidencia a inadequação de abordagens fragmentadas que tratam as violações de direitos de forma isolada.

Além disso, a autora destaca que os movimentos de mulheres indígenas têm denunciado tanto as violências externas, praticadas pelo Estado e por agentes econômicos, quanto às violências internas às comunidades, buscando soluções que respeitem suas cosmovisões e promovam transformações sociais sem romper com suas identidades culturais (MARCOS, 2010). Tal postura reforça a necessidade de uma abordagem dos direitos humanos que seja simultaneamente crítica, intercultural e sensível às especificidades locais.

Desse modo, a perspectiva das mulheres indígenas contribui para ampliar o debate sobre justiça social, ao evidenciar que a efetivação dos direitos humanos exige o reconhecimento da diversidade de experiências e a superação de estruturas históricas de exclusão e invisibilidade.

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

A presente pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026, adotando uma abordagem qualitativa, baseada na

análise crítica de textos, com o objetivo de investigar a relação entre a proteção normativa dos direitos das mulheres indígenas e a persistência de sua invisibilidade estrutural no Estado brasileiro. A investigação parte de uma perspectiva crítica, centrada na tensão entre o reconhecimento jurídico formal e a realidade social vivenciada por essas mulheres, considerando os marcadores de gênero, etnia e território, a partir de contribuições teóricas dos estudos de gênero, dos direitos humanos e do pluralismo jurídico.

A seleção das fontes considerou o período de 2020 a 2025, com base em publicações científicas, documentos normativos nacionais e internacionais, relatórios institucionais e reportagens especializadas, todos redigidos em língua portuguesa e disponíveis em plataformas acadêmicas e oficiais, como SciELO, Google Acadêmico e repositórios institucionais. Foram utilizados como descritores: “mulheres indígenas”, “direitos humanos”, “justiça social”, “interseccionalidade”, “invisibilidade estrutural”, “pluralismo jurídico” e “acesso à justiça”, considerando especialmente o artigo Lutas sociais das mulheres indígenas no Brasil: uma perspectiva interdisciplinar (Nunes; Bezerra; Freitas, 2025) e a reportagem da Agência Brasil (2021).

A metodologia articulou abordagens teóricas do Direito, dos estudos de gênero e dos direitos humanos, tendo como principais referenciais normativos a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e tratados internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Convenção de Belém do Pará. A análise enfatizou a reprodução das desigualdades estruturais e das violências institucionais que contribuem para a invisibilidade das mulheres indígenas no sistema de justiça, dialogando com autoras como Juliana Borges (2019) e Boaventura de Sousa Santos (2007) sobre os limites do formalismo jurídico.

Resultados

A análise desenvolvida evidencia que o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de proteção normativa relevante voltada aos direitos

humanos e aos povos indígenas, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, que consagra a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito e reconhece a organização social, os costumes e as tradições indígenas. No plano formal, portanto, há o reconhecimento jurídico da diversidade cultural e da necessidade de tutela desses grupos.

Todavia, os resultados demonstram um distanciamento significativo entre a normatividade constitucional e a realidade vivenciada pelas mulheres indígenas. Apesar de serem titulares de direitos humanos universalmente reconhecidos, essas mulheres permanecem em condição de invisibilidade social, política e institucional, com acesso limitado a políticas públicas e à justiça. A dignidade da pessoa humana, embora central no discurso jurídico, revela-se fragilizada quando aplicada de forma abstrata, desconsiderando as especificidades culturais e coletivas dos povos indígenas.

Discussões

Observa-se que, embora o pluralismo jurídico seja formalmente reconhecido pela Constituição Federal de 1988, sua efetivação encontra significativos entraves na prática, especialmente no que concerne à proteção dos direitos das mulheres indígenas. Tal dificuldade decorre, em grande medida, da ausência de um diálogo intercultural efetivo entre o Estado e as formas tradicionais de organização social e jurídica dos povos indígenas, o que contribui para o silenciamento dessas mulheres e para a perpetuação de estigmas historicamente construídos.

A opressão vivenciada pelas mulheres indígenas não pode ser compreendida como uma simples soma das discriminações associadas ao gênero e à condição étnica. Trata-se de uma experiência específica e complexa de exclusão, na qual gênero, raça, etnia e classe social se articulam de forma indissociável, produzindo vulnerabilidades próprias. Essa perspectiva evidencia a centralidade da interseccionalidade na análise das violações de direitos, uma vez que as mulheres indígenas ocupam uma posição social marcada por múltiplas camadas de

marginalização, invisibilizadas tanto pelo sistema jurídico estatal quanto pelas estruturas sociais dominantes.

Essa invisibilidade está diretamente relacionada ao patriarcado e ao legado do colonialismo na formação da sociedade brasileira, que impôs modelos eurocêntricos de organização social, política e jurídica. Ao desconsiderar os saberes tradicionais e as cosmovisões indígenas, o Estado reforça estereótipos de gênero e raça e reproduz uma lógica assimilacionista, na qual a proteção da mulher indígena ocorre a partir de parâmetros ocidentais, frequentemente alheios às realidades culturais dessas comunidades. Nesse sentido, ao tentar “proteger”, o Estado acaba por negar a autonomia dos povos indígenas, impondo uma visão de mundo única como legítima para a resolução de conflitos.

Ademais, a relação entre a mulher indígena e a terra revela-se elemento central para a compreensão das violências por elas sofridas. Para muitas dessas mulheres, a terra não constitui apenas um meio de subsistência, mas um espaço de pertencimento, identidade e continuidade cultural. A atuação direta das mulheres na agricultura, no cuidado com o território e na transmissão de saberes tradicionais faz com que a violação da terra, por meio do garimpo ilegal, do desmatamento e da exploração predatória dos recursos naturais, seja sentida diretamente em seus corpos e modos de vida. Assim, a violência ambiental converte-se também em violência de gênero, afetando de maneira específica as mulheres indígenas.

Os resultados indicam, ainda, que essa violência estrutural é frequentemente agravada pela ausência de intérpretes e pela insuficiência de defensores públicos capacitados em antropologia jurídica. Muitas mulheres indígenas encontram obstáculos intransponíveis para denunciar violações de direitos, seja pela barreira linguística, seja pela recusa do sistema de justiça em reconhecer suas formas próprias de organização social e produção de provas como válidas. Dessa forma, a invisibilidade não se limita ao plano simbólico, mas se materializa no acesso restrito à justiça e na negação de proteção efetiva.

Diante disso, a efetivação dos direitos humanos das mulheres indígenas no Estado brasileiro exige a superação de uma abordagem meramente normativa e universalizante. Faz-se necessária a

implementação de políticas públicas comprometidas com a justiça social, o reconhecimento do pluralismo jurídico e o enfrentamento das estruturas patriarcais e coloniais ainda vigentes. Reconhecer a interseccionalidade das opressões e legitimar os saberes e modos de vida indígenas constitui passo fundamental para romper com a invisibilidade feminina indígena e promover uma proteção jurídica verdadeiramente inclusiva.

4. Considerações Finais

A análise desenvolvida cumpriu o objetivo de examinar o tratamento jurídico das mulheres indígenas, evidenciando que, embora o Brasil possua um arcabouço normativo expressivo com a Constituição Federal de 1988 e a Convenção nº 169 da OIT, persiste um distanciamento crítico entre o reconhecimento formal e a efetivação dessas garantias. Verificou-se que a proteção jurídica falha em sua aplicação concreta por ser filtrada por uma visão eurocêntrica que ignora as especificidades culturais e a dignidade coletiva desses povos. Assim, o sistema de justiça permanece distante da realidade vivida por essas mulheres, limitando o alcance das normas internacionais e nacionais.

Quanto aos objetivos de investigar as barreiras estruturais, os resultados demonstraram que o acesso à justiça é impedido por um legado colonial e patriarcal que opera através do racismo institucional. A pesquisa revelou que a vulnerabilidade das mulheres indígenas é potencializada pela interseccionalidade entre gênero, etnia e território, onde a violência ambiental impacta diretamente seus corpos e saberes. A invisibilidade estrutural identificada não é uma falha acidental, mas o resultado de um sistema que prioriza o formalismo jurídico e ignora as múltiplas camadas de marginalização que afetam essas sujeitas de direitos.

Em resposta à questão central da pesquisa, conclui-se que a superação dessa invisibilidade exige que o Estado brasileiro adote um compromisso real com a justiça social e o pluralismo jurídico. A efetividade dos direitos humanos dessas mulheres depende da implementação de políticas públicas interculturais que respeitem sua autonomia e

promovam um diálogo institucional efetivo. Somente ao reconhecer o protagonismo político das mulheres indígenas e suas próprias cosmovisões será possível romper com o silenciamento histórico e construir uma justiça que seja, de fato, inclusiva e democrática no Estado brasileiro.

Referências Bibliográficas

NUNES, Aline de Fátima Silva; BEZERRA, Angélica Cristina de Melo; FREITAS, Maria Juliana Dionísio de. **Lutas sociais das mulheres indígenas no Brasil: uma perspectiva interdisciplinar**. *Revista CES-MAC*, Maceió, **VIII ENPEJUD – Encontro de Pesquisas Judiciárias**, p. 366-378, **2025**.

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres indígenas ocupam seu espaço ao liderar aldeias**: conheça a história de 3 mulheres cacicas na luta por seu povo. Rádio Agência Nacional, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-03/mulheres-indigenas-ocupam-seu-espaco-ao-liderar-aldeias>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. Nova York, 1979. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 143, de 20 de julho de 2002**. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais*. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 24 jan. 2026.

WAPICHANA, Joênia. *Mulheres indígenas e direitos humanos*. **Revista Brasileira de Estudos de Gênero**, v. 8, n. 2, p. 45–60, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GUAJAJARA, Sônia. *A invisibilidade das mulheres indígenas no Brasil*. **Revista de Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, p. 1–15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SIEDER, Rachel. Anthropological contributions to international legal approaches to violence against indigenous women. *American Journal of International Law*, Cambridge, v. 115, n. 2, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/anthropological-contributions-to-international-legal-approaches-to-violence-against-indigenous-women/37DE63A770A3DC30EBCD591742E6C15B>. Acesso em: 23 de Janeiro de 2026

MARCOS, Sylvia. Understanding human rights from indigenous women's perspectives. *Alternative Indigeneities and Social Development*, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <https://journal.equinox-pub.com/AISDC/article/view/25676>. Acesso em: 24 de janeiro de 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 14. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAPÍTULO 25

MULHERES NA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS FEMINISTAS NO ENSINO MÉDIO¹

***WOMEN IN EDUCATION: A REFLECTION ON FEMINIST
PRACTICES IN HIGH SCHOOL²***

Aline Debossan Velozo

Universidade Federal do Estado do Mato Grosso

Cuiabá - MT

<https://orcid.org/0000-0001-6194-8872>

alinevelozo.mt@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta as investigações produzidas na dissertação de mestrado “*O Feminismo na Educação: da Feminização do Magistério ao Protagonismo das Mulheres nas Escolas*”, desenvolvida pela autora no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Para compreender como a atuação de mulheres na docência contribui para a construção de uma educação crítico-emancipatória, a referida pesquisa estabeleceu relações entre os feminismos e a educação, a partir de um estudo de caso realizado no município de Cuiabá-MT, entre os anos de 2021 e 2023, com professoras do Ensino Médio da rede pública estadual. No presente artigo, a autora revisita os estudos produzidos, elaborando novos

¹ Este artigo é uma versão revisada de: Velozo, AD; Casagrande, AL. PROFESSORAS NO ENSINO MÉDIO: DIDÁTICA, ABORDAGENS E CONCEPÇÕES. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 70–91, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.75049.

² This article is a revised version of: Velozo, A. D.; Casagrande, A. L. High School Women Teachers: Didactics, Approaches, and Conceptions. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 9, no. 3, pp. 70–91, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.75049.

diálogos sobre os resultados obtidos, à luz das dinâmicas de gênero e poder da sociedade, que atualmente são foco de suas investigações no doutorado.

Palavras-chave: Educação; Feminismos; Docência.

ABSTRACT

This article presents the research developed in the master's dissertation *Feminism in Education: From the Feminization of Teaching to Women's Protagonism in Schools*, carried out by the author within the Graduate Program in Education at the Federal University of Mato Grosso. To understand how women's work in teaching contributes to the construction of a critical and emancipatory education, the study established connections between feminisms and education through a case study conducted in the municipality of Cuiabá, Mato Grosso, between 2021 and 2023, with public high school teachers from the state education system. In this article, the author revisits the research produced, developing new dialogues around the results obtained in light of society's gender and power dynamics, which are currently the focus of her doctoral investigations.

Keywords: Education; Feminisms; Teaching.

De onde partimos

Em sua gênese, o sistema educacional brasileiro funcionou como tecnologia social de reprodução do patriarcado, sustentando desigualdades de gênero por meio de regras de acesso, conteúdos e expectativas socialmente distribuídas (Saffioti, 2013). Sua estruturação no Império (1822–1889) se apoiou em antecedentes coloniais de escolarização restrita, como a catequização de povos originários e a instrução voltada às elites, consolidando a educação como privilégio de poucos, concentrado em homens brancos e ricos e em seus filhos herdeiros (Romanelli, 1978). Nesse cenário, enquanto os meninos eram preparados para a vida pública e para a liderança na sociedade, as meninas eram educadas, em casa, para desempenhar papéis específicos de esposa e mãe, limitando-se a aprender habilidades domésticas como costura, culinária, etiqueta e cuidados com os filhos e o marido (Romanelli,

1978). Em detrimento de uma formação intelectual e profissional orientada à autonomia econômica e social feminina, a educação no Brasil do século XIX moldou as mulheres para ocupar posições subordinadas na sociedade de classes, perpetuando dinâmicas de opressão baseadas em gênero e contribuindo para consolidar o mito da “mulher ideal”: exaltada por suas virtudes domésticas e reprimida por suas aspirações além do lar (Saffioti, 2013).

Com a consolidação do capitalismo na Europa e a redução dos custos de mão de obra industrial, as mulheres foram levadas aos setores produtivos da sociedade, o que implicou mudanças nos papéis de gênero e nas estruturas familiares da época. O trabalho feminino nas fábricas, contudo, era subvalorizado, mal remunerado e, frequentemente, realizado em condições perigosas e insalubres, aprofundando desigualdades. Com o advento da República (1889–1930), as primeiras iniciativas de educação pública de mulheres no Brasil foram formalizadas; ainda assim, o acesso às disciplinas consideradas “racionais”, como matemática, ciências e engenharia, permaneceu destinado exclusivamente aos homens (Stamatto, 2006). As escolas femininas, características do período, eram administradas, majoritariamente, pela Igreja Católica, instituição educacional e moral que enfatizava uma educação pautada em normas e valores patriarcais (Del Priore, 2019). Esse quadro começou a ser tensionado no início do século XX, com reformas educacionais e a crescente influência de movimentos feministas que questionavam as limitações impostas às mulheres (Campos, 2023).

Ao instituir a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário, sem distinção de gênero, a Constituição de 1934 marcou um avanço na educação brasileira, ampliando o acesso das mulheres à educação formal e, conseqüentemente, ao magistério, que se tornou uma das principais vias de inserção feminina no mercado de trabalho (Saviani, 2011; Louro, 1997). É necessário salientar, no entanto, que a educação oferecida às mulheres até então, se deu sob forte influência de valores religiosos e conservadores que, somados à desvalorização de sua mão de obra, continuaram a moldar as experiências sociais das mulheres a partir de uma perspectiva de desigualdade (Saffioti, 2013). Sob a crença de que seriam “naturalmente” mais adequadas para funções

relacionadas ao cuidado e à educação, as mulheres viram-se, mais uma vez, subordinadas a papéis de gênero (Beauvoir, 1980).

Enquanto a presença feminina nos cursos de formação de professoras contribuiu para ampliar o acesso das mulheres à educação, a associação entre docência e feminilidade reduziu o prestígio social da profissão, ao inscrevê-la como extensão “natural” das funções de cuidado (Macedo, 2011). A figura da “*professorinha*”, problematizada por Freire (2001), evidencia esse rebaixamento simbólico: ao diminuir a docência, desloca-se seu estatuto intelectual e político e reforça-se a expectativa de que ensinar seja, sobretudo, uma prática de contenção e moralização. Nesse enquadramento, a atuação docente das mulheres tende a ser socialmente lida como uma pedagogia do lar, orientada à manutenção de papéis tradicionais e à reprodução de normas de gênero, mais do que como trabalho educativo produtor de autonomia (Freire, 2001).

Se a gênese da educação brasileira se encontra imbricada ao patriarcado e a moralidades religiosas de viés conservador, a escola, enquanto fruto e agente desse processo histórico, não pode se limitar a repeti-lo. Cabe-lhe tensionar as hierarquias que ajudou a consolidar, revisando currículos, práticas e expectativas que naturalizam desigualdades. Assim, ao reconhecer que a educação das mulheres no Brasil se deu, e ainda se dá, em condições assimétricas, torna-se indispensável problematizar o fazer docente a partir do recorte de gênero, como caminho para construir uma educação crítica e emancipatória, comprometida com a autonomia e com a ampliação de possibilidades de vida para meninas e mulheres.

Educar para a Liberdade

Uma das contradições centrais da instituição escolar reside no fato de que, ancorada em preconceitos históricos, ela pode abrir brechas para uma educação libertária e, ao mesmo tempo, operar por práticas que legitimam a cultura dominante (Bourdieu e Passeron, 1982). Nessa direção, Freire (2020) sustenta que todo aprendizado precisa estar associado à conscientização das estruturas sociais que organizam

modos de dominação e violência. De forma convergente, hooks (2019) afirma que a construção de uma educação igualitária, humanista, antirracista, antissexista, entre outras dimensões, exige não apenas o reconhecimento das opressões, mas o enfrentamento de métodos pedagógicos tradicionais que se descomprometem em aproximar teoria e prática. Tanto Freire (2020) quanto hooks (2019) concebem a educação como prática de liberdade, na qual educadores se afastam da postura transmissiva do conhecimento para contribuir com a formação de uma consciência crítica capaz de tensionar opressões estruturais. Nesse horizonte, problematizam o fazer docente a partir de uma práxis libertadora que incorpore as lutas sociais contemporâneas em suas condições objetivas e subjetivas, considerando seus múltiplos marcadores sociais.

Ao compreender o trabalho docente como processo que fomenta autonomia e conscientização, sobretudo em contextos de opressão histórica, como aqueles enfrentados pelas mulheres, entendemos a educação crítico-emancipatória como aquela que reconhece a complexidade e a diversidade dos sistemas de dominação e, como resposta, produz práticas de resistência (Freire, 2020; hooks, 2019). Assim, ao investigar como a atuação docente de mulheres, articulada a uma perspectiva crítica de gênero, redefine ou reafirma papéis sociais e culturais, subvertendo ou perpetuando normatividades impostas pelo patriarcado, destacamos a formulação de hooks (2019) sobre a necessidade de uma educação acessível e socialmente relevante para as mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos marginalizados. Partindo dessa premissa, assumimos que a educação não é neutra: trata-se de um espaço atravessado por relações de poder, no qual identidades são formadas e contestadas. Nesse sentido, compreendemos a educação feminista como prática de liberdade que encoraja o questionamento das normas sociais, mobilizando uma perspectiva crítica e interseccional sobre as múltiplas formas de opressão que incidem sobre as vidas das mulheres (hooks, 2019).

Mulheres e Sociedade

Historicamente, a construção da identidade individual e coletiva das mulheres se deu, e ainda se dá, enraizada em papéis de gênero tradicionais que buscam controlar e definir comportamentos femininos. Nesse registro, expectativas sobre como as mulheres “devem” agir e pensar se fundamentam em uma cultura de dominação masculina, que sustenta um ideal de mulher domesticada, pura, bela, maternal e submissa (Beauvoir, 1980).

Nessa direção, Millet (2019) afirma:

O patriarcado, como sistema de poder, exerce controle sobre as mulheres em todas as esferas da vida, desde o domínio da sexualidade até o da política, moldando profundamente suas experiências sociais e mantendo-as em posições de subordinação. (Millet, 2019, p. 45).

De acordo com Faria e Avelar (2014), práticas e discursos patriarcais operam como representações internalizadas e reproduzidas tanto por homens quanto por mulheres, com especial incidência no âmbito da educação e da vida familiar, tradicionalmente concebidos como espaços femininos e, por isso, propícios à repetição de normas e comportamentos. No mesmo sentido, Beauvoir observa que “os homens gozam da grande vantagem de ter um deus endossando o código que escrevem” (Beauvoir, 1949, p. 84). A referência a uma autoridade de origem divina funciona, assim, como lastro simbólico para justificar normas que subordinam mulheres a partir de uma suposta “inferioridade” natural, discurso funcional a instituições religiosas que pretendem impor padrões absolutos e inquestionáveis de conduta (Foucault, 1976). Como sugere Durand (2004), normas e valores de gênero encontram-se profundamente arraigados no imaginário coletivo, o que dificulta que mulheres questionem ou subvertam esses papéis. Ainda assim, como destaca Saffioti (2004), desde o século XX movimentos feministas emergem como resposta às múltiplas formas de opressão em sociedades patriarcais, desafiando e tensionando as estruturas de poder que as mantêm em posições subordinadas.

Segundo Adichie (2014), é chamada feminista a pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica; nessa perspectiva, os feminismos constituem processos históricos decisivos no enfrentamento de violências, opressões e discriminações contra gêneros não dominantes. Entre avanços, registra-se, no fim do século XIX, a permissão para que meninas frequentassem escolas; posteriormente, o sufrágio e a conquista de direitos trabalhistas abriram caminho para legislações mais específicas sobre divórcio, igualdade de gênero e criminalização da violência contra a mulher (Campos, 2023). Ainda distante de um horizonte de liberdade plena, o protagonismo crescente das mulheres na sociedade se relaciona, em grande parte, aos movimentos que se consolidaram em décadas anteriores, quando pioneiras do feminismo desafiaram papéis tradicionais de gênero, abrindo caminho para gerações que, na contemporaneidade, seguem enfrentando barreiras sociais que limitam a vida das mulheres (Campos; Velozo, 2024).

Conforme Harding (1986), discursos hegemônicos que sustentam desigualdades de gênero podem ser confrontados pela criação de espaços que articulem e reconheçam experiências femininas. Nesse sentido, é preciso observar criticamente como, nas primeiras décadas do século XXI, a narrativa da mulher submissa foi, em muitos casos, substituída pela da mulher “empoderada”, não como via de emancipação, mas como reconfiguração compatível com interesses capitalistas e neoliberais do poder dominante (Campos; Velozo, 2024). Segundo Pollán (2019), a ideia de empoderamento individual contraria a orientação política do feminismo, que demanda construção coletiva para enfrentar a opressão patriarcal. A autora critica, nesse ponto, a superficialidade e a despolitização de iniciativas que desconsideram o feminismo como teoria filosófica e política, marcada por história e disputas (Pollán, 2019). Compreendendo, portanto, que o objetivo do feminismo se vincula à emancipação coletiva e à construção de uma sociedade igualitária, recorremos a Adichie (2017) para enfatizar que educar a partir de uma perspectiva feminista implica incentivar meninas e mulheres a conhecerem seus direitos e a identificarem opressões, promovendo compreensões sobre a condição feminina e encorajando mais mulheres a ocupar espaços na sociedade.

Revisitando a Pesquisa

Para tratar do feminismo no interior das escolas, articulando educação, feminismo e fazer docente, desenvolvemos, durante a dissertação de mestrado *O Feminismo na Educação: da Feminização do Magistério ao Protagonismo das Mulheres nas Escolas*, um estudo de caso, conforme os pressupostos de Stake (2011) e Yin (2014). A investigação acompanhou a atuação de professoras da Escola Estadual Maria Taquara (nome fictício), localizada em Cuiabá, MT. Após um levantamento bibliográfico amplo, mobilizamos diferentes estratégias de produção de dados, entre elas observação da prática docente, aplicação de questionários e realização de entrevistas individuais com as professoras. A pesquisa concentrou-se em investigar de que maneira a atuação de professoras do Ensino Médio, por meio da abordagem ou da omissão de concepções feministas, pode incidir na construção de uma educação crítico-emancipatória. Buscou-se mapear como conceitos feministas eram tratados nos diferentes componentes curriculares, de modo a favorecer a circulação do debate e a apropriação dessa discussão no cotidiano escolar. Para isso, adotamos uma metodologia qualitativa, articulando entrevistas semiestruturadas, observações em sala de aula e análise documental, com trabalho de campo realizado ao longo de um ano letivo, visando compreender práticas, tensões e limites enfrentados pelas educadoras no contexto investigado.

Nesse percurso, o estudo foi organizado em quatro capítulos. No capítulo 1, *“Histórico da Violência Contra a Mulher na Sociedade Brasileira, Surgimento do(s) Feminismo(s) e Cultura Digital”*, abordamos a situação das mulheres em diferentes épocas, com foco no contexto brasileiro, buscando compreender a construção da imagem da mulher contemporânea. No capítulo 2, *“Ensino Médio, Público Jovem e Docência: Potencialidade para Avançar no Trato da Temática”*, discutimos o perfil de jovens entre 15 e 17 anos, nascidos em um contexto de imersão tecnológica e marcados por formas de interação distintas das gerações anteriores. No capítulo 3, *“Percurso Metodológico”*, apresentamos as estratégias de pesquisa adotadas explicitando escolhas e procedimentos próprios do trabalho. E por fim, no capítulo 4, *“Dados da Pesquisa*

de Campo”, analisamos os dados produzidos durante o trabalho de campo.

Os dados obtidos, expostos a seguir, apresentam as principais estratégias pedagógicas e didáticas mobilizadas pelas docentes para abordar o protagonismo feminino e conceitos relacionados ao feminismo nas disciplinas pelas quais eram responsáveis. Além disso, investigam se as professoras possuíam relações anteriores com o feminismo e de que modo essas relações atravessavam suas práticas pedagógicas.

Resultados Encontrados

Compreendendo a feminização do magistério como um fenômeno atravessado por dinâmicas de poder e subordinação, o estudo de caso evidenciou que, embora as professoras sejam agentes do ensino, elas também se encontram expostas a um sistema que desvaloriza suas práticas, sobretudo quando assumem inflexões feministas (Saffioti, 2013). As entrevistadas relataram que, apesar dos esforços para incluir discussões feministas em suas aulas, enfrentam resistências de colegas, estudantes e familiares, frequentemente ancoradas em preconceitos sobre os feminismos e sobre a condição das mulheres na sociedade.

No trabalho de campo, observamos que práticas pedagógicas feministas tendem a ser desenvolvidas de forma isolada, com baixo apoio institucional e pouca colaboração entre pares, o que reflete pressões conservadoras e limites próprios da cultura escolar. Nesse cenário, identificou-se variação no fazer docente: enquanto algumas professoras incorporam explicitamente discussões sobre feminismo, mobilizando textos, exemplos históricos e atividades que estimulam os estudantes a problematizar normas de gênero, outras, por receio de represálias ou por falta de condições materiais e formativas, evitam a abordagem de questões de gênero. Esse movimento reforça um silenciamento que, do ponto de vista pedagógico, é especialmente problemático, uma vez que, como sustenta Freire (1996), uma educação que

recusa a criticidade compromete sua potência de formação e de emancipação.

Um achado recorrente foi a estranheza com que são percebidas, pela comunidade escolar, as professoras que trazem questões feministas para o espaço da sala de aula, muitas vezes rotuladas como “radicais” ou “impróprias” ao ambiente educativo. Parte das entrevistadas afirmou que essa marcação opera como mecanismo de contenção, produzindo desgaste, autocensura e redução do alcance do trabalho pedagógico, ao mesmo tempo em que reafirma as normas de gênero que a escola, especialmente no Ensino Médio, poderia tensionar.

A análise do material empírico permitiu, ainda, estabelecer diálogo com contribuições feministas e educacionais voltadas às dinâmicas de poder nas instituições de ensino. Nesse ponto, a perspectiva interseccional, a partir de Crenshaw (1989), possibilitou compreender camadas combinadas de opressão que incidem sobre determinadas docentes, em especial as professoras negras participantes da pesquisa, que relataram vivências de discriminação associadas não apenas ao gênero, mas também à raça e à classe no cotidiano de suas práticas pedagógicas. Importa destacar que os dificultadores identificados para a implementação de práticas pedagógicas feministas por mulheres docentes no Ensino Médio evidenciam a insuficiência de políticas educacionais orientadas à equidade de gênero. As necessidades apontadas atravessam desde financiamento para materiais didáticos e formação continuada, até a construção de ambientes escolares seguros e acolhedores, capazes de sustentar o trabalho docente quando ele enfrenta disputas morais e políticas no interior da comunidade.

Atendendo ao objetivo central da pesquisa, os dados revelaram que as práticas pedagógicas feministas observadas e relatadas se organizam em torno de duas grandes frentes: (1) protagonismo feminino e (2) conceitos e debates sobre o feminismo. Entre abordagens distintas, que refletem níveis diversos de aproximação com os estudos feministas, destacaram-se:

- **Debates sobre a mulher na ciência:** estratégia recorrente, especialmente em disciplinas associadas às “exatas”, mobilizando

trajetórias históricas para enfrentar estereótipos de gênero na área.

- **Interdisciplinaridade:** integração transversal de temas feministas em projetos interdisciplinares, abordando o protagonismo feminino em diferentes campos do conhecimento.
- **Literatura e artes:** uso de obras literárias e produções artísticas para discutir papéis de gênero e suas construções históricas, estimulando leitura crítica.
- **Discussões sobre gênero:** debates sobre masculinidade e feminilidade como ponto de partida para problematizar normas sociais e pressões vividas por homens e mulheres.
- **Eventos e palestras:** organização de atividades escolares, como ações no Dia da Mulher, mencionadas como forma de envolver a comunidade na discussão.

Quanto à relação das professoras com o(s) feminismo(s), a pesquisa indicou que a maioria reconhece a relevância do tema, mas há distância entre discurso e prática. Das 12 professoras que consideraram importante abordar questões de feminismo, apenas 4 afirmaram fazê-lo de modo consistente em suas aulas. Esse dado sugere que, embora exista reconhecimento da pertinência das discussões de gênero, persistem barreiras que dificultam sua incorporação efetiva ao ensino. A maioria das professoras entrevistadas afirmou não se identificar como feminista, apesar de realizar práticas que promovem igualdade de gênero. Nesse sentido, acreditamos que o contexto cultural conservador em Cuiabá - MT contribui para que o feminismo seja evitado nas escolas, sobretudo em territórios nos quais determinados grupos com forte influência política e cultural incidem sobre a vida pública local.

Nesse quadro, acentua-se a distância entre o que se prevê no currículo e o que se sustenta na sala de aula. Em síntese, os dados do estudo de caso mostram que há interesse e possibilidades para a abordagem de temas feministas, mas permanecem desafios estruturais, entre eles a ausência de formação específica para o trato pedagógico de questões de gênero e a fragilidade do apoio institucional às docentes que assumem esse enfrentamento.

Considerações Finais

As investigações desenvolvidas na dissertação de mestrado *O Feminismo na Educação: da Feminização do Magistério ao Protagonismo das Mulheres nas Escolas* evidenciaram que, embora a dissociação entre discurso e prática ainda se apresente como um obstáculo na Escola Maria Taquara, a instituição reúne condições para se afirmar como espaço de resistência e transformação. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que parte das docentes do Ensino Médio ali atuantes já mobiliza práticas feministas em sala de aula, ainda que em meio a tensões, limites institucionais e resistências da comunidade escolar. À luz do estudo de caso realizado, é possível sustentar que uma educação crítica e emancipatória, de orientação dialógica e comprometida com a liberdade, não se consolida apenas por declarações de intenção ou por prescrições curriculares; ela depende de um enfrentamento explícito das dinâmicas de poder e das normatividades de gênero que atravessam a escola e organizam expectativas sobre corpos, saberes e destinos.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Para educar crianças feministas: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejamos todos feministas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BEAUVOIR, Simone de. Le deuxième sexe. Paris: Gallimard, 1949.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm?utm Acesso em: 5 fev. 2026.

CAMPOS, Dejenana Keila. A representatividade da mulher na trajetória política estadual em Mato Grosso no período de 1946 a 2018. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2023.

CAMPOS, Dejenana; VELOZO, Aline Debossan. Mulher e sociedade. Curso de Formação de Redes de Apoio às Mulheres. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2023.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersectminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARIA, Nalu; AVELAR, Lucia. O patriarcado e a educação: Desafios feministas na superação das desigualdades de gênero. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 5. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de Liberdade. 48ª ed. Paz & Terra. São Paulo, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Ubu Editora, 2020.

HARDING, Sandra. The Science Question in Feminism. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HOOKS, Bell. Feminist Theory: From Margin to Center. Routledge, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, M. S. Educação escolar: Políticas, estrutura e organização. Cortez, 2012.

LOUREIRO, Maria Rosa; MACEDO, Elizabeth. A feminização do magistério no Brasil e os seus efeitos na construção da profissão docente. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 107-122, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MILLET, Kate. Política sexual. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCOTT, Joan W. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. A educação das mulheres no Brasil: um estudo sobre a instrução feminina nos séculos XIX e XX. São Paulo: Annablume, 1999.

STAKE, Robert E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Tradução de Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011. 263 p.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Escolas Normais e a formação de professoras no Brasil: aspectos históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 31, p. 386-398, 2006.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil:1549-1910). Disponível em <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em 13/08/2024.

VELOZO, Aline Debossan; CASAGRANDE, Ana Lara. PROFESSORAS NO ENSINO MÉDIO: DIDÁTICA, ABORDAGENS E CONCEPÇÕES. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 70–91, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.75049.

VELOZO, Aline Debossan; O Feminismo na Educação: Da Feminização do Magistério ao Protagonismo das Mulheres nas Escolas. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2023.

YIN, Robert K. Case study research: design and methods. 5th ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

CAPÍTULO 26

MULHERES NA PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS DE PERMANÊNCIA, SAÚDE MENTAL E DESIGUALDADES INSTITUCIONAIS – UMA REVISÃO NARRATIVA

WOMEN IN GRADUATE STUDIES: CHALLENGES OF PERMANENCE, MENTAL HEALTH, AND INSTITUTIONAL INEQUALITIES – A NARRATIVE REVIEW

Raquel Passeri de Aguiar

Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Niterói – RJ e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -
UFRRJ

ORCID <https://orcid.org/0009-0007-8093-0388>

E-mail raquelpasseri.psi@gmail.com

Marcia Cristina Monteiro

Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Niterói – RJ e Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do
Rio de Janeiro - FAETEC

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2892-1808>

E-mail marcia.monteiro@nt.universo.edu.br

RESUMO

Objetivo: Este estudo tem como objetivo realizar uma revisão narrativa sobre a trajetória de mulheres na pós-graduação *stricto sensu*, analisando barreiras à permanência, desigualdades institucionais e impactos na saúde mental. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, fundamentada na análise de 20 obras selecionadas em bases de dados nacionais e internacionais (SciELO, Google Acadêmico e PePSIC), abrangendo o período de 2014 a 2025. **Resultados:** Evidencia-se a persistência de barreiras estruturais, como o Efeito Tesoura e o Teto de Vidro, acentuadas pela chamada *crise do cuidado* e pela ausência de suporte institucional à maternidade. No plano subjetivo, destaca-se a prevalência do Fenômeno do Impostor e do sofrimento psíquico decorrente de dispositivos de gênero que impõem autoexigência desmedida. Como

estratégias de resistência, a aquisição de Habilidades Sociais (HS) e o uso de estratégias de *coping* assertivas mostram-se fundamentais para a mediação de conflitos e o enfrentamento do trabalho administrativo invisível. **Conclusão:** A democratização do acesso não garantiu equidade de permanência, tornando imperativa a transição para um modelo gênero-responsivo, alinhado ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2025–2029), visando assegurar a sustentabilidade da carreira científica feminina e a preservação de sua saúde mental.

Palavras-chave: Mulheres na Ciência; Pós-Graduação; Saúde Mental; Maternidade; Habilidades Sociais.

ABSTRACT

Objective: This study aims to conduct a narrative review of women's trajectories in *stricto sensu* graduate education, analyzing barriers to permanence, institutional inequalities, and impacts on mental health.

Methodology: This qualitative study is based on the analysis of 20 works selected from national and international databases (SciELO, Google Scholar, and PePSIC), covering publications from 2014 to 2025.

Results: The findings reveal the persistence of structural barriers such as the *Scissors Effect* and the *Glass Ceiling*, intensified by the so-called *care crisis* and the lack of institutional support for motherhood. At the subjective level, the prevalence of the *Impostor Phenomenon* and psychological distress resulting from gendered subjectivation processes that impose excessive self-demands are highlighted. As forms of resistance, the acquisition of Social Skills (SS) and the use of assertive coping strategies prove to be fundamental for conflict mediation and for confronting invisible administrative work. **Conclusion:** The democratization of access has not ensured equity in permanence, making a transition to a gender-responsive model imperative. Such a model, aligned with the National Graduate Education Plan (PNPG 2025–2029), is essential to ensure the sustainability of women's scientific careers and the preservation of their mental health.

Keywords: Women in Science; Graduate Studies; Mental Health; Motherhood; Social Skills.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o crescimento da presença feminina na pós-graduação *stricto sensu* brasileira não garantiu condições equitativas de permanência, revelando um espaço de reprodução de desigualdades estruturais de gênero, raça e classe social (Brasil, 2024; Maciel de Azevedo; Barbosa; Guena, 2025). Esse fenômeno de desigualdade progressiva, descrito como Efeito Tesoura (*Leaky Pipeline*), evidencia que, embora as mulheres sejam maioria na base acadêmica, sua participação decresce conforme se avança para o topo da carreira, esbarrando no Teto de Vidro (*glass ceiling*) sustentado por uma lógica androcêntrica de produtivismo linear (Silva et al., 2022; Barbosa; Oliveira, 2021).

Nesse cenário, a maternidade emerge como um divisor crítico, impactando assimetricamente a produtividade feminina e gerando um hiato curricular raramente reconhecido pelas métricas tradicionais de avaliação (Staniscuaski et al., 2021). Estudos indicam que a parentalidade afeta negativamente a progressão na carreira apenas para as mulheres, expondo que o trabalho de cuidado ainda é um encargo socialmente atribuído ao gênero feminino, comprometendo sua competitividade e permanência no sistema nacional de ciência (Carpes et al., 2022).

Para além dos desafios produtivos, a academia impõe custos severos à saúde mental das pesquisadoras. Zanello (2014) argumenta que o adoecimento mental das mulheres na academia deve ser compreendido sob o viés de gênero, em que dispositivos de subjetivação, como a autoexigência desmedida, silenciam suas necessidades. Esse quadro culmina em elevados índices de ansiedade, exaustão emocional e no Fenômeno do Impostor, especialmente em ambientes marcados por alta competitividade (Bezerra et al., 2021; Meurer; Costa, 2021).

Justificado pela urgência de políticas de equidade sinalizadas no novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2025–2029), este estudo propõe uma revisão narrativa da produção científica sobre mulheres na pós-graduação (Brasil, 2024). O objetivo é analisar os obstáculos à permanência, as desigualdades institucionais, os impactos na saúde

mental e como se entrelaçam com a subjetividade feminina na contemporaneidade científica.

2. Revisão de Literatura

2.1 O Efeito Tesoura e a Invisibilidade Feminina no Topo da Carreira

A compreensão da trajetória das mulheres na pós-graduação exige a análise de fenômenos que estruturam a desigualdade de gênero nas instituições de ensino e pesquisa. Um dos conceitos centrais nessa discussão é o Efeito Tesoura. De acordo com Silva et al. (2022), esse conceito ilustra a discrepância entre o ingresso massivo de mulheres no ensino superior e sua progressiva exclusão à medida que se avança nos degraus da carreira acadêmica. Os autores destacam que, embora as mulheres sejam maioria na graduação e nos níveis iniciais da pós-graduação, sua presença diminui significativamente em cargos de gestão acadêmica, coordenações de área e na titularidade de bolsas de produtividade de níveis mais elevados.

Paralelamente, Maciel de Azevedo, Barbosa e Guena (2025) destacam que essa exclusão é intensificada por processos de segregação horizontal e vertical. A segregação horizontal refere-se à concentração feminina em áreas tradicionalmente associadas ao cuidado e às humanidades, enquanto campos como Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) permanecem marcadamente masculinizados. Já a segregação vertical manifesta-se no chamado Teto de Vidro (*glass ceiling*), caracterizado por barreiras institucionais, simbólicas e organizacionais que dificultam a ascensão das mulheres aos cargos de maior prestígio e poder decisório no campo acadêmico-científico (Maciel de Azevedo; Barbosa; Guena, 2025; Silva et al., 2022).

Nesse sentido, a literatura recente aponta que a superação dessas barreiras exige um olhar atento à decolonialidade do saber na ciência. Para Maciel de Azevedo, Barbosa e Guena (2025), a pós-graduação ainda opera sob uma lógica colonial que hierarquiza conhecimentos e marginaliza subjetividades que fogem ao padrão androcêntrico. Essa

perspectiva decolonial busca romper com estruturas de poder herdadas, permitindo que o fazer científico reconheça e inclua a pluralidade das experiências femininas, combatendo a invisibilidade de saberes não hegemônicos (Santos, 2018).

Esse cenário de exclusão progressiva ganha contornos estatísticos oficiais no novo PNPG 2025–2029. O documento aponta que, embora o Brasil tenha alcançado uma paridade de gênero na formação, com as mulheres representando cerca de 54% do total de discentes na pós-graduação, essa igualdade se desfaz à medida que se observa o topo da carreira científica. O diagnóstico do PNPG evidencia que a permanência e a progressão das mulheres encontram barreiras estruturais, especialmente em momentos críticos do ciclo de vida acadêmica, ao reconhecer que:

[...] mulheres em idade de atuação mais ativa e frequente na maternidade têm dificuldade de integrar o corpo docente da pós-graduação [...]. Cabe às instituições que mantêm programas de pós-graduação reavaliarem a situação, e às áreas de avaliação definir medidas que incentivem o ingresso e a permanência das mulheres, especialmente as jovens doutoras, no corpo docente (Brasil, 2024, p. 107).

Esses dados sustentam empiricamente o que a literatura descreve como Efeito Tesoura e Teto de Vidro, caracterizados pela redução progressiva da presença feminina nos estratos de maior prestígio do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Diante desse diagnóstico, o PNPG 2025–2029 estabelece metas inéditas para o próximo quinquênio focadas na redução de assimetrias de gênero. O plano propõe políticas de equidade que consideram o impacto da maternidade na avaliação da produtividade, ações afirmativas para ampliar a presença feminina em cargos de gestão e a implementação de auxílios financeiros à parentalidade para mitigar a evasão decorrente da "crise do cuidado". Além disso, a saúde mental é elevada a pilar estratégico pela primeira vez, prevendo a criação de redes de suporte psicossocial destinadas a combater a exaustão emocional e as pressões de gênero estruturantes do ambiente universitário (Brasil, 2024).

2.2 Maternidade, Produtivismo e a "Crise do Cuidado" na Academia

A permanência das mulheres na pós-graduação é atravessada pela tensão entre as exigências de produtividade e as responsabilidades de cuidado. Segundo Staniscuaski et al. (2021), a parentalidade exerce um impacto assimétrico na carreira científica brasileira: enquanto a paternidade tende a ser neutra ou até impulsionar a carreira masculina, a maternidade é frequentemente acompanhada por uma queda acentuada na produção de artigos e na participação em eventos, fenômeno que pode durar vários anos após o nascimento dos filhos.

O movimento *Parent in Science*, por meio de pesquisas nacionais, trouxe evidências robustas de que o modelo de “cientista ideal” ainda pressupõe um sujeito sem encargos domésticos e com disponibilidade integral para o trabalho acadêmico. Staniscuaski et al. (2021) demonstram que, durante a pandemia de COVID-19, essas desigualdades foram intensificadas, uma vez que as mulheres, especialmente mães, assumiram a maior parte das tarefas de cuidado e do ensino doméstico, ampliando o hiato de produtividade e comprometendo sua competitividade em editais de fomento.

Esse cenário evidencia a chamada “crise do cuidado”, que conforme Fraser (2020), não é um problema individual, mas institucional, uma vez que a ausência de políticas de suporte transforma a maternidade em um fator de penalização acadêmica (Staniscuaski et al., 2021). A “crise do cuidado” na academia, portanto, reflete a necessidade de políticas institucionais que reconheçam a maternidade não como um “atraso”, mas como uma dimensão da vida que demanda suporte, como auxílio-creche e critérios de avaliação diferenciados. Essa ausência de reconhecimento institucional contribui para a intensificação do sofrimento psíquico e para a evasão feminina em etapas avançadas da formação acadêmica, especialmente na pós-graduação *stricto sensu* (Zanillo, 2014).

2.3 Processos de Subjetivação, Saúde Mental e o Fenômeno do Impostor

Zanella (2014) aponta que o sofrimento psíquico das mulheres na academia resulta de dispositivos de subjetivação de gênero. Sobre esses processos, Endl, Girardi e Moura (2021, p. 2) esclarecem: "Para compreender melhor os processos de subjetivação da mulher, é fundamental incorporar os dispositivos de gênero, quais sejam, o dispositivo materno e o dispositivo amoroso".

As mulheres são socializadas para o "dispositivo materno e amoroso", o que na academia se traduz em uma autoexigência desmedida. Nesse contexto, destaca-se o Fenômeno do Impostor (FI), entendido como um padrão psicológico no qual o indivíduo permanece convencido de que é uma fraude (Meurer; Costa, 2021). Segundo Meurer e Costa (2021, p. 487):

O FI caracteriza-se como uma problemática importante a ser investigada a fim de, a partir da sua identificação, possibilitar o delineamento de ações que auxiliem os indivíduos a melhorarem seus níveis de bem-estar, assimilação da capacidade intelectual e de sucesso.

Na pós-graduação, esse fenômeno pode ser potencializado pelo excesso de expectativas oriundas da família, dos orientadores e da própria instituição, as quais podem maximizar sentimentos de inadequação. Estudos indicam que cerca de um a cada cinco pós-graduandos apresenta sentimentos impostores frequentes, sendo as mulheres as mais afetadas por ambientes que frequentemente invalidam suas contribuições intelectuais (Barbosa; Oliveira, 2021). Esse quadro pode resultar em sintomas de ansiedade e, em casos extremos, na desistência da carreira científica (Fernandez, 2021; Meurer; Costa, 2021).

2.4 Habilidades Sociais e Estratégias de *Coping* na Academia

Para além das necessárias transformações estruturais e institucionais, a permanência qualificada das mulheres na pós-graduação exige a aquisição de estratégias individuais e coletivas de

enfrentamento. Nesse contexto, o campo das Habilidades Sociais (HS) e as estratégias de *coping* (enfrentamento do estresse) surgem como ferramentas importantes para a navegação em um ambiente acadêmico frequentemente competitivo.

As HS são definidas como um conjunto de comportamentos sociais que favorecem o relacionamento interpessoal e a resolução de problemas, sendo fundamentais para a adaptação ao contexto universitário (Del Prette; Del Prette, 2017). Na academia, a falta de assertividade, uma dimensão central das HS, pode levar pesquisadoras a aceitarem sobrecargas de trabalho administrativo invisível, o chamado *academic housework* (trabalho acadêmico invisível), em detrimento de suas próprias pesquisas (Da Silva et al., 2022). Segundo Zanello (2014), essa dificuldade em estabelecer limites frente a figuras de autoridade reflete um processo de subjetivação que convoca a mulher à servilidade em prol da harmonia institucional.

A literatura sobre *coping* e resolução de problemas complementa essa análise. Segundo Lazarus e Folkman (1984), o enfrentamento pode ser focado no problema ou na emoção. Recentemente, Viana, Soares e Jardim (2025) destacam que as estratégias de *coping* exercem um impacto direto na capacidade de resolução de problemas sociais em estudantes universitários.

Ao pensarmos no cenário da pós-graduação, estratégias focadas no problema envolvem a busca de apoio social e a postura proativa diante de conflitos institucionais. Assim, ao aprimorar repertórios de comunicação assertiva e resolução de problemas, as mulheres na pós-graduação tornam-se mais aptas a renegociar prazos, gerenciar conflitos com orientadores e estabelecer redes de colaboração mútua. As intervenções baseadas em HS e *coping* não visam apenas a adaptação da mulher ao sistema, mas o fortalecimento de sua voz e autoeficácia para que ela possa questionar e transformar as dinâmicas institucionais a partir de uma postura de autoconfiança (Viana; Soares; Jardim, 2025).

2.5 Síntese das Lacunas e Justificativa da Abordagem

Embora a literatura apresentada ofereça pilares robustos sobre as barreiras estruturais e o sofrimento psíquico das pesquisadoras, observa-se uma lacuna quanto à integração dessas dimensões macro (institucionais) e micro (subjettivas) como determinantes da permanência qualificada. A articulação entre as novas diretrizes do PNPG 2025–2029, os dispositivos de gênero e o papel protetivo das HS ainda é inicial e frequentemente tratada de forma fragmentada. Diante dessa fragmentação, justifica-se a necessidade de um estudo que sintetize tais áreas sob uma perspectiva multidimensional, evidenciando que a permanência feminina depende tanto de reformas nas métricas de produtividade quanto do fortalecimento da autoeficácia das mulheres. Para atender a essa complexidade e promover a integração crítica entre dados estatísticos, teorias de gênero e estratégias de enfrentamento, este trabalho adota a metodologia de revisão narrativa de literatura, detalhada na seção seguinte.

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

3.1 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de estudo qualitativo fundamentado na revisão narrativa de literatura, modalidade que permite a análise crítica do estado da arte e a identificação de lacunas conceituais (Rother, 2007). Diferentemente das revisões sistemáticas, esta abordagem possibilita uma integração mais fluida entre a fundamentação teórica e a interpretação dos dados bibliográficos recuperados

A coleta de informações ocorreu em janeiro de 2026, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico (Google Scholar), PePSIC e repositórios institucionais (LUME/UFRGS; RI/UFBA). Utilizaram-se, de forma combinada, os descritores em língua portuguesa e seus correspondentes em língua inglesa: "mulheres" (*women*), "pós-graduação" (*graduate studies*),

"saúde mental" (*mental health*), "maternidade" (*motherhood*) e "desigualdades de gênero" (*gender inequalities*).

O recorte temporal delimitou obras publicadas entre 2014 e 2025, justificando-se pela necessidade de contemplar o marco teórico de Zanello (2014), a última década de transformações nas políticas de parentalidade e os impactos da pandemia de COVID-19 na carreira científica feminina. Embora a revisão narrativa possua caráter exploratório, a seleção do *corpus* seguiu parâmetros técnicos de triagem. Estabeleceu-se como critério fundamental a inclusão exclusiva de trabalhos publicados na íntegra e disponíveis em acesso aberto. Foram excluídos resumos de eventos, notas técnicas e textos cujo conteúdo estivesse incompleto. Assim, de um universo de 45 títulos recuperados inicialmente, 20 foram selecionados para compor o *corpus* principal de análise devido à sua robustez teórica e aderência aos objetivos deste trabalho.

3.2 Resultados

Os resultados obtidos revelam uma produção científica crescente e diversificada sobre a temática, com destaque para a atuação de movimentos como o *Parent in Science* no Brasil, que trouxe dados quantitativos fundamentais para o debate sobre maternidade e ciência. Quanto à procedência e ao delineamento, o corpus analisado é composto por aproximadamente 85% de obras nacionais e 15% internacionais, com ênfase em contextos da América Latina (México) e Europa (Espanha), evidenciando que a maioria das pesquisas se concentra na investigação de instituições públicas de ensino. A síntese das 20 obras principais que fundamentam esta revisão está apresentada na Tabela 1, organizada por ordem alfabética de autores, detalhando as temáticas e as principais contribuições de cada estudo.]

Tabela 1 - Síntese das principais obras selecionadas para a composição da revisão narrativa

Autores e Ano	Base/Fonte	Temática Principal	Principais Acha-dos/ Contribuições
BARBOSA E OLIVEIRA (2021)	Revista Eixo	Teto de vidro, gênero e liderança em instituições públicas de ensino	Identifica barreiras institucionais e assédio que limitam a ascensão feminina em instituições públicas.
BEZERRA et al. (2021)	Psico-USF	Fenômeno Impostor	Valida escala no Brasil e associa autoexigência feminina a ambientes acadêmicos competitivos.
BRASIL. CAPES (2024)	PNPG/Gov.br	Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029	Estabelece diretrizes nacionais para equidade de gênero e redução de assimetrias na ciência.
CARPES et al. (2022)	Epidemiologia e Serviços de Saúde (RESS)	Parentalidade e desigualdade de gênero na carreira científica	Demonstra que a parentalidade retarda a progressão na carreira apenas para o grupo das mulheres.
CERVANTES et al. (2024)	RIDE – Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo	Sistemas meritocráticos	Destaca obstáculos institucionais à permanência de mulheres em sistemas de alta produtividade.

Autores e Ano	Base/Fonte	Temática Principal	Principais Acha-dos/ Contribuições
CUNHA et al. (2021)	Saúde em Debate	Efeito Tesoura	Evidencia disparidade de gênero no topo da carreira (Bolsas PQ) e afinilamento em áreas exatas.
DELLAZZANA-ZANON et al. (2023)	RBPG / Revisão narrativa	Maternidade acadêmica, gênero e carreira científica	Aponta a insuficiência de políticas públicas e a centralidade das redes de apoio para mães cientistas.
ENDL et al. (2021)	UNIJUÍ	Saúde mental e dispositivos de subjetivação de gênero.	Analisa como dispositivos de gênero naturalizam a sobrecarga e o sofrimento psíquico feminino.
FERNANDEZ (2021)	Dissertação / Northeastern Univ.	Permanência em STEM	Analisa fatores que influenciam a persistência de doutorandas em áreas de exatas e tecnologias.
JAKUES et al. (2023)	Revista Observatório de la Economía Latinoamericana	Maternidade e permanência na pós-graduação stricto sensu	Relaciona maternidade à sobrecarga e risco de evasão, apesar do bom desempenho das discentes.
LENOIR et al. (2022)	Confluências: Revista	Pós-graduação, gênero e mercado de trabalho	Mostra que a titulação acadêmica não elimina

Autores e Ano	Base/Fonte	Temática Principal	Principais Acha- dos/ Contribuições
	Interdisciplinar de Sociologia e Direito		desigualdades estruturais de gê- nero e raça no mercado.
LOPES et al. (2024)	Revista Ca- derno Pedagó- gico	Representatividade feminina na pós- graduação em STEM	Evidencia o Efeito Tesoura e a sub-represen- tação feminina em funções de orientação e do- cência.
MACIEL DE AZEVEDO et al. (2025)	Revista Brasi- leira de Pós- Graduação (RBPg) / Dados CAPES	Mulheres na pós- graduação; gê- nero, raça e deco- lonialidade	Discute a sub-re- presentação de mulheres negras e propõe uma lei- tura decolonial da pós-gradua- ção.
MEURER e COSTA (2021)	REPeC – Re- vista de Educa- ção e Pesquisa em Contabili- dade	Fenômeno Impos- tor em pós-gradu- andos	Identifica fatores de insegurança intelectual que afetam o bem-es- tar de pós-gradu- andos.
SANTOS (2018)	Psicologia & So- ciedade (Sci- ELO)	Feminismo decolo- nial e ciência	Propõe o femi- nismo decolonial como via para questionar o po- der colonial na ci- ência, visibili- zando subjetivi- dades marginali- zadas pela lógica androcêntrica.

Autores e Ano	Base/Fonte	Temática Principal	Principais Acha-dos/ Contribuições
SILVA, M. J. C. (2024)	Livro – Capítulo	Maternidade e desigualdades de gênero na ciência	Critica o modelo produtivista tradicional por ignorar a especificidade da experiência materna.
STANISCUASKI et al. (2021)	PubMed	Maternidade, Raça e Produtividade Acadêmica	Quantifica o impacto desproporcional da COVID-19 na produção de mães e mulheres negras.
VALENCIA QUECANO (2024)	European Public & Social Innovation Review (EPSIR)	Gestão e Retenção	Identifica o apoio institucional e a integração social como determinantes da permanência acadêmica.
VIANA et al. (2025)	RIESup / Unicamp	Coping e Resolução de Problemas	Associa estratégias de <i>coping</i> adaptativas à redução da procrastinação e melhor adaptação acadêmica.
ZANELLO (2014)	Livro	Saúde Mental e Gênero	Fundamenta a relação entre desigualdades simbólicas e o adoecimento psíquico das mulheres.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2026).

A partir do mapeamento realizado, observa-se que 40% das obras selecionadas focam diretamente no impacto da maternidade e

parentalidade, 20% abordam especificamente a saúde mental (subjetivação, exaustão e fenômeno do impostor) e 40% discutem as barreiras institucionais, gestão acadêmica e desigualdades estatísticas (Efeito Tesoura e Teto de Vidro).

3.3 Discussão

A análise dos estudos selecionados permite inferir que a pós-graduação no Brasil, embora tenha se feminizado em termos de acesso, permanece como um espaço de exclusão estrutural em termos de permanência. Barbosa e Oliveira (2021) e Cunha, Dimenstein e Dantas (2021) convergem ao afirmar que o Teto de Vidro não é apenas uma barreira para a ascensão a cargos de gestão, mas um filtro diário que desvaloriza a produção intelectual feminina por meio do Efeito Tesoura. Sob a ótica de Santos (2018), essa desvalorização é indissociável de um poder colonial que ainda opera na ciência, invisibilizando subjetividades e saberes que não se enquadram na lógica androcêntrica dominante. Conforme Lopes et al. (2024), essa realidade é ainda mais drástica nas áreas STEM, onde a evasão de mulheres é muitas vezes lida como falta de aptidão, ignorando-se o ambiente masculinizado e hostil que dificulta a progressão de discentes e docentes.

Um ponto central na discussão é a "crise do cuidado" relatada por Fraser (2020) e Silva (2024). Os estudos evidenciam que a pós-graduanda mãe vive em um estado de "culpabilização constante": por um lado, a pressão pelo produtivismo acadêmico linear (conforme métricas tradicionais da CAPES) e, por outro, as demandas de cuidado doméstico. Esse cenário gera o que Staniscuaski et al. (2021) e Dellazzana-Zanon et al. (2023) denominam hiato produtivo, que não é apenas uma lacuna no currículo Lattes, mas uma fonte de exaustão emocional profunda derivada da falta de redes de apoio institucionalizado.

Nesse contexto, o sofrimento psíquico não pode ser individualizado. Zanello (2014) e Endl, Girardi e Moura (2021) ressaltam que os elevados índices de ansiedade e depressão entre acadêmicas são

reflexos de uma estrutura social que delega à mulher o trabalho invisível, o *academic housework* (Da Silva et al., 2022). A falta de assertividade para lidar com essas demandas, discutida no item 2.4 deste capítulo, atua como um agravante, uma vez que a dificuldade em estabelecer limites ético-profissionais frente a orientadores e instituições intensifica a sobrecarga e a sensação de inadequação.

Por fim, a discussão revela que a resiliência, embora surja nos estudos de retenção (Valencia Quecano, 2024) como um atributo observado em trajetórias de sucesso, não deve ser interpretada como uma exigência individual ou a única resposta para a permanência. Articulando os achados, observa-se que, enquanto as estratégias de enfrentamento (*coping*) e as HS são ferramentas fundamentais para a resolução de problemas e a preservação da autoeficácia (Viana; Soares; Jardim, 2025), o peso da permanência permanece centrado na capacidade subjetiva de suporte à pressão.

O que esta revisão evidencia como lacuna (o "não encontrado") é a transição do suporte meramente interpessoal para o suporte sistêmico. O suporte institucional, agora previsto como meta no PNPG 2025–2029 (Brasil, 2024), é o caminho necessário para que a permanência feminina deixe de ser uma trajetória de sobrevivência isolada e passe a ser uma jornada de equidade. O Fenômeno do Impostor (Bezerra et al., 2021; Meurer; Costa, 2021) tende a diminuir não apenas pelo fortalecimento do *coping* individual, mas quando as instituições reconhecem formalmente as assimetrias e legitimam estruturalmente a voz feminina na ciência.

4. Considerações Finais

Esta revisão narrativa atingiu o objetivo de analisar os obstáculos à permanência, as desigualdades institucionais e os impactos na saúde mental e como se entrelaçam com a subjetividade feminina na contemporaneidade científica de mulheres na pós-graduação *stricto sensu*, evidenciando que a democratização do acesso não desestruturou a inércia sistêmica das instituições. Conclui-se que a permanência feminina é atravessada por barreiras que transcendem a esfera

individual, materializando-se no Efeito Tesoura e no "Teto de Vidro" como resultados de uma cultura acadêmica que ainda preserva normas androcêntricas e critérios de produtividade rígidos.

Os achados sintetizados demonstram que a maternidade permanece como o principal fator de assimetria produtiva, exacerbada por uma "crise do cuidado" institucionalmente negligenciada. Conclui-se que o custo emocional dessa invisibilidade é um elevado índice de sofrimento psíquico, manifestado em quadros de ansiedade e no Fenômeno do Impostor, os quais são alimentados por ambientes que frequentemente invalidam a competência intelectual feminina.

Como contribuição teórica e prática, o estudo articulou as metas macroestruturais de equidade do PNPG 2025–2029 com a necessidade de fortalecimento subjetivo das pesquisadoras. Ressalta-se que a aquisição de HS e estratégias de *coping* assertivas não deve servir à adaptação da mulher ao sistema, mas sim como ferramenta de resistência e imposição de limites ético-profissionais frente à sobrecarga do trabalho administrativo invisível.

Conclui-se que a equidade na ciência brasileira exige a renegociação dos critérios de excelência e a humanização do trabalho acadêmico. Como limitações desta revisão, aponta-se a necessidade de maior aprofundamento em recortes interseccionais. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem o impacto das cotas na pós-graduação e a avaliação da eficácia das novas políticas de parentalidade implementadas pelas agências de fomento após o ciclo 2025.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, P. A. M.; OLIVEIRA, M. F. O fenômeno do teto de vidro enfrentado pelas mulheres do Instituto Federal de Brasília. **Revista Eixo**, v. 10, n. 3, p. 49-60, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19123/eixo.v10i3.891>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- BEZERRA, T. C. G. et al. Escala Clance do Fenômeno do Impostor: adaptação brasileira. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 26, n. 2, p. 333-343, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260211>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2025–2029)**. Brasília: MEC/CAPES, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/14072025_PNPG_20252029_FINALV3.pdf Acesso em: 25 jan. 2026.

CARPES, P. B. M. et al. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 2, p. 1-7, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222022000200013>. Acesso em: 17 jan. 2026.

CERVANTES HERNÁNDEZ, R.; GALLEGOS FLORES, P. I.; GUTIÉRREZ ESPINOZA, A. E. Mujeres científicas en la Universidad Autónoma de Zacatecas. **RIDE Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo**, v. 15, n. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23913/ride.v15i29.2194>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CUNHA, R.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira. **Saúde em Debate**, v. 45, n. esp. 1, p. 83–97, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E106>. Acesso em: 16 jan. 2026.

DELLAZZANA-ZANON, L. L. et al. (Des)igualdade de gênero na carreira acadêmica: o impacto da maternidade. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 18, n. especial, p. 1–16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v18iespecial.1901>. Acesso em: 19 jan. 2026.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Competência social e habilidades sociais**: manual teórico-prático. Curitiba: Appris, 2017.

ENDL, J. A.; GIRARDI, M. H.; MOURA, P. B. Saúde mental e gênero: os dispositivos de subjetivação e o sofrimento psíquico feminino. **Salão do Conhecimento UNIJUI**, v. 7, n. 7, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/20573>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FERNANDEZ, S. J. **Evaluating the factors that influence female STEM doctoral student persistence**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Northeastern University, Boston, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17760/D20429203>. Acesso em: 15 jan. 2026.

FRASER, N.; SOUSA FILHO, J. I. R. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2020v27n53ID16876>. Acesso em: 15 jan. 2026.

JAQUES, D. L. N.; CASA NOVA, S. P. C.; CARVALHO, A. M. A trajetória das discentes-mães nos cursos de pós-graduação em ciências contábeis. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 8, p. 9563–9583, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv21n8-094>. Acesso em: 19 jan. 2026.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. **Stress, appraisal, and coping**. New York: Springer, 1984.

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T. Correlação entre pós-graduação, gênero e mercado de trabalho. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 3, p. 33–51, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu.v24i3.55978>. Acesso em: 21 jan. 2026.

LOPES, C. M. N. et al. A representatividade feminina nos programas brasileiros de pós-graduação em engenharia. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 3, p. e3199, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cad-pedv21n3-092>. Acesso em: 23 jan. 2026.

MACIEL DE AZEVEDO, J.; BARBOSA, H. K. F.; GUENA, M. Mulheres nos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil: um processo decolonial do saber. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 19, n. 40, p. 1–26, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v19i40.2271>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MEURER, A. M.; COSTA, F. Eu quero, eu posso, mas será que eu consigo? Fenômeno Impostor em pós-graduandos. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 15, n. 4, p. 486–505, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v15i4.2818>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MOURA, I. O. E. S. et al. (org.). **Por onde andamos?** Experiências e perspectivas das múltiplas maternidades nas universidades. Rio de Janeiro: Das Autoras, 2023. Acesso em: 20 jan. 2026.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa versus revisão sistemática. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, V. M. DOS .. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112> Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, A. et al. A mulher na ciência: um breve histórico e reflexões sobre políticas e ambiente laboral. **Revista Vitruvian Cogitationes**, v. 3, p. 81-94, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rvc.v3i2.66085> Acesso em: 21 jan. 2026.

SILVA, M. J. C. Maternidade na ciência: dilemas filosóficos e da atualidade. In: **A questão de gênero no fazer ciência**: palavras de jovens mulheres cientistas. [S.l.]: Atena Editora, 2024. cap. 6, p. 27–31. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746290> Acesso em: 21 jan. 2026.

STANISCUASKI, F. et al. Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic. **Frontiers in Psychology**, v. 12, p. 663252, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.663252>. Acesso em: 17 jan. 2026.

VALENCIA QUECANO, L. I. Gestión organizacional en la retención de estudiantes en programas de posgrado. **European Public & Social Innovation Review**, v. 9, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31637/epsir-2024-1337>. Acesso em: 24 jan. 2026.

VIANA, C. F.; SOARES, A. B.; JARDIM, M. E. M. O impacto da procrastinação e das estratégias de coping na resolução de problemas sociais em estudantes universitários. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 12, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rie-sup.v12i00.8676651>. Acesso em: 26 jan. 2026.

ZANELLO, V. **Saúde mental sob o viés de gênero: uma leitura gerada da epidemiologia**. Curitiba: Appris, 2014.

CAPÍTULO 27

MULHERES SURDAS EM FOCO: DO CAPACITISMO À VISIBILIDADE COM BASE NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

**DEAF WOMEN IN FOCUS: FROM ABLEISM TO VISIBILITY BASED ON THE
UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS**

Cleide Emília Faye Pedrosa
Universidade Federal de Sergipe
Aracaju - Sergipe
orcid.org/0000-0003-4021-8189

Gabriely da Silva Leite
Universidade Federal de Sergipe
Aracaju - Sergipe
orcid.org/0009-0004-4160-0931
gabrielysleite@gmail.com

Abraão Vergasta Reis
Instituto Universitario Adventista de Venezuela- IUNAV
Nirgua – Yaracuy -Venezuela
Orcid.org/0009-0000-0420-587X

RESUMO

Este capítulo constitui um recorte de um projeto de Iniciação Científica, intitulado *Estudo da série Crisálida III: apontamentos críticos da representação discursiva de uma sociedade excludente em relação à interseccionalidade identitária da mulher da Comunidade Surda* (PID13800-2024 – Universidade Federal de Sergipe). A série *Crisálida* é brasileira, foi idealizada por Alessandra Rosa Pinho e divulgada no Brasil e em Portugal por meio da plataforma Netflix. *Crisálida* rompe a bolha ao apresentar aos ouvintes uma comunidade surda que, embora enfrente diversas dificuldades nos mais variados âmbitos da sociedade, ainda assim possui força política para lutar por seus direitos e enfrentar o preconceito enraizado no capacitismo. O capítulo assume como objetivo associar as reivindicações do Manifesto da Federação Nacional de

Educação e Integração dos Surdos (FENEIS, 2024), que apontam para os direitos das mulheres surdas, às temáticas debatidas no projeto da série *Crisálida*. No esteio dessa proposta, serão pontuados o papel da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a partir de uma leitura pautada nos Estudos Surdos e nas Epistemologias Feministas. Consequentemente, o estudo assume caráter transdisciplinar, de modo que, por meio de bases teóricas e documentais, seja possível expor o preconceito enraizado na visão capacitista da sociedade em relação às pessoas surdas. Adota-se uma metodologia qualitativo-interpretativista e documental. Como resultado desta proposta textual, objetiva-se denunciar a continuidade de posicionamentos preconceituosos direcionados a grupos minoritarizados, a exemplo da comunidade surda.

Palavras-Chave: Mulheres surdas; Capacitismo; Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ABSTRACT

This chapter is an excerpt from an undergraduate research project entitled "Study of the *Crisálida* III series: critical notes on the discursive representation of an exclusionary society in relation to the identity intersectionality of women from the Deaf Community" (PID13800-2024 – Universidade Federal de Sergipe). The *Crisálida* series is Brazilian and was conceived by Alessandra Rosa Pinho; it was broadcast in Brazil and Portugal through Netflix. *Crisálida* broke through the bubble by presenting to hearing audiences a deaf community that, despite facing numerous difficulties in various areas of society, still possesses the political strength to fight for its rights and overcome the prejudice rooted in ableism. This chapter aims to connect the demands of the Manifesto of the National Federation for the Education and Integration of the Deaf (FENEIS, 2024), which address the rights of deaf women, to the themes discussed in the *Crisálida* series project. Following this proposal, we will highlight the role of the Universal Declaration of Human Rights (UDHR) through a reading grounded in Deaf Studies and Feminist Epistemologies. Consequently, the study will be transdisciplinary so that, through theoretical and documentary bases, we can expose the prejudice rooted

in society's ableist view of deaf people. We will follow a qualitative-interpretative and documentary methodology. As a result of this textual proposal, we aim to denounce the continuation of a prejudiced stance towards minority groups, such as deaf people.

Keywords: Deaf women; Ableism; Universal Declaration of Human Rights.

1. Introdução

Na série *Crisálida*, produção brasileira idealizada pela jornalista e redatora Alessandra Rosa Pinho, é possível acompanhar algumas vivências e experiências do “ser surdo” de maneira singular. Por meio de uma produção audiovisual bilíngue (Libras e Língua Portuguesa), a sociedade ouvinte é apresentada a uma realidade que se distancia do que é idealizado como direitos humanos universais, deparando-se com as barreiras enfrentadas pela pessoa surda e, de forma mais específica, pela mulher surda, conforme o recorte adotado neste texto. Barreiras comunicacionais, preconceito linguístico, desigualdade e exclusão constituem apenas algumas das nuances vivenciadas pelas personagens surdas de *Crisálida*, trazendo à tona situações enfrentadas cotidianamente pela mulher surda de forma latente. A série atua no sentido de apresentar aos telespectadores a imagem de mulheres surdas fortes, que, mesmo diante das adversidades, ainda assim buscam força política para lutar por seus direitos, bem como por sua cultura e sua(s) identidade(s).

Consoante à base teórica adotada, foram mobilizadas contribuições dos Estudos Surdos e das Epistemologias Feministas, com o objetivo de arquitetar um panorama das facetas do capacitismo direcionadas às mulheres surdas. Em diálogo com os conteúdos já mencionados e a fim de oferecer embasamento acerca do capacitismo sofrido por essas mulheres, bem como de suas lutas por direitos previamente estabelecidos, tomam-se como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Manifesto da Federação Nacional de Educação e

Integração dos Surdos (FENEIS, 2024). Adota-se uma metodologia qualitativo-interpretativista e documental.

O texto apresenta a seguinte configuração: esta introdução, que oferece uma prévia da proposta; um tópico destinado à abordagem das metodologias utilizadas; uma seção dedicada aos Estudos Surdos e ao capacitismo; em seguida, a exposição das Epistemologias Feministas, com ênfase em suas lutas e processos de empoderamento; posteriormente, um tópico que abarca os documentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e do Manifesto da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS, 2024). Na sequência, serão apresentados alguns resultados e discussões sobre a série *Crisálida* e seu impacto social para a comunidade surda; por fim, tecer-se-ão algumas (in)conclusões. Com essa tessitura textual, propõe-se atingir o objetivo de associar as reivindicações do Manifesto da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS, 2024), que apontam para os direitos das mulheres surdas, às temáticas debatidas no projeto da série *Crisálida*.

2. Metodologia: alguns caminhos, uma finalidade

O primeiro aspecto a ser considerado é que esta pesquisa apresenta um viés social; logo, ressaltam-se os fatos do mundo social e cultural dos surdos. Por essa razão, adota-se uma perspectiva qualitativo-interpretativista (Magalhães; Martins; Resende, 2017). A pesquisa qualitativa valoriza as subjetividades, a visão de mundo do pesquisador e dos sujeitos pesquisados; esse posicionamento no mundo acadêmico e social auxilia o pesquisador a interpretar e analisar os significados sociais dos fenômenos investigados (Nunes, 2021). A metodologia qualitativo-interpretativista objetiva “descrever e explorar o comportamento humano em contextos específicos, a fim de descobrir padrões, temas e

qualidades comuns em todas as sociedades” (Prieto; Hoz, 2017, p. 61, tradução nossa)¹.

Outros caminhos metodológicos que se apresentam como necessários são as metodologias documental e bibliográfica. A metodologia documental fornece subsídios para a análise dos documentos já referendados – a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Manifesto da FENEIS –, bem como de seus contextos históricos e sociais. Conforme apontam Souza e Giacomoni (2021, p. 141), é necessário compreender as “[...] diferentes relações de forças sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas que possibilitaram sua fabricação, perpetuação e resguardo”. Nenhum documento é isento dessas influências.

A metodologia bibliográfica, por sua vez, oferece embasamento para a investigação dos Estudos Surdos e da Epistemologia Feminista, bem como de suas contribuições para a atualização dos estudos, como desdobramento desta pesquisa.

Quanto ao *corpus* utilizado para a interpretação, serão analisados alguns recortes temáticos debatidos nos episódios da primeira temporada da série *Crisálida*. A primeira temporada é composta por quatro episódios, com duração aproximada de 30 minutos cada. A série é resultante do Prêmio Catarinense de Cinema de 2015 e 2019. Seu primeiro episódio foi exibido, na plataforma de streaming Netflix, no Brasil e em Portugal, em 27 de setembro de 2019. A segunda temporada passou a ser exibida em novembro de 2024, na TV Cultura, e é composta por seis episódios de 40 minutos cada.

3. Estudos Surdos e a discriminação e o preconceito contra minorias linguísticas

Historicamente, muito se pesquisou, registrou e investiu em leis, decretos, manifestações e declarações com vistas à construção de uma

¹ Original: “describir y explorar la conducta humana en contextos específicos con la finalidad de descubrir patrones, temas y cualidades comunes en todas las sociedades” (Prieto; Hoz, 2017, p. 61).

sociedade mais inclusiva. Em uma sociedade contemporânea na qual a inclusão é defendida como tópico primordial para a convivência humana, espera-se que todo sujeito neurodivergente viva livre de preconceitos e de exclusão, a exemplo de crianças com síndrome de Down, pessoas autistas e surdas.

No viés dos Estudos Culturais, destaca-se o campo dos Estudos Surdos. Segundo Witkoski (2009), falar sobre surdez e preconceito é narrar uma das interfaces do ser surdo. Ao se lançar um olhar histórico sobre as vivências do povo surdo, observa-se que essa trajetória é marcada pela discriminação, na qual o sujeito surdo é frequentemente reduzido à ausência de sua audição.

Muitas vezes, o preconceito exacerbado que incide sobre a pessoa surda infringe diretamente os direitos humanos. Isso se manifesta de forma eminentemente prática quando se observa a existência de pessoas surdas privadas do direito a uma educação adequada à sua realidade. Evidenciam-se, nesse contexto, a ausência de intérpretes em espaços educacionais e sociais, bem como o baixo número de escolas bilíngues (Língua Portuguesa – LP – e Libras – LB) em território brasileiro. Embora assegurados em lei, os direitos relacionados ao fomento da educação e da alfabetização da pessoa surda ainda são amplamente desrespeitados. Em razão da escassez de escolas bilíngues (LP/LB), muitos surdos iniciam sua trajetória escolar por meio da Língua Portuguesa, o que compromete de forma significativa o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo, que, por decisão alheia, é afastado de sua língua materna (L1), a Libras.

Conforme aponta Schmitz (2014), a Libras deve ser garantida aos alunos surdos; entretanto, por outro lado, não é obrigatória aos professores que recebem esses estudantes. Observa-se, ainda, a carência de profissionais com formação específica, abrangendo tanto docentes quanto intérpretes. Dessa forma, embora exista um discurso de inclusão, este, muitas vezes, permanece restrito ao plano formal de uma declaração, de uma lei ou de um decreto.

Esse contexto conduz à discussão acerca do capacitismo. As considerações iniciais sobre o termo “capacitismo”² serão fundamentadas a partir da Academia Brasileira de Letras e, em outro tópico, ampliadas com base em documentos como o Manifesto da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS, 2024).

Geralmente, adotam-se dois caminhos em relação às pessoas com deficiência, baseados na crença de que essas pessoas não apresentam aptidão para as exigências do cotidiano: o tratamento desfavorável ou o tratamento exageradamente favorável.

A origem do termo *capacitismo* advém do inglês *ableism*³, cunhado em 1991, nos Estados Unidos. Sua definição concisa refere-se ao “preconceito contra pessoas com deficiência”. Essa definição evidencia a existência de “uma estrutura de poder socialmente construída”, que estabelece uma linha divisória entre o corpo considerado normal e o corpo desviante. Trata-se de uma forma de negação da diversidade humana, quando, na realidade, esta deveria ser reconhecida e celebrada.

No âmbito pedagógico, a pluralidade deveria ser compreendida como uma oportunidade para “[...] o desenvolvimento de criatividade, inovação, diálogo e empatia – competências notoriamente imprescindíveis para que saibamos navegar pela profunda complexidade inerente à vida contemporânea”. Não se pode negar esse fato, uma vez que ele representa a busca por uma sociedade mais inclusiva.

O capacitismo configura-se como uma forma de preconceito que explicita a dinâmica de reduzir a pessoa à sua deficiência, promovendo a discriminação de pessoas com deficiência (PcD). Exemplos contundentes de práticas capacitistas podem ser observados cotidianamente, como a falta de acesso linguístico, a ausência de infraestrutura em órgãos públicos e privados e a precariedade da comunicação em salas

² Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/capacitismo>. Acesso em: 23 jan. 2026.

³ Disponível em: <https://www.dictionary.com/browse/ableism>. Acesso em: 26 jan. 2026; <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/ableism...> Acesso em: 26 jan. 2026.

de aula e em outros espaços sociais frequentados por discentes surdos, cegos ou surdocegos.

4. Feminismo: lutas e empoderamento

Em diálogo com os campos dos Estudos Surdos e da Epistemologia Feminista, identifica-se, como zona de posicionamento, a impossibilidade de neutralidade. A neutralidade diante de questões sociais dessa natureza configura-se como uma postura “não humana”.

Com frequência, ao se abordar os estudos feministas, recorre-se à noção de “ondas”, entendidas como recortes temporais que indicam algumas de suas conquistas históricas. A partir de 1928, com a criação do primeiro organismo de proteção aos direitos das mulheres – a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) –, delimita-se o período conhecido como a Primeira Onda Feminista, também denominada “sufragista”. As principais lutas desse momento concentraram-se na formação profissional, na representação política, no acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao direito ao voto (Bittencourt, 2015).

O movimento feminista, em âmbito mundial, passa a ganhar maior notoriedade a partir da Segunda Onda, ocorrida em meados da década de 1960. Ao se tratar do termo “feminismo”, este se articula, necessariamente, aos conceitos de empoderamento e identidade. Segundo Castells (1999), as identidades não são fixas ou naturais, mas constituídas historicamente a partir de múltiplos sistemas culturais em constante transformação. Para o autor, afirmar uma identidade implica a produção de poder, o que possibilita compreender o papel central do movimento feminista na consolidação de identidades coletivas femininas. Essas identidades emergem da articulação política das mulheres e de suas lutas contra a discriminação e a opressão, sendo permanentemente reconstruídas conforme as demandas sociais e políticas de cada contexto histórico.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a Segunda Onda Feminista concentrou-se em pautas como a igualdade salarial, os direitos reprodutivos e o enfrentamento da violência doméstica. O ano de 1975 constitui um marco significativo, ao ser reconhecido como o Ano

Internacional da Mulher, aspecto posteriormente reforçado em 1979, com a realização da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (Tavares; Campos, 2018).

Cronologicamente, a Terceira Onda Feminista teve início na década de 1990 e caracterizou-se por uma abordagem mais inclusiva e interseccional, reconhecendo que as experiências das mulheres não são homogêneas e que diferentes formas de opressão – como o racismo, o classismo, a homofobia e o capacitismo – encontram-se interligadas, incluindo aquele direcionado às mulheres surdas. Destaca-se, nesse período, a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995 (ONU, 1995), da qual resultou a Plataforma de Ação de Pequim, reconhecida como um marco na agenda global de empoderamento feminino.

Com a forte influência das redes sociais, alguns autores identificam a emergência de uma Quarta Onda Feminista, caracterizada pelo ativismo digital. As vozes feministas passaram a ser amplificadas em campanhas como #NãoÉNão!, #MeToo e #NiUnaMenos. Essa onda tem explicitado a gravidade do assédio e da violência contra as mulheres, promovendo mudanças significativas tanto nas políticas institucionais quanto na visão pública de modo geral (Perez; Ricoldi, 2019).

A seguir, serão exemplificados dois canais que têm como foco a comunidade surda.

a) Visurdo (Andrei e Tainá Borges)

“Aqui temos um combo! Os influencers Andrei e Tainá Borges são irmãos e utilizam seus canais para compartilhar a cultura e realidade das pessoas surdas, além de ensinarem Libras por meio de seus conteúdos, sempre ressaltando a importância da Língua Brasileira de Sinais para a inclusão e acessibilidade de pessoas surdas.”⁴

⁴ Disponível em: <https://nossacausa.com/2023/11/conheca-influenciadores-digitais-da-comunidade-surda/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

b) Feminismo Surdo

“Mais que uma página, aqui temos um Movimento de Feministas Surdas do Brasil em prol de informação e discussão sobre direitos e lutas de todas as mulheres, buscando ampliar a visibilidade e as lutas das mulheres surdas. É importante ressaltar que as mulheres surdas enfrentam desafios únicos, como a barreira da comunicação e a falta de acessibilidade nos espaços de discussões.

A página Feminismo Surdo no Instagram conta com mais de 6 mil seguidores, e é composta por Influenciadoras de diferentes idades, que dentre diversos assuntos, desde moda a política, abordam principalmente a importância da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos debates feministas. A Libras é a língua materna das pessoas surdas, e garantir sua presença nas discussões é um passo fundamental para que todas as mulheres possam participar ativamente do movimento.”⁵

Julga-se necessário estimular espaços de diálogo e colaboração nos quais mulheres de diferentes origens e áreas do conhecimento possam compartilhar suas experiências e contribuições (Lino; Mayorga, 2017), a exemplo das mulheres surdas. Dessa forma, as identidades femininas das mulheres surdas não podem ser reduzidas a aspectos biológicos ou corporais. Elas se constituem como um processo marcado pela resistência, pela ação coletiva e pela busca por reconhecimento e igualdade de gênero, envolvendo não apenas mulheres, mas também outros sujeitos comprometidos com a transformação das relações sociais e com a superação das desigualdades.

⁵ Disponível em: <https://nossacausa.com/2023/11/conheca-influenciadores-digitais-da-comunidade-surda/e> <https://www.instagram.com/feminismosurdo/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

5. Documentos: Declaração Universal dos Direitos Humanos e Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

Como documento marco da humanidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948. Em seu Artigo 1º, afirma-se que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Passadas mais de oito décadas desde sua promulgação, ainda estamos distantes da efetivação plena do que preconiza esse primeiro artigo. No que se refere à DUDH em Libras, identificou-se o seguinte link: *Declaração Universal dos Direitos Humanos – Preâmbulo*⁶. A Libras recebeu forte influência da Língua de Sinais Francesa, agregada às chamadas “línguas de sinais” – gestos caseiros – utilizadas por surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Destacam-se, a seguir, dois posicionamentos da DUDH⁷ nos quais ocorre a lexia *mulher* (grifos nossos):

Preâmbulo

2º parágrafo: Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que **mulheres** e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

5º parágrafo

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e **da mulher** e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pgTWwh9InCI>. Acesso em: 7 jan. 2026.

⁷ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Abarcando a temática, recorremos a Moreira e Gomes (2012, p. 52), que afirmam que os direitos das minorias também possuem uma longa trajetória histórica, tendo sido objeto de discussão já no Tratado de Paz de Versalhes, de 1919, e no âmbito da Sociedade das Nações, igualmente criada nesse mesmo ano, portanto, muito antes da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Para os autores, os direitos das minorias

[...] são direitos de membros de um grupo com características étnicas, religiosas ou linguísticas particulares. Individualmente ou em conjunto com os outros membros do grupo, têm o direito humano de usufruir de sua própria cultura, de professar ou praticar sua própria religião ou de usar sua própria língua (art. 27 do PIDCP – Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos). Podem encontrar-se regras mais detalhadas na Declaração da ONU sobre os Direitos das Minorias, de 1993 (Moreira; Gomes, 2012, p. 52).

Nesse contexto, o Brasil desenvolve, em 2003, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (Brasil, 2018).

Apresentam-se, a seguir, literalmente, alguns dos objetivos gerais do PNEDH (Brasil, 2018, p. 13-14, grifos nossos):

- enfatizar o papel dos direitos humanos na **construção de uma sociedade justa, equitativa** e democrática;
- propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (**educação**, saúde, comunicação, **cultura**, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- incentivar formas de acesso às **ações de educação em direitos humanos para pessoas com deficiência**.

Por razões óbvias, grifamos os termos acima, com o objetivo de direcionar o foco deste capítulo.

Além do Plano Nacional, destacam-se também as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEH), documento estabelecido pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. As Diretrizes devem ser observadas por todos os sistemas de ensino e por suas

respectivas instituições, sendo a Educação em Direitos Humanos (EDH) um de seus eixos fundamentais. O documento explicita, em sua introdução, as profundas contradições que caracterizam a sociedade brasileira, evidenciando as recorrentes violações dos direitos humanos em nosso contexto social. Ressaltam-se, assim, diversas formas de violência praticadas contra cidadãos e cidadãs, em espaços como escolas e instituições de educação superior. Cabe a todos nós – gestores(as), professores(as) e demais profissionais da educação – assumir essa causa e reverter uma realidade construída historicamente (Brasil, 2012, p. 2).

As DNEH (Brasil, 2012, p. 8-9) propõem uma formação de natureza tríplice: ética, crítica e política. Em síntese, tem-se:

- A primeira se fundamenta na formação de atitudes que sejam orientadas por valores humanizadores;

- A segunda, a formação crítica, “diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos”.

- E a terceira, a formação política, evidencia uma perspectiva que seja emancipatória e transformadora de todos os sujeitos sociais. “Vale lembrar que estes aspectos tornam-se possíveis por meio do diálogo e aproximações entre sujeitos biopsicossociais, históricos e culturais diferentes, bem como destes em suas relações com o Estado”.

Um objetivo central da Educação em Direitos Humanos, que se destaca neste capítulo, consiste em que “[...] a pessoa e/ou o grupo social se reconheça como sujeito de direitos, assim como seja capaz de exercê-los e promovê-los, ao mesmo tempo em que reconheça e respeite os direitos do outro” (Brasil, 2012, p. 10). Esse objetivo evidencia a situação vivenciada pelos surdos de modo geral e, de forma mais específica, pelas mulheres surdas. Para delimitar esse recorte, pontuam-se, a seguir, algumas proposições presentes no Manifesto da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

No documento da FENEIS (2024), observa-se a reafirmação do direito das mulheres surdas à igualdade no acesso a serviços, informações e oportunidades sociais, em consonância com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), a qual

estabelece a igualdade e a dignidade como direitos inerentes a todos os seres humanos, sem distinção de qualquer natureza. O manifesto também enfatiza a relevância de uma educação bilíngue e de qualidade, condição essencial para a autonomia dessas mulheres e para sua participação efetiva no mercado de trabalho. Ademais, assegura o direito à inclusão social, destacando que a oferta de tradução e interpretação é fundamental para garantir o acesso pleno das mulheres surdas aos diferentes espaços sociais (FENEIS, 2024).

Por meio da série *Crisálida*, é possível identificar situações nas quais os direitos previstos tanto no Manifesto da FENEIS quanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos não são plenamente efetivados. Em contrapartida, as produções evidenciam a força, a resistência e o posicionamento feminista das mulheres surdas diante das barreiras sociais impostas, bem como do capacitismo explícito vivenciado em diversos contextos sociais.

6. Resultados e discussões: a série *Crisálida* e o impacto social para a comunidade surda

A série *Crisálida* trouxe, para apreciadores e estudiosos do cinema brasileiro, um expressivo impacto social, ao conferir visibilidade ao cotidiano de cidadãos surdos, bem como às suas lutas em prol da acessibilidade e da inclusão. Destaca-se, ainda, sua proposta de acessibilidade tanto para as comunidades surdas quanto para as ouvintes, uma vez que se trata de uma produção bilíngue (Libras e Língua Portuguesa).

A produção audiovisual é assinada pela Raça Livre Produções e pela Atapy Produções⁸. As temporadas de *Crisálida* contaram, em média, com 150 atores, 400 figurantes e 74 locações de gravação. O principal cenário foi a Universidade Federal de Santa Catarina, instituição pioneira na oferta do curso de Letras–Libras e onde parte significativa

⁸ Disponível em: <https://racalivreproducoes.com.br/>; <https://www.instagram.com/racalivre/>; [https://www.facebook.com/racalivreproducoes/?locale=pt_BR](https://www.facebook.com/racalivreproducoes/?locale=pt_BR;); <https://www.youtube.com/@RA%C3%87ALIVREPRODU%C3%87%C3%95ES>. Acesso em: 26 jan. 2026.

do elenco, à época, cursava a graduação em Letras–Libras, incluindo a própria idealizadora da série. A narrativa abrange, ainda, cenários que contemplam os contextos familiares e profissionais das personagens.

Imagem 1: *Crisálida*: de curta a série



Fonte: <https://www.seriecrisalida.com.br/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Trazemos, a seguir, uma citação que resume o histórico do Projeto Crisálida:

O projeto Crisálida foi criado em 2014 por Alessandra da Rosa Pinho, aluna de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi vencedor do Edital do Fundo Municipal de Cinema de Florianópolis para a produção do episódio piloto, que estreou no FAM, Florianópolis Audiovisual Mercosul, em 2016. O piloto deu origem ao curta-metragem Crisálida, que exibido em festivais, recebeu diversos prêmios e foi licenciado para a TV Brasil. Atualmente está disponível no canal do Youtube da Série Crisálida e nas plataformas Filmes que Voam e Latinópolis Mowies.⁹

Na sequência, serão analisadas temáticas extraídas de cenas da primeira temporada da série *Crisálida* que evidenciam práticas de capacitismo direcionadas às mulheres surdas.

⁹ Disponível em: <https://www.seriecrisalida.com.br/saiba-mais>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Temática 1: aproximação entre Jacks e Morgana

Imagem 2: Personagens Jacks e Morgana



Fonte: <https://www.seriecrisalida.com.br/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Em uma avenida à beira-mar, dois jovens ciclistas se cruzam: um rapaz negro, chamado Jacks, e uma jovem asiática surda, chamada Morgana. Mais adiante no percurso, a jovem é atropelada, e Jacks presta-lhe socorro. No entanto, o rapaz não consegue se comunicar com Morgana, pois ambos utilizam línguas distintas: ele, como ouvinte, comunica-se em Língua Portuguesa, enquanto ela utiliza a Libras. Em um mundo predominantemente sonoro, é a personagem Jacks quem realiza a chamada para que Morgana seja socorrida.

A partir desse primeiro contato, estabelece-se uma aproximação mais intensa entre os dois, configurando-se um interesse afetivo que evolui para um relacionamento. Jacks passa a buscar o aprendizado da Libras com o objetivo de se comunicar com Morgana. O relacionamento avança até o momento em que ele a convida para uma refeição em sua casa. Durante esse encontro, emergem evidências marcantes de *capacitismo*, uma vez que os pais de Jacks demonstram não estar preparados para receber uma convidada surda.

No âmbito dos documentos nacionais, o termo *capacitismo* aparece, pela primeira vez, em 2023, no “Novo Plano Viver Sem Limite” –

Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência¹⁰, instituído em 23 de novembro de 2023, por meio do Decreto nº 11.793/2023¹¹. Conforme o documento, “o objetivo do plano é garantir mais dignidade às pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades em todo o território nacional”. Com esse decreto, o termo *capacitismo* passa a integrar, de modo explícito, a legislação brasileira voltada aos direitos humanos, assumindo o compromisso de enfrentar todas as formas de violência e discriminação, sejam deliberadas ou acidentais, dirigidas às pessoas com deficiência.

Entre os documentos que enfrentam esse tipo de preconceito, destaca-se a cartilha *Combata o Capacitismo*, publicada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC (Brasil, 2023)¹². O documento afirma que “[...] combater o capacitismo exige que o enfrentamento das barreiras seja compromisso de toda a sociedade” (Brasil, 2023, p. 4).

No que se refere a essa primeira temática, a série evidencia o posicionamento de Morgana ao não aceitar o preconceito, optando por retirar-se da refeição como forma de afirmação de si e de recusa à negação de sua dignidade. Destaca-se, igualmente, a postura de Jacks, que defende Morgana e reafirma seu compromisso em aprender Libras como meio de estabelecer uma comunicação efetiva e respeitosa.

¹⁰ Disponível em: <https://novoviversem limite.mdh.gov.br/>. Acesso em: 1º mar. 2025.

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-novo-viver-sem-limite>. Acesso em: 28 fev. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Acessibilidade/Cartilha-Combata-o-Capacitismo.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Temática 2: uma mãe e uma profissional

Imagem 3: Personagens Valentina e Lorena



Fonte:

[https://www.facebook.com/100064655143522/videos/2885030091766064?
so =permalink](https://www.facebook.com/100064655143522/videos/2885030091766064?so=permalink). Acesso em: 26 jan. 2026.

Nesta segunda temática, apresenta-se um contexto mais amplo e complexo, no qual a personagem Valentina enfrenta o capacitismo social em razão de sua condição de mulher surda, mãe e profissional, configurando uma identidade interseccional. Sua filha, Lorena, é ouvinte, ou seja, é uma CODA (Children of Deaf Adults), criança ouvinte filha de pais surdos.

No enredo, desdobram-se diversas situações de negação de acessibilidade vivenciadas por Valentina. Como mãe, ela enfrenta olhares acusatórios quando a filha se perde em um parque e quando esta “furta”, em um supermercado, uma boneca que emite sons. O sistema antifurto é acionado; entretanto, Valentina, por ser surda, não o escuta. Em seguida, ela é abordada por um segurança no estacionamento, momento em que se evidencia um intenso desencontro comunicacional decorrente das diferenças linguísticas. Como Lorena domina ambas as línguas, termina por explicar à mãe o

motivo pelo qual havia furtado a “boneca que fala”. A criança CODA demonstra, assim, a necessidade do som em sua experiência subjetiva.

Conforme destaca a cartilha *Combata o Capacitismo* (Brasil, 2023)¹³, já mencionada, o olhar capacitista avalia as pessoas segundo padrões socialmente considerados “perfeitos”, discriminando aquelas que não se alinham a tais parâmetros. O capacitismo é, portanto, compreendido como “[...] toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos” e, não apenas dos direitos, mas também “das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas” (Lei nº 13.146, 2015, art. 4º, § 1º).

A partir do material analisado na cartilha, reforça-se o conceito de capacitismo institucional, definido como uma forma de discriminação reproduzida por meio de discursos que legitimam concepções de opressão e de invisibilização. Ao promover a invisibilidade, promove-se, consequentemente, a exclusão.

De acordo com Perlin e Strobel (2014), é possível identificar que os sujeitos representados na série buscam uma sociedade livre do capacitismo e o devido reconhecimento de suas identidades, evidenciando que a voz não é o único meio de comunicação e que o sujeito surdo não se resume à sua surdez. Nesse sentido, a mulher surda emerge, também, como símbolo de resistência.

7. (In)conclusões

Em termos de produção textual, poder-se-ia empregar o termo “conclusão”; contudo, ao nos centrarmos no problema descrito e analisado, torna-se inviável utilizá-lo. Por essa razão, opta-se pela noção de *(in)conclusão*.

¹³ Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Acessibilidade/Cartilha-Combata-o-Capacitismo.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2026.

Defende-se que as contribuições aqui apresentadas se somem à forte influência das conquistas da Epistemologia Feminista, estendendo-se também à comunidade surda. Almeja-se que as pesquisas acadêmicas ultrapassem os muros da universidade e alcancem os grupos minoritarizados, de modo a conscientizar a sociedade acerca do caráter profundamente danoso da circulação de discursos capacitistas.

Observam-se, nos discursos capacitistas veiculados na série *Crisálida*, o preconceito sofrido por Valentina e suas estratégias de enfrentamento, ao evidenciar a visão negacionista de parte da sociedade ouvinte quanto à possibilidade de uma mulher surda exercer simultaneamente a maternidade e a vida profissional, bem como em relação ao relacionamento afetivo entre uma jovem surda, Morgana, e um rapaz ouvinte. Identificam-se, na abordagem dessas temáticas, práticas sociais de militância feminista que se articulam ao empoderamento da comunidade surda, com vistas ao enfrentamento do capacitismo.

Encerrando a proposta desta seção, apresenta-se um *card* da atriz Miriam Royer, intérprete da personagem Valentina.

Imagem 4: Atriz Miriam Royer



Fonte: Imagem retirada do Instagram oficial da série Crisálida. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCTr8AQpDnO/?igsh=NzZraDZ6N21wcTVo>.

Acesso em: 14 set. 2025.

Trata-se de um *card* de divulgação, cujo discurso não é da atriz, mas da personagem: “Por que você acha que não sou capaz de educar minha filha?”.

No contexto deste estudo, Perlin e Vilhalva (2016) defendem que o empoderamento da mulher surda constitui fator primordial para o desenvolvimento de (novas) políticas linguísticas que abranjam, como deve ser, os aspectos sociais e culturais.

Pontua-se que a roteirista foi bem-sucedida ao alinhar, na tele-dramaturgia da série *Crisálida*, as lutas históricas da Epistemologia Feminista, atualizando-as em relação às pautas das mulheres surdas e, de forma imbricada a essas questões, à luta pelos direitos já consolidados em Declaração desde 1948.

Referências

BITTENCOURT, C. A. M. As três ondas do feminismo e suas contribuições para a educação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 58, p. 841-860, 2015.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Parecer homologado. Despacho do Ministro. **Diário Oficial da União**, 30 maio 2012, Seção 1, p. 33. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Combata o capacitismo**. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/Guia_Capacitismo_03_11_23.pdf/view. Acesso em: 20 jan. 2026.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FENEIS. **Manifesto dos cidadãos surdos**: nossos direitos humanos pela garantia da educação bilíngue ao longo da vida. Relatório final desenvolvido pela Conferência Nacional da Libras (Conali 2023). [livro eletrônico / texto final coletivo: vários autores et al.]. 1. ed. Belo Horizonte: Grupo Feneis, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1iYy_r2swhPyB-hmkU1wNEa8IQJ_17i0V/view. Acesso em: 20 jan. 2026.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: MOTA, M. B. da (Org.). **Ditos e escritos**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 [1984]. p. 264-287.

GOMES, E. F.; FICAGNA, R. G. **Acessibilidade como processo de inclusão de estudantes com deficiência física no contexto escolar**. 2017.

LINO, M. R. M. C.; MAYORGA, C. O feminismo é para todos? Um debate sobre o feminismo, a democracia e as diferenças. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 2, p. 119-130, 2017.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MOREIRA, V.; GOMES, C. de M. (Coords.). **Compreender os direitos humanos**: manual de educação para os direitos humanos. 3ª edição em Língua Inglesa: *European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy* (ETC) Graz. Coimbra, Portugal: *Ius Gentium Conimbrigae*/Centro de Direitos Humanos Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), 2012.

NUNES, M. S. C. **Metodologia universitária em 3 tempos**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PÉREZ, R. M.; RICOLDI, A. M. Feminismo e redes sociais: a quarta onda e a luta contra o assédio. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, Ed. Esp., n. 2, p. 17-31, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SCHMITZ, A. **Acessibilidade para os alunos surdos**. Unioeste, 2014.

SÉRIE CRISÁLIDA. 2025. Disponível em: <https://www.seriecrisalida.com.br/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOUZA, J. E. de; GIACOMONI, C. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 1, p. 139-156, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/download/189278/174832>. Acesso em: 8 jan. 2025.

STROBEL, K. **História da Educação de Surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

TAVARES, B. P. S.; CAMPOS, C. D. O papel da CEDAW na garantia dos direitos das mulheres. **Revista Direito UNIFACS**, n. 216, 2018.

WITKOSKI, S. A. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6ptNk-pmYjjqs8VB6p4hvGRd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jan. 2025.

CAPÍTULO 28

MULHERES TRANSSEXUAIS E TRAVESTIS PÕEM A CARA NO SOL: CALEIDÓSCOPIO DA SEXUALIDADE NO CAMPO

*TRANS WOMEN AND TRAVESTIS STEPPING INTO THE SPOTLIGHT: A KALEI-
DOSCOPE OF SEXUALITY IN THE COUNTRYSIDE*

Jufran Alves Tomaz

Faculdade de Teologia E Ciências (FATEC)
Theology & Sciences Institute Of Florida (ITS – USA).
Arez – RN
jufranalves@gmail.com
0000-0002-6218-578X

Alberany Alves Tomaz

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Santana do Matos - RN
alberany.alves@gmail.com

Edilson Martins Bezerra (IN MEMORIAM)

Universidade Paulista – UNIP
Natal - RN
edilsonmartins_edilson@hotmail.com

Luiza Marte Ferreira

Instituto Superior de Educação Professora Lúcia Dantas – ISEL.
Santana do Matos – RN
luizamarte@gmail.com

RESUMO

O estudo analisa as contribuições das mulheres transexuais e travestis em espaços rurais/campo, evidenciando uma reflexão conceitual sobre sexualidade, aspectos socioculturais, diferenças e desigualdade com interpretação de textos, falas e interações. O objetivo deste trabalho é justamente contribuir para práticas na sociedade em que promovam um convívio saudável e respeitoso com essa parcela da população brasileira, por vezes, invisibilizada duas vezes mais; em primeiro lugar por

não se sentirem adequadas ao gênero que receberam no nascimento e em segundo, são estigmatizadas “pelo preconceito de lugar” (por morarem em espaços rurais). Além de verificar as dificuldades enfrentadas por essas mulheres transexuais e travestis a partir de contextos diversos, em especial a (con)vivência no campo enquanto território onde as mesmas demonstram representatividade no mercado de trabalho – trabalhando na agricultura de subsistência, buscar ampliar o debate sobre a transexualidade, especialmente, acerca da utilização do nome social, e refletir sobre os estereótipos, os preconceitos e as discriminações vivenciadas constantemente por essas mulheres. A pesquisa assume caráter bibliográfico, qualitativo, adotando a prática social com base nas histórias de vida de três mulheres transexuais/travesti residente na zona rural de Canguaretama – RN. Para reflexão aqui apresentada, subsidio-me da escrita e reescrita de autores como AZEVEDO (2020), FREIRE (1996), JOSSO (1987), GIL (1995) entre outros, para análise conceitual e de interesse pela temática. Os dados obtidos apontam para a necessidade de maior reconhecimento e de ampliação ao acesso de políticas públicas voltadas para mulheres transexuais/travesti em espaços rurais nos municípios do nosso país, como forma de garantir a cidadania plena, àquelas que colocam a “cara no sol” todos os dias.

Palavras-chave: Mulheres; Rural; Travesti.

ABSTRACT

This article analyzes the contributions, experiences, and forms of resistance of transgender women and travestis in rural contexts, based on life stories of three women living in the rural area of Canguaretama, Rio Grande do Norte, Brazil. This qualitative and bibliographic research draws on authors such as Freire (1996), Josso (1987), Gil (1995), Azevedo (2020), Bento (2017), Louro (2018), and Scott (1995), articulating discussions on sexuality, gender, territory, inequalities, and social practices. The study highlights a double invisibilization experienced by these women: for breaking with cisheteronormative standards and for inhabiting rural spaces historically marked by conservatism, precariousness, and limited public policies. The findings indicate the urgent need to expand inclusive public policies in rural areas, especially regarding the

right to social name, access to healthcare, education, and labor markets, as a means to ensure full citizenship to transgender women and travestis.

Keywords: Women. Rurality. Travesti.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Nas últimas décadas, as discussões sobre diversidade sexual e de gênero têm se ampliado nos campos da educação, das ciências sociais e da saúde, contribuindo para a problematização de processos históricos de patologização, exclusão e violência dirigidos às identidades trans. Contudo, observa-se que a produção acadêmica permanece fortemente concentrada nos contextos urbanos, o que resulta na marginalização analítica das experiências vividas em territórios rurais. O campo segue, em grande medida, representado como espaço homogêneo, tradicional e heteronormativo, o que reforça silenciamentos e invisibiliza a pluralidade de corpos, sexualidades e modos de existência que o atravessam.

Nesse cenário, mulheres transexuais e travestis que vivem no meio rural enfrentam processos específicos de exclusão social. Às violências estruturais que atingem a população trans somam-se o isolamento geográfico, o acesso restrito a políticas públicas, a fragilidade das redes institucionais e o controle moral característico de comunidades pequenas. Conforme aponta Azevedo (2020), o “preconceito de lugar” atua como mecanismo de hierarquização de sujeitos e territórios, produzindo uma dupla marginalização: por identidade de gênero e por pertencimento territorial. Tal condição impacta diretamente as possibilidades de escolarização, inserção laboral, acesso à saúde e exercício da cidadania.

Diante desse quadro, este artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira mulheres transexuais e travestis vivenciam sua identidade de gênero em espaços rurais e quais desafios e estratégias de resistência emergem de seus cotidianos? O objetivo geral consiste em analisar histórias de vida de mulheres trans e travestis

residentes no campo, refletindo sobre sexualidade, trabalho, cidadania e políticas públicas a partir de suas narrativas.

Como primeiro objetivo específico, propõe-se discutir os fundamentos conceituais que articulam gênero, sexualidade e território, compreendendo o gênero como relação social e dispositivo de poder, e a ruralidade como categoria histórica, política e cultural. Busca-se, assim, tensionar perspectivas naturalizantes e urbanocêntricas, evidenciando que as experiências trans são socialmente produzidas e atravessadas por disputas simbólicas e estruturais.

O segundo objetivo consiste em compreender as dificuldades enfrentadas por essas mulheres no meio rural, considerando dimensões como escolarização, trabalho, relações familiares, acesso a serviços públicos e vivências de violência. Esse eixo analítico visa evidenciar como o território conforma vulnerabilidades específicas, ao mesmo tempo em que possibilita a construção de estratégias de permanência, resistência e reinvenção dos papéis sociais.

O terceiro objetivo problematiza o direito ao nome social como elemento central da cidadania. Parte-se da compreensão de que seu reconhecimento ultrapassa o plano administrativo, constituindo condição para o acesso a direitos e para a permanência em instituições. No meio rural, onde a presença do Estado é frequentemente limitada, a negação desse direito intensifica processos de exclusão e violência institucional.

Por fim, o quarto objetivo busca evidenciar a necessidade de políticas públicas interseccionais que articulem gênero, sexualidade e território. Defende-se que políticas universalistas, quando desconsideram as especificidades das ruralidades, tendem a não alcançar mulheres trans e travestis do campo, reforçando desigualdades históricas. Assim, o artigo propõe refletir sobre a urgência de ações integradas nas áreas da saúde, educação, trabalho e direitos humanos.

Ao inscrever as experiências de mulheres transexuais e travestis do campo como fonte legítima de conhecimento, este estudo se afirma como prática ética e política, comprometida com a ampliação dos marcos analíticos sobre gênero e ruralidades e com a produção de visibilidade para sujeitos historicamente silenciados.

Sexualidade, gênero e ruralidade: fundamentos conceituais

A categoria gênero, conforme Scott (1995, p. 75–78) constitui-se como elemento central para compreender as relações de poder que organizam a sociedade. Gênero não se reduz à diferença biológica entre os sexos, mas diz respeito a um conjunto de significados, normas e expectativas socialmente produzidas. Nesse sentido, as identidades trans desestabilizam concepções essencialistas ao evidenciarem que o corpo não determina, de forma fixa, os modos de ser mulher ou homem.

Bento (2017, p. 39–44) afirma que a experiência transexual revela a artificialidade das normas que pretendem naturalizar o gênero. A patologização histórica dessas existências produziu exclusões sistemáticas nos campos da saúde, educação e trabalho, transformando corpos trans em alvos preferenciais de violências institucionais.

Louro (2018, p. 18–23) acrescenta que as sexualidades dissidentes tensionam fronteiras simbólicas e expõem o caráter político da norma. Não se trata apenas de vivências individuais, mas de disputas por reconhecimento e pertencimento.

Quando tais experiências se situam no meio rural, novos atravessamentos emergem. A ruralidade, longe de ser homogênea, constitui-se como espaço plural, atravessado por desigualdades de classe, raça, gênero e geração. Contudo, o imaginário social ainda associa o campo a padrões rígidos de moralidade, o que reforça processos de silenciamento.

Segundo Azevedo (2020), o “preconceito de lugar” funciona como tecnologia de exclusão, inferiorizando sujeitos e territórios. Assim, pensar a transexualidade no campo implica reconhecer que gênero e sexualidade se constroem em diálogo com o território, produzindo modos específicos de subjetivação.

Nesse sentido, articular gênero e sexualidade às ruralidades implica deslocar leituras que tratam o campo apenas como espaço de atraso ou tradição. Conforme apontam estudos contemporâneos sobre ruralidades, o meio rural é atravessado por dinâmicas culturais, fluxos de informação, conflitos e reinvenções identitárias. Reconhecer mulheres transexuais e travestis como sujeitas do campo significa afirmar que

esses territórios também produzem dissidências, afetos e experiências que desafiam modelos normativos de corpo, família e trabalho.

A intersecção entre gênero, sexualidade e território permite, ainda, evidenciar que as opressões não operam de forma isolada. Elas se imbricam as desigualdades de classe, às heranças coloniais, ao racismo estrutural e às assimetrias no acesso a políticas públicas. Assim, a experiência de mulheres trans no campo é marcada por uma dupla marginalização: por romperem normas de gênero e por viverem em territórios historicamente desassistidos. Essa condição interseccional produz vulnerabilidades específicas, mas também formas singulares de resistência.

Por fim, compreender a ruralidade como categoria analítica implica reconhecê-la como produtora de subjetividades. O território não é apenas cenário, mas elemento constitutivo das identidades, dos modos de sociabilidade e das estratégias de sobrevivência. Pensar sexualidade e gênero a partir do campo, portanto, amplia os marcos conceituais dos estudos de gênero, ao evidenciar que as experiências trans não se constroem apenas nos grandes centros urbanos, mas também nos espaços rurais, onde assumem contornos próprios, atravessados pela vida comunitária, pelo trabalho com a terra e por relações intensas de visibilidade e controle social.

Histórias de vida, prática social e produção de saberes

A opção metodológica pelas histórias de vida fundamenta-se na perspectiva de Josso (1987), para quem narrar a própria trajetória constitui um processo formativo, no qual o sujeito reorganiza sua experiência, atribuem sentidos e produz conhecimento. As narrativas permitem compreender como os indivíduos constroem significados sobre si e sobre o mundo, articulando dimensões pessoais e coletivas.

Freire (1996, p. 87–90) destaca que a escuta das histórias de vida é um ato político, pois rompe com a lógica bancária do conhecimento e reconhece os sujeitos como protagonistas. Ao narrar, mulheres transexuais e travestis no campo não apenas relatam dores, mas afirmam existências, produzem memória e constroem resistência.

As histórias de vida possibilitam, ainda, compreender a complexidade das relações sociais, evidenciando como o preconceito se manifesta nas instituições, nas famílias, no trabalho e nos serviços públicos. Elas revelam também estratégias de enfrentamento, solidariedade comunitária e reinvenção cotidiana.

Nesse sentido, as histórias de vida constituem-se como importantes dispositivos de produção de saberes situados, ao evidenciarem conhecimentos forjados na experiência e na relação com o território. As narrativas das participantes revelam aprendizagens construídas no cotidiano do campo, nos vínculos familiares, nas redes de sociabilidade e nas estratégias de sobrevivência. Trata-se de saberes que tensionam epistemologias hegemônicas e reivindicam o reconhecimento das vozes historicamente silenciadas.

Além disso, ao serem compreendidas como prática social, as histórias de vida ultrapassam a dimensão descritiva e assumem caráter crítico e emancipatório. Elas permitem identificar contradições, assimetrias de poder e mecanismos de exclusão, ao mesmo tempo em que visibilizam processos de subjetivação, agência e criação de alternativas. Nesse movimento, narrar-se torna também uma forma de intervir simbolicamente na realidade.

Por fim, a produção de saberes a partir das histórias de vida contribui para ampliar os referenciais da pesquisa em educação, gênero e ruralidades. Ao inscrever as experiências de mulheres transexuais e travestis no campo como fonte legítima de conhecimento, o estudo reafirma a centralidade da escuta, do diálogo e da valorização das trajetórias como fundamentos ético-políticos da investigação. Assim, as narrativas deixam de ser apenas objeto de análise e passam a constituir-se como lugares de elaboração teórica, memória social e afirmação de direitos.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, conforme Gil (1995, p. 58–62), por buscar compreender sentidos, experiências e processos sociais a partir das

narrativas das participantes. O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e na construção de histórias de vida, estratégia metodológica que possibilita apreender dimensões subjetivas e socioculturais das trajetórias investigadas.

Foram elaboradas histórias de vida de três mulheres residentes na zona rural do município de Canguaretama–RN, sendo uma travesti e duas mulheres transexuais. As participantes são apresentadas por meio de pseudônimos – Débora, Lohanne e Jô – a fim de preservar suas identidades e garantir princípios éticos de confidencialidade. As personagens/autoras são inspiradas em realidades recorrentes no meio rural, construídas a partir de relatos que expressam experiências sociais concretas.

As histórias de vida, conforme Josso (1987, p. 34–36), constituem-se como práticas formativas, epistemológicas e políticas, permitindo compreender fenômenos sociais a partir das experiências narradas. As falas foram organizadas em eixos analíticos: identidade, escolarização, trabalho, violências de gênero e projetos de futuro, o que possibilitou estruturar a interpretação dos dados.

A análise desenvolveu-se por meio de leitura compreensiva e interpretativa das narrativas, articulando os relatos das participantes com a produção teórica da área. As falas foram compreendidas não como experiências isoladas, mas como expressões de processos históricos, sociais e territoriais mais amplos, permitindo evidenciar as condições de vida, as estratégias de resistência e os modos de produção de subjetividades de mulheres trans e travestis no meio rural.

Vivências no campo: identidade, pertencimento e exclusão

Os relatos evidenciam que o processo de reconhecimento da identidade de gênero ocorre, frequentemente, em contextos marcados por conflitos familiares e religiosos. A forte presença de valores conservadores produz experiências precoces de vigilância, controle e repressão.

Débora, 38 anos, trabalhadora da agricultura familiar, descreve o campo como espaço de pertencimento e vigilância:

“Aqui todo mundo se conhece. Antes mesmo de eu entender quem eu era, já estavam me dizendo quem eu não podia ser. Aprendi cedo a baixar a cabeça pra não apanhar.”

Sua narrativa evidencia como a dominação masculina estrutura as relações no campo, produzindo controle sobre corpos dissidentes. A família e a igreja aparecem como instâncias centrais de normatização.

Lohanne, 24 anos, relata que a afirmação de sua identidade ocorreu em meio ao trabalho agrícola:

“Eu me descobri entre a enxada e o roçado. Mas diziam que aquilo não era lugar pra ‘um menino que queria ser mulher’. No campo, ser mulher trans parece ser sempre estar fora do lugar.”

As falas demonstram que a ruralidade, embora espaço de trabalho e memória, também se constitui como território de exclusão simbólica.

A escola aparece como espaço ambíguo: simultaneamente lugar de sociabilidade e de exclusão. As participantes relataram episódios de bullying, evasão escolar e negação do nome social, o que confirma Bento (2017) ao afirmar que a escola brasileira ainda opera como instância normalizadora dos corpos.

A escola do campo surge como espaço ambíguo. Jô, 41 anos, afirma:

“Eu gostava de estudar, mas a escola não gostava de mim. Meu nome nunca era chamado do jeito que eu era. Eu desisti porque doía mais estar lá do que ir embora.”

A negação do nome social, o bullying e a ausência de debates sobre sexualidade contribuíram para processos de evasão escolar, confirmando Bento (2017, p. 91–94), ao indicar que a escola ainda atua como dispositivo de normalização.

Débora acrescenta:

“Se tivesse tido um professor que dissesse que eu podia existir, talvez eu tivesse ficado. A escola podia ter sido abrigo, mas foi silêncio.”

Essas falas evidenciam o potencial da Educação do Campo para se constituir como espaço de acolhimento e emancipação.

No campo, tais violências ganham contornos específicos. A proximidade entre os moradores, característica das comunidades rurais,

intensifica a exposição e reduz a possibilidade de anonimato. Contudo, paradoxalmente, também pode favorecer redes de solidariedade.

Apesar das dificuldades, as narrativas revelam vínculos afetivos com o território. O campo é descrito como espaço de trabalho, memória e pertencimento, ainda que atravessado por exclusões.

Trabalho, agricultura e reinvenção dos papéis sociais

A inserção no mundo do trabalho constitui um dos maiores desafios para mulheres trans e travestis. As participantes relataram atuação na agricultura de subsistência, em atividades familiares e informais. Embora o trabalho no campo represente possibilidade de sobrevivência, ele ocorre, muitas vezes, à margem de direitos trabalhistas e políticas de proteção social.

As personagens relatam inserção predominante na agricultura de subsistência. Lohanne afirma:

“O trabalho na roça foi o que me manteve viva. Mas nunca me deram chance de estudar pra fazer outra coisa. Pra nós, o futuro sempre parece curto.”

O trabalho aparece como espaço de sobrevivência, mas também de limitação de projetos de vida. Ainda assim, essas mulheres reinventam papéis de gênero, tensionando a masculinização do trabalho rural e produzindo novas formas de pertencimento.

Além disso, o trabalho aparece como estratégia de permanência no território. Ao se inserirem na dinâmica produtiva local, constroem reconhecimento comunitário, ainda que parcial, e produzem visibilidade.

Nesse contexto, a experiência laboral dessas mulheres evidencia como o trabalho rural é atravessado por normas de gênero rigidamente estabelecidas. Ao ocuparem funções historicamente associadas ao masculino, elas não apenas desafiam a divisão sexual do trabalho, mas também ressignificam práticas produtivas, saberes da terra e modos de estar no campo. Essa reinvenção cotidiana desloca expectativas sociais e produz fissuras em modelos tradicionais de ruralidade.

Ao mesmo tempo, a precarização das condições de trabalho limita o acesso à autonomia econômica e à proteção social. A ausência

de vínculos formais, de políticas de inclusão produtiva e de programas específicos para populações trans no meio rural contribui para a reprodução de ciclos de pobreza e dependência. Tal cenário evidencia que o reconhecimento simbólico no trabalho não se traduz, necessariamente, em garantia de direitos.

Por outro lado, as narrativas revelam que o trabalho também é espaço de produção de subjetividades, autoestima e projetos possíveis. Mesmo diante de restrições estruturais, essas mulheres constroem sentidos positivos para suas atividades, estabelecem redes de troca e elaboram estratégias para permanecer e existir no território. Assim, o trabalho no campo se configura como lugar ambíguo: simultaneamente marcado pela exploração e pela exclusão, mas também pela criação, resistência e reinvenção dos papéis sociais.

Nome social, cidadania e políticas públicas no meio rural

O direito ao nome social constitui um elemento central para a dignidade da população trans. Sua negação representa uma forma de violência simbólica que compromete o acesso à saúde, educação e assistência social.

Nos contextos rurais, essa problemática é agravada pela fragilidade institucional. Falta formação aos profissionais, inexistem serviços especializados e persistem práticas discriminatórias. Azevedo (2020) ressalta que a ausência de políticas públicas no campo reforça desigualdades históricas.

Os dados indicam que pensar mulheres trans no campo é questão profundamente educacional. A Educação do Campo pode atuar no enfrentamento das violências de gênero por meio de:

- formação docente em sexualidade humana;
- reconhecimento institucional do nome social;
- construção de currículos inclusivos;
- articulação entre direitos humanos e educação camponesa.

Como afirma Arroyo (2012, p. 52–55), educar no campo é educar sujeitos concretos. Isso implica reconhecer que o campo também é plural, diverso e atravessado por dissidências.

As narrativas evidenciam dificuldades no acesso ao SUS, constrangimentos em repartições públicas e desconhecimento das normativas legais. Tal cenário demonstra a urgência de políticas interseccionais que considerem gênero, sexualidade e território.

Nesse sentido, o reconhecimento do nome social no meio rural não pode ser compreendido apenas como um procedimento administrativo, mas como um ato político-pedagógico. Ele afirma a legitimidade das identidades trans e produz impactos diretos na permanência dessas mulheres em escolas, postos de saúde, programas sociais e espaços comunitários. Quando o Estado falha nesse reconhecimento, legitima práticas de exclusão que intensificam o isolamento social e territorial.

Além disso, a construção de políticas públicas para mulheres trans no campo demanda a articulação entre diferentes áreas governamentais, superando ações fragmentadas. Saúde, educação, assistência social, trabalho e direitos humanos precisam dialogar a partir das especificidades da vida rural, considerando as dificuldades de deslocamento, o acesso precário a serviços e a forte vigilância moral presente em comunidades pequenas. Políticas universalistas, quando descoladas do território, tendem a não alcançar essas populações.

Por fim, torna-se fundamental fortalecer processos de educação popular e formação continuada que envolvam agentes comunitários, profissionais do SUS, educadores do campo e lideranças locais. Tais iniciativas podem contribuir para a desconstrução de estigmas, a disseminação de informações sobre direitos e o fomento de práticas institucionais comprometidas com a equidade. Assim, o nome social deixa de ser apenas um direito formal e passa a integrar uma política mais ampla de reconhecimento, cidadania e justiça social no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que mulheres transexuais e travestis que vivem no meio rural experienciam processos intensos e multifacetados de exclusão social, atravessados por violências de gênero, silenciamentos institucionais e desigualdades territoriais. Entretanto, suas histórias de vida também revelam a construção cotidiana de estratégias de resistência, pertencimento e reinvenção de si. Ao tornar visíveis essas trajetórias, a pesquisa rompe com representações homogêneas do campo, evidenciando-o como território plural, atravessado por disputas simbólicas, afetivas e políticas.

Conclui-se que a condição de dupla invisibilização — por identidade de gênero e por pertencimento ao meio rural — exige respostas urgentes e articuladas do poder público. Garantir o direito ao nome social, ampliar políticas de saúde, educação e trabalho no campo, bem como investir na formação crítica de profissionais que atuam nesses territórios, constituem medidas fundamentais para o enfrentamento das desigualdades e para a efetivação da cidadania plena de mulheres trans e travestis rurais.

Dar visibilidade a essas mulheres significa reconhecer que elas “põem a cara no sol” todos os dias, produzindo existência, trabalho e dignidade em territórios historicamente marcados pela exclusão. Trata-se de afirmar que suas vidas importam, que seus saberes produzem conhecimento e que suas experiências tensionam modelos normativos de corpo, gênero, trabalho e ruralidade.

Além disso, o estudo aponta para a necessidade de ampliar investigações que articulem gênero, sexualidade e ruralidades a partir de perspectivas interseccionais. As experiências analisadas evidenciam que classe, raça, geração e acesso a terra atravessam de forma decisiva os modos de viver a transexualidade no campo, produzindo vulnerabilidades específicas, mas também formas singulares de organização, solidariedade e criação de redes de apoio.

Outro aspecto central refere-se ao reconhecimento das mulheres transexuais e travestis como sujeitas políticas e epistemológicas. Suas narrativas não devem ser compreendidas apenas como relatos de

sofrimento, mas como produções de saber que interrogam a academia, tensionam políticas públicas e desafiam leituras urbanocêntricas sobre as experiências trans. Nesse sentido, incluir essas vozes nos espaços de formulação, execução e avaliação de políticas é condição indispensável para a construção de ações efetivamente democráticas.

Por fim, ao inscrever as vivências de mulheres trans e travestis do campo no debate científico, este estudo contribui para ampliar os marcos analíticos dos estudos de gênero e das ruralidades. Reconhecer essas existências é também um gesto ético e político, que convoca o Estado, a academia e a sociedade a assumirem compromisso com práticas voltadas à justiça social, à valorização da diversidade e à construção de condições dignas de vida nos espaços rurais.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- AZEVEDO, A. **Preconceito de lugar e desigualdades no meio rural**. São Paulo: Cortez, 2020.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: Educa, 1987.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

CAPÍTULO 29

NANOPARTÍCULAS MAGNETOELÉTRICAS NA ONCOLOGIA GINECOLÓGICA: FUNDAMENTOS FÍSICOS, AVANÇOS DA NANOMEDICINA E PERSPECTIVAS PARA O TRATAMENTO DO CÂNCER DE OVÁRIO

***MAGNETOELECTRIC NANOPARTICLES IN GYNECOLOGICAL ONCOLOGY:
PHYSICAL FOUNDATIONS, NANOMEDICINE ADVANCES, AND PERSPEC-
TIVES FOR OVARIAN CANCER TREATMENT***

Denise Alanis

Departamento de Ciências
Universidade Estadual de Maringá – CRG
Goioerê – Paraná
0000-0002-4496-988X
dalanis@uem.br

Luiz Fernando Cotica

Departamento de Física
Universidade Estadual de Maringá
Maringá - Paraná
0000-0003-2634-447X
lfcotica@uem.br

RESUMO

As nanopartículas magnetoelétricas têm emergido como uma tecnologia inovadora no campo da nanomedicina, ao possibilitarem o controle remoto de respostas bioelétricas por meio da aplicação de campos magnéticos externos. Este artigo discute a importância dessas nanopartículas como plataformas terapêuticas multifuncionais para o tratamento do câncer, com ênfase nas neoplasias que afetam a saúde da mulher, em especial o câncer de ovário. A partir de uma revisão da literatura, são apresentados os fundamentos físicos associados aos materiais magnéticos, ferroelétricos e piezoelétricos, bem como o papel do efeito magnetoelétrico em nanocompósitos aplicados à oncologia. Discute-se como o acoplamento magnetoelétrico em escala nanométrica

pode ser explorado para induzir efeitos citotóxicos seletivos, modular processos celulares e viabilizar estratégias de liberação controlada de fármacos, sem a necessidade de estímulos invasivos. Os estudos analisados indicam que nanopartículas magnetoelétricas apresentam potencial significativo para o desenvolvimento de terapias oncológicas mais seletivas, seguras e alinhadas às abordagens emergentes da medicina personalizada, configurando-se como uma ferramenta promissora para aplicações futuras no tratamento do câncer ginecológico.

Palavras-chave: Nanopartículas magnetoelétricas; Nanomedicina; Câncer de ovário; Saúde da mulher; Efeito Magnetoelétrico.

ABSTRACT

Magnetoelectric nanoparticles have emerged as an innovative platform in nanomedicine by enabling the remote modulation of bioelectrical responses through externally applied magnetic fields. This article highlights the relevance of these nanoparticles as multifunctional therapeutic tools for cancer treatment, with particular emphasis on malignancies affecting women's health, especially ovarian cancer. Based on a review of the literature, the physical foundations of magnetic, ferroelectric, and piezoelectric materials are discussed, along with the role of the magnetoelectric effect in nanocomposite systems applied to oncology. The analysis emphasizes how magnetoelectric coupling at the nanoscale can be exploited to induce selective cytotoxic effects, modulate cellular processes, and support controlled drug delivery without invasive stimulation. The reviewed studies indicate that magnetoelectric nanoparticles hold significant potential for the development of more selective, safer, and remotely controllable oncological therapies, positioning this technology as a promising tool for future applications in gynecological cancer treatment and personalized medicine.

Keywords: Magnetoelectric nanoparticles; Nanomedicine; Ovarian cancer; Women's health; Magnetoelectric effect.

1. Introdução

O câncer permanece como um dos grandes desafios de saúde pública global, com impacto particularmente relevante na saúde da mulher (SIEGEL, 2025). Neoplasias como câncer de mama, ovário e colo do útero estão entre as principais causas de morbidade e mortalidade feminina, demandando terapias mais eficazes, seletivas e menos invasivas. Embora quimioterapia, radioterapia e cirurgia tenham ampliado a sobrevida, persistem limitações importantes relacionadas à baixa especificidade, toxicidade sistêmica e resistência tumoral.

Nesse cenário, a nanomedicina desponta como estratégia para mitigar tais limitações. A engenharia de materiais em escala nanométrica permite sistemas terapêuticos com propriedades físico-químicas ajustáveis e interação controlada com tecidos biológicos. Nanopartículas têm sido investigadas como vetores para liberação direcionada de fármacos, agentes de imagem e terapias combinadas, favorecendo biodisponibilidade, redução de efeitos adversos e potencial incremento de eficácia.

Entre os nanomateriais emergentes, as nanopartículas magnetoelétricas (MENPs) destacam-se por reunirem respostas magnéticas e elétricas acopladas, possibilitando converter estímulos externos (campos magnéticos alternados ou estáticos) em sinais elétricos localizados em escala celular (ALANIS, 2019). Considerando a diferença de propriedades elétricas de membrana entre células tumorais e saudáveis, e a capacidade das MENPs atuarem como conversores nanométricos de um campo magnético remoto em um campo elétrico intrínseco, torna-se viável modular remotamente o potencial de membrana e induzir captação de fármacos por nanoeletroporação (GUDURU, 2013). Essa funcionalidade amplia o controle espaço-temporal de processos terapêuticos, incluindo liberação de fármacos, modulação de membranas e indução seletiva de morte celular tumoral.

Em cânceres ginecológicos, como o de ovário frequentemente diagnosticado em estágios avançados e associado a prognóstico desfavorável, as MENPs oferecem vantagens estratégicas. Evidências

experimentais indicam que podem ser funcionalizadas com quimioterápicos e direcionadas ao microambiente tumoral por mecanismos passivos, como o efeito de permeabilidade e retenção aumentadas (EPR), ou por estratégias ativas de direcionamento molecular. Após o acúmulo no tumor, a aplicação de campos magnéticos externos pode ativar a resposta magnetoelétrica, promovendo liberação controlada do fármaco e/ou efeitos bioelétricos capazes de comprometer a viabilidade tumoral.

Além do potencial terapêutico, as MENPs representam avanço conceitual rumo a intervenções minimamente invasivas e personalizadas, alinhadas à medicina de precisão. A entrega direcionada de fármacos (*targeted drug delivery*) busca elevar a concentração do agente terapêutico no tumor e reduzir a exposição sistêmica, preservando órgãos saudáveis. No contexto da saúde da mulher, tal abordagem é particularmente relevante por permitir estratégias menos agressivas, com menor dano a tecidos saudáveis e melhor preservação da qualidade de vida.

Assim, este artigo objetiva evidenciar a relevância das nanopartículas magnetoelétricas no tratamento do câncer, com ênfase nas neoplasias que acometem mulheres. Ao integrar fundamentos físicos, avanços da nanomedicina e desafios clínicos e sociais do cuidado oncológico feminino, busca-se consolidar o papel das MENPs como ferramentas inovadoras e promissoras para terapias mais seletivas e controláveis.

Recursos baseados em Inteligência Artificial foram utilizados de modo instrumental no processo de escrita, exclusivamente como apoio à organização textual, mantendo-se a autoria, as escolhas teóricas e a responsabilidade intelectual integralmente sob controle dos pesquisadores.

2. Revisão de Literatura

A investigação de nanopartículas magnetoelétricas no tratamento do câncer constitui uma fronteira da nanomedicina cuja consolidação depende de fundamentos de física do estado sólido e ciência dos materiais. Nesta revisão, sintetizam-se os conceitos necessários para

explicar como estímulos externos podem ser transduzidos em respostas locais (magnéticas e/ou elétricas) em nanoescala, com potencial terapêutico, especialmente no contexto da saúde da mulher.

Nanopartículas Magnéticas

A nanotecnologia consolidou-se como um campo multidisciplinar, com avanços relevantes em áreas básicas e aplicadas, incluindo biociências e medicina (LODHIA, 2010). Desde a década de 1970, nanopartículas têm sido exploradas por suas propriedades singulares e potencial funcional (GUPTA, 2025), com destaque para a possibilidade de nanoengenharia de superfícies e ajuste de propriedades (MAHMOUDI, 2011). Em nanoescala, o tamanho controla propriedades intrínsecas devido ao efeito de tamanho finito, ao predomínio de interfaces (alta razão superfície/volume) e a efeitos quânticos (BATLLE, 2002).

Nesse contexto, nanopartículas magnéticas apresentam amplo potencial aplicado (GUBIN, 2009; GUBIN, 2005). Suas respostas dependem de composição, estrutura cristalina e efeitos de tamanho (LODHIA, 2010), permitindo manipulação por campos magnéticos externos e, portanto, estratégias diagnósticas e terapêuticas menos invasivas, com maior controle espacial (GUBIN, 2009). Entre elas, óxidos de ferro se destacam por biocompatibilidade, estabilidade química e biodegradabilidade, favorecendo aplicações em imagem e liberação controlada de fármacos (GUBIN, 2009).

Materiais Ferroelétricos e Piezoeletricidade

Materiais ferroelétricos exibem polarização elétrica espontânea reversível por campo elétrico externo, em faixa específica de temperatura (KONG, 2008). O fenômeno emerge quando a simetria espacial é quebrada pelo desalinhamento entre centros de carga na célula unitária. A descrição clássica, associada a Valasek (1921), inclui histerese e a transição ferroelétrica–paraelétrica, definida pela temperatura de Curie (KONG, 2008).

Em arquiteturas funcionais, a piezoeletricidade é central porque converte deformação mecânica em polarização elétrica e, inversamente, campo elétrico em deformação. Em sistemas biomédicos, essa conversão é relevante porque campos elétricos locais podem modular permeabilidade de membrana, dinâmica de canais iônicos e vias de sinalização ligadas à viabilidade celular, com possível seletividade em células tumorais.

Materiais Ferroicos, Efeito Magnetoelétrico e Nanocompósitos

Materiais multifuncionais reúnem propriedades físicas distintas em um mesmo sistema; multiferroicos exibem duas ou mais ordens ferroicas, como ferromagnetismo, ferroeletricidade e ferroelasticidade (SPALDIN, 2005). Em compósitos, diferentes fases podem ser combinadas para explorar respostas cruzadas, particularmente via acoplamentos eletromecânicos, que sustentam aplicações e servem de base para sistemas magnetoelétricos.

O efeito magnetoelétrico (ME) descreve a geração de polarização sob campo magnético (ME direto) ou de magnetização sob campo elétrico (ME inverso). Em compósitos, o acoplamento usualmente ocorre entre uma fase magnetoestritiva e uma fase piezoeétrica, mediado por deformações internas, permitindo transdução magnético-elétrica sem eletrodos. Em oncologia, isso é atrativo porque campos magnéticos têm boa penetração tecidual e podem ativar respostas elétricas locais em nanopartículas internalizadas, viabilizando controle espaço-temporal e, potencialmente, menor toxicidade sistêmica.

A nanoescala intensifica o acoplamento ME pela proximidade entre fases, tornando nanocompósitos magnetoelétricos candidatos a plataformas teranósticas (diagnóstico, direcionamento e terapia) em uma única arquitetura. No câncer de ovário, Guduru et al. (2013) demonstraram citotoxicidade seletiva associada à ativação magnética de nanopartículas magnetoelétricas, sem dependência de hipertermia significativa, sugerindo uma via terapêutica baseada em estímulos elétricos localizados no microambiente tumoral.

Materiais Compósitos

Compósitos são sistemas com duas ou mais fases fisicamente distintas, preservando a identidade estrutural e funcional de cada constituinte. O objetivo é combinar propriedades complementares para obter desempenho global superior ou mais adequado (WEINAND, 2009). Quando as fases apresentam naturezas físicas distintas e interação de forma sinérgica, emergem funcionalidades acopladas, com aplicações em eletrônica, energia, sensores e biomedicina (NAN 2008, GIBSON, 2010).

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

A aplicação de nanopartículas no tratamento do câncer consolidou-se como uma frente estratégica da nanomedicina, motivada pela necessidade de contornar limitações das terapias convencionais, incluindo baixa seletividade tumoral, toxicidade sistêmica e resistência terapêutica (FERRARI, 2005; BLANCO, 2015). Nesse cenário, nanopartículas multifuncionais têm sido investigadas por integrarem mecanismos físicos, químicos e biológicos em uma única plataforma, ampliando possibilidades de intervenção.

Nanopartículas magnéticas já possuem aplicações estabelecidas em diagnóstico por imagem, entrega direcionada de fármacos e hipertermia. Entretanto, abordagens baseadas apenas nesses mecanismos podem ser limitadas em tumores sólidos complexos, como o câncer de ovário, frequentemente diagnosticado tardiamente e associado à elevada heterogeneidade e recorrência. Assim, nanopartículas magnetoelétricas, (Figura 1), ganham relevância ao converter campos magnéticos externos em estímulos elétricos localizados, viabilizando controle terapêutico remoto e minimamente invasivo (MAHMOUDI, 2011; JORDAN, 1999).

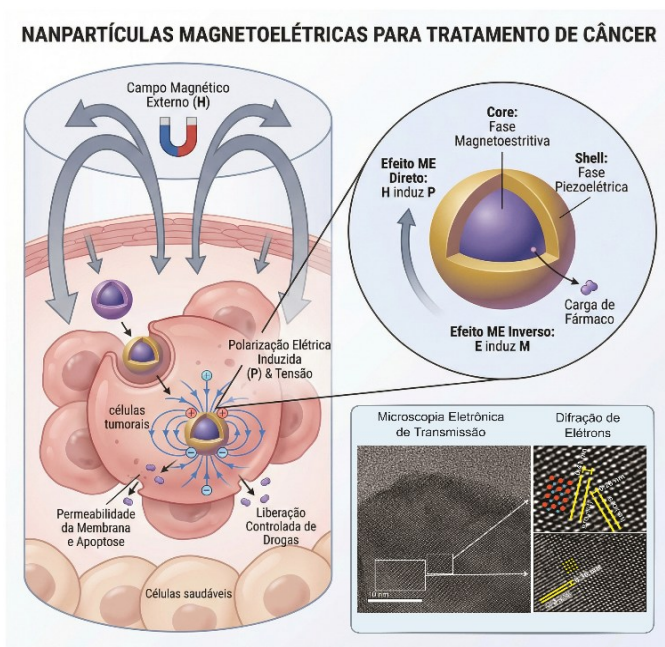


Figura 1 – Esquema ilustrativo do uso de nanopartículas magnetoelétricas no tratamento de células tumorais, destacando o acoplamento magnetoestritivo–piezoelétrico, a indução de polarização elétrica por campo magnético externo e a liberação controlada de fármacos. Fonte: Elaborado pelos autores.

Em nanoescala, o acoplamento magnetoelétrico permite gerar campos elétricos locais capazes de afetar processos celulares como permeabilidade de membrana, dinâmica de canais iônicos e potencial transmembranar. Evidências indicam assinaturas eletrofisiológicas distintas entre células tumorais e saudáveis, abrindo espaço para modulação elétrica seletiva. No câncer de ovário, essa seletividade é particularmente importante, pois a preservação de tecidos adjacentes impacta diretamente a qualidade de vida das pacientes (LEVIN, 2014).

O estudo de Guduru et al. (2013) mostrou que nanopartículas magnetoelétricas internalizadas em células de câncer de ovário, (Figura

2), podem induzir citotoxicidade seletiva sob campos magnéticos alternados de baixa intensidade, sem aquecimento significativo. Esse resultado estabeleceu uma prova de conceito para estímulos bioelétricos gerados remotamente como mecanismo terapêutico independente, distinguindo a abordagem de estratégias centradas em hipertermia ou quimioterapia sistêmica. Trabalhos posteriores expandiram esse quadro ao explorar composição, morfologia e funcionalização superficial, além da integração com agentes terapêuticos clássicos (APU, 2022).

Nanocompósitos Magnetoelétrtricos para Terapia de Câncer de Ovário

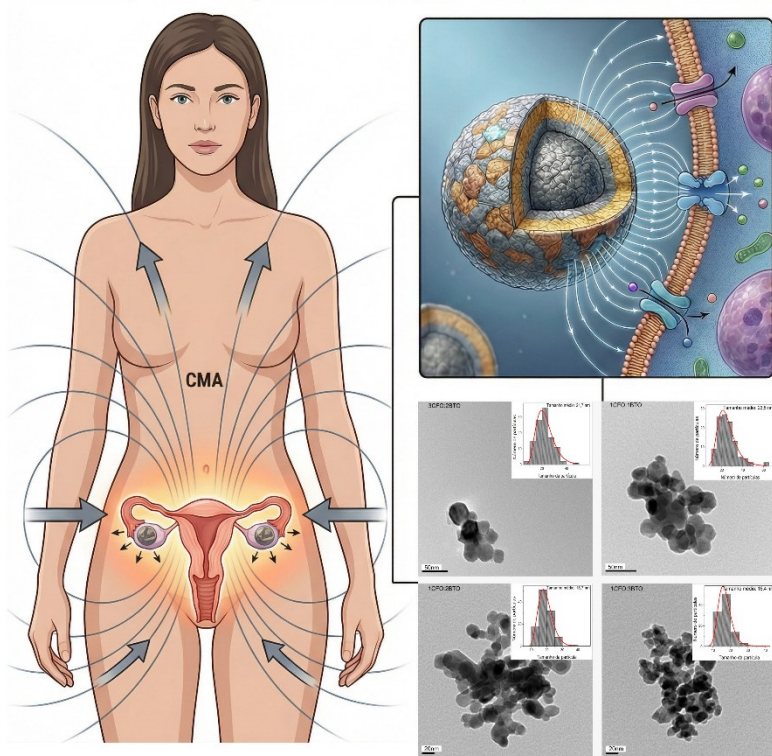


Figura 2 – Representação esquemática do uso de nanocompósitos magnetoelétrtricos na terapia do câncer de ovário, destacando a aplicação de campo magnético alternado, a interação das nanopartículas com células tumorais ovarianas e imagens de microscopia eletrônica de transmissão com distribuição de tamanho das partículas. Fonte: Elaborado pelos autores.

Além da ação física direta, tais nanopartículas vêm sendo estudadas como plataformas para terapias combinadas. A funcionalização com fármacos, biomoléculas ou ligantes específicos permite associar o efeito magnetoelétrico à liberação controlada, aumentando a eficácia e reduzindo toxicidade sistêmica (MITTAL, 2016), aspecto crítico no câncer de ovário, em que efeitos adversos da quimioterapia constituem limitação relevante (LEDERMANN, 2013).

A literatura recente também destaca aplicações teranósticas, integrando diagnóstico, monitoramento e terapia em uma única nanoestrutura (XIE, 2020). O direcionamento magnético, somado à ativação remota e ao acompanhamento por imagem, favorece estratégias mais adaptativas e personalizadas, alinhadas à medicina de precisão (FERRARI, 2005). No contexto da saúde da mulher, esse arcabouço é particularmente pertinente para neoplasias ginecológicas, ao buscar maior eficácia com menor invasividade (TORCHILIN, 2012).

Apesar dos avanços, a translação clínica das nanopartículas magnetoelétricas exige investigação adicional, sobretudo quanto à biocompatibilidade em longo prazo, biodistribuição, eliminação e protocolos seguros de aplicação de campos magnéticos (YANG, 2021; MIN, 2015). Ademais, a complexidade do microambiente tumoral ovariano impõe desafios que demandam estudos integrados, articulando dimensões físicas, biológicas e clínicas (YANG, 2020; MEI 2023).

4. Considerações finais

A literatura analisada indica que nanopartículas magnetoelétricas configuram uma abordagem inovadora na nanomedicina para o câncer de ovário. Ao explorar o acoplamento entre respostas magnéticas e elétricas em nanoescala, essas nanoestruturas permitem gerar estímulos terapêuticos localizados e acionados remotamente, oferecendo uma alternativa às estratégias predominantemente químicas ou térmicas.

Entre os trabalhos discutidos, o estudo de Guduru et al. (2013) sustenta a viabilidade do conceito ao demonstrar que a modulação bioelétrica induzida por nanopartículas magnetoelétricas pode promover citotoxicidade seletiva em células de câncer de ovário, com preservação relativa de tecidos saudáveis adjacentes. Esse resultado reforça o potencial dessas partículas como ferramentas minimamente invasivas, com maior controle espaço-temporal e possibilidade de redução de efeitos colaterais.

A consolidação dessa abordagem, contudo, depende do avanço de evidências pré-clínicas e clínicas, bem como do desenvolvimento de materiais com biocompatibilidade elevada, funcionalização reprodutível e resposta ajustável a estímulos externos. Adicionalmente, a integração com modalidades consolidadas, como quimioterapia, imunoterapia e plataformas teranósticas, aparece como rota estratégica para ampliar eficácia, reduzir toxicidade sistêmica e avançar em direção a protocolos alinhados à medicina personalizada.

Em síntese, nanopartículas magnetoelétricas despontam como uma fronteira emergente para o câncer de ovário, evidenciando o valor de soluções interdisciplinares na geração de terapias mais seletivas e menos invasivas, com impacto direto na saúde da mulher e na qualidade de vida das pacientes.

Referências Bibliográficas

ALANIS, Denise. *Nanocompósitos de CoFe_2O_4 e BaTiO_3 : síntese e estudos de propriedades estruturais, microestruturais e ferroicas*. 2019. Tese (Doutorado em Física) — Programa de Pós-Graduação em Física, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: https://www.pfi.uem.br/site/teses/teses_pdf/denise_alanis_2019.pdf. Acesso: 14 de Jan. 2026.

APU, Ehsanul Hoque; NAFIUJAMAN, Md; SANDEEP, Srikumar; MAKELA, Ashley V.; KHALEGHI, Ali; VAINIO, Seppo; CONTAG, Christopher H.; LI, Jinxing; BALASINGHAM, Ilango; KIM, Taeho; ASHAM-MAKHI, Nureddin. *Biomedical applications of multifunctional magneto-electric nanoparticles*. **Materials Chemistry Frontiers**, v. 6, n. 11, p.

1368–1390, 2022. Disponível em: <https://pubs.rsc.org/en/content/articlelanding/2022/qm/d2qm00093h>. Acesso em: 19 de Jan. 2026.

BATLLE, X.; LABARTA, A. *Finite-size effects in fine particles: magnetic and transport properties*. **Journal of Physics D: Applied Physics**, v. 35, n. 6, p. 15–42, 2002. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/0022-3727/35/6/201>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

BLANCO, Elvin; SHEN, Hua; FERRARI, Mauro. *Principles of nanoparticle design for overcoming biological barriers to drug delivery*. **Nature Biotechnology**, v. 33, n. 9, p. 941–951, 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nbt.3330>. Acesso em: 21 de Jan. 2026.

FERRARI, Mauro. *Cancer nanotechnology: opportunities and challenges*. **Nature Reviews Cancer**, v. 5, n. 3, p. 161–171, 2005. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nrc1566>. Acesso em: 19 de Jan. 2026.

GIBSON, R. F. *A review of recent research on mechanics of multifunctional composite materials and structures*. **Composite Structures**, v. 92, n. 12, p. 2793–2810, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.compstruct.2010.05.003>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

GUBIN, S. P. (Ed.). *Magnetic Nanoparticles — Introduction — Magnetic Oxides*. Weinheim: Wiley-VCH Verlag GmbH & Co., 2009. ISBN: 978-3-527-40790-3. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

GUBIN, S. P.; KOKSHAROV, Y. A.; KHOMUTOV, G. B.; YURKOV, G. Y. *Magnetic nanoparticles: preparation, structure and properties*. **Russian Chemical Reviews**, v. 74, n. 6, p. 489–520, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1070/rc2005v074n06abeh000897>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

GUDURU, Raghavendra; LIANG, Peng; RUNOWICZ, Carolyn; NAIR, Madhavan; ATLURI, Venkata; KHIZROEV, Sergei. *Magneto-electric nanoparticles to enable field-controlled high-specificity drug delivery to eradicate ovarian cancer cells*. *Scientific Reports*, Londres, v. 3, art. 2953, 2013. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/srep02953>. Acesso em: 14 de Jan. 2026.

GUPTA, A. K.; GUPTA, M. *Synthesis and surface engineering of iron oxide nanoparticles for biomedical applications*. **Biomaterials**, v. 26, p. 3995–4021, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biomaterials.2004.10.012>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

JORDAN, Andreas; SCHOLZ, Regina; WUST, Peter; FAHLING, Horst; FELIX, Roland. *Magnetic fluid hyperthermia (MFH): cancer treatment with AC magnetic field induced excitation of biocompatible superparamagnetic nanoparticles*. **Journal of Magnetism and Magnetic Materials**, v. 201, p. 413–419, 1999. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304885399000888>. Acesso em: 21 de Jan. 2026..

KONG, L. B.; ZHANG, T. S.; MA, J.; BOEY, F. *Progress in synthesis of ferroelectric ceramic materials via high-energy mechanochemical technique*. **Progress in Materials Science**, v. 53, p. 207–322, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pmatsci.2007.05.001>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

LEDERMANN, J. A.; RAJA, F. A.; FOTI, S.; GONZALEZ-MARTIN, A. *Newly diagnosed and relapsed epithelial ovarian carcinoma: ESMO Clinical Practice Guidelines*. **Annals of Oncology**, v. 24, suppl. 6, p. vi24–vi32, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0923753419315613>. Acesso em: 21 de Jan. 2026.

LEVIN, Michael. *Molecular bioelectricity: how endogenous voltage potentials control cell behavior and instruct pattern regulation*. **Molecular Biology of the Cell**, v. 25, n. 24, p. 3835–3850, 2014. Disponível em: <https://www.molbiolcell.org/doi/10.1091/mbc.e13-12-0708>. Acesso em: 22 de Jan. 2026.

LODHIA, J.; MANDARANO, G.; FERRIS, N. J.; EU, P.; COWELL, S. F. *Development and use of iron oxide nanoparticles (Part 1): Synthesis of iron oxide nanoparticles for MRI*. **Biomedical Imaging and Intervention Journal**, v. 6, n. 2, p. 1–11, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21611034/>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

MAHMOUDI, M.; SANT, S.; WANG, B.; LAURENT, S.; SEN, T. *Superparamagnetic iron oxide nanoparticles (SPIONs): development, surface modification and applications in chemotherapy*. **Advanced Drug Delivery Reviews**, v. 63, p. 24–46, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20685224>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

MEI, Shuangshuang; LIU, Yuanyuan; HUANG, Yifan; WANG, Wenjuan; ZHANG, Hong; CHEN, Qian. *Tumor microenvironment in ovarian cancer peritoneal metastasis*. **Cancer Cell International**, Londres, v. 23, art. 11, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12935-023-02854-5>. Acesso em: 19 de Jan. 2026.

MIN, Yuanzeng; CASTER, Joseph M.; EBLAN, Michael J.; WANG, Andrew Z. *Clinical translation of nanomedicine: successes and challenges*. **Chemical Reviews**, v. 115, n. 19, p. 11147–11190, 2015. Disponível em: <https://pubs.acs.org/doi/10.1021/acs.chemrev.5b00116>. Acesso em: 20 de Jan. 2026.

MITTAL, V. *Stimuli-responsive nanoparticle-based drug delivery systems*. **Journal of Controlled Release**, v. 243, p. 223–240, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0168365916309567>. Acesso em: 20 de Jan. 2026.

NAN, C. W.; BICHURIN, M. I.; DONG, S.; VIEHLAND, D.; SRINIVASAN, G. *Multiferroic magnetoelectric composites: historical perspective, status, and future directions*. **Journal of Applied Physics**, v. 103, n. 3, p. 031101, 2008. Disponível em: <https://pubs.aip.org/aip/jap/article/103/3/031101/902356/Multiferroic-magnetoelectric-composites-Historical>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

SIEGEL, R. L.; KRATZER, T. B.; GIAQUINTO, A. N.; SUNG, H.; JEMAL, A. *Cancer statistics, 2025*. **CA: A Cancer Journal for Clinicians**, Hoboken, v. 75, n. 1, p. 10–45, jan./fev. 2025. DOI: 10.3322/caac.21871. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39817679/>. Acesso em: 26 de jan. 2026.

SPALDIN, Nicola A.; FIEBIG, Manfred. *The renaissance of magnetoelectric multiferroics*. **Science**, v. 309, n. 5733, p. 391–392, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1113357>. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

TORCHILIN, Vladimir P. *Multifunctional nanocarriers*. **Advanced Drug Delivery Reviews**, v. 64, p. 302–315, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169409X12002918>. Acesso em: 21 de Jan. 2026.

WEINAND, W. R. *Hidroxiapatita natural obtida por calcinação de osso de peixe e a sua aplicação na produção de materiais compósitos cerâmicos biocompatíveis*. 2009. Tese (Doutorado) — Departamento de Física, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: https://old.pfi.uem.br/site/teses/teses_pdf/wilson_ricardo_weinand_2009.pdf. Acesso em: 16 de Jan. 2026.

XIE, Jin; LEE, Seulki; CHEN, Xiaoyuan. *Nanoparticle-based theranostic agents*. **Advanced Drug Delivery Reviews**, v. 62, n. 11, p. 1064–1079, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169409X1000164>. Acesso em: 21 de Jan. 2026.

YANG, Wen; WANG, Lin; METTENBRINK, Evan, M.; DEANGELIS, Paul, L.; WILHELM, Stefan. *Nanoparticle Toxicology*. **Annual Review of Pharmacology and Toxicology**, v. 61, p. 269–289, 2021. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-pharmtox-032320-110338>. Acesso em: 22 de Jan. 2026.

YANG, Yang; ZHAO, Zhao; ZHANG, Li; WANG, Yang; ZHANG, Xue-feng; LIU, Yulin. *Tumor microenvironment in ovarian cancer: function and therapeutic strategy*. **Frontiers in Oncology**, Lausanne, v. 10, art. 608190, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32850861>. Acesso em: 20 de Jan. 2026.

CAPÍTULO 30

O ABORTO PATERNO E SOBRECARGA MATERNA: A VIOLÊNCIA INVISÍVEL NA ESTRUTURA FAMILIAR CONTEMPORÂNEA

Juliana Cristina Marcheti¹

RESUMO

O presente capítulo analisa o fenômeno denominado “aborto paterno”, compreendido como a ruptura deliberada e contínua do exercício da paternidade em suas dimensões moral, afetiva, intelectual e financeira, bem como suas consequências diretas na sobrecarga materna. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que articula o Direito Civil, o Direito de Família, a Psicologia, a Psicanálise e as Neurociências, examina-se como a ausência paterna se estrutura enquanto forma de violência invisível, naturalizada socialmente, mas juridicamente reprovável. O estudo aborda o abandono afetivo, seus fundamentos legais, a responsabilidade civil do genitor omissor e os impactos psíquicos, sociais e

¹ Professora de Direito Civil, Direito Processual Civil e Prática Jurídica. Advogada. Mestre na Área de Concentração: Positivização e Concretização Jurídica dos Direitos Humanos. UNIFIEO. Pós-graduada em Direito de Família, Direito Civil e Direito Processual Civil e MBA em Direito Imobiliário. Aprovada na Formação para Docentes do Curso de Direito. FGV Fundação Getúlio Vargas. Psicanalista pela PUC. Pós-graduada em Neurociências. Pós-graduação em Responsabilidade Civil. Pós-graduação. Especialista em Direito Processual Civil com capacitação para ensino no Magistério Superior. Damásio. Pós-graduação. Especialista em Direito Civil. Damásio. Especialização em Direito do Trabalho. Faculdade de Direito São Bernardo do Campo. Pós-graduação. Especialista em Direito Público. Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Advogada nas áreas Cível e Família. Membro da Comissão da Família e Sucessões da OAB. Foi Membro da Comissão da Criança e Adolescente da OAB Santo André. Membro da Comissão da Mulher Advogada 2021. Membro da Comissão de Direito Civil 2021 / 2022 / 2023. Aprovada Processo Seletivo Mestrado UNESP e UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS. Aprovada em concurso para seleção de professores de Prática Jurídica. Professora de Direito Civil e Direito Processual Civil em Cursos Preparatórios para exame da OAB e Concursos Públicos. Defensora dos Direitos das Mulheres (mães solo) e seus filhos. Autora de artigos científicos e livros. Palestrante. Criadora de métodos de estudo / cronogramas. Mentora para 2 fase do Exame de Ordem em Direito Civil.

econômicos suportados pela mãe e pelos filhos. Ao final, propõe-se a superação da romantização da maternidade sacrificada e o fortalecimento de uma parentalidade responsável, alinhada à dignidade da pessoa humana e à proteção integral da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Aborto paterno. Sobrecarga materna. Abandono afetivo. Responsabilidade civil. Direito de Família.

ABSTRACT

This chapter analyzes the phenomenon known as "paternal abortion," understood as the deliberate and continuous disruption of the exercise of fatherhood in its moral, affective, intellectual, and financial dimensions, as well as its direct consequences on maternal overload. From an interdisciplinary approach, which articulates Civil Law, Family Law, Psychology, Psychoanalysis, and Neuroscience, it examines how paternal absence is structured as a form of invisible violence, socially naturalized, but legally reprehensible. The study addresses emotional abandonment, its legal foundations, the civil liability of the absent parent, and the psychic, social, and economic impacts borne by the mother and children. In conclusion, it proposes overcoming the romanticization of sacrificed motherhood and strengthening responsible parenthood, aligned with the dignity of the human person and the integral protection of children and adolescents.

Keywords: Paternal abortion. Maternal overload. Emotional abandonment. Civil liability. Family Law.

INTRODUÇÃO

A estrutura familiar contemporânea convive com uma contradição profunda: Enquanto o ordenamento jurídico brasileiro impõe deveres claros e inafastáveis aos pais, a ausência paterna continua sendo socialmente tolerada, quando não justificada ou invisibilizada (BRASIL, 1988; DIAS, 2022).

O fenômeno aqui denominado aborto paterno não se refere à ausência biológica, mas à desistência consciente do exercício da paternidade após o nascimento do filho, gerando consequências graves e duradouras.

Este capítulo parte da premissa de que a paternidade não constitui mera faculdade, mas verdadeiro dever jurídico, ético e social. A omissão paterna desloca integralmente para a mãe a responsabilidade pela criação, educação, sustento e cuidado emocional dos filhos, produzindo um cenário de sobrecarga materna estrutural. Tal realidade exige análise crítica, jurídica e humanizada, sob pena de perpetuação de injustiças históricas.

1. CONCEITO DE ABORTO PATERNO

O aborto paterno pode ser conceituado como a negação prática da paternidade, caracterizada pela ausência reiterada do pai no cuidado, na convivência, na formação moral e intelectual e no sustento do filho (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2021). Trata-se de uma forma de abandono continuado, que não se limita à inadimplência alimentar, mas alcança dimensões subjetivas e existenciais.

Diferentemente do abandono clássico, o aborto paterno se manifesta de maneira silenciosa, muitas vezes travestida de distanciamento emocional, desinteresse progressivo ou transferência integral das responsabilidades parentais à mãe. É uma violência que não deixa marcas visíveis imediatas, mas produz danos profundos no desenvolvimento psíquico da criança e na saúde emocional da mulher.

2. NATURALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AUSÊNCIA PATERNA

Historicamente, a sociedade patriarcal construiu a figura do pai como provedor eventual, desvinculado das tarefas de cuidado e educação, reforçando papéis de gênero assimétricos (DIAS, 2022). Essa construção cultural permitiu que a ausência paterna fosse relativizada, enquanto a maternidade foi idealizada como obrigação natural e ilimitada.

Tal naturalização produz efeitos jurídicos perversos, pois enfraquece a responsabilização do pai ausente e sobrecarrega a mulher com expectativas sociais desproporcionais. O Direito, ao longo do tempo, passou a corrigir essa distorção, reconhecendo a parentalidade responsável como dever compartilhado, embora a prática social ainda revele grande resistência.

3. SOBRECARGA MATERNA: DEFINIÇÃO E DIMENSÕES

A sobrecarga materna consiste no acúmulo excessivo de responsabilidades emocionais, financeiras, educacionais e domésticas atribuídas à mãe, em razão da omissão paterna, fenômeno amplamente reconhecido nos estudos de gênero e família (DIAS, 2022). Essa sobrecarga não é apenas quantitativa, mas qualitativa, pois exige da mulher constante estado de alerta, renúncia pessoal e esgotamento físico e psíquico.

As dimensões da sobrecarga incluem o trabalho invisível do cuidado, a pressão social pela perfeição materna, a insegurança econômica e a solidão emocional. Trata-se de um fenômeno estrutural que impacta diretamente a saúde mental das mães solo e compromete a qualidade da relação materno-filial.

4. CONSEQUÊNCIAS DO ABORTO PATERNO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A ausência paterna interfere diretamente na formação da identidade da criança, na construção da autoestima e na percepção de pertencimento. Estudos em Psicologia do Desenvolvimento indicam que a figura paterna exerce papel relevante na mediação social, na construção de limites e na segurança emocional (BOWLBY, 1984; WINNICOTT, 1982).

O aborto paterno pode gerar sentimentos de rejeição, abandono e desvalor, que se manifestam em dificuldades escolares, problemas

de comportamento, transtornos emocionais e, em casos mais graves, na reprodução do ciclo de abandono na vida adulta.

5. IMPACTOS PSÍQUICOS DA SOBRECARGA MATERNA

Sob a perspectiva psicanalítica e neurocientífica, a sobrecarga materna prolongada está associada ao aumento de quadros de ansiedade, depressão, síndrome de burnout parental e adoecimentos psicossomáticos (WINNICOTT, 1982). A mãe, privada de apoio e reconhecimento, passa a operar em estado constante de exaustão.

Esse esgotamento compromete não apenas a saúde da mulher, mas também a qualidade do vínculo com os filhos, pois o cuidado exercido sob extremo cansaço tende a ser permeado por culpa, ambivalência e sofrimento silencioso.

6. ABORTO PATERNO COMO VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E SIMBÓLICA

O aborto paterno configura forma de violência estrutural, pois decorre de padrões sociais que legitimam a irresponsabilidade masculina. É também violência simbólica, na medida em que invisibiliza a dor materna e infantil, normalizando a ausência do pai.

Tal violência se perpetua por meio de discursos que exaltam a resiliência feminina, ao mesmo tempo em que eximem o genitor de qualquer corresponsabilidade efetiva.

7. O ABANDONO AFETIVO E SUA CONSTRUÇÃO JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO

O abandono afetivo passou a ser reconhecido pelo Poder Judiciário como violação aos deveres inerentes ao poder familiar, ensejando responsabilidade civil do genitor omissor (HIRONAKA, 2019). A jurisprudência consolidou o entendimento de que a ausência injustificada de cuidado e convivência pode gerar dano moral indenizável.

O fundamento jurídico reside nos princípios da dignidade da pessoa humana, da afetividade, da paternidade responsável e da proteção integral da criança e do adolescente.

8. OS DEVERES JURÍDICOS DO PAI E A IRRESPONSABILIDADE PARENTAL

O pai possui deveres legais expressos de sustento, guarda, educação e convivência, previstos na Constituição Federal, no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1988; BRASIL, 2002; BRASIL, 1990). A omissão deliberada configura ilícito civil e violação grave ao poder familiar.

A irresponsabilidade parental não é mero desvio moral, mas conduta juridicamente reprovável, passível de sanções.

9. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO ABANDONO PATERNO

As consequências jurídicas do abandono paterno não se esgotam na esfera patrimonial. Embora a fixação e a execução de alimentos constituam respostas estatais relevantes, elas são insuficientes para recompor os danos existenciais e psíquicos causados à criança. A omissão afetiva reiterada produz um sentimento profundo de rejeição infantil, marcado pela percepção de não merecimento de amor, cuidado e presença paterna.

Do ponto de vista psicológico, a criança abandonada tende a internalizar a ausência como falha pessoal, desenvolvendo crenças inconscientes de desvalor e inadequação (BOWLBY, 1984). Esse sentimento de rejeição compromete a formação da autoestima, a confiança básica e a capacidade de estabelecer vínculos seguros. Na vida adulta, tais indivíduos apresentam maior propensão a relações afetivas instáveis, medo de abandono, dependência emocional, comportamentos autossabotadores ou, em sentido oposto, dificuldades de intimidade e apego.

Sob a perspectiva jurídica, esses danos ultrapassam o mero dissabor e configuram violação aos direitos da personalidade da criança, notadamente à dignidade, ao desenvolvimento saudável e ao direito à convivência familiar. A jurisprudência brasileira passou a reconhecer que a ausência injustificada do pai, quando comprovado o nexo entre a omissão e o sofrimento psíquico, enseja indenização por dano moral, não como forma de monetizar o afeto, mas de responsabilizar juridicamente a conduta ilícita e simbólica do abandono (HIRONAKA, 2019).

10. ABANDONO PATERNO, GÊNERO E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

O abandono paterno não constitui fenômeno isolado ou meramente individual, mas expressão de uma violência estrutural de gênero, historicamente construída e socialmente legitimada. A omissão masculina na parentalidade encontra amparo em uma cultura patriarcal que dissocia a figura do pai das tarefas de cuidado, atribuindo à mulher a responsabilidade quase exclusiva pela criação dos filhos.

Essa assimetria produz impactos profundos na organização social e jurídica da família. Enquanto a ausência paterna tende a ser relativizada ou naturalizada, a mulher é socialmente cobrada a suprir integralmente todas as lacunas deixadas pelo genitor ausente, sob pena de ser moralmente julgada. Trata-se de uma lógica perversa que converte a omissão masculina em tolerância social e o sacrifício feminino em obrigação.

Do ponto de vista jurídico, o abandono paterno reforça desigualdades estruturais de gênero, violando não apenas os direitos da criança, mas também os direitos fundamentais da mulher, especialmente no que se refere à igualdade material, à dignidade e à liberdade de desenvolvimento pessoal. O enfrentamento dessa violência exige o reconhecimento de que a parentalidade responsável é dever compartilhado e intransferível, não podendo ser deslocado integralmente para a mãe sem grave injustiça social.

11. MATERNIDADE SOLO E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

A maternidade solo, quando decorrente do abandono paterno, constitui um dos principais vetores da feminização da pobreza. A ausência do genitor implica a transferência integral dos custos financeiros da parentalidade para a mulher, que passa a arcar sozinha com despesas de alimentação, moradia, educação, saúde e cuidado cotidiano.

Essa realidade impacta diretamente a inserção da mãe no mercado de trabalho, uma vez que a sobrecarga de responsabilidades limita oportunidades profissionais, reduz a renda e compromete a progressão na carreira. Muitas mulheres são empurradas para ocupações informais, jornadas exaustivas ou subempregos, perpetuando ciclos de vulnerabilidade econômica.

Sob a perspectiva social e jurídica, a feminização da pobreza associada à maternidade solo revela a insuficiência das políticas públicas de apoio à parentalidade e a falha estrutural na responsabilização efetiva do pai ausente. O Estado, ao não assegurar mecanismos eficazes de cumprimento dos deveres parentais, acaba por reproduzir a desigualdade que deveria combater.

12. TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL DO ABANDONO

O abandono paterno apresenta forte potencial de transmissão transgeracional, na medida em que padrões de vínculo marcados pela ausência, negligência ou instabilidade tendem a ser reproduzidos ao longo das gerações. Crianças que crescem sem referência paterna consistente podem internalizar modelos relacionais baseados na ruptura, na descontinuidade e no medo do abandono.

Do ponto de vista psicanalítico, a ausência não elaborada simbolicamente pode ser reinscrita na vida adulta sob a forma de repetições inconscientes, seja pela dificuldade de exercer a parentalidade de forma responsável, seja pela escolha de parceiros emocionalmente indisponíveis. Assim, o abandono deixa de ser apenas um evento individual e passa a constituir um legado psíquico.

A ruptura desse ciclo exige intervenção jurídica, social e simbólica. O reconhecimento do dano, a responsabilização do genitor omissor e a validação do sofrimento da criança e da mãe são elementos fundamentais para impedir que o abandono paterno continue a se reproduzir como herança silenciosa nas estruturas familiares.

13. A ROMANTIZAÇÃO DA MÃE FORTE

A figura da mãe forte, resiliente e incansável é frequentemente exaltada no discurso social como símbolo de virtude e amor incondicional. Contudo, essa romantização encobre uma realidade estrutural: a chamada mãe guerreira não surge por vocação heroica, mas como resposta forçada à ausência paterna. Ela existe porque um pai faltou e falhou.

Ao transformar a sobrecarga materna em narrativa de mérito, a sociedade desloca o foco da responsabilidade masculina e naturaliza a omissão paterna. A exaltação da mãe que "dá conta de tudo" funciona como mecanismo simbólico de silenciamento do sofrimento feminino, convertendo dor em obrigação moral. Tal discurso reforça a desigualdade de gênero e perpetua a ideia de que o cuidado integral dos filhos é destino natural da mulher, e não consequência de uma ruptura injusta da parentalidade compartilhada.

Do ponto de vista jurídico e social, a romantização da mãe forte contribui para a invisibilização da violência estrutural do aborto paterno. Ao invés de questionar a ausência do pai e exigir sua responsabilização, celebra-se a capacidade feminina de suportar o insuportável. Superar essa lógica implica reconhecer que nenhuma mulher deveria ser obrigada a ser heroína para garantir o mínimo existencial aos seus filhos.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aborto paterno e a sobrecarga materna constituem fenômenos complexos, que exigem enfrentamento jurídico, social e cultural. A

efetivação da paternidade responsável é condição indispensável para a proteção da infância, a dignidade da mulher e a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.

HIRONAKA, Giselda. Responsabilidade civil e abandono afetivo. Revista dos Tribunais.

WINNICOTT, D. W. A criança e seu mundo. Rio de Janeiro: LTC.

BOWLBY, John. Apego e perda. São Paulo: Martins Fontes.

CAPÍTULO 31

PROJETO TCC EM FOCO E A PERMANÊNCIA DE MULHERES 40+ NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO IFMA – CAMPUS SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

*TCC EM FOCO PROJECT AND THE RETENTION OF 40+ WOMEN IN HIGHER
EDUCATION: AN EXPERIENCE REPORT AT IFMA – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
CAMPUS*

Líssia Maria Costa Gomes Protázio

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
ORCID: 0009-0001-2950-7150
E-mail: lissiamaria@ifma.edu.br

Alice Cardoso

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: alicecardoso@acad.ifma.edu.br;

Angélica Santos Lima

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: angelica.lima@acad.ifma.edu.br;

Elisete Nazario Lima

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: eliseten@acad.ifma.edu.br;

Erica Silva da Silva

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: silva.ERICA@acad.ifma.edu.br;

Isabel Rocha de Sousa

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: isabelsousa@acad.ifma.edu.br;

Leila Cristina Busaglo Nojosa

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: leila.busaglo@acad.ifma.edu.br;

Lilian Ramos de Jesus

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: ramoslilian@acad.ifma.edu.br;

Maria Luiza Goncalves Morais

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Campus São José de Ribamar
São José de Ribamar – MA, Brasil
E-mail: luiza.goncalves@acad.ifma.edu.br

RESUMO

Neste estudo, apresentamos um relato de experiência, com abordagem qualitativa, para investigar como gênero, maternidade, idade e letramentos acadêmicos atravessam a permanência e o êxito de mulheres no ensino superior, tendo como recorte o Projeto TCC em Foco: Desenvolvimento de competências de escrita e apoio à formação científica no Ensino Superior do IFMA – Campus São José de Ribamar, desenvolvido entre setembro e dezembro de 2025. O objetivo é compreender os efeitos de não pertencimento, deslegitimação simbólica e crenças de incapacidade intelectual que incidem sobre mulheres — em sua maioria mães, chefes de família e 40+ — e como a mediação pedagógica da escrita científica pode operar como dispositivo de permanência. A pesquisa analisa materialidades discursivas produzidas no cotidiano das

oficinas (falas espontâneas, registros de observação e situações de acompanhamento de escrita/reescrita de trabalhos de conclusão de curso- TCC's) de um grupo de 8 concluintes, articulando-as a referenciais de letramentos acadêmicos e autoria na escrita científica, com destaque para a noção de “explicação autoral” (Perez, 2025), bem como a estudos sobre trabalho reprodutivo e gênero (Federici, 2019) e trajetórias de mulheres na ciência (Silva; Ribeiro, 2014), além de contribuições de Débora Diniz sobre pesquisa e escrita acadêmicas (Diniz, 2024). A análise revela como as narrativas de “velha demais”, “meu lugar é trabalhando” e “isso é para doutores” se articulam a movimentos de interdição simbólica e autocensura, ao passo que orientação, oficinas e reescrita acompanhada produzem deslocamentos de sentido: aumento de autoeficácia, reconhecimento de autoria e desmistificação do TCC como “território de poucos”. Nota-se que intervenções de escrita acadêmica com mediação intencional e sensível ao gênero não apenas qualificam a produção textual, mas reconfiguram pertencimento e legitimidade acadêmica, funcionando como estratégia pedagógica de permanência para mulheres-mães 40+ no ensino superior.

Palavras-chave: escrita científica; estudantes-mães; permanência e êxito; letramentos acadêmicos; gênero.

ABSTRACT

In this study, we present a qualitative experience report to investigate how gender, motherhood, age, and academic literacies shape women's retention and success in higher education, focusing on the TCC em Foco Project: Development of writing skills and support for scientific training in Higher Education at IFMA – São José de Ribamar Campus, carried out between September and December 2025. The aim is to understand the effects of non-belonging, symbolic delegitimization, and beliefs of intellectual incapacity affecting women—mostly mothers, heads of household, and aged 40+—and how pedagogical mediation of scientific writing can function as a retention mechanism. The study analyzes discursive materials produced in the daily routine of the workshops (spontaneous statements, observation records, and situations involving the monitoring of TCC writing/rewriting) from a group of eight graduates,

connecting them to frameworks on academic literacies and authorship in scientific writing, with emphasis on the notion of “authorial explanation” (Perez, 2025), as well as studies on reproductive labor and gender (Federici, 2019) and women’s trajectories in science (Silva & Ribeiro, 2014), in addition to Débora Diniz’s contributions on research and academic writing (Diniz, 2024). The analysis shows how narratives such as “too old,” “my place is working,” and “this is for PhDs” align with processes of symbolic interdiction and self-censorship, while mentoring, workshops, and guided rewriting generate shifts in meaning: increased self-efficacy, recognition of authorship, and the demystification of the TCC as a “territory for the few.” We argue that academic writing interventions with intentional, gender-sensitive mediation not only improve textual production but also reconfigure belonging and academic legitimacy, operating as a pedagogical retention strategy for 40+ student mothers in higher education.

Keywords: scientific writing; student mothers; retention and success; academic literacies; gender.

1. INTRODUÇÃO

Nos cursos superiores, a escrita acadêmico-científica é, simultaneamente, instrumento de avaliação e prática social de acesso à produção e circulação do conhecimento. Contudo, quando o percurso formativo se cruza com desigualdades de gênero, sobrecarga de trabalho reprodutivo e marcadores etários, escrever deixa de ser apenas técnica: converte-se em disputa de pertencimento, legitimidade e autoria o que, de alguma forma, conforme Cruz (2024, p. 12), implicará em:

[...] responsabilizar ou rotular de alienados aqueles que não conseguem ver o sofrimento na escrita acadêmica como um problema enredado numa trama permeada de política, economia, traumas culturais, individuais e toda uma gama de elementos psicossociais presente na forma de um mal-estar interminável para quem consegue escrever textos acadêmicos.

Em reforço a essa argumentação, Carine (2025, p. 65) assinala que:

[...] a academia brancocêntrica ocidental assegura que não se fala como se pensa e que não se escreve como se fala; um monte de subdivisão de quem se é para performar um lugar recorrente de desconforto para muitas pessoas.

Sob essa chave interpretativa, alinho-me à reflexão de Carine (2025) ao afirmar que “escrever é sobre ter a generosidade da partilha de seus conhecimentos” (p. 61). Nesse horizonte, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) – Campus São José de Ribamar, foi proposto o Projeto de Ensino “TCC em Foco: Desenvolvimento de competências de escrita e apoio à formação científica no Ensino Superior” foi proposto no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis (PRENAE) com aprovação no Edital PRENAE nº 17/2025, de 02 de abril de 2025¹, referente à Seleção Sistemática de Projetos de Ensino por Eixos Temáticos. A iniciativa foi concebida para enfrentar uma lacuna institucional recorrente: dificuldades na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) associadas ao domínio dos gêneros acadêmicos e da normatização, com repercussões diretas sobre permanência, êxito e conclusão.

Este artigo assume como questão orientadora: de que modo uma ação formativa sistemática de escrita científica pode reconfigurar barreiras e produzir viradas de permanência para mulheres-mães 40+ no ensino superior? O objetivo é relatar e analisar os efeitos do Projeto TCC em Foco (setembro–dezembro/2025) no fortalecimento da autoeficácia, autoria e pertencimento acadêmico de estudantes concluintes, articulando contribuições de estudos sobre trabalho reprodutivo e gênero (Federici, 2019), trajetórias de mulheres na ciência (Silva; Ribeiro, 2014) e políticas de permanência de estudantes-mães (Cunha; Paiva, 2024).

A relevância do estudo é dupla: (i) pedagógica, ao explicitar dispositivos concretos de mediação da escrita; e (ii) institucional, ao tratar

¹ Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/?id=19432>

a escrita científica como política de permanência. Metodologicamente, trata-se de relato de experiência com análise qualitativa de falas espontâneas e registros de acompanhamento das oficinas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Cruz (2025, p. 81) entende que:

Escritoras (es) produtivas (os) podem, muitas vezes inconscientemente, desempenhar papel fundamental na manutenção de alguns dos problemas da escrita acadêmica, já que a tendência é assumir que suas práticas de composição textual são as ideais, por isso, inquestionáveis, mesmo que eles sejam incapazes de explicitar as dimensões tácitas de sua prática escrita que os tenham tornado exímios nessa competência.

A escrita científica não se reduz a correção gramatical; ela exige explicitar relações entre problema, método, evidência e interpretação. Perez (2025) propõe a “explicação autoral” como eixo de uma escrita que torna visível o porquê de cada parágrafo, reduzindo o imprevisto e aumentando a inteligibilidade do texto. No campo dos letramentos acadêmicos, a produção escrita é compreendida como prática situada, atravessada por relações de poder e por expectativas disciplinares (Kleiman *et al.*, 2024; Sito, 2018).

Quando gênero entra na análise, a universidade deixa de parecer neutra. Federici (2019) demonstra que o trabalho reprodutivo — historicamente atribuído às mulheres e, com frequência, invisibilizado — organiza, na prática, quem dispõe de tempo, energia e continuidade para estudar. No ensino superior brasileiro, pesquisas registram barreiras específicas para estudantes-mães, como a conciliação entre cuidado, trabalho e estudo, a insuficiência de políticas institucionais e o aumento do risco de evasão (Silva; Agapito, 2021; Cunha; Paiva, 2024).

Nesse cenário, Débora Diniz (2024), em *Carta de uma orientadora: sobre pesquisa e escrita acadêmica*, adota deliberadamente o feminino como gesto de subversão frente a uma lógica ainda marcada por poder cis-masculino e branquitude racializada, que persiste na condução de laboratórios e grupos de pesquisa, na governança de

institutos e na definição de agendas e financiamentos. A autora reconhece transformações geracionais e históricas em curso, mas aponta resistências persistentes à presença de mulheres diversas em posições de liderança na pesquisa e na ciência.

Ao reposicionar a ideia de excelência, Diniz (2024, p. 128) afirma:

Sua pesquisa será imperfeita, o que é diferente de ter erros; seu texto será imperfeito, o que é diferente de não ser compreensível; seu argumento será imperfeito, o que é diferente de não ser razoável. Imperfeição não é fracasso na trajetória acadêmica, é um estado transitório de reflexão e aprendizado.

No plano simbólico, Silva e Ribeiro (2014) evidenciam que identidades e diferenças são produzidas em relações de poder que atravessam as trajetórias de mulheres na ciência, alimentando preconceitos e expectativas de inadequação. A conjugação entre sobrecarga material e deslegitimação simbólica incide diretamente sobre a escrita, a autoconfiança intelectual e a permanência, afetando, em particular, o modo como mulheres-mães 40+ se percebem — e são percebidas — como produtoras legítimas de conhecimento.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados, os principais resultados obtidos e a discussão interpretativa dos achados. Optou-se por essa organização integrada por se tratar de um relato de experiência, no qual o percurso formativo, as evidências empíricas produzidas nas oficinas e a análise teórica se constituem de modo indissociável. Assim, inicialmente descrevem-se o desenho da ação, o contexto, as participantes e as estratégias de registro e análise; em seguida, expõem-se os resultados em quadros e excertos selecionados; por fim, discutem-se as implicações desses achados à luz da literatura, com ênfase nas relações entre escrita científica, autoria, gênero e permanência no ensino superior.

3.1 Procedimentos Metodológicos

O Projeto de Ensino “TCC em Foco: Desenvolvimento de competências de escrita e apoio à formação científica no Ensino Superior” consistiu em encontros presenciais semanais no IFMA – Campus São José de Ribamar, com oficinas de escrita científica, orientação e acompanhamento da escrita/reescrita do TCC. Conforme o plano do projeto submetido ao SUAP, a ação tinha como foco estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e previa: identificação de dificuldades, oficinas sobre coesão, coerência, estrutura argumentativa e normatização ABNT, uso de metodologias ativas e recursos digitais acessíveis, além de orientação sistemática e socialização de resultados no âmbito institucional.

Este texto adota o recorte das concluintes que permaneceram até o final (n=8), todas mulheres; a maioria relatou ser mãe, chefe de família e ter 40 anos ou mais. Os dados foram produzidos a partir de (i) registros de observação durante as oficinas; (ii) anotações de acompanhamento de versões dos textos; e (iii) falas espontâneas compartilhadas nos encontros. Para análise, realizou-se leitura temática, com categorias indutivas: barreiras, apoios e viradas. As participantes são identificadas por códigos (P1–P8), preservando o anonimato.

3.2 Resultados

Os resultados são organizados em um quadro sintético (Quadro 1) e em excertos selecionados (Quadro 2). Em termos gerais, as barreiras se concentraram em: (a) idadeísmo e estigmas de gênero; (b) sobrecarga de trabalho reprodutivo; (c) retorno tardio à escolarização; (d) baixa sensação de pertencimento; e (e) crenças de incapacidade para escrever cientificamente. Os apoios mais citados foram orientação, oficinas e o dispositivo “TCC em Foco” de escrita acompanhada.

Quadro 1 – Síntese de barreiras, apoios e viradas (Projeto TCC em Foco, IFMA/SJR, 2025).

Barreiras	Apoios (dispositivos)	Viradas (marcos)
Idadeísmo e deslegitimação: “velha demais”, “atrasada”, “meu lugar é trabalhando”.	Ambiente de acolhimento + exigência formativa; validação de trajetórias; pactos de convivência.	Pertencimento: reconhecer-se como estudante legítima e capaz de produzir conhecimento.
Sobrecarga de cuidado e trabalho: tempo fragmentado; culpa; exaustão.	Planejamento do percurso do TCC em etapas curtas; metas semanais; flexibilidade e negociação de prazos.	Autoeficácia: “quase desisti, mas agora acredito em mim”.
Retorno após longa pausa escolar: insegurança com leitura e escrita acadêmica.	Explicitação do “como” e do “porquê” (explicação autoral); revisão orientada e reescrita acompanhada.	Autoria: perceber que a escrita científica é aprendível e não “privilégio de doutores”.
Informação tardia e comunicação desigual: divulgação “em cima da hora”.	Rotina de comunicados e lembretes; canal de dúvidas; checklists.	Autogestão: cumprir prazos, regularidade de estudo, organização do calendário do TCC.

Fonte: Elaboração própria a partir de registros do Projeto TCC em Foco (set.–dez./2025).

A síntese do Quadro 1 mostra que a permanência não foi produto de “força de vontade”, mas de mediação pedagógica e organização do percurso. Ainda assim, números e categorias não falam sozinhos: é nas palavras das participantes que o conflito aparece com nitidez — e é nelas que a virada se comprova. Por isso, o Quadro 2 apresenta excertos selecionados, nos quais a experiência do não pertencimento, da sobrecarga e da crença de incapacidade é contraposta à emergência de autoria e confiança para escrever o TCC.

Quadro 2 – Excertos selecionados (falas espontâneas em oficinas).

Excerto (P#)	Categoria	Leitura analítica
“Eu não me sentia pertencente ao curso por me achar velha demais e atrasada.” (P1)	Barreira: idadeísmo/pertencimento	A autopercepção de inadequação opera como mecanismo de exclusão simbólica, reduzindo participação e persistência.
“Muitas vezes me perguntei o que estou fazendo aqui... já me disseram que meu lugar é trabalhando e que estudar é coisa para mulher jovem e sem filhos.” (P2)	Barreira: gênero/trabalho reprodutivo	A fala explicita norma social que restringe projetos de escolarização de mulheres-mães, alinhada ao debate sobre trabalho reprodutivo.
“Descobri que escrever uma monografia não é tão difícil assim quando tem alguém que nos ensina mostrando que somos capazes.” (P4)	Virada: mediação/autoeficácia	A mediação pedagógica reconfigura crenças de incapacidade e torna a escrita um objeto ensinável e aprendível.

Fonte: Elaboração própria; excertos editados apenas para padronização ortográfica.

Nesse sentido, os quadros evidenciam que as dificuldades relatadas não se limitam a lacunas técnicas de escrita, mas expressam condicionantes materiais e simbólicos que atravessam gênero, maternidade e idade no ensino superior; ao mesmo tempo, mostram que a intervenção pedagógica — quando organizada, contínua e explicitadora do processo de escrita — produz deslocamentos concretos na forma como as participantes se percebem e atuam como autoras, convertendo insegurança em autoeficácia e não pertencimento em legitimidade acadêmica; na seção seguinte, discute-se como esses achados dialogam com a literatura e quais implicações teóricas e práticas derivam do TCC em Foco como estratégia de permanência.

3.3 Discussão

Os achados reforçam que a permanência não é apenas questão de “resiliência individual”; ela é produzida (ou sabotada) por arranjos institucionais e por expectativas sociais. A presença do idadeísmo e a mensagem de que “estudar não é para mulheres com filhos” evidenciam a dimensão simbólica da exclusão, convergindo com análises sobre gênero e ciência (Silva; Ribeiro, 2014). Do ponto de vista material, a sobrecarga de cuidado — descrita por Federici (2019) como eixo do trabalho reprodutivo — aparece como condicionante direto de tempo e energia para a escrita.

No campo da escrita, a principal contribuição do Projeto de Ensino “TCC em Foco: Desenvolvimento de competências de escrita e apoio à formação científica no Ensino Superior” foi deslocar o foco do “erro” para a construção do raciocínio textual. Quando as oficinas explicitaram o encadeamento lógico do texto (o que dizer, por que dizer, como sustentar), houve redução do medo e aumento de autoria — movimento coerente com a “explicação autoral” (Perez, 2025). Em termos de letramentos acadêmicos, o projeto operou como espaço de tradução de expectativas disciplinares e de negociação de sentidos, ampliando a participação de sujeitos historicamente colocados na borda da produção científica (Kleiman *et al.*, 2024; Sito, 2018).

Finalmente, a categoria ‘comunicação tardia’ aponta um problema administrativo com efeito pedagógico: divulgar prazos “em cima da hora” não é neutralidade; é filtro social. Pesquisas sobre estudantes-mães indicam que a ausência de políticas e rotinas institucionais sensíveis ao cuidado amplia riscos de evasão (Silva; Agapito, 2021; Cunha; Paiva, 2024). Assim, o projeto “TCC em Foco” mostra que um dispositivo simples — orientação, oficina, reescrita acompanhada — pode funcionar como política de equidade quando se organiza com intencionalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo relatou e analisou o Projeto de Ensino “TCC em Foco: Desenvolvimento de competências de escrita e apoio à formação científica no Ensino Superior” como ação formativa de escrita científica com repercussão direta na permanência e no êxito de mulheres-mães 40+ no ensino superior. Entre oito concluintes, as principais barreiras identificadas foram idadeísmo, sobrecarga de cuidado, retorno tardio à escolarização, baixa sensação de pertencimento e crenças de incapacidade para escrever. As viradas ocorreram quando a escrita foi assumida como prática ensinável, orientada e acompanhada: a mediação pedagógica, articulada à explicitação do raciocínio textual, favoreceu autoeficácia, autoria e sustentação do percurso formativo.

Como implicações práticas, recomenda-se a institucionalização de: (i) calendário e comunicação antecipada de prazos; (ii) trilhas de escrita acadêmica com orientação contínua; (iii) dispositivos de apoio à permanência de estudantes-mães, com flexibilização responsável, articulação com a assistência estudantil e fortalecimento de redes de apoio; e (iv) socialização sistemática dos resultados de projetos de ensino, convertendo experiências em aprendizagens organizacionais e, quando pertinente, em política institucional. A principal limitação do estudo reside no recorte qualitativo e localizado; por isso, pesquisas futuras podem incorporar instrumentos sistemáticos (questionários e entrevistas) e acompanhar impactos em indicadores de evasão, retenção e conclusão.

Para encerrar, assume-se como horizonte ético e formativo a síntese de Diniz (2024, p. 145): “Eu não espero que todas as orientandas de graduação sigam carreira acadêmica, mas gostaria que todas vivessem o encantamento pela experiência e, por isso, se permitissem viver a escrita e a pesquisa com profundidade.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: sobre pesquisa e escrita acadêmicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. ISBN 9786558021506.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação — citações em documentos — apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

CARINE, Bárbara. **E eu, não sou uma intelectual?: um quase manual de sobrevivência acadêmica**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

CUNHA, Ana Cássia Alves; PAIVA, Geórgia Maria Feitosa e. As barreiras à permanência de estudantes mães no ensino superior. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1711–1725, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i3.80342. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/80342>. Acesso em: 29 jan. 2026.

CRUZ, Robson. **O mal-estar na escrita acadêmica: um problema político**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

KLEIMAN, Angela Bustos; VIANNA, Carolina Assis Dias; SITO, Luanda Soares;

VALSECHI, Marília Curado; DE GRANDE, Paula Baracat. O conceito de letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 63, n. 1, p. 240–254, 2024. DOI: 10.1590/01031813v63i120248676257 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8676257>. Acesso em: 28 jan. 2026.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEREZ, Olivia Cristina. A centralidade da explicação autoral na escrita científica: proposta de modelo analítico-interpretativo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 33, e020, 2025. DOI: 10.1590/1678-98732433e020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/14519>. Acesso em: 29 jan. 2026.

SILVA, Ana Paula Rosa da; AGAPITO, Juliano. Mães-estudantes: a luta pelo direito à educação. Monumenta – **Revista de Estudos Interdisciplinares**, Joinville, v. 2, n. 4, p. 125–151, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://monumenta.emnuvens.com.br/monumenta/article/download/76/39/528>. Acesso em: 29 jan. 2026.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449–466, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-73132014000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2026.

SITO, Luanda Rejane Soares. Ensaando estratégias das artes letradas nas zonas de contato: trajetórias de letramento acadêmico, ações afirmativas e políticas de conhecimento. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 821–852, 2018. DOI: 10.1590/1984-6398201812992.

CAPÍTULO 32

PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INSERÇÃO FEMININA NAS ÁREAS DE STEM POR MEIO DE JOGOS

PROMOTING INCLUSIVE EDUCATION: FEMALE INSERTION IN STEM FIELDS THROUGH GAMES

Simone Vasconcelos Silva

Instituto Federal Fluminense
Campos dos Goytacazes – RJ
<https://orcid.org/0000-0002-5994-6840>
simone.v@gsuite.iff.edu.br

Ana Carolina Haddad Vieira dos Santos

Instituto Federal Fluminense
Campos dos Goytacazes - RJ
v.carolina@gsuite.iff.edu.br

Victoria Garnique Zapata de Azevedo

Instituto Federal Fluminense
Campos dos Goytacazes - RJ
victoria.zapata@gsuite.iff.edu.br

RESUMO

Introdução: A baixa representação feminina nas áreas relacionados à STEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática) tem sido evidente em todo o mundo. **Objetivo:** Apresentar jogos digitais, o “Elas&STEM” e o “As Goytatecs”, desenvolvidos para motivar a inserção de meninas e mulheres nas áreas de STEM. **Metodologia:** Consiste na revisão da literatura, no projeto e no desenvolvimento dos jogos. **Resultados:** Jogos digitais capazes de aumentar o ingresso e a permanência do público-alvo nas áreas de STEM.

Palavras-chave: Aprendizagem, Motivação, Mulheres, STEM

ABSTRACT

Introduction: The underrepresentation of women in STEM-related fields (Science, Technology, Engineering, and Mathematics) is a global phenomenon. **Objective:** This study presents two digital games, “Elas&STEM” and “As Goytatecs,” developed to foster the inclusion and motivation of girls and women in STEM areas. **Methodology:** The research involves a literature review followed by the design and development of the games. **Results:** Digital games capable of increasing both the enrollment and retention of the target audience in STEM fields.

Keywords: Learning, Motivation, Women, STEM.

1. Introdução

As áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) têm experimentado uma expansão significativa nas últimas décadas, sendo fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico global. No entanto, a persistente desigualdade de gênero nesse contexto é um desafio. Apesar do crescente avanço dessas áreas, as mulheres continuam a representar uma porcentagem substancialmente menor da força de trabalho.

A desigualdade de gênero nas áreas de STEM reflete barreiras históricas e sistêmicas que limitam o acesso e a permanência das mulheres nesses campos. Uma das principais barreiras é a construção social dos papéis de gênero, influenciando as escolhas acadêmicas e profissionais das mulheres desde a infância. Pesquisas apontam que a maioria das meninas não é estimulada para as áreas de STEM, o que diminui a autoconfiança e o interesse ao longo do tempo (UNESCO, 2021).

A baixa representatividade feminina em STEM tem repercussões no ambiente acadêmico e profissional, tornando esses espaços menos acolhedores para mulheres (HUNT et al., 2018). De acordo com a UNESCO (2018) apenas cerca de 30% das estudantes de 110 países escolheram as áreas de STEM na educação superior.

Em relação ao mercado profissional, a presença das mulheres nas áreas de STEM permanece limitada, refletindo-se no fato de que

ocupam apenas cerca de 35% dos cargos. Tal disparidade é reflexo de estereótipos de gênero profundamente enraizados, que desde a infância limitam as escolhas de carreira das meninas, com vieses de gênero observados já no ambiente educacional inicial (FORBES, 2023).

No entanto, essa proporção reduz consideravelmente quando se fala em cargos de liderança nas áreas de STEM, e estima-se que apenas 25% das mulheres consigam uma colocação profissional nessas áreas, em comparação aos homens (BRITISH COUNCIL; UNESCO, 2022). A escassez de modelos femininos em posições de liderança nessas áreas reforça a ideia de que são predominantemente masculinas, desmotivando as novas gerações a seguir essas carreiras (NASCI-MENTO e ALMEIDA, 2022).

O panorama se torna ainda mais preocupante quando se analisa o impacto da sub-representação feminina no contexto da tecnologia, a qual exerce um papel transformador na sociedade. Segundo o British Council e UNESCO (2022), as mulheres constituem cerca de 30% dos pesquisadores relacionados à tecnologia e engenharia na América Latina e Caribe.

Contudo, evidências sugerem que a presença de mulheres em equipes de tecnologia aumenta a inovação e melhora o desempenho geral dos grupos, promovendo uma diversidade de abordagens na resolução de problemas (HUNT et al., 2018). Porém, desafios como desigualdade salarial, dificuldades em acessar cargos de liderança e a escassez de políticas de conciliação entre vida profissional e pessoal ainda persistem (CARLI et al., 2016).

Conforme World Economic Forum (2025), a estimativa para a convergência global rumo à paridade de gênero é de 123 anos. No cenário brasileiro, observa-se uma retração no índice de participação e oportunidade econômica feminina para 66,2%, posicionando o país na 96ª colocação do ranking global. Especificamente no setor de TI, a meta de paridade para 2030 exigiria a inserção anual de 53,5 mil profissionais mulheres; contudo, sob a taxa de crescimento atual, o equilíbrio sistêmico é projetado apenas para o início do século XXII.

De acordo com Softex (2025), por meio do estudo W-Tech 2025, que analisa os indicadores de representatividade feminina no setor de

Tecnologia da Informação (TI) no Brasil, a pesquisa aponta uma persistente sub-representação de gênero, disparidades salariais significativas e barreiras estruturais na ascensão a cargos de liderança, contrastando com o elevado índice de escolaridade das profissionais. Esse estudo revela que:

- **Contextualização e Representatividade:** a despeito de as mulheres comporem a maioria demográfica do país (51,5%), sua inserção no mercado de TI permanece marginal. De acordo com o Observatório Softex, apenas 19,2% dos especialistas em TI em atividade são mulheres, totalizando aproximadamente 89,7 mil profissionais. Este fenômeno de segregação ocupacional é alimentado por um gargalo na formação acadêmica: mulheres representam apenas 17,8% dos egressos em cursos de graduação da área, evidenciando uma estagnação no fluxo de talentos na última década;
- **Paradoxo da Qualificação vs. Remuneração:** um dos achados mais críticos do estudo reside na assimetria entre capital humano e retribuição financeira. Embora as profissionais de TI apresentem níveis de escolaridade superiores aos seus pares masculinos, com 63,7% possuindo ensino superior completo contra 51,1% dos homens, a média salarial feminina é 19,3% inferior. Essa distorção acentua-se em funções técnicas específicas, programadoras com defasagem salarial de 25% e tecnólogas com defasagem salarial de 29%.
- **Barreiras de Ascensão e Interseccionalidade:** a participação feminina decresce conforme o nível hierárquico se eleva, ocupando 26,2% das gerências e apenas 13,1% das diretorias, ou seja, um retrocesso em comparação aos índices de 2015. A análise sob a ótica da interseccionalidade revela uma vulnerabilidade ainda maior para mulheres negras. Enquanto mulheres brancas compõem 59,6% do contingente feminino no setor, mulheres pretas representam apenas 5,5%, expondo a sobreposição de desigualdades raciais e de gênero no acesso a carreiras de alta tecnologia;
- **Perspectivas em Novas Tecnologias:** em contrapartida ao cenário geral, nichos emergentes demonstram maior permeabilidade à inclusão. Em relação à Inteligência Artificial (IA), as mulheres representam 29,8% dos concluintes dos cursos, superando a média global de

22%. Na Economia Verde Digital, a ocupação feminina de 28% e na Cibersegurança, as mulheres representam cerca de 17% da força de trabalho.

Frente a esse cenário, é imperativo o desenvolvimento de políticas e iniciativas afirmativas que promovam a inclusão e a equidade tanto na academia como na indústria relacionada à STEM. Ressaltando, que a importância não está somente em incentivar a inserção de mulheres, mas também de favorecer sua permanência e crescimento acadêmico e profissional.

Muitos programas de inserção de meninas e mulheres em STEM surgem como respostas promissoras para combater essas desigualdades, promovendo a confiança necessária para que as participantes se sintam empoderadas e vejam a tecnologia como um campo acessível e promissor. A participação em atividades tecnológicas fortalece a rede de apoio, criando uma sensação de pertencimento, estimulando a inclusão feminina na formação acadêmica e no mercado de tecnologia, ampliando a diversidade e a capacidade inovadora, contribuindo para uma sociedade mais equitativa (ALMEIDA e SOARES, 2020).

O incentivo à educação tecnológica para meninas deve ser considerado uma estratégia fundamental para o avanço científico, econômico e social. O fortalecimento das iniciativas por meio da indústria, academia e governo, é crucial para a criação de um futuro mais justo e inclusivo.

Com base nesse cenário, surge a questão de pesquisa: Como motivar a inserção de meninas e mulheres nas áreas de STEM? Visando contribuir com essa questão de pesquisa, esse trabalho aborda o desenvolvimento de jogos digitais, utilizando abordagens de gamificação, para motivar o ingresso e a permanência de meninas e mulheres nas áreas de STEM.

Essa inserção ocorre por meio da proposta de uma vivência virtual de atividades relacionadas a cada uma das áreas de STEM, sendo considerado uma ferramenta pedagógica que integra elementos didáticos e lúdicos.

O público-alvo dos jogos desenvolvidos pode pertencer a três níveis de ensino: fundamental, médio e superior. Neste texto serão

abordados dois jogos digitais, o “ELAS&STEM”, que possui foco no ensino superior e no treinamento para a indústria e o “As GoytaGames” que possui foco no ensino fundamental e médio. O desenvolvimento dos jogos ocorre no Lab.Games 5.0 do Núcleo de Engenharia de Software e Inteligência Artificial (NES.IA) do Instituto Federal Fluminense.

2. Importância da Gamificação e dos Jogos na Inserção Feminina em STEM

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) este projeto está diretamente relacionado ao ODS5 - Igualdade de Gênero, o qual afirma que o aumento do uso de tecnologias de base, em particular as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), promovem o empoderamento feminino.

De acordo com a UNESCO (2021) e com o British Council, a estimativa é de que apenas uma mulher para cada quatro homens consiga ingressar no mercado de trabalho na área de STEM. As disparidades de gênero na ciência contribuem fortemente com a desigualdade econômica, pois apesar das ações para aumentar a representatividade feminina em STEM, ainda existem lacunas em diferentes níveis de educação e progressão de carreira em quase todos os países do mundo.

Embora existam muitos movimentos, programas e projetos que visam aumentar a participação das meninas em STEM, ainda existem muitas lacunas em diferentes níveis de ensino em praticamente todos os países, desde a educação básica até altas posições na área científica, conforme aponta o relatório da UNESCO (2021).

A inserção e/ou permanência das meninas nas áreas de STEM é de grande relevância considerando fatores citados por diversas pesquisas, os quais impedem meninas de seguirem carreiras em STEM:

- Falta de conscientização e informação da sociedade em relação as carreiras em STEM, as quais são, na maioria das vezes, consideradas mais difíceis;
- Criação do estereótipo de que a formação e a carreira em STEM são direcionadas ao público masculino;

- Alta desigualdade socioeconômica, os fatores de interseccionalidade e classe afetam meninas e mulheres, aumentando os níveis de discriminação desde a sala de aula e continuando ao longo da carreira;
- Reduzida representatividade feminina dificulta a mudança dos estereótipos e o aumento do interesse em STEM, principalmente entre as mais jovens.

Neste cenário, é de suma relevância motivar a inserção de meninas e mulheres nas áreas de STEM. A motivação é um importante processo envolvido na aprendizagem, bem como, o interesse, atitudes e também como as pessoas significam esses processos. A gamificação é cada vez mais aplicada a ambientes educacionais devido à sua capacidade de envolver os alunos em um nível social, emocional e cognitivo (GARGALLO LÓPEZ et al., 2020).

A gamificação é o uso de elementos e design de jogos em contextos não voltados diretamente ao entretenimento e tem sido utilizada como ferramenta pedagógica para estimular o envolvimento, o engajamento, a motivação e a capacitação dos estudantes em diversas atividades e áreas do conhecimento (SOUZA et al., 2017).

Um ambiente gamificado é definido por elementos de jogos classificados em três categorias: dinâmicos (representam o mais alto nível de abstração da interação entre o jogador e os elementos mecânicos de jogos); mecânicos (processos básicos que orientam as ações dos jogadores em uma direção desejada, onde estas ações delimitam o que pode ser feito ou não dentro do jogo); e componentes (aplicações específicas utilizadas na interface do jogo, como pontuações, níveis, missões, conquistas, etc.) (VILAS BOAS et al., 2017).

A gamificação pode ser uma boa forma de proporcionar a inclusão feminina em STEM, pois como descreve Mcgonigal (2012), sentimentos provocados pelos jogos como sensações de poder, estímulos criativos, sucesso em empreender, pertencimento à comunidade e alegria, não ocorrem com facilidade no mundo real. No entanto, em um projeto de gamificação pode ser empregar elementos com o fim de criar um ambiente propício para o estímulo à mudança de comportamento e o desenvolvimento cognitivo.

Efklides e Metallidou (2020) afirmam a importância da interação entre metacognição, experiências afetivas e motivacionais, pois a experiência lúdica costuma prender a atenção do aprendiz e, em geral, está ligada ao afeto positivo e motiva os alunos a se empenharem em uma experiência que envolve comportamento, cognição e afeto.

3. Metodologia

A metodologia está direcionada para a criação de novos artefatos seguindo as etapas de *Design Science Research* (Peppers et al., 2008), conforme segue:

- Etapa I - A primeira etapa da metodologia consiste na identificação e motivação do problema, onde primeiramente será realizada uma revisão da literatura relacionada a inserção de meninas e mulheres nas áreas de STEM, os benefícios da gamificação para o aprendizado, motivação e engajamento, assim como, games e animações já existentes que estejam relacionados ao tema deste projeto. Para tal, serão utilizadas bases científicas de grande relevância internacional, tais como, Scopus, Web of Science, IEEE, Google Scholar e Science Direct;
- Etapa II - Na segunda etapa, definição dos objetivos de uma solução, serão definidos como objetivos da solução, os conteúdos de cada disciplina (matemática, física, química, informática básica, lógica de programação, eletrônica, automação e robótica) que serão utilizados nos jogos;
- Etapa III - Na terceira etapa, design e desenvolvimento, serão desenvolvidos os jogos que ficarão disponíveis de forma online. No que se refere aos jogos serão elaborados o design de gamificação e a criação dos personagens no que se refere: (i) a dinâmica, nível mais alto de abstração ou de gerência e organização como restrições, narrativas e progressão; (ii) a mecânica, como as regras, objetivos e limites; (iii) os componentes que são os elementos comuns em games, como personagens, avatar, medalhas, níveis, pontos, missões e outros, em geral inserido para a dinâmica e a mecânica funcionar;

- Etapa IV - A demonstração e avaliação, se baseiam na comparação dos objetivos da solução aos resultados reais observados. Desta forma, todas as atividades elaboradas serão apresentadas a uma amostra de docentes, demonstrando o funcionamento destas atividades e visando a identificar a necessidade de possíveis ajustes antes de disponibilizar a atividade no formato online. A avaliação diz respeito a fornecer ao público-alvo das atividades a opção de avaliação das mesmas, em relação a atratividade, conteúdo, aprendizagem e motivação para inserção e/ou permanência das mulheres e meninas nas áreas de STEM.

A Figura 1 mostra uma síntese visual das etapas da metodologia proposta para o desenvolvimento dos dois jogos.



Figura 1. Etapas da Metodologia. Fonte: As autoras utilizando a ferramenta de IA NotebookLM

4. Resultados Obtidos

Os dois jogos abordados apresentam dois formatos: formato de Quiz (perguntas e respostas) e formato de cenários virtuais com simulação de atividades, ambos relacionados às áreas de STEM. Os conteúdos serão de acordo com o nível do público-alvo, ou seja, as questões e cenários abordarão conteúdo do nível fundamental, médio e superior para cada uma das áreas de STEM.

O formato Quiz é composto de um banco de questões de múltiplas escolhas relacionadas às áreas de STEM e os conteúdos dessas questões são gerados pela Inteligência Artificial, o ChatGPT, e avaliados por docentes que atuam nestas áreas. As questões compõem um banco de questões e são sorteadas de forma aleatória pelo jogo para cada partida. Para cada nível são criados os cenários estáticos de acordo com a área abordada, personagens, questões e regras. Para cada questão que a aluna responder, será informado se ela acertou ou errou, assim como um detalhamento do conteúdo abordado explicando a resposta correta e justificando o porquê das demais serem incorretas.

Os jogos, atualmente, possuem 30 questões específicas para cada uma das quatro áreas que compõem o STEM e para cada nível. Essa estrutura foi pensada para oferecer autonomia ao jogador, que poderá escolher, por meio da interface principal, em qual área deseja testar seus conhecimentos.

É importante ressaltar que o banco de questões foi inicialmente gerado com o auxílio de IA visando a diversidade de temas e abordagens. No entanto, para garantir a precisão científica e a adequação pedagógica ao nível escolar das alunas, todo o conteúdo passa por um processo de validação técnica realizado por professores especialistas de cada uma das áreas de STEM antes de disponibilizar ao público-alvo.

O formato de cenários virtuais com simulação de atividades é composto por cenários dinâmicos com atividades relacionadas às áreas de STEM, sendo gerados por Inteligência Artificial, Google Gemini, e avaliados por docentes que atuam nestas áreas. Para cada nível são criados os cenários dinâmicos de acordo com a área abordada. E as

atividades são realizadas de acordo com comandos do jogador, ao final da atividade, o jogo informa se as atividades foram realizadas corretamente ou não, além de apresentar um detalhamento do passo a passo para executar a atividade. Atualmente, os jogos possuem um cenário dinâmico para cada uma das quatro áreas que compõem o STEM e para cada nível, onde cada cenário é composto de cinco atividades. Neste formato, o jogador também escolhe em qual área deseja elaborar as atividades.

A Figura 2 mostra a tela do menu principal do formato Quiz no Jogo “As Goytatecs”. O menu conduz à seleção, onde a jogadora escolhe a área de STEM em que deseja jogar. Após a escolha da área, o jogo realiza o carregamento das questões e alternativas correspondentes. Ao selecionar uma resposta, o jogo fornece um feedback visual imediato para a jogadora. Este recurso contém, além da indicação do resultado, uma breve explicação sobre a alternativa, reforçando o caráter educativo e lúdico. O jogo realiza o a pontuação ao longo da partida, embora o resultado final seja exibido apenas na tela de conclusão, mantendo o engajamento da jogadora até o término do desafio. Ao final, o jogo apresenta o desempenho total e oferece a opção de reiniciar a partida, incentivando a fixação do conteúdo.

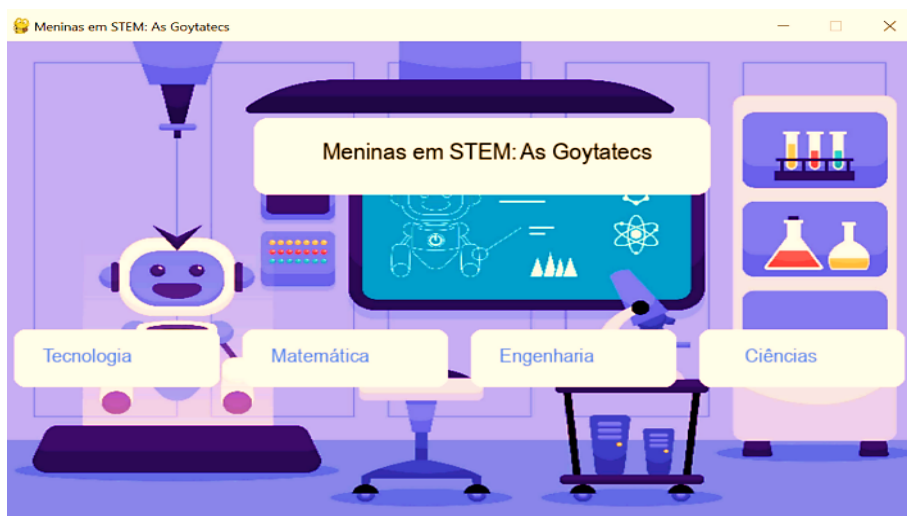


Figura 2. Interface principal com a seleção de categorias STEM do Jogo “As Goytatecs”. Fonte: As autoras.

A Figura 3 mostra as personagens que já foram criadas para os dois jogos e pode-se observar que para a criação das personagens são consideradas questões como diversidade de raça, etarismo e PcDs (Pessoas com Deficiências). Buscando promover a representatividade e a diversidade nas áreas de STEM, as personagens foram caracterizadas com perfis distintos e o desenvolvimento visual buscou garantir a coesão visual do projeto por meio de designs preliminares pensados para dialogar diretamente com o público-alvo.



Figura 3. Personagens dos jogos. Fonte: Adaptado de Santos et. al (2025).

A Figura 4 mostra o planejamento da personagem para uma das áreas de STEM, neste caso a área de Tecnologia, e o planejamento do cenário estático relacionado a essa área, composto pelas questões para o jogo no formato Quiz do “As Goytatecs”. A Figura 5 mostra o planejamento do cenário dinâmico relacionado a uma das áreas de STEM, neste caso a área de Tecnologia com atividades no laboratório de Robótica, para o jogo no formato de cenários dinâmicos no “ELAS&STEM”.

Os jogos foram apresentados em três eventos científicos no ano de 2025 (Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital – SBGAMES; Mostra de Extensão da UENF, IFF, UFF e UFRRJ; e Mostra de Ciência e Tecnologia de Campos dos Goytacazes). Os docentes que avaliaram os trabalhos nesses eventos consideraram que os jogos apresentam uma boa atratividade, conteúdos adequados, facilitam o aprendizado e geram motivação, contribuindo para inserção e/ou permanência das mulheres e meninas nas áreas de STEM.



Figura 4. Guia visual planejado para a tela de questões por área STEM.
Fonte: As autoras.

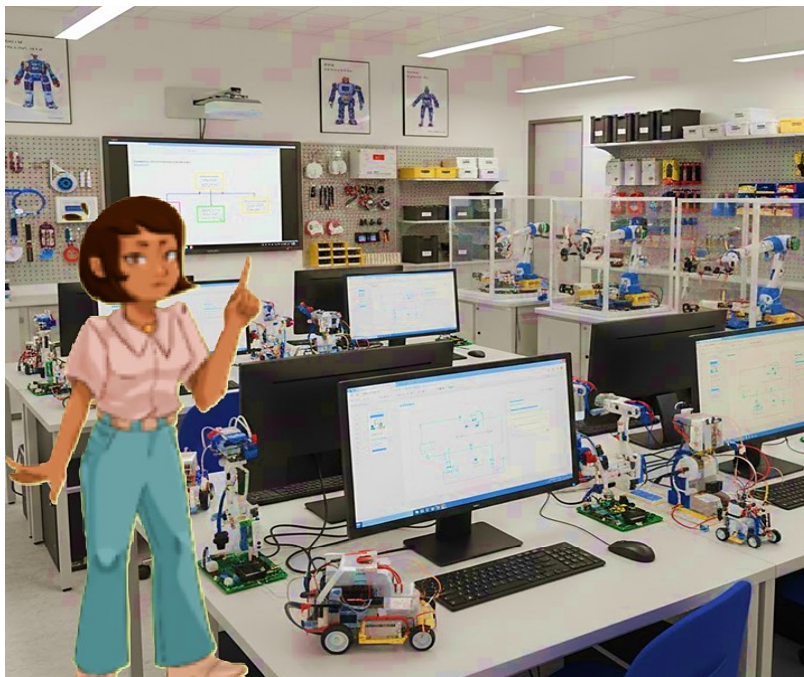


Figura 5. Guia visual planejado para a tela cenários dinâmicos com atividades por área STEM. Fonte: As autoras.

É importante ressaltar que o SBGAMES é o maior e o mais importante evento científico da área de jogos no país e que a Mostra de Extensão da UENF, IFF, UFF e UFRRJ é o maior evento de extensão do interior do estado do Rio de Janeiro e um dos maiores do país.

As apresentações dos jogos nesses eventos mostraram que a utilização de jogos digitais como ferramenta de intervenção pedagógica tem se mostrado eficaz para enfrentar a sub-representação feminina nas áreas de STEM. Essa eficácia fundamenta-se em três pilares: a desconstrução de estereótipos, o fortalecimento da autoeficácia e a aprendizagem em ambiente seguro.

Jogos específicos, como o “Elas&STEM” e o “As Goytatecs”, permitem a inserção de narrativas onde mulheres ocupam papéis de protagonismo técnico. Ao interagir com avatares e personagens femininas que resolvem problemas complexos de engenharia ou

programação, a jogadora vivencia um processo de identificação. Isso combate o "viés de confirmação" de que carreiras tecnológicas são inerentemente masculinas, alterando a percepção social e profissional da área desde a infância.

A autoeficácia, definida como a crença na própria capacidade de realizar tarefas específicas, é frequentemente menor em meninas no que tange às ciências exatas devido a pressões culturais. Os jogos estruturam o aprendizado através de ciclos de feedback imediato e progressão de dificuldade.

Os jogos permitem erros sem as consequências sociais de uma sala de aula tradicional. O erro é visto como parte da mecânica (tentativa e erro), o que reduz a ansiedade matemática e tecnológica. Ao vencer desafios lógicos dentro dos jogos, a usuária desenvolve competências técnicas de forma lúdica, transferindo essa confiança para contextos acadêmicos e profissionais reais.

A inserção de meninas e mulheres em STEM via jogos não se limita ao entretenimento; trata-se de letramento computacional. Jogos que utilizam mecânicas de raciocínio algorítmico preparam o terreno cognitivo para o aprendizado de linguagens de programação. Quando o jogo é contextualizado para resolver problemas relacionados a um maior engajamento do público feminino, a conexão entre tecnologia e propósito torna-se um fator decisivo para o ingresso e permanência na área de STEM.

5. Considerações Finais

Em suma, os jogos propostos contribuem não apenas para a educação do indivíduo, mas também para o fortalecimento da comunidade e a promoção de um futuro mais igualitário em relação às questões de gênero, principalmente nas áreas de STEM.

Jogos voltados para STEM atuam como tecnologias assistivas de inclusão social. Eles não apenas ensinam conceitos técnicos, mas reformulam a identidade profissional das jovens, transformando a tecnologia de um campo intimidador em um território de domínio e criatividade feminina.

Como trabalhos futuros são necessárias melhorias na implementação dos cenários dinâmicos, ampliar o banco de conteúdo, a criação de mais personagens e uma avaliação específica de cada jogo com uma amostra relevante de docentes e alunas de cada nível educacional para cada área de STEM em relação a atratividade, conteúdos, aprendizado e motivação. E ainda, se faz necessária uma avaliação do conhecimento das alunas em cada área de STEM antes e depois de utilizar os jogos por um determinado período.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro fornecido pelas seguintes agências: FAPERJ, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Referências Bibliográficas

Almeida, M. do C. S., Soares, R. Mulheres na ciência: desafios e perspectivas no cenário contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 254, p. 87-100.2020.

Carli, L. L., Alawa, L., Lee, Y., Zhang, B., Martell, R. Stereotypes about gender and science: Women $\neq$ scientists. **Psychology of Women Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 244-260, 2016.

Efklides, A., Metallidou, P. **Applying Metacognition and Self-Regulated Learning in the Classroom**. Oxford Education, 2020.

Forbes. **Diversity in the workplace: breaking barriers and building bridges**. 2023.

Gargallo, L. B., Pérez-Pérez, C., Garcia-Garcia, F. J., Giménez, B. J. A., Portillo, P. N. La competencia aprender a aprender en la universidad: propuesta de modelo teórico. **Educacion XX1**, v.23, n.1, pp. 19–44. 2020.

Hunt, J., Beyer, G., Murphy, A. The gender gap in STEM: The impact of socialization and stereotypes on the representation of women in

science, technology, engineering, and mathematics. **Journal of Educational Psychology**, v. 110, n. 4, p. 489-506. 2018.

Mcgonigal, J. **A realidade em jogo**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012. 378p.

Peppers, K., Tuunanen, T., Rothenberger, M. A., Chatterjee, S. A Design Science Research Methodology for Information Systems Research. **Journal of Management Information Systems**, 24(3), 45–77. 2008.

Nascimento, A. P., Almeida, R. **Mulheres em STEM: Desafios e Oportunidades na Construção de Modelos de Liderança**. 2022.

Santos, A. C. H. V., Azevedo, V. G. Z., Silva, S. V. Promovendo a Inclusão de Meninas nas Áreas de STEM: O Jogo “Elas&STEM Game”. In: Workshop Magica - Games na Graduação e na Educação Básica - SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JOGOS E ENTRETENIMENTO DIGITAL (SBGAMES), 14, 2025, Salvador/BA. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2025. p. 528-534.

SOFTEX. W-Tech - Uma perspectiva desafiadora sobre a participação feminina na economia da informação. **Relatório Técnico**. 2025.

Souza, M., Veado, L., Moreira, R., Figueiredo, E., Costa, H. Games for learning: Bridging game-related education methods to software engineering knowledge areas. In: PROC. OF THE 39TH IEEE/ACM INTER. CONFERENCE ON SOFTWARE ENGINEERING: Software Engineering and Education Track, 2017, Buenos Aires, Argentina. 2017. **Anais...** Buenos Aires, Argentina, pp. 170-179.

UNESCO. Uma equação desequilibrada: participação crescente de Mulheres em STEM na ALC (América Latina e Caribe). **Relatório Técnico**. 2021.

UNESCO. Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). **Relatório Técnico**. 2018.

Vilas Boas, J., Teixeira, M., Damasceno, E., Brancher, J. GamAPI - Uma API para Gamificação. **Inf. educação: teoria & prática**, v. 20, n.1, pp. 71-80. 2017.

World Economic Forum. Global Gender Gap Report. **Relatório Técnico**. 2025.

CAPÍTULO 33

PSICOLOGIA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA PRISÃO

*PSYCHOLOGY AND INSTITUTIONAL RELATIONS OF TRANSGENDER WO-
MEN AND “TRAVESTIS” IN PRISON*

Maria Vitória Grobe dos Santos

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC
Lages - Santa Catarina
<https://orcid.org/0009-0000-9933-7057>
mvitoriagrobe@uniplaclages.edu.br

Jaiane Freitas Branco

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC
Lages - Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0003-1706-648X>
jaianepsico@uniplaclages.edu.br

RESUMO

O sistema prisional brasileiro reflete e intensifica desigualdades estruturais relacionadas à raça, classe e gênero, impactando de forma agravada a população de mulheres trans e travestis (MTT). Essa população enfrenta múltiplas formas de violência, invisibilidade e exclusão institucional pela ausência de políticas públicas específicas e de profissionais qualificados. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar na literatura científica nacional as relações institucionais de MTT no contexto prisional brasileiro. Trata-se de uma reflexão teórica fundamentada na Psicologia Social, realizada por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa, que reúne diferentes tipos de documentos. A análise dos artigos selecionados foi organizada nas seguintes categorias temáticas: 1) Identidades criminalizadas e invisibilizadas: perfil de MTT no sistema prisional brasileiro e suas trajetórias; 2) Violências e resistências: relações institucionais de MTT no contexto prisional; 3)

O papel da psicologia nas relações institucionais e subjetividades de MTT no contexto prisional. O cárcere atua como dispositivo de poder, mas também abriga práticas de resistência e afirmação identitária. Destaca-se o papel da Psicologia ética e engajada, legitimando existências dissidentes e promovendo práticas inclusivas.

Palavras-Chaves: Mulheres trans; Travesti; Prisão; Psicologia.

ABSTRACT

The Brazilian prison system reflects and intensifies structural inequalities related to race, class, and gender, disproportionately affecting trans women and travestis (TW). This population faces multiple forms of violence, invisibility, and institutional exclusion due to the lack of specific public policies and qualified professionals. In this context, the present study aims to analyze the scientific literature on the institutional relations of TW in the Brazilian prison system. It consists of a theoretical reflection grounded in Social Psychology, carried out through a narrative literature review that encompasses different types of documents. The analysis of the selected articles was organized into the following thematic categories: 1) Criminalized and invisibilized identities: profile and trajectories of TW in the Brazilian prison system; 2) Violence and resistance: institutional relations of TW in the prison context; 3) The role of psychology in the institutional relations and subjectivities of TW in the prison context. The prison functions as a device of power but also harbors practices of resistance and identity affirmation. The study highlights the role of ethical and politically engaged psychology in legitimizing dissident existences and promoting inclusive practices.

Keywords: Trans women; Travesti; Prison; Psychology.

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro expressa as desigualdades estruturais e culturais presentes na sociedade, revelando-se como um espaço de reprodução das hierarquias sociais sustentadas pelos marcadores de raça, classe e gênero. No caso de Mulheres Travestis e

Transgênero - MTT¹, as desigualdades se intensificam, resultando em maior vulnerabilidade à violência, marginalização social e consequentemente à criminalização (AlgarTE; Barbosa, 2022).

A violência contra a população de MTT, permanece aumentando significativamente no país, consolidando-se como o que mais assassina essa comunidade no mundo, pelo 16.º ano consecutivo. Em 2024, foram registrados 122 assassinatos, sendo a maioria de jovens negras e em vulnerabilidade financeira, assassinadas com requintes de crueldade em espaços públicos, a idade média de expectativa de vida dessa população é de 35 anos (Associação Nacional de Travesti e Transsexuais - ANTRA, 2025).

Além disso, a subnotificação destes crimes e a falta de registros adequados nos órgãos públicos evidenciam a invisibilidade dessa população nas estatísticas oficiais, dificultando a implementação de políticas públicas eficazes (Lôndero; Reis; Mewes, 2024). O dossiê da ANTRA "Não Existe Cadeia Humanizada" aponta que a lógica punitivista e transfóbica perpetua a marginalização dessa população, sendo agravada pela falta de políticas públicas específicas nesse contexto e pelo descaso estatal. A exclusão social de MTT se reflete também no sistema prisional, onde estas encarceradas enfrentam múltiplas formas de violência, com ênfase para a violência institucional (ANTRA, 2022).

A ausência de dados oficiais ou da publicização das informações institucionais sobre identidade de gênero nos levantamentos penitenciários e governamentais impede o desenvolvimento de estratégias de acolhimento, tornando o encarceramento ainda mais excludente para essas mulheres. A transfobia institucional², aliada à desigualdade racial e de classe, limita ainda mais as oportunidades de pessoas trans,

¹"MTT" é a sigla utilizada para se referir a mulheres trans e Travestis, reconhecendo as especificidades e intersecções dessas identidades de gênero. Embora distintas, ambas enfrentam contextos sociais marcados por transfobia, invisibilidade e violências estruturais (AlgarTE; Barbosa, 2022).

²A transfobia institucional se refere ao conjunto de práticas, normas, discursos, especificamente nas instituições que naturalizam, produzem e reproduzem desigualdades, exclusões e violências contra pessoas trans, especialmente no acesso a direitos básicos como saúde, educação e segurança. Trata-se de um preconceito que está enraizado nas estruturas sociais e institucionais (AlgarTE; Barbosa, 2022).

restringindo seu acesso à educação, trabalho e moradia digna (Algarte; Barbosa, 2022).

No primeiro semestre de 2024, o sistema prisional brasileiro contabilizou 663.906 pessoas custodiadas em celas físicas, além de 105.104 monitoradas eletronicamente e 115.117 em prisão domiciliar sem tornozeleira, totalizando aproximadamente 884 mil indivíduos sob custódia ou medidas restritivas de liberdade. Os dados revelam, além da superlotação carcerária, uma crescente utilização de alternativas à prisão tradicional, como o monitoramento eletrônico e a prisão domiciliar (Brasil, 2024). Conforme o Relatório de Presos LGBTI em 2022, da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, foram identificadas 12.356 pessoas autodeclaradas LGBTI em privação de liberdade, das quais 919 se declararam mulheres transexuais e 680, travestis (Brasil, 2022).

No estado de Santa Catarina, em junho de 2024, haviam 27.732 internos alocados em unidades prisionais, distribuídos em 53 unidades, com um número médio de apenas um ou dois psicólogos vinculados ao Estado por instituição. Isso significa que um único psicólogo pode ser responsável por cerca de 274 encarcerados, o que evidencia um déficit significativo na assistência psicológica dentro do sistema prisional (Brasil, 2024).

Diante desse contexto, o papel do psicólogo no sistema prisional torna-se fundamental para garantir o mínimo de assistência a essa população. No entanto, a escassez de profissionais na área compromete essa atuação de forma qualificada. De acordo com Oliveira et al. (2018), a literatura acadêmica sobre Psicologia e o sistema prisional ainda é majoritariamente cisheteronormativa, desconsiderando as especificidades da população LGBTQIA+³, especialmente das mulheres trans e

³Neste trabalho, utiliza-se a sigla LGBTQIA+, em consonância com as *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+* (CFP, 2023). A adição (+), busca representar outras identidades de gênero e orientações sexuais não contempladas explicitamente na sigla. Reconhece-se, contudo, a existência de variações da sigla, que procuram incluir novas expressões da diversidade humana. Ressalta-se que de nenhuma forma se pretende esgotar a complexidade das identidades e experiências que compõem a comunidade, razão pela qual o símbolo "+" é empregado como marca de abertura e inclusão.

travestis, que enfrentam processos de marginalização antes, durante e após o encarceramento.

Contudo, toda prática psicológica precisa estar fundamentada no Código de Ética Profissional, criado pela Resolução Conselho Federal de Psicologia (CFP) N.º 010/2005, que reúne os princípios que guiam o trabalho ético dos profissionais, para além de apenas um conjunto de regras, os princípios servem como base para uma prática que respeita, valoriza e protege os direitos humanos e a dignidade das pessoas, promovendo cuidado, comprometimento e compromisso social.

Assim, o exercício da profissão deve estar fundamentado no respeito à dignidade, liberdade e integridade de cada sujeito, reconhecendo todas as pessoas a partir das suas diferenças e singularidades. A atuação deve ser feita de forma atenta ao contexto social, desenvolvendo um olhar crítico sobre a realidade política, econômica e cultural que atravessa a sociedade, contribuindo para transformações sociais. O profissional da psicologia deve ter consciência sobre as relações de poder, identificando os seus impactos no exercício da profissão bem como na vida das pessoas, visando combater as desigualdades e contribuindo com sua escuta e presença, para a construção de relações mais justas, respeitosas e acolhedoras (CFP, 2023).

Porém, historicamente, a psicologia no Brasil adotou uma postura de omissão e, por vezes, conivente diante das violências e exclusões enfrentadas pela população LGBTQIA+. Durante décadas, manteve-se alinhada a paradigmas patologizantes, contribuindo para a marginalização dessas identidades. Somente a partir dos anos 1980 e 1990, com o fortalecimento dos movimentos sociais e a redemocratização do país, é que a psicologia começou a revisar criticamente suas práticas e posicionamentos, principalmente através da Resolução CFP nº 01/1999 (Silva et al, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 17 de maio de 1990, retirou oficialmente a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), deixando de considerá-la uma patologia. Esse marco histórico representou um avanço fundamental na despatologização das sexualidades dissidentes e na promoção dos direitos da população LGBTQIA+.

Entretanto, a partir da Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018, do CFP, foram estabelecidas diretrizes éticas para a atuação dos profissionais da psicologia no atendimento a pessoas transexuais e travestis. Tal normativa promove o respeito à diversidade de identidades de gênero e proibindo práticas patologizantes, discriminatórias ou de conversão. Ela reforça o direito à autodeterminação e combate à transfobia no exercício profissional da Psicologia.

Já a Nota Técnica Nº 1/2021 do Conselho Federal de Psicologia, reforça o conteúdo da Resolução CFP nº 01/1999, com ênfase que a homossexualidade não é uma patologia e que qualquer prática de "cura gay" é antiética, sem respaldo científico e viola os direitos humanos. O documento reafirma o compromisso da Psicologia com a promoção da dignidade, da diversidade e da não discriminação em qualquer contexto ou campo de atuação, sendo um posicionamento essencial diante de discursos que buscam retroceder nas garantias já conquistadas pela população LGBTQIA+.

Diante dessas problemáticas e lacunas, a pesquisa teve como objetivo geral: analisar na literatura científica nacional as relações institucionais de MTT no contexto prisional brasileiro. Para isso, os objetivos específicos foram: caracterizar o perfil sociodemográfico das MTT no sistema prisional brasileiro e suas trajetórias; identificar os tipos de relações institucionais de MTT no contexto prisional; e, compreender o papel da psicologia nas relações institucionais e subjetividades de MTT no contexto prisional.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo teve origem de uma experiência de estágio remunerado em Psicologia, desenvolvida por meio de um programa de extensão universitária em um complexo penitenciário masculino em Santa Catarina, foi possível vivenciar de forma direta os desafios e as especificidades da atuação da Psicologia em contextos de privação de liberdade. Como destaca Spink (2003, p. 23), na vida cotidiana há muitos contadores de histórias, e cada relato revela experiências situadas que contribuem para a compreensão das práticas sociais.

A partir desta vivência surgiu o interesse em compreender mais profundamente a realidade das mulheres trans e travestis privadas de liberdade. O presente trabalho propõe uma reflexão teórica fundamentada na Psicologia, realizada por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa, que reúne diferentes tipos de documentos. Esse método possibilita uma visão ampla sobre o tema, embora não inclua todas as fontes de informação, por não se basear em procedimentos sistemáticos de busca e análise. Sua relevância reside na atualização rápida do conhecimento sobre a temática (Cavalcante; Oliveira, 2020).

A revisão foi desenvolvida nas seguintes etapas: delimitação do tema, fundamentada na experiência de estágio; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos estudos, palavras chaves e respectivos descritores booleanos e bases de dados para busca; coleta de dados, bem como as variáveis e informações a serem extraídas das pesquisas selecionadas; e análise e avaliação crítica dos estudos que compuseram a revisão.

Para a coleta, realizou-se a seleção de artigos a partir dos seguintes critérios de inclusão: textos originais - artigos, teses e dissertações, de acesso livre e público, no espaço temporal dos últimos dez anos, 2015-2025, com enfoque na interface entre as relações institucionais na prisão de MTT. Já, os critérios de exclusão foram: textos incompletos, capítulos de livros e artigos sem articulação com o tema de MTT no contexto prisional.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde - BVS, Scientific Eletronic Library Online - SciELO, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Google Acadêmico, no mês de outubro de 2025, as seguintes palavras chaves e descritores booleanos e em português: "Trans" e/ou "Prisão" e em inglês: *"transgender" and/or "prison"*.

Inicialmente os artigos foram selecionados pelo título e resumo; após, analisados na íntegra. Sua elegibilidade foi definida pelos critérios de inclusão e exclusão, com base nos objetivos da pesquisa.

Realizou-se análise temática (Braun; Clarke, 2016) para organizar e tratar os resultados dos materiais incluídos. Para identificação e

descrição dos temas, levou-se em consideração os vínculos dos resultados dos estudos com base nos objetivos da revisão.

3. RESULTADOS

Um total de 128 artigos foram identificados nas bases de dados BVS, CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Após a exclusão dos duplicados, restaram 126 para a seleção. De acordo com os critérios de inclusão propostos na análise dos títulos foram selecionados 36 materiais, na análise por resumos 11 e após a leitura integral dos estudos obteve-se uma mostra final de 10 documentos. Destes sendo 06 artigos, 03 dissertações de mestrado e 01 projeto de extensão universitária publicado. Entre os artigos, 01 abrangeu diversas áreas do conhecimento (Sociologia, Epidemiologia, Políticas Públicas, Saúde Coletiva e Medicina); 01 envolveu Direito e Serviço Social; 01 Ciências Sociais; 01 exclusivamente o Direito; 02 estavam vinculados à Psicologia. No conjunto das dissertações, 01 de Psicologia; 01 de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 01 do Direito. Por fim, o projeto de extensão foi desenvolvido a partir da perspectiva da Educação (Pedagogia).

Após a leitura na íntegra dos documentos, procedeu-se a uma análise criteriosa e avaliação crítica dos estudos que compuseram a revisão e à categorização temática do material, sistematizada em um quadro contendo as seguintes colunas: Base de Dados, Título do Artigo, Ano, Autores, Temáticas e Considerações Finais utilizado para a construção de um banco de dados (Quadro 1).

Quadro 1 - Artigos levantados nas bases de dados

Base de dados	Título do artigo/ ano	Autores	Temáticas/Considerações Finais
CAPES	Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre (2016).	Bruna Caldieraro de Souza e Guilherme Gomes Ferreira.	Condições de encarceramento de pessoas trans pelos marcadores sociais como idade, raça/etnia e classe, bem como suas trajetórias relacionadas ao tráfico e à marginalização, destacando as violações aos princípios da igualdade e da dignidade humana no contexto prisional.
CAPES	Lazer, Mulheres Trans e Sistema Prisional (2023).	Felipe Fonseca Oliveira Rodrigues.	O lazer é vivenciado e reivindicado por mulheres trans encarceradas, compreendendo-o como fenômeno cultural e expressão de subjetividade, e não apenas como instrumento de ressocialização. Analisa as demandas e exclusões vividas por esse grupo no sistema prisional.
CAPES	Clube de leitura na prisão: corpos abjetos, identidades em suspenso na extensão universitária (2023).	Marcos Felipe Gonçalves Maia e Maria Eulina Pessoa de Carvalho.	Relata a experiência de um projeto de extensão universitária em formato de clube de leitura dentro de um presídio masculino, envolvendo gays, bissexuais e mulheres trans, discutindo como o espaço possibilita experiências de subjetivação, resistência simbólica e construção de identidades dissidentes em meio à abjeção e à exclusão social que marcam o cárcere.

CAPES	Perfil e experiências durante o encarceramento de mulheres trans e travestis (MTT) no Brasil: um estudo transversal (2024).	Andréa Fachel Leal, Cristine Coelho Ca-zeiro, Ana Carolina Einsfeld Mattos, Bruna Hentges, Luciana Barcellos Tei-xeira, Daniela Riva Knauth, Laio Magno, Inês Dourado, Maria Amélia de Sousa Mascena Ve-ras.	Um estudo transversal com mulheres trans e travestis em cinco capitais brasileiras, que descreve marcadores socio-demográficos, trajetórias de encarceramento e condições de detenção (inclusive em alas masculinas), desta-cando como essas experiências refletem exclusão social, discriminação de gênero e vulnerabilidades estruturais.
BVS	Negociações identitárias: po-rosidades e di-nâmicas em uma galeria pri-sional LGBT (2022).	Gabriela Baptista-Silva, Cristiano Ha-mann, Paula Sandrine Machado, Adolfo Piz-zinato.	A pesquisa revela como dinâ-micas de poder, normas iden-titárias e espaços de resis-tência se articulam no con-texto prisional, mostrando que identidades estão em constante negociação, entre imposição normativa e agen-ciamento subjetivo, evidenci-ando o cárcere como campo de tensões entre violência e possibilidade de expressão identitária.
SCIELO	As bichas e os bofes na crise do sistema peni-tenciário (2021).	Vanessa Sander.	O estudo analisa as relações afetivas e conjugualidades de travestis no cárcere e os mo-dos como o sistema prisional produz novas formas de afeto e controle.
SCIELO	Casamento no Cárcere: Agenci-amentos Identi-tários e Conju-gais em uma Galeria LGBT (2017).	Gabriela Baptista-Silva, Cristiano Ha-mann, Adolfo Pizzi-nato.	A pesquisa investiga como pessoas LGBTQIA+, especi-almente travestis, desenvol-vem e vivem relações afeti-vas e conjugais dentro de uma ala prisional masculina, revelando que o sistema pri-sional não só controla corpos e identidades, mas também produz novas formas de

			conjugalidade, agência afetiva e reconhecimento identitário em contextos de exclusão.
GOOGLE ACADÊMICO	O que papai do céu não deu, a ciência vende: feminilidades de mulheres trans e travestis em privação de liberdade (2019).	Vanessa Pereira de Lima.	O estudo analisa as formas de construção e expressão das feminilidades de mulheres trans e travestis em contexto prisional, discutindo como o cárcere regula e ao mesmo tempo possibilita práticas de gênero, beleza e corpo. Revela as negociações entre coerção institucional e afirmação subjetiva, evidenciando resistências e recriações de si em meio à violência e ao controle.
GOOGLE ACADÊMICO	Gênero (in)visível: a mulher transexual e a privação de liberdade (2019).	Annuska de Araújo Gomes da Silva.	O estudo investiga a inserção de mulheres transexuais em privação de liberdade, analisando como o sistema de justiça criminal brasileiro lida com marcadores de gênero/sexualidade e produz práticas de controle e exclusão.
GOOGLE ACADÊMICO	O sistema penitenciário e as relações de gênero: a marginalização de mulheres transexuais e travestis nas prisões brasileiras. (2024)	Layla de Oliveira Lima Linhares.	O estudo aborda como o sistema penitenciário brasileiro, ao reconfigurar relações de gênero convencionais, marginaliza pessoas transexuais e travestis privadas de liberdade, evidenciando a ausência de implementação efetiva de normas que garantam direitos, destacando a condição desses corpos dissidentes como alvo de invisibilização institucional.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

No conjunto dos textos analisados, observa-se ainda que nove das dez pesquisas selecionadas utilizam metodologias mistas, combinando revisão documental e pesquisa de campo e somente uma das pesquisas se dá apenas através de uma revisão bibliográfica. Contudo, a maioria dessas investigações tem um recorte regional ou estadual, concentrando-se em contextos distintos e estabelecimentos específicos de privação de liberdade. Poucas pesquisas apresentam uma abrangência nacional ou interinstitucional, o que reforça a necessidade de estudos de revisão mais amplos e comparativos sobre a experiência dessas populações em diferentes estabelecimentos prisionais.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos artigos selecionados foi organizada nas seguintes categorias temáticas: 1) Identidades criminalizadas e invisibilizadas: perfil de MTT no sistema prisional brasileiro e suas trajetórias 2) Violências e resistências: relações institucionais de MTT no contexto prisional 3) O papel da psicologia nas relações institucionais e subjetividades de MTT no contexto prisional.

4.1 Identidades criminalizadas e invisibilizadas: perfil de MTT no sistema prisional brasileiro e suas trajetórias

Nas pesquisas analisadas, entre os dez estudos identificados, nove utilizam as categorias **mulheres trans** e **travestis** de forma conjunta, reconhecendo suas especificidades e as experiências compartilhadas no contexto da privação de liberdade. Apenas um dos trabalhos não utiliza essas categorias específicas, que é o “Clube de leitura na prisão: corpos abjetos, identidades em suspenso na extensão universitária” de Maia e Carvalho (2023), tratando particularmente de experiências voltadas à leitura, sem incluir explicitamente a travestilidade em sua abordagem.

As pesquisas apontam que o perfil das mulheres trans e travestis encarceradas no Brasil é marcado por trajetórias atravessadas por desigualdade social, discriminação e exclusão estrutural. Em muitos casos, há uma ruptura precoce dos vínculos familiares e afetivos, abandono escolar, dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e envolvimento em atividades informais como forma de sobrevivência. Tais condições sociais e afetivas se articulam com processos de vulnerabilização que contribuem para a entrada dessas mulheres no sistema prisional (Souza; Ferreira, 2016; Silva, 2019; Baptista-Silva et al., 2022; Linhares, 2024).

Os estudos denunciam a carência de políticas públicas que reconheçam as especificidades das mulheres trans e travestis no cárcere, resultando em apagamento institucional e falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação e nome social (Souza; Ferreira, 2016; Rodrigues, 2023; Linhares, 2024).

Quanto a violência de gênero sofrida pelas MTT, cabe aqui salientar, que esta manifesta-se em diferentes contextos sociais, e no caso das pessoas trans e travestis em situação de privação de liberdade não é diferente, uma vez que também nesse espaço há a reprodução dessas violações, por exemplo, a violência sexual, física e simbólica é uma constante na vida dessas mulheres, tanto fora quanto dentro das prisões (Souza; Ferreira, 2016; Lima, 2019; Silva, 2019; Baptista-Silva et al., 2022; Leal et al., 2024; Linhares, 2024).

As mulheres travestis e transexuais que exercem trabalho sexual frequentemente encontram-se subordinadas a redes de exploração vinculadas ao tráfico de drogas, o que acaba por associá-las, de forma direta ou indireta, a práticas de tráfico de entorpecentes. Além disso, as forças policiais costumam adotar padrões de relato que, em diversos casos, produzem associações ou mesmo fictícias entre essas mulheres e crimes como tráfico, roubo ou extorsão. Tais práticas contribuem para a manutenção e reforço de estigmas contra a população trans, especialmente aquelas negras e residentes em regiões periféricas (Souza; Ferreira, 2016; Silva, 2019; Baptista-Silva et al., 2022; Linhares, 2024; Leal et al., 2024).

Há uma criminalização simbólica e material das identidades trans e travestis, especialmente quando associadas à pobreza e à negritude. A prisão, nesse sentido, funciona como um espaço de gestão dos corpos considerados “desviantes” e “perigosos” (Sander, 2021; Baptista-Silva et al., 2022), sustentando-se em tecnologias de poder que disciplinam e controlam os sujeitos por meio da vigilância dos corpos e da vida (Foucault, 1987; Baptista-Silva, 2017).

Os estudos também observam como a prisão reconfigura as identidades dessas mulheres, ora reforçando o estigma, ora criando espaços de pertencimento, como nas galerias LGBTQIA+ ou grupos de leitura, por exemplo, que funcionam como pequenos espaços de reconhecimento (Baptista-Silva et al., 2022; Maia; Carvalho, 2023).

Embora não seja possível estabelecer uma hierarquia de opressões, a realidade enfrentada por mulheres e homens trans no Brasil é marcada por altos índices de vulnerabilidade e violência, chamando atenção especial para essa população. Entre os integrantes da comunidade LGBT+, são justamente as pessoas trans que apresentam maior exposição a agressões físicas, verbais e simbólicas, muitas vezes culminando em mortes violentas em espaços públicos durante o dia (Rodrigues, 2022).

4.2 Violências e resistências: relações institucionais de MTT no contexto prisional

Nesta categoria, analisam-se as múltiplas relações estabelecidas no interior do cárcere, com ênfase nas dinâmicas de violência e resistência. O trabalho de Linhares (2025) é tomado como principal referência, destacando-se por sua contribuição à reflexão sobre o sistema penitenciário e as relações de gênero que permeiam a marginalização de mulheres trans e travestis (MTT). Essas mulheres vivenciam múltiplas formas de violência institucional, simbólica e física, articuladas pela intersecção entre gênero, classe e raça. Tais violências se manifestam tanto nas práticas disciplinares e normativas das instituições penais quanto nas relações cotidianas estabelecidas entre agentes, outros detentos e o próprio sistema de justiça.

A prisão reproduz e intensifica as lógicas cis-heteronormativas e patriarcais da sociedade, funcionando como um espaço que regula os corpos dissidentes. Nesse contexto, a identidade de gênero das MTT é frequentemente negada, sendo comum o uso do nome civil, a alocação em presídios masculinos e a ausência de políticas institucionais voltadas às suas especificidades. Essas práticas constituem formas de violência simbólica, na medida em que negam o reconhecimento social e subjetivo dessas pessoas (Lima, 2019; Souza & Ferreira, 2016; Rodrigues, 2023).

Ao ingressar em presídios comuns masculinos, travestis e transexuais têm sua identidade social violada desde o primeiro momento, por meio de normas disciplinares como o corte de cabelo, que afetam diretamente a expressão de gênero. O cabelo, mais do que uma questão estética, constitui elemento essencial da identidade pública dessas pessoas. Em contraste, algumas unidades oferecem tratamento diferenciado, respeitando a identidade de gênero e adotando políticas específicas, incluindo regras similares às de presídios femininos e orientações de saúde adaptadas às necessidades do público LGBTQIA+ (Souza; Ferreira, 2016; Rodrigues, 2023; Baptista-Silva et al., 2022).

As formas de violência são múltiplas, e o simbólico e o físico se entrelaçam, conforme sistematizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Tipos de violência contra MTT no sistema prisional

Tipo de violência	Descrição	Exemplos
Institucional	Práticas e normas do sistema prisional, que reforçam desigualdades e negam direitos.	Alocação em presídios masculinos; ausência de políticas específicas; desrespeito ao nome social; falta de acesso à saúde e à visita íntima.
Simbólica	Formas de desvalorização, estigma e negação da identidade que produzem sofrimento e exclusão.	Uso do nome civil; imposição do corte de cabelo; deslegitimação da feminilidade.

Física	Agressões, punições e violência sobre o corpo.	Espancamentos, isolamento forçado, assédio e abuso sexual.
Psicológica	Práticas de humilhação, coerção e intimidação que afetam a subjetividade e a saúde mental.	Ofensas, ameaças, transfobia e privação de vínculos afetivos.
Estrutural	Intersecção entre gênero, raça e classe.	Associação entre vulnerabilidades, pobreza, prostituição e criminalidade; marginalização histórica.

Fonte: elaborado pelas autoras com base na revisão narrativa - 2025 (Souza; Ferreira, 2016; Lima, 2019; Silva, 2019; Sander, 2021; Baptista-Silva et al., 2022; Rodrigues, 2023; Linhares, 2024).

Estudos como os de Linhares (2024) e Silva (2019) descrevem episódios recorrentes de agressões, assédio sexual, estupro e isolamento forçado como práticas utilizadas para controlar e punir corpos trans e travestis dentro das prisões. Em muitos casos, essas violências são legitimadas pelo discurso da “manutenção da ordem” ou pela alegação de “proteção”, mascarando a precarização da vida e a violação de direitos humanos. As forças policiais, de modo intencional ou não, constroem narrativas que associam as MTT a práticas criminosas, reforçando estigmas e ampliando a vulnerabilidade social e penal dessa população, especialmente entre mulheres negras e periféricas (Linhares, 2024).

Em contraponto às práticas de exclusão, emergem estratégias coletivas de resistência e reexistência que se constroem nos vínculos afetivos e na solidariedade. Mesmo diante da violência e da exclusão, as mulheres trans e travestis constroem formas coletivas de enfrentamento e sobrevivência dentro do cárcere. As redes de apoio configuram espaços de reconhecimento e cuidado mútuo, onde se constroem sentidos de pertencimento e identidade, contrapondo-se às tentativas de

desumanização promovidas pelo sistema prisional (Sander, 2021; Baptista-Silva et al., 2022; Linhares, 2024).

O lazer, o acesso à educação por meio da leitura e as práticas coletivas também atuam como formas de resistência e reconstrução da dignidade das MTT, funcionando como espaços de respiro, pertencimento e reorganização subjetiva, contrariando o isolamento institucional (Maia & Carvalho, 2023; Rodrigues, 2023). Por meio das iniciativas de educação e cultura, configuram-se espaços significativos de reconstrução e emancipação, possibilitando a reafirmação das narrativas de vida e a produção de novas formas de visibilidade e reconhecimento (Maia & Carvalho, 2023).

Outras expressões de resistência emergem por meio da performatividade de gênero, que assume papel político e simbólico no interior das prisões. A manutenção de práticas estéticas e expressivas, como o uso de maquiagem, o cuidado com o corpo e a reivindicação do nome social, constitui uma forma de afirmação da identidade e subversão das normas disciplinares. Para as travestis, performar o gênero dentro do cárcere é um ato de resistência cotidiana (Maia & Carvalho, 2023; Linhares, 2024). Nesse sentido, a performatividade indica que o gênero é produzido por atos repetidos que seguem normas sociais, não sendo uma essência fixa, mas um efeito contínuo dessas práticas, como propõe Butler (2022), assumindo caráter político e contestatório, pois o ato de repetir o gênero em contextos de repressão é, simultaneamente, uma forma de resistência e de sobrevivência.

As relações afetivas e conjugais entre travestis, mulheres trans e a comunidade LGBTQIA+ no cárcere, ainda que atravessadas por dinâmicas de poder, vigilância e violência, também configuram formas de resistência, nas quais o amor e o reconhecimento tornam-se práticas de sobrevivência e afirmação da identidade (Baptista-Silva et al., 2017). Mesmo com as disposições legais que asseguram o direito à visita íntima, mulheres transexuais frequentemente se veem impedidas de usufruir desse direito em razão de sua identidade de gênero (Silva, 2019).

A relação com o ambiente externo ao cárcere constitui um espaço fundamental para a afirmação da identidade das mulheres trans e travestis privadas de liberdade. Como destaca Lima (2019), a família

pode atuar como ponte para a manutenção das expressões de feminilidade, quando se faz presente. No cárcere e fora dele, também são construídas redes familiares e afetivas próprias, com compartilhamento de sobrenomes e vínculos de pertencimento. Essa dinâmica revela que as relações afetivas, internas e externas ao contexto prisional, desempenham papel central na reexistência e preservação da subjetividade das MTT em meio a um ambiente institucional hostil.

As violências e resistências não se configuram como polos opostos, mas como dimensões interdependentes de uma mesma realidade. O cárcere busca disciplinar e apagar as identidades dissidentes, enquanto as mulheres trans e travestis reinventam modos de existir, produzindo estratégias simbólicas e afetivas de sobrevivência. Resistir, nesse contexto, é também expor-se a novos riscos.

4.3 O papel da psicologia nas relações institucionais e subjetividades de MTT no contexto prisional

A análise dos estudos revisados evidencia que, embora alguns deles sejam produzidos pelo campo da Psicologia enquanto ciência, há uma escassez de produções que discutam diretamente o papel da Psicologia diante das mulheres trans e travestis (MTT) em privação de liberdade. Trabalhos como os de Baptista-Silva et al. (2017; 2022), Linhares (2024), Lima (2019) e Rodrigues (2023), ainda que não se apresentem sobre a atuação profissional, abordam dimensões subjetivas e institucionais que são profundamente pertinentes ao campo da Psicologia, especialmente à Psicologia Social, uma vez que exploram as dinâmicas de poder, exclusão, reconhecimento e resistência que atravessam a vida dessas mulheres dentro do cárcere.

Conforme destaca Linhares (2024), a prisão opera como um espaço de produção de subjetividades disciplinadas, onde as tecnologias de poder se articulam para controlar corpos e identidades. Essa leitura, inspirada em Foucault (1987), contribui para compreender como o encarceramento de pessoas trans e travestis reforça práticas de patologização e de desumanização, nas quais a Psicologia, historicamente, também esteve implicada. Assim, refletir sobre o papel da Psicologia

nesse contexto implica revisitar criticamente sua própria história e seus possíveis efeitos de normalização.

Os estudos de Lima (2019) e Souza e Ferreira (2016) indicam que a negação do nome social, a imposição de normas e a ausência de políticas institucionais que considerem as especificidades de gênero produzem intenso sofrimento psíquico. Tais práticas configuram formas de violência, pois negam o reconhecimento social e subjetivo das MTT. Diante disso, a atuação da Psicologia deve se orientar por princípios éticos que garantam o direito à identidade, à escuta e à dignidade humana. O CFP, na Resolução CFP nº 01/2018, que estabelece normas de atuação frente às questões de orientação sexual e identidade de gênero, reafirma o compromisso com a promoção dos direitos humanos e o combate a toda forma de discriminação, preconceito e estigmatização.

Nesse sentido, mesmo diante da distância da prática psicológica, autores como Baptista-Silva et al. (2022) e Sander (2021) discutem experiências que tangenciam os princípios éticos da Psicologia, ao evidenciar como as MTT constroem redes de apoio e solidariedade dentro do cárcere. Essas relações afetivas e comunitárias operam como estratégias de enfrentamento e resistência frente à violência institucional, e constituem espaços de reconstrução subjetiva. A Psicologia, ao reconhecer e legitimar esses modos de (re)existência, pode contribuir para fortalecer os laços afetivos e os sentidos de pertencimento, entendendo-os como elementos fundamentais da subjetividade e identidade individual e coletiva.

De modo semelhante, Maia e Carvalho (2023) e Rodrigues (2023) demonstram que as práticas de leitura, escrita e participação em atividades culturais no cárcere funcionam como brechas institucionais de liberdade, onde as MTT reafirmam suas narrativas e identidades. A presença da Psicologia nesses espaços pode potencializar essas experiências, articulando-as a processos de emancipação. Trata-se, portanto, de desviar o olhar da clínica individualizante para uma perspectiva ético-política, na qual o cuidado se constrói também em dimensão coletiva e comunitária.

A Psicologia Social Comunitária, ao compreender o sujeito em sua relação com o contexto e com as estruturas de poder, oferece ferramentas teóricas e metodológicas para intervir criticamente nas instituições penais. Como cita Linhares (2024), o cárcere é um território de disputa entre práticas de dominação e práticas de resistência. Assim, o psicólogo deve atuar como agente ético-político, tensionando os dispositivos institucionais que perpetuam o sofrimento e colaborando na criação de espaços de diálogo, acolhimento e reconhecimento da diversidade.

A atuação profissional da Psicologia no contexto prisional também se alinha às diretrizes do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). Assim, o exercício da profissão deve estar alicerçado no respeito à dignidade, à liberdade e à integridade de cada sujeito, reconhecendo todas as pessoas em suas singularidades e diferenças. A atuação profissional requer uma postura sensível e crítica diante do contexto social, compreendendo as dimensões políticas, econômicas e culturais que atravessam a realidade, de modo a contribuir para processos de transformação e promoção da justiça social. Esse princípio ganha relevância particular no tratamento de pessoas trans e travestis, cuja trajetória é marcada pela negação de direitos e pela invisibilidade institucional. Logo, o papel da Psicologia deve incluir tanto a escuta e o acompanhamento clínico quanto o posicionamento público e político em defesa da dignidade humana e da diversidade sexual e de gênero.

Ainda que a literatura específica sobre Psicologia e mulheres trans e travestis privadas de liberdade seja incipiente, os estudos revisados revelam que há um campo emergente de reflexão e intervenção, no qual o compromisso ético-político da Psicologia se articula à luta por direitos humanos e à promoção de vivências subjetivas livres de preconceitos. Isso inclui a necessidade de ampliar pesquisas e práticas que deem visibilidade às experiências dessa população, consolidando uma Psicologia comprometida com a transformação social e o reconhecimento da pluralidade humana dentro e fora dos muros prisionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão narrativa buscou compreender as relações institucionais de mulheres trans e travestis em privação de liberdade, analisando as formas de exclusão e (re)existência que atravessam suas trajetórias. Sob a perspectiva da Psicologia Social e das formulações foucaultianas, o cárcere foi compreendido como um dispositivo de poder e dominação que atua na produção e controle dos corpos dissidentes, legitimando-se por discursos de ordem, vigilância e normalização.

As trajetórias dessas mulheres são atravessadas por uma história de exclusão social e institucional que antecede o encarceramento: a marginalização, o desemprego, a evasão escolar, a violência e a ruptura de vínculos afetivos e familiares compõem o cenário de vidas constantemente negadas. O aprisionamento, nesse sentido, não se restringe à privação física da liberdade, ele incide sobre o corpo, a subjetividade e o direito de existir, reforçando normas de gênero e perpetuando as violências históricas dirigidas às identidades trans e travestis. O sistema penal, sustentado por práticas de controle e correção, converte-se em uma tecnologia de governo dos corpos dissidentes, reafirmando o que Foucault denominou “corpos vigiados e corrigidos”, vidas administradas sob o discurso da ordem e da moralidade.

Pensar a prisão no Brasil é revisitar as marcas profundas de um projeto colonial e escravocrata que ainda estrutura modos de controle e punição. Essa herança histórica revela os impasses que atravessam as políticas prisionais, especialmente quando se fala em prevenir e combater a tortura. Nesse mesmo campo de violências e resistências, a relação das pessoas trans e travestis com as forças policiais emerge como um traço fundamental de suas memórias coletivas, experiência que molda modos de existir, de lutar e de criar. O pajubá⁴, linguagem nascida do encontro entre dor, invenção e comunidade, é talvez uma das expressões mais potentes dessa travessia (Cavalcanti, 2024).

⁴ “Pajubá” (ou bajubá) é uma linguagem usada pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil como forma de resistência, tem como base o português mas utiliza expressões de outros idiomas (inglês, francês, línguas africanas e indígenas) e é utilizada principalmente por Travestis e mulheres trans, como forma de identidade e resistência (Marçal, 2024).

Ainda assim, mesmo em meio à violência institucionalizada, as mulheres trans e travestis constroem modos de resistência e reforço de suas identidades dentro do cárcere. As pequenas práticas de afirmação, o uso do nome social, o cuidado coletivo, os gestos de solidariedade, configuram micropolíticas de sobrevivência e de (re)existência. A partir da Psicologia Social, compreende-se que a subjetividade não é apenas efeito do poder, mas também espaço de criação, onde se produzem novos sentidos de si e do mundo. O cárcere, portanto, revela-se como território paradoxal: lugar de opressão, mas também de insurgência simbólica e potência política.

Nesse contexto, a Psicologia é convocada a repensar seu papel. Quando atua de forma descontextualizada, corre o risco de reproduzir os mesmos mecanismos de exclusão que diz combater. Porém, quando sustentada por uma postura ética, crítica e politicamente engajada, pode se tornar espaço de resistência, de escuta, acolhimento e legitimação das existências dissidentes. A Psicologia precisa ultrapassar a lógica adaptativa e interrogar as práticas institucionais que naturalizam o sofrimento e a desigualdade, desafiando a ideia de “reabilitação” como forma de normalização. Cabe à profissão tensionar as relações de poder, denunciar as violências e afirmar a dignidade humana como eixo central de sua prática.

A ausência de investigações empíricas limita o alcance deste estudo, impossibilitando o contato direto com as experiências vividas pelas mulheres privadas de liberdade. Além disso, a escassez de produções acadêmicas específicas sobre mulheres trans e travestis no sistema prisional, especialmente sobre o papel da Psicologia nesses espaços, evidencia a urgência de novas pesquisas. Recomenda-se, assim, a realização de estudos qualitativos e de campo que deem voz e visibilidade a essas mulheres, reconhecendo-as como sujeitas de fala e de saber. Investigações que articulem gênero, saúde mental e políticas públicas poderão contribuir para a construção de práticas psicológicas mais inclusivas, sensíveis e transformadoras.

Por fim, reafirma-se o compromisso ético-político da Psicologia com a transformação social. Escutar e reconhecer as mulheres trans e travestis é, em si, um ato de resistência, um gesto de devolver

humanidade onde o sistema insiste em negá-la. Que a Psicologia siga sendo um espaço de luta, de acolhimento e de invenção de novas formas de existir, sustentada pelo respeito à dignidade, à liberdade e à singularidade de cada sujeito.

REFERÊNCIAS

ALGARTE, Ana Flavia Tanimoto; BARBOSA, André Luis Jardini. A realidade das mulheres transexuais no sistema penitenciário brasileiro. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 6, n. 1, p. 845–874, dez. 2021. Disponível em: <https://www.revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/1317>. Acesso em: 02 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê TransBrasil**: um olhar acerca do perfil de travestis e mulheres transexuais no sistema prisional. Brasília, DF: ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossie-transbrasil-sistema-prisional.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. 144 f. ISBN 978-65-986036-1-8. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Relatório de pessoas privadas de liberdade LGBTI – 2022**. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/populacao-carceraria/presos-lgbti/presos-lgbti-2022.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Senappen divulga levantamento de informações penitenciárias referente ao primeiro semestre de 2024**. Brasília: MJSP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-primeiro-semester-de-2024>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol.**

rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 nov. 2025. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>.

BAPTISTA-SILVA, Gabriela; HAMANN, Cristiano; MACHADO, Paula Sandrine; PIZZINATO, Adolfo. Negociações identitárias: porosidades e dinâmicas em uma galeria prisional LGBT. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 74, e026, 2022. Disponível: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1426615>. Acesso em: 18 out. 2025. DOI: 10.36482/1809-5267.arbp-2022v74.21084.

BAPTISTA-SILVA, Gabriela; HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. Casamento no cárcere: agenciamentos identitários e conjugais em uma galeria LGBT. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 27, supl. 1, p. 376-385, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/y8TndvN8k8HK5gFy3y53DtN/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRAUN, V., & CLARKE, V. (Mis)conceptualising themes, thematic analysis, and other problems with Fugard and Potts' (2015) sample-size tool for thematic analysis. **International Journal of Social Research Methodology**, 19(6), 739-743, 2016. <https://doi.org/10.1080/13645579.2016.1195588>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [recurso eletrônico]. 16. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. Disponível em: <https://cursosextenso.usp.br/dashboard/>.

CAVALCANTI, Céu Silva. **O azuelo, a colocação e a tranca: Ejó de polícias e relações complexas nas noites da pista**. 206 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/24454>. Acesso em: 07 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Nota Técnica nº 1/2021/GTEC/CG: sobre a Resolução CFP nº 01/1999, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão da orientação sexual**. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/legislacao/nota-tecnica-no-1-2021-gtec-cg/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Resolução CFP nº 01, de 29 de janeiro de 2018**: estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: CFP, 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil); CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA; CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+ [recurso eletrônico]**. Brasília: CFP, 2023. 152 p. ISBN 978-65-89369-43-1. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama>. Acesso em: 22 ago. 2025.

LEAL, Andrea Fachel. et al. Perfil e experiências durante o encarceramento de mulheres trans e travestis no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe-pid/a/k9ZrMfc4dfXTv3pdcWzL8pn/>. Acesso em: 18 out. 2025.

LIMA, Vanessa Pereira de. **O que papai do céu não deu, a ciência vende**: feminilidades de mulheres trans e travestis em privação de liberdade. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15225>. Acesso em: 18 out. 2025.

LINHARES, Layla de Oliveira Lima. O sistema penitenciário e as relações de gênero: a marginalização de mulheres transexuais e travestis nas prisões brasileiras. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/CESP/article/view/85162>. Acesso em: 18 out. 2025.

LÔNDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily Emanuele Franco. Violência contra pessoas trans no Brasil: como romper com o “cis-tema”? **Perspectivas Sociais**, Pelotas, v. 10, n. 01, p. 199–

221, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rps.v10i01.27346>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Clube de leitura na prisão: corpos abjetos, identidades em suspenso na extensão universitária. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 16, n. 9, p. 15243–15253, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.9-085. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2042>. Acesso em: 18 out. 2025.

MARÇAL, Melga. **O que é Pajubá**. Sextante – UFRGS, Porto Alegre, fev. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/o-que-e-pajuba/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

OLIVEIRA, José Wellington de; ROSATO, Cássia Maria; NASCIMENTO, Arles Monaliza Rodrigues; GRANJA, Edna. “Sabe a minha identidade? Nada a ver com genital”: vivências travestis no cárcere. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Salvador, v. 38, n. spe.2, p. 159–174, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212382>. Acesso em: 06 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Doenças (CID)**. Genebra: OMS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 03 abr. 2025.

RODRIGUES, Felipe Fonseca Oliveira. **Lazer, mulheres trans e sistema prisional: um estudo sobre as práticas de lazer na Penitenciária Prof. Jason Soares Albergaria**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W4390417804>. Acesso em: 18 out. 2025.

SANDER, Vanessa. “As bichas e os bofes na crise do sistema penitenciário”. **Cadernos PG**, n. 63, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/HDyJ3zYZVVt4RNcHBqNSdGN/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

SANTA CATARINA (Estado). Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP. Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. [s.d.]. Disponível em: <https://www.sap.sc.gov.br/dpp/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SANTA CATARINA (Estado). Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, [s.d.]. Disponível em: <https://www.transparencia.sc.gov.br/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SILVA, Annuska de Araújo Gomes da. **Gênero (in)visível: a mulher transexual e a privação de liberdade**. 2019. Dissertação (Mestrado) — Universidade Católica do Salvador, Salvador-BA, 2019. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/620e7bc1-d21e-4fb4-a02c-91bbf310ddd2>. Acesso em: 18 out. 2025.

SILVA, Daniela Salú Mateus da; SILVA, Ergon Cugler de Moraes; HORA, Letícia Sakihama de Menezes; BREDÁ, Natália Fiorante; FRACCAROLI, Yuri; VAZ, José Carlos. (R)existência LGBTQIA+: da ausência de dados à omissão governamental e vice-versa. **Boletim de Políticas Públicas/OIPP**, São Paulo, n. 14, p. 16–23, jun. 2021. ISSN 2675-9934. Disponível em: https://sites.usp.br/boletimoipp/wp-content/uploads/sites/823/2021/08/Silva-et-al_junho_2021.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

SOUZA, Bruna Caldieraro de; FERREIRA, Guilherme Gomes. Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: O Caso do Presídio Central de Porto Alegre. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 26-35, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busca-dor.html?task=detalhes&source=all&id=W2626493307>. Acesso em: 18 out. 2025.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2003. doi:10.1590/S0102-71822003000200003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CAPÍTULO 34

QUANDO A CIÊNCIA TEM ROSTO DE MULHER: UM RECORTE EXTENSIONISTA EM UMA MOSTRA DE PROFISSÕES E A VALORIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES FEMININAS

*WHEN SCIENCE HAS A WOMAN'S FACE: AN EXTENSION-BASED PERSPEC-
TIVE IN A CAREER FAIR AND THE APPRECIATION OF WOMEN'S CONTRIBU-
TIONS*

Maria Aparecida da Conceição dos Santos

Universidade Estadual de Maringá - CRG
Goioerê - Paraná
0009-0001-4919-6636
macsantos2@uem.br

Denise Alanis

Universidade Estadual de Maringá - CRG
Goioerê – Paraná
0000-0002-4496-988X
dalanis@uem.br

Maria Eduarda Pedro Angeli

Universidade Estadual de Maringá - CRG
Goioerê - Paraná
0009-0001-0212-1813
mariapedroangeli486@gmail.com

Mônica dos Santos

Universidade Estadual de Maringá - CRG
Goioerê - Paraná
0009-0008-1845-2642
Monica88096754@gmail.com

Orlando Boneto Junior

Universidade Estadual de Maringá - CRG
Goioerê - Paraná
0009-0001-6530-3294
Ra138458@uem.br

RESUMO

A sub-representação feminina e a invisibilização histórica das contribuições das mulheres na ciência constituem desafios persistentes, especialmente nas ciências exatas e tecnológicas, como a Física. Apesar dos avanços nos estudos sobre gênero e ciência, tais discussões ainda se encontram pouco integradas às práticas educativas e às ações de divulgação científica voltadas à comunidade. Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo relatar e analisar uma experiência extensionista desenvolvida em uma universidade pública do noroeste do Paraná, no âmbito de uma mostra de profissões, com foco na valorização das contribuições de mulheres cientistas. O trabalho apresenta um recorte analítico centrado nas trajetórias de Marie Curie e Hedy Lamarr, destacando o impacto de suas produções científicas e tecnológicas e os desafios históricos relacionados ao reconhecimento feminino na ciência. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de natureza descritiva e reflexiva, fundamentado no relato e na análise de uma ação extensionista que envolveu a organização de um espaço expositivo interativo, mediado por acadêmicos do curso de Licenciatura em Física. Os resultados evidenciam o potencial da extensão universitária como espaço de educação científica crítica, de diálogo entre universidade e sociedade, e de promoção de reflexões sobre ciência, gênero e orientação profissional.

Palavras-chave: Extensão universitária; Mulheres na ciência; Divulgação científica; Educação científica; Física.

ABSTRACT

The underrepresentation of women and the historical invisibility of their contributions to science remain persistent challenges, particularly in the exact and technological sciences, such as Physics. Despite advances in studies on gender and science, these discussions are still insufficiently integrated into educational practices and scientific outreach activities aimed at the broader community. In this context, this chapter aims to report and analyze an extension-based scientific outreach experience

developed at a public university in the northwestern part of Paraná, within the framework of a careers fair, focusing on the recognition of women scientists' contributions. The study presents an analytical focus on the trajectories of Marie Curie and Hedy Lamarr, highlighting the impact of their scientific and technological achievements as well as the historical challenges related to the recognition of women in science. Methodologically, this is a qualitative study of a descriptive and reflective nature, based on the report and analysis of an extension activity that involved the organization of an interactive exhibition space, mediated by undergraduate Physics teacher education students. The results demonstrate the potential of university extension as a space for critical science, fostering dialogue between the university and society, and promoting reflections on science, gender, and career guidance.

Keywords: University extension; Women in science; Science communication; Scientific education; Physics.

1. Introdução

A ciência e a tecnologia exercem papel central na organização da sociedade contemporânea, influenciando desde os sistemas de comunicação até os avanços na saúde, na indústria e na educação. No entanto, a história da ciência que sustenta esses avanços foi, em grande medida, construída a partir de narrativas que privilegiam contribuições masculinas, resultando na sub-representação e na invisibilização das mulheres nos registros históricos e nos processos de divulgação científica (Schiebinger, 2001; Rossiter, 1992). Tal cenário é particularmente evidente nas ciências exatas e tecnológicas, como a Física, área tradicionalmente associada a espaços acadêmicos e profissionais marcados por desigualdades de gênero.

Embora, nas últimas décadas, estudos no campo de gênero e ciência tenham avançado significativamente ao problematizar essas assimetrias, ainda se observa um distanciamento entre tais discussões e as práticas educativas e de divulgação científica voltadas à sociedade. Em muitos contextos de orientação profissional e aproximação entre

universidade e comunidade, as contribuições femininas permanecem pouco exploradas, reforçando estereótipos e limitando a identificação de meninas e jovens mulheres com carreiras científicas (Keller, 1985; Schiebinger, 2001).

Diante dessa realidade, torna-se fundamental promover ações educativas que revisitem criticamente a história da ciência e evidenciam o papel das mulheres na produção do conhecimento científico e tecnológico. As trajetórias de Marie Curie e Hedy Lamarr constituem exemplos emblemáticos desse processo: ambas realizaram contribuições fundamentais para a ciência e a tecnologia, amplamente utilizadas até os dias atuais, mas enfrentaram obstáculos significativos para o reconhecimento de seus trabalhos em função de condicionantes sociais, culturais e acadêmicos de suas épocas (Quinn, 1995; Rhodes, 2011).

Nesse contexto, a extensão universitária configura-se como um espaço privilegiado de educação científica e de diálogo entre universidade e sociedade. Enquanto dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, a extensão possibilita a democratização do conhecimento, a problematização de desigualdades históricas e a construção de uma formação acadêmica crítica e socialmente comprometida (Síveres, 2013; Santos; Rocha; Passaglio, 2016). Assim, ao articular ciência, gênero e educação, as ações extensionistas tornam-se ferramentas potentes para a valorização das mulheres na ciência e para a promoção de uma compreensão mais ampla e inclusiva da produção científica.

É nesse horizonte que se insere o evento de extensão apresentado neste capítulo, desenvolvido no contexto de uma mostra de profissões, com foco na divulgação das contribuições de mulheres cientistas. A partir de um recorte analítico centrado em Marie Curie e Hedy Lamarr, o capítulo busca evidenciar o potencial da extensão universitária como espaço de educação científica, orientação profissional e reflexão crítica sobre as relações entre ciência, gênero e sociedade.

Recursos baseados em Inteligência Artificial foram utilizados de modo instrumental no processo de escrita, exclusivamente como apoio à organização textual, mantendo-se a autoria, as escolhas teóricas e a responsabilidade intelectual integralmente sob controle dos pesquisadores.

2. Revisão de Literatura

2.1 Mulheres, ciência e invisibilidade histórica

A história da ciência foi, ao longo de séculos, construída e narrada a partir de uma perspectiva predominantemente masculina, o que contribuiu para a invisibilização das contribuições científicas realizadas por mulheres (Schiebinger, 2001). Embora tenham participado ativamente do desenvolvimento do conhecimento científico, muitas cientistas tiveram seus trabalhos silenciados, minimizados ou atribuídos a colegas homens, reflexo de um contexto social e acadêmico que historicamente restringiu o acesso feminino à educação formal, aos espaços institucionais e ao reconhecimento intelectual (Keller, 1985; Rossiter, 1992).

Esse apagamento não se configura como um conjunto de episódios isolados, mas como um padrão estrutural relacionado às relações de poder que moldaram os processos de produção, validação e legitimação do conhecimento científico ao longo do tempo (Foucault, 1979). Em áreas tradicionalmente associadas ao universo masculino, como a Física e as Engenharias, mulheres enfrentam barreiras institucionais, preconceitos de gênero e limitações impostas por normas sociais, dificultando tanto a continuidade de suas pesquisas quanto o reconhecimento de suas contribuições acadêmicas (Schiebinger, 2001).

As trajetórias de Marie Curie e Hedy Lamarr ilustram de forma emblemática essa dinâmica de invisibilização. Apesar de seu reconhecimento formal, Curie enfrentou resistências significativas para ocupar espaços institucionais e científicos, sendo frequentemente questionada em função de seu gênero e de sua origem (Quinn, 1995). Hedy Lamarr, por sua vez, teve suas contribuições tecnológicas negligenciadas por décadas, com seu trabalho científico obscurecido por estereótipos de gênero associados à sua imagem pública, obtendo reconhecimento tardio por sua relevância no desenvolvimento das tecnologias modernas de comunicação (Rhodes, 2011). Esses exemplos evidenciam a necessidade de uma revisão crítica da história da ciência, que incorpore uma

perspectiva plural e valorize a diversidade de sujeitos que contribuíram para a construção do conhecimento científico.

2.2 Extensão universitária como espaço de educação científica

A extensão universitária configura-se como um espaço privilegiado de educação científica ao promover a articulação entre ensino, pesquisa e sociedade, superando os limites da sala de aula tradicional e ampliando os processos formativos para além do ambiente acadêmico (Siveres, 2013). Enquanto dimensão indissociável da formação universitária, a extensão favorece o diálogo entre saberes científicos e conhecimentos socialmente construídos, possibilitando uma aprendizagem contextualizada, crítica e socialmente comprometida (Santos; Rocha; Passaglio, 2016).

Sob essa perspectiva, as ações extensionistas assumem papel estratégico na democratização do conhecimento científico, especialmente ao abordar temáticas historicamente negligenciadas nos currículos formais, como a participação das mulheres na ciência. Ao aproximar a universidade da comunidade, a extensão contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a ciência não apenas como um conjunto de conceitos e técnicas, mas como uma construção social permeada por valores, disputas e desigualdades (Freire, 1996; Siveres, 2013).

Assim, ao utilizar a extensão universitária como instrumento de educação científica, o evento apresentado neste capítulo buscou promover reflexões sobre ciência, gênero e sociedade, estimulando o reconhecimento das trajetórias científicas femininas e o questionamento de narrativas hegemônicas da ciência. Tal abordagem reafirma o potencial transformador da extensão universitária, ao integrar formação acadêmica, responsabilidade social e compromisso com a equidade e a justiça social (Santos; Rocha; Passaglio, 2016).

Além disso, quando inseridas em eventos de orientação profissional, ações extensionistas de divulgação científica podem contribuir para ampliar repertórios de escolha, aproximando estudantes de áreas científicas e tecnológicas. Esse aspecto torna-se ainda mais relevante

quando a divulgação científica explícita trajetórias femininas, ampliando referências e fortalecendo processos de identificação.

Diante desse panorama, o evento de extensão que fundamenta este capítulo foi concebido com o objetivo de promover a divulgação científica a partir de uma perspectiva crítica, evidenciando contribuições fundamentais da Física presentes no cotidiano contemporâneo, ao mesmo tempo em que problematiza a histórica invisibilização das mulheres na ciência. Ao eleger as trajetórias de Marie Curie e Hedy Lamarr como eixos centrais, a ação extensionista buscou articular conhecimento científico, reflexão social e formação cidadã, reafirmando o papel da universidade na democratização do saber e no enfrentamento de desigualdades estruturais. A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados, bem como os resultados e as discussões decorrentes da experiência extensionista desenvolvida.

3. Procedimentos Metodológicos

O evento de extensão intitulado “Uma jornada interativa pelos Físicos que transformaram o mundo”, foi aprovado e registrado junto ao departamento e à Diretoria de Extensão de uma universidade pública do noroeste do Paraná. O evento foi desenvolvido no âmbito da disciplina Metodologia do Ensino de Física II e contou com a participação de docentes e discentes do curso de Licenciatura em Física.

O público-alvo foi composto por estudantes e visitantes provenientes de escolas da região, além de membros da comunidade externa. Embora o evento tenha contemplado a apresentação de diferentes cientistas, homens e mulheres, o presente capítulo realiza um recorte analítico, concentrando-se na valorização das contribuições de cientistas mulheres.

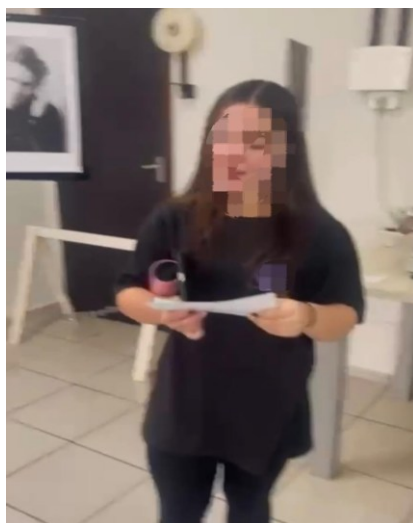
O espaço expositivo foi organizado de modo a favorecer a circulação dos visitantes e a interação com os conteúdos apresentados. As imagens dos cientistas foram dispostas em forma de pôsteres, pendurados ao longo da sala, permitindo que os participantes observassem

livremente as imagens dos personagens históricos antes da mediação pedagógica.

O uso dos pôsteres não teve apenas caráter expositivo, mas integrou uma dinâmica interativa planejada para estimular a participação ativa dos visitantes. Inicialmente, eram apresentados apenas os nomes das cientistas, sem revelar a qual imagem correspondiam. Os participantes eram convidados a participar de uma dinâmica do tipo “*quem sou eu?*”, a tarefa consistia em associar cada nome ao pôster correspondente, observando as imagens e tentando identificar a personagem.

Em seguida, ocorria a etapa da conferência, onde os visitantes verificavam se haviam realizado corretamente a associação dos nomes conforme a cientista. A confirmação estava no próprio pôster, em uma parte propositalmente escondida, que trazia o nome correto da cientista e, logo abaixo, um resumo de sua contribuição científica. A partir dessa revelação, a mediação era conduzida pelos acadêmicos responsáveis pela atividade, que aprofundaram as explicações, acolhiam questionamentos e relacionavam as contribuições apresentadas com situações do cotidiano.

Figura 1 - Interação dos visitantes com os pôsteres durante a mostra de profissões



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2025)

Na Figura 1 é demonstrada a interação de acadêmicos e visitantes durante a mostra de profissões. Essa metodologia ativa, de interação com os pôsteres, transformou o reconhecimento das cientistas em um processo investigativo mediado pedagogicamente pelos acadêmicos, favorecendo o engajamento, a curiosidade e o diálogo entre os participantes. A escolha da dinâmica “quem sou eu” foi estratégica por seu potencial lúdico e investigativo, convertendo a recepção passiva de informações em um processo ativo de descoberta. Nesse contexto, a atividade possibilitou a mobilização dos conhecimentos prévios dos visitantes, conduzindo-os ao estabelecimento de relações entre saberes já existentes e novas informações, favorecendo a ancoragem de novos significados e a construção da aprendizagem significativa, conforme teoria proposta por Ausubel e discutido por Moreira (2011).

3.1 Critérios de seleção das cientistas para o evento extensionista

Dentro do recorte proposto neste capítulo, destacam-se as contribuições de Marie Curie e Hedy Lamarr, cujas trajetórias ocupam lugares singulares na história da ciência e da tecnologia, e permitem refletir sobre a participação feminina na construção do conhecimento científico.

Marie Curie

Se digitarmos em um buscador a pergunta “qual a mulher mais lembrada da área da Física”, a resposta que emerge de maneira quase unânime é Marie Curie. Essa centralidade não se explica apenas por sua notoriedade individual, mas pelo alcance científico e social de suas contribuições. No início do século XX, Marie Curie foi responsável por consolidar os estudos sobre a radioatividade, conceito que ela própria definiu e nomeou, inaugurando um campo de pesquisa que transformaria profundamente a Física, a Química e, de forma decisiva, a Medicina.

Seus trabalhos levaram à descoberta de dois novos elementos químicos, o polônio e o rádio, e estabeleceram as bases físicas para o uso controlado da radiação, hoje fundamental em diagnósticos por imagem e no tratamento do câncer. O reconhecimento de sua obra

materializou-se em feitos inéditos: foi a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel, em Física (Nobel Prize Outreach, 1903), e permanece como a única pessoa na história a ser laureada com o Nobel em duas áreas científicas distintas, Física e Química (Nobel Prize Outreach, 1911).

No entanto, a importância de Marie Curie extrapola seus resultados experimentais. Sua atuação durante a Primeira Guerra Mundial, ao desenvolver unidades móveis de radiografia que auxiliaram no atendimento médico a soldados feridos, evidencia o compromisso de sua ciência com a sociedade. Ao mesmo tempo, o lugar singular que ocupa na memória coletiva revela uma tensão histórica: Curie tornou-se um símbolo não apenas por sua genialidade, mas também por ter conseguido romper barreiras de gênero em um campo estruturalmente excludente. Assim, sua recorrente lembrança funciona simultaneamente como reconhecimento e denúncia: celebra a potência intelectual feminina e, ao mesmo tempo, expõe o silenciamento histórico de inúmeras outras mulheres cujas contribuições à Física foram sistematicamente invisibilizadas. Ressaltar sua trajetória, portanto, não é apenas revisitar um nome consagrado, mas reafirmar a necessidade de ampliar as narrativas científicas, incorporando a diversidade de sujeitos que constroem o conhecimento e reforçando o papel social da ciência como prática humana, coletiva e inclusiva.

Por esse motivo, Marie Curie foi a primeira escolha neste evento de extensão, dedicado à apresentação de nomes relevantes da Física cujas contribuições seguem impactando diretamente a sociedade contemporânea. Sua trajetória permite articular, de forma acessível e rigorosa, a produção do conhecimento científico com seus desdobramentos sociais, tecnológicos e humanos, evidenciando como a Física ultrapassa os limites dos laboratórios e se materializa em práticas que salvam vidas, transformam modos de viver e ampliam a compreensão do mundo.

Ao destacar Marie Curie, não apenas se reconhece uma cientista cujos estudos fundamentam tecnologias presentes no cotidiano, da medicina diagnóstica à terapêutica, mas também afirmamos o papel das mulheres na construção da ciência, rompendo narrativas

historicamente excludentes. Assim, sua presença como ponto de partida do evento cumpre uma dupla função: valorizar contribuições científicas essenciais e promover uma reflexão crítica sobre quem produz o conhecimento, ampliando referências, inspirando novos públicos e fortalecendo o compromisso social da divulgação científica.

Hedy Lamarr

As tecnologias de comunicação sem fio tornaram-se elementos centrais da vida, sustentando desde a troca instantânea de mensagens até sistemas complexos de navegação e conectividade global. Grande parte dessa infraestrutura tecnológica tem suas bases em uma contribuição científica pouco conhecida do grande público: o trabalho de Hedy Lamarr. Embora seja frequentemente lembrada por sua carreira no cinema hollywoodiano, Lamarr ocupa um lugar fundamental na história da ciência e da tecnologia do século XX.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em parceria com o compositor George Antheil, Lamarr desenvolveu um sistema de comunicação baseado no espalhamento espectral por salto de frequência, concebido para evitar a interceptação de sinais de controle de torpedos. Ainda que sua invenção não tenha sido imediatamente incorporada pelo setor militar, o princípio físico-tecnológico por ela proposto tornou-se, décadas mais tarde, o alicerce de tecnologias essenciais da comunicação moderna, como Wi-Fi, Bluetooth, GPS e redes celulares.

A relevância de sua contribuição evidencia como o conhecimento científico emerge da articulação entre física, engenharia, matemática e criatividade, produzindo impactos diretos e duradouros na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, sua trajetória expõe os mecanismos históricos de invisibilização das mulheres na ciência, uma vez que o reconhecimento de sua patente, registrada em 1942, ocorreu apenas de forma tardia. Resgatar a atuação de Hedy Lamarr como inventora é, portanto, reafirmar o papel central das mulheres na construção das tecnologias que estruturam o mundo conectado em que vivemos e fortalecer uma divulgação científica comprometida com a justiça histórica e a ampliação de referências.

Ao eleger Marie Curie e Hedy Lamarr como eixos centrais deste evento de extensão, propõe-se uma narrativa que evidencia diferentes formas de produção do conhecimento científico e tecnológico, ambas igualmente decisivas para a sociedade contemporânea. Enquanto Marie Curie representa a ciência experimental que transformou a compreensão da matéria e inaugurou aplicações fundamentais para a saúde, Hedy Lamarr simboliza a ciência aplicada e inventiva que sustenta as tecnologias de comunicação indispensáveis ao mundo atual.

Juntas, suas trajetórias demonstram que a Física e as áreas a ela articuladas não se desenvolvem de maneira linear ou homogênea, mas a partir de múltiplos contextos, saberes e experiências. Ao mesmo tempo, a centralidade dessas duas mulheres revela tanto o impacto concreto de suas contribuições quanto as desigualdades históricas que marcaram o reconhecimento feminino na ciência. Assim, ao articular suas histórias, o evento reafirma seu compromisso com uma divulgação científica crítica, socialmente situada e inclusiva, capaz de valorizar o papel das mulheres na construção do conhecimento e de inspirar novas gerações a reconhecer a ciência como um empreendimento humano plural, diverso e socialmente transformador.

4. Resultados e Discussão

Ao longo da dinâmica, observou-se um envolvimento significativo dos visitantes, especialmente dos estudantes mais jovens. Muitos demonstraram surpresa ao reconhecer que contribuições científicas amplamente utilizadas no cotidiano, como tecnologias relacionadas à comunicação sem fio, foram desenvolvidas por mulheres. Esse aspecto evidenciou lacunas existentes nos processos formativos tradicionais, nos quais, muitas vezes, a participação feminina na ciência é pouco explorada.

A dinâmica proposta favoreceu a participação ativa, a formulação de perguntas e o diálogo entre os participantes, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa. Sob a perspectiva da teoria da aprendizagem significativa, proposta por Ausubel (Moreira, 2011), a

atividade permitiu que novos conhecimentos fossem ancorados em saberes prévios dos estudantes, especialmente quando as contribuições científicas foram relacionadas ao cotidiano.

Em algumas situações, observou-se que professores visitantes, juntamente com seus alunos, demonstraram interesse em registrar o espaço expositivo por meio de fotografias e anotações dos detalhes da construção do ambiente para reproduzir a proposta em feira de ciência em seus próprios contextos escolares. Esse aspecto indica o potencial de replicabilidade da metodologia, tanto na área da Física quanto em propostas interdisciplinares, envolvendo outros campos do conhecimento.

A apresentação das contribuições e trajetórias de Marie Curie e Hedy Lamarr ampliou o interesse pelas áreas científicas e tecnológicas e fortaleceu a percepção de que a ciência não é estática, sempre está em descoberta e é construída por sujeitos diversos. Também ficou evidente que o recorte apresentado no evento não esgota a história da ciência, mas funciona como um ponto de partida para que os estudantes ampliem seus olhares e reconheçam outras figuras que contribuíram para o desenvolvimento científico, inclusive projetando-se como possíveis protagonistas no futuro.

5. Considerações Finais

A experiência extensionista relatada neste capítulo evidencia o potencial das ações de divulgação científica para promover a valorização das mulheres na ciência e contribuir para a formação crítica de jovens estudantes. Os resultados observados indicam que a mediação pedagógica das trajetórias de Marie Curie e Hedy Lamarr favoreceu o reconhecimento da participação feminina na produção científica, apontando indícios favoráveis à hipótese de que ações extensionistas com esse enfoque ampliam a percepção dos jovens sobre ciência, gênero e representatividade.

Ao dar visibilidade às trajetórias e contribuições femininas, a universidade reafirma seu compromisso social com a equidade, a inclusão

e a democratização do conhecimento. Iniciativas como essa mostram-se especialmente relevantes quando associadas a espaços de orientação profissional, como mostras de profissões, pois contribuem para ampliar horizontes e estimular escolhas mais conscientes e fortalecer o papel da extensão universitária como instrumento de transformação social. Nesse sentido, a ação reforça a importância de reconhecer e valorizar o papel das mulheres na construção da ciência e da sociedade.

Para pesquisas futuras, sugere-se realização de estudos longitudinais para avaliar o impacto a longo prazo de ações extensionistas com foco em gênero e ciência na escolha de carreiras por estudantes, bem como a investigação de diferentes metodologias de intervenção e a ampliação de recorte para outras áreas do conhecimento e faixas etárias.

Referências Bibliográficas

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, INC. **Marie Curie**. *Encyclopedia Britannica*, [s.l.], s.d. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Marie-Curie>. Acesso em 21 jan.2026.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KELLER, E. F. **Reflections on gender and science**. New Haven: Yale University Press, 1985.

MOREIRA, M.A. **Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

NOBEL PRIZE OUTREACH. **Marie Curie - Biographical** (Nobel Prize in Physics, 1903). NobelPrize.org, [s.l.], s.d. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/physics/1903/marie-curie/biographical/>. Acesso em 21 jan.2026

NOBEL PRIZE OUTREACH. **Marie Curie - Biographical** (Nobel Prize in Chemistry, 1911). NobelPrize.org, [s.l.], s.d. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/chemistry/1911/marie-curie/biographical/> Acesso em 21 jan.2026

QUINN, S. **Marie Curie: a life**. New York: Simon & Schuster, 1995.

RHODES, R. **Hedy's folly: the life and breakthroughs of Hedy Lammarr, the most beautiful woman in the world**. New York: Doubleday, 2011.

ROSSITER, M. W. **Women scientists in America: struggles and strategies to 1940**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

SANTOS, B. S.; ROCHA, A. L. C.; PASSAGLIO, K. T. **A extensão universitária e a construção do conhecimento**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23–30, 2016.

SCHIEBINGER, L. **Has feminism changed science?** Cambridge: Harvard University Press, 2001.

SÍVERES, L. (Org.). **Extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

CAPÍTULO 35

QUANDO O TRABALHO NÃO APARECE NOS PAPÉIS: A INVISIBILIDADE DA MULHER RURAL E A NEGAÇÃO DA APOSENTADORIA

*WHEN WORK DOES NOT APPEAR ON PAPER: THE INVISIBILITY
OF RURAL WOMEN AND THE DENIAL OF RETIREMENT*

Taís de Souza Alves

Faculdade ESMAFE – Escola da Magistratura Federal
Cristalina-GO

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4029-2129>

E-mail: taisdesouzaalves@outlook.com

RESUMO

Objetivo: Analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres do campo na comprovação documental da atividade rural para fins de aposentadoria, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8.213/1991, considerando a perspectiva da igualdade de gênero. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, de natureza jurídico-documental, baseada na análise normativa da legislação previdenciária e na revisão bibliográfica sobre gênero, trabalho rural e proteção social. **Resultados:** Verificou-se que, apesar do reconhecimento legal da mulher rural como segurada especial, persistem barreiras institucionais e documentais que invisibilizam o trabalho feminino no campo, dificultando o acesso à aposentadoria rural, gerando indeferimentos administrativos e prolongada judicialização. **Conclusão:** Conclui-se que há um descompasso entre o reconhecimento normativo e a efetivação do direito previdenciário da mulher rural, evidenciando a necessidade de revisão das práticas probatórias e de fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero.

Palavras-chave: Mulher rural; Aposentadoria rural; Invisibilidade documental; Gênero; Previdência social.

ABSTRACT

Objective: To analyze the difficulties faced by rural women in proving rural labor for retirement purposes, considering gender equality and Brazilian social security legislation. **Methodology:** Qualitative, legal-documentary research based on normative analysis and bibliographic review.

Results: Persistent institutional and documentary barriers that render female rural labor invisible were identified, hindering access to rural retirement benefits. **Conclusion:** Despite legal recognition, gender inequalities remain in the effective realization of rural women's social security rights.

Keywords: Rural women; Rural retirement; Documentary invisibility; Gender; Social security.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade ao longo do século XX possibilitou o reconhecimento de direitos historicamente negados às mulheres, os quais, por décadas, foram exclusivos dos homens, em razão de uma estrutura social profundamente patriarcal. Conforme aponta Beauvoir (2016), a condição feminina não é natural, mas construída socialmente a partir de relações de poder que subordinam o trabalho e a autonomia das mulheres. No meio rural, essa desigualdade apresentou contornos ainda mais intensos, uma vez que o trabalho feminino sempre esteve associado ao espaço doméstico, à ajuda familiar ou ao complemento da renda masculina.

No campo previdenciário, essa lógica de exclusão materializou-se de forma evidente. O sistema de proteção social rural brasileiro, inicialmente estruturado a partir do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e posteriormente com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), reconhecia como beneficiário apenas o chamado arrimo de família, figura socialmente associada ao homem. Nesse período, a mulher do campo, apesar de participar ativamente da produção agrícola, não era reconhecida como trabalhadora rural titular de direitos previdenciários.

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 inaugurou-se um novo paradigma jurídico, ao assegurar a igualdade material entre homens e mulheres e instituir um sistema de seguridade social baseado na universalidade da cobertura e do atendimento. A partir desse marco constitucional, a mulher rural passou a ser formalmente reconhecida como sujeito de direitos previdenciários, avanço posteriormente consolidado pela Lei nº 8.213/1991, que a enquadrou como segurada especial, garantindo-lhe o direito à aposentadoria rural independentemente de contribuição direta.

Todavia, apesar dos avanços normativos, a efetivação desse direito permanece marcada por obstáculos estruturais. A realidade vivenciada pelas mulheres do campo revela um profundo descompasso entre o reconhecimento jurídico e a prática administrativa e judicial. A principal dificuldade reside na comprovação documental da atividade rural, uma vez que os principais registros exigidos pelo sistema previdenciário, como notas fiscais, contratos, cadastros rurais e documentos fundiários, permanecem, em sua maioria, emitidos em nome do marido ou companheiro.

Essa invisibilidade documental desconsidera a divisão de gênero do trabalho no campo e ignora a tripla jornada enfrentada pelas mulheres rurais, que envolve o cuidado com os filhos, a manutenção do lar e a atuação direta na produção agrícola. No momento do requerimento da aposentadoria rural, essa realidade se traduz em indeferimentos administrativos, prolongamento do tempo de espera pelo benefício e necessidade de judicialização, aprofundando situações de vulnerabilidade social.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres do campo na comprovação documental da atividade rural para fins de aposentadoria, evidenciando como tais exigências reproduzem desigualdades de gênero e comprometem a efetivação do direito previdenciário, bem como refletir sobre a necessidade de revisão das práticas institucionais à luz do princípio da igualdade material.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Mulher, trabalho e divisão de gênero no meio rural

A divisão de gênero do trabalho constitui elemento central para a compreensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo. Ker-goat (2009) explica que essa divisão atribui às mulheres tarefas consideradas extensões do trabalho doméstico, desprovidas de reconhecimento econômico e social. No meio rural, essa lógica se intensifica, pois o trabalho agrícola feminino é frequentemente compreendido como ajuda ao marido, e não como atividade produtiva autônoma.

Beauvoir (2016) destaca que a naturalização dessas funções contribui para a internalização da ideia de que o trabalho da mulher não possui valor próprio. Essa construção social impacta diretamente a forma como o trabalho feminino é registrado ou não registrado, nos documentos oficiais, reforçando a exclusão institucional das mulheres do campo.

2.2 Invisibilidade do trabalho feminino rural e políticas públicas

Estudos do IPEA e do IBGE indicam que as mulheres rurais desempenham papel essencial na produção de alimentos e na economia familiar, mas permanecem sub-representadas nos registros formais de trabalho. Delgado (2015) observa que, embora o ordenamento jurídico previdenciário tenha avançado no reconhecimento do segurado especial, as políticas públicas não foram acompanhadas por instrumentos probatórios compatíveis com a realidade do trabalho feminino.

Essa invisibilidade documental reflete uma política pública que, ainda que formalmente inclusiva, opera de forma excludente ao exigir provas incompatíveis com a dinâmica social do trabalho rural exercido pelas mulheres.

2.3 Prova do trabalho rural e desigualdade de gênero no direito previdenciário

No âmbito do direito previdenciário, a prova da atividade rural constitui elemento central para a concessão da aposentadoria. Entretanto, a exigência de documentos materiais em nome próprio desconsidera a estrutura patriarcal do campo, onde os registros históricos sempre estiveram concentrados na figura masculina.

Scott (1995) destaca que o gênero, enquanto categoria de análise, permite compreender como normas aparentemente neutras produzem efeitos desiguais. No caso da aposentadoria rural, a neutralidade das exigências probatórias revela-se ilusória, pois impõe às mulheres um ônus probatório desproporcional e incompatível com sua realidade social.

2.4 Dificuldade de comprovação da atividade rural e invisibilidade documental

A literatura especializada aponta que a dificuldade de comprovação da atividade rural constitui um dos principais entraves ao acesso aos benefícios previdenciários, especialmente no que se refere à aposentadoria por idade do segurado especial. No caso das mulheres rurais, esse obstáculo assume contornos ainda mais severos, em razão da histórica invisibilidade de seu trabalho nos registros formais. Santos et al. (2022) demonstram que a exigência de início de prova material, nos moldes tradicionalmente adotados pelo INSS, desconsidera a realidade social do trabalho feminino no campo, frequentemente exercido em regime de economia familiar e sem documentação em nome próprio.

Nesse sentido, Mendes e Coelho (2025) identificam que a ausência de documentos em nome da própria segurada figura entre as principais causas de indeferimento administrativo dos pedidos de aposentadoria rural, mesmo quando há robusta prova testemunhal do exercício da atividade agrícola.

A invisibilidade documental do trabalho feminino rural também foi constatada em estudos regionais, como o realizado em Medicilândia/PA, que evidencia como o labor das mulheres é socialmente percebido como “ajuda” ou extensão das atividades domésticas, e não como trabalho produtivo autônomo (SILVA, 2023). Tal percepção repercute diretamente no processo previdenciário, reforçando a exigência de padrões probatórios incompatíveis com a trajetória de vida das trabalhadoras rurais.

Do ponto de vista jurídico, Chaves (2022) sustenta que o modelo probatório vigente na previdência rural carece de adequação à perspectiva de gênero, uma vez que se ancora em critérios aparentemente neutros, mas que produzem efeitos discriminatórios. A exigência de documentos materiais formais, sem a devida contextualização das relações sociais e da divisão sexual do trabalho no campo, acaba por impor às mulheres um ônus probatório desproporcional, contribuindo para a negativa reiterada do benefício previdenciário.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza jurídico-documental, com análise normativa da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 8.213/1991 e de atos administrativos previdenciários. Complementarmente, realiza-se revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas sobre gênero, trabalho rural e proteção social.

O método interpretativo-crítico foi empregado para correlacionar os dados normativos com a realidade social das trabalhadoras rurais, evidenciando as limitações estruturais do modelo probatório vigente.

Estudos empíricos indicam que a maioria das mulheres rurais enfrenta dificuldades para apresentar documentos que comprovem sua atuação produtiva, uma vez que notas fiscais, cadastros rurais e registros fundiários permanecem, em regra, em nome do marido ou de outros membros masculinos da família. Nesse sentido, Mendes e Coelho (2025) identificam que a ausência de documentos em nome da própria segurada figura entre as principais causas de indeferimento

administrativo dos pedidos de aposentadoria rural, mesmo quando há robusta prova testemunhal do exercício da atividade agrícola.

Tal percepção repercute diretamente no processo previdenciário, reforçando a exigência de padrões probatórios incompatíveis com a trajetória de vida das trabalhadoras rurais.

Do ponto de vista jurídico, Chaves (2022) sustenta que o modelo probatório vigente na previdência rural carece de adequação à perspectiva de gênero, uma vez que se ancora em critérios aparentemente neutros, mas que produzem efeitos discriminatórios. A exigência de documentos materiais formais, sem a devida contextualização das relações sociais e da divisão sexual do trabalho no campo, acaba por impor às mulheres um ônus probatório desproporcional, contribuindo para a negativa reiterada do benefício previdenciário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidencia que a exigência de documentos formais em nome próprio constitui o principal obstáculo ao acesso das mulheres rurais à aposentadoria.

Além disso, o trabalho feminino no meio rural é recorrentemente compreendido como extensão das responsabilidades domésticas, desprovido de valor econômico próprio e do reconhecimento formal exigido pelo sistema previdenciário.

Essa percepção se reflete, inclusive, na atuação do Poder Judiciário, onde, em audiências de instrução, não são incomuns questionamentos que reforçam estereótipos de gênero, como indagações acerca do estado civil da segurada, sugerindo, de forma implícita, que a condição de trabalhadora rural estaria vinculada ao casamento ou à figura masculina.

Tais práticas revelam uma compreensão reducionista do trabalho rural feminino, que ignora a autonomia laboral das mulheres e desconsidera as múltiplas formas de inserção produtiva no campo. Ao associar o reconhecimento do direito previdenciário à condição conjugal, o sistema de justiça reproduz padrões patriarcais incompatíveis com os

princípios constitucionais da igualdade material e da dignidade da pessoa humana.

A ausência de uma análise jurisdicional orientada pela perspectiva de gênero tem impacto direto na negativa da aposentadoria rural às mulheres do campo. A não observância do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, contribui para a reprodução de estereótipos que desvalorizam o trabalho agrícola feminino e sustentam um modelo idealizado de trabalhador rural, culminando em indeferimentos que violam os princípios constitucionais da igualdade e da proteção social.

Outro efeito relevante da negativa da aposentadoria rural às mulheres do campo refere-se ao apagamento simbólico de suas trajetórias laborais ao longo da vida. Ao exigir provas documentais incompatíveis com a realidade social do trabalho rural feminino, o sistema previdenciário desconsidera saberes, práticas e experiências historicamente construídas no cotidiano do campo. Essa lógica contribui para a produção de uma memória institucional seletiva, que reconhece apenas o trabalho formalizado em registros oficiais, ignorando formas tradicionais de produção agrícola baseadas no trabalho familiar e na divisão sexual do trabalho.

Como consequência, as histórias de vida das mulheres rurais são deslegitimadas no momento em que mais necessitam de proteção social, reforçando sentimentos de injustiça, invisibilidade e descrédito em relação às instituições públicas. Tal cenário evidencia que a negativa do benefício previdenciário não afeta apenas a renda dessas mulheres, mas também o reconhecimento social de sua identidade como trabalhadoras rurais.

A negativa da aposentadoria rural às mulheres do campo também revela uma fragilidade estrutural do próprio modelo de proteção social brasileiro, que, embora fundado em princípios constitucionais de universalidade e igualdade, ainda opera a partir de critérios probatórios que não dialogam com a realidade concreta do trabalho rural feminino. Ao exigir documentos formais emitidos em nome próprio, o sistema previdenciário acaba por privilegiar trajetórias laborais masculinas, historicamente mais visíveis nos registros oficiais, em detrimento das

experiências femininas, marcadas pelo trabalho familiar, pela informalidade e pela divisão sexual das atividades produtivas.

Esse descompasso entre norma e realidade gera um ciclo de exclusão previdenciária que se perpetua ao longo do tempo, afetando principalmente mulheres idosas, com baixa escolaridade e limitado acesso à informação e à assistência jurídica.

Além disso, a reiterada negativa do benefício compromete a permanência dessas mulheres no meio rural, muitas vezes obrigando-as a prolongar o trabalho em idade avançada ou a migrar para centros urbanos em condições precárias.

Assim, o indeferimento da aposentadoria rural ultrapassa o campo jurídico-administrativo e assume contornos de problema social, evidenciando que a efetivação do direito previdenciário das mulheres do campo depende de uma revisão estrutural das práticas institucionais, capaz de reconhecer o trabalho rural feminino a partir de suas especificidades históricas, sociais e culturais.

Dessa forma, a negativa da aposentadoria rural não decorre da ausência de trabalho, mas da ausência de reconhecimento institucional desse trabalho, evidenciando a necessidade de incorporação efetiva da perspectiva de gênero nos processos previdenciários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que, embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.213/1991 tenham reconhecido formalmente a mulher rural como segurada especial e titular do direito à aposentadoria rural, persistem obstáculos estruturais que comprometem a efetivação desse direito. A principal barreira identificada reside na exigência de comprovação documental da atividade rural, construída a partir de um modelo probatório que desconsidera a divisão sexual do trabalho no campo e a histórica concentração dos registros formais na figura masculina.

A análise demonstrou que a invisibilidade documental do trabalho feminino não decorre da ausência de labor, mas da ausência de reconhecimento institucional desse trabalho. As mulheres rurais

exercem atividades produtivas e reprodutivas de forma simultânea, contribuindo significativamente para a subsistência familiar e para a produção de alimentos, porém têm suas trajetórias deslegitimadas no momento do requerimento previdenciário. Tal realidade resulta em indeferimentos administrativos, prolongada judicialização e aprofundamento de situações de vulnerabilidade social, revelando um descompasso entre o reconhecimento normativo e a prática administrativa e judicial.

Verificou-se, ainda, que o sistema de justiça, ao não incorporar de forma efetiva a perspectiva de gênero, acaba por reproduzir estereótipos que associam o reconhecimento da condição de trabalhadora rural à figura masculina ou à condição conjugal da mulher. Questionamentos que desvalorizam o trabalho agrícola feminino e o reduzem a uma extensão das atividades domésticas revelam a permanência de uma lógica patriarcal incompatível com os princípios constitucionais da igualdade material, da dignidade da pessoa humana e da proteção social.

Nesse contexto, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, representa um avanço relevante ao orientar o Poder Judiciário para uma atuação sensível às desigualdades estruturais. Contudo, sua mera existência não é suficiente. Faz-se necessária a efetiva incorporação de suas diretrizes nos processos previdenciários, especialmente no que se refere à flexibilização da prova do trabalho rural feminino e à valorização das histórias de vida das trabalhadoras, sob pena de perpetuar a exclusão previdenciária das mulheres do campo.

Por fim, é imprescindível reconhecer que a concretização do direito à aposentadoria rural feminina exige mais do que o decurso do tempo ou a previsão abstrata em normas jurídicas, demandando a construção contínua de políticas públicas inclusivas e práticas institucionais comprometidas com a justiça social, a igualdade material e o reconhecimento das trajetórias historicamente invisibilizadas das mulheres do campo. *Nesse sentido, a autora estabelece uma analogia entre a canção Oração ao Tempo, na voz de Maria Bethânia, e o desafio imposto ao Estado brasileiro de reconhecer, ainda que tardiamente, o trabalho das mulheres rurais, celebrando um verdadeiro acordo histórico*

capaz de transformar invisibilidade em direito e espera em aposentadoria.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero*. Brasília, DF: CNJ, 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. *Previdência social e trabalho rural no Brasil*. São Paulo: LTr, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Mulheres rurais: autonomia econômica e desafios para a igualdade no campo*. Brasília, DF: IPEA, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2026.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67–75.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SILVA, Maria Aparecida da. *Invisibilidade do trabalho da mulher rural e impactos na aposentadoria pelo trabalho rural: estudo de caso em Medilândia/PA*. Revista Eletrônica Acervo Científico, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/11376/5034/19726>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SANTOS, Thais Giselle Diniz; ISAGUIRRE, Katya; VASCONCELOS, Ana Letícia Maciel de. *Somos mulheres trabalhadoras rurais: da invisibilização ao reconhecimento de direitos previdenciários e da cidadania*. Revista Brasileira de Direito Social, v. 5, n. 1, p. 65–87, 2022. Disponível em: <https://rbds.ieprev.com.br/rbds/article/download/175/153/574>. Acesso em: 19 jan. 2026.

MENDES, Geovane da Silva; COELHO, Vanesse Louzada. *A dificuldade de comprovação da atividade rural frente às exigências do INSS: avaliação das principais causas de indeferimento na aposentadoria rural. EDD – Estudos em Direito e Desenvolvimento*, v. 10, n. 6, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/err01/article/view/10068>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CHAVES, Daniela Garcia. *A prova da atividade rural no direito previdenciário e seus entraves probatórios. Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, p. 112–130, 2022. Disponível em: <https://ojs.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1197/956>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CAPÍTULO 36

QUEM PODE SER MÃE NO BRASIL? ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS MATERNIDADES MARGINALIZADAS

***WHO CAN BE A MOTHER IN BRAZIL? SOME REFLECTIONS ON
MARGINALIZED MATERNITIES***

Patricia Beretta Costa

Universidade de São Paulo

São Paulo – SP

<https://orcid.org/0000-0001-5807-6380>

patricia.beretta@live.com

Miriam Debieux Rosa

Universidade de São Paulo

São Paulo – SP

<https://orcid.org/0000-0002-9518-0424>

debieux@terra.com.br

RESUMO

O trabalho discute como raça, classe, gênero e colonialismo atravessam e limitam o direito de determinadas mulheres exercerem a maternidade no Brasil. A partir da perspectiva psicanalítica, analisamos experiências de mães em situação de urgência social, especialmente aquelas submetidas a processos de destituição do poder familiar, frequentemente aplicados de forma arbitrária e preconceituosa. O texto explora como o ideal hegemônico de “boa mãe”, construído historicamente por discursos patriarcais, médicos e religiosos, exclui mulheres pobres, negras, usuárias de drogas e em situação de rua, que têm suas maternidades desqualificadas e silenciadas. Por fim, abordamos o sofrimento subjetivo dessas mulheres, as lutas por reconhecimento e os efeitos do desamparo social e discursivo, defendendo a importância de práticas clínicas e políticas que respeitem suas histórias e desejos.

Palavras-chave: Maternidade, colonialidade, destituição do poder familiar

ABSTRACT

This paper discusses how race, class, gender, and colonialism intersect to limit the right of certain women to exercise motherhood in Brazil. From a psychoanalytic perspective, we analyze the experiences of mothers living in situations of social emergency, especially those subjected to processes of termination of parental rights, which are often applied arbitrarily and with prejudice. The text examines how the hegemonic ideal of the “good mother,” historically constructed by patriarchal, medical, and religious discourses, excludes poor, Black, homeless, and drug-using women, whose forms of motherhood are disqualified and silenced. Finally, we address these women's subjective suffering, their struggles for recognition, and the effects of social and discursive abandonment, arguing for the importance of clinical and political practices that respect their histories and desires.

Keywords: Motherhood, colonality, termination of parental rights

Introdução

Pensar pesquisas que coloquem a mulher em foco é trazer para o debate a discussão do atravessamento de gênero na estruturação da sociedade brasileira, mas não só o atravessamento de gênero, é fundamental pensarmos os atravessamentos de raça, classe e do colonialismo. Pretendo neste artigo, a partir da perspectiva psicanalítica, abordar a importância do reconhecimento das maternidades em situações de desproteção social, articulando com os aspectos da idealização da maternidade.

Este trabalho é fruto das reflexões teóricas advindas de uma prática clínica de atendimento psicológico às mulheres no território do centro de São Paulo¹. Para isso, nos propomos a pensar os marcadores de raça, classe e gênero ao refletirmos sobre as diferentes experiências

¹ A prática clínica realizada pelo Coletivo Casa Aberta se propõe a escutar mães em situação de urgência social na cidade de São Paulo, a partir da perspectiva psicanalítica (Costa, Rosa, 2024).

de maternidade vivenciadas, e em especial quando ocorrem os processos de destituição do poder familiar.

O campo de estudos que envolvem a família, e em particular a maternidade, tem sido bastante produtivo no Brasil nos últimos anos, e é um campo que pode ser abordado por diferentes ângulos. Aqui iremos discutir o tema a partir de uma perspectiva interdisciplinar, articulando os aspectos jurídicos, sociais, econômicos e subjetivos da destituição do poder familiar em famílias que vivenciam situações de urgência social.

A destituição do poder familiar é um processo jurídico pelo qual os pais perdem o direito de exercerem a autoridade parental sobre seus filhos. Esse processo ocorre em situações que envolvem a intervenção do Sistema Judiciário e de órgãos de Proteção à Infância e Adolescência, que avaliam se os pais estão cumprindo adequadamente suas responsabilidades em relação aos filhos (Sarmento, 2020). Cabe ressaltar que a destituição do poder familiar é uma medida protetiva que deve ser aplicada apenas como último recurso, quando todas as outras tentativas de manter a convivência familiar foram esgotadas. Apesar de ser uma medida de exceção, a prática com famílias que passam por esses processos nos mostram que essa medida tem sido usada com bastante frequência e de forma arbitrária (Souza, 2021), configurando situações de separações compulsórias e violação de direitos.

Aqui abordaremos o campo das destituições do poder familiar em famílias marcadas por situações de desproteção social e urgência social, problematizando como os discursos hegemônicos da maternidade atravessam as mulheres que tem suas maternidades desqualificadas e não reconhecidas no campo social.

A urgência social pode ser entendida, como Seincman (2019) propõe, em que não é apenas a questão da miséria e da precariedade social que está em cena, mas há também um contexto de relações de poder e exclusão que produzem a segregação de determinados sujeitos do laço social, produzindo situações de marginalizações. Aqui no caso, mães que ao se encontrarem em situações de urgência social passam a ter suas maternidades subjugadas e questionadas, tanto pelo discurso do Estado, que através de intervenções de destituição do Poder

familiar produzem separações entre mães e seus filhos, quanto pelo discurso social, que as retratam como mulheres más e negligentes.

Marcas da Idealização

O modelo hegemônico de maternidade é pautado em uma concepção que valoriza a mãe como cuidadora amorosa, responsável e dedicada, geralmente associada à família nuclear burguesa. Badinter (1980) nos traz que essa é uma construção social que é historicamente datada e que tem sua base em interesses econômicos da sociedade, ou seja, a mulher passa a ocupar um lugar social associado ao cuidado tanto dos filhos quanto das responsabilidades com a casa.

Historicamente, a construção desse ideal está ligada ao patriarcado e à ideia do biopoder que surgiu a partir do século XVIII, quando o Estado passou a regular a população e exercer controle sobre corpos e afetos (Souza, 2021). O campo da medicina ganha importantes avanços e passa a trazer um discurso que corrobora com essa construção do ideal da maternidade associando o corpo da mulher ao natural e biológico, reforçando a ideia de um destino natural para a reprodução (Rosa, 2024). Além do discurso da medicina, o discurso religioso também ganha importante papel na caracterização da mulher como submissa e passiva, como mãe e, então, associada a uma ideia de pureza e ideal (Santos, Tfouni, 2017).

Ao discutir os atravessamentos desses discursos, Rosa (2024) dialoga com o questionamento sobre os objetivos desses discursos e à idealização de um lugar social feminino destinado à maternidade:

As tentativas desses discursos eram de transformar as mulheres em um grupo domesticado, com um certo conjunto de características, ao qual se deu o nome de feminilidade. Todas essas tentativas convergiam para que as mulheres tivessem um único fim, um único destino: a maternidade (p.29)

Dessa forma, a maternidade ideal foi moldada nesse contexto, subordinando as mulheres a normas morais e disciplinares que reforçavam a dominação masculina e exclusão social.

A maternidade e o lar passam a fazer parte das relações de poderes existentes entre homens e mulheres. E as mulheres passam a serem as detentoras do mistério da maternidade. (Rosa, 2024, p. 30).

No Brasil, esse processo foi marcado também pela escravidão e pelo colonialismo, como pontua Lélia Gonzalez (2020). Para a autora, há um discurso que objetifica e hipersexualiza as mulheres negras, incubindo-as do cuidado com os filhos de mulheres brancas e senhores de escravo, negando-lhes o direito à maternidade plena e naturalizando a destituição de seus filhos.

Souza (2021) explora a discussão da destituição do poder familiar enfatizando a forma como o problema é atravessado por questões de gênero e classe, pois a idealização da maternidade está ligada a um modelo hegemônico de mães, que se baseia em padrões burgueses, normativos e moralistas, excluindo aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade social e que não se encaixam nesse modelo, como mulheres pobres, negras, usuárias de drogas e em situação de rua.

Assim, as mulheres que fogem desses padrões passam a ter suas maternidades desqualificadas e julgadas, são maternidades que sofrem com intervenções estatais que acarretam na retirada compulsória de bebês de suas mães. São maternidades que passam a configurar o que chamamos de maternidades marginalizadas, ou seja, aquelas mães que vivenciam um processo de exclusão e violência, atravessados por marcadores sociais da diferença (Costa, 2024).

Aqui observamos o Estado realizando a governância política dessas maternidades, o Estado é quem passa a controlar e determinar quem pode ou não ser mãe. É importante ressaltar que falamos aqui de mães que querem exercer a maternidade, de mulheres que poderiam exercer a maternidade se fossem socialmente amparadas, ou seja, se tivesse os recursos oferecidos e garantidos.

O reconhecimento das maternidades marginalizadas e as lutas de poder

Como apresentamos anteriormente, o campo de estudos e pesquisa das maternidades marginalizadas é bastante complexo e envolve uma disputa importante de narrativa sobre o que seria a “boa mãe”.

Ao discutirmos esse imaginário do que seria a “boa mãe”, Aching (2013) retoma que este imaginário é coletivo e formado por um conjunto de sentidos afetivo-emocionais compartilhados, que se manifestam em crenças, valores, sentimentos e ideias, operando muitas vezes de modo consciente e inconsciente. Nesse sentido, o imaginário da “boa mãe” não é um dado natural ou fixo, mas um produto cultural e social que está em constante transformação e que pode ser influenciado por fatores como a classe social, o suporte familiar e o ambiente institucional.

No contexto específico das mães em situação de urgência social, a experiência de maternidade é frequentemente percebida como um fator de risco social e psíquico, onde a mãe é responsabilizada individualmente por sua situação atual, em meio a adversidades concretas como a pobreza, ausência de rede de apoio e dificuldades materiais (Costa, 2024).

Compreendemos que nessa disputa de narrativa os atravessamentos de raça e classe compõem um discurso que é racista e preconceituoso, e que passa a desqualificar as experiências de mães negras e pobres (Braga, 2015; Costa, 2024). Seguindo nessa linha, Souza (2021) aborda como as mães usuárias de droga e em situação de desproteção social passam a ser vistas como mãe indignas, dessa forma, a maternidade indigna é produzida pela tutela moral e pelo proibicionismo, que criminalizam e patologizam as famílias dessas mulheres, desconsiderando seus direitos e violando sua convivência familiar.

Assim, a partir das discussões acerca da composição de um ideal de maternidade (Badinter, 1980), e das relações sobre padrões e modelos de família (Fonseca, 2000), percebemos que não são todas as mães ou famílias que são avaliadas, desqualificadas e discriminadas (Costa, 2024).

Abordando as intervenções de destituição do poder familiar no campo das maternidades marginalizadas, a discussão tem passado pela percepção de um caráter preconceituoso e arbitrário (Souza, 2021), marcando as separações entre mães e seus filhos dentro de uma lógica que perpetua a violência e a exclusão dessas mulheres que fogem ao padrão do discurso que determina a “boa mãe”.

O Brasil é um país marcado pelo processo colonial e pela escravidão, o que influenciou diretamente a estruturação da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020). O lugar da mulher negra é constituído a partir do lugar da mulher escrava, que tinha o corpo e a maternidade marcados pela relação de mercado, era um corpo visto como mercadoria e uma maternidade negada (Bento, 2024).

O corpo, a maternidade, o cuidado, o afeto, o amor e a família tudo isso é negado às mulheres negras por meio da violência que se materializa através dos diversos braços do Estado. Não estamos aqui defendendo o *mito do amor materno* ou uma certa essencialização do gênero feminino, mas problematizamos o lugar que as mulheres negras são condicionadas a ocuparem – *a zona do não ser* –, o que leva à desumanização e destina ao cuidado colonial” (Passos, 2021, p. 306).

Ao escutar as mães que vivenciam os processos de destituição do poder familiar, nos damos conta de como essas separações são vividas de forma traumática, e que em muitos casos há uma luta dessas mulheres em serem reconhecidas como mães, mesmo com os processos de destituição.

Em minha dissertação de mestrado intitulada “É a mãe desse bebê? A clínica psicanalítica da parentalidade atravessada pelo sofrimento sociopolítico” (2024), apresentei algumas cenas de escuta dessas mães, e uma em particular que retomo aqui é de uma mãe que ao acompanhar o filho em uma consulta é nomeada como genitora, o que causa indignação nela, que se reconhece como mãe, apesar de não ter a guarda do filho (que está com a avó). Essa cena retoma diferentes discussões possíveis, como, por exemplo, a implicação fundamental que se nomear como mãe tem em seu psiquismo e na construção de sua maternidade, como aponta Garrafa (2020).

Aqui discuto a importância não apenas da nomeação enquanto mãe, mas do uso da palavra genitora, como marca de um não reconhecimento do lugar de mãe que essas maternidades se deparam. Bento (2024) aborda o uso do termo genitora ao estudar o campo da maternidade na época da escravidão, explorando a ideia de como as mulheres negras eram referidas apenas como mercadoria e seus corpos considerados apenas nesse aspecto biológico, que o termo genitora reforça.

É a partir dessa discussão do atravessamento dos marcadores sociais de raça, classe e do próprio colonialismo que podemos refletir a forma como maternidades de mulheres negras são historicamente negadas e não reconhecidas no laço social. Assim como Braga (2015) trabalha em sua tese, há um imaginário social no Brasil que traz a mulher negra em um lugar de suspeição, ou seja, de uma suspeita de suas capacidades de exercerem a maternidade.

Em março de 2024, o Jornal Boca de Rua² trouxe uma reportagem sobre a luta das mães que passaram por processos de destituição do poder familiar e foram separadas de seus filhos, a reportagem pontua:

Isso é um sequestro estatal e não é novidade no Brasil. Acontece desde a época da escravidão. Hoje as mulheres que vivem na rua ou, mesmo as que são muito pobres, usuárias de drogas ou tem algum tipo de problema psicológico passam por esta situação (Jornal Boca de Rua, 2024, p. 07).

A reportagem reúne inúmeras histórias de mães que foram separadas de seus bebês na cidade de Porto Alegre, por motivos diversos, mas que apresentam a urgência social como um elemento comum atravessando essas narrativas. Outro ponto a se destacar é o sofrimento vivenciado por elas, todas relatam tristeza pela separação, mas também o desejo e a luta por saberem mais sobre seus filhos, num movimento de resistência aos discursos que as apresentam e relatam como “loucas” e “negligentes”.

² O Jornal Boca de Rua é um jornal realizado pela população com trajetória de rua na cidade de Porto Alegre, e pode ser acessado no link <https://jornalbocaderua.wordpress.com/>

Sobre essa luta que as mães trazem, o Jornal conta da inspiração no movimento argentino de busca das crianças separadas de suas mães na época da ditadura.

Quando ficaram sabendo que as mulheres argentinas lutavam para encontrar as crianças sequestradas durante a ditadura daquele país, as integrantes do Boca de Rua que tiveram seus filhos retirados nos hospitais – ou que perderam sua guarda mais tarde – resolveram fazer cartazes de protesto. Mesmo sendo poucas, deram seu recado usando o jornal para divulgar sua indignação e representar tantas outras mulheres que sofrem caladas. 'É a luta das mães dos braços vazios', define uma delas (Jornal Boca De Rua, 2024, p. 07).

A experiência de protesto e resistência apresentada no jornal é exemplo não só do sofrimento vivenciado por essas mulheres, mas também da luta por reconhecimento de suas maternidades. Como elas próprias trazem, é uma luta de um luto por um filho vivo, por serem respeitadas e valorizadas como mães, nas mais distintas experiências de maternidade.

Reconhecimento por um lugar social da maternidade

Reconhecendo os aspectos da violência simbólica nesses processos de destituição do poder familiar de mães em situações de urgência social, nos cabe também pontuar, aspectos que fazem resistência aos discursos homogeneizantes.

Sarmiento (2020) ao acompanhar gestantes com trajetória de rua nos conta que, apesar das dificuldades, essas mulheres buscam ativamente manter suas relações com seus filhos, são mães que desejam exercer a maternidade. Nesse sentido, a autora menciona uma série de arranjos de cuidado feitos por essas mulheres nessa tentativa de garantir a convivência com os filhos, é um processo que busca não apenas a conexão com os filhos, mas também um reconhecimento de sua maternidade.

Ao abordar o tema do reconhecimento, podemos pensar que não há um modo de falarmos do tema sem considerar as questões que atravessam as possibilidades de compreensão tanto das estruturas

sociais e simbólicas, quanto das relações de poder no qual os sujeitos estão inseridos.

Rosa (2018) nos adverte de compreendermos que os sujeitos do qual a psicanálise se ocupa de escutar está inserido em seu tempo histórico e cultural, atravessado pelas estruturas de linguagem, estruturas sociais, econômicas e políticas.

Martins (2020) ao estudar as questões do reconhecimento na teoria e clínica da psicanálise, na sua articulação com a política, coloca a importância de entender essa luta por reconhecimento, não apenas como importante numa teoria da filosofia política, mas também para a clínica psicanalítica que se desdobra a de fato escutar as lutas de cada um sem desmerecê-las (p. 118).

Na teoria psicanalítica o Complexo de Édipo é central para pensar a constituição do sujeito, que se relaciona ao processo de identificação e de construção da subjetividade (Martins, 2024). Partindo então do reconhecimento de que os cuidadores primários dos bebês e crianças são os representantes fundamentais desse processo, o Édipo diz respeito a esse movimento de inscrição do sujeito na ordem simbólica e na cultura.

A partir dessas considerações sobre o Édipo como um processo fundamental, Martins (2020) aborda a concepção de que o Édipo se refere a um jogo de poder nas relações de gênero e na alteridade, em que a premissa é uma desigualdade de poder entre as figuras de cuidado. Assim como se introjeta, a partir do Édipo, as relações de poder e se define os objetos de amor e sexualidade, também há a transmissão de determinados discursos. Os sujeitos são, desde a sua constituição, imersos em um discurso que o atravessa e o insere numa estrutura simbólica e de linguagem (Martins, 2024).

Segundo Butler (2017), há um processo de sujeição presente na inscrição do sujeito na ordem simbólica:

A sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação. “Sujeição” significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar sujeito (p.16).

Sobre este processo Martins (2024) ainda pontua:

Entre aproximações e afastamentos, dependência e independência, construção e destruição, encontros e desencontros, somos marcados por essas formas das relações de poder dominantes, as mesmas que inserem no nosso psiquismo imagens, teses e representações que colonizam nosso corpo com restos do social e sexual, que usaremos para construir nossa face, nossa máscara indissociável do que somos e do que fizeram de nós (p. 123).

Pensando sobre os processos de resistência e a luta por reconhecimento, Martins (2024) coloca que o desejo é aquilo que move o sujeito, que o coloca em movimento numa busca constante.

Nesse sentido a escuta vai na aposta de acompanhar o outro no processo de encontrar suas próprias saídas frente aos discursos que insistem nas relações de exclusão e marginalização de determinados sujeitos.

Ao fazer uma consideração sobre alguns aspectos das políticas públicas e intervenções do Estado que atravessam os sujeitos marginalizados, Martins (2023), coloca que em muitos momentos há um excesso de burocratização e certa fragmentação dos sujeitos nos diferentes serviços e encaminhamentos, o que contribui para a produção de vazios de histórias, ou seja, “histórias que permanecem as mesmas, sem escuta, sem consequências, sem rostos, afetos e memória – por fim, invisibilizadas e silenciadas” (p. 24).

Ao pensarmos o termo “vulnerabilidade” precisamos problematizá-lo em seus usos, incluindo a sua leitura “como sintoma da cultura, do sistema político-econômico ou do Estado, e não limitada somente ao sujeito” (Martins, 2023, p. 24). É nesse sentido que se torna fundamental pensar ações que possam promover uma escuta da subjetividade dos sujeitos, e não apenas soluções imediatistas que excluem a dimensão subjetiva e acaba por perpetuar a posição de não reconhecimento a esses sujeitos.

Articular as questões do reconhecimento com as possibilidades de uma posição ética de escuta precisa pensar o sujeito resgatando a dimensão desejante, sem desconsiderar as suas necessidades materiais, mas sabendo que elas não o definem. Assim, considerar a luta por

reconhecimento nas maternidades marginalizadas é poder de fato reconhecer o desejo dessas mães em suas maternidades, seus arranjos de cuidado e seus sofrimentos, sabendo que as situações de desproteção social não definem suas capacidades de maternar.

Semelhante a essa posição, retomamos o que Rosa (2018) nos conta sobre a direção de uma escuta clínico-política, como aquela que retoma a possibilidade de o sujeito se apropriar da própria história, no processo de tornar-se sujeito. Ainda sobre as possibilidades dessa escuta, Rosa et al (2024) trazem que “dessa forma, processam-se alterações do campo imaginário/simbólico, social e político em que o sujeito se situa em uma história, reconstituindo o campo ficcional” (p. 193).

Se consideramos as maternidades marginalizadas como aquelas que são justamente excluídas e não reconhecidas no laço social, a luta por reconhecimento é justamente a busca por restaurar esse lugar. Quando se perde o poder familiar, se perde o lugar social de mãe, reconhecemos que há um luto nesse processo de marginalização.

Há um luto de um lugar social a ser processado. Podemos detectar o limite do sujeito, na sustentação de sua posição enquanto tal no laço social, quando o discurso social despotencializa seu lugar. (Rosa et al, 2024, p. 190).

Seguindo com as articulações possíveis para pensar as separações compulsórias e as maternidades marginalizadas, faz-se importante trazer os efeitos e as marcas do discurso homogeneizante nos sujeitos, Rosa (2018) coloca:

Este é o ponto que abre para a nossa discussão sobre o modo como certos discursos sociais se travestem de discurso do Outro (campo da linguagem) para obter a polissemia do significante e impor sua verdade ao sujeito, para capturar o sujeito em suas malhas – na constituição ou na destituição subjetiva. Um dos efeitos será o silenciamento, o desamoramento do lugar de fala do sujeito (Rosa, 2018. p. 35)

Nessa passagem, Rosa (2018) retoma as considerações sobre o processo de desamparo discursivo vivenciado por sujeitos que se encontram em situações de exclusão e marginalização.

Entende-se que situações de desamparo social, ou seja, frente às situações de miséria, precariedade material, somam-se outras

questões, como dificuldade de acesso aos serviços públicos, violências e exclusão do laço social, assim, acrescenta-se ao desamparo social o desamparo discursivo (Rosa, 2018).

Assim, pensar a possibilidade de uma clínica nesse contexto é considerar também as especificidades, considerar a dimensão tanto do desamparo social quanto do desamparo discursivo. É importante supor uma escuta que possa romper essas barreiras do silenciamento, mas ainda assim considerar as diferentes atribuições de lugar dadas a essas mães no discurso social e os aspectos de exclusão associados a esses discursos homogeneizantes da maternidade, que julgam e punem as mães que fogem destes padrões (Costa, 2024, p. 97).

Toda a construção do ideal da maternidade passa por uma construção histórica do discurso sobre o que é uma boa mãe, que é construído a partir de marcadores sociais como raça, classe e gênero, esses marcadores podem ser definidos como “sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais” (Zamboni, 2014, p. 13)

Ao pensarmos nos marcadores sociais da diferença, Rosa et al (2024) traz:

Entendemos que os marcadores sociais são estratégias discursivas de dominação que prescrevem lugares sociais fixos, impondo a submissão e a servidão, assim como destinos de punição e de exclusão a quem ouse romper tal laço social (p. 180).

A construção de um discurso sobre a “boa mãe” retira a possibilidade de outras formas de maternar, e a “boa mãe” se torna uma função social reconhecida no caso das mães brancas e de classes sociais elevadas, excluindo e punindo as mães que fogem desses padrões.

Considerações Finais

Buscamos neste trabalho analisar, sob uma perspectiva da clínica psicanalítica, os atravessamentos sociais de raça, classe, gênero que incidem no campo da maternidade, em especial das maternidades

marginalizadas, aquelas que fogem dos padrões hegemônicos de maternidade.

A partir da escuta clínica de mulheres em situação de urgência social, buscamos evidências como os discursos sociais, jurídicos e institucionais operam na produção e manutenção de lugares de exclusão, desqualificação, não reconhecimento e silenciamento dessas mães, frequentemente negras e pobres, cujas experiências são marcadas por rupturas de vínculos familiares e intervenções estatais.

Sabemos que este é um tema bastante complexo, por isso, buscamos argumentar que a construção histórica do ideal materno, fortemente influenciada por valores patriarcais, racistas e classistas, contribui para a legitimação de práticas discriminatórias que restringem o direito de determinadas mulheres à maternidade.

A escuta dessas mães pode nos fazer refletir sobre as marcas do não reconhecimento de suas maternidades e os aspectos do desamparo discursivo dessas mulheres, que passam a ter suas maternidades negadas e seus sofrimentos silenciados.

Por fim, podemos dizer que o direito de ser mãe no Brasil permanece restrito por barreiras históricas e estruturais, que atravessam raça, classe, gênero. É importante pensarmos então os aspectos do reconhecimento dessas maternidades para que seja possível questionar estruturas sociais, simbólicas e de poder que sempre estiveram presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

ACHING, Michele Carmona. **A mãe suficientemente boa**: imaginário de mães em situação de vulnerabilidade social. 2013, 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) - Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice. **Abjeção**: A construção histórica do racismo. São Paulo: Editora Cult, 2024.

BRAGA, Ana Paula Mussatti. **Os muitos nomes de Silvana**: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras. 288 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução: R. Bettoni. São Paulo: Autêntica, 2015.

Cadê meu filho? Jornal Boca de Rua, Porto Alegre, março – maio, número 84, 2024.

COSTA, Patricia Beretta. **“É a mãe desse bebê?” A clínica psicanalítica atravessada pelo sofrimento sociopolítico**. 108f. Dissertação de Mestrado não publicada em Psicologia Clínica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Revista Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/download/53501/57501/67203>. Acesso em: 6 jan. 2026

GARRAFA, Thais. Primeiros tempos da parentalidade. In: TEPERMAN, D, GARRAFA T., & IACONELLI, V. (Orgs.). **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 55-70, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARTINS, Aline Souza. **As voltas do reconhecimento na clínica e política da psicanálise**. 2020, 229 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2020.

MARTINS, Aline Souza. As voltas do parafuso do reconhecimento: um processo de encontros na clínica psicanalítica. In: Martins, Alessandra Affortunati et al. **Limiares: desafios contemporâneos da psicanálise**. São Paulo: Blucher, 2024.

MARTINS, Raonna. **Fazer nada e transformar mundos**: psicanálise em territórios de exclusão. 1º e.d. São Paulo: Devires, 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. O lixo vai falar, e numa boa! **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 301-309, maio/ago., 2021.

ROSA, Camila Terra. **As pioneiras da psicanálise: história e feminilidade**. Ed. Artes e Ecos, 2024.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2018.

ROSA, Miriam Debieux et al. O Caso Clínico-político frente aos marcadores sociais: Articulação entre a escuta psicanalítica e a face pública da clínica. In: **Territórios Clínicos**. Tide Setubal et al (orgs). Ed. São Paulo: Perspectiva. Fundação Tide Setubal, 2024.

SANTOS, Katia Alexsandra.; TFOUNI, Leda Verdiani. “Mulher joga filho na lixeira”: mulher-mãe infanticida na mídia. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 3, p. 262-271, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5174>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SARMENTO, Caroline Silveira. **“Por que não podemos ser mães?”: Tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua**. 170f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SEINCMAN, Pedro Magalhães. **Rede transferencial e a clínica migrante: psicanálise em urgência social**. São Paulo: Escuta, 2019.

SOUZA, Isadora Simões. **Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus filhos: interrogar a violência de estado numa perspectiva feminista**. 2021, 177f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento**, São Paulo, v. 1, p. 14-18, 1 ago. 2014.

CAPÍTULO 37

SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PROMOÇÃO DA SAÚDE, RASTREAMENTO DE DOENÇAS E PRÁTICAS DE ENFERMAGEM SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E INTERSECCIONAL

*WOMEN'S HEALTH IN PRIMARY HEALTH CARE: HEALTH PROMOTION,
DISEASE SCREENING, AND NURSING PRACTICES FROM A CRITICAL
AND INTERSECTIONAL PERSPECTIVE*

Lorena Lima Paiva

Centro Universitário INTA-UNINTA
Santa Quitéria-CE

<https://orcid.org/0000-0002-5420-2762>
enfalorenapaiva@gmail.com

Thiago Rodrigo Cruz Farias

Mestre em Saúde da Família pela UFC
Santa Quitéria - CE

<https://orcid.org/0000-0002-9293-0891>
thiagorodrigo.enf@gmail.com

Vanessa Melo Tavares

Centro Universitário INTA - UNINTA
Santa Quitéria-CE

<https://orcid.org/0009-0007-7408-885X>
vanessatavaressq@gmail.com

Lory Dawy Oliveira Paiva

Faculdade 5 de Julho
Santa Quitéria - CE

<https://orcid.org/0009-0008-4631-1767>
lorydawy.paiva@gmail.com

Expeditta Stheffany Soares da Silva

Faculdade 5 de Julho
Santa Quitéria - CE

<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0009-0172-9032>
stheffanymatos717@gmail.com

Rosângela Araújo Fonseca

Faculdade 5 de Julho

Sobral - CE

<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0009-0172-9032>

Roseedickinson@hotmail.com

RESUMO

A saúde da mulher constitui eixo estratégico das políticas públicas de saúde no Brasil, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). Este capítulo tem como objetivo analisar a atuação do enfermeiro na promoção da saúde da mulher na APS, destacando suas contribuições para o cuidado integral, a educação em saúde e o rastreamento de agravos. Trata-se de uma reflexão teórico-analítica fundamentada em documentos normativos e literatura científica da área da saúde coletiva e da enfermagem. Evidencia-se que o enfermeiro desempenha papel central na organização do cuidado, no enfrentamento das desigualdades e na efetivação das políticas públicas voltadas à saúde da mulher. Conclui-se que o fortalecimento da APS e da enfermagem é essencial para a promoção da equidade e da integralidade do cuidado.

Palavras-chave: Saúde da mulher. Atenção Primária à Saúde. Enfermagem. Promoção da saúde.

ABSTRACT

Women's health is a strategic axis of public health policies in Brazil, especially within Primary Health Care (PHC). This chapter aims to analyze the role of nurses in promoting women's health in PHC, highlighting their contributions to comprehensive care, health education, and disease screening. This is a theoretical-analytical reflection based on normative documents and scientific literature in public health and nursing. The findings indicate that nurses play a central role in care coordination, in addressing inequalities, and in implementing public policies focused on women's health. Strengthening PHC and nursing practice is essential to promote equity and comprehensive care.

Keywords: Women's health. Primary Health Care. Nursing. Health promotion.

INTRODUÇÃO

A saúde da mulher constitui um eixo estratégico das políticas públicas de saúde no Brasil, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecida como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). AAPS possibilita o acompanhamento longitudinal das mulheres ao longo de todo o ciclo de vida, articulando ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, cuidado e reabilitação, orientadas pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Essa abordagem amplia a compreensão do processo saúde-doença ao considerar, para além dos aspectos biológicos, os determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos que atravessam as experiências femininas (BRASIL, 2017; STARFIELD, 2002).

Apesar dos avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas, o cuidado à saúde da mulher na APS ainda se encontra marcado por profundas desigualdades estruturais, resultantes de relações históricas de gênero, raça e classe social. Essas desigualdades impactam o acesso aos serviços, a qualidade da atenção ofertada e os desfechos em saúde, evidenciando lacunas entre os marcos legais das políticas públicas e sua efetiva operacionalização nos territórios. Mulheres negras, indígenas, pobres ou residentes em áreas rurais e periféricas enfrentam maiores barreiras de acesso e maior exposição a contextos de vulnerabilidade social, o que reforça a necessidade de práticas orientadas por uma perspectiva crítica e interseccional (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; CRENSHAW, 2002; IBGE, 2022).

Historicamente, as políticas voltadas à saúde da mulher estiveram centradas no ciclo gravídico-puerperal, restringindo o cuidado às dimensões reprodutivas e contribuindo para a invisibilização de demandas como saúde mental, doenças crônicas, violência de gênero, sexualidade, climatério e envelhecimento. Embora a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) tenha ampliado o

conceito de cuidado e reconhecido as mulheres como sujeitos de direitos, sua implementação na APS ainda ocorre de forma desigual, revelando fragilidades na organização dos serviços e na formação profissional (BRASIL, 2011; VIEIRA; OLIVEIRA, 2019).

Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde assume papel central no enfrentamento das desigualdades em saúde, ao organizar ações de cuidado de forma integral, contínua e territorializada. A proximidade com a comunidade, a construção de vínculos e o trabalho multiprofissional favorecem a identificação precoce de agravos e a implementação de estratégias mais resolutivas. Destaca-se, nesse contexto, a atuação da enfermagem como categoria profissional estratégica nas dimensões assistencial, educativa, gerencial e política do cuidado, contribuindo para a autonomia das mulheres e para práticas humanizadas e sensíveis às desigualdades sociais (MENDES, 2015; OMS, 2018; SILVA et al., 2020; COFEN, 2021).

Diante desse panorama, o presente estudo tem como objetivo analisar a saúde da mulher no contexto da Atenção Primária à Saúde, com ênfase nas estratégias de promoção da saúde, no rastreamento de doenças e nas práticas de enfermagem, a partir de uma perspectiva crítica e interseccional. Trata-se de uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter teórico-analítico, baseada na análise de artigos científicos, livros e documentos normativos publicados entre 2021 e 2026, selecionados nas bases SciELO, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde. Ao discutir a saúde da mulher sob essa perspectiva, busca-se contribuir para o fortalecimento das políticas públicas, a qualificação das práticas profissionais e a consolidação de uma APS comprometida com a equidade, a justiça social e os princípios do SUS.

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Atenção Primária à Saúde como eixo estruturante do cuidado à saúde da mulher

Há amplo consenso na literatura nacional e internacional de que a Atenção Primária à Saúde (APS) constitui o eixo estruturante dos

sistemas de saúde, sendo responsável pela coordenação do cuidado e pela organização das Redes de Atenção à Saúde. No contexto brasileiro, a APS configura-se como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentando-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, por meio de ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação (STARFIELD, 2002; BRASIL, 2017).

No que se refere à saúde da mulher, os estudos convergem ao apontar que a APS possibilita o acompanhamento contínuo e longitudinal ao longo de todo o ciclo de vida feminino, favorecendo a construção de vínculos, a identificação precoce de agravos e a melhoria dos indicadores de saúde. A literatura também reconhece que os processos de adoecimento feminino extrapolam os fatores biológicos, sendo fortemente influenciados pelos determinantes sociais da saúde, como renda, escolaridade, condições de trabalho, moradia, acesso a serviços públicos e relações de gênero (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; OMS, 2018).

Entretanto, embora haja consenso quanto ao papel estratégico da APS, persistem controvérsias e desafios relacionados à sua capacidade de operacionalizar, na prática cotidiana dos serviços, um cuidado integral e sensível às desigualdades sociais. Avaliações dos serviços de APS evidenciam desempenho insatisfatório em dimensões como promoção da saúde, enfrentamento da violência de gênero e articulação intersetorial, revelando a permanência de um modelo assistencial biomédico, centrado na doença e em procedimentos pontuais (AYRES, 2009; SILVA et al., 2020).

Dessa forma, a literatura aponta como lacuna recorrente a distância entre os princípios normativos da APS e sua efetivação nos territórios, especialmente no que se refere à incorporação de práticas acolhedoras, culturalmente sensíveis e orientadas para a autonomia das mulheres. O fortalecimento da APS, aliado à qualificação profissional e à reorganização dos processos de trabalho, emerge como condição essencial para a superação dessas limitações (MENDES, 2015; STARFIELD, 2002).

A literatura histórica aponta consenso ao indicar que, por longo período, as políticas de saúde voltadas às mulheres no Brasil estiveram centradas na função reprodutiva e na assistência materno-infantil, sustentadas por uma perspectiva biologicista da saúde feminina. Esse modelo passou a ser amplamente questionado a partir da década de 1980, impulsionado pelos movimentos feministas e pelo processo da Reforma Sanitária brasileira, que reivindicavam a ampliação do conceito de saúde e o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos.

Nesse contexto, a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, representou um marco ao propor uma abordagem ampliada e integral da saúde feminina, incorporando ações de planejamento reprodutivo, prevenção de cânceres ginecológicos, atenção às doenças crônicas e cuidado em diferentes fases do ciclo de vida. Posteriormente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), instituída em 2004, consolidou diretrizes orientadas para a superação do enfoque exclusivamente biológico, alinhando-se aos princípios do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1984; BRASIL, 2004; BRASIL, 2011).

Apesar dos avanços normativos e conceituais, a literatura evidencia controvérsias relacionadas à implementação dessas políticas na prática dos serviços, especialmente na Atenção Primária à Saúde. Fragilidades estruturais, insuficiência de recursos humanos e materiais, limitações na formação profissional e a persistência de práticas fragmentadas comprometem a efetivação do cuidado integral à saúde da mulher. Dessa forma, identifica-se como lacuna a necessidade de estudos que analisem os processos concretos de operacionalização das políticas nos territórios, considerando as condições institucionais, organizacionais e profissionais que atravessam a APS (VIEIRA; OLIVEIRA, 2019; SILVA et al., 2020; GOMES et al., 2011).

Tabela I: Linha do tempo das políticas de saúde da mulher no Brasil (síntese):

Período/Ano	Marco histórico-político	Principais características
Até a década de 1970	Modelo materno-infantil	Predomínio de ações voltadas à reprodução, gestação e parto, com enfoque biologicista e assistência restrita à maternidade.
Década de 1980	Movimentos feministas e Reforma Sanitária	Questionamento do modelo reducionista, defesa da ampliação do conceito de saúde e reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos.
1984	Criação do PAISM	Implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, com abordagem ampliada, incluindo planejamento reprodutivo, prevenção de câncer ginecológico, atenção às doenças crônicas e cuidado ao longo do ciclo de vida.
2004	Instituição da PNAISM	Consolidação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, reforçando a integralidade do cuidado e a superação do enfoque exclusivamente biológico.
Pós-2004	Ampliação normativa e desafios de implementação	Expansão das diretrizes para o cuidado integral, com persistência de dificuldades na operacionalização das políticas na Atenção Primária à Saúde, como práticas fragmentadas e limitações estruturais.

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (1984; 2004; 2011).

Apesar dos avanços normativos, a implementação das políticas de saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde ainda ocorre de forma desigual, marcada por fragilidades estruturais, escassez de recursos, limitações na qualificação profissional e pela persistência de práticas fragmentadas, o que compromete a efetivação do cuidado integral. Ainda assim, a APS constitui espaço estratégico para a operacionalização dessas políticas, pois favorece a construção de vínculos, o desenvolvimento de ações educativas e o reconhecimento das vulnerabilidades territoriais, tornando indispensáveis o fortalecimento desse nível de atenção e a reorganização dos processos de trabalho para garantir cuidado equânime e humanizado (GOMES et al., 2011).

2.4 Rastreamento de doenças e práticas de enfermagem

A promoção da saúde da mulher constitui eixo central das ações desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde, ao estimular a autonomia, o autocuidado e a participação social, superando o modelo assistencial centrado exclusivamente na doença. Nesse cenário, o enfermeiro destaca-se como profissional estratégico, atuando no acolhimento, na construção de vínculos e no desenvolvimento de ações educativas que favorecem práticas de cuidado mais humanizadas, integrais e equitativas, fortalecendo o protagonismo das mulheres no cuidado com a própria saúde (BRASIL, 2017; AYRES, 2009; SILVA et al., 2020; COFEN, 2021).

As práticas educativas, quando conduzidas de forma participativa e crítica, ampliam a adesão aos cuidados preventivos, incluindo o rastreamento organizado de agravos como o câncer do colo do útero e o câncer de mama, além de contribuírem para a redução de comportamentos de risco e para a tomada de decisão compartilhada. Ao articular educação em saúde, rastreamento e ações intersetoriais voltadas ao enfrentamento dos determinantes sociais do adoecimento, a enfermagem fortalece a resolutividade da APS e a efetivação das políticas públicas de saúde da mulher, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (FREIRE, 2011; BRASIL, 2016; INCA, 2022; BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; MENDES, 2015).

Figura II- Fluxograma de rastreamento de doenças na saúde da Mulher na APS



Fonte: Elaboração própria, 2026

2.5 Desafios para a efetivação da atenção integral à saúde da mulher

Apesar dos avanços normativos nas políticas de saúde da mulher, a efetivação da atenção integral na Atenção Primária à Saúde (APS) ainda enfrenta desafios significativos. A sobrecarga das equipes, a insuficiência de recursos humanos e materiais, a precarização das condições de trabalho e as fragilidades na formação profissional favorecem práticas fragmentadas e centradas em demandas imediatas, dificultando a construção de vínculos, a longitudinalidade do cuidado e a abordagem de questões complexas que atravessam a saúde feminina, como violência de gênero, saúde mental e determinantes sociais da saúde (VIEIRA; OLIVEIRA, 2019; SILVA et al., 2020).

Apesar dessas limitações, a APS apresenta importantes potencialidades para o cuidado à saúde da mulher, especialmente pela proximidade com o território e pela atuação multiprofissional. Nesse contexto, o fortalecimento do papel do enfermeiro destaca-se como estratégia central para a qualificação do cuidado, a ampliação do acesso e a coordenação das ações, sendo fundamental o investimento em educação permanente, valorização profissional e reorganização dos processos de trabalho para a consolidação de práticas equânimes, integrais e humanizadas, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (MENDES, 2015; BRASIL, 2017).

2.6 Perspectiva crítica e interseccional no cuidado à saúde da mulher

A promoção da saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde (APS) demanda ações intersetoriais e a incorporação de uma perspectiva interseccional, capazes de enfrentar as desigualdades de gênero, raça, classe social e território que condicionam as condições de vida e saúde das mulheres. A articulação entre saúde, educação, assistência social e sistema de justiça amplia a capacidade de resposta às iniquidades, superando abordagens homogêneas e favorecendo intervenções mais equitativas, especialmente para mulheres em contextos de maior vulnerabilidade social (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; CRENSHAW, 2002).

Nesse contexto, a APS consolida-se como espaço estratégico para a promoção da equidade, da justiça social e da garantia de direitos, ao adotar práticas antidiscriminatórias, culturalmente sensíveis e orientadas pela integralidade do cuidado. A atuação integrada com outras políticas públicas contribui para o reconhecimento das singularidades das experiências femininas e para a construção de respostas mais contextualizadas e resolutivas, reafirmando o compromisso do Sistema Único de Saúde com a equidade e a justiça social (AYRES, 2009; MENDES, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter teórico-analítico, cujo objetivo foi analisar a saúde da mulher no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), com ênfase na promoção da saúde, no rastreamento de doenças e nas práticas de enfermagem. A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores controlados do DeCS: “Saúde da Mulher”, “Atenção Primária à Saúde” e “Enfermagem”, combinados por meio do operador booleano AND (BRASIL, 2023).

Foram identificadas inicialmente 42 produções científicas. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 26 estudos compuseram o corpus final da análise, sendo 18 artigos científicos, cinco documentos normativos e três livros ou capítulos de livros, selecionados por sua relevância teórica, metodológica e normativa para o tema investigado. Foram incluídas produções publicadas no período de 2021 a 2026, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que abordassem diretamente a saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde, com foco na promoção da saúde, no rastreamento de doenças e na atuação da enfermagem. Também foram considerados estudos com reconhecida relevância conceitual para a compreensão do objeto de estudo.

Foram excluídas publicações duplicadas nas bases de dados, estudos anteriores a 2021, trabalhos que não apresentassem relação direta com a temática proposta, bem como artigos de opinião, editoriais, resumos simples ou expandidos e materiais sem rigor científico ou indisponíveis na íntegra.

A seleção dos estudos ocorreu de forma sistemática, iniciando-se pela leitura flutuante dos títulos e resumos, com o objetivo de verificar a pertinência ao objeto da pesquisa. Em seguida, realizou-se a leitura integral das produções selecionadas, seguida de análise temática, o que permitiu a organização dos achados em eixos analíticos relacionados à promoção da saúde da mulher, ao rastreamento de doenças e às práticas de enfermagem na APS, conforme proposto por Gil (2002).

Por tratar-se de um estudo fundamentado exclusivamente em dados secundários de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as normativas vigentes para pesquisas dessa natureza (BRASIL, 2016).

RESULTADOS

Os resultados da revisão indicam que a Atenção Primária à Saúde (APS) constitui espaço estratégico para a promoção da saúde da mulher, especialmente quando orientada pelos princípios da integralidade, da equidade e da longitudinalidade do cuidado. A proximidade com os territórios, a construção de vínculos e o acompanhamento contínuo favorecem a identificação precoce de agravos, a implementação de ações preventivas e a ampliação do acesso aos serviços, contribuindo para melhores desfechos em saúde feminina (STARFIELD, 2002).

Nesse contexto, a enfermagem destaca-se como protagonista na organização e operacionalização do cuidado à saúde da mulher na APS. A atuação do enfermeiro na coordenação do cuidado, nas práticas educativas, no rastreamento de doenças e no acompanhamento longitudinal fortalece a autonomia das mulheres, amplia a adesão às ações preventivas e contribui para a consolidação de práticas humanizadas e alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SILVA et al., 2020).

Entretanto, a revisão evidencia a persistência de desigualdades no acesso e na adesão às ações de promoção e prevenção, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. Fatores socioeconômicos, territoriais e as desigualdades de gênero, raça e classe seguem impactando negativamente os desfechos em saúde, o que reforça a necessidade de estratégias intersetoriais, do fortalecimento das práticas de enfermagem e da ampliação das ações educativas para enfrentar as iniquidades ainda presentes na APS (IBGE, 2022; BRASIL, 2017).

DISCUSSÃO

Este estudo analisou a atuação da enfermagem na promoção da saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde (APS), com ênfase nas práticas educativas, no rastreamento de agravos e nas dimensões políticas e institucionais do cuidado integral. Os achados indicam que a APS se configura como espaço estratégico para a efetivação das políticas públicas voltadas à saúde da mulher, sobretudo quando orientada pelos princípios da integralidade, da equidade e da longitudinalidade do cuidado, favorecendo ações preventivas e acompanhamento contínuo ao longo do ciclo de vida feminino (STARFIELD, 2002; BRASIL, 2017).

A literatura evidencia que a enfermagem desempenha papel central na organização do cuidado, na educação em saúde e no fortalecimento das estratégias de rastreamento, contribuindo para a redução de agravos evitáveis e para a ampliação da autonomia das mulheres. Práticas educativas contínuas e territorializadas fortalecem o vínculo com os serviços de saúde e ampliam a adesão consciente às ações preventivas, qualificando a resolutividade da APS (SILVA et al., 2020; COFEN, 2021).

Entretanto, persistem desafios estruturais e institucionais que limitam a efetivação do cuidado integral, como a sobrecarga das equipes, a insuficiência de recursos e a permanência de práticas biomédicas fragmentadas. Esses entraves reforçam a necessidade de investimentos em educação permanente em saúde, valorização da enfermagem e reorganização dos processos de trabalho, de modo a consolidar práticas mais humanizadas, equitativas e sensíveis às necessidades interseccionais das mulheres, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (MENDES, 2015; BRASIL, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde evidencia avanços nas políticas públicas, especialmente na ampliação do cuidado integral e no reconhecimento das mulheres como sujeitos de

direitos. Contudo, persistem desafios para a efetivação dessas políticas nos territórios, marcados por desigualdades sociais, de gênero, raça e acesso aos serviços, que comprometem a qualidade e a resolutividade do cuidado.

Nesse contexto, a enfermagem assume papel central na promoção da saúde, no rastreamento de doenças e na coordenação do cuidado, articulando ações assistenciais, educativas e intersetoriais que fortalecem a autonomia feminina e a equidade em saúde. Assim, o fortalecimento da APS, aliado à valorização da enfermagem, à qualificação profissional e à implementação efetiva das políticas públicas, mostra-se essencial para a redução das desigualdades e para a consolidação de uma atenção integral e humanizada à saúde das mulheres no âmbito do SUS.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Cuidado e humanização das práticas de saúde**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)**. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Primária à Saúde: fundamentos, práticas e organização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

COFEN – CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução nº 358, de 15 de outubro de 2009.** Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem. Brasília: COFEN, 2009.

COFEN – CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Enfermagem na Atenção Primária à Saúde: práticas, desafios e perspectivas.** Brasília: COFEN, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu et al. Atenção à saúde da mulher na Atenção Primária: desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2369–2378, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INCA – INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA, 2022.

MENDES, Eugênio Vilaça. **A construção social da Atenção Primária à Saúde.** Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), 2015.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Primary health care: transforming vision into action.** Geneva: WHO, 2018.

SILVA, Rosângela Maria et al. Enfermagem na atenção à saúde da mulher na Atenção Primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, supl. 4, e20190365, 2020.

STARFIELD, Barbara. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; PEREIRA, Ieda Maria Alves. **Educação popular em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2014.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; OLIVEIRA, Denise Pimentel Bergamaschi. Saúde da mulher e Atenção Primária à Saúde: desafios atuais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, p. 1–8, 2019.

CAPÍTULO 38

SAÚDE DA MULHER: ALIMENTOS NATURAIS NO TRATAMENTO DA CANDIDÍASE VULVOVAGINAL

**WOMEN'S HEALTH: NATURAL FOODS IN THE TREATMENT OF
VULVOVAGINAL CANDIDIASIS**

Maria Nayelle de Souza Nascimento

Universidade Federal do Piauí

Picos- Piauí

E-mail nayellesousa@ufpi.edu.br

Lucicleide Josefa Bezerra

Secretaria Municipal de Saúde

Picos - Piauí

E-mail lucicleidemh@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/00009-0005-1607-755X>

José Jenivaldo de Melo Irmão

Instituto Federal de Alagoas

Marechal Deodoro - Alagoas

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6119-8071>

E-mail zeno@ifal.edu.br

Andrea Gomes Santana de Melo

Universidade Federal do Piauí

Picos - Piauí

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6536-2224>

E-mail andreagomes@ufpi.edu.br

RESUMO

A candidíase vulvovaginal (CVV) é uma vaginite comum que afeta mulheres, especialmente na idade fértil, causada por *Candida albicans*, ocasionando desconforto físico e emocional, impactando negativamente a sua qualidade de vida. Assim, tem-se buscado alternativas com o uso de alimentos com capacidade antiinflamatória e antifúngica, para que seja incorporada à terapia medicamentosa usual a fim de

proporcionar menos sintomas e um tratamento mais eficaz. O objetivo deste trabalho foi analisar o alho e a própolis como um tratamento complementar na CVV. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, a partir de uma revisão de narrativa, com busca de artigos nas BVS e Pubmed, publicados entre os anos de 2005 a 2025, disponíveis em texto completo em inglês e português e excluídos resumos, dissertação e tese. Os resultados evidenciaram que o alho na forma de extrato ou in natura possuem uma ação efetiva, inibindo o crescimento deste fungo, assim como os extratos de própolis. Mesmo diante desta ação positiva, sugere-se a necessidade de mais estudos de natureza clínica, para o uso de forma segura.

Palavras-chave: Alho; *Candida albicans*; Própolis

ABSTRACT

Vulvovaginal candidiasis (VVC) is a common vaginitis affecting women, especially those of childbearing age, caused by *Candida albicans*, resulting in physical and emotional discomfort and negatively impacting their quality of life. Therefore, alternatives have been sought using foods with anti-inflammatory and antifungal properties to be incorporated into usual drug therapy in order to provide fewer symptoms and more effective treatment. The objective of this study was to analyze garlic and propolis as a complementary treatment for VVC. This is an exploratory and qualitative research study, based on a narrative review, searching for articles in the BVS and PubMed databases, published between 2005 and 2025, available in full text in English and Portuguese, excluding abstracts, dissertations, and theses. The results showed that garlic, in extract or raw form, has an effective action, inhibiting the growth of this fungus, as do propolis extracts. Even with this positive outcome, further clinical studies are suggested to determine its safe use.

Keywords: Garlic; *Candida albicans*; propolis

1. Introdução

A saúde da mulher engloba aspectos emocionais, sociais, econômicos e biológicos, além disso, sua anatomia e fisiologia, possuem características únicas que vão influenciar diversas funções corporais, tornando as mulheres mais suscetíveis a determinadas condições de saúde (Ramos *et al.*, 2018).

Uma delas é a Candidíase Vulvovaginal (CVV), infecção fúngica, causada pelo aumento exagerado da levedura *Candida albicans* que leva ao desequilíbrio da microbiota vaginal, sendo considerada a segunda infecção genital mais comum, acometendo aproximadamente entre 70 a 75% das mulheres, com uma taxa de recorrência em torno de 40 a 45% (Alves *et al.*, 2024; Denning *et al.*, 2018).

O fungo oportunista *C. albicans*, pode desencadear um processo inflamatório, cercado por sinais e sintomas que vão desde vermelhidão, inchaço, sensibilidade, disúria, corrimento vaginal em grumos brancos, prurido até fissuras (Amorin *et al.*, 2024; Ellen; Sobral; Gomes, 2023, Araujo; Lopes; Cruz, 2020).

Alterações hormonais, antibióticos, imunossupressores, alimentação inadequada são fatores que contribuem para o seu surgimento (Heringer *et al.*, 2023, Simões *et al.*, 2021). Além destes, há uma relação direta entre candidíase vulvovaginal com problemas relacionados a saúde mental, como depressão, ansiedade, estresse e sobrecarga emocional, associado a morbidade significativa (Soares, *et al.*, 2019; Yano *et al.*, 2019). Condições estas, que impactam de forma negativa na qualidade de vida das mulheres (Pereira *et al.*, 2023; Moraes *et al.*, 2022).

Uma das estratégias para a proteção e o tratamento de diversas patologias é a alimentação adequada, assim, uma má alimentação constitui estímulo para a ocorrência e manutenção de diversas patologias, inclusive a CVV (Min *et al.*, 2018, Souza *et al.* 2016).

Por esta razão, dietas que possuem alta proporção de alimentos ultraprocessados, com elevada densidade calórica, rico em açúcares e

gorduras, tem a capacidade de alterar microbiota intestinal, provocando danos à saúde vaginal (Liang *et al.*, 2018).

Neste sentido, estratégias alimentares tem um papel bastante relevante no manejo da CVV, inclusive nos quadros de recidivas (Giudice *et al.*, 2016). Frente a esse contexto, alguns alimentos são recursos que facilitam a minimização dos sintomas da CVV e contribuem para o controle da doença. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar a efetividade dos alimentos antifúngicos e anti-inflamatório como o alho e a própolis, no tratamento complementar da candidíase vulvovaginal, a partir de uma revisão narrativa da literatura.

2. Procedimento Metodológico

Trata-se de uma revisão narrativa, exploratória e qualitativa, a fim de sintetizar o conhecimento existente, com o propósito de contribuir para futuras investigações. Esta revisão de literatura foi elaborada a partir de um levantamento bibliográfico, através de artigos, sem restrição de datas, indexados na plataforma da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e PubMed (National Library of Medicine – NLM). Para a busca avançada dos artigos foram utilizados os seguintes descritores da plataforma Desc: *Allium sativum* Candidíase vaginal, Própolis, Saúde da mulher, mediante o uso de booleanos AND ou OR, para refinar ou ampliar a pesquisa. Foram incluídos nesta pesquisa, artigos completos publicados nos idiomas português e inglês, referentes ao período de 2014 a 2025. Excluídos aqueles não estavam disponíveis na íntegra, duplicados ou de qualidade duvidosa.

3. Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados dois subtópicos para facilitar a compreensão da temática: (a) Infecção vaginal por *Cândida albicans*

e (b) Alimentos com propriedades funcionais para o manejo da CVV, o alho e a própolis.

3.1 Considerações sobre a Candidíase Vulvovaginal (CVV)

A CVV é conhecida como candidíase vaginal, desencadeada por uma infecção fúngica, sendo que a maior parte dos casos, são por *C. albicans* e as demais por outras espécies: *Candida tropicalis*, *Candida krusei*, *Candida glabrata*, e a *Cândida parapsilosis* (Soares *et al*, 2019; Feuerschuette *et al*, 2010).

O desequilíbrio da microbiota vaginal, tem sido responsável pelo aparecimento e manutenção da *Candida ssp*. Normalmente está microbiota é abundante em *Lactobacillus spp*. que produzem o ácido láctico, responsável pela acidez adequada do ambiente vaginal entre pH 3,5 a 4,5, produzindo a defesa íntima e, quando ocorre alterações na quantidade destes lactobacilos, cria-se um local favorável a colonização este fungo (Cruz *et al.*, 2020; Neves *et al.*, 2019).

Cabe destacar que, a *Candida* pode ser encontrada naturalmente no trato gastrointestinal, na região oral e na vagina, contudo o principal reservatório é o intestino e, na presença da microbiota intestinal alterada, pode haver colonização deste fungo na região perianal e migração para a vagina, contribuindo para o quadro de CVV (Araújo *et al.*, 2020; Bradley *et al.*, 2018).

As infecções fúngicas do trato reprodutivo inferior, é a causa mais comum de vulvovaginite em mulheres em idade fértil e podem estar associadas a alterações hormonais do ciclo menstrual, uso de contraceptivos orais e antibióticos, diabetes, resistência à insulina, práticas sexuais incomuns, sendo diagnosticadas em 40% daquelas que procuram o serviço de atenção básica de saúde (Delmonte *et al.*, 2017).

Os sinais primários da CVV incluem vermelhidão, edema, coceira, fissuras e ferida na região vulvar, geralmente acompanhado de secreção branca, espessa e pegajosa, aderidas na parede vaginal (Carvalho *et al.*, 2020). Alguns cuidados devem ser adotados durante a fase da infecção: uso de roupas íntimas de algodão, evitar roupas muito justas, aderir a uma alimentação equilibrada, sem alimentos

ultraprocessados e sem álcool, aliado a iogurtes acidófilos e higienizar corretamente as partes íntimas (Pereira *et al.*, 2022).

O tratamento alternativo com o uso de alimentos funcionais, associado ao farmacológico, tem sido defendido em vários estudos, sobretudo pela resistência do patógeno a medicação convencional que atinge aproximadamente 27% das mulheres tratadas (Ribeiro *et al.*, 2019).

3.1 Alimentos com propriedades funcionais para o manejo da CVV

3.1.1 *Allium Sativum*

O *Allium Sativum* L. (alho) é um bulbo da família das Alliaceae, muito utilizada na culinária, alimento que possui em sua composição o zinco, selênio e alcinina, este último composto tem demonstrado um elevado potencial terapêutico antifúngico *in vitro*, para a *C. albicans*, pela sua capacidade de inibir o crescimento e a filamentação do fungo e, estimular a uma resposta imunológica, mediada pela ativação das células TCD4+ em macrófagos (Caetano *et al.*, 2024, Leite, 2021; Pedrosa *et al.*, 2021).

Bioquimicamente, a alina presente na composição do *Allium sativum*, converte-se em alicina, mediante a ação da enzima alinase, apenas quando o alho é macerado ou cortado (Da Silva *et al.* 2016).

Caetano *et al.* (2024) identificou que o extrato macerado do alho, possui uma boa atividade fungicida sobre a *C. albicans*, sendo uma boa opção para a profilaxia e tratamento das infecções cutâneo-mucosa, sobretudo por ser uma terapia complementar de baixo custo e com viabilidade de incorporá-la na indústria farmacêutica.

Na pesquisa de Agustantina; Soekartono (2021) o extrato de *A. sativum* teve maior efeito antifúngico numa concentração de 75% quando comparado a concentração de 50%, conferindo um alto potencial inibitório para o crescimento da *C. albicans*. Estes autores encontraram um efeito diretamente proporcional a concentração do extrato, maior concentração, maior efeito inibitório.

Por outro lado, a pesquisa de Fonseca *et al.* (2014) evidenciou que o *A. sativum*, in natura, inibiu o crescimento de *C. albicans*, com

melhor desempenho quando comparado a ação do extrato aquoso a uma concentração de 30 a 170%. Da mesma forma, sua resposta também foi considerada maior quando comparado a ação do antifúngico Miconazol (50 μ).

No estudo de revisão de Oliveira; Cavalcante; Ribeiro (2021) o extrato aquoso e o alho *in natura*, foram eficientes para inibir as culturas fúngicas, diminuindo a produção das hifas, suprimindo o oxigênio da colônia e danos ao citosol. Por outro lado, o extrato oleoso alterou os genes ligados ao ATP e DNA, com capacidade mais agressiva a *C. albicans* quando comparado com o aquoso. Alves *et al.* (2021) também demonstrou que o extrato de alho *in natura*, foi mais eficaz quando comparado ao extrato aquoso.

Doerzbacher *et al.* (2015) analisou o óleo vegetal de alho e não houve resposta eficaz contra o crescimento de *C. albicans*, o que pode ser explicado, pela menor concentração de compostos bioativos e limitações de difusão no meio sólido. Da mesma forma, a combinação com o fluconazol não houve potencialização do antifúngico.

Apesar da maioria dos estudos indicarem uma ação positiva do *A. sativum* contra o fungo *C. albicans*, são necessárias mais pesquisas clínicas em animais e humanos, a fim encontra dosagens e concentrações seguras do alho para a atividade antimicrobiana e antifúngica (Leão *et al.*, 2025).

3.1.1 Própolis

A própolis é uma substância resinosa oriundo de plantas, produzida pelas abelhas *Apis mellifera* a partir de resinas vegetais, para proteger a colmeia contra insetos, fungos e bactérias e a sua composição varia em função das características fitogeográficas ao redor da colmeia e da sazonalidade (Sforcin; Orsi; Bankova, 2005; Kumazawa *et al.*, 2004,).

Quimicamente a própolis contém diversos compostos, como resinas, ceras, pólen, minerais, vitaminas, aminoácidos, flavonoides e ácidos fenólicos, que lhe confere as propriedades antifúngicas e

antioxidantes, sendo os fenólicos, responsáveis pela maior atividade antimicrobiana (Lustosa *et al.*, 2008).

A própolis brasileira são classificadas em 13 grupos e, as mais estudadas são a própolis verde e vermelha. A própolis vermelha, tem sido considerada como uma possível estratégia terapêutica, em virtude de sua boa efetividade antifúngica para *Candida spp*, na presença da resistência a medicação flucanazol (Pippi *et al.*, 2015). A ação da própolis vermelha é considerada maior quando comparada as demais própolis (Sokolonski *et al.*, 2021).

Sobreira *et al.* (2020) demonstrou que o extrato etanólico da própolis vermelha, apresentou moderada atividade antifúngica sobre as maiorias das cepas de *Candida spp*. A bioatividade do extrato de etanol da própolis provoca danos na estrutura celular de *C. albicans*, com à perda da integridade da membrana e ao aumento da permeabilidade, além de inibir a formação de tubos germinativos e hifas verdadeiras (Correa *et al.*, 2020).

Capoci *et al.* (2015) afirmaram que o extrato da própolis, possui uma boa atividade antifúngica na candidíase vulvovaginal e sugeriu que este composto pode ser um produto antibiofilme na resolução da resistência medicamentosa, já que o extrato teve a capacidade de inibir o biofilme da *C. albicans*.

Em adição Silva *et al.* (2024) identificou que o extrato aquoso de própolis, apresentou maior efeito promissor com capacidade antioxidante e anti-candidíase envolvidos na infecção vulvogenital. Viera; Santos; Moraes (2021) identificaram que o extrato da própolis vermelha sem o álcool etílico, quando incorporados a emulgéis contendo quitosana teve uma boa resposta antimicrobiana *in vitro*, contudo faz-se necessários mais estudos clínicos para determinar a segurança e a eficácia após a administração vaginal.

4. Considerações Finais

Os estudos analisados evidenciaram que o alho e a própolis são alimentos com um grande potencial antifúngicos pela sua composição química e ação comprovada na vulvovaginite por *C.albicans*.

Especificamente o alho pela alicinina, que também tem ação imunomoduladora e a própolis com uma ação mais direta e sinergia com o fluconazol.

Desta forma, é imprescindível mais estudos clínicos para determinar a segurança, mecanismos de ação, concentração e dosagem, para que estes alimentos sejam considerados seguros e uma alternativa viável e complementar a terapia farmacológica, a fim de elevar a sua ação terapêutica e/ou diminuir efeitos adversos e a resistência do fungo a droga.

Referências Bibliográficas

ALVES, P.; KRISLANE, K. Qual o Impacto da Candidíase Vulvovaginal De Repetição e na Qualidade de Vida em Mulheres? **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 4, p. 1947–1952, 21 abr. 2024.

ALVES, R. R. *et al.* Atividade antimicrobiana do extrato de (*Allium sativum*, Liliaceae) in natura e do extrato aquoso frente *Candida albicans*, *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes*. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e10610716206, 15 jun. 2021.

AMANDA, P. B. *et al.* Preclinical approaches in vulvovaginal candidiasis treatment with mucoadhesive thermoresponsive systems containing propolis. **PLOS ONE**, v. 15, n. 12, p. e0243197–e0243197, 11 dez. 2020.

AMORIM, R. M. *et al.* Candidíase Vulvovaginal: Aspectos Clínicos, Diagnóstico e Tratamento da Candidíase Vulvovaginal e sua Prevenção. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 9, p. e5879, 26 set. 2024

ARAUJO, I. M.; LOPES, L. P.; CRUZ, C. M. Caracterização sistemática da resposta imune à infecção por *Candida*. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3788–3803, 2020.

AGUSTANTINA T. H; R. HELAL SOEKARTONO. Antifungal Activity from Garlic Extract (*Allium sativum*) Against *Candida albicans* Growth. **Indonesian Journal of Dental Medicine**, v. 4, n. 2, p. 60–62, 29 dez. 2021.

BRADLEY, F. *et al.* The vaginal microbiome amplifies sex hormone-associated cyclic changes in cervicovaginal inflammation and epithelial

barrier disruption. **American Journal of Reproductive Immunology**, v. 80, n. 1, 30 abr. 2018.

CAETANO, G.M. *et al.* Atividade antifúngica do alho (*allium sativum*) sobre *candida albicans*. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 24, n. 1, 22 abr. 2021.

CAPOCI, I. R. G. *et al.* Propolis Is an Efficient Fungicide and Inhibitor of Biofilm Production by Vaginal *Candida albicans*. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 2015, p. e287693, 1 mar. 2015.

CORRÊA, J. L. *et al.* Propolis extract has bioactivity on the wall and cell membrane of *Candida albicans*. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 256, p. 112791, jun. 2020.

CRUZ G., BRITO, E.H, FREITAS, L., MONTEIRO, F.P. Candidíase Vulvovaginal na Atenção Primária à Saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**.v. 94.n. 32.2020.e-020074.

DA SILVA, P. L. *et al.* Fitoterapia, *allium sativum* e hipercolesterolemia: uma revisão. **Revista Brasileira Ciências da Saúde - USCS**, v. 14, n. 49, 18 ago. 2016.

DELMONTE M *et al.* Frequência do gênero *Candida* na vagina de mulheres em idade reprodutiva. **Casmera**, v.45, n.1, pp. 45-51, 2017.

DENNING D.W., KNEALE M., SOBEL J.D, RAUTEMAA-RICHARDSON R. Carga global da candidíase vulvovaginal recorrente: uma revisão sistemática. **Lancet Infect Dis**. v.18, n.11, e339-e34, 2018.

DOERZBACHER, L. *et al.* Avaliação do potencial fungicida do alho (*Allium sativum*) e da melaleuca (*Melaleuca alternifolia*) frente a *Candida albicans*. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 11, p. 2110–2126, 27 nov. 2025.

ELLEN; SOBRAL, N.; GOMES, C. O Uso De Probióticos Na Prevenção E Tratamento Da Candidíase Vulvovaginal: Uma Revisão Literária. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 13, n. 1, 29 nov. 2023.

FONSECA, G. M. *et al.* Avaliação da atividade antimicrobiana do alho (*Allium sativum* Liliaceae) e de seu extrato aquoso. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 16, n. 3 suppl 1, p. 679–684, 2014. **FEMINA**, v.38, n.10, p.31-36, 2014.

FEUERSCHUETTE, O.H.M *et al.* Candidíase vaginal recorrente: manejo clínico.

GIUDICE G. et al. Rhinocerebral Mucormycosis with Orosinusal Involvement: Diagnostic and Surgical Treatment Guidelines. **Endocrine, Metabolic & Immune Disorders-Drug Targets** (Formerly Current Drug Targets-Immune, Endocrine & Metabolic Disorders), v. 16, n. 4, p. 264-269, 2016.

HERINGER, P. N. *et al.* NUTRIÇÃO FUNCIONAL E CANDIDÍASE VULVOVAGINAL: EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 218-231, 2023.

KUMAZAWA, S.; HAMASAKA, T.; NAKAYAMA, T. Antioxidant activity of propolis of various geographic origins. **Food Chemistry**, v. 84, n. 3, p. 329–339, fev. 2004.

LEÃO, A. A. DE S. *et al.* Atividade antimicrobiana e antifúngica do *Allium sativum* L. (alho): protocolo de revisão de escopo. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 24, n. Suppl1, p. e20256828, 24 nov. 2025.

LEITE, A. S.; SANTOS, J.S. Potencial antimicrobiano de *Allium sativum* L.: uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e108101421699-e108101421699, 2021.

LIANG. S.; WU, X.; HU, X.; WANG,T.; FENG, J. Recognizing Depression from the Microbiota-Gut-Brain Axis. **Int J Mol Sci**. v.19, n.6, p.1592, 2018.

LUSTOSA, S. R. *et al.* Própolis: atualizações sobre a química e a farmacologia. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, n. 3, p. 447–454, set. 2008.

MIN J; ZHAO Y; SLIVKA L; WANG Y,. Double burden of diseases worldwide: Coexistence of undernutrition and overnutrition-related non-communicable chronic diseases. **Obesity reviews**, v. 19, n. 1, p. 49-61, 2018.

MORAES, W et al.. Relação entre alimentação e crescimento de *Candida* para desenvolvimento da Candidíase Vulvovaginal Recorrente. **Revista Artigos. Com**, v. 35, p. e11369-e11369, 2022.

NEVES, J. J.; FAGUNDES, L. G.; ITO, C. A. S.; *et al.* Alterações celulares reativas frente ao morfotipo de lactobacilos vaginais. **RBAC**, v. 51, n. 3, p. 219-29, 2019.

OLIVEIRA, E. B. J.; CAVALCANTE, L. B. S.; RIBEIRO, D. L. R. Atividade antimicrobiana do *Allium sativum* em combate a *Candida albicans*

e *Staphylococcus aureus*: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, 2021.

PEDROSA, Y.S; DE ARAÚJO, J.B; DE ANDRADE, H.H. Avaliação da atividade antifúngica de *allium sativum* L. contra *candida albicans*. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, p. 6-6, 2021.

PEREIRA, A. *et al.* Fatores de risco para a Candidíase Vulvovaginal Recorrente e a sua associação com a resistência aos antifúngicos. **Revista Eletrônica de Acervo em Saúde**, v. 23, n. 3, p. e10462–e10462, 27 mar. 2023.

PIPPI, B. *et al.* In vitro evaluation of the acquisition of resistance, antifungal activity and synergism of Brazilian red propolis with antifungal drugs on *Candida* spp. **Journal of Applied Microbiology**, v. 118, n. 4, p. 839–850, 4 fev. 2015.

RAMOS, A.P.S.; ANTUNES, B.F.; MOREIRA, J.R.; MAÇÃO, N.G. **Nutrição funcional na saúde da mulher**. 1 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018. 186 p.

RIBEIRO, F.C *et al.* Action mechanisms of probiotics on *Candida* spp. And candidiasis prevention: an update. **Journal of Applied Microbiology**. v. 129, n. 2, p. 175-185. 2019.

SFORCIN, J. M.; ORSI, R. O.; BANKOVA, V. Effect of propolis, some isolated compounds and its source plant on antibody production. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 98, n. 3, p. 301–305, abr. 2005.

SIMÕES, L *et al.* Candidíase vulvovaginal: uma abordagem sobre os fatores psicológicos que se relacionam com seu desenvolvimento. **Revista Educação em Saúde**, v.9, supl.2, p.187-192, 2021.

SOARES, M.D. *et al.* Candidíase Vulvovaginal: Uma Revisão de Literatura com Abordagem para *Candida albicans*. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v.25, n.1, pp.28-34, 2019.

SOBREIRA, A. L. D. C. *et al.* Atividade antifúngica do extrato etanólico de própolis vermelha contra isolados patogênicos de *Candida* spp. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 15, n. 4, p. 429–433, 1 out. 2020.

SOUZA, N *et al.* Nutrição Funcional: Princípios e Aplicação na Prática Clínica. **Acta Portuguesa de Nutrição**, n. 7, p. 34-39, 2016.

SILVA, A. M. *et al.* Biological Activity and Chemical Composition of Propolis Extracts with Potential Use in Vulvovaginal Candidiasis Management. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 25, n. 5, p. 2478–2478, 20 fev. 2024.

SOKOLONSKI, A. R. *et al.* Activity of antifungal drugs and Brazilian red and green propolis extracted with different methodologies against oral isolates of *Candida* spp. **BMC complementary medicine and therapies**, v. 21, n. 1, p. 286, 24 nov. 2021.

VIEIRA, A. A.; SANTOS; MORAIS, L. EMULGEL BASEADO EM QUITOSANA CONTENDO EXTRATO DE PRÓPOLIS VERMELHA PARA TRATAMENTO DE INFECÇÕES VULVOVAGINAIS. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**, v. 17, n. 1, 10 set. 2020.

YANO, J.; SOBEL, J.D.; NYIRJESY, P.; SOBEL, R.; WILLIAMS, V.L.; YU, Q.; NOVERR, M.C.; FIDEL, P.L. Current patient perspectives of vulvovaginal candidiasis: incidence, symptoms, management and post-treatment outcomes. **BMC Women's Health**, v. 19, n. 1. 2019.

CAPÍTULO 39

UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A MULHERES MIGRANTES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

*AN OVERVIEW OF PSYCHOLOGICAL CARE FOR MIGRANT WOMEN IN
SITUATIONS OF VULNERABILITY*

Julia Maria Suleiman do Nascimento

Mestra em Psicanálise pela Universidade Paul-Valéry

Psicanalista e psicóloga clínica

São Paulo, SP, Brasil

E-mail: psijulia.suleiman@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão psicanalítica sobre a experiência migratória feminina, com foco nas mulheres que migram de forma considerada voluntária e que, ao longo desse processo, se veem expostas a diferentes formas de vulnerabilidade emocional, social e financeira. A partir da articulação entre experiência clínica no atendimento psicológico online a mulheres migrantes e o diálogo com a literatura psicanalítica e feminista, o texto problematiza o caráter supostamente livre dessas migrações, interrogando os atravessamentos inconscientes, transgeracionais e socioculturais que sustentam tais escolhas. A migração é compreendida como um acontecimento subjetivo estruturante, capaz de produzir transformações profundas no modo de estar no mundo. Nesse contexto, o artigo evidencia como mulheres que migram em nome de projetos conjugais e familiares são frequentemente atravessadas por dinâmicas de isolamento, dependência econômica, sobrecarga do cuidado, apagamento profissional e dificuldades de acesso a direitos, especialmente diante da maternidade, da ausência de rede de apoio, das barreiras linguísticas e das legislações migratórias restritivas. Ao dialogar com autoras como Clarice Lispector, Neusa Santos Souza e Valeska Zanello, o texto articula gênero, migração, saúde mental e direito, destacando a importância de nomear sofrimentos

historicamente invisibilizados e de refletir sobre os limites e possibilidades da clínica psicológica frente às desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres migrantes.

Palavras-chave: Mulheres migrantes; Migração feminina; Vulnerabilidade social; Saúde mental; Direitos das Mulheres

ABSTRACT

This article offers a psychoanalytic reflection on the female migratory experience, focusing on women who migrate under what is considered voluntary circumstances and who, throughout this process, become exposed to different forms of emotional, social, and financial vulnerability. Drawing on the articulation between clinical experience in online psychological care for migrant women and dialogue with psychoanalytic and feminist literature, the text problematizes the supposedly free nature of these migrations, questioning the unconscious, transgenerational, and sociocultural factors that underpin such decisions.

Migration is understood as a structuring subjective event, capable of producing profound transformations in one's way of being in the world. In this context, the article highlights how women who migrate in the name of conjugal and family projects are frequently confronted with isolation, economic dependence, care overload, professional erasure, and difficulties in accessing rights—especially in situations involving motherhood, lack of support networks, language barriers, and restrictive migration legislation. By engaging with authors such as Clarice Lispector, Neusa Santos Souza, and Valeska Zanello, the article articulates gender, migration, mental health, and women's rights, emphasizing the importance of naming historically invisibilized forms of suffering and reflecting on the limits and possibilities of psychological and psychoanalytic practice in the face of structural inequalities affecting migrant women.

Keywords: Migrant women; Female migration; Social vulnerability; Mental health; Women's rights.

1. Introdução

“Eu sou uma pobre exilada. Você não imagina como longe do Brasil se tem saudade dele” (LISPECTOR apud FERREIRA; MONTERO, 2021, p. 168)

Desde o início dos tempos, o ser-humano migra: em busca de sonhos, planos, de uma vida melhor, de novas perspectivas. Diante dos encontros e desencontros da vida, novas possibilidades se abrem mediante o vislumbre de um outro lugar, uma nova terra, novas possibilidades.

Em 2011, realizei um intercâmbio na Suécia, experiência que contribuiu para reflexões iniciais sobre os processos migratórios. Nessa época havia recém iniciado o curso de Psicologia e estava nos primeiros passos da minha análise: tantas coisas novas ao meu redor, nova língua, novos hábitos, clima gélido, longe de tudo e de todos foi quando pela primeira vez comecei a me questionar como faziam aqueles que para longe decidiam ou acabam por ir? Tantas dúvidas, questionamentos, inquietações e medos, tantos desafios e sentimentos a serem elaborados e destrinchados. Nessa época, a internet nos seus primeiros passos, não havia - pelo menos pra mim aquela altura - a menor chance de fazer análise online e na cidade que vivia pouco existia a chance de encontrar um analista que falasse português e eu sequer cogitava a possibilidade de buscar alguém em inglês. Fui refletindo então a partir desse momento como tantos homens e mulheres em processos de migrações se depararam, lidavam e podiam elaborar seus impasses e desafios com relação ao ser estrangeiro.

Voltei para o Brasil, me formei, iniciei minha trajetória clínica e poucos anos se passaram quando fui estudar na França, em um momento em que a internet já existia de forma mais presente, mas que pouco falava-se sobre atendimento online, mas lembro que minha então supervisora, que pouco depois se tornou minha analista tamanha era nossa transferência me diz: “*Se Freud e tantos outros analistas importantes da história estivessem vivos com certeza fariam sessões pela internet*” (SIC) e assim fui desbravar a França e segui com a minha

clínica ainda antes do início da Pandemia do Covid-21, e desde então minha escuta vem sendo majoritariamente a estrangeiros, migrantes, daqueles que por diversas razões resolvem desbravar o mundo através do atendimento clínico online.

Quando falamos dos processos migratórios existem aqueles que sempre sonharam, existem aqueles que uma porta se abriu acadêmica ou profissionalmente sem que houvesse muito tempo para desejar esse projeto, existem aqueles que a porta se abre a um cônjuge e essa decisão de partir passa pelo bem estar familiar e o investimento amoroso, existem tantas e tantas possibilidades, mas percebo que quando se diz respeito às migrações voluntárias pouco se fala na literatura psicanalítica dos impasses que são enfrentados quando o sujeito vive este processo.

Estudando esta temática venho refletido sobre o quanto essas decisões tidas como voluntárias são de fato tão voluntárias ou livres de imperativos inconscientes. Como psicanalista e psicóloga sei o quanto questões profundas, transgeracionais se apresentam em cada uma de nossas decisões ao longo da vida. O que de nossa história nos direciona para cada decisão que tomamos?

Quando falamos de vida no exterior são inúmeros os impasses que atravessam a vida daquela que vai e ao longo dos anos fui elaborando duas metáforas com relação ao estar fora: a primeira delas remete a um véu que recobre cada detalhe da vida do sujeito - nada fica da mesma forma, nada segue da mesma maneira depois que um passo como este é dado. Algo que atravessa e recobre cada ponto a partir desse momento e é através dele que as experiências são vivenciadas, pois algo se transforma a partir dessa mudança geográfica que contribuiu para uma mudança subjetiva com relação ao estar no mundo.

A segunda vai no sentido de uma comparação com relação a uma gravidez, a chegada de uma criança: não importa o quanto esta criança tenha sido planejada ou sonhada, ou se ela veio em um “susto” e os pais a decidirem por tê-la, mudanças subjetivas importantes são vivenciadas a partir daí que são imprevisíveis e impactantes que demandará de cada sujeito um processo interno de elaboração, compreensão e transformação para que a experiência se desenrole de uma

forma satisfatória, e seja um bom encontro. Traumas e feridas serão tocados por essa experiência, memórias virão à tona, e um novo mundo se abre.

Mas como ficam as vidas especialmente das mulheres que mudam de forma “voluntária” para um outro país assim como Clarice?

Muitas são as mulheres que mudam de país pautadas na ideia de um amor romântico idealizado, de um casamento e com a aposta por essa mudança em nome da construção familiar e com a esperança que seus companheiros as sustentem e que sejam os provedores e apoio delas e de seus filhos. Mas ao longo dos últimos tempos tenho me questionado que lugar é esse que muitas mulheres acabam se encontrando de fragilidade, solidão e muitas vezes violência.

Atendendo a mulheres que se encontram nessa dinâmica de vida não são poucas aquelas que abriram mão da construção de uma carreira profissional ou até mesmo de uma carreira consolidada para acompanhar este sonho familiar.

Diante da oportunidade que muitas vezes aparece a um cônjuge, ou do desejo de construir uma vida em um país que a partir de certos ideais possibilitaria mais oportunidades, muitas são as mulheres que se vem desbravando novos horizontes e amparadas pelos ideais de família de nossa sociedade muitas são aquelas que se dedicam à criação dos filhos e do cuidado familiar nessas migrações. Algumas com o desejo de deixar de trabalhar, mas muitas outras até gostariam de continuar no mercado de trabalho, mas por diversas razões acabam não conseguindo preservar suas independências financeiras e em ambos os casos situações de vulnerabilidade financeira, esgotamento mental por falta de rede de apoio na criação dos filhos e muitas vezes até mesmo isolamento social acabam se instaurando.

Em muitos países por questões burocráticas nada favoráveis aos imigrantes algumas profissões se tornam extremamente difíceis de serem validadas, mas além disso, mesmo com profissões com regulamentações mais leves outros impeditivos se apresentam: nem todas as pessoas que mudam de país têm uma fluência na língua anterior a mudança, e muitas vezes com filhos e uma casa para cuidar se torna difícil estudar e capacitar-se para ingressar no mercado de trabalho. Outra

coisa que acontece é a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho mesmo com uma língua razoavelmente boa por não ter uma experiência internacional anterior.

Existem também as mulheres que de forma independente e autônoma seguem seus próprios sonhos profissionais e acadêmicos, mas que apesar muitas vezes terem a própria emancipação profissional e financeira passam a enfrentar certos pontos em comum de vulnerabilidade emocional e passam a viver em seus relacionamentos questões relacionadas a dependência emocional que se instaura ao se relacionarem com homens que apesar de não as satisfazerem emocionalmente se tornam pilares em suas vidas pelo medo e receio de se verem completamente sozinhas diante de uma cultura desconhecida a partir do lugar de estrangeiras.

São muitas as dinâmicas e os intercruzamentos de nuances que acabam impossibilitando especialmente mulheres de ingressar não só no mercado de trabalho como mencionado anteriormente, mas ingressar em uma dinâmica em que se sintam partes da sociedade, inseridas no contexto em que vivem. Não raro na escuta a essas mulheres é possível perceber como elas são a todos tempo lembradas de sua estrangeiridade, muito mais que os homens.

Diante da maternidade, da carga de administrar filhos, lar e as demandas do marido, uma nova língua, novas e diferentes burocracias com relação as questões administrativas e de saúde as mulheres acabam infelizmente se encontrando em um lugar de vulnerabilidade social, financeira e dependentes de seus companheiros.

No livro de Valeska Zanello *Saúde Mental e Dispositivos de Gênero* a autora aborda questões extremamente relevantes que analistas, advogadas e todos aqueles que prezam e pensam sobre o lugar das mulheres na sociedade precisamos estar atentos e vem de encontro com a temática deste livro: *O que as pesquisas revelam sobre saúde, educação e direito das mulheres?*

Mulheres e homens sempre migraram, porém venho refletido o quanto hoje através do atendimento online e do mundo conectado no qual vivemos e também dos estudos mais aprofundados das questões do feminismo e sociais muitas são as questões que antes eram

normalizadas, não analisadas e não vistas que tem podido ser nomeadas e colocadas em foco dando assim contorno a sofrimentos e atravessamentos que tantas mulheres vivenciam e sempre vivenciaram mas que antes eram não eram vistas, ou estavam diluídas e encobertas em meio a outras problemáticas e até mesmo eram normalizadas no dia a dia dessas mulheres.

Na bibliografia citada da autora Clarice Lispector temos notícias do quanto sua vida profissional estava aos trancos e barrancos enquanto ela acompanhava seu marido diplomata em suas missões. Assim como também sabemos das instabilidades emocionais que a autora vivia.

Quantas não são as mulheres que se veem nas mesmas situações hoje em dia? E quantas não são aquelas que viveram em outras épocas e talvez não tiveram o apoio e o atendimento necessário pela negligência que muito existe aos imigrantes, pelo não reconhecimento deste sofrimento e pela não possibilidade de atendimento pois até então não podiam contar com os meios digitais? E quantas não continuam sofrendo hoje em dia, dia após dia diante de leis misóginas, xenofóbicas e situações delicadas referente a vivências no exterior que vieram pintadas como um sonho, mas que acabam se tornando pesadelo diante das impossibilidades que as leis e dinâmicas de uma sociedade patriarcal apresenta?

Como se dá o encontro dos ideais inconscientes que cada mulher tem com os desafios de morar em um outro país, tendo de enfrentar os desafios de se haver com uma nova língua, uma nova cultura, a falta de rede apoio, pessoas com as quais dividir e ver seus sofrimentos reconhecidos, no caso da existência de filhos enfrentar uma gestação, puerpério e os desafios do criar uma criança e em tantas vezes ainda se ver financeiramente dependendo de um parceiro? E em casos de divórcio em território estrangeiro, como essas mulheres se deparam com o cerceamento da liberdade e as impossibilidades de decidir onde residir determinada pela lei ou a iminente separação dos filhos caso decidam por partir?

Neusa Santos Souza no capítulo *O estrangeiro nossa condição* do livro *O estrangeiro* fala do feminino na sociedade:

“Outra figura do estranho é o feminino. O feminino pensado como diferença, alteridade - o feminino como Outro. Outro sexo, outro modo de gozo, outra raça, outro país, outra língua. O feminino é o Outro que se opõe ao mesmo, resiste ao um da norma, faz objeção ao todo, a totalização, se contrapõe a ordem dominante. Norma de um lado, feminino de outro. A norma é sempre o masculino, o fálico, o adulto, o europeu.” (SOUZA, 1998, p. 159-160)

2. Considerações Finais

Diante de países e legislações que veem as mulheres enquanto aquelas que pouco são ouvidas, respeitadas, amparadas e protegidas, diante de políticas públicas que pouco ou nada pensam na situação dos imigrantes e que tanto os coloca e os taxa como aqueles que estão sobrando e atrapalhando. O que nos resta quando essas duas lógicas se unem e fazem uníssono no não lugar da mulher na sociedade, qual o lugar possível para essas mulheres que se veem vulneráveis a relacionamentos e dinâmicas de vida em que vivem uma vida em busca da sobrevivência?

No livro *Monique se liberta* o autor Edouard Louis nos convida a refletir sobre as dinâmicas que são estabelecidas e o quanto elas são reforçadas por condições externas:

Será possível estabelecer alguma coisa como o preço da liberdade, um preço quantificável racionalmente, matematicamente? Será que uma vez fixado e tornado acessível esse preço a uma maioria, novas fugas surgiriam, se multiplicariam infinitamente? Para dizer de forma mais clara, e portanto, mais violenta: quantas pessoas, quantas mulheres mudariam de vida se tivessem um cheque na mão? (LOUIS, 2024, p. 19-20)

Venho me perguntando quais são as possibilidades e o alcance de uma análise, mas não só da análise, como também de políticas públicas e movimentos sociais com mulheres que se veem em situações de tamanho desamparo quando o sonho da família feliz, do país ideal

e do lugar utópico vai se desconstruindo diante dos acontecimentos da vida.

O desamparo emocional e físico/logístico na missão de existir e muitas vezes maternar em um outro país, muitas vezes sem rede de apoio e diante da tela de um celular, tendo como obrigação o trabalho do cuidado 24 horas sem descanso muitas vezes com maridos omissos que diante do argumento que trazem o sustento fazem pouco ou nada na criação dos filhos e na manutenção familiar.

Recebo no consultório muitas dessas mulheres que temem questionar aquilo que de fato vivem, pois diante dessas perguntas se deparam com muitos ideais mancos que precisarão ser elaborados e questionados: o que se espera e deseja dessa vida no exterior? Qual o lugar do casamento e de seus companheiros? Se assumo que estou sobrecarregada e infeliz, o que posso fazer diante do fato de viver em um outro país e muitas vezes se ver dependente emocional e financeiramente do marido? Muitas vezes com a sensação de não ter para onde voltar por que a volta é tida na sociedade como uma falha ou um passo atrás, uma derrota.

Diante da possibilidade de pôr fim ao casamento e decidirem ficar provavelmente nunca tiveram acesso a leis que talvez existam que possam lhe dar um pouco de amparo - mas quantas não são as leis que são extremamente misóginas e xenofóbicas e elas se veem reféns do desejo de viver perto dos filhos? Mas diante das dificuldades de estarem enfrentando essas burocracias sem domínio da língua quais as possibilidades?

Ou como ouvi de uma paciente em meio a pandemia do COVID-19 diante do medo da morte e da não assistência: "Qual a probabilidade de eu ser atendida enquanto uma mulher solteira e estrangeira neste país?" (SIC). Como as mulheres são vistas, cuidadas e amparadas em nossa e pela sociedade?

Não tenho respostas a essas perguntas, mas sigo na escuta dessas mulheres que a partir de um incômodo se permitem falar. Se irão conseguir fazer mudanças significativas em suas vidas em um mundo que pouco suporta as mulheres, não sei. Até onde conseguimos ir diante desses casos? Venho tentado construir.

Sabemos que a escuta é potente, mas até onde vai essa potência diante de uma sociedade que deixa as mulheres tão impotentes? Compartilho com os colegas a necessidade de questionarmos qual o papel que temos e o que podemos prover diante de um mundo que tem nos trazido tantas novas organizações e possibilidades e tantos novos desafios.

Bibliografia

FERREIRA, T. C. M.; MONTERO, T. *À procura da própria coisa: uma biografia de Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

KOLTAI, C. (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998.

LOUIS, É. *Monique se liberta*. Tradução de M. Scalzo. São Paulo: Todavia, 2024.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

CAPÍTULO 40

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POR PARCEIRO ÍNTIMO E TRANSTORNOS NEUROPSIQUIÁTRICOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

***DOMESTIC VIOLENCE BY INTIMATE PARTNERS AND NEUROPSYCHIATRIC
DISORDERS: AN INTEGRATIVE REVIEW***

Géssica Almeida de Freitas

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - Paraíba

<https://orcid.org/0009-0006-8474-8068>

g.almeida1992@gmail.com

Gabriella Medeiros Silva

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - Paraíba

<https://orcid.org/0000-0002-5224-5865>

medeirosgabriella7@gmail.com

Arthur Vinicius Ramos Ribeiro

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa – Paraíba

<https://orcid.org/0009-0004-0263-7563>

arthurvrribeiro@gmail.com

Antonini Miguel Cavalcante dos Santos

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - Paraíba

<https://orcid.org/0000-0002-3211-1472?lang=pt>

antoninipsi@gmail.com

Vinicius Freitas Barbosa da Silva

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - Paraíba

<https://orcid.org/0009-0005-2988-7455>

vinicius566outlook@gmail.com

Karoline de Albuquerque Chacon

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba
<https://orcid.org/0009-0008-2023-9285>
proferkarolchacon@gmail.com

Aryuska Aryelle Santos Sousa da Silva

Universidade Federal de Campina Grande
João Pessoa - Paraíba
<https://orcid.org/0000-0002-0653-0008>
aryuska.aryelle@gmail.com

Juliana Monteiro Dantas

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba
<https://orcid.org/0009-0002-7241-9284>
julianadantas.jp@hotmail.com

Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira

Centro Universitário de João Pessoa
João Pessoa – Paraíba
<https://orcid.org/0000-0002-1213-5370>
anacgondim30@gmail.com

Natanael Antonio dos Santos

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba
<https://orcid.org/0000-0001-7708-9929>
natanael_labv@yahoo.com.br

RESUMO

A Violência Doméstica por Parceiro Íntimo (VDPI) é um problema grave de saúde pública e violação dos direitos humanos, podendo ser do tipo física, sexual, psicológica, moral e patrimonial, praticadas por parceiro ou ex-parceiro. Este estudo objetivou revisar de forma integrativa

evidências científicas sobre a associação entre VDPI e transtornos neuropsiquiátricos em mulheres. O estudo seguiu as etapas propostas por Whittemore e Knafl, utilizando as bases PubMed/MEDLINE, SciELO e LILACS, com descritores relacionados à violência por parceiro íntimo e saúde mental. Os resultados mostram altas prevalências de sintomas (insônia, sofrimento psicológico e abuso de substâncias) e transtornos mentais (depressão, ansiedade e estresse pós-traumático) geralmente associados à cronicidade da violência e à exposição precoce a ambientes violentos. Estudos observacionais, revisões sistemáticas e meta-análises corroboram que a VDPI consiste em fator de risco para o adoecimento mental de mulheres com impactos neuropsicológicos duradouros. A VDPI é um evento potencialmente traumático que demanda uma abordagem integrada com vistas para a prevenção, identificação precoce, cuidado em saúde mental e políticas públicas especializadas efetivas para a reabilitação das vítimas de violência.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Violência por Parceiro Íntimo; Transtornos Mentais; Saúde Mental; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Intimate Partner Domestic Violence (IPDV) is a serious public health problem and a violation of human rights, and may take physical, sexual, psychological, moral, or patrimonial forms, perpetrated by a current or former partner. This study aimed to integratively review scientific evidence on the association between IPDV and neuropsychiatric disorders in women. The study followed the stages proposed by Whittemore and Knafl, using the PubMed/MEDLINE, SciELO and LILACS databases, with descriptors related to intimate partner violence and mental health. The results show high prevalence rates of symptoms (insomnia, psychological distress, and substance abuse) and mental disorders (depression, anxiety, and post-traumatic stress disorder), generally associated with the chronicity of violence and early exposure to violent environments. Observational studies, systematic reviews, and meta-analyses corroborate that IPDV is a risk factor for mental illness in women, with long-lasting neuropsychological impacts. IPDV is a potentially traumatic event that requires an integrated approach focused on prevention,

early identification, mental health care, and effective specialized public policies for the rehabilitation of victims of violence.

Keywords: Domestic Violence; Intimate Partner Violence; Mental Disorders; Mental Health; Public Policies.

1. Introdução

A Violência Doméstica por Parceiro Íntimo (VDPI) praticada contra as mulheres pode ser definida como qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos (Brancaglioni; Flores; Ribeiro, 2022). A VDPI pode ser causada por comportamentos de ameaças, coerção, controle e/ou privação arbitrária de liberdade em vida pública ou privada (Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, 2023).

A VDPI pode ser do tipo física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial, cometida por um parceiro ou ex-parceiro (Brancaglioni; Flores; Ribeiro, 2022), que pode ser um cônjuge ou namorado, independentemente de gênero, com quem se tenha relação pessoal, afetiva, contato físico e sexual (Breiding et al., 2015). Além disso, nesta relação não precisa haver uma identificação como casal, podendo haver ou não coabitação.

A VDPI pode ser definida como um estresse crônico, que pode provocar alterações neurofisiológicas (Sapolsky et al., 1990), no funcionamento biopsíquico social das mulheres, levando ao adoecimento e, até mesmo, a morte (Silva, 2015). Como efeito desse estresse, destaca-se a secreção contínua e prolongada de cortisol com repercussões negativas na saúde a longo prazo (Johnson et al., 2008), como obesidade, doenças coronárias (Brotman et al., 2007) e redução de resposta do sistema imunológico (Souza et al., 2020) e consequentemente, o aumento de processos inflamatórios.

A VDPI pode ainda ser denominada como evento traumático, visto que há exposição contínua e prolongada a eventos de alto impacto físico e emocional (Meichenbaum, 1994). A depender da frequência, duração e gravidade, a VDPI pode contribuir para prejuízos na confiança em relacionamentos afetivos (Warshaw et al., 2013), para a

deterioração da identidade da vítima e desenvolvimento de sintomas psiquiátricos (Stein & Kennedy, 2001), configurando-se como um fator de risco e etiológico para transtornos neuropsiquiátricos (Mozzambani et al., 2011). Neste sentido, a VDPI é uma condição de alta morbi-mortalidade que produz sequelas de curto e longo prazo, muitas vezes, irreversíveis (Campos, 2006).

A VDPI constitui um fenômeno complexo, persistente e de elevada magnitude, configurando-se como um problema de saúde pública grave e uma violação dos direitos humanos das mulheres (OMS, 2021). A violência manifesta-se de forma multifacetada e, na maioria dos casos, ocorre de maneira contínua, silenciosa e invisibilizada, especialmente nas suas formas não materializadas fisicamente, dificultando a identificação, notificação e intervenção adequada. Apesar da VDPI ser amplamente discutida no campo jurídico e social, seus impactos profundos e duradouros sobre a saúde mental das mulheres podem ser mais explorados na literatura científica.

Assim, o objetivo deste estudo foi revisar de forma integrativa os achados de pesquisas que analisam a relação entre a violência doméstica por parceiro íntimo e transtornos neuropsiquiátricos em mulheres, identificando os principais resultados em saúde mental, os locais de coleta de dados, o tempo de exposição a VDPI, bem como a consistência dos resultados e propondo recomendações para futuros estudos.

Ao reunir evidências sobre os principais desfechos em saúde mental das vítimas de violência, o presente estudo pode contribuir para a identificação de padrões, lacunas e inconsistências na produção científica, fortalecendo a compreensão do impacto da VDPI sobre o funcionamento neurocognitivo em mulheres. Além disso, pode promover o avanço do conhecimento interdisciplinar entre psicologia, neurociências e saúde pública, aprimorando estratégias de avaliação, prevenção e intervenção junto a essa população. Os achados deste estudo podem subsidiar políticas públicas, práticas clínicas e ações intersetoriais mais sensíveis aos efeitos neuropsiquiátricos da VDPI, com uma abordagem integral de cuidado, reforçando a necessidade de enfrentamento desse fenômeno como uma prioridade em saúde mental e direitos humanos.

2. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, uma síntese abrangente de resultados de pesquisas empíricas e teóricas, possibilitando a compreensão ampliada do fenômeno complexo 'Violência Doméstica por Parceiro Íntimo' e suas repercussões na saúde mental de mulheres. Este estudo seguiu as etapas propostas por Whitemore e Knafl (2005): (1) identificação do problema e formulação da questão norteadora; (2) busca na literatura; (3) avaliação crítica dos estudos incluídos; (4) extração e análise dos dados; e (5) síntese e apresentação dos resultados.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, SciELO e LILACS. Utilizou-se descritores controlados e não controlados, em português, inglês e espanhol, combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, a saber: *violência doméstica, violência por parceiro íntimo, saúde mental, depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e mulheres*.

Os critérios de inclusão assumidos foram: (a) estudos empíricos, revisões sistemáticas e meta-análises; (b) artigos publicados em periódicos científicos revisados por pares; (c) publicações nos idiomas português, inglês ou espanhol; e (d) estudos que apresentassem dados quantitativos ou qualitativos. Foram excluídos: estudos com população exclusivamente masculina, pesquisas que não abordassem desfechos em saúde mental, trabalhos publicados como editoriais, monografias, dissertações, teses, trabalhos publicados em anais de congressos e cartas ao editor.

Após a busca inicial, foram analisados os títulos e resumos, os estudos potencialmente relevantes foram selecionados para leitura na íntegra. Para realizar a extração dos dados utilizou-se um instrumento que contemplou informações como autor, ano de publicação, país, delineamento do estudo, características da amostra, instrumentos utilizados e resultados relacionados à saúde mental.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e temática, permitindo uma síntese qualitativa dos estudos, a saber: VDPI e a probabilidade em desenvolver transtornos; relação entre exposição a

violência doméstica precoce, sintomatologia neuropsiquiátrica e agravos em mulheres; sintomas neuropsiquiátricos; ideação e tentativas suicidas; Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); Transtorno Depressivo Maior (TDM); e agravos psicológicos associados à VDPI. Estudos de revisão sistemática e meta-análises foram incluídos e discutidos, enquanto evidências mais robustas, corroborando os achados observacionais e clínicos.

3. Resultados

As buscas nas bases de dados, combinadas entre os três idiomas, resultaram em 4.743 estudos, dos quais apenas 17 atenderam aos critérios de elegibilidade. O número de estudos identificado por base de dados foi informado a seguir:

PubMed/MEDLINE: 4080

SciELO: 69, divididos em 37 (inglês), 23 (português), 9 (espanhol)

LILACS: 594, divididos em 203 (inglês), 184 (português), 207 (espanhol)

Impactos da VDPI na saúde mental das mulheres

O estudo de Mozzambani et al. (2011) avaliou dezessete mulheres com idades entre 20 e 50 anos (média de $34,7 \pm 7,7$) que deram entrada em delegacia especializada no atendimento à mulher. Observou-se que o tempo médio de duração da violência foi de $9,1 \pm 8,7$ anos, 53% das participantes foram expostas a violência na infância e na vida adulta eram vítimas de agressão excessiva e 84% eram ameaçadas de morte. Sobre saúde mental, verificou-se que 94% apresentavam grande probabilidade para desenvolver transtorno de ansiedade, 89% TDM e 76% TEPT.

A pesquisa de Brown et al. (2008) corrobora os dados de Mozzambani et al. (2011), sobre alta correlação entre lares violentos na infância e adolescência, e sintomatologia neuropsiquiátrica, sobretudo

quadros depressivos crônicos. Carrasco (2003) aponta que devido à observação da vitimização de suas mães, por meio de um padrão de transmissão de experiências violentas ao longo das gerações, as mulheres podem aprender o papel de vítima ou de agressoras, fenômeno denominado de violência intergeracional.

As vítimas da VDPI podem apresentar sintomas psiquiátricos, tais como fobias, pesadelos, crises de angústia, psicoses, medo de relações sexuais, dificuldades na concentração e na clareza de pensamento, dificuldades na compreensão e interpretação de informações, e sensação de irrealidade (Santos, 2018). São observados ainda outros sintomas, como hiperexcitação, ataques de pânico, abuso de substâncias (Oliveira et al., 2017), ansiedade e insônia (78%), e ideação suicida (39% das vítimas) (Adeodato et al., 2005). Destaca-se que tais sintomas são respostas a eventos traumáticos (Stein; Kennedy, 2002).

Há relatos sobre tentativas suicidas de vítimas de VDPI (Oliveira et al., 2017). Rosso e Lozano (2011) apontam que 25,1% deste público já tentaram suicídio, onde a maior incidência é na faixa etária de 31-60 anos (uma em cada três mulheres), seguida da faixa etária de 15-30 anos (uma em cada quatro) e da faixa etária de maiores de 60 anos (uma em cada seis).

Estudos apontam relação entre VDPI e TEPT, cuja prevalência varia de 25% (Berlim et al., 2003) a 48% das vítimas (Crepeschi, 2005). Dentre os sintomas, temos: problemas de concentração e sobressaltos (85,7%), sensação de reviver o trauma (50%), insônia (57,1%), sentimento de culpa (85,7%) e isolamento (42,6%) (Rodrigues, 2006). Outros sintomas são observados, tais como entorpecimento, ansiedade crônica, desamparo, baixa autoestima e distúrbios alimentares (Oliveira et al., 2017).

Pesquisas apontam relação entre VDPI e transtornos depressivos (Oliveira et al., 2017), onde a prevalência da depressão maior é de 26% (Berlim et al., 2003). Jacobucci (2004) sugere índices mais elevados de depressão em mulheres que permaneceram no ciclo da violência em comparação com aquelas que romperam com o ciclo.

Achados de Moraes (2009) corrobora dados de Jacobucci (2004) sobre a associação entre VDPI e depressão. O autor realizou pesquisa

com 375 mulheres com idade de 14 a 49 anos, utilizando a escala de Beck para depressão. Os resultados revelam que 51,5% das participantes apresentavam depressão e a maior prevalência foi em mulheres que continuavam no ciclo da violência.

De acordo com Rovinski (2004) vítimas de VDPI apresentam maiores escores de depressão quando comparadas com as que sofreram algum tipo de abuso sexual, que pode ser explicada pela constância e cronicidade da violência. Adeodato et al. (2005) apontam que 72% desta população apresentaram depressão clínica. Destaca-se que a violência física e psicológica atrelada a condições de pobreza podem contribuir para a incidência desse transtorno (Torres, 2004) e quando estas mulheres estão submetidas a estresse econômico e responsabilidade de prover filhos, os sintomas podem ser acentuados (Jacobucci, 2004).

Estudo com meta-análise realizada por Golding (1999) aponta a prevalência de problemas de saúde mental entre mulheres com histórico de VDPI, onde: 1- 47,6% apresentam depressão (18 estudos); 2- 17,9% suicídio (13 estudos); 3- 63,8% TEPT (11 estudos); 4- 18,5% abuso de álcool (10 estudos) e 5- 8,9% abuso de drogas (4 estudos). O estudo sugere que a VDPI aumenta o risco de transtornos neuropsiquiátricos.

A meta-análise de Spencer et al. (2019), explorou a relação entre transtornos mentais e VDPI, analisando os dados de 207 estudos, aponta que a depressão, a ansiedade e o TEPT são correlatos significativos para vitimização de VDPI, corroborando o estudo de Golding (1999).

Spencer et al. (2022) realizou uma meta-análise examinando os correlatos de saúde mental e VDPI psicológica em 181 estudos. Os resultados sugerem que sintomas como ideação suicida, estresse pós-traumático, ansiedade, sintomas depressivos, sofrimento psicológico, dor física, raiva, vergonha, saúde física precária e sintomas somáticos estão associados à violência psicológica. Em síntese, os estudos com meta-análise corroboram a literatura sobre a VDPI ser um fator potente para o desenvolvimento de transtornos neuropsiquiátricos.

4. Discussão

A VDPI é um fenômeno complexo que atinge mulheres de todas as classes sociais, raças e culturas (Oliveira et al., 2017). É caracterizada como um evento devastador na vida da vítima que pode acarretar efeitos negativos nos âmbitos psicossociais, cognitivos e neurofisiológicos (Villela; Lago, 2007), afetando o bem-estar, a segurança, o desenvolvimento pessoal e profissional das vítimas (Oliveira et al., 2017).

A exposição contínua à VDPI tem alto impacto neuropsicológico. A depender da continuidade, intensidade e gravidade da exposição a esses eventos estressores, pode ocasionar alta prevalência de transtornos mentais. Ressalta-se que sofrer abuso na infância e adolescência ou mesmo observar violência doméstica pode ser um fator de risco para desenvolver um amplo espectro de transtornos psiquiátricos (Mozzambani et al., 2011).

Os estudos apresentados mostram a associação entre a VDPI e condições neuropsiquiátricas, desde sintomas a diagnósticos de TEPT e depressão. O agravamento do TEPT está associado a maiores níveis de depressão, ansiedade e estresse em mulheres vítimas de VDPI, evidenciando que essa população tende a apresentar quadros psicológicos complexos e comórbidos. A associação entre TEPT e ansiedade, corroboram a literatura sobre a hiperativação autonômica, a hipervigilância e os sintomas intrusivos como elementos que intensificam respostas ansiosas em vítimas (Oliveira et al., 2017). Já a presença de transtornos depressivos indica que o sofrimento psíquico relacionado ao trauma também pode atingir negativamente o humor e a regulação emocional dessas mulheres (Jacobucci, 2004).

A VDPI é considerada um estresse psicológico traumático persistente na vida da vítima, o qual pode desempenhar um papel importante no agravamento dos sintomas neuropsiquiátricos. A exposição contínua a situações de ameaça e insegurança favorece um estado de hiperativação fisiológica, que se manifesta em tensão constante, medo e preocupações excessivas, provocando mudanças psicológicas e socioemocionais. Esse estresse crônico pode conduzir ainda ao esgotamento emocional, a sentimentos de desesperança e retraimento social

(Wong et al., 2014). Em síntese, a VDPI não gera apenas sofrimento psicológico imediato, mas também estabelece um ciclo entre as diversas condições neuropsiquiátricas, como estresse patológico, TEPT, ansiedade e depressão, podendo tornar o impacto psicológico crônico e de difícil manejo clínico.

Segundo Crepschi (2005), o aparelho psíquico das pessoas não está preparado para enfrentar cotidianamente qualquer tipo de ato violento, o que pode acionar mecanismos de defesa para responder a experiência traumática. Assim, a vítima de VDPI pode desencadear um ciclo mental de estresse permanente, que reflete o medo da denúncia, do agressor, da falta de amparo, da resolutividade e dos julgamentos sociais (Campos, 2006).

O acometimento das vítimas de VDPI por transtornos neuropsiquiátricos pode ocorrer devido a falhas na ativação dos mecanismos de defesa do aparelho psíquico para responder às experiências traumáticas (Crepschi, 2005). De acordo com Liu et al. (2013) essas experiências podem gerar estresse mental tão forte e duradouro, contribuindo para o desenvolvimento de sintomas e transtornos mentais, e ainda provocar alterações em funções cognitivas por meio da hiperexcitação do sistema nervoso central e inibição da expressão de neurotransmissores.

Os dados levantados evidenciam a complexa interação entre a VDPI e adoecimento neuropsiquiátrico das mulheres, mostrando que a violência não se restringe a um evento isolado de agressão, mas configura um processo crônico de sofrimento psicossocial e neuropsicológico. As diversas associações apontadas nos estudos entre TEPT, depressão, ansiedade e outros agravos de saúde mental, indicam um impacto sistêmico da violência na saúde da mulher. Esses achados reforçam a necessidade de abordagens integradas de cuidado em saúde, contemplando o tratamento psicológico e psiquiátrico de forma articulada. Além do mais, os resultados refletem ainda a urgência de políticas públicas que priorizem a prevenção, o acolhimento e a reabilitação das vítimas. Assim, compreender os efeitos da VDPI sob uma perspectiva biopsicossocial é essencial para o desenvolvimento de estratégias

eficazes de enfrentamento a violência, prevenção e promoção da saúde mental dessa população.

Esta revisão apresenta algumas limitações. Primeiramente, a heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos, onde há uma variação quanto aos delineamentos de pesquisa, instrumentos de avaliação psicológica utilizados, critérios diagnósticos e contextos socioculturais, limitando a comparação dos achados e a generalização dos resultados. Considerando a presença de medidas de autorrelato, estudos futuros podem utilizar estratégias metodológicas como testes psicofisiológicos objetivando minimizar esses vieses. Outra limitação pode estar relacionada à restrição aos idiomas português, inglês e espanhol e às bases de dados utilizadas, que pode ter excluído estudos importantes em outros idiomas ou indexados em outras bases de dados. Seria interessante a ampliação do escopo das revisões, incluindo outros idiomas e bases de dados internacionais, colaborando para uma compreensão culturalmente sensível do fenômeno.

Pesquisas futuras podem priorizar delineamentos metodológicos mais robustos e padronizados, reduzindo a heterogeneidade observada. Por fim, investigações longitudinais e multicêntricas, podem possibilitar uma compreensão temporal entre a exposição à VDPI e desfechos em saúde mental.

5. Considerações Finais

Este estudo de revisão integrativa mostrou consistentemente que a Violência Doméstica por Parceiro Íntimo constitui um considerável e persistente fator de risco para o desenvolvimento de transtornos neuropsiquiátricos e outros agravos psicológicos em mulheres. A literatura analisada sugere altas prevalências de depressão, ansiedade, TEPT, ideação e tentativas suicidas, assim como de sintomas como insônia, sofrimento psicológico, dificuldades cognitivas e somatização, geralmente relacionadas à cronicidade da violência e à permanência no ciclo de agressões. As evidências reforçam a tese de que a VDPI possui um caráter multidimensional e traumático sobre as vítimas, impactando profundamente a longo prazo a saúde mental dessas mulheres.

Os estudos com meta-análises corroboraram resultados observacionais e clínicos, mostrando que a VDPI, seja do tipo física, moral, psicológica e/ou sexual, está fortemente associada ao adoecimento mental. É importante ressaltar que a exposição à violência na infância e adolescência por meio da violência intergeracional, as condições socioeconômicas adversas e a insuficiência de redes de apoio são fatores que potencializam a vulnerabilidade psicológica e dificultam o rompimento com o ciclo da violência.

Os resultados desta revisão confirmam a necessidade urgente de estratégias integradas de prevenção e identificação precoce da VDPI e suas implicações em saúde mental, bem como de intervenções que articulem saúde, assistência social, justiça e políticas públicas de enfrentamento e combate à violência doméstica.

Referências Bibliográficas

ADEODATO, V. G. *et al.* Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de violência estratégica. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 108-113, 2005.

BERLIM, M. T. *et al.* Violência doméstica e transtornos mentais: um estudo de caso-controle em um serviço de atenção primária no Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 25, n. 4, 2003.

BRANCAGLION, M.; FLORES, S. M.; RIBEIRO, C. C. Violência contra a mulher: impactos psicológicos. *In*: CANTILINO, A.; NEVES, M. C. L.; RENNÓ JR., J. (org.). **Transtornos psiquiátricos na mulher**: diagnóstico e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BREIDING, M. J. *et al.* **Intimate Partner Violence Surveillance**: Uniform Definitions and Recommended Data Elements. Version 2.0. Atlanta (GA): National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention, 2015.

BROTMAN, D. J. *et al.* The cardiovascular toll of stress. **The Lancet**, 370(9592), 1089-1100, 2007.

BROWN, G. W. *et al.* Parental maltreatment and adulthood cohabiting partnerships: a life-course study of adult chronic depression. **Journal of Affective Disorders**, v. 110, n. 1-2, p. 115-125, 2008.

CAMPOS, M. Â. M. R. **Violência sexual como questão de saúde pública: atenção específica em serviços de saúde.** 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARRASCO, L. K. **A mulher vítima de violência conjugal: uma perspectiva transgeracional.** 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CREPSCHI, J. L. B. **Significações psicológicas dadas à violência sexual por mulheres atendidas em ambulatório especializado universitário: um estudo clínico qualitativo.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GOLDING, J. M. Intimate partner violence as a risk factor for mental disorders: a meta-analysis. **Journal of Family Violence**, v. 14, n. 2, p. 99-132, 1999.

JACOBucci, P. G. **Estudo psicossocial de mulheres vítimas de violência doméstica, que mantêm o vínculo após terem sofrido as agressões.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

JOHNSON, D. M. *et al.* The cortisol awakening response as a function of PTSD severity and abuse chronicity in sheltered battered women. **Journal of Anxiety Disorders**, [s. l.], v. 22, n. 5, p. 793-800, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2007.08.006>.

LIU, D. *et al.* Changes in 5-HT_{1A} Receptor Expression in the Oculomotor Nucleus in a Rat Model of Post-traumatic Stress Disorder. **Journal of Molecular Neuroscience**, [s. l.], v. 49, p. 360–368, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12031-012-9874-6>.

MEICHENBAUM, D. Victims of Domestic Violence (Spouse Abuse). *In*: MEICHENBAUM, D. **A clinical Handbook/Practical Therapist Manual: for assessing and treating adults with Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD).** Waterloo: Institute Press, 1994. p. 77-91.

MORAIS, A. C. **Depressão entre mulheres vítimas de violência doméstica.** 2009. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MOZZAMBANI, S. *et al.* Violência doméstica e transtornos mentais em mulheres: um estudo em delegacia especializada. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, v. 19, n. 1-2, p. 73-80, 2011.

OLIVEIRA, F. S. *et al.* Violência doméstica e sexual contra a mulher: revisão integrativa. **Holos**, v. 8, p. 275-284, 2017.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa - Violência contra as mulheres**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20definem%20a,em%20vida%20p%C3%ABlica%20ou%20privada%22> . Acesso em: 26 jan. 2026.

RODRIGUES, A. D. **Violência conjugal**: vivência de traumas em mulheres queimadas. 2006. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ROSSO, F. S.; LOZANO, F. Prevalencia de la medicalización de la violencia doméstica y sus efectos iatropatogénicos en un servicio de atención primaria de Montevideo. *In*: JORNADAS DE INVESTIGACIÓN: DERECHOS HUMANOS, SEGURIDAD Y VIOLENCIA, 10., 2011, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: Universidad de la República, 2011.

Souza, E. J. *et al.* Níveis de Cortisol: Impactos sobre a Saúde Mental e a Imunidade. ID on line. **Revista de psicologia**, 14(53), 935-949, 2020.

ROVINSKI, S. L. R. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

SANTOS, M. F. **O impacto da violência doméstica na saúde mental da mulher**. 2018. Monografia – Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

SAPOLSKY, R. M. *et al.* Cortisol concentrations and the social significance of rank instability among wild baboons. **Journal of Neuroscience**, v. 10, n. 9, p. 2897-2902, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1523/JNEUROSCI.10-09-02897.1990>.

SILVA, E. Efeitos do estresse crônico em áreas do cérebro. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, Recife, v. 1, n. 1, 2015.

SPENCER, C. *et al.* Mental health factors and intimate partner violence perpetration and victimization: a meta-analysis. **Psychology of Violence**, v. 9, n. 1, p. 1-17, 2019.

SPENCER, C. M. *et al.* Mental and physical health correlates for emotional intimate partner violence perpetration and victimization: a meta-analysis. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 25, n. 1, p. 41-53, 2022.

STEIN, M. B.; KENNEDY, C. M.; TWAMLEY, E. W. Neuropsychological function in female victims of intimate partner violence with and without posttraumatic stress disorder. **Biological Psychiatry**, v. 52, n. 11, p. 1079-1088, 2002.

TORRES, C. **La otra mirada de la salud mental**. Santiago, 2004.

VILLELA, W. V.; LAGO, T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 471-475, 2007.

WONG, J. Y. H. *et al.* Bridging intimate partner violence and the human brain: a literature review. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 15, n. 1, p. 22-33, 2014.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: Updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>.

CAPÍTULO 41

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, MATERNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA PROTEÇÃO À MULHER E À ESTRUTURA FAMILIAR

***STRUCTURAL VIOLENCE, MOTHERHOOD AND PUBLIC POLICIES: A LEGAL
ANALYSIS OF THE PROTECTION OF WOMEN AND FAMILY STRUCTURE***

Rebecca de Araujo Frois

Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento – IPD

Brasília - Distrito Federal

ORCID: 0009-0007-7628-7772

E-mail: frois.rebecca@gmail.com

RESUMO

O objetivo é analisar juridicamente a violência estrutural enfrentada por mulheres ao longo de seus ciclos reprodutivos e de maternidade, bem como seus impactos na estrutura familiar, à luz dos direitos humanos e das políticas públicas brasileiras. A metodologia envolve a pesquisa qualitativa, de natureza jurídico-descritiva, fundamentada em estudo de caso, revisão bibliográfica e análise normativa da Constituição Federal de 1988, da legislação infraconstitucional e das políticas públicas voltadas à saúde da mulher. Os resultados, constataram que a fragilidade ou ausência de políticas públicas efetivas de apoio à mulher repercute diretamente na desestruturação da base familiar, comprometendo o desenvolvimento integral dos filhos. Conclui-se que a proteção da mulher-mãe e o fortalecimento da estrutura familiar são dimensões indissociáveis, exigindo políticas públicas intersetoriais, contínuas e juridicamente comprometidas com a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Violência estrutural; Maternidade; Estrutura familiar; Políticas públicas; Direitos humanos.

ABSTRACT

The objective is to legally analyze the structural violence faced by women throughout their reproductive and maternity cycles, as well as its impacts on family structure, in light of human rights and Brazilian public policies. The methodology involves qualitative research, of a legal-descriptive nature, based on a case study, bibliographic review, and normative analysis of the 1988 Federal Constitution, infra-constitutional legislation, and public policies aimed at women's health. The results showed that the fragility or absence of effective public policies to support women directly impacts the breakdown of the family base, compromising the integral development of children. It is concluded that the protection of the woman-mother and the strengthening of the family structure are inseparable dimensions, requiring intersectoral, continuous, and legally committed public policies that uphold the dignity of the human person.

Keywords: Structural violence; Motherhood; Family structure; Public policies; Human rights.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços normativos observados nas últimas décadas, organismos internacionais e dados institucionais nacionais indicam que a maternidade no Brasil ainda ocorre em um contexto marcado por profundas desigualdades estruturais de gênero, classe e acesso a políticas públicas. Tais desigualdades evidenciam que a experiência materna permanece atravessada por omissões estatais que comprometem a efetividade dos direitos reprodutivos e a proteção da estrutura familiar.

A maternidade, sob a ótica jurídica e social, não pode ser analisada de forma dissociada da estrutura familiar e das condições materiais oferecidas pelo Estado. Apesar dos avanços normativos observados nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a realidade vivenciada por grande parcela das

mulheres brasileiras revela profundas desigualdades estruturais de gênero, classe e acesso a políticas públicas.

Organismos internacionais e estudos nacionais apontam que a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à saúde reprodutiva, ao planejamento familiar e à proteção social da maternidade contribui para a reprodução de ciclos de vulnerabilidade. Nesse contexto, a maternidade precoce, frequentemente associada à exclusão social, evidencia a falha estatal na garantia de direitos fundamentais.

O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender de que forma a insuficiência das políticas públicas destinadas à mulher e à maternidade contribui para a violência estrutural e para a desestruturação da base familiar. O objetivo geral é analisar juridicamente a atuação do Estado brasileiro na proteção da mulher-mãe e da família, considerando diferentes ciclos reprodutivos e contextos institucionais.

Justifica-se a relevância da pesquisa pela necessidade de evidenciar que a negligência na proteção à maternidade ultrapassa a esfera individual, comprometendo a função social da família e o desenvolvimento integral dos filhos. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, conforme detalhado nas seções seguintes.

A violência estrutural contra a mulher manifesta-se de forma sistêmica, reproduzindo desigualdades históricas de gênero que impactam diretamente o exercício da maternidade. Conforme Biroli (2018), tais desigualdades operam por meio de instituições sociais e jurídicas que limitam a autonomia feminina, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A maternidade precoce, nesse cenário, revela-se não como escolha individual, mas como resultado de omissões estatais em políticas educacionais e de saúde.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) constitui marco relevante ao reconhecer a necessidade de cuidado contínuo ao longo do ciclo de vida feminino. Entretanto, estudos apontam falhas na implementação local dessas políticas, sobretudo no tocante ao acesso ao planejamento familiar e ao acompanhamento pré-natal adequado.

Para fins de aprofundamento empírico e de ilustração das categorias analíticas desenvolvidas ao longo da pesquisa, adota-se como estudo de caso a trajetória de uma mulher que vivenciou a maternidade em três momentos distintos do ciclo de vida — aos 15 (1996), 18 (1999) e 34 (2014) anos de idade — com genitores diferentes. Tal recorte metodológico possibilita uma análise longitudinal dos efeitos das condições sociais, econômicas, familiares e institucionais sobre o exercício da maternidade, permitindo observar como diferentes fases da vida interagem com o grau de proteção estatal, a disponibilidade de políticas públicas e a existência — ou ausência — de redes de apoio. Assim como essa mulher, inúmeras outras adolescentes enfrentam a gravidez na adolescência, o que torna um problema de saúde pública ainda mais latente.

A participante do estudo é filha única de pais separados, circunstância relevante para a compreensão de sua estrutura familiar de origem e da limitada presença de redes ampliadas de suporte. A experiência de crescimento em núcleo familiar monoparental, associada à inexistência de corresponsabilização parental efetiva, constitui elemento central para a análise das vulnerabilidades enfrentadas, especialmente nas maternidades precoces, nas quais a dependência de políticas públicas de saúde, assistência social, educação e proteção ao trabalho se mostrou mais acentuada.

Do ponto de vista ético, a pesquisa observa rigorosamente os princípios da dignidade da pessoa humana, da não estigmatização, da autonomia e da proteção integral da mulher e de seus filhos. A identidade da participante é integralmente preservada por meio de anonimização absoluta, com supressão de quaisquer dados pessoais, familiares, geográficos ou contextuais que possam permitir sua identificação direta ou indireta, em conformidade com as diretrizes éticas aplicáveis às pesquisas em ciências sociais e jurídicas, bem como com a legislação de proteção de dados pessoais. Ressalta-se que a utilização do estudo de caso não se orienta por juízos morais, individualizantes ou culpabilizadores, mas pela análise crítica das estruturas sociais e institucionais que condicionam o exercício da maternidade em contextos de desigualdade estrutural.

O estudo de caso é empregado como estratégia qualitativa de investigação, com finalidade analítica e ilustrativa, não possuindo pretensão de generalização estatística. Sua relevância reside na capacidade de evidenciar, em escala micro, dinâmicas estruturais recorrentes no contexto social brasileiro, permitindo o diálogo entre experiência concreta e categorias normativas, constitucionais e de políticas públicas examinadas ao longo da pesquisa.

A trajetória analisada dialoga diretamente com indicadores socioeconômicos oficiais, especialmente aqueles produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela PNAD Contínua, que apontam correlação significativa entre maternidade na adolescência, evasão escolar, inserção precoce e precarizada no mercado de trabalho e maior exposição à pobreza e à dependência de políticas de assistência social. Estudos nacionais também demonstram que a sobrecarga feminina no trabalho de cuidado, aliada à ausência de redes familiares e institucionais de apoio, impacta de forma negativa a autonomia econômica das mulheres e aprofunda desigualdades de gênero ao longo do ciclo de vida.

Nesse contexto, o estudo de caso articula-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, em especial ao **ODS 5 (Igualdade de Gênero)**, ao evidenciar a persistência de desigualdades estruturais que recaem de forma desproporcional sobre mulheres-mães, e ao **ODS 10 (Redução das Desigualdades)**, ao demonstrar como a insuficiência de políticas públicas eficazes contribui para a reprodução de vulnerabilidades sociais. A análise reforça, ainda, a centralidade da adoção de **orçamento público sensível a gênero** como instrumento indispensável para a efetivação desses compromissos internacionais, permitindo que a alocação de recursos públicos considere os impactos diferenciados das políticas sobre mulheres em distintas fases da maternidade.

Assim, ao articular a experiência individual com indicadores socioeconômicos reais, parâmetros internacionais de direitos humanos e diretrizes constitucionais, a pesquisa reafirma a maternidade como fenômeno social, jurídico e político atravessado por marcadores de gênero, idade e estrutura familiar, reforçando a necessidade de políticas

públicas intersetoriais, estruturantes e contínuas como condição para a promoção da dignidade da mulher e para o fortalecimento da função social da família no Estado Democrático de Direito.

Período	Tipo de Parto	Rede de Atendimento
1996 / 15 anos	Normal	Privada
18 anos	Normal	Pública
34 anos	Cesárea	Privada

Quadro 1 – Caracterização dos partos analisados.

Fonte: Elaboração da autora.

À luz do ordenamento jurídico brasileiro, observa-se que a proteção conferida à maternidade apresenta lacunas significativas na prática. Embora a Constituição Federal assegure direitos fundamentais à saúde, à família e à dignidade da pessoa humana, a efetividade desses direitos depende da implementação concreta de políticas públicas.

O estudo de caso evidencia que a distinção entre rede pública e privada de atendimento à saúde reflete desigualdades estruturais, especialmente no que se refere ao tipo de parto e à autonomia da mulher nas decisões reprodutivas.

Dimensão analisada	Impactos observados	Base normativa
Maternidade precoce	Desestruturação familiar e evasão escolar	CF/88; ECA; Lei 9.263/96

Quadro 2 – Relação entre maternidade e impactos sociojurídicos.

Fonte: Elaboração da autora.

O presente estudo contribui de modo significativo para o campo jurídico ao evidenciar que a proteção à maternidade deve ser compreendida como política pública estruturante da família, em consonância com a interpretação constitucional conferida pelo Supremo Tribunal Federal. A Corte tem afirmado reiteradamente que a maternidade se insere no núcleo essencial dos direitos fundamentais sociais, não podendo ser tratada como ônus individual da mulher, mas como responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado, nos termos dos arts. 6º, 7º, XVIII, 196 e 226 da Constituição Federal. Nesse sentido, destaca-se o julgamento da **ADI 1.946/DF**, no qual o STF reconheceu a centralidade da licença-maternidade como instrumento de

proteção simultânea à mulher trabalhadora, à criança e à própria estrutura familiar.

A análise desenvolvida demonstra, ainda, que a omissão estatal na implementação de políticas eficazes de proteção à maternidade não se limita à violação de direitos individuais, mas compromete a função social da família, entendimento que encontra respaldo na jurisprudência constitucional. No julgamento da **ADI 5.938/DF**, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da reforma trabalhista que autorizavam o trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres, assentando que a proteção à maternidade e à infância possui natureza prioritária e não pode ser relativizada por critérios meramente econômicos ou negociais. Tal decisão reforça a compreensão de que a atuação estatal insuficiente ou permissiva em matéria de proteção materno-infantil representa afronta direta ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao melhor interesse da criança.

Sob a perspectiva da igualdade material, a jurisprudência do STF igualmente reconhece que políticas públicas voltadas à maternidade são instrumentos de correção de desigualdades estruturais de gênero. No **RE 778.889/PE (Tema 782 da Repercussão Geral)**, a Corte estendeu a licença-maternidade à mãe não gestante em união homoafetiva, assentando que a proteção constitucional à maternidade e à família deve ser interpretada de forma ampla, inclusiva e orientada pela realidade social, sob pena de perpetuar discriminações incompatíveis com a ordem constitucional. Ademais, no **RE 576.967/PR (Tema 72)**, ao afastar a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade, o STF reconheceu que a tributação desse benefício reforçava a discriminação estrutural contra a mulher no mercado de trabalho, contrariando os objetivos constitucionais de promoção da igualdade.

Desse modo, à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais, integradas e permanentes, capazes de romper ciclos de vulnerabilidade social e redistribuir de forma mais equitativa os encargos sociais do cuidado. A proteção à maternidade, nesse contexto, revela-se instrumento essencial para a efetivação da igualdade material

entre homens e mulheres e para a preservação da família como instituição dotada de função social constitucionalmente protegida.

REVISÃO DE LITERATURA

O princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) e a proteção à família (art. 226, CF/88) constituem fundamentos essenciais para a formulação de políticas públicas voltadas à maternidade. O direito à saúde (art. 196, CF/88) e ao planejamento familiar (§7º do art. 226) impõem ao Estado o dever de garantir condições materiais para o exercício da maternidade de forma digna e responsável.

No Brasil, hoje, uma adolescente de 14 anos que procura o SUS para prevenir gravidez tem direito a atendimento em saúde sexual e reprodutiva, mesmo desacompanhada dos responsáveis, com fundamento nos arts. 196 e 227 da Constituição Federal, que asseguram o direito universal à saúde e a proteção integral da criança e do adolescente, bem como nos arts. 7º, 11 e 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que garantem o acesso integral ao SUS, a dignidade, o respeito e a preservação da intimidade, observando-se ainda o princípio da autonomia progressiva (art. 100, parágrafo único, II, do ECA).

A Portaria nº 1.820/2009 do Ministério da Saúde (Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde) reforça o direito ao atendimento sem discriminação, com informação clara e preservação do sigilo, enquanto os Cadernos de Atenção Básica nº 26 – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva – e de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens orientam que adolescentes podem receber aconselhamento e métodos contraceptivos no SUS independentemente de autorização dos responsáveis, preservada a confidencialidade. O sigilo profissional constitui regra, sendo sua relativização admitida apenas diante de situações de violência, abuso, coação ou risco à integridade, inclusive à luz do art. 217-A do Código Penal, que impõe atenção especial a possíveis situações de vulnerabilidade envolvendo menores de 14 anos.

A Lei nº 9.263/1996 assegura o direito ao planejamento familiar como livre decisão do casal ou do indivíduo, devendo o Estado oferecer recursos educacionais e científicos para seu exercício. O Estatuto da Criança e do Adolescente reforça que a proteção integral da criança depende, necessariamente, do fortalecimento de sua família de origem.

No campo das políticas públicas, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) reconhece a necessidade de atenção contínua ao longo do ciclo de vida feminino. Todavia, a literatura aponta que a fragmentação dessas políticas compromete a estrutura familiar e aprofunda desigualdades sociais.

A violência estrutural contra a mulher manifesta-se de forma sistêmica, reproduzindo desigualdades históricas de gênero por meio de instituições sociais, econômicas e jurídicas. Segundo Biroli (2018), tais desigualdades não decorrem apenas de ações individuais, mas de estruturas que limitam a autonomia feminina e restringem o acesso a direitos fundamentais.

Carneiro (2019) destaca que mulheres em contextos de vulnerabilidade social enfrentam múltiplas formas de opressão, sendo a maternidade um dos eixos centrais dessa experiência. A sobrecarga do trabalho reprodutivo, aliada à ausência de políticas públicas eficazes, reforça a feminização da pobreza e compromete a organização da estrutura familiar.

No campo jurídico, Sarlet (2019) enfatiza a dignidade da pessoa humana como princípio estruturante do Estado Democrático de Direito, impondo deveres positivos ao Estado na garantia de condições materiais mínimas para uma vida digna. A proteção à maternidade, nesse sentido, não pode ser compreendida como favor estatal, mas como obrigação constitucional.

Embora a literatura trate amplamente da violência de gênero e das políticas públicas de saúde da mulher, são escassos estudos que analisem a maternidade sob uma perspectiva jurídico-estrutural longitudinal, considerando diferentes ciclos reprodutivos e a distinção entre redes pública e privada de atendimento. Essa lacuna justifica a realização do presente estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui natureza qualitativa e abordagem jurídico-descritiva, adotando o método do estudo de caso. O caso analisado refere-se a uma mulher residente no Estado de Goiás, que vivenciou a maternidade aos 15 e 18 anos por meio de parto normal, e aos 34 anos por meio de parto cesariano realizado na rede privada.

A coleta de dados baseou-se em revisão bibliográfica e documental, com análise da Constituição Federal de 1988, da legislação infraconstitucional e das principais políticas públicas voltadas à saúde da mulher e à proteção da família. Foram observados os princípios éticos da pesquisa, com preservação do anonimato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a maternidade precoce ocorreu em um contexto de fragilidade das políticas públicas de educação sexual e planejamento familiar, repercutindo diretamente na organização da estrutura familiar e na trajetória social da mulher.

A ausência de apoio estatal adequado exigiu a assunção isolada de responsabilidades parentais, comprometendo o acesso à educação, ao trabalho e à renda. Esse achado confirma Biroli (2018), ao demonstrar que a omissão estatal reforça desigualdades de gênero e sobrecarrega as mulheres.

A distinção entre as redes pública e privada de atendimento à saúde evidencia desigualdades estruturais no acesso à autonomia reprodutiva, especialmente no que se refere ao tipo de parto. Esses resultados dialogam com Carneiro (2019), ao evidenciar que a experiência materna é atravessada por marcadores sociais que perpetuam a exclusão.

Observou-se, ainda, que a ausência de acompanhamento psicossocial contínuo à mulher-mãe, especialmente nos períodos pré e pós-parto, intensifica processos de adoecimento emocional, como

ansiedade, depressão e sobrecarga mental. Esses fatores repercutem diretamente na dinâmica familiar, afetando a qualidade do vínculo materno-infantil e a capacidade de exercício pleno da parentalidade, o que reforça a compreensão da maternidade como fenômeno que transcende a esfera individual e alcança a coletividade.

A análise comparativa entre atendimentos realizados na rede pública e na rede privada de saúde evidencia desigualdades estruturais no acesso à informação, à autonomia decisória e às condições de cuidado. Tais disparidades confirmam que a experiência da maternidade é atravessada por marcadores sociais como classe, renda e acesso a serviços, o que reforça a necessidade de políticas públicas universais, equitativas e juridicamente comprometidas com a redução das desigualdades. Esses achados dialogam com a literatura crítica sobre gênero e políticas públicas, ao demonstrar que a omissão estatal contribui para a reprodução de ciclos intergeracionais de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a maternidade, quando desprovida de amparo por políticas públicas eficazes, universais e contínuas, configura expressão paradigmática de violência estrutural de gênero, cujos efeitos extrapolam a dimensão individual da mulher e repercutem diretamente sobre a estabilidade, a autonomia e a função social da família.

A naturalização da sobrecarga materna, associada à insuficiência da atuação estatal, contribui para a reprodução de desigualdades históricas e para a perpetuação de ciclos intergeracionais de vulnerabilidade social, em manifesta afronta aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da proteção integral à criança.

Sob a perspectiva das políticas públicas, impõe-se o fortalecimento de estratégias intersetoriais e integradas que articulem, de forma sistêmica, os campos da saúde, da assistência social, da educação, do trabalho e da previdência, em consonância com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das**

Nações Unidas, especialmente o **ODS 5 (Igualdade de Gênero)** e o **ODS 10 (Redução das Desigualdades)**.

Tais parâmetros internacionais reforçam a necessidade de políticas voltadas à eliminação das desigualdades estruturais que impactam desproporcionalmente as mulheres, em especial no exercício da maternidade. Nesse sentido, a pesquisa aponta como medidas indispensáveis a ampliação e qualificação da rede pública de atenção materno-infantil, a universalização do acesso à educação infantil em tempo integral, o fortalecimento de políticas de proteção ao trabalho da mulher e de garantia de renda no período gestacional e pós-parto, bem como a institucionalização de programas de corresponsabilização parental, capazes de redistribuir socialmente os encargos do cuidado.

No plano jurídico-constitucional, reafirma-se o dever inafastável do Estado de assegurar a efetividade dos direitos fundamentais da mulher e da família, não apenas por meio da produção normativa, mas sobretudo mediante a formulação e execução de políticas públicas dotadas de planejamento estratégico, financiamento adequado e mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação de resultados.

Nesse contexto, destaca-se a **necessidade de adoção de um orçamento público sensível a gênero**, entendido como instrumento essencial para a concretização da igualdade material, na medida em que permite identificar, priorizar e corrigir assimetrias na alocação de recursos públicos que impactam de forma diferenciada homens e mulheres.

A omissão estatal, portanto, não se restringe à ineficiência administrativa, mas configura violação estrutural de direitos fundamentais, comprometendo os objetivos constitucionais de erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais e promoção do bem de todos.

Por fim, ressalta-se que a efetivação dos direitos relacionados à maternidade exige compromisso político e institucional contínuo, capaz de superar abordagens fragmentadas, episódicas ou meramente assistencialistas. A consolidação de políticas públicas estruturantes, orientadas pela transversalidade de gênero, pela centralidade do cuidado como valor social e pela observância dos compromissos internacionais

assumidos pelo Estado brasileiro, revela-se condição indispensável para a promoção da dignidade da mulher e para o fortalecimento da função social da família no Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Polén, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: MS, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Polén, 2019.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra, 1996.

CAPÍTULO 42

VOZES (IN)VISÍVEIS: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA COMISSÃO DE AGRICULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

*(IN)VISIBLE VOICES: FEMALE REPRESENTATION IN THE AGRICULTURE
COMMITTEE OF THE BRAZILIAN CHAMBER OF DEPUTIES*

Priscila Bühler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Porto Alegre, RS

<https://orcid.org/0000-0003-1548-0548>

E-mail priscila.buhler@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mapear a presença de mulheres na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, com identificação do estado e da região das parlamentares, discutindo as implicações da representatividade (ou da sua ausência) para a agenda política do setor. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, descritiva e analítica, baseada em dados secundários institucionais da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), considerando os cargos de titularidade, suplência e vacância da Comissão em 17 de janeiro de 2026, segundo gênero e raça/cor autodeclarados, unidade federativa e região. Os resultados evidenciam sub-representação feminina na CAPADR, com 18,18% de mulheres entre os titulares e apenas 2,04% na suplência, além de concentração regional restrita e predomínio de mulheres brancas, com baixa presença de mulheres pretas e pardas. Embora a Comissão apresente elevada produtividade legislativa, sua estrutura decisória permanece masculinizada. Conclui-se que a CAPADR reproduz padrões estruturais de desigualdade de gênero e raça do Legislativo brasileiro, limitando a pluralidade de perspectivas na formulação das políticas agrícolas e indicando que a democratização das políticas do agronegócio

exige tanto maior acesso eleitoral feminino como ainda mudanças nos mecanismos institucionais de distribuição interna de poder.

Palavras-chave: Democracia representativa; poder legislativo federal; igualdade de gênero; mulheres.

ABSTRACT

This article aims to map the presence of women in the Agriculture, Livestock, Supply and Rural Development Committee of the Brazilian Federal Chamber of Deputies, identifying the state and region of origin of female parliamentarians and discussing the implications of representativeness (or its absence) for the political agenda of the sector. The research adopts a quantitative, descriptive and analytical approach, based on institutional secondary data from the Chamber of Deputies and the Superior Electoral Court (TSE), considering the positions of full members, substitute members and vacancies of the Committee as of January 17, 2026, according to self-declared gender and race/color, federal unit and region. The results reveal female underrepresentation in the CAPADR, with women accounting for 18.18% of full members and only 2.04% of substitute members, as well as restricted regional concentration and the predominance of white women, with low presence of Black and Brown women. Although the Committee presents high legislative productivity, its decision-making structure remains masculinized. It is concluded that the CAPADR reproduces structural patterns of gender and racial inequality within the Brazilian Legislative Branch, limiting the plurality of perspectives in the formulation of agricultural policies and indicating that the democratization of agribusiness policies requires not only greater female electoral access, but also changes in the institutional mechanisms of internal power distribution.

Keywords: Representative democracy; federal legislature; gender equality; women.

1. Introdução

A representação política das mulheres permanece como um dos principais desafios das democracias contemporâneas. No Brasil, apesar dos avanços normativos em torno da igualdade de gênero, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e do aumento gradual da participação feminina na política, as mulheres continuam sub-representadas em cargos de decisão, especialmente naqueles vinculados a áreas historicamente marcadas pela hegemonia masculina, como é o caso do agronegócio.

Até hoje nenhuma mulher presidiu a Câmara dos Deputados (Câmara, 2026a). E a atual mesa diretora da Casa, consta apenas com uma única mulher como 3ª Secretária (Câmara, 2026b). Esse cenário revela a persistência de barreiras institucionais, simbólicas, culturais e estruturais que limitam o acesso das mulheres aos centros de formulação de políticas públicas.

Ainda que se observe um crescimento gradual da presença feminina no Parlamento ao longo das últimas décadas, esse avanço permanece insuficiente para alterar de forma substantiva a configuração de gênero da Câmara dos Deputados. De acordo com dados da União Interparlamentar (UIP) e da ONU Mulheres (2025), apenas 18,1% das cadeiras da Câmara dos Deputados são atualmente ocupadas por mulheres, percentual que, embora represente o maior nível de representatividade feminina já registrado, revela a permanência de uma desigualdade estrutural. Esse dado indica que, mesmo em seu patamar histórico mais elevado, a participação das mulheres no Legislativo brasileiro segue marcada por assimetrias de gênero, as quais tendem a se intensificar em espaços setoriais estratégicos e altamente masculinizado.

O setor agropecuário ocupa posição central na economia brasileira, exercendo influência significativa sobre o desenvolvimento econômico, tendo em vista que o papel da agropecuária para o PIB Nacional é notório (CNA, 2025). Embora as mulheres desempenhem um papel fundamental na produção agropecuária e na gestão das propriedades (Joia; Orfão, 2023), sua presença nos espaços legislativos

responsáveis por deliberar e legislar sobre as políticas do setor permanece marginal. Essa dissociação entre participação social e representação política evidencia uma assimetria de poder que impacta diretamente a agenda pública e a orientação das decisões políticas. É nesse contexto que se insere a análise da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR da Câmara dos Deputados, instância central da formulação legislativa do setor agropecuário.

A CAPADR tem caráter permanente na Câmara dos Deputados e vota os seguintes temas: política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pesca profissional; política e questões fundiárias, reforma agrária, justiça agrária e direito agrário. No ano de 2025 tiveram 79 reuniões com 451 propostas aprovadas e 41 propostas rejeitadas. Este estudo tem um olhar para essa comissão legislativa, associada à especialização e ao desenvolvimento do setor.

Este artigo tem como objetivo mapear a presença de mulheres na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, com identificação do estado e da região das parlamentares, discutindo as implicações da representatividade (ou da sua ausência) para a agenda política do setor. A pergunta que orienta a pesquisa é como se configura a presença feminina na CAPADR, considerando o estado e a região de origem das parlamentares?

O estudo busca contribuir para o debate sobre gênero e poder no Legislativo, ao evidenciar como a distribuição desigual das mulheres em espaços importantes compromete a democratização das políticas públicas do agronegócio. O artigo também dialoga com a agenda internacional de promoção da igualdade de gênero, em especial com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 5.5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU (2025), ao revelar o distanciamento entre os compromissos legais assumidos pelo Brasil e a realidade institucional observada nos espaços decisórios do setor. Apesar da vasta literatura sobre representação política feminina, ainda são escassos os estudos que examinam a presença de mulheres em comissões legislativas setoriais, especialmente àquelas vinculadas ao agronegócio.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada na coleta e sistematização de dados secundários referente à composição da referida comissão legislativa. As informações foram obtidas a partir de fontes institucionais oficiais da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A análise comparativa permite evidenciar padrões de concentração, exclusão e segmentação de gênero e raça, oferecendo um retrato consistente da desigualdade de representação feminina em um dos principais espaços decisórios do agronegócio brasileiro.

2. Revisão de Literatura

As comissões parlamentares, dentre outras funções, examinam os projetos de lei que tramitam pelo Legislativo e ocupam posição central ao funcionarem como arenas decisórias de menor escala em relação ao plenário, com impactos diretos sobre a dinâmica de formulação e aprovação das políticas públicas. Sua relevância institucional decorre, em grande medida, da capacidade de racionalizar o processo legislativo, ao favorecer a atuação de grupos organizados e especializados e ao permitir maior circulação qualificada de informações. Segundo Pereira e Mueller (2001, p. 61) as comissões permanentes “desempenhariam, alternativamente, o papel de gerar informação e reduzir incertezas”. A configuração reduzida contribui para a sistematização e a distribuição mais eficiente do conhecimento técnico, possibilitando análises mais aprofundadas das proposições e uma interlocução mais fluida entre atores. Por serem mais restritas, as comissões contribuem para a diminuição dos custos de decisão, tanto em tempo quanto em coordenação política, tornando o processo mais eficiente e previsível (Ricci; Lemos, 2004).

Santos *et al.* estabelecem uma conexão direta entre a atuação parlamentar na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e o financiamento empresarial de campanhas, ao demonstrar que essa comissão apresentou um perfil de

financiamento sistematicamente enviesado em favor de parlamentares financiados por empresas do setor, quando comparado ao plenário da Câmara dos Deputados.

Essa dimensão institucional adquire contornos específicos quando observada sob a perspectiva de gênero, especialmente em comissões temáticas centrais para o desenho das políticas públicas, como é o caso da Comissão de Agricultura. Scott (1995, p. 16) argumenta que o gênero constitui “um primeiro modo de dar significado às relações de poder”, o que implica reconhecê-lo como elemento estruturante das hierarquias políticas e institucionais, e não apenas como atributo individual dos atores. No contexto da democracia representativa brasileira, essa chave analítica revela-se particularmente pertinente, uma vez que o sistema político exige uma correspondência minimamente legítima entre representantes e representados (Young, 2006). Nessa linha, diversos autores sustentam que a democracia pressupõe a presença efetiva de grupos historicamente sub-representados, como as mulheres, nos espaços formais de decisão (Lavalle; Araújo, 2006; Urbinati; Warren, 2008). Ainda assim, parte da literatura aponta que a atuação feminina tende a concentrar-se em instâncias políticas informais, como associações e organizações, o que contribui para invisibilizar os obstáculos estruturais enfrentados na ocupação dos espaços institucionais centrais, como as comissões legislativas (De Barbieri, 2003).

A discussão torna-se ainda mais relevante quando se considera que a ampliação do número de mulheres eleitas não se traduz automaticamente em acesso equitativo aos núcleos decisórios do Legislativo. Dahlerup e Moreno (1993) afirmam que não basta eleger mais mulheres: é necessário assegurar condições efetivas de trabalho e influência política. Nesse sentido, as comissões legislativas assumem papel importante, dado seu critério de composição proporcional aos partidos e a importância política associada às suas presidências (Montero; López, 2002). A inserção nesses colegiados pode ampliar a capacidade de intervenção parlamentar em temas específicos e estratégicos (Rezende, 2015), o que torna sua análise indispensável para compreender como se distribuem, na prática, as oportunidades de poder no interior do Legislativo.

A literatura evidencia que a alocação de parlamentares às comissões não ocorre de forma neutra em termos de gênero. Heath, Schwindt-Bayer e Taylor-Robinson (2005) demonstram que, nos parlamentos latino-americanos, as comissões responsáveis por agendas centrais da política nacional e dotadas de maior poder institucional tendem a ser predominantemente masculinas, enquanto aquelas associadas a temas de cuidado e reprodução social concentram maior presença feminina, padrão também identificado por Miguel (2001). Essa segmentação tem implicações diretas para a Comissão de Agricultura, uma vez que, embora se trate de um espaço decisório estratégico em países com forte peso do agronegócio, ela historicamente reproduz padrões de sub-representação feminina, restringindo o acesso das mulheres a uma arena central da formulação de políticas públicas.

No caso específico da Comissão de Agricultura, Ricci e Lemos (2004) argumentam que sua composição obedece simultaneamente a critérios distributivos e informacionais, o que confere a esse colegiado um caráter funcional híbrido. Tal configuração indica que a comissão opera tanto como espaço de mediação de interesses setoriais quanto como instância de produção de expertise técnica, o que reforça sua centralidade política e torna ainda mais relevante investigar como se distribuem, em seu interior, as posições de poder e os padrões de participação segundo o gênero.

Os critérios de recrutamento para as comissões também contribuem para compreender os mecanismos que regulam o seu acesso. Santos (2002) demonstra que a especialização prévia dos deputados figura entre os elementos considerados pelas lideranças partidárias na definição dos membros, sobretudo nas comissões de controle, achado corroborado por Müller e Meireles (2014). A tese de Rezende (2015) avança ao indicar que, embora a formação acadêmica e a experiência profissional sejam relevantes, tais critérios não operam de forma neutra: comissões associadas ao cuidado apresentam maior probabilidade de representatividade feminina, o que reforça a segmentação de gênero no interior do Legislativo. Esse conjunto de evidências sugere que, mesmo em comissões centrais como a de Agricultura, os padrões de recrutamento e alocação institucional contribuem para reproduzir

desigualdades de gênero, configurando um problema estrutural de acesso ao poder político.

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

A presente pesquisa adota um desenho metodológico quantitativo, descritivo e analítico, com base em dados secundários de natureza institucional. O estudo tem caráter transversal, uma vez que analisa a composição da CAPADR da Câmara dos Deputados em um recorte temporal específico, correspondente à composição vigente em 17 de janeiro de 2026.

A opção por um estudo descritivo justifica-se pela necessidade de mapear padrões de representação de gênero e raça nesse espaço institucional do legislativo. Trata-se de uma análise voltada à identificação de padrões recorrentes de distribuição institucional, permitindo compreender como se estrutura a presença (ou ausência) feminina nesse colegiado legislativo.

3.1 População e unidade de análise

A população do estudo é composta pela totalidade dos parlamentares vinculados à CAPADR da Câmara dos Deputados. As unidades de análise são as(os) deputadas(os) federais identificados segundo as variáveis: (i) gênero autodeclarado ao TSE; (ii) raça/cor autodeclarada ao TSE; (iii) tipo de cargo (titular ou suplente); (iv) unidade federativa de origem e (v) região geográfica.

Neste estudo, a dimensão de gênero será operacionalizada a partir da autodeclaração prestada ao TSE pela(o) parlamentar, constituindo-se como uma variável dicotômica que indica a identificação como sexo masculino ou feminino. Embora esse procedimento pareça simples e mesmo intuitivo, a tradução empírica do gênero como sexo remete a uma discussão densa no campo dos estudos feministas e de gênero, sobretudo no que se refere às tensões entre categorias binárias de classificação e a compreensão do gênero como construção

histórico-social. Como não é objetivo do trabalho reconstruir tal debate, assinala-se, para fins de contextualização e aprofundamento conceitual, a relevância das contribuições de Scott (1995), Nicholson (2000) e Butler (1999).

3.2 Coleta, sistematização, técnicas de análise dos dados e normas éticas

Os dados utilizados na pesquisa foram obtidos exclusivamente a partir de fontes institucionais oficiais, garantindo confiabilidade e transparência metodológica. Posteriormente, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas no *Microsoft Excel*, permitindo a padronização das variáveis e a verificação de consistência das informações.

A análise dos dados foi conduzida por meio de técnicas de estatísticas descritivas, como a contagem absoluta de parlamentares por gênero, raça/cor, cargo e região; cálculo de percentuais de representação feminina e masculina; comparação entre cargos titulares e suplência; análise da distribuição territorial.

3.3 Resultados

A produção decisória da Comissão de Agricultura apresenta crescimento expressivo ao longo do período analisado. Em 2025, foram aprovadas 451 proposições e rejeitadas 41 em 79 reuniões; em 2024, 263 aprovadas e 15 rejeitadas em 99 reuniões; em 2023, 176 aprovadas e 10 rejeitadas dentro de 80 reuniões; em 2022, 90 aprovadas e 7 rejeitadas em 37 reuniões da comissão; e, em 2021, 146 aprovadas e 8 rejeitadas nas 83 reuniões do grupo. O conjunto dos dados revela uma expansão consistente da atividade legislativa e a manutenção de taxas elevadas de aprovação em todos os anos. Esse padrão indica capacidade de processamento institucional e sugere uma comissão com estabilidade decisória em torno de sua agenda temática.

A análise da composição da CAPADR da Câmara dos Deputados revela um quadro estrutural de sub-representação feminina, tanto nos cargos titulares quanto nos de suplência. No que se refere aos

cargos de titularidade, a Comissão possuía, em 17 de janeiro de 2026, sete cargos vagos e 44 cargos efetivamente ocupados. Desses, apenas oito eram ocupados por mulheres, enquanto 36 permaneciam sob ocupação masculina, o que corresponde a uma participação feminina de 18,18% entre os titulares. Nos cargos de suplência, a desigualdade se mostra ainda mais acentuada: entre os 39 ocupados apenas um era exercido por mulher, resultando em uma representatividade de 2,04%.

Os dados demonstram que a exclusão das mulheres não se restringe aos cargos de maior centralidade decisória. Ao contrário, a quase inexistência de mulheres na suplência revela que os espaços de menor visibilidade institucional também reproduzem e até mesmo aprofundam as desigualdades de gênero. Esse padrão sugere que a CAPADR opera com um espaço masculinizado, no qual o acesso feminino é residual e seletivo, reforçando a reprodução de políticas com visão predominantemente masculinas no setor agropecuário.

A distribuição territorial das mulheres titulares demonstra uma concentração em poucos estados. O estado de Goiás se destaca por reunir três deputadas titulares, seguido por presenças pontuais em Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Bahia. No caso da suplência, registra-se apenas uma mulher, oriunda do estado de Santa Catarina.

Sob a perspectiva regional, observa-se que o Centro-Oeste concentra o maior número absoluto de mulheres titulares. Ainda assim, mesmo nessa região, a presença masculina permanece amplamente majoritária. As regiões Sul, Norte, Nordeste e Sudeste apresentam padrões semelhantes de baixa participação feminina, evidenciando a generalização do fenômeno em nível nacional.

A análise da variável raça/cor evidencia que, entre as oito mulheres titulares, a maioria se autodeclara branca, havendo apenas uma mulher preta e uma mulher parda. Não há registro de mulheres indígenas ou amarelas na composição da Comissão. Entre os homens, observa-se maior diversidade racial relativa, embora também predomine a autodeclaração como branca.

Quando comparados aos dados do TSE referentes às eleições de 2022, constata-se que 78,20% das candidaturas a deputado federal

foram masculinas, enquanto apenas 20,92% foram femininas, indicando que a desigualdade de gênero já se manifesta na etapa de recrutamento eleitoral.

3.4 Discussão

Os resultados evidenciam que a baixa representatividade das mulheres da CAPADR não se restringe aos postos de maior centralidade decisória, mas se reproduz de forma ainda mais intensa na suplência, mesmo sendo de menor visibilidade institucional. Esse padrão sugere que a desigualdade de gênero opera de maneira transversal, estruturando tanto os espaços de poder formal quanto aqueles tradicionalmente percebidos como secundários.

A concentração regional das mulheres titulares, especialmente no Centro-Oeste, poderia, à primeira vista, indicar maior abertura institucional em regiões fortemente vinculadas ao agronegócio. No entanto, a persistente hegemonia masculina mesmo nessas localidades demonstra que a centralidade econômica do setor não se converte em maior diversidade de gênero nos espaços legislativos responsáveis pela formulação de políticas públicas agrícolas.

O recorte racial aprofunda a compreensão das desigualdades vistas. A predominância de mulheres brancas entre as poucas parlamentares titulares revela que a sub-representação feminina é atravessada por desigualdades raciais, resultando na baixa representatividade de mulheres pretas e pardas nos espaços de poder vinculados ao setor agropecuário. Esse achado sugere que o acesso à Comissão é condicionado à acumulação de múltiplos capitais, políticos, sociais e raciais, reforçando o caráter seletivo desses espaços institucionais.

A comparação com os dados eleitorais de 2022 indica que, embora a participação feminina já seja limitada no conjunto da Câmara dos Deputados, sua presença na CAPADR é proporcionalmente ainda menor. Isso aponta para a existência de comissões que funcionam como núcleos mais rígidos de reprodução das desigualdades de gênero e raça.

Nesse sentido, a configuração observada na CAPADR revela limites significativos da democracia representativa brasileira no que se refere à representação substantiva das mulheres. A baixa presença feminina em um colegiado responsável por deliberar sobre políticas que impactam diretamente a vida de mulheres rurais, agricultoras familiares e trabalhadoras do campo compromete a pluralidade do debate legislativo e restringe a incorporação de perspectivas de gênero na formulação das políticas públicas agrícolas.

Assim, os resultados reforçam que a Comissão de Agricultura se mantém como um espaço masculinizado, no qual barreiras institucionais, simbólicas, culturais, sociais e históricas continuam a limitar o acesso e a permanência das mulheres, especialmente das mulheres negras, em posições de influência política. Esses achados evidenciam a necessidade de aprofundar o debate sobre os mecanismos partidários, institucionais e culturais que moldam tanto o recrutamento eleitoral quanto a distribuição de poder no Legislativo federal, sobretudo em setores estratégicos como o agropecuário.

A análise da CAPADR ganha maior densidade interpretativa quando situada no conjunto das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Ainda que de forma complementar, realizou-se uma leitura comparativa da composição de gênero das 30 comissões permanentes existentes, considerando exclusivamente os cargos de titularidade. Os resultados evidenciam que a masculinização observada na Comissão de Agricultura não é uma exceção, mas integra um padrão amplo de distribuição desigual de poder no Legislativo federal.

Do total de 30 comissões permanentes, apenas seis são presididas por mulheres: Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Comissão do Esporte; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e Comissão de Cultura. Todas as demais comissões são presididas por homens, o que revela a concentração masculina nos cargos de maior centralidade decisória. No que se refere às vice-presidências, as mulheres ocupam seis cargos de 1ª Vice-Presidência, oito de 2ª Vice-

Presidência e cinco de 3ª Vice-Presidência, indicando uma presença feminina mais frequente em posições hierarquicamente secundárias.

Chama atenção que duas comissões permanentes não têm participação feminina entre seus membros titulares: a Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse dado evidencia a permanência de espaços legislativos integralmente masculinizados, inclusive em áreas centrais para a regulação econômica e para a agenda de inovação do país.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) merece destaque, por apresentar apenas 13,63% de representatividade feminina entre seus membros titulares. Trata-se justamente da comissão responsável por matérias atinentes aos direitos e garantias fundamentais, aos partidos políticos, ao mandato e à representação política, além de ser o colegiado com o maior número de membros titulares da Câmara. A baixa presença feminina nesse espaço revela uma contradição institucional significativa entre o conteúdo normativo deliberado e a composição social de seus participantes. A CCJC já foi objeto de estudo de Rezende (2014) que indica que as legisladoras estão em desvantagem quando se considera a nomeação para mesmo quando se controla os efeitos de especialização, lealdade partidária ou desempenho eleitoral. Já Chasqueti e Pérez (2012) argumentam que a CCJC acaba influenciando os resultados do processo decisório, o que demonstra a importância da representatividade feminina nestes espaços.

Observa-se que as comissões com maior presença de mulheres estão em áreas associadas ao cuidado e às políticas sociais. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher é a única em que as mulheres são maioria. A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família apresenta uma representatividade feminina de 41,17%. Esse padrão reforça uma segmentação de gênero, na qual as mulheres tendem a ser alocadas em espaços vinculados à reprodução social, enquanto áreas associadas à economia, à tecnologia e à regulação estrutural permanecem sob hegemonia masculina.

Soma-se a esse cenário o elevado número de cargos vagos em determinadas comissões, como a Comissão de Ciência, Tecnologia e

Inovação, com 28 cargos vagos; a Comissão de Finanças e Tributação, com 17; e a Comissão de Defesa do Consumidor, com 15.

Nesse sentido, a análise comparativa das comissões permanentes reforça que a CAPADR se insere em um padrão institucional mais amplo de masculinização do poder legislativo, no qual as mulheres enfrentam barreiras não apenas para ingressar na política, mas também para acessar os espaços de maior prestígio, influência e centralidade decisória.

4. Considerações Finais

Este estudo examinou a presença feminina na CAPADR articulando-a à centralidade institucional das comissões no processo decisório legislativo. Os resultados mostram que a CAPADR se mantém como um espaço masculinizado: entre os cargos de titularidade ocupados, as mulheres representam 18,18%, enquanto na suplência sua presença torna-se praticamente residual (2,04%). Trata-se de um achado relevante porque a CAPADR é um núcleo importante de formulação e filtragem de políticas públicas em um setor que, no Brasil, tem peso econômico elevado e influência histórica na definição de prioridades legislativas. A combinação entre alta capacidade de processamento decisório, evidenciada pelo volume de proposições aprovadas ao longo dos anos recentes, e baixa diversidade de gênero indica que a eficiência institucional não se traduz em pluralismo representativo.

A pesquisa também evidenciou que a desigualdade não se distribui de forma homogênea, sendo atravessada por marcadores territoriais e raciais. A concentração de deputadas titulares em poucos estados, com destaque para Goiás, e a baixa presença feminina em todas as regiões apontam para um padrão nacional de exclusão, e não para uma distorção localizada. A variável raça/cor aprofunda essa leitura ao revelar que, mesmo entre as poucas mulheres titulares, predomina a autodeclaração como branca, com presença minoritária de mulheres pretas e pardas e ausência de mulheres indígenas e amarelas. Esse retrato sugere que o ingresso e a permanência na CAPADR são mediados por barreiras que operam de modo interseccional, limitando ainda

mais o acesso de grupos destes grupos a um espaço decisório central para as políticas agrícolas.

A leitura comparativa das comissões permanentes amplia o alcance interpretativo do estudo ao mostrar que a CAPADR integra um desenho institucional mais amplo de masculinização. A presença feminina em presidências de comissão permanece restrita, e persistem comissões sem qualquer mulher entre os titulares, inclusive em áreas centrais como ciência, tecnologia e inovação e defesa do consumidor. Esse quadro reforça a ideia de que a desigualdade de gênero no Legislativo não se expressa apenas na sub-representação numérica no plenário, mas na ocupação seletiva dos espaços onde se decide e se distribuem recursos políticos.

Do ponto de vista normativo e político, a baixa presença feminina na CAPADR tem implicações para a qualidade democrática da representação e para a responsividade das políticas agrícolas, especialmente considerando o papel das mulheres no meio rural, na agricultura familiar e na sustentabilidade produtiva. A sub-representação em um colegiado que delibera sobre temas fundiários, reforma agrária, política agrícola e pesca profissional limita a incorporação de experiências e demandas socialmente relevantes e tende a estreitar o repertório de prioridades e enquadramentos presentes na arena legislativa. Assim, o estudo reforça a necessidade de enfrentar não apenas as barreiras eleitorais, mas também os mecanismos partidários e institucionais de alocação em comissões, distribuição de relatorias e acesso a posições de liderança, sob pena de a desigualdade se perpetuar mesmo em contextos de crescimento gradual da presença feminina no Parlamento.

Por fim, este trabalho possui limitações que apontam para uma agenda de pesquisa futura. A abordagem descritiva e transversal permite mapear padrões de presença e distribuição, mas não identifica causalmente os mecanismos específicos que produzem a exclusão na CAPADR. Estudos posteriores podem explorar a relação entre perfis de carreira, liderança partidária e alocação em comissões; a distribuição de relatorias e proposições relatadas por gênero e raça; a trajetória de permanência e rotatividade na comissão; e a análise qualitativa do conteúdo das proposições e dos debates em audiências e reuniões. Esses

desdobramentos podem contribuir para compreender como a desigualdade se reproduz dentro das comissões e como ela afeta a formulação das políticas públicas do setor agropecuário no Brasil.

Referências Bibliográficas

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CHASQUETTI, D., PERÉZ, V. Mujeres em los margenes? sistema de comisiones y poder de asignación en el parlamento uruguayo. **Revista de Ciencia Política**, n. 32 v. 2, p. 383-409. 2012.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuário do Brasil. **Comunicado Técnico – PIB Brasil**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/pib-da-agropecuaria-cresce-11-6-no-acumulado-do-ano>. Acesso em: 01 fev. 2026.

DAHLERUP, D; MORENO, H. DAHLERUP, Drude; MORENO, Hortensia. De una pequeña a una gran minoría: una teoría de la “masa crítica” aplicada al caso de las mujeres en la política escandinava. **Debate feminista**, v. 8, 1993.

DE BARBIERI, T. **Género en el trabajo parlamentario**: la legislatura mexicana a fines del siglo XX. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

JOIA, F. S.; ORFÃO, L. H. O papel da mulher em cargos de liderança no agronegócio. **Revista Estudo & Debate**, v. 30, n. 4, p. 103-114, 2023.

HEATH, R. M.; SCHWINDT-BAYER, L. A.; TAYLOR-ROBINSON, M. M. Women on the sidelines: Women's representation on committees in Latin American legislatures. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 2, p. 420-436, 2005.

LAVALLE, A. G.; ARAUJO, C. O futuro da representação: nota introdutória. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 9-13. 2006.

MIGUEL, L. F. Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e ‘SingULARidade Feminina’. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001.

MONTERO; M. G.; LÓPEZ, F. S. Las comisiones legislativas en América Latina: una clasificación institucional y empírica. **Institut de Ciències Polítiques i Socials**, n. 212, 2002.

MÜLLER, G; MEIRELES, F. O que importa no recrutamento para as comissões permanentes? Partidos, informação e paroquialismo na Câmara dos Deputados (1994-2010). **IX Encontro da ABCP**, Brasília, 2014.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Igualdade de gênero. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em 18 jan. 2026.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 45-67, 2000.

REZENDE, D. L. Avaliando a desigualdade de gênero em parlamentos latinoamericanos: comissões legislativas em Argentina, Brasil, Peru e Uruguai. **38º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2014.

REZENDE, D. L. **Qual o lugar reservado às mulheres?** Uma análise generificada de comissões legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai. 2015. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RICCI, P.; LEMOS, L. B. Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n. 55, pp. 107-129. 2004.

SANTOS, F. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. **Dados**, n. 45, v. 2, p. 237-264. 2002.

SANTOS, M. L.; MANCUSO, W. P.; RESENDE, C. A. S.; BARBOZA, D. P. Financiamento e *Lobbying* Empresarial na Comissão de Indústria e Comércio e de Agricultura. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 21. IPEA, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, n. 20, v. 2, p. 2-35, 1995.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Divulgação de candidaturas e contas eleitorais. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. Acesso em: 18 jan. 2026.

UIP. União Interparlamentar; ONU Mulheres. **Mulheres na Política: 2025**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2025/04/IPU_WomenInPolitics_2025_PT-1.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

URBINATI, N.; WARREN, M. E. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 387-412. 2008.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006.

CAPÍTULO 43

VOZES QUE TECEM O TEMPO: O MÉTODO AUTOBIOGRÁFICO E A MEMÓRIA DE PROFESSORAS IDOSAS

Diovane da Rosa Dill

UTFPR/ SEDUC-RS

Triunfo/RS

ORCID <https://orcid.org/0009-0001-4028-5691>

Email. diovanedill@gmail.com

Maria de Lourdes Bernartt

UTFPR

Pato Branco/PR

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8847-5443>

Email. marial@professores.utfpr.edu.br

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

UFSM/MIR

Santa Maria/RS

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7676-0976>

Email. Profleomourad@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o processo de envelhecimento docente e a reconstrução da memória de professoras idosas, analisando como o método autobiográfico atua no enfrentamento ao idadismo e à invisibilidade social. A metodologia utilizada consistiu em Pesquisa de cunho qualitativo, caracterizada como um estudo em curso. A fundamentação teórica baseia-se em pesquisa bibliográfica e no conceito de biografização. Para o tratamento dos dados, utiliza-se o método de interpretação e análise de discurso de Bardin. A coleta envolve narrativas de 13 professoras aposentadas da rede municipal de Triunfo/RS. Como resultados parciais indicamos que as narrativas sinalizam uma profunda justaposição entre gênero e classe, evidenciando

o percurso de profissionalização de professoras leigas. A escuta sensível permite identificar momentos-charneira que ressignificam a trajetória vida-formação-profissão. Como considerações parciais destacamos que a reconstrução da memória possibilita a transição do tempo de *Cronos* para *Kairós*, devolvendo às professoras o protagonismo de suas histórias e reafirmando a longevidade como território de sabedoria e resistência.

Palavras-chave: Método Autobiográfico; Memória Docente; Envelhecimento; Análise de Discurso.

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the teaching aging process and the reconstruction of the memory of elderly female teachers, analyzing how the autobiographical method acts in confronting ageism and social invisibility. The methodology consists of qualitative research, characterized as an ongoing study. The theoretical foundation is based on bibliographic research and the concept of biographization. For data treatment, Bardin's method of interpretation and discourse analysis is used. Data collection involves self-narratives of 13 retired teachers from the municipal network of Triunfo/RS. As partial results, it is indicated that the narratives signal a deep juxtaposition between gender and class, evidencing the professionalization path of lay teachers. Sensitive listening allows the identification of "turning points" that resignify the life-training-profession trajectory. As partial considerations, it is highlighted that memory reconstruction enables the transition from *Chronos* to *Kairos* time, returning to teachers the protagonism of their stories and reaffirming longevity as a territory of wisdom and resistance.

Keywords: Autobiographical Method; Teaching Memory; Aging; Discourse Analysis.

1.Introdução

O ato de narrar a própria história é, antes de tudo, um exercício de afirmação de existência. No cenário em que vivemos, dar visibilidade às trajetórias de mulheres que dedicaram décadas ao magistério não é

apenas promover uma reconstrução histórica, mas é um movimento político de enfrentamento ao idadismo e à invisibilidade que frequentemente recai sobre a mulher idosa na sociedade contemporânea. Este artigo propõe uma reflexão sobre o processo de envelhecimento docente, tomando como fio condutor o método autobiográfico e a centralidade da memória individual e coletiva.

A feminização do magistério no Brasil trouxe marcas profundas nas identidades sociais dessas mulheres. Ao longo de suas trajetórias, a vida pessoal e a profissional se entrelaçaram em um cotidiano de cuidados, lutas e resistências. No entanto, ao atingirem a maturidade, essas professoras muitas vezes são silenciadas por uma estrutura que valoriza a juventude e descarta o acúmulo de saberes. É contra esse silenciamento que buscamos o "trabalho de memória" (Bosi, 1994), compreendendo que a velhice não é um estágio de ausências, mas um "tempo vivo" de reconstrução de sentidos.

A fundamentação deste trabalho ancora-se na perspectiva da pesquisa (auto)biográfica, especificamente no conceito de processo de biografização (Delory-Momberger, 2008), que permite ao sujeito transformar suas vivências em experiências dotadas de significado. Ao narrar-se, a professora idosa não apenas recorda fatos, mas realiza uma mediação entre o seu eu e os quadros sociais (Halbwachs, 1990) nos quais sua identidade foi forjada: a escola, a família e sua trajetória formativa.

Este texto apresenta os caminhos de uma investigação em curso que se dedica a coletar e sistematizar as autonarrativas de professoras idosas. Embora a pesquisa ainda se encontre na fase de sistematização dos dados, os primeiros encontros e escutas já sinalizam a potência do método em revelar "momentos-charneira" (Josso, 2004) — pontos de inflexão onde a vida-formação-profissão (Bastos, 2021) se reorienta. Assim, o objetivo deste artigo é discutir como o método autobiográfico atua como uma ferramenta de escuta sensível, capaz de descortinar outras formas de perceber o mundo através da longevidade docente.

2. Feminização e Divisão Sexual do Trabalho Docente: Um Olhar Histórico

A compreensão das trajetórias de professoras idosas exige, necessariamente, uma incursão pelo processo histórico de feminização do magistério no Brasil. Como bem aponta Louro (1997), a docência para mulheres não se deu de forma neutra; ela foi construída a partir de representações de gênero que associavam o ensinar a uma extensão do cuidado doméstico. Sobre essa construção de identidade, Louro afirma:

As mulheres foram chamadas para o magistério no momento em que se processava a expansão da escola básica, e essa chamada foi feita apelando para qualidades que seriam intrínsecas à natureza feminina: a paciência, o carinho, a dedicação, a abnegação. O magistério era apresentado como uma missão, como um prolongamento das tarefas domésticas e maternais. [...] Dessa forma, ao mesmo tempo em que se abria para as mulheres a possibilidade de profissionalização e de saída para o espaço público, essa possibilidade se fazia dentro de limites que não rompiam com a ordem de gênero estabelecida (Louro, 1997, p. 25).

Essa configuração responde ao que Hirata e Kergoat (2007) definem como a divisão sexual do trabalho, pautada pelos princípios da separação e da hierarquização. No caso da educação básica, a naturalização da mulher como educadora "por natureza" ocultou a exploração e a sobrecarga que marcam a carreira docente. Hirata e Kergoat detalham essa dinâmica:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais ainda, é um fator prioritário de sobrevivência da relação social de sexo. Esta forma de divisão do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Ao analisarmos a feminização sob a ótica da história, percebemos que a escola se transformou em um espaço de contradições. Para as professoras que hoje envelhecem, essas marcas históricas não são

apenas registros passados, mas componentes de sua identidade atual. O "ser professora" foi forjado sob a tensão entre o prazer de ensinar e as imposições de gênero que, agora na longevidade, se manifestam em novas formas de invisibilidade.

3. As Faces do Envelhecimento e a Feminização da Velhice

O envelhecimento não é um fenômeno biológico homogêneo; ele é atravessado por marcas de gênero, classe e território. No Brasil, esse processo apresenta uma característica marcante: a feminização da velhice. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) confirmam que as mulheres não apenas vivem mais que os homens, mas compõem a esmagadora maioria da população idosa, especialmente nas idades mais avançadas. Contudo, essa longevidade é acompanhada por desafios específicos impostos por uma sociedade patriarcal.

Sobre a invisibilidade que recai sobre essas mulheres, Bastos (2021) provoca uma reflexão necessária sobre como o envelhecer feminino é percebido:

A invisibilidade da mulher idosa na sociedade contemporânea é um reflexo das estruturas patriarcais que tendem a descartar o sujeito que não mais atende aos padrões de produtividade e estética vigentes. No caso das mulheres, o idadismo se soma ao sexismo, criando uma dupla exclusão: elas são silenciadas tanto pela idade quanto pelo gênero, tendo suas trajetórias de lutas e saberes frequentemente reduzidas ao âmbito do cuidado doméstico ou do isolamento social (Bastos, 2021, p. 78).

Essa invisibilidade apontada por Bastos é combatida quando trazemos a memória como um fio que une o passado e o presente. Como discutido na tese do autor, o gênero é uma categoria central para entender a velhice, pois a forma como a mulher idosa narra sua vida é atravessada pelas experiências de subalternização e resistência que viveu.

Além disso, é preciso problematizar as nomenclaturas. Termos como "terceira idade", "velhice" ou "idoso" carregam estigmas e

eufemismos. No século XXI, o desafio é compreender as velhices como um "tempo vivo", rompendo com a visão de decadência. Sobre a perspectiva da feminização da velhice no Brasil, Bastos aponta:

o envelhecimento no brasil tem rosto de mulher. a feminização da velhice é um fenômeno que exige políticas públicas e olhares sensíveis, pois são estas mulheres que, após uma vida de triplas jornadas entre o magistério e o lar, enfrentam uma longevidade marcada pela busca por reconhecimento. envelhecer, para a professora, é também confrontar as muitas faces de uma identidade que se recusa a ser esquecida (bastos, 2021, p. 102).

A articulação entre gênero, pessoa idosa e memória revela que o envelhecimento feminino no magistério é um ato político. Ao ocuparem os municípios de Triunfo e região com suas histórias, estas mulheres enfrentam os desafios do século XXI, transformando o que a sociedade chama de "velhice" em um território de afirmação e sabedoria compartilhada.

Essa percepção da velhice como um fenômeno de exclusão já era denunciada por Simone de Beauvoir (1970), que posicionou o envelhecimento no centro do debate sociológico ao evidenciar como a sociedade trata as pessoas idosas como 'outros'. Segundo a autora:

A sociedade encara o velho apenas na medida em que ele é útil; ora, como ele já não pode ser útil, ele é um fardo. [...] A velhice é uma espécie de segredo vergonhoso do qual é proibido falar. Se se é forçado a isso, o tom que se adota é o da condescendência ou o da revolta. Nunca se reconhece no velho o homem que ele foi e o homem que ele ainda é (Beauvoir, 1970, p. 12).

Para a professora idosa, esse 'estigma' social do envelhecer é combatido pela afirmação de uma trajetória que se recusa a ser esquecida.

É imperativo observar que a trajetória dessas docentes não é atravessada apenas pelo gênero, mas por uma profunda justaposição de gênero e classe. A escolha pelo magistério, para muitas mulheres da região carbonífera e de origem rural, representou a única via de acesso à profissionalização e à mobilidade social, sua e de seus familiares, ainda que dentro de uma estrutura que mantinha a exploração de sua força de trabalho sob o manto da 'vocação'. A luta dessas professoras

para alcançar a graduação revela o esforço da classe trabalhadora feminina em qualificar-se mesmo diante de jornadas triplas e recursos escassos.

4. O Método Autobiográfico e o Processo de Biografização: Outras Formas de Perceber o Mundo

O método autobiográfico apresenta-se não apenas como um recurso de coleta de dados, mas como uma postura epistemológica que reconhece a potência do sujeito em refletir sobre a sua própria trajetória. Ao adotar esta perspectiva, afastamo-nos de uma visão puramente descritiva para alcançar o que se denomina pesquisa-formação. Sobre a especificidade deste método, destacamos no texto "O método autobiográfico: outras formas de perceber o mundo":

O método autobiográfico, como método de investigação nas Ciências Humanas e Sociais, tem como finalidade a compreensão do sujeito por meio de suas narrativas, em que o narrador, ao falar de si, reconstrói sua história, dando-lhe novos significados. Trata-se de uma ciência das mediações, pois busca traduzir comportamentos e atitudes em termos de processos individuais e microsociais (Dill *et al.*, 2024, p. 260).

Neste contexto, o conceito de *processo de biografização*, proposto por Delory-Momberger (2008), é central. Ele refere-se à operação mental pela qual o indivíduo inscreve a sua experiência no tempo e no espaço, conferindo-lhe uma forma narrativa. Para a professora idosa, biografizar-se significa realizar uma síntese entre o que foi vivido no chão da escola e quem ela é hoje, na longevidade. Delory-Momberger evidencia este processo:

A biografização não é o simples relato de fatos passados; é a construção de uma figura de si que dá unidade e sentido à existência. É por meio da narrativa que o sujeito se constitui, organizando suas experiências de modo a torná-las comunicáveis e compreensíveis para si e para os outros. Na docência, a biografização permite que a professora compreenda as marcas da sua profissão como parte integrante da sua identidade (Delory-Momberger, 2008, p. 42).

Outro pilar fundamental para entender as narrativas, são os momentos-charneira, discutidos por Marie-Christine Josso (2004). Estes momentos representam pontos de rutura ou de reorientação na vida-formação. Ao narrar a sua história, a professora identifica estas "charneiras" — como o ingresso no magistério, o acesso ao ensino superior, as crises institucionais ou a transição para a aposentadoria — que funcionam como eixos de mudança de perspectiva.

Como afirma Josso:

Os momentos-charneira são episódios ou períodos da vida que, pela sua intensidade ou pelo seu caráter de novidade, provocam uma reavaliação do percurso individual. São tempos de crise no sentido etimológico: tempos de decisão e de julgamento, nos quais o sujeito é levado a reconfigurar o seu saber-fazer e o seu saber-ser (Josso, 2004, p. 89).

Portanto, o método autobiográfico oferece às mulheres idosas professoras a oportunidade de recuperarem a sua autoridade narrativa, ocorrendo o que Delory-Momberger, denomina de inscrição, pois ao construir a narrativa elas "inscrevem" a sua experiência no tempo e no espaço, conferindo-lhe um ineditismo.

Ao transformarem vivências em experiências refletidas, elas rompem com o idadismo sociocultural e reafirmam que o conhecimento docente é um saber vivo, acumulado e digno de memória.

5. A Trama da Memória: Entre o Individual e o Coletivo

Ao escutarmos as trajetórias de mulheres idosas, entramos em contato com o que Ecléa Bosi (1994) denomina "trabalho de memória". Para a autora, lembrar não é um ato passivo de contemplação do passado, mas um esforço ativo de reconstrução no presente, que confere dignidade à longevidade. No caso das professoras, suas memórias individuais estão profundamente ancoradas em quadros sociais que ultrapassam a esfera privada.

Maurice Halbwachs (1990) é categórico ao afirmar que ninguém lembra sozinho; a memória individual necessita dos *pontos de apoio* fornecidos pelo grupo social. No magistério, esses quadros são

formados pelas instituições escolares, pelos movimentos de classe e pela própria cultura docente. Sobre a interdependência entre o eu e o coletivo, Halbwachs ensina:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de eventos em que só nós estivemos envolvidos e objetos que só nós vimos. Isso acontece porque nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós, porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 30).

Entretanto, a memória não é composta apenas de recordações fluidas; ela é atravessada por silêncios e disputas de sentido. Michael Pollak (1989) nos alerta para a existência de memórias que são "subterrâneas" ou "proibidas", especialmente quando tratamos de grupos que sofrem processos de marginalização — como é o caso da mulher idosa sob a égide do idadismo. Pollak destaca a relação entre memória e identidade:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] O trabalho de memória, a atividade de lembrar, não é um trabalho de pura e simples reprodução do passado, mas um trabalho de reconstrução desse passado em função do presente (Pollak, 1989, p. 9).

Ao cruzarmos essas perspectivas, percebemos que as autonarrativas das professoras idosas funcionam como um ato de resistência. Elas rompem com o silêncio imposto pela divisão sexual do trabalho e pelo preconceito geracional, trazendo para a superfície experiências que Pollak classificaria como fundamentais para a manutenção da coerência de suas identidades. O "tempo vivo" da memória de Bosi une-se à estrutura social de Halbwachs para validar que a história da educação brasileira está escrita na voz dessas mulheres.

6. Memória e Docência: O Caminho em Construção

A investigação que se desenha busca compreender as subjetividades de mulheres que foram protagonistas da educação na região carbonífera do Rio Grande do Sul, nos municípios de Triunfo, Montenegro e São Jerônimo. O grupo participante é composto por 13 professoras aposentadas, com idades entre 60 e 70 anos, todas com trajetória docente na rede municipal de Triunfo.

Para a realização deste estudo em curso, utilizou-se como base a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. No que diz respeito aos procedimentos éticos, todos os preceitos da pesquisa com seres humanos foram respeitados, sendo que todas as participantes manifestaram sua concordância e autorizaram a reconstrução e a publicação de suas memórias por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)."

Como aponta Bastos (2021), a aposentadoria não é um ponto final, mas um lugar de observação privilegiado sobre a carreira:

O exercício de lembrar a profissão na condição de aposentada possibilita às professoras idosas um distanciamento crítico e, ao mesmo tempo, sensível sobre as escolhas, os desafios e as conquistas que pontuaram suas trajetórias. A memória, aqui, atua como um dispositivo de formação que permite ressignificar o 'ser professora' para além do tempo institucional do trabalho (Bastos, 2021, p. 112).

Um dado marcante que emerge deste percurso é a origem rural dessas mulheres e o início de suas atividades como professoras leigas ou apenas com o curso normal. A busca pela graduação ao longo da atividade profissional, já previamente identificada nos relatos que estão sendo sistematizados, revela o que Bastos define como a indissociabilidade entre a vida e a formação:

As experiências de vida-formação-profissão constituem um amálgama em que as marcas do cotidiano familiar e social se fundem às exigências do fazer docente. No caso das professoras que iniciaram suas carreiras sem a titulação acadêmica, o percurso de profissionalização é narrado como uma conquista de si, um movimento de afirmação de competência e identidade em um campo historicamente tensionado por questões de gênero e classe (Bastos, 2021, p. 145).

A coleta das autonarrativas tem revelado a potência do encontro. Embora três das convidadas tenham declinado da participação — o que remete à complexidade de rememorar trajetórias que, por vezes, tocam em silenciamentos e cansaços — as professoras que aceitaram o desafio têm transformado a entrevista em um espaço de reconhecimento individual, familiar e social. Ao narrarem suas passagens de professoras elas identificam "momentos-charneira" (JOSSO, 2004) que marcaram suas vidas. A pesquisa caminha para evidenciar que a longevidade dessas mulheres é detentora de um saber vivo, fundamental para compreendermos a história da educação municipal e as resistências femininas no campo gaúcho, contribuindo ainda para a formação de novas gerações de docentes.

Nesta etapa do artigo, apresentamos o diálogo entre a fundamentação teórica e os dados empíricos resultantes das autonarrativas colhidas. Para esta análise, utilizamos fragmentos do material que já se encontra sistematizado, selecionando recortes significativos que exemplificam as categorias emergentes do método autobiográfico. Ao darmos voz às colaboradoras — identificadas aqui para fins éticos de forma genérica —, buscamos compreender como a memória, quando trazida ao presente, reconfigura o sentido da experiência docente e permite o enfrentamento ao idadismo através da valorização da trajetória de vida e formação.

6.1 A Educação como Herança e Superação: O Peso da Origem Social

A memória das colaboradoras é frequentemente ancorada em trajetórias familiares de trabalho árduo e escolaridade interrompida. O magistério aparece como o primeiro grande marco intelectual da família, uma forma de "compensar" as privações dos pais:

[...] Sou filha de pais semianalfabetos. Minha mãe trabalhava na roça e pouco ia para a escola. Meu pai perdeu o pai aos 12 anos e teve que buscar trabalho nas granjas de arroz para ajudar no sustento da família. Ele estudou até a 3ª série. (Colaboradora A, 2025).

Neste contexto, o estudo é narrado como um projeto de segurança e superação. A busca pelo diploma não era apenas um desejo individual, mas um imperativo de resposta ao esforço geracional anterior. Como aponta Josso (2004), a formação é um processo de "aprender a ser" a partir das faltas e das potencialidades do meio social de origem.

6.2 A Interdição Geográfica: O Magistério como Única Escolha Permitida

Um dos pontos mais potentes das narrativas é a recorrência do "não" familiar vinculado ao deslocamento. A interdição geográfica funcionava como um mecanismo de controle de gênero, onde o acesso ao ensino superior era mediado pela proximidade do lar e pela vigilância sobre o corpo feminino:

[...] Eu queria ser médica, mas não tinha condições. Depois, interessei-me em cursar Oceanologia, em Rio Grande, onde meu irmão havia estudado. Novamente minha mãe disse não, pois filha mulher não poderia estudar longe. Optei por cursar o magistério no colégio local. (Colaboradora B, 2025).

Essa fala revela a justaposição entre gênero e classe. O magistério era a "escolha possível" porque permitia à mulher permanecer no território seguro da família, conciliando a profissionalização com as expectativas sociais da época. Como afirma louro (1997), as fronteiras da normalista eram desenhadas pela moralidade patriarcal, que via na docência uma extensão aceitável da domesticidade feminina.

6.3 O Coletivo na Adversidade: O Estágio como Rito de Passagem

A reconstrução do passado também traz à tona o caráter solidário do início da profissão. O estágio é descrito como um tempo "turbulento", mas enfrentado coletivamente:

[...] Íamos em duplas e uma dava força para a outra. O estágio propriamente dito foi bastante turbulento. Numa escola longe de casa, com turmas de repetentes e sem orientação. Uma colega queria desistir todos os dias. Eu precisava juntar forças para ela e para mim. (Colaboradora A, 2025).

Essa rede de apoio informal entre as jovens professoras foi o que permitiu a construção da identidade docente. Ao narrarem essas dificuldades hoje, as professoras idosas ressignificam a fadiga de outrora como prova de resiliência e competência. Essa autopercepção de força é a principal ferramenta de enfrentamento ao idadismo, pois devolve a essas mulheres a consciência da densidade histórica de

7. Considerações Finais

O percurso reflexivo traçado neste artigo reafirma que o método autobiográfico ultrapassa a mera técnica de coleta de dados, constituindo-se como um espaço de resistência e de produção de saberes. Ao darmos centralidade às vozes das professoras idosas da região carbonífera do Rio Grande do Sul, percebemos que suas trajetórias, marcadas pela origem rural e pela transição da docência leiga/normalista para a profissionalização graduada, são fragmentos vivos da história da educação brasileira que não podem ser silenciados.

Os relatos sistematizados nesta etapa revelam que essa trajetória foi forjada sob tensões de classe e gênero; a memória das colaboradoras evoca uma origem social de esforço, onde o magistério surgiu como superação frente à baixa escolaridade dos pais. Mais do que uma escolha livre, a docência foi, para muitas, a alternativa permitida diante de interdições geográficas — o "não" familiar ao deslocamento para outros centros de formação —, revelando como o território e o gênero moldaram suas identidades desde a juventude.

O "trabalho de memória", conforme proposto nesta investigação, tem revelado que o envelhecer docente é um processo de contínua biografização. Narrar a vida vem permitindo que essas mulheres possam identificar seus momentos-charneira — como o estágio "turbulento" enfrentado em duplas, onde a solidariedade entre mulheres foi o suporte contra a precariedade — e reconhecer, na distância crítica da aposentadoria, a indissociabilidade entre suas experiências de vida-formação-profissão. As autonarrativas atuam, portanto, como um dispositivo que devolve ao sujeito o protagonismo sobre sua própria história,

confrontando o idadismo presente em nossa sociedade com o acúmulo de uma sabedoria que é, simultaneamente, individual e coletiva.

Concluimos que escutar essas mulheres é reconhecer que a memória não é um depósito estático de fatos passados, mas um "tempo vivo" que projeta sentidos para o presente e para o futuro. Desejamos que os registros decorrentes desta investigação sirvam como um convite para que novas pesquisas sigam descortinando as outras formas de perceber o mundo que a longevidade feminina e docente nos oferece, garantindo que suas lutas, afetos e saberes permaneçam como fios condutores na trama da educação pública.

Por fim, propomos uma mudança de olhar sobre o tempo do envelhecer docente. Se a lógica do idadismo nos aprisiona em Cronos — o tempo linear que devora, que vitima a pessoa idosa e a enxerga sob a ótica da decadência e da perda —, o método autobiográfico nos convida a habitar Kairós. Ao narrar suas trajetórias, as professoras idosas reivindicam o tempo da oportunidade e do sentido, onde a passagem dos anos não é uma subtração, mas o acúmulo de experiências positivas do vivido. É sob a égide de Kairós que a memória se torna imortal e a longevidade, um território de plena dignidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Simone Ap. Pinheiro de; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Fragmento da memória de mulheres na terceira idade a partir da narrativa de vida: contribuições da história oral. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

BARBIER, René. **A pesquisa sensível**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Janaína Carvalho; BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memórias de velhos: rememorando a trajetória de vida e a sociabilidade nas relações familiares. **Revista Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 337-358, dez. 2014.

BASTOS, Adson dos Santos. **Memórias de professoras idosas aposentadas**: experiências de vida-formação-profissão. 2021. 248 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografização e Formação**. Tradução de Maria da Conceição Passegi e João Rocha-Trindade. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DILL, Diovane da Rosa; MOURAD, Leonice; SANTIAGO, Ana Rita; BERNARTT, Maria de Lourdes. O método autobiográfico: outras formas de perceber o mundo. In: MANZATO, Welington (org.). **Novos Horizontes**: os avanços das ciências humanas e sociais aplicadas. São José dos Pinhais: Uniedusul Editora, 2024. cap. 16, p. 256-267.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice, 1990.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população por idade e sexo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução de José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Admilson Marinho de. Feminização do trabalho docente. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. In: CATANI, Denice Barbara et al. (org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SOBRE A ORGANIZADORA



Liliane Pereira de Souza

Doutora em Educação pela Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Foi aluna especial do doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Graduada em Administração, Pedagogia e Sociologia. Avaliadora externa convidada da Comissão de Seleção e de Julgamento de Projetos de Extensão e Pesquisa da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, CNPq e FAE-PRGS) desde 2016. Revisora do periódico Revista Docência do Ensino Superior da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação, além de pesquisadora desde 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto paterno, 524, 525, 526, 527, 528, 532
Atenção Primária à Saúde, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 52, 57, 58, 104, 106, 125, 264, 267, 293, 338, 393, 637, 638, 639, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 661

C

Capacitismo, 168, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 472, 474, 475, 478, 480, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492
Casa de Parto, 338, 340, 341, 342, 343, 350

D

Desigualdade de gênero e raça, 704
Dispositivos de poder, 16, 25

E

Escolaridade feminina, 380, 381, 387

J

Jogos digitais, 548, 552, 553, 561

L

Leia Mulheres, 353

M

Maternidade atípica, 243, 245, 246, 247, 248, 252, 253, 254, 256
Movimentos feministas, 27, 28, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 112, 152, 355, 439, 442, 641
Mulher negra, 35, 167, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 217, 219, 220, 221, 222, 294, 363, 626, 627
Mulheres autistas, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 129, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 145
Mulheres indígenas, 55, 423, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 713, 717
Mulheres migrantes, 75, 665
Mulheres na ciência, 536, 538, 540, 547, 593, 595, 597, 598, 603, 605
Mulheres na docência, 437
Mulheres na pós-graduação, 452, 454, 455, 457, 458, 459, 467
Mulheres negras com deficiência, 165, 168, 170, 178
Mulheres transexuais e travestis, 495, 497, 498, 499, 500, 501, 507, 575, 589
Mulheres-mães, 536, 538, 540, 543, 545, 695

N

Neologismos misóginos, 181, 183, 200, 203, 204, 205

P

Políticas públicas, 6, 30, 38, 39, 43,
46, 62, 67, 96, 105, 112, 129,
132, 137, 141, 142, 143, 144,
145, 147, 148, 151, 152, 153,
154, 156, 157, 158, 159, 160,
161, 162, 212, 225, 227, 228,
229, 231, 232, 233, 236, 238,
239, 243, 246, 247, 248, 254,
256, 260, 261, 264, 265, 266, 267,
277, 325, 337, 340, 371, 374,
376, 377, 382, 385, 390, 391,
392, 399, 423, 426, 427, 429,
432, 434, 463, 483, 496, 497,
498, 500, 505, 506, 507, 531,
565, 567, 577, 586, 589, 608,
611, 617, 630, 637, 638, 639,
643, 645, 648, 649, 672, 677,
679, 685, 687, 691, 692, 693,
694, 695, 696, 697, 698, 699,
700, 701, 702, 706, 707, 708,
709, 710, 714, 715, 717, 719, 727
Práticas corporais, 258, 260, 261,
262, 263, 264, 265, 266, 267
Processo de envelhecimento, 722,
724

R

Representatividade feminina, 60,
61, 65, 68, 384, 389, 470, 549,
550, 553, 554, 706, 710, 716

S

Saúde da mulher, 36, 43, 47, 54, 56,
59, 70, 71, 113, 260, 265, 266,
267, 382, 392, 509, 511, 512,
513, 518, 519, 528, 637, 638,
639, 640, 641, 642, 643, 644,
645, 646, 647, 648, 650, 654,
663, 685, 691, 699, 700
Sistema prisional feminino, 225,
228, 231, 232, 238, 241
Sofrimento feminino, 301, 303, 532

T

Tabalho feminino, 439, 608, 609,
611, 612, 613, 614, 616

V

Varas da Família, 317, 319, 320,
326, 328, 333, 334
Violência contra a mulher, 32, 49,
107, 115, 118, 123, 125, 184,
369, 371, 372, 373, 374, 375,
376, 377, 391, 397, 401, 405,
407, 413, 419, 443
Violência Doméstica por Parceiro
Íntimo, 676, 678, 680, 686
Violência estrutural, 174, 390, 433,
528, 530, 532, 691, 693, 699, 701
Violência sexual, 36, 104, 106, 107,
108, 109, 110, 111, 112, 113, 114,
115, 116, 117, 118, 119, 120, 121,
122, 123, 124, 125, 126, 127,
178, 336, 577, 688, 690

ISBN 978-65-5388-372-7



9 786553 883727 >